



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

LUÍS FELIPE AIRES MAGALHÃES

**A IMIGRAÇÃO HAITIANA EM SANTA CATARINA: PERFIL
SOCIODEMOGRÁFICO DO FLUXO, CONTRADIÇÕES DA INSERÇÃO
LABORAL E DEPENDÊNCIA DE REMESSAS NO HAITI**

CAMPINAS

2017

LUIS FELIPE AIRES MAGALHÃES

**A IMIGRAÇÃO HAITIANA EM SANTA CATARINA: PERFIL
SOCIODEMOGRÁFICO DO FLUXO, CONTRADIÇÕES DA INSERÇÃO LABORAL
E DEPENDÊNCIA DE REMESSAS DO HAITI**

Tese apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Doutor em Demografia.

Supervisor/Orientador: Profa. Dra. Rosana Aparecida Baeninger

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À
VERSÃO FINAL DA TESE DEFENDIDA
PELO ALUNO LUIS FELIPE AIRES
MAGALHÃES, E ORIENTADO PELA
PROFA. DRA. ROSANA APARECIDA
BAENINGER.



CAMPINAS

2017

Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): CAPES, 008898340001-8
ORCID: <http://orcid.org/http://orcid.org/00>

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

M27i Magalhães, Luís Felipe Aires, 1987-
A imigração haitiana em Santa Catarina : perfil sociodemográfico do fluxo, contradições da inserção laboral e dependência de remessas no Haiti / Luís Felipe Aires Magalhães. – Campinas, SP : [s.n.], 2017.

Orientador: Rosana Aparecida Baeninger.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Migração - Santa Catarina. 2. Migração haitiana. 3. Trabalho. 4. Remessas de emigrantes. 5. Dependência. I. Baeninger, Rosana Aparecida, 1963-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: The haitian immigration in Santa Catarina

Palavras-chave em inglês:

Migration - Santa Catarina

Haitian migration

Labor

Emigrant remittances

Dependency

Área de concentração: Demografia

Titulação: Doutor em Demografia

Banca examinadora:

Rosana Aparecida Baeninger [Orientador]

Joice Melo Vieira

Roberta Guimarães Peres

Silvana Nunes de Queiroz

Lucia Maria Machado Bógus

Data de defesa: 02-02-2017

Programa de Pós-Graduação: Demografia



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A comissão julgadora dos trabalhos de Defesa de Tese de Doutorado, composta pelos Professores Doutores a seguir descritos, em sessão pública realizada em 02/02/2017, considerou o candidato Luís Felipe Aires Magalhães aprovado.

Prof.^a Dr.^a Rosana Aparecida Baeninger

Prof.^a Dr.^a Joice Melo Vieira

Prof.^a Dr.^a Roberta Guimarães Peres

Prof.^a Dr.^a Silvana Nunes de Queiroz

Prof.^a Dr.^a Lucia Maria Machado Bógus

A Ata de Defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no processo de vida acadêmica do aluno.

Agradecimentos.

Aos meus pais, Niderau José Prates Magalhães e Sônia Maria Aires Magalhães, a quem devo o melhor do que sei e do que sou.

A meus irmãos, Sônia Regina Aires Magalhães e José Augusto Prates Magalhães, pelo amor fraterno e ajuda de todas as horas.

A minha companheira de vida, Camila Rodrigues da Silva, cada vez mais também companheira de estudo. Ter-te a meu lado é ter a certeza de que há amor nas páginas desta Tese.

A minha orientadora, Rosana Baeninger. Interlocutora e referência intelectual sempre presente e próxima, condutora destas páginas nos momentos mais difíceis. Obrigado por tornar possível a minha proximidade do campo, a ampliação deste campo no Haiti – e o cuidado e a preocupação teórica e pessoal, com os desafios da pesquisa.

À Roberta Peres, conselheira de todas as horas; presença constante em meu crescimento intelectual.

À Gláucia de Oliveira Assis e Francisco Canella, interlocutores indispensáveis nos meus últimos anos – e para todos os próximos. Há, nestas páginas, muita inspiração em vocês.

Aos colegas pesquisadores do Observatório das Migrações de Santa Catarina e do GAIRF. À Graça, Fernando Damázio e Tamajara, que tanto me ensinam que a ciência tem, muito, de paixão e entrega. À Eduardo Zanatta, pela fértil parceria no trabalho de campo em Balneário Camboriú.

Aos colegas pesquisadores do Observatório das Migrações de São Paulo, incentivadores constantes do estudo, da pesquisa de campo e do diálogo. Que novas gerações sigam sendo motivadas pela dedicação integral à questão migratória.

Aos meus colegas de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Demografia da Unicamp. Sobre tudo à Carla, Dafne e Natália, e também à Alessandra, parceira desde o Mestrado. A vocês, que tanto me abrigaram nas viagens à Campinas e proporcionaram, mais que isso, fértil interlocução, nutro afeto e profundo respeito.

A Jean Monfiston, Wange Thelus, Michel Evens e Any Costa – amigos e cúmplices do bonito período de vigência do Grupo Cultural a Esperança que nos Une.

À Capes, pela bolsa que permitiu esta pesquisa – que tal não seja privilégio, e possa ser estendida ao maior número possível de estudantes deste país. À FAPESP, pelos auxílios de campo e de participação em congressos, no Brasil e no exterior.

A todo o povo migrante, que se move no mundo. Que move esse mundo. Que motivou esta Tese e a serviço de quem coloco todas estas reflexões.

Aos haitianos e haitianas, no Brasil e no Haiti, que cederam seu tempo, que me emprestaram esperança, que abriram suas casas e memórias, seus sonhos e frustrações. A David Douyon, amigo feito no Haiti, que representa esse povo, que luta, todos os dias, para manter viva sua história – único modo possível de um futuro melhor.

Resumo

O Modo de Produção Capitalista desenvolve-se a partir do desenvolvimento desigual de suas partes constituintes, o que traz repercussões do ponto de vista da forma de inserção dos países na divisão internacional do trabalho. Essa dinâmica condiciona a existência de desigualdades entre estes países, as quais influem na mobilidade espacial da população, em escala internacional. O Haiti é um país historicamente caracterizado por uma vinculação dependente na divisão internacional do trabalho, convertendo-se de colônia francesa mais próspera no período colonial a país mais pobre das Américas, atualmente. De sua formação econômica e social dependente, derivam-se fatores de expulsão populacional que, ao longo de sua história, atuaram na constituição de processos históricos de emigração internacional. Desde pelo menos o final do século XIX, fluxos para República Dominicana, Cuba e Bahamas formam uma tradição migrante que, após a segunda metade do século XX, passa a incluir também destinos como Estados Unidos, França e Canadá. Desde 2010, o Brasil também tem se constituído como um destino da emigração haitiana. O fenômeno da presença haitiana no Brasil é resultado da articulação de fatores econômicos, políticos e sociais em três escalas: uma internacional, uma haitiana e uma brasileira. Na escala internacional, colaboraram para a formação deste fluxo a crise capitalista pós-2007/2008 nos países centrais, alguns dos quais destinos tradicionais da emigração haitiana. Essa crise, que impactou diretamente no mundo do trabalho destes países e abateu-se sobretudo sobre as condições de vida e de trabalho da população migrante, inclusive a haitiana, operou ainda a diminuição dos níveis de remessas de migrantes para o Haiti, forçando as famílias haitianas a redefinirem suas estratégias migratórias. Na escala haitiana, o agravamento do estado de crise permanente pós-2004, com a deposição do presidente Jean Bertrand Aristide, abre um período de instabilidade política, eleitoral e econômica e de fragilidade institucional e de infraestrutura. Esta situação vê-se agravada com o terremoto de Janeiro de 2010 e as epidemias e desastres ambientais que se seguem. Na escala brasileira, um período de crescimento econômico com relativa inclusão social caracterizado pela criação de 14,7 milhões de empregos entre 2003 e 2010, pela expansão subimperialista ao exterior (inclusive ao próprio Haiti, onde o Brasil está presente desde 2004 através da coordenação da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti, a Minustah) e pela realização de grandes eventos internacionais sugere às famílias haitianas a imagem de um Brasil potência, o “novo eldorado” da emigração haitiana. Corroborando a essa ideia relativa facilitação à imigração haitiana no Brasil que as Resoluções Normativas de nº 97 e 102 do CNIg significaram, com, respectivamente, a criação do Visto de Ajuda Humanitário específico aos haitianos e a possibilidade de emissão desse visto não apenas no Haiti e no Brasil mas também em países como República Dominicana, Bolívia, Peru e Equador. Por tais fatores, pelo menos 85 mil imigrantes haitianos buscaram no Brasil país de destino ou de trânsito, desde o final do ano de 2010. Esta tese tem por objetivo analisar a presença haitiana no Estado de Santa Catarina a partir deste contexto histórico, buscando identificar as especificidades deste processo migratório em relação aos demais que compõem a tradição migrante haitiana. A análise destas especificidades levou-nos a propor o conceito de “migração de dependência”, a partir do qual diversas instâncias relacionadas ao fenômeno da dependência no Brasil e no Haiti articulam-se para a formação deste fluxo. Pretende-se oferecer, a partir da aproximação crítica entre a Teoria Marxista da Dependência e os Estudos Histórico-Estruturais uma interpretação sobre a migração haitiana no Brasil, bem como identificar o perfil sociodemográfico do fluxo haitiano em Santa Catarina. A hipótese principal deste trabalho é a de que tal fluxo é condicionado em suas múltiplas dimensões pelo fenômeno da dependência, particularmente a dependência de remessas. Além da utilização de fontes dados administrativos (como RAIS e CAGED do Ministério do Trabalho e Emprego e os dados levantados pelo Conselho Nacional de Imigração, o CNIg), a metodologia combina ampla revisão teórica e metodológica sobre a formação dos processos emigratórios haitianos e sua vinda ao Brasil com a realização de trabalho de campo de natureza qualitativa que levantou dados sobre a presença haitiana em 16 cidades do Brasil e no Estado de Santa Catarina. Essa metodologia qualitativa envolveu também pesquisa de campo na capital haitiana, Porto Príncipe, entre Maio e Junho de 2016.

Abstract

The Capitalist Mode of Production develops from the unequal development of its constituent parts, which brings repercussions from the point of view of the way of insertion of the countries in the international division of labor. This dynamics conditions the existence of inequalities between these countries, which influence the spatial mobility of the population on a international scale. Haiti is a country historically characterized by a dependent insertion in the international division of labor, from the most prosperous French colony in the colonial period to America's poorest country actually. From its dependent economic and social formation, there are derived factors of population expulsion that, throughout its history, acted in the constitution of historical processes of international emigration. Since the late nineteenth century, flows into the Dominican Republic, Cuba and the Bahamas form a migrant tradition that, after the second half of the twentieth century, also includes destinations such as the United States, France and Canada. Since 2010, Brazil has also become a destination for Haitian emigration. The phenomenon of the Haitian presence in Brazil is the result of the articulation of economic, political and social factors in three scales: one international, one Haitian and one Brazilian. At the international level, the post-2007/2008 capitalist crisis in the central countries, some of them traditional destinations of Haitian emigration, collaborated in the formation of this flow. This crisis, which has had a direct impact on the labor market in these countries and has mainly affected the living and working conditions of the migrant population, including the Haitian population, has also reduced the levels of migrant remittances to Haiti, forcing families Haitians to redefine their migratory strategies. On the Haitian scale, the deterioration of the state of permanent crisis after 2004, with the deposition of President Jean Bertrand Aristide, opens a period of political, electoral and economic instability and institutional fragility and infrastructure. This situation is aggravated by the January 2010 earthquake and the ensuing environmental epidemics and disasters. On the Brazilian scale, a period of economic growth with relative social inclusion characterized by the creation of 14.7 million jobs between 2003 and 2010, due to the sub-imperialist expansion abroad (including Haiti itself, where Brazil has been present since 2004 through the coordination of United Nations Stabilization Mission, Minustah) and the holding of major international events suggests to Haitian families the image of a Brazil power, the "new eldorado" of Haitian emigration. It corroborates this idea regarding the facilitation of Haitian immigration in Brazil that the CNIg Normative Resolutions 97 and 102 have meant, respectively, the creation of a specific Humanitarian Aid Visa for Haitians and the possibility of issuing this visa not only in Haiti and in Brazil, but also in countries such as the Dominican Republic, Bolivia, Peru and Ecuador. For these reasons, at least 85,000 Haitian immigrants have sought parents of destination or transit in Brazil since the end of 2010. This thesis aims to analyze the Haitian presence in the State of Santa Catarina from this historical context, seeking to identify the specificities of this migratory process in relation to the others that make up the Haitian migrant tradition. The analysis of these specificities led us to propose the concept of "dependency migration", from which several instances related to the phenomenon of dependence in Brazil and Haiti are articulated to the formation of this flow. It is intended to offer, from the critical approach between the Marxist Theory of Dependency and Historical-Structural Studies an interpretation on the Haitian migration in Brazil, as well as to identify the sociodemographic profile of the Haitian flow in Santa Catarina. The main hypothesis of this work is that such flow is conditioned in its multiple dimensions by the phenomenon of dependence, particularly dependence on remittances. In addition to the use of administrative data sources (such as RAIS and CAGED of the Ministry of Labor and Employment and data raised by the National Immigration Council, CNIg), the methodology combines broad theoretical and methodological review on the formation of Haitian emigration processes and their coming to Brazil with the accomplishment of field work of qualitative nature that raised data on the Haitian presence in 16 cities of Brazil and in the State of Santa Catarina. This qualitative methodology also involved field research in the Haitian capital, Port-au-Prince, between May and June 2016.

Resumen

El Modo de Producción Capitalista se desarrolla a partir del desarrollo desigual de sus partes constituyentes, que trae repercusiones desde el punto de vista de la forma de integración de los países en la división internacional del trabajo. Esta dinámica condiciona la existencia de desigualdades entre estos países que influyen en la movilidad espacial de la población, en una escala internacional. Haití es un país históricamente caracterizado por un vínculo dependiente en la división internacional del trabajo, convirtiéndose desde la más próspera colonia francesa en el período colonial hacia el país más pobre de América hoy en día. De su formación económica y social dependiente derivan factores de expulsión de población que a lo largo de su historia, actuaron en la constitución de los procesos históricos de la migración internacional. Por lo menos desde finales del siglo XIX, flujos a la República Dominicana, Cuba y las Bahamas forman una tradición migrante que, después de la segunda mitad del siglo XX, ahora también incluye destinos como Estados Unidos, Francia y Canadá. Desde 2010, Brasil también se ha establecido como destino de la inmigración haitiana. El fenómeno de la presencia haitiana en Brasil es el resultado de la articulación económica, política y social en tres escalas: una internacional, una haitiana y una brasileña. En la escala internacional, ha contribuido a la formación de este flujo la crisis capitalista 2007/2008 en los países desarrollados, algunos de los cuales son destinos tradicionales de la inmigración haitiana. Esta crisis, que afectó directamente sobre el mundo del trabajo en estos países y descendió principalmente las condiciones de vida y trabajo de población migrante, entre ellos migrantes haitianos, disminuyeron los niveles de remesas de los migrantes a Haití, obligando a las familias de Haití a redefinir sus estrategias migratorias. En la escala de Haití, el aumento en el estado de crisis permanente después de 2004, cuando hay el derrocamiento del presidente Jean Bertrand Aristide, la apertura de un período de inestabilidad política, electoral y económica y la debilidad institucional y la infraestructura. Esto se ve agravado por el terremoto y las epidemias de enero de 2010 y los desastres ambientales que siguen. En la escala de Brasil, un período de crecimiento económico en la inclusión social caracterizado por la creación de 14,7 millones de puestos de trabajo entre 2003 y 2010, la expansión sub-imperialista en el extranjero (incluyendo al propio Haití, donde Brasil está presente desde el año 2004 a través de la coordinación de las misiones de la ONU para la Estabilización de Haití, la Minustah) y la realización de importantes eventos internacionales sugiere a las familias haitianas la imagen de un Brasil como el "nuevo Eldorado" de la emigración haitiana. Corrobora esta idea la facilitación de la inmigración haitiana a Brasil que las Resoluciones Normativa nº 97 y 102 de CNIg significaban, con, respectivamente, la creación del visa de Ayuda Humanitaria específicos a los haitianos y la posibilidad de la expedición de esa visa no sólo en Haití y en Brasil, sino también en países como la República Dominicana, Bolivia, Perú y Ecuador. Por estos factores, al menos 85.000 inmigrantes haitianos buscaron en Brasil país de destino o de tránsito, desde finales de 2010. Esta tesis tiene como objetivo analizar la presencia haitiana en el estado de Santa Catarina de este contexto histórico, se trata de identificar las especificidades de este proceso de migración en relación con los otros que conforman la tradición migrante haitiana. El análisis de estas características nos ha llevado a proponer el concepto de "migración de dependencia", desde el cual diversos ámbitos relacionados con el fenómeno de la dependencia en Brasil y Haití se articulan en la formación de este flujo. Se tiene la intención de ofrecer, desde el enfoque crítico de la teoría marxista de la dependencia y de los estudios histórico-estructurales una interpretación de la migración haitiana en Brasil, y identificar el perfil sociodemográfico del flujo de haitianos en Santa Catarina. La hipótesis principal de este estudio es que este flujo está condicionado en sus múltiples dimensiones por el fenómeno de la dependencia, en especial dependencia de las remesas. Además de utilizar fuentes administrativas de datos (como RAIS y CAGED del Ministerio de Trabajo y Empleo y los datos recogidos por el Consejo Nacional de Inmigración, CNIg), la metodología combina amplia revisión teórica y metodológica de la formación de los procesos de emigración de Haití y su llegada a Brasil con la realización de trabajo de campo cualitativo que reunió datos sobre la presencia haitiana en 16 ciudades en Brasil y en el Estado de Santa Catarina. Esta metodología cualitativa de investigación de campo también involucró pesquisa de campo hecha en la capital de Haití, Puerto Príncipe, entre mayo y junio de 2016.

Sumário de gráficos

Gráfico 1 – População de São Domingos segundo raça/cor (1681 – 1786)	46
Gráfico 2 – População imigrante nascida no Haiti e residente nos Estados Unidos	102
Gráfico 3 – Fluxo de imigrantes haitianos com visto permanente de residência nos Estados Unidos (1999 a 2013)	104
Gráfico 4 – Solicitações de refúgio de haitianos no Brasil segundo sexo, por ano de solicitação (2010 – 2014).....	151
Gráfico 5 – Solicitações de refúgio de haitianos no Brasil segundo grupos de idade, por ano de solicitação (2010 – 2014).....	152
Gráfico 6 – Solicitações de refúgio de haitianos no Brasil segundo grupo etário (2010 a 2014)	152
Gráfico 7 - Autorizações concedidas a haitianos segundo sexo no Brasil (2011 – 2014).....	154
Gráfico 8 – Autorizações concedidas a haitianos segundo grupo etário no Brasil (2011 – 2014)	155
Gráfico 9 – Autorizações concedidas a haitianos segundo grupo etário no Brasil, em % do total (2011 a 2014)	155
Gráfico 10 – Autorizações concedidas a haitianos segundo escolaridade no Brasil (2011 – 2014)	156
Gráfico 11 – Autorizações concedidas a haitianos e haitianas segundo escolaridade no Brasil (2011 a 2014)	157
Gráfico 12 – Admissão, demissão e saldo de haitianos no mercado de trabalho formal brasileiro (2010 – 2014).....	157
Gráfico 13 – Admissão e demissão de haitianos segundo grupo etário no Brasil (2014)	158
Gráfico 14 – Admissão e demissão de haitianos segundo escolaridade no Brasil (2014)	159
Gráfico 15 – Admissão e demissão de trabalhadores haitianos no Brasil por mês em 2014.....	159
Gráfico 16 – Emissão de carteiras de trabalho para haitianos no Brasil segundo país de origem (2010 – 2014).....	162

Gráfico 17 – Emissão de carteiras de trabalho para haitianos no Brasil segundo país de origem (2014).....	163
Gráfico 18 – Imigrantes haitianos segundo relação com o responsável pela família.	165
Gráfico 19 – Imigrantes haitianos segundo sexo	165
Gráfico 20 – Imigrantes haitianos segundo estado conjugal	166
Gráfico 21 – Imigrantes haitianos segundo religião	167
Gráfico 22 – Imigrantes haitianos segundo escolaridade, em anos de estudo	168
Gráfico 23 – Imigrantes haitianos segundo ano de chegada no município de residência.....	169
Gráfico 24 - Imigrantes haitianos segundo condição na ocupação laboral.....	170
Gráfico 25 – Imigrantes haitianos segundo ramo de atividade laboral.....	170
Gráfico 26 – Imigrantes haitianos segundo condição da carteira de trabalho	171
Gráfico 27 – Imigrantes haitianos segundo renda mensal	172
Gráfico 28 – Imigrantes haitianos segundo condição de trabalho	172
Gráfico 29 – Imigrantes haitianos segundo envio de remessas	173
Gráfico 30 – Imigrantes haitianos segundo finalidade do envio de remessas	174
Gráfico 31 – Imigrantes haitianos segundo usa das remessas por parte dos familiares no Haiti	174
Gráfico 32 – Imigrantes haitianos segundo valor médio das remessas enviadas .	175
Gráfico 33 - Imigrantes haitianos segundo modo de envio das remessas.....	176
Gráfico 34 – Imigrantes haitianos segundo suas relações com brasileiros.....	177
Gráfico 35 – Imigrantes haitianos segundo posse do Visto Humanitário	178
Gráfico 36 – Imigrantes haitianos segundo país de obtenção do Visto Humanitário	178
Gráfico 37 – Imigrantes haitianos segundo condição em relação ao visto humanitário no momento da aplicação do questionário (Balneário Camboriú – SC)	184
Gráfico 38 – Imigrantes haitianos segundo país de obtenção do Visto Humanitário (Balneário Camboriú)	185
Gráfico 39 – Imigrantes haitianos segundo estrutura etária (Balneário Camboriú - SC.	186
Gráfico 40 – Imigrantes haitianos segundo ano de chegada à Balneário Camboriú (2010 – 2015)	189

Gráfico 41 – Imigrantes haitianos com vínculo no mercado formal de trabalho (2011 a 2014, estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais e Paraná)	196
Gráfico 42 – Admissão, demissão e saldo de trabalhadores haitianos em 2014 (estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo e Paraná e Brasil)....	197
Gráfico 43 – Salário médio dos estrangeiros no mercado formal de trabalho em 2014 (estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina).....	197
Gráfico 44 – Imigrantes haitianos segundo relação com o responsável pela família (Balneário Camboriú)	218
Gráfico 45 – Imigrantes haitianos segundo sexo (Balneário Camboriú).....	219
Gráfico 46 – Imigrantes haitianos segundo estado conjugal (Balneário Camboriú)	219
Gráfico 47 – Imigrantes haitianos segundo religião (Balneário Camboriú)	220
Gráfico 48 – Imigrantes haitianos segundo condição de ocupação (Balneário Camboriú)	221
Gráfico 49 – Imigrantes haitianos segundo ramo de atividade (Balneário Camboriú)	222
Gráfico 50 – Imigrantes haitianos segundo situação da carteira de trabalho (Balneário Camboriú)	222
Gráfico 51 – Imigrantes haitianos segundo renda média mensal (Balneário Camboriú)	223
Gráfico 52 – Imigrantes haitianos segundo condições de trabalho (Balneário Camboriú)	224
Gráfico 53 – Imigrantes haitianos segundo financiador da viagem ao Brasil (Balneário Camboriú)	225
Gráfico 54 – Imigrantes haitianos segundo companheiro de moradia no Brasil (Balneário Camboriú)	225
Gráfico 55 – Imigrantes haitianos segundo financiador da viagem ao Brasil (Balneário Camboriú)	226
Gráfico 56 – Imigrantes haitianos segundo forma de indicação do primeiro emprego (Balneário Camboriú)	227
Gráfico 57 – Imigrantes haitianos segundo forma de indicação da primeira hospedagem (Balneário Camboriú)	227

Gráfico 58 – Imigrantes haitianos segundo pessoas a quem recorrem nos momentos de dificuldade (Balneário Camboriú).....	229
Gráfico 59 – Imigrantes haitianos segundo atividades no final de semana (Balneário Camboriú)	230
Gráfico 60 – Imigrantes haitianos segundo amizade com brasileiros (Balneário Camboriú)	231
Gráfico 61 – Imigrantes haitianos segundo relações com brasileiros (Balneário Camboriú)	232
Gráfico 62 – Imigrantes haitianos segundo o que mantém da cultura haitiana (Balneário Camboriú)	232
Gráfico 63 – Imigrantes haitianos segundo o que apreciam da cultura brasileira (Balneário Camboriú)	233
Gráfico 64 – Semelhanças entre a cultura brasileira e haitiana segundo o imigrante haitiano (Balneário Camboriú)	234
Gráfico 65 – Imigrantes haitianos segundo participação em alguma associação (Balneário Camboriú)	235
Gráfico 66 – Imigrantes haitianos segundo avaliação do apoio do governo brasileiro em relação ao sua situação no Brasil (Balneário Camboriú)	236
Gráfico 67 – Imigrantes haitianos segundo avaliação do apoio do Ministério do Trabalho (Balneário Camboriú)	237
Gráfico 68 – Imigrantes haitianos segundo ocorrência de problema de saúde (Balneário Camboriú)	237
Gráfico 69 – Imigrantes haitianos segundo forma de atendimento médico deste problema de saúde (Balneário Camboriú)	239
Gráfico 70 – Imigrantes haitianos segundo avaliação deste atendimento médico (Balneário Camboriú)	239
Gráfico 71 – Remessas como porcentagem do PIB do Haiti (2005 – 2014).....	241
Gráfico 72 – Imigrantes haitianos segundo envio de remessas aos familiares no Haiti (Balneário Camboriú).....	246
Gráfico 73 – Imigrantes haitianos segundo finalidade do envio das remessas (Balneário Camboriú)	247
Gráfico 74 – Imigrantes haitianos segundo modo de envio das remessas (Balneário Camboriú)	248

Gráfico 75 – Imigrantes haitianos segundo manutenção do valor das remessas (Balneário Camboriú)	249
Gráfico 76 – Imigrantes haitianos segundo valor médio das remessas enviadas (Balneário Camboriú)	250
Gráfico 77 – Imigrantes haitianos segundo uso familiar das remessas (Balneário Camboriú)	251

Sumário de Tabelas

Tabela 1 – Atividades econômicas que mais admitiram haitianos no Brasil (2014)	
.....	160
Tabela 2 – Atividades econômicas que mais demitiram haitianos no Brasil (2014).	
.....	160
Tabela 3 – Ocupações que mais admitiram haitianos no Brasil (2014).....	161
Tabela 4 – Ocupações que mais demitiram haitianos no Brasil (2014).	161
Tabela 5 – Imigrantes haitianos segundo pretensões futuras.....	190
Tabela 6 – Cidades brasileiras que mais admitiram trabalhadores haitianos no mercado de trabalho formal (2014)	193
Tabela 7 – Admissão, demissão e aldo de trabalhadores haitianos em Santa Catarina (2014)	198
Tabela 8 – Imigrantes haitianos segundo trabalho principal (Balneário Camboriú)	
.....	221
Tabela 9 – Problemas de saúde relatados pelos imigrantes haitianos (Balneário Camboriú)	238

Sumário de Mapas

Mapa 1 – Estado de Santa Catarina, Mesorregião do Vale do Rio Itajaí e municípios de análise deste estudo.	25
Mapa 2 – Municípios catarinenses segundo presença de associações e grupos de apoio a imigrantes haitianos (2015)	194

Sumário de Anexos

Anexo Metodológico	258
Anexo 1 – Caderno do trabalho de campo em Porto Príncipe – Haiti	261
Anexo 2 - Questionário da pesquisa de campo – Balneário Camboriú/SC	343

Sumário

Apresentação	20
Introdução	25
Capítulo 1 – Haiti e Migração Internacional: economia colonial e dependência ...	32
1.1 A produção histórica dos fatores de expulsão populacional no Haiti.....	39
1.2 A economia colonial.....	50
1.3 Nova Divisão Internacional do Trabalho e Dependência no Haiti.....	61
Capítulo 2 - Crise Capitalista e ampliação do espaço de vida da emigração haitiana	71
2.1 Crise e espaço de vida.....	75
2.2 A Emigração do Haiti.....	94
2.3 A Missão de Estabilização da ONU e o Terremoto de 2010	107
2.4. A geopolítica da expansão brasileira e a categoria do sub-imperialismo...	115
Capítulo 3 - Da Emigração do Haiti à Imigração Haitiana no Brasil.....	135
3.1 A migração haitiana ao Brasil	140
3.2 A solicitação de refúgio e o visto humanitário	143
3.3 As informações advindas da pesquisa qualitativa	164
Capítulo 4 – Imigrantes haitianos no estado de Santa Catarina – SC.....	182
4.1 Primeira fase da presença e o processo de recrutamento	182
4.2 Segunda fase da presença: a mobilidade interna dos imigrantes haitianos em Santa Catarina	192
4.3 A inserção laboral em Santa Catarina e suas contradições	195
4.4 O processo de organização e participação política	202
4.5 A presença haitiana em Balneário Camboriú - SC	218
4.6 Remessas de migrantes para o Haiti: síndrome emigratória e dependência de remessas.....	240
Considerações Finais	252
Referências Bibliográficas	261

Apresentação

Silêncios e omissões falam, gritam.

Na história de Nossa América, há um grito que foi – que é – silenciado. O grito de liberdade dos negros haitianos, transformados em escravos, mas cuja dignidade, que na periferia só o é se for rebelde, os converte em guerreiros, libertadores de uma Nação – asfixiada por 200 anos de solidão, é verdade – mas também de uma ideia, que esta sim não pode ser sufocada: a ideia de independência.

A Independência Haitiana, inconclusa como a de toda América Latina, é o preâmbulo mais original, popular e por isso perigoso, das revoluções sociais que têm germinado e caracterizado a Era Moderna. Possui um inalienável valor histórico, político e humano, não apenas porque vence o principal império colonial de seu tempo e seu exército, como também porque supera suas ideias. Desde 1804, é possível se falar em libertação nacional, em superação do domínio colonial – um domínio que por não ser apenas econômico mas também étnico-racial, permanece vigente em grande medida. Não por outra razão, o Haiti é desde 1804 silenciado.

Esse silêncio grita. Inicialmente através do império francês, e em seguida por meio do domínio norte-americano, tem sido função das potências imperiais e imperialistas desviar o curso histórico desta revolução, sufocando para além do limite do suportável as condições econômicas, políticas e materiais da ilha caribenha. De todos os embargos, o mais devastador tem sido o de sua história – impossibilitada de ser conhecida pelos povos subalternos da América e do Mundo.

Não é exagero ou traço próprio do estilo literário deste autor. É intenção, omissão organizada. O Haiti não deve ser conhecido, seja por ser perigoso, seja por ser impossível de se entender. Mas eis que milhares de haitianos, desde 2010, têm migrado a nosso país – e nos feito ver o que a história teimava em ocultar.

Eles desossam, temperam e embalam a carne que comemos. Constroem os prédios que em habitamos e trabalhamos. Organizam nas prateleiras as mercadorias que compramos. Perfilam os trilhos dos trens e metrô em que andamos. Limpam nossas cidades. Esta tese é sobre isso.

E sobretudo sofrem nosso silêncio; sofrem nossa incapacidade de vê-los tal como são: não apenas médicos, engenheiros, enfermeiros, professores, mas sobretudo seres humanos, com uma história que os torna únicos. A cifra que queria apenas braços, recebe também cultura, arte e resistência. Esta tese também é sobre isso.

No Haiti, usa-se frequentemente a expressão “Aedes Haitia” para explicar o porquê muitos estrangeiros não conseguem abandonar o país, ou quando o fazem logo retornam. Só podem ter sido picados pelo “Aedes Haitia”, que torna mágico e por isso mais fácil viver no país. Devo ter sido picado pelo “Aedes Haitia” ainda no Brasil, pois desde 2012 tenho me empenhado em compreender esse fenômeno da presença haitiana no Brasil, de sua inserção no mercado de trabalho e dos desafios de sua interação social e cultural, particularmente no estado de Santa Catarina.

Nestas reflexões, desenvolvi estudos em três frentes.

Na primeira, debrucei-me sobre a história do país, seus percalços históricos, sua relação com o mundo, seus dramas e tragédias e sua conjuntura atual. Em todos esses momentos, percebi, a migração ocupa um lugar de destaque. Pelo menos desde o final do século XIX, os chamados processos históricos de emigração haitiana compõem uma tradição migrante ou, como se verá, um espaço de vida cada vez mais amplo e complexo. Também através das migrações, o Haiti conta ao mundo sua história, redimensiona sua população e redefine sua identidade. Rompe, enfim, o silêncio e os muros que existem em seu entorno.

Na segunda, pretendi organizar e tornar teoricamente lógico um conjunto de transformações econômicas, políticas e sociais que, ao incidir na dinâmica das migrações internacionais, contribuíram também para alargar o espaço de vida da emigração haitiana. Estas transformações referem-se à crise capitalista pós-2007/2008 e seus efeitos nos destinos tradicionais da emigração haitiana, à própria conjuntura atual do Haiti, à presença das forças econômicas e militares estrangeiras no país e ao crescimento econômico com relativa inclusão social – sem contudo superar os limites impostos pela dependência – pelo qual passava o Brasil. Nesta reflexão, o método de investigação não coincidiu com o de exposição: enquanto num primeiro momento eu preponderava as últimas transformações às primeiras, hoje avalio que é justamente das primeiras que derivam as seguintes.

Na terceira, deparei-me com um desafio, igualmente teórico, de me acerrar das múltiplas dimensões da presença haitiana no espaço definido como escopo da pesquisa: a cidade de Balneário Camboriú. Certamente a experiência de pesquisa de campo mais estimulante até o momento, permitiu-me adentrar, sob a lenta construção de relações de confiança, nos espaços familiares, religiosos, de participação política, de lazer e de trabalho de diversos imigrantes haitianos residentes na cidade. Iniciado ainda em 2012, esse processo nutriu-se de variadas metodologias de trabalho de campo e de diversos instrumentos de levantamento de dados sociodemográficos. Num primeiro momento, a simples observação avançou à observação participante. Somaram-se inúmeras reuniões da associação dos imigrantes, visitas domiciliares e participação em cultos até a criação do “Clube Cultural A Esperança que nos Une”, no qual convivi durante ano e meio de forma mais próxima e regular de um grupo reduzido mas atuante de imigrantes haitianos na cidade. Posteriormente, seguiu-se a aplicação dos primeiros questionários, a realização das primeiras entrevistas e um novo estágio da observação participante, marcadamente cultural. Por fim, a presença em reuniões de recrutamento, a mobilidade interna da migração internacional (da região rumo ao Oeste Catarinense) e a inclusão da cidade em pesquisas nacionais motivaram-me a aplicar questionário mais amplo e cientificamente rigoroso, no que percebi aspectos importantes desta presença, como sua mobilidade laboral – e no que amplio, por consequência, o próprio escopo espacial da pesquisa.

Ainda como parte integrante deste trabalho de campo de natureza qualitativa – complementado, certamente, com leituras teóricas, metodológicas e levantamento de dados sociodemográficos em fontes administrativas – pude, como seria de se prever, conhecer mais de perto as reais condições sociais, econômicas e políticas do Haiti. Entre Maio e Junho de 2016, realizei, então, trabalho de campo na cidade de Porto Príncipe, capital haitiana. Quis o destino que, neste curto intervalo de tempo de 17 dias, Brasil e Haiti se enfrentassem pela Copa América Centenário, o Congresso da Caribbean Studies Association reunisse importantes referências do estudo da emigração haitiana e seu espaço de vida, a política haitiana entrasse em transe novamente, com rupturas de acordos políticos institucionais, e grandes manifestações, severamente reprimidas, toques de recolher e ataques à símbolos estrangeiros no país me mostrassem um indecifrável Haiti. A situação, que piorara nas semanas que se seguiram a meu retorno,

me fez repensar definitivamente o emprego da expressão “O Haiti é aqui”, outrora utilizada. O Haiti não é aqui.

Esta tese apresenta uma síntese de todas essas reflexões, e algumas considerações teóricas e metodológicas que considero imprescindíveis para o estudo da presença haitiana em Santa Catarina. Ela se nutre de experiências de estudo e de campo privilegiadas, algumas das quais, no entanto, extrapolam aos limites da produção acadêmica.

No primeiro capítulo, mergulhamos na história haitiana, buscando identificar nela a formação, de um lado, de sua economia e sociedade dependentes, de sua subalternidade na divisão internacional do trabalho, e, por outro, dos fatores de expulsão populacional do país. Trata-se de um capítulo com elevado nível de abstração, situado no plano da reflexão histórica, que apresenta algumas das principais categorias oriundas da aproximação crítica que se leva à cabo nesta tese, entre os estudos histórico-estruturais e a teoria marxista da dependência.

No segundo capítulo, analisaremos os distintos processos históricos de emigração do Haiti, o espaço de vida que eles constroem e como esse mesmo espaço de vida é ampliado por transformações recentes na economia mundial e na dinâmica das migrações internacionais. Neste capítulo, os fatores de expulsão populacional, cuja formação fora vista no capítulo primeiro, ganham contornos mais concretos, pois condicionam fluxos específicos que, embora tenham particularidades de tempo e de espaço, são importantes de se compreender para que se saiba, exatamente, a originalidade do fluxo migratório ao Brasil.

No terceiro capítulo, nos concentramos na migração haitiana ao Brasil, buscando identificar seu perfil social e demográfico, bem como as características de sua inserção laboral. Analisamos as resoluções normativas que se referem à migração haitiana no Brasil, fazemos a primeira reflexão a partir das informações contidas nas fontes de dados administrativas e buscamos introduzir a análise da presença haitiana no estado de Santa Catarina.

Esta presença é, justamente, o objeto do quarto capítulo desta tese, o mais longo e mais denso, teórico e metodologicamente. Neste quarto capítulo, apresentamos a história da presença haitiana em Santa Catarina e propomos uma historização desta em duas etapas,

uma de chegada a Mesorregião do Vale do Itajaí, marcada pela mobilidade laboral a partir de processos de recrutamento ocorridos ainda na fronteira com o Peru, e pela criação das primeiras associações; e uma segunda etapa, de mobilidade laboral interna desta migração internacional, de forma dispersa no estado mas concentrada na Mesorregião Oeste. Esta é, também, a etapa de expansão do processo de participação e associação política e cultural destes imigrantes e de agravamento das contradições de sua inserção laboral. Por fim, buscamos refletir sobre as remessas de migrantes no processo específico de ampliação do espaço de vida da migração haitiana, bem como tecer considerações finais sobre a relação entre migração e desenvolvimento no Haiti.

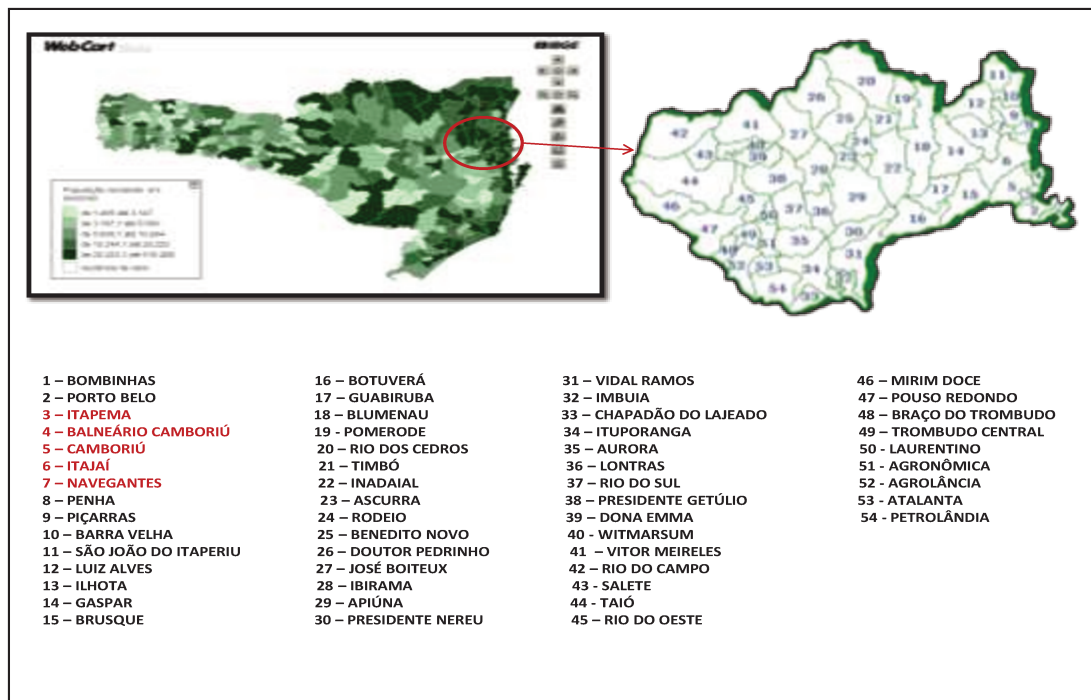
Nos quatro capítulos, em menor ou maior medida, está presente o “Aedes Haitia”, sob a forma de uma escrita que se pretende sensível e crítica ao mesmo tempo em que teórica e científica.

Introdução

Esta Tese de doutorado tem como objetivo o estudo da imigração haitiana no estado de Santa Catarina. A Tese se beneficiou das discussões e produtos originados da vinculação entre o Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO-UNICAMP/FAPESP-CNPq) e o Observatório das Migrações em Santa Catarina (UDESC-CNPq), bem como do trabalho desenvolvido nestes dois espaços.

A unidade espacial de análise desta Tese é o município de Balneário Camboriú – SC, situado na Mesorregião do Vale do Itajaí (Mapa 1). Todavia, dado que a mobilidade laboral interna no estado e as contradições da inserção laboral são também objeto desta Tese, analisaremos ainda municípios como Florianópolis (Mesorregião da Grande Florianópolis) e Chapecó (Mesorregião Oeste) e lançamos considerações teóricas que se referem a todo o estado de Santa Catarina.

Mapa 1 – Estado de Santa Catarina, Mesorregião do Vale do Rio Itajaí e municípios de análise deste estudo.



Fonte: FIBGE, 2015.

Balneário Camboriú situa-se na Mesorregião destacada (Vale do Itajaí). É nessa Mesorregião em que se situam os municípios que primeiro receberam a imigração

haitiana no estado (Navegantes, Itajaí, Camboriú e Itapema, além da própria cidade de Balneário Camboriú) e municípios que possuam, atualmente, significativos volumes de imigrantes do Haiti (como Blumenau, Itajaí e, novamente, Balneário Camboriú), não apenas no mercado formal de trabalho destas cidades como também em sua composição étnica e social, especialmente em bairros específicos.

A presença haitiana nos municípios da Mesorregião esteve associada, em um primeiro momento, a processos de recrutamento da força de trabalho haitiana nas cidades fronteiriças dos estados do Acre e Amazonas e também na cidade de São Paulo. Este processo mereceu atenção das pesquisas que já se levavam a cabo nestas regiões e que captaram sucessivos recrutamentos de trabalhadores imigrantes, haitianos e haitianas, para empresas do sul do país (MAMED e LIMA, 2016; PARISE, 2016; SILVA, 2016). Com a concentração dos primeiros imigrantes nas cidades da região e sua inserção social e laboral (MAGALHÃES e BAENINGER, 2016), deu-se então, um segundo momento desta presença, marcado pela atuação das redes sociais organizadas pelos primeiros imigrantes. Segundo levantamento realizado pela Associação dos Imigrantes Haitianos de Navegantes (ASHAN), nestas cidades residiam, em meados de 2014, mais de 2.200 imigrantes haitianos (ASHAN, 2014). Igualmente, Fernandes (2014) destacou a importância relativa de Itajaí, Navegantes e Balneário Camboriú no rol dos principais destinos da imigração haitiana no Brasil até 2014. Segundo os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), dos 6.015 imigrantes haitianos admitidos no mercado de trabalho formal em Santa Catarina em 2014, 579 foram admitidos em Itajaí e 401, em Blumenau.

O Haiti possui uma formação econômico-social marcada historicamente pela dependência (CASTOR, 1978; GRONDIN, 1985; PIERRE-CHARLES, 1990) e subalternidade na divisão internacional do trabalho: no processo de sua conversão de colônia mais próspera do mundo colonial francês nos séculos XVI e XVII a país mais pobre da América atualmente, o Haiti produziu e reproduz ainda fatores de expulsão populacional que resultam em uma tradição migrante no país (CASTOR, 1978; MAGALHÃES e BAENINGER, 2016). De fato, o modo de produção capitalista desenvolve-se a partir do desenvolvimento desigual de suas partes constituintes (FRANK, 1978; MARINI, 2000), onde o processo de expansão pelo mundo adquiriu características específicas segundo o tempo e o lugar, e agrupou os países em uma

estrutura de divisão internacional do trabalho caracterizada pela existência de centro e periferia (AMIN, 1974; FRANK, 1978; WALLERSTEIN, 2001). Sua dinâmica desigual condiciona diretamente o processo de migração internacional (BRITO, 1995; CASTOR, 1978; COVARRUBIAS, 2010; GROSFOGUEL, 2007), produzindo historicamente fatores de expulsão e atração populacional, colocando povos em constante movimento (BRITO, 1995), como o povo haitiano, por exemplo (CASTOR, 1978; DURAND, 2014; MAGALHÃES e BAENINGER, 2016).

Esta tradição migrante insere o país na dinâmica das migrações internacionais pelo menos desde o final do século XIX (CASTOR, 1978; COTINGUIBA, 2014; SEGUY, 2014) e início do século XX, período no qual formaram-se grandes fluxos migratórios rumo a países como República Dominicana e Cuba (CASTOR, 1978) inicialmente, e após a segunda metade do século XX, França, Canadá e Estados Unidos (BUCHANAN, 1979; GLICK-SCHILLER e FOURON, 1999; LAGUERRE, 1984; MAGALHÃES e BAENINGER, 2014; MITCHELL, 1994; STEPICK, 1992). Nos últimos anos, a crise capitalista tem resultado em aumento do desemprego nos países centrais (CEPAL, 2009), provocando o fortalecimento do discurso e da prática xenófobos (COVARRUBIAS, 2010; DURAND, 2014), o que tem se traduzido em dificuldades dramáticas aos povos migrantes, desde a chegada a estes países até as condições em que se dá a inserção social e laboral (COVARRUBIAS, 2010). Embora esta crise capitalista tenha momentos diferentes segundo os países em que ela se manifestou (dado que originada nos Estados Unidos, incidiu sobre as economias nacionais europeias somente em 2008 e sobre a periferia do sistema capitalista posteriormente) optamos aqui por defini-la de uma forma mais geral, como crise sistêmica deflagrada entre 2007 e 2008.

Esta deterioração das condições de vida e de trabalho acarreta em transformações na dinâmica migratória internacional, com a expansão do espaço de vida (DOMENACH, 1996; DOMENACH e PICOUE, 1987; COURGEAU, 1989) da emigração haitiana, através da redefinição dos destinos migratórios (MAGALHÃES e BAENINGER, 2016). É neste contexto que a emigração haitiana dirige-se ao Brasil, após o ano de 2010 (FERNANDES, 2014; MAGALHÃES e BAENINGER, 2016).

Esse direcionamento, como veremos, dá-se em resultado de transformações operadas em três dimensões: na economia capitalista mundial, cuja crise deteriorou as

condições de vida e de trabalho dos imigrantes nos países centrais (CEPAL, 2009); na sociedade haitiana, com o agravamento da instabilidade econômica, política e institucional especialmente após 2004, quando se inicia mais um ciclo de intervenção estrangeira no país (SEITENFUS, 2014); e da economia brasileira, em expansão no limiar da primeira à segunda década do século XXI (MATTEI e MAGALHÃES, 2011), que, pelas contradições específicas de seu capitalismo dependente, já havia se direcionado, econômica e militarmente, ao Haiti (LUCE, 2011; ZIBECHI, 2012).

A presença brasileira no Haiti, fruto não de opções pessoais ou administrativas mas sim das próprias condições e contradições de seu processo de expansão ao exterior a partir de 2004, e a posterior constituição de um fluxo de migrantes haitianos no Brasil motiva-nos a ousar propor a noção de “migração de dependência”, cujo significado explicitaremos nesta tese.

Nesse contexto, esta Tese tem como objetivo analisar, a partir de uma aproximação crítica entre a perspectiva histórico-estrutural (PATARRA e BAENINGER, 1995; SINGER, 1995) e a teoria marxista da dependência (MAGALHÃES, 2013; MARINI, 2000; MARINI, 2012), a recente imigração haitiana ao Brasil, que atingiu um volume estimado de pelo menos 75.000 imigrantes no final de 2015, identificando seu perfil social, demográfico e econômico. Objetiva-se situar o processo emigratório haitiano no âmbito de sua formação econômico-social, apontando os seus principais momentos e permitindo o entendimento das especificidades do fluxo ao Brasil. Busca-se caracterizar a imigração haitiana em Santa Catarina, não apenas a partir da concentração inicial dos imigrantes em municípios da Mesorregião do Vale do Itajaí, particularmente em Balneário Camboriú, como também de sua mobilidade interna no estado, principal elemento da dispersão da imigração haitiana no território catarinense.

Além disto, constitui um dos objetivos a análise das remessas realizadas por estes migrantes, no que refletiremos sobre seus efeitos para a economia haitiana e sua forma de utilização pelas famílias receptoras. A metodologia contempla a revisão teórica da emigração haitiana e o estudo empírico de sua presença no Brasil, com base nos resultados das pesquisas nacionais existentes sobre o tema, fontes de dados administrativas e trabalho de campo realizado em cidades do sul do Brasil – bem como no próprio Haiti, em Porto Príncipe, de 31 de Maio a 16 de Junho de 2016.

As páginas que compõem esta Tese objetivam contextualizar a importância das migrações internacionais na formação econômico-social do povo haitiano, buscando definir sua tradição migrante desde uma perspectiva histórico-estrutural, bem como : i) contextualizar a migração haitiana ao Brasil no âmbito do processo emigratório geral do Haiti; ii) caracterizar a presença haitiana em Balneário Camboriú; e iii) analisar a mobilidade interna em Santa Catarina deste fluxo migratório internacional.

Esta Tese possui duas hipóteses principais, que buscaremos analisar: inicialmente, a hipótese de que a presença haitiana no Brasil guarda relação com a crise capitalista de 2008 e o consequente agravamento das restrições migratórias nos destinos consolidados (Estados Unidos e França, sobretudo), redirecionando o fluxo da emigração haitiana para o Brasil, onde a busca por estes trabalhadores e trabalhadoras, e seu baixo custo, se traduziria em uma “síndrome imigratória” em algumas localidades no país, como é o caso do Balneário Camboriú. A segunda hipótese principal é a de que a condição de “dependência de remessas” no Haiti possa condicionar a redefinição dos destinos migratórios preferenciais e orientá-los, particularmente após a crise capitalista recente nos países centrais (alguns dos quais destinos históricos da emigração haitiana, como Estados Unidos e França), a novos destinos, como o Brasil. Em outras palavras, investigamos, sob esta hipótese, se as remessas de migrantes podem ser consideradas, no tocante específico à emigração haitiana, como um elemento da dinâmica migratória.

De modo a nos aproximarmos dos objetivos propostos e da verificação das hipóteses enunciadas acima, estruturamos esta Tese em 4 capítulos.

No capítulo 1, intitulado “Haiti e Migração Internacional: economia colonial e dependência”, buscamos identificar as origens e razões históricas da constituição do Haiti como um país migrante, refletindo acerca do processo de expulsão populacional do país como um fenômeno social e histórico amplo, com raízes na consolidação do país como uma economia dependente. Este resgate histórico percorrerá as principais fases estruturais da formação econômica e social haitiana, refletindo sobre a relação entre o desenvolvimento do capitalismo e a mobilidade populacional, especialmente a internacional.

No capítulo 2, intitulado “Crise Capitalista e ampliação do espaço de vida da emigração haitiana”, buscamos investigar os processos históricos de emigração haitiana, definindo mais precisamente em perspectiva histórica a expressão “povo migrante”.

Entendendo que cada processo de emigração haitiana se constitui historicamente e possui suas especificidades, analisaremos as principais manifestações desta mobilidade e as transformações que acreditamos que a condicionam, como as crises capitalistas, a seletividade migratória, o agravamento das tensões econômicas, políticas e sociais do Haiti e a própria presença brasileira no país, a partir da coordenação da Missão de Estabilização da Paz no Haiti, a Minustah. Em relação ao capítulo anterior, o capítulo 2 apresenta um nível de abstração inferior, e busca contextualizar com isso a própria emigração haitiana ao Brasil, objeto do capítulo 3 desta Tese.

O capítulo 3 desta Tese, intitulado “Da Emigração do Haiti à Imigração Haitiana no Brasil” objetiva analisar a imigração haitiana no Brasil no contexto dos processos históricos de emigração haitiana, buscando identificar as particularidades deste fluxo que se forma e se expande após 2010 e teorizar sobre suas origens, condições e contradições. O estudo da emigração haitiana no Brasil, no que tange às suas causas, será realizado através de uma perspectiva de análise que combina fatores internos ao Haiti, fatores próprios da conjuntura econômica e migratória internacional e fatores particulares da economia e da legislação migratória brasileira. Como se verá mais detidamente no capítulo 3, consideramos que apenas uma análise que contemple estas três dimensões pode se aproximar de uma explicação da imigração haitiana no Brasil como um fenômeno social e histórico. Ainda no capítulo 3, analisaremos o perfil social e demográfico dos imigrantes haitianos no Brasil, com base em dados administrativos, e de um grupo de imigrantes haitianos entrevistado em pesquisa qualitativa nacional a qual esta Tese se vinculou.

No capítulo 4, intitulado por sua vez “Imigrantes haitianos no estado de Santa Catarina – SC” analisamos as principais características da presença haitiana no estado. Especificamente na cidade de Balneário Camboriú, refletimos sobre as trajetórias migratórias, situação de permanência, sexo, idade, escolaridade, trabalho, etc, as principais variáveis do perfil social e demográfico da presença haitiana na região. Apresentaremos também as duas fases da presença haitiana na região, conferindo atenção também ao movimento de dispersão pelo estado e posterior concentração no Oeste Catarinense (que definem, precisamente, a segunda fase desta presença). Neste último ponto, teorizaremos, com base em informações colhidas em trabalho de campo de natureza qualitativa em municípios catarinenses, sobre as contradições do processo de inserção laboral da força de trabalho haitiana no mercado formal de trabalho em

Santa Catarina, particularmente na agroindústria. Apresentaremos, por fim, uma perspectiva de análise sobre as remessas de migrantes – originadas nesse contexto de inserção laboral precária ainda que predominantemente no mercado formal de trabalho – capaz de sintetizar a relação entre a redefinição dos fluxos migratórios, a opção pelo Brasil, as contradições laborais a que estão submetidos e a manutenção dos laços familiares através de envio das remessas. Em outras palavras, a relação entre migração, desenvolvimento e reprodução das desigualdades sociais, tanto na origem como no destino. Esta relação será investigada a partir de dois conceitos específicos como o de “dependência de remessas” e o de “síndrome emigratória”.

Capítulo 1 – Haiti e Migração Internacional: economia colonial e dependência

Ao avançarmos na aproximação crítica entre a perspectiva Histórico-Estrutural e a Teoria Marxista da Dependência (TMD), aproximação esta já desenvolvida em outros trabalhos¹, buscamos aprofundar a colaboração teórica mútua entre dois campos do conhecimento social: a Demografia e a Economia Política. Esta articulação teórica resulta da complexidade do fenômeno em questão (ALMEIDA e BAENINGER, 2013) e da necessidade aberta por ele de um marco interpretativo que não o reduza a apenas uma de suas dimensões, mas pelo contrário, que perceba suas múltiplas dimensões e condicionantes, capte as relações existentes no interior deste fenômeno.

Em outras palavras, consideramos que a natureza estrutural, histórica e social do processo migratório, tanto interno como internacional, é melhor definida no âmbito de enfoques teóricos capazes de correlacionar não apenas a Demografia com a Economia Política como também a migração com o desenvolvimento. Segundo Canales (2015), os processos migratórios internacionais são um elemento importante desta relação, pois contribuem à reprodução demográfica, à reprodução do capital e à reprodução social – inclusive das desigualdades na reprodução social.

Essa relação nos coloca uma exigência teórica imediata: a de definir de forma precisa os conceitos utilizados, dado que provém de dimensões analíticas diferentes:

No debate sobre a relação migração-desenvolvimento, ambos termos da equação parecem ser usados como categorias abstratas e mutuamente relacionadas. Em outras palavras, quando se debate sobre a relação migração-desenvolvimento, antes de posicionar-se em uma ou outra trincheira acadêmica e política, cabe perguntar de que migração e de que desenvolvimento estamos falando. Portanto, em cada uma das posições e enfoques assinalados, ambas categorias, migração e desenvolvimento, parecem ser conceitos de igual dimensão conceitual, histórica e empírica, quando, na realidade, se tratam de conceitos de níveis de análise muito

¹ Consultar: MAGALHÃES, Luís Felipe Aires. **Migração Internacional e Dependência na Divisão Internacional do Trabalho: um estudo da região sul de Santa Catarina**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas, Unicamp. Campinas, 2013; e MAGALHÃES, Luís Felipe Aires. Remessas e migrações internacionais: elementos teóricos. In: BAENINGER, Rosana (Org.). **Migração Internacional**. Coleção Por Dentro do Estado de São Paulo.V. 9. Campinas: Núcleo de Estudos de População – NEPO/Unicamp, 2013. ps. 35-63.

diferentes, assim como de diferentes dimensões e graus de abstração (CANALES, 2015, ps. 53-54).

Partindo desta advertência teórica e metodológica de Canales (2015), antes, portanto, de definir em perspectiva histórica o que é o “desenvolvimento” do Haiti, de onde parte o fluxo analisado nesta Tese, é necessário definir de forma mais precisa o que entendemos por migração internacional.

As migrações internacionais são um fenômeno social (SINGER, 1995; MARTES, 2000), produzido pelas contradições do Modo de Produção Capitalista em escala global (CASTOR, 1978). Estas contradições distribuem de forma desigual no espaço as relações de produção e de reprodução do capital (MARX, 1848/2009; FRANK, 1978). A desigualdade, neste sentido, não está em haver mais ou menos capitalismo neste ou naquele país, mas sim está em haver dinâmicas particulares de desenvolvimento do capitalismo nestes países (MARINI, 2000). São estas formas específicas com que o Modo de Produção Capitalista desenvolve-se no espaço que criam as desigualdades sociais, econômicas, políticas e de muitas outras ordens existentes. Estas formas combinam-se, relacionam-se, não estão isoladas entre si, de modo o capitalismo global não se desenvolve apesar mas sim em decorrência deste seu desenvolvimento desigual no espaço (FRANK, 1978).

A história da imigração se vincula à expansão do capitalismo com circulação de capital, mercadorias e pessoas, construindo um excedente populacional. No contexto atual, é importante destacar que esse excedente populacional corresponde às necessidades geradas tanto na área de origem como na área de destino, compondo um movimento transacional, que acompanha o capital e a inserção das localidades na divisão social e territorial do trabalho em âmbito nacional e internacional (BAENINGER, 2016, p. 19).

Embora a mobilidade humana seja uma característica do próprio processo de povoamento e ocupação do solo terrestre, antecedendo com isto o desenvolvimento do Modo de Produção Capitalista, pode-se afirmar que exista uma especificidade do processo migratório na condição capitalista: a produção e a apropriação da mobilidade pelas forças econômicas do capital, que convertem os seres humanos em trabalhadores móveis, inicialmente dentro das fronteiras de um Estado Nacional, e em trabalhadores mundiais, estabelecendo inclusive hierarquias étnicas, raciais e de gênero entre eles (GAUDEMAR, 1977; CASTOR, 1978; GROSGOUEL, 2007; COVARRUBIAS, 2010). Estas hierarquias, que produzem verdadeiras classes de sujeitos (CASTOR, 1978; GROSGOUEL, 2007; COVARRUBIAS, 2010), são postas em movimento à medida que as condições materiais e os elementos da reprodução social também se

distribuem de forma desigual no espaço – não por acaso, mas sim como consequência do desenvolvimento desigual do capitalismo no espaço (BRITO, 1995).

Uma das características da história do capitalismo tem sido a intensa mobilidade espacial da população. Dentro de cada país, as cidades se transformaram em lócus hegemônico da acumulação de capital, acelerando os processos de urbanização, fruto não só do crescimento vegetativo da população mas, principalmente, das migrações internas originárias do campo (...). Mas estas migrações também ocorrem entre os diferentes países, constituindo um outro traço do desenvolvimento do capitalismo. Há um permanente fluxo internacional de população que, em determinadas circunstâncias, tem se acentuado. A história recente não poderia ser bem compreendida se não fosse considerada a interação entre os países através das suas populações. A própria identidade de muitos deles, a sua constituição como nação, foi um produto do movimento internacional de diferentes povos (BRITO, 1995b).

As migrações internacionais revelam, desta forma, as desigualdades no acesso a trabalho, renda, consumo, formação profissional etc. Em síntese, a ausência de mobilidade social. Não devemos com isto identificar de maneira automática migração internacional com pobreza (BAENINGER, 2013): não são apenas os elementos mais básicos da reprodução humana os que se distribuem de forma desigual, mas também aqueles mais restritos e privados, que põem em movimento, de forma crescente, setores sociais mais privilegiados em suas estratificações sociais nacionais, como médicos, cientistas e técnicos, entre outros trabalhadores qualificados (PELLEGRINO, 2004; SOLIMANO, 2003). Nestes casos, tais sujeitos sociais, ao migrarem, também formam por seu turno uma modalidade específica de migração internacional – a fuga de cérebros ou migração qualificada. Essa modalidade migratória, portanto, também está relacionada à necessidade material de reprodução social e inserção laboral (PELLEGRINO, 2004; SOLIMANO, 2003).

Mas por se constituírem em fenômeno social, as migrações internacionais não põem os povos em movimento de forma homogênea e uniforme, senão que os fluxos tendem a se constituir segundo a natureza específica do migrante enquanto sujeito de uma classe social (CANALES, 2015). Assim, de acordo com Canales (2015), existem verdadeiras estratificações do migrante internacional, associadas às próprias estratificações sociais da origem (SINGER, 1995, CANALES, 2015), que formulam as questões mais diversas de seu deslocamento (desde a condição da viagem até o local de destino) segundo um conjunto de condições materiais que lhe estão disponíveis. A migração internacional é produto desta estratificação social e de classe, tem suas características condicionadas pela posição que o migrante ocupa nesta estratificação

social e de classe e, ao incidir nas estruturas produtivas da economia de destino, reproduz esta mesma estratificação social e de classe (CANALES, 2015).

Se a migração é um processo que não apenas é estruturado pelas condições históricas, senão que, ademais, é um fator estruturante do social, então resulta não apenas relevante e pertinente, como absolutamente necessário e imprescindível, analisar e conceitualizar a migração a partir de sua contribuição à dinâmica e movimento da sociedade, isto é, sua capacidade para incidir nas formas que adota nesta conjuntura histórica o processo de reprodução da sociedade global e pós-moderna (CANALES, 2015, p. 169).

Não nos é forçoso concluir, partindo destes princípios teóricos e metodológicos, que a migração é resultado de condições e contradições sociais específicas dos pontos inseridos nesta mobilidade (cada vez menos delimitados em um ponto de origem e um de destino). A migração internacional, portanto, possui especificidades em termos de fluxos que exigem, via de regra, formulações teóricas em níveis diferentes de abstração (DURAND, 2014; BAENINGER, 2013).

Não apenas as condições econômicas colocam os povos em movimento, mas também as condições políticas, ambientais², sociais e culturais. Um fenômeno tão complexo como as migrações muito raramente é definido por apenas uma destas condições (BAENINGER, 2012). Pelo contrário: essas condições se revelam como as faces mais visíveis de um mesmo processo social. Constituído como tal, um fluxo migratório internacional é perpassado, portanto, pela atuação conjunta destes fatores, de modo a exigir, para seu estudo, uma análise totalizante, que incorpore formulações teóricas específicas destes fatores, sob pena de identificar apenas uma de suas múltiplas dimensões. Como veremos, o caso da migração haitiana ao Brasil expressa essa complexidade: possui condições econômicas, políticas, e ambientais.

De igual forma, as migrações internacionais são um fenômeno histórico (SINGER, 1995; CANALES, 2015). Não apenas porque o homem, ao buscar sua reprodução social, depara-se com uma base material que lhe é legada pelas gerações anteriores e, por isso, ele mesmo é produto destas (PINTO, 1973), mas também porque as condições que colocam os povos em movimentos – e também as condições que

² A reflexão sobre a mobilidade condicionada por transformações, eventos e desastres ambientais vincula-se a um fértil campo de conhecimento sobre a relação entre população e ambiente (HOGAN, 2007; OJIMA e MARANDOLA, 2012). No que se refere especificamente à migração haitiana, algumas reflexões tem sido levadas a cabo no sentido de interpretar, em perspectiva histórica, algumas consequências da vulnerabilidade socioambiental sobre as decisões de migrar (BAPTISTE e VIEIRA, 2016; FARIA, 2016; SILVA, 2016). Em BAENINGER, Rosana (Org). Imigração Haitiana no Brasil. Jundiaí: Paco Editorial, 2016. 684p, são reunidos importantes registros teóricos da relação ambiente, mobilidade e reconhecimento jurídico da migração haitiana no Brasil.

restringem este mesmo movimento – não se produzem sob geração espontânea, mas sim refletem etapas e momentos do desenvolvimento do capitalismo em escala global (BRITO, 1995; BAENINGER, 2013). Assim, pode-se identificar faces e fases da migração internacional (BAENINGER, 2012), desde aquelas mais identificadas com a expansão do capitalismo no Novo Mundo (BRITO, 1995), até as atuais, identificadas por seu turno com as transformações recentes da divisão internacional do trabalho (BAENINGER, 2012), como a crise econômica pós-2008 (CEPAL, 2009), o agravamento das tensões migratórias e, o que importa especificamente aos objetivos deste trabalho, a expansão subimperialista (MARINI, 2000; MARINI, 2000; LUCE, 2007; LUCE, 2011; MARINI, 2012; MAGALHÃES, 2014a) do Brasil no exterior. São fenômenos que atualmente têm produzido novos fluxos na migração internacional (MAGALHÃES e BAENINGER, 2016), como o circuito Sul–Sul (BAENINGER, 2015), e condicionado a formação de fluxos migratórios recentes (PATARRA e BAENINGER, 1996) do e para o Brasil (ASSIS e SASAKI, 2001).

É diretamente a esta dimensão histórica do processo migratório a que nos referimos quando abordamos os diferentes momentos da emigração internacional haitiana: tanto as forças de expulsão populacional como as forças de atração populacional são formadas historicamente, razão pela qual os haitianos não migram sempre para o mesmo lugar – como não o fazem também da mesma forma

Aspectos sociais, econômicos e históricos revelam a complexidade do fenômeno das migrações internacionais (BAENINGER, 2013). Exatamente por sua condição social e histórica é que a própria forma, modalidade e significado das migrações têm também se alterado. Especialmente as três últimas décadas do século XX mostraram uma diversificação dos sentidos, tempos, distâncias e razões das migrações (MARTINE, 1982; ASSIS e SASSAKI, 2001; ALMEIDA e BAENINGER, 2013), motivando uma reflexão sobre o próprio alcance teórico do conceito de “migração” (MARTINE, 1982), a emergência de novas formas de mobilidade (ALMEIDA e BAENINGER, 2013; BAENINGER, 2012) e os desafios teóricos e metodológicos de seu estudo (SILVA, 2005; BAENINGER, 2012; ALMEIDA e BAENINGER, 2013).

A formação de novos fluxos migratórios, como é o de haitianos no Brasil, revela que há transformações também na dinâmica das migrações internacionais (BAENINGER, 2013), relacionadas às novas etapas e contradições do processo de

desenvolvimento do capitalismo (BRITO, 1995), particularmente a crise nos países centrais e o agravamento nestes da seletividade migratória. Isso posto, é preciso compreender quais são, precisamente, as transformações que ocorreram ou que ainda estão em curso tanto no Haiti como no Brasil, e que novas abordagens e metodologias o fluxo formado destas transformações exige. É neste sentido que pretendemos esta aproximação crítica entre a perspectiva histórico-estrutural e a teoria marxista da dependência.

A perspectiva histórico-estrutural será particularmente útil para o estudo das forças de expulsão populacional no Haiti. Estas forças, dado que são históricas e promovem movimentos migratórios no país desde pelo menos o início do século XIX, quando o desenvolvimento desigual entre Haiti e República Dominicana passa a condicionar a migração de trabalhadores haitianos para o serviço na produção açucareira dominicana (CASTOR, 1978), adquirem especificidades. As fases da migração internacional à Cuba, França, Canadá e Estados Unidos (CASTOR, 1971; CASTOR, 1978; REIS, 2007; DURAND, 2014) revelam a importância de um olhar atento das forças de expulsão populacional, e é neste sentido em que inserimos a teoria marxista da dependência.

O agravamento das condições econômicas, sociais e ambientais explica, em grande medida, porque historicamente emigram os haitianos (CASTOR, 1971; CASTOR, 1978; CASTOR, 2008; DURAND, 2014), mas não são suficientes para explicar porque emigram especificamente ao Brasil. Para elucidar esta questão, apresentamos uma análise alicerçada em três dimensões: a conjuntura internacional, dos fatores que dificultaram a emigração aos destinos historicamente definidos como preferenciais (Estados Unidos e França); a conjuntura haitiana, dos fatores decorrentes da degradação econômica, social e política no país nos últimos anos, o amplo histórico de produção de expulsão populacional do Haiti e a própria presença brasileira no país e, por fim; a conjuntura brasileira, de crescimento econômico com relativa inclusão social, de realização de grandes obras para eventos internacionais e expansão de setores da economia contratadores de força de trabalho estrangeira – culminando com a criação de 14.725.039 empregos nos 7 anos anteriores à chegada da imigração haitiana no Brasil, mais precisamente de janeiro de 2003 a setembro de 2010, segundo dados da Relação Anual de Indicadores Sociais – a RAIS.

A teoria marxista da dependência revelaria, então, aspectos centrais destas três dimensões. Enquanto os principais destinos sofriam de forma mais direta os efeitos da crise capitalista, o Brasil adotava políticas anticíclicas que, como sabemos hoje, mesmo sem romper com a dependência, aproveitavam-se da valorização dos preços internacionais de suas *comodities* e ampliavam o acesso ao consumo via expansão do crédito, só possível com o recurso a empréstimos e financiamentos internacionais. Formou-se com isso um ciclo de expansão do capital na economia dependente, que manteve a superexploração da força de trabalho (LUCE, 2012), mas que criou a imagem de um país que concilia crescimento econômico com inclusão social³.

Outro aspecto deste ciclo é a expansão brasileira ao exterior, como forma de obter fontes energéticas e matérias-primas mais baratas e como mecanismo de realização da mais-valia criada internamente que não é absorvida, mesmo com expansão do consumo, pelo mercado interno (LUCE, 2011). Esta expansão leva o Brasil ao Haiti alguns anos antes de o Haiti encontrar o Brasil (LUCE, 2007; LUCE, 2011; MAGALHÃES e BAENINGER, 2014). A presença econômica e militar brasileira no país caribenho, controlando as reconstruções e no comando da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (Minustah) reforça a importância da categoria do subimperialismo para a interpretação do fenômeno, bem como a situação de dependência de remessas e superexploração da força de trabalho a que são submetidos estes imigrantes já no Brasil (LUCE, 2011; MAGALHÃES, 2014a).

Em relação ao estudo da imigração haitiana em Santa Catarina, para se alcançar os objetivos propostos e verificar as hipóteses apresentadas faz-se necessário ainda uma metodologia de pesquisa que combine trabalho de campo de natureza qualitativa, revisão teórica da literatura existente sobre a emigração haitiana e especialmente a emigração haitiana no Brasil e, ainda, a utilização de fontes de dados demográficos e também administrativos, sobretudo porque estamos nos referindo a um fluxo que se forma e se expande depois do último Censo Demográfico brasileiro.

³ Além destes dois processos, contribuiu de forma decisiva para a orientação do fluxo haitiano ao Brasil a diplomacia internacional, a legislação de livre trânsito e a criação e a emissão de um visto específico aos haitianos, o visto de ajuda humanitária, que se constitui como uma razão migratória importante, especialmente diante das tensões migratórias nos destinos tradicionais da emigração haitiana. Retornaremos com mais profundidade a este tema no Capítulo 2 desta Tese.

1.1 A produção histórica dos fatores de expulsão populacional no Haiti.

Neste item do capítulo 1, buscaremos iniciar a reflexão sobre produção histórica dos fatores de expulsão populacional no Haiti. Especificamente no presente item, analisaremos a forma particular com que o capitalismo mundial incorpora o Haiti a seu sistema de produção, em uma etapa definidamente mercantil, bem como as repercussões desta incorporação para a formação econômico-social haitiana (BAGU, 1992; JAMES, 2010; SEGUY, 2014). Objetivaremos, ainda, iniciar a descrição desta formação enquanto dependente (CASTOR, 1978; GRONDIN, 1985; MAGALHÃES e BAENINGER, 2014), a julgar pelas principais características deste processo de incorporação histórica.

Para entendermos a produção histórica dos fatores de expulsão populacional no Haiti, de modo a situarmos as especificidades do processo emigratório desde o país ao Brasil nos últimos anos, faz-se necessário analisar o modo particular com o que Haiti incorporou-se ao sistema capitalista mundial, ou seja, a modalidade específica de desenvolvimento capitalista na América Latina e no país.

Como vimos, o Modo de Produção Capitalista desenvolve-se a partir do desenvolvimento desigual de suas partes constituintes. Mas o estabelecimento do capitalismo enquanto um sistema mundial é também um processo histórico, no qual a América Latina em geral e o Haiti em particular cumpriram um papel de vital importância.

O desenvolvimento das formas de produção capitalistas⁴ tem seu início na dissolução do sistema social e econômico feudal na Europa (SCHUMPETER, 1964). Este sistema vigorou durante séculos assentado em relações de suserania e vassalagem, e fez surgir, no hiato existente entre os proprietários de terras e os camponeses vassalos, uma classe incipiente de mercadores e pequenos produtores tidos como improdutivos –

⁴ O estudo do surgimento e da expansão do Modo de Produção Capitalista tem na Economia Clássica um importante momento de reflexão sobre as questões cruciais do capitalismo, como as classes sociais, a divisão do produto do trabalho social em renda, lucro e salário, o trabalho produtivo e improdutivo, a função do Estado na Economia e o comércio, interno e externo. Pelos limites colocados pelo objeto desta Tese, não podemos nos aprofundar demasiado nestas reflexões, mas rendemos aqui a justa referência a dois economistas clássicos sobre os quais se amparam boa parte da teoria econômica contemporânea: Adam Smith e David Ricardo. Do primeiro, consultar SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo, Nova Cultural, 2ª edição. 1985. Do segundo, consultar RICARDO, David. **Princípios de Economia Política e Tributação**. São Paulo: Abril. Cultural, 1982.

dado que o critério da produção de riqueza e valor era o trabalho na terra. Esta classe sofre as restrições de um sistema político e econômico que, emanando regras e instituições desde o Clero e a Aristocracia rural, mantém o status quo inalterado. A proibição do lucro comercial, da usura e mesmo da propriedade privada (para aqueles não pertencessem à Aristocracia ou ao Clero) operavam como impeditivos ao desenvolvimento de outras formas de produção e, com isto, de outras forças e grupos sociais (SCHUMPETER, 1964). Aquela classe de mercadores e pequenos produtores percebe, prontamente, que transformar-se de classe em si a classe para si exigiria a superação deste sistema e a criação e desenvolvimento de novos valores sociais, de uma nova ideologia e visão de mundo. Logicamente, construir uma nova ordenação social e econômica que altere a estrutura do sistema vigente exige a supressão de relações sociais e classes sociais que supõem, necessariamente, uma revolução. Essa consciência histórica é, no entanto, produto de transformações econômicas e sociais que se gestavam pelo menos desde o Século X (SCHUMPETER, 1964).

Embora já existisse anteriormente, só a partir do século dez, vagarosamente, começa a empresa capitalista a minar as bases das instituições feudais (que, embora por muito tempo tivessem agrilhado o agricultor, também o protegeram, e ao artesão) e a desenvolver os contornos dos padrões econômicos que ainda são, ou eram até recentemente, os nossos próprios. Em fins do século quize, muitos dos fenômenos que habitualmente associamos à imprecisa palavra Capitalismo foram tomando corpo, inclusive os grandes negócios, a especulação do capital e de mercadorias, e a alta finança (...). Mesmo então esses fenômenos não eram novos. Apenas sua importância absoluta e relativa era realmente original. O desenvolvimento da empresa capitalista, entretanto, criou não somente novos padrões e problemas econômicos como também uma nova atitude diante de todos os problemas. A ascensão da burguesia comercial, financeira e industrial alterou, naturalmente, a estrutura da sociedade europeia e, em consequência, seu espírito, ou se preferirem, sua civilização. O ponto mais evidente a este respeito é que a burguesia adquiriu poderes para defender seus interesses (...). O mais essencial é compreender que muito sem respeito da defesa de seus interesses, o homem de negócios, quando aumentou seu peso na estrutura social, deferiu à sociedade uma fração crescente de seu espírito, como procedia o cavaleiro em situação correspondente. Os hábitos mentais particulares gerados pelo trabalho no ramo de negócios, o esquema de valores que deles emana e a atitude relativa à vida pública e privada que é característica sua, vagarosamente se imiscuíram em todas as classes e por todos os campos de ação e pensamento humanos (SCHUMPETER, 1964, ps. 112-112).

As condições econômicas, sociais e políticas que permitiram, então, à burguesia ascendente constituir-se enquanto força real, embora fossem efetivadas de forma revolucionária (especialmente na França, na Inglaterra e nos Estados Unidos), foram gestadas em um longo processo histórico no qual, antes de superar o feudalismo, o capitalismo fora por ele próprio criado. “A sociedade dos tempos feudais continha todos

os germes da sociedade da época capitalista. Esses germes desenvolveram-se gradativamente, cada etapa cumprindo sua tarefa e produzindo novo incremento nos métodos e espírito capitalistas” (SCHUMPETER, 1964, p. 113).

Na Europa pré-revolucionária, os camponeses aproximavam-se desta burguesia nascente criando uma nova força social que impelia o Clero e a Aristocracia a fazer concessões. Estas concessões, como a permissão da usura, do lucro comercial e da propriedade privada, permitem à burguesia consolidar sua posição social. Esta, todavia, exigia, para a efetivação de seu poder econômico, o aumento também de seu poder político. O caráter revolucionário desta classe passa a constituir-se enquanto a consecução de seu projeto social supõe a transformação radical do sistema de domínio social feudal vigente até então (MARX e ENGELS, 1848/2009). As revoluções burguesas na França e na Inglaterra exprimem estas disputas, e delas nascem as novas cidades, o sentimento nacional, a ideia e a estrutura de um Estado Nacional e a própria era moderna. A burguesia, não sem o apoio tático dos setores menos privilegiados do sistema social feudal, recria o mundo à sua imagem e semelhança e estrutura um novo sistema ideológico produto e produtor das novas relações de produção de riqueza (SCHUMPETER, 1964).

Este processo histórico desenvolve-se inicialmente em um conjunto restrito de países, em contato por sua vez com áreas próximas do norte da África e do oeste da Ásia. A natureza das novas formas de acumulação, centradas na expansão comercial e financeira, impelia, no entanto, este desenvolvimento do capitalismo mercantil para outras áreas do mundo. Com a assunção do lucro comercial à posição de critério das relações sociais de produção e de distribuição, o capital sai à busca de novos espaços de valorização.

A chamada Era das Grandes Navegações expressa a necessidade do nascente sistema capitalista a procurar fontes de riqueza e de trabalho para a expansão dos níveis de acumulação (FRANK, 1980). Ao mesmo tempo em que ela exigia determinadas condições técnicas, navais e militares, exigia também o desenvolvimento do Estado como agente financiador e do Clero como legitimador da missão mercantil⁵. A reunião

⁵ A chamada Revolução Mercantil constitui uma etapa importante da formação da divisão internacional do trabalho e da história das relações entre o que hoje entendemos como centro e periferia. A ela seguiu-se um processo civilizatório que erigiu o sistema de economia colonial e o mercado mundial de mercadorias. Darcy Ribeiro (1985) reconta a história da humanidade a partir da sucessão de revoluções

destas condições constituiu uma verdadeira revolução: a revolução mercantil (RIBEIRO, 1985). Estas técnicas e equipamentos reunidas por Espanha e Portugal (muitas das quais herdadas do domínio mouro na região ibérica) foram colocadas à serviço da expansão comercial, de modo que estes mesmos países, os primeiros Estados modernos da Europa (RIBEIRO, 1985), largaram à frente no domínio dos outros continentes na corrida por constituir-se como civilizações mundiais, sob a forma de Impérios Mercantis Salvacionistas (RIBEIRO, 1985). Com isto, tomaram também as rédeas, ao menos inicialmente, da instalação do sistema mercantil colonial, especialmente na África e na América Latina.

A descoberta da América e a circunavegação da África ofereceram à burguesia ascendente um novo terreno. O mercado indiano e chinês, a colonização da América, o intercâmbio com as colônias e, em geral, a intensificação dos meios de troca e das mercadorias deram ao comércio, à navegação e à indústria um impulso até então desconhecido, favorecendo na sociedade feudal em desintegração a expansão rápida do elemento revolucionário (MARX e ENGELS, 1948/2009, p. 25).

Quando esta expansão encontra a América Latina, em 1492, inicia-se a história do desenvolvimento de relações de produção em um continente orientadas pelas necessidades e exigências das relações de acumulação em outro continente.

Forjada no calor da expansão comercial promovida no século 16 pelo capitalismo nascente, a América Latina se desenvolve em estreita consonância com a dinâmica do capitalismo internacional. Colônia produtora de metais preciosos e gêneros exóticos, a América Latina contribuiu em um primeiro momento com o aumento do fluxo de mercadorias e a expansão dos meios de pagamento, que, ao mesmo tempo em que permitiam o desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa, sustentaram o sistema manufatureiro europeu e propiciaram o caminho para a criação da grande indústria (MARINI, 2000, p. 140).

No primeiro estágio desta incorporação, o sistema de dominação ampara-se na fração mercantil do capital, estabelecendo relações de produção de matérias-primas e bens primários e organizando uma ampla estrutura de extração de minérios, especialmente ouro e prata. É importante definir este momento como de incorporação não apenas de um país ao mercado mundial mas de todo um novo mundo recém conquistado. A expansão ultramarina destes Impérios Mercantis Salvacionistas produzirá um elemento novo no sistema capitalista mundial: a formação de uma ampla periferia sistêmica, que se constitui como um extenso proletariado externo à serviço da valorização do capital mercantil (RIBEIRO, 1985). A América Latina integra esta

das formas de produção de riqueza e dos processos civilizatórios abertos por estas revoluções, em O Processo Civilizatório.

periferia. Mas foi precisamente no Haiti (São Domingos) que o Império Mercantil Salvacionista espanhol atracou pela primeira vez.

Cristóvão Colombo pisou pela primeira vez em terras do Novo Mundo na ilha de São Salvador e, após louvar a Deus, saiu à procura de ouro. Os nativos, índios de pele vermelha, eram pacíficos e amistosos e indicaram-lhe o Haiti, uma grande ilha (aproximadamente do tamanho da Irlanda), rica, diziam, do metal amarelo. Ele navegou para o Haiti. Quando um de seus navios naufragou, os índios dali ajudaram-no de tão boa vontade que muito pouco foi perdido e, dos artigos que levaram até a praia, nenhum foi roubado. Os espanhóis, o povo mais adiantado da Europa daqueles dias, anexaram a ilha, a qual chamaram de Hispaniola, e tomaram os seus primitivos habitantes sob a sua proteção. Introduziram o cristianismo, o trabalho forçado nas minas, o assassinato, o estupro, os cães de guarda, doenças desconhecidas e a fome forjada (pela desnutrição dos cultivos para matar os rebeldes de fome). Esses e outros atributos das civilizações desenvolvidas reduziram a população nativa de estimadamente meio milhão, ou talvez um milhão, para sessenta mil em quinze anos. Las Casas, um padre dominicano dotado de consciência, viajou para a Espanha para pleitear a abolição da escravidão de nativos. Mas, sem a coerção desses indígenas, como poderia a colônia existir? Tudo o que os nativos receberiam a título de salário seria o cristianismo e poderiam ser bons cidadãos sem trabalhar nas minas. O Governo espanhol concordou. Aboliu os *repartimientos*, ou trabalho forçado, por direito, enquanto os seus agentes na colônia os mantinham de fato. Las Casas, assombrado pela possibilidade de ver, diante de si, a total destruição da população no período de tempo de uma geração, recorreu ao expediente de importar os negros mais robustos da populosa África. Em 1517, Carlos V autorizou a exportação de quinze mil escravos pra São Domingos. Assim, o padre e o Rei iniciaram, no mundo, o comércio americano de negros e a escravidão (JAMES, 2010, ps. 19-20).

O Haiti inaugura neste Novo Mundo velhas formas de produção escravagista. É importante situar, neste momento, que a incorporação da América Latina, especialmente do Haiti, ao sistema capitalista internacional inicia-se de forma violenta, com a ruptura à força de todo o sistema social indígena presente até a chegada dos Impérios Mercantis Salvacionistas de Portugal e Espanha. A tarefa inicial desta incorporação, antes mesmo da produção de excedentes comercializáveis que estrutura, pela via do comércio triangular, o sistema colonial, era a extração de ouro e prata. Para tal, foi necessário suprimir toda a atividade produtiva existente até então e orientá-la para a extração, o trabalho nas minas voltado à produção de excedentes comercializáveis.

Do ponto de vista demográfico, a incorporação da América Latina ao mercado mundial acarreta uma primeira transformação importante: a diminuição do tamanho das populações nativas (GALLEGO, 2006; MANN, 2012) É importante notar que esta diminuição populacional antecede ao estabelecimento das novas relações de trabalho (MANN, 2012): à violência destas relações soma-se, portanto, um conjunto de doenças e enfermidades trazidas pelos povos ibéricos em seus navios e corpos.

Em 1492, quando Cristóvão Colombo desembarcou, encontravam-se ali entre 300 e 500 mil habitantes autóctones (alguns autores sustentam que era de até sete milhões de habitantes). Submetidos a um regime de escravidão disfarçada para procura do ouro, e vítimas de maus tratos e de epidemias ocasionadas por enfermidades europeias, os chamados ‘índios’ foram rapidamente dizimados até sua destruição total. Em 1510 restavam 50 mil índios; eram 15 mil em 1520 e 5 mil em 1530. Alguns levantes violentos como o de Enriquillo, em 1519, não obtiveram êxito contra o poder dos espanhóis. No censo de 1604, os índios já não são mais mencionados, restando deles apenas algumas recordações culturais: peças arqueológicas, cerâmicas, instrumentos musicais (GRONDIN, 1985, ps. 25-26).

O mercado mundial que se formava e que encontrou na América Latina um estímulo decisivo à sua expansão criou historicamente uma divisão internacional do trabalho na qual todos os países nela inseridos passam a cumprir uma função e a se situar em determinada posição na acumulação em escala global (AMIN, 1974; MARINI, 2000; WALLERSTEIN, 2001). Mas esta incipiente estrutura mundial não transportava apenas mercadorias entre uma região e outra do globo: dentro dos navios e dos corpos dos viajantes ibéricos, vírus e doenças típicos de uma região encontraram em outros lugares condições propícias a seu desenvolvimento, também em escala global.

Antes de Colombo, nenhuma das epidemias comuns na Europa e na Ásia existia nas Américas. Os vírus que causam a varíola, a gripe, a hepatite, o sarampo, a encefalite e a pneumonia viral; as bactérias que causam tuberculose, difteria, cólera, tifo, escarlatina e meningite bacteriana – por uma sutileza da história da evolução, todos eram desconhecidos no Hemisfério Ocidental. Vindas da Europa a bordo de navios pelos oceanos, essas enfermidades consumiram a população nativa de Hispaniola com impressionante voracidade. A primeira epidemia registrada, talvez em virtude da gripe suína, deu-se em 1493. A varíola chegou, terrivelmente, em 1518, espalhando-se pelo México e descendo pela América Central até chegar ao Peru, à Bolívia e ao Chile. Logo em seguida, veio o resto, como uma caravana patogênica (MANN, 2012, p. 39).

A malária foi a primeira das enfermidades levadas ao Haiti, sendo descrita por Colombo pelo nome de *çiçiones* (MANN, 2012). Não há na literatura biológica tradução ou sinônimos existentes para *çiçiones*. Colombo não registrou detalhadamente os sintomas da doença, acreditando que sua transmissão se dava através do contato com as mulheres nativas de Hispaniola. Um estudo histórico realizado por Mann (2012) a partir dos relatos do próprio Colombo encontrou reiteradas vezes a descrição de uma febre terçã, ou seja, uma febre periódica e regular que se repete a cada 48 horas. Esta doença não existia em Hispaniola: fora trazida pelos navegantes do próprio Colombo da Europa, que àquele momento sofria com a doença (MANN, 2012). O vírus da malária rapidamente encontra no clima tropical de Hispaniola um hospedeiro, iniciando com isto a primeira etapa da diminuição do volume populacional nativo da ilha.

O cenário não é implausível. A malária pode permanecer dormente no corpo durante meses, ressurgindo com força total. A doença é transmitida por mosquitos, que hospedam parasitas microscópicos da malária quando sugam o sangue de pessoas infectadas e os transmitem para a próxima pessoa que picam. Colombo partiu em sua segunda viagem em setembro de 1493. Se alguém de sua tripulação tivesse uma recidiva de malária depois de desembarcar em La Isabela, bastaria uma única picada do tipo certo de mosquito para disseminar a doença – e esses mosquitos são abundantes em Hispaniola (MANN, 2012, p. 118)⁶.

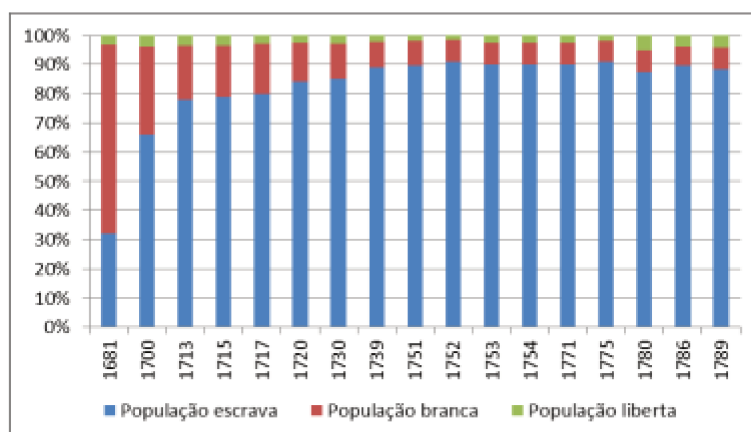
A diminuição da população nativa e as exigências crescentes da extração de metal, particularmente ouro, requerem dos invasores espanhóis uma alternativa à escassez da força de trabalho. O tráfico de africanos, transformados em escravos na América, passa a ser a solução encontrada por um sistema assentado no trabalho extensivo, que requeria, por gastar gentes nas minas e fora delas, de um fornecimento constante de mão-de-obra escrava (WILLIAMS, 2012).

E esta mão-de-obra escrava foi extraída de diversas regiões da África. Eram povos oriundos de culturas, línguas, etnias, religiões e sistemas de crenças diferentes (GRONDIN, 1985). Como meros instrumentos de produção, foram despejados na ilha caribenha aqueles que sobreviviam à longa e degradante viagem marítima.

O tráfico de escravos ao Haiti significou a parcela mais significativa e dinâmica da formação da estrutura populacional do país (GRONDIN, 1985). A dimensão do empreendimento colonial que se formava era tão vasta que, no período pré-revolucionário no país, a população escrava correspondia a 88% da população total, ao passo que a população branca a 7,2% e a população de mulatos e negros livres, a 4,3% (GRONDIN, 1985). Absolutamente todas as tarefas produtivas eram realizadas sob regime de trabalho escravo. O Gráfico 1 apresenta a estrutura populacional segundo raça/cor no Haiti.

⁶ Local da primeira residência de Colombo na América, ao norte do Haiti (MANN, 2012).

Gráfico 1 – População de São Domingos segundo raça/cor (1681 – 1786)



Fonte: GRONDIN, 1985.

O grupo populacional escravo era formado por africanos provenientes de diversas etnias da região equatorial: Congos, Ibos, Fans, Quincos, Aradas, Senegaleses e outras (GRONDIN, 1985). Segundo Grondin (1985), foram transplantados de forma violenta para o trabalho nas minas, acompanharam o surgimento de fontes minerais muito mais abundantes e valiosas, como no México e no Peru, e a consequente alocação de toda a força de trabalho escrava para a produção de açúcar. Dificuldades iniciais no plantio dos canaviais incentivam os espanhóis a substituir a produção de açúcar pela pecuária, que exige um contingente de força de trabalho significativamente menor. “Depois de uma etapa de importação maciça de escravos, o processo reduziu-se, a partir de meados do século XVI. No séc. XVII, a colônia espanhola conheceria uma decadência progressiva” (GRONDIN, 1985, p. 26-27). Concomitante a esta decadência dava-se a expansão da presença francesa na parte oeste da ilha, que havia sido deixada abandonada pelos espanhóis. Com o recurso a novas técnicas agrícolas, os franceses fazem prosperar a produção açucareira na parte ocidental da ilha, que rapidamente passa a produzir riquezas importantes para a economia francesa e seu desenvolvimento tecnológico.

De acordo com James (2010), as disputas em torno ao domínio da ilha, agravadas pela discrepância em termos de desenvolvimento por que passavam as possessões francesas e espanholas, e as próprias guerras europeias forçam a um acordo entre Espanha e França a respeito da posse sobre o território de Hispaniola. Assim, em 1697 é assinado o Tratado de Ryswick, o qual divide a Hispaniola em uma parte

ocidental, correspondente a 1/3 da ilha e que fica sob o domínio francês – o atual Haiti – e uma parte oriental, correspondente aos 2/3 restantes da ilha, sob o domínio espanhol – a atual República Dominicana. A colonização espanhola do Haiti perdura então até o ano de 1697. É importante ressaltar que, até este ano de 1697 a ilha descrita acima engloba o que se conhece hoje como Haiti (cuja capital é Porto Príncipe) e República Dominicana (cuja capital é São Domingo). É somente após este ano e a assinatura do Tratado de Ryswick que o território é dividido, originando estes dois países tal qual os conhecemos atualmente.

Castor (1978) aponta que mais que pôr fim aos conflitos internos na ilha, o acordo eleva estas disputas a outro nível: estabelecendo uma fronteira entre as frações do território insular, gerou controvérsias sobre a demarcação dos territórios e evidencia os níveis desiguais embora espacialmente próximos de desenvolvimento do capitalismo entre Haiti e República Dominicana (CASTOR, 1978). Como veremos, tanto a fronteira como o desenvolvimento desigual entre os países operarão como importantes fatores migratórios ao longo da história destes países.

A partir de então se faz patente o desenvolvimento desigual das duas entidades integrantes da ilha. A parte ocidental, *Saint Domingue*, com a mão-de-obra servil trazida da África, se converteu na joia da coroa francesa. Chegou a assegurar a terceira parte do comércio mundial da França, produzindo para esta metrópole mais riquezas que toda a Hispanoamérica produzia para a Espanha. Esta colônia, a mais rica das possessões açucareiras do Caribe, jogou um papel muito importante no desenvolvimento do capitalismo na França, fortalecendo a pujante burguesia comercial e manufatureira metropolitana. Na parte espanhola, se reflete o contrário, a lenta decadência da Espanha. Ademais, desde princípios do século XVI e durante todo ele, os colonos decepcionados pela escassez de ouro emigraram, despovoando este território e acelerando assim a decadência de que foi sede a Real Audiência e a primeira colônia espanhola da América. Santo Domingo se converteu rapidamente em uma economia de pecuaristas nômades com grandes áreas disponíveis e um desenvolvimento muito reduzido de suas forças produtivas (CASTOR, 1978, p. 47).

A importância do Haiti para o desenvolvimento do capitalismo na França – e sua elevação a uma etapa industrial de produção em massa – é um ponto que ficará melhor definido quando tratarmos da lógica de funcionamento da economia colonial (BAGÚ, 1977; JAMES, 2010; WILLIAMS, 2012). Por ora, interessa-nos o fato de que o desenvolvimento da produção açucareira no Haiti intensificou o tráfico de escravos, contribuindo uma vez mais à ocupação da porção oeste da ilha e ao desenvolvimento do capitalismo no próprio Haiti (JAMES, 2010). A expansão da produção açucareira no

Haiti, por suas características de produção extensiva apoiada mais firmemente na força de trabalho que no uso de tecnologias, exigiu maiores importações de escravos.

De acordo com Grondin (1985), a produção açucareira acelera, portanto, o povoamento da ilha, especialmente de população escrava, e de forma mais intensa a partir do início do século XVIII, já com o estabelecimento da fronteira dividindo a ilha entre Haiti e República Dominicana. Sob uma modalidade específica, não assimilável à forma histórica que assumiu nos países centrais, o capitalismo se desenvolve no Haiti, formulando uma estrutura produtiva voltada à exportação de açúcar, com regime de trabalho escravo. Deve-se, aqui, atentar para uma característica importante deste processo: a utilização de trabalho escravo não contradiz com a natureza capitalista das relações de produção no Haiti. Pelo contrário, denotam mais uma face deste capitalismo *sui generis* que se desenvolve no país e em toda a América Latina (FRANK, 1978; MARINI, 2000).

A produção que se inicia no Haiti tão logo o país é dominado pelos espanhóis esteve orientada, desde então, à acumulação de riquezas na Espanha (SEGUY, 2014). Inicialmente, riquezas metálicas, no que sofreu com a concorrência com outras possessões espanholas. Posteriormente, riquezas derivadas da produção açucareira, no que viu deslocar sua metrópole da Espanha à França. Estes ciclos produtivos, embora não possuam características capitalistas formais (como o trabalho assalariado e a extração de mais-valia que dela decorre a existência de um marco institucional protetor da propriedade privada), possuíam sim uma dinâmica capitalista, dado que produziam mercadorias voltadas ao mercado – ao mercado externo especificamente –, estruturaram um sistema produtivo assentado no lucro comercial e estabeleceram relações econômicas de dominação (FRANK, 1978). O que se formava no Caribe e em toda a América Latina não era menos capitalista, mas sim um capitalismo dependente, nascido a partir das contradições do sistema colonial⁷ (BAGÚ, 1992; MARINI, 2000).

⁷ Um amplo debate a respeito do caráter feudal ou capitalista de nossa formação econômica e social permeia não apenas a sociologia brasileira (PRADO JR, 1967; FURTADO, 1959), como a latino-americana (BAGÚ, 1977) de uma forma geral. Não obstante o caráter feudal dessa formação constituir-se, acreditamos, mais como fachada que propriamente como substância (dado que a grande propriedade, o trabalho escravo e o mono cultivo produziam, afinal, mercadorias para o mercado externo europeu), os elementos definidores do que se entende por “capitalismo puro” (BAGÚ, 1992) ainda não eram dominantes (especialmente regime de trabalho assalariado). Daí que o conceito de “capitalismo colonial” (BAGÚ, 1977) nos parece mais adequado para a análise desse momento histórico – como o de “dependência” (MARINI, 2000) para o período seguinte.

O Haiti vincula-se então ao mundo capitalista, ainda em formação (SEGUY, 2014; CASTOR, 1978), e dará ao desenvolvimento deste sistema econômico mundial, como veremos na seção seguinte, uma contribuição inestimável (JAMES, 2010). É ainda no período colonial que o Haiti experimenta a sua primeira intervenção e presença militar estrangeira, seja espanhola, seja francesa (CASTOR, 1978; JAMES, 2010). Também nesse período se constitui o modo específico de funcionamento de sua economia nacional: produção e extração somente daquilo que importasse a esta primeira metrópole – algumas outras se seguiriam (CASTOR, 1978) – criação de instituições e aparatos estatais somente na dimensão e no sentido que exigem as necessidades de acumulação da metrópole; extensão da estrutura produtiva de modo a se extrair o máximo de riquezas do solo e dos corpos transportadas da África ao Novo Mundo (JAMES, 2010; WILLIAMS, 2012). A dinâmica, enfim, das formas de produção e distribuição foi impressa não pelas necessidades autônomas e próprias dos habitantes da ilha, mas sim dos financiadores daquele sistema colonial ainda em gestação (MARINI, 2000; JAMES, 2010).

Nem nos séculos XV e XVI e tampouco atualmente o Haiti é uma região excluída do sistema capitalista internacional (JAMES, 2010). Pelo contrário: o Haiti é produto direto do desenvolvimento capitalista, que o incorporou à sua dinâmica de valorização do capital, absorveu suas riquezas naturais e humanas (CASTOR, 1978; MARINI, 2000; JAMES, 2010), gastou seu solo até o limite (RIBEIRO, 1985; BAGÚ, 1992) e o subalternizou na divisão internacional do trabalho com o esgotamento de suas fontes de lucro (GRONDIN, 1985; JAMES, 2010) – não sem antes criar as condições para o endividamento do Estado haitiano pós-Revolução de 1804, gerando por consequência fontes permanentes de lucros financeiros (GRONDIN, 1985; JUBILEU BRASIL, 2007). O Haiti está integrado, portanto, a esta estrutura, e justamente pelas características que assumem esta integração que ele se encontra em uma condição histórica de dependência.

O Haiti não é uma ‘ilha de Robinson Crusóé’. Forma parte ativa de uma rede mais ampla, o que condiciona seu desenvolvimento e, até certo ponto, o define. A cadeia de transmissão de influência do sistema pode ser composta pela elite e também pelos grupos de poder colonizados, ocidentalizados e voltados para as metrópoles (Estados Unidos e Europa), consideradas como os modelos de cultura e desenvolvimento. A influência vem de forma direta, através de intervenções, programas de desenvolvimento, culturais ou religiosos, ou dos meios de comunicação de massas. Tudo isto é uma condição do sistema capitalista para manter a sua sobrevivência. O sistema que foi imposto ao Haiti tende a estender sempre mais seus tentáculos para

conseguir a maximização dos lucros. Os grandes centros de decisão e de poder se situam no exterior do país (...). O Haiti continua atado a uma rede de dependência múltipla, a um conjunto de relações de dominação que têm como força motriz o capitalismo em escala mundial. As possibilidades de desenvolvimento no Haiti e sua vida nacional são amplamente condicionadas pela natureza das relações que estabelece no chamado sistema internacional, mas também pela evolução desse sistema, ou seja, das correlações de força que ali se instalaram, se arraigam e se transformam (GRONDIN, 1985, ps. 86-87).

A vinculação do Haiti ao sistema capitalista mundial não assume a mesma forma ao longo da história (CASTOR, 1978; GRONDIN, 1985; JAMES, 2010), senão que passa por particularidades históricas que denotam as transformações na divisão internacional do trabalho. Da incorporação ao sistema mundial aos dias de hoje, o Haiti passa progressivamente da posição de maior colônia produtora de riquezas do Caribe a país mais pobre da América (JAMES, 2010; SEGUY, 2014). Esta conversão se preenche de sentido econômico e político quando analisamos, ao longo do período colonial, a radicalidade do processo de Independência levado a cabo no país – e a radicalidade também das sanções militares, comerciais e financeiras que não realizadas ao fim da guerra (JAMES, 2010).

Ao longo das próximas seções, buscaremos analisar estas transformações e investigar como elas atuaram sobre a produção histórica dos fatores de expulsão populacional no Haiti.

1.2 A economia colonial

Nesta seção, analisaremos as principais transformações operadas na economia e na sociedade haitianas durante o desenvolvimento do período colonial⁸, bem como as relações entre estas transformações e a produção histórica de fatores de expulsão populacional que caracterizam o povo haitiano enquanto povo migrante. Objetivaremos, a partir das características levantadas na análise da incorporação do Haiti ao mercado mundial capitalista (item 1.1 deste capítulo), dar sequência à elaboração de uma

⁸ Esta análise histórica se dará sobretudo a partir do estudo e síntese teórica dos seguintes autores: Frank (1971; 1978; 1980), Gallego, Eggers-Brass e Lozano (2006), James (2010), Bagú (1992), Ribeiro (1985), Wallerstein (2001), Williams (2012), Marini (2000), Mann (2012), Castor (1978), Cueva (1977), Cotinguiba (2014) e Magalhães e Baeninger (2014).

narrativa histórica do país à luz dos conceitos e categorias da teoria marxista da dependência.

Inicialmente, é preciso esclarecer alguns elementos de nossa sistematização histórica. Como vimos, a incorporação do Haiti ao sistema mundial insere-se dentro de um contexto que é já essencialmente colonial (RIBEIRO, 1985). A submissão dos avanços científico-tecnológicos à expansão comercial ultramarina e a posição de dianteira que Portugal e Espanha assumem neste novo contexto produzem um sistema econômico e social que não é apenas regional, circunscrito à Europa, senão que forma uma civilização mercantil colonial, de natureza salvacionista pois ainda assentada no papel missionário levado à cabo pela Igreja Católica, interessada em integrar a partilha de todo o vasto e novo mundo que se abria (RIBEIRO, 1985). De modo que a integração, em suas principais características, expressa já o modo de funcionamento de uma sociedade mercantil colonial, desde a forma com que se processam as transformações na estrutura social e econômica pré-colombianas até a organização dos sistemas de trabalho escravo e da monocultura de exportação (FRANK, 1978; MARINI, 2000).

Se do ponto de vista do nosso método de investigação da realidade histórica os momentos da incorporação ao mercado mundial e o desenvolvimento de uma economia colonial identificam-se, do ponto de vista de nosso método de exposição há razões para abordar estes momentos de forma particular. A razão inicial é para destacar que a integração se dá como exigência de um mercado mundial que já se desenvolvia, mas que se via estrangido em suas possibilidades de acumulação mercantil (MARINI, 2000) e que se impulsionava, por isto, rumo a outras áreas do planeta (MARX e ENGELS, 1848/2009; MARINI, 2000). A incorporação, portanto, é operada a partir de forças sociais e econômicas dinâmicas emanadas desde a Europa (RIBEIRO, 1985; MARINI, 2000), que se constitui como centro de acumulação deste sistema (MARX e ENGELS, 1848/2009; FRANK, 1971; AMIN, 1974; POLANYI, 1980; MARINI, 2000; WALLERSTEIN, 2001).

A incorporação efetiva de extensas áreas a este sistema de produção e sua conversão em periferias sistêmicas compõe o critério com o qual o capitalismo em formação logra estabelecer-se enquanto sistema mundial (FRANK, 1978; FRANK 1980; WALLERSTEIN, 2001), e os Impérios Mercantis Salvacionistas (RIBEIRO,

1985) que impulsionam este processo enquanto verdadeiras civilizações mundiais. O encontro entre estas civilizações mundiais e as civilizações regionais que já habitavam a América Latina (RIBEIRO, 1985; BAGÚ, 1992) revela, por seu turno, a natureza essencialmente violenta e impositiva do sistema que se formava (GALLEGO, EGGERS-BRASS e LOZANO, 2006). Esta natureza vai sendo, gradativamente, “naturalizada” pelas relações de produção (MARINI, 2000), que passam a ocultar de formas mais (formas de trabalho servil) e menos (trabalho escravo) refinadas o uso da violência como fator de coerção da força de trabalho (MARINI, 2000). Esta violência, como dito, assume formas particulares (MARINI, 2000). Se durante a incorporação tratou-se do uso da violência para diminuir e submeter as civilizações já existentes, ao longo do período colonial esta violência será empregada para obrigar estes e outros despossuídos da terra a trabalhar para a empresa colonial (RIBEIRO, 1985). Em outras palavras, as formas de violência são, também, condicionadas historicamente (CASTOR, 1978; FRANK, 1978; RIBEIRO, 1985), de modo que abordar o período inicial de incorporação permitiu-nos compreender quais eram estas primeiras formas empregadas e como elas produziram uma transformação radical da população que vivia em território haitiano. Entender que a violência é a parteira desta história não supõe, todavia, concluir que ela deixe de existir nos períodos seguintes, pelo contrário, supõe que ela assuma outras características (MARINI, 2000) e que promova, inclusive, contradições econômicas e sociais que serão apropriadas pelos estágios seguintes de desenvolvimento do capitalismo na América Latina (RIBEIRO, 1985; MARINI, 2000), seja ele assentado no trabalho escravo ou no trabalho assalariado.

Ademais, analisar de forma específica este momento de incorporação permitiu-nos reduzir o nível de abstração, de modo a tratarmos com mais atenção as mudanças populacionais e de produção ao longo deste período inicial. Estes elementos seriam analisados de forma menos acurada se os situássemos em um período histórico mais amplo.

Mas há uma razão principal para a separação: diferenciarmos o período marcado pelo domínio espanhol do marcado pelo domínio francês no Haiti. Se o processo de incorporação do Haiti ao sistema capitalista mundial ainda em formação é levado a cabo pela Espanha (GRONDIN, 1985; JAMES, 2010), a vinculação ao sistema colonial é, por sua vez, responsabilidade francesa (JAMES, 2010; SEGUY, 2014). Como vimos, foram as técnicas agrícolas aplicadas à produção açucareira que produziram o

desenvolvimento colonial no país (GRONDIN, 1985). De acordo com James (2010), este desenvolvimento teve dois efeitos. Um mais imediato, de constituição de uma estrutura produtiva e social no país à imagem e semelhança dos interesses franceses, estrutura esta que divergia daquela construída na porção oriental da ilha (República Dominicana) e que passa a evidenciar os desníveis de desenvolvimento capitalista entre Haiti e seu país vizinho (CASTOR, 1978). O segundo efeito é menos imediato: a enorme contribuição que os recursos e riquezas que esta estrutura social e econômica colonial produziram ao concentrarem-se na metrópole, particularmente para a alteração das formas de produção na França (e na Inglaterra, que auferia significativos lucros tanto no comércio colonial como no tráfico de escravos) e a elevação, por consequência, desta forma de dominação a um grau mais avançado – a grande indústria moderna (FRANK, 1978; MARINI, 2000).

O Haiti ocupava, então, um lugar dentro de um sistema – o sistema colonial (GRONDIN, 1985; JAMES, 2010). Definir enquanto sistema este processo de produção é destacar que seu modo de funcionamento opera segundo leis – lei de valorização do capital mercantil – e entre formações econômico-sociais em diferentes níveis de desenvolvimento (CASTOR, 1978). Particularmente neste caso, há de se salientar a dimensão universal deste sistema. As grandes potências coloniais lograram constituir-se enquanto civilizações mundiais (RIBEIRO, 1985). Inicialmente Portugal e Espanha, mas logo também França e Inglaterra (RIBEIRO, 1985). As possessões articuladas dentro de um sistema mercantil colonial envolviam os quatro cantos do mundo, não deixando em forma nada a desejar em relação às empresas multinacionais do capitalismo monopolista (JAMES, 2010; WILLIAMS, 2012). Enquanto sistema econômico e social, o capitalismo mercantil colonial possuía três grandes forças dinâmicas: a utilização do trabalho escravo, o tráfico de escravos e o comércio triangular (WILLIAMS, 2012). O capitalismo se desenvolve no Haiti pelas mãos destas forças (JAMES, 2010; MAGALHÃES e BAENINGER, 2014).

Busquemos analisar detidamente este processo histórico de modo a entendermos como o desenvolvimento deste capitalismo dependente, que possui no período colonial as suas origens econômicas e sociais, promove a produção histórica de fatores de expulsão populacional no Haiti. Inicialmente, destaquemos a utilização de mão de obra escrava (GRONDIN, 1985; RIBEIRO, 1985; BAGÚ, 1992; JAMES, 2010; WILLIAMS, 2012).

O recurso à força de trabalho escrava caracterizou de uma forma geral o sistema colonial latino-americano (BAGÚ, 1992), mas entender teoricamente esta utilização nos exige compreender antes a natureza econômica do trabalho que executavam – isto é, a natureza econômica do próprio sistema colonial. Ao proceder deste modo, algumas imprecisões precisam ser analisadas.

A utilização de força de trabalho escrava foi uma exigência do modelo de produção erguido para dar atendimento às necessidades metropolitanas (FRANK, 1978; RIBEIRO, 1985; MARINI, 2000). Este modelo era o *plantation* (WILLIAMS, 2012; MANN, 2012), que precisa ser definido em sua dimensão técnica para entendermos o papel da força de trabalho escrava na produção de riquezas coloniais no Haiti (JAMES, 2012).

De acordo com Williams (2012) e James (2010), o *plantation* é um sistema produtivo em que grandes fazendas produzem bens⁹ para mercados de consumo distantes. Estas unidades produtivas especializam-se em uma determinada cultura, erigindo um padrão monocultor de uso da terra e da força de trabalho (JAMES, 2010; WILLIAMS, 2012). No que se refere à terra, utiliza grandes parcelas, dado que necessita de volume de produção para o atendimento às necessidades metropolitanas. Isto, por sua vez, exige grande utilização de força de trabalho – e de força de trabalho barata, dado que a baixa intensidade de tecnologia desta produção faz da diminuição dos custos de produção, especialmente o custo do trabalho, a principal estratégia na concorrência capitalista.

A forma dominante que estas “medidas” assumiram no Haiti foi a escravização de africanos (JAMES, 2010; WILLIAMS, 2012). A utilização de força de trabalho escrava no Haiti é um imperativo das condições de sua produção, condicionadas estas

⁹ Segundo Marini (2000), esses bens produzidos e exportados pela América Latina durante o período colonial podem ser chamados, em realidade, de “bens-salário”. Bens-salários são aquelas mercadorias que compõem diretamente a cesta básica de reprodução da classe trabalhadora, razão pela qual o valor desses bens (sobretudo alimentos) condiciona o próprio valor de reprodução da força de trabalho. Ainda segundo Marini (2000), uma das funções atribuídas à América Latina na formação da divisão internacional do trabalho “foi a de prover os países industriais dos alimentos exigidos pelo crescimento das classes operária, em particular, e da população urbana, em geral, que ali se dava. A oferta mundial de alimentos, que a América Latina contribuiu para criar, e que alcançou seu auge na segunda metade do século 19, será um elemento decisivo para que os países industriais confiem ao comércio exterior a atenção de suas necessidades de meios de subsistência. O efeito dessa oferta (...) será o de reduzir o valor real da força de trabalho nos países industriais, permitindo assim que o incremento da produtividade se traduza ali em taxas de mais-valia cada vez mais elevadas” (MARINI, 2000, ps. 146-147).

pela forma específica com que o país fora incorporado no sistema capitalista mundial e por sua economia de sociedade colonial (GRONDIN, 1985).

Neste sentido, a escravidão é obra e instituição econômica e somente após ela é que passa a constituir-se tema de dimensão racial. Em outras palavras, foi a escravidão, força motriz neste continente para o desenvolvimento do capitalismo dependente, que criou o racismo, e não o inverso.

A escravidão no Caribe tem sido identificada com o negro de uma forma demasiado estreita. Com isso deu-se uma feição racial ao que é basicamente um fenômeno econômico. A escravidão não nasceu do racismo: pelo contrário, o racismo foi consequência da escravidão. O trabalho forçado no Novo Mundo foi vermelho, branco, preto e amarelo; católico, protestante e pagão. O primeiro caso de tráfico e trabalho escravos que se desenvolveu no Novo Mundo dizia respeito, em termos raciais, não ao negro, mas ao índio. Os indígenas sucumbiram rapidamente ao excesso de trabalho exigido, à alimentação insuficiente, às doenças do homem branco e à incapacidade de se adequar ao novo modo de vida. Acostumados a uma vida de liberdade, a constituição física e o temperamento dos índios não se adaptavam bem aos rigores da escravidão nas fazendas [*plantations*] (WILLIAMS, 2012, pp. 34-35).

Estas dificuldades são especialmente válidas para o caso histórico haitiano, em que a própria incorporação ao mercado mundial havia praticamente aniquilado qualquer possibilidade de utilização de trabalho escravo indígena em massa por conta do extermínio mesmo deste povo (GRONDIN, 1985). A procura que faz o sistema colonial por outras fontes de trabalho para a escravidão revela com isto uma exigência do processo de trabalho que requeria grandes volumes, que gastava gentes tanto quanto o solo, e que buscava esta força de trabalho em qualquer lugar em que ela estivesse disponível (RIBEIRO, 1985; WILLIAMS, 2012).

Conforme Grondin (1985), à exigência de força de trabalho para a produção colonial somam-se as pressões que a enorme rentabilidade econômica oferecia, de modo a exigir uma necessidade crescente de tráfico escravo. Como vimos, a população escrava no Haiti alcança 90% da população total do país ao final do século XVIII (GRONDIN, 1985). A capacidade, mediante escravidão e tudo o que isto significa, de produção daí decorrente não tinha paralelos no Novo Mundo (JAMES, 2010). Neste período, o sistema colonial francês no país mantinha 793 engenhos de produção açucareira, 3.117 fazendas de produção cafeeira, 789 plantações de algodão, 3.115 plantações de índigo, 54 plantações de cacau, 182 instalações produtoras de cachaça e

370 fornos de cal (SEGUY, 2014). “Assim, em 1789, São Domingos produzia 180 milhões de libras de mercadoria, muito mais que todas as colônias inglesas e espanholas das Antilhas, as quais, juntas, produziam por 117 milhões de libras” (SEGUY, 2014, p. 136). Apenas em 1767, o Haiti exportou “35 mil toneladas de açúcar bruto e 25 mil toneladas de açúcar branco, quinhentas toneladas de anil e mil toneladas de algodão” (JAMES, 2010, p. 56). Eram transportados até as cidades francesas de Bordeaux, Nantes, Marseille, Havre, La Rochelle, Dunkerque e Saint Malo, através de 1.500 navios que embarcavam e desembarcavam regularmente no porto de São Domingo (SEGUY, 2014). Se contarmos a quantidade exportada por contrabando, as cifras se elevam em pelo menos 25% (JAMES, 2010). A produção na colônia francesa florescia em quantidade e em qualidade.

Cada pé de café produzia uma média de meio quilo, igualando algumas vezes o de Mocha. O algodão crescia naturalmente, mesmo sem cuidados, em terreno pedregoso e até nas fendas das rochas. O anil também crescia espontaneamente. O tabaco tinha uma folha maior do que o de qualquer outra parte das Américas e algumas vezes era comparável em qualidade ao produzido em Havana. A polpa do cacau de São Domingos era mais ácida do que a da Venezuela e não lhe era inferior em outros aspectos; a experiência comprova que o chocolate feito de uma combinação dos dois cacaos tem um sabor mais delicado do que aquele feito apenas do cacau da Venezuela (JAMES, 2010, p. 56)

A alcunha de “Pérola das Antilhas” dada ao Haiti (JAMES, 2010) durante o período colonial não era, portanto, nenhum exagero. Podemos hoje concluir que o país havia se transformado em uma estranha máquina colonial: uma máquina que recebia, em navios negreiros, seres humanos reduzidos a uma situação de miséria sem correspondente no mundo colonial e moderno (JAMES, 2010). Esta máquina gastava o que sobrara destes homens e mulheres no trabalho nas minas e engenhos. Por fim, esta mesma máquina remetia a sua metrópole somas incomparáveis de riquezas, tanto em quantidade como em qualidade (JAMES, 2010).

Em 1789, a colônia francesa das Índias Ocidentais de São Domingos representava dois terços do comércio exterior da França e era o maior mercado individual para o tráfico negreiro europeu. Era parte integrante da vida econômica da época, a maior colônia do mundo, o orgulho da França e inveja de todas as outras nações imperialistas. A sua estrutura era sustentada pelo trabalho de meio milhão de escravos (JAMES, 2010, p. 15).

O critério de toda esta produção era não apenas o consumo nas cidades francesas mas também o beneficiamento destes produtos nas nascentes estruturas fabris da França. Igualmente, o transporte, de africanos para o trabalho escravo no Haiti e da produção haitiana para o consumo e beneficiamento na França, garantiu um impulso ao

desenvolvimento da indústria naval francesa. Todos estes elementos reuniam-se sob a forma de um comércio triangular (WILLIAMS, 2012). O comércio triangular é a forma logística que assume a grande empresa colonial (WILLIAMS, 2012). É através dele que especialmente França e Inglaterra (alçadas à posição de potências navais) atam a uma só dinâmica de acumulação de capital qualquer área do planeta a que chegavam seus navios (RIBEIRO, 1985). África, Ásia, América e Europa vinculam-se entre si dentro de um só processo de valorização e de acumulação do capital, processo esse que passa historicamente a desenvolver-se em cada uma destas regiões com especificidades e segundo a posição hierárquica que assumem na partilha das riquezas produzidas (FRANK, 1980).

De acordo com WILLIAMS (2012), o mecanismo envolvia, inicialmente, a captura dos africanos para sua conversão em escravos após a viagem marítima pelo atlântico. Esta tarefa era realizada muitas vezes com o entorpecimento de tribos inteiras e sua submissão pela força ao depósito nos navios (WILLIAMS, 2012). Em outros casos, o entorpecimento avançava para a dependência alcóolica de líderes tribais, possuidores eles mesmos de certo número de escravos, que eram trocados por rum, cachaça e outras bebidas produzidas no próprio Caribe, por estes mesmos escravos convertidos. Alguns outros artigos manufaturados de França e Inglaterra eram dados em troca de escravos. Muitos Estados tribais africanos conheciam portanto a escravidão, não sob os termos capitalistas e para a acumulação mercantil que passaram a experimentar no Novo Mundo, mas uma escravidão proveniente de guerras e submissões morais (JAMES, 2010; RIBEIRO, 2014).

Estes africanos eram então transportados até as colônias da América, originando o segundo lado deste lucrativo triângulo (WILLIAMS, 2012). Nas colônias, extraíam os metais e produziam as mercadorias que interessavam às metrópoles. Estes bens eram levados então ao centro do capitalismo que se formava, a Europa. Nesta, eram consumidos ou manufaturados, refinados, processados, transformados em bens mais intensos em tecnologia (WILLIAMS, 2012). Esta manufatura não apenas alimentava um ciclo deste triângulo, sendo trocadas uma vez mais por escravos na África, mas também eram trocadas nas Índias Orientais por outras especiarias (WILLIAMS, 2012). As riquezas em cada uma destas etapas eram acumuladas sob a forma de ouro e dinheiro, estocadas em centros financeiros e passariam então a financiar esta e outras etapas do desenvolvimento do capitalismo em escala global (WILLIAMS, 2012). E

como vimos, não era pequena a contribuição que o Haiti dava ao desenvolvimento do capitalismo a uma fase de produção superior.

O comércio triangular operou como um impulso à indústria naval e, portanto, ao tráfico de escravos (JAMES, 2010). O lucrativo mercado do tráfico de escravos orientava a entrada neste jogo de potências mercantis emergentes, como a Inglaterra e mesmo a Holanda. O monopólio dos mares e as Leis de Navegação restringiam os lucros de modo a produzir, internamente na Europa, intensas disputas entre as metrópoles coloniais (JAMES, 2010; SEITENFUS, 2014). Pelo domínio naval e militar e pela submissão que havia imposto a Portugal e Espanha, a Inglaterra ocupava posição privilegiada neste negócio.

Mas o tráfico de escravos não era um meio atendendo a um fim: era também um fim em si mesmo. Os comerciantes britânicos de escravos forneciam os trabalhadores necessários não só para as fazendas das colônias britânicas, mas também para as dos concorrentes. O fomento aos estrangeiros contrariava o bom senso e, ainda, o próprio mercantilismo em sentido estrito; porém, enquanto os estrangeiros fossem as colônias espanholas, havia alguma justificativa para isto. Até o século XIX, a Espanha sempre dependeu de outros países para ter seus escravos, fosse por ter posto em prática a arbitragem papal que a excluía da África, fosse por falta de capital e bens necessários para o tráfico de escravos. O privilégio de fornecer negros para as colônias espanholas, o chamado *asiento*, veio a ser um dos objetos mais cobiçados e renhidamente disputados na diplomacia internacional. Os mercantilistas britânicos defendiam a importância do comércio, legal ou ilegal, de negros e de artigos manufaturados com as colônias espanholas, visto que os espanhóis pagavam em moeda, e assim as reservas de ouro e prata da Inglaterra aumentavam. Todavia, o fornecimento de escravos para as colônias francesas não podia invocar essa justificativa (WILLIAMS, 2012, pp. 66-67).

Trabalho escravo, tráfico de escravos e comércio triangular eram as faces principais do sistema colonial imposto na América Latina de forma geral (RIBEIRO, 1985; WILLIAMS, 2012) e desenvolvido até as últimas consequências no Haiti (GRONDIN, 1985; JAMES, 2010). Dialeticamente, a prosperidade deste sistema representava ao mesmo tempo a sua falência (JAMES, 2010), e isto se dava em duas dimensões indissociáveis: uma externa e outra interna (MAGALHÃES e BAENINGER, 2014).

Na dimensão externa, há que se considerar que a prosperidade da colônia haitiana e os impulsos dados por esta ao desenvolvimento francês provocavam tensões e disputas internas na Europa, envolvendo sobretudo a Inglaterra.

O comércio colonial era muito grande para a burguesia francesa, apesar da sua riqueza. A burguesia britânica, a mais bem-sucedida de todas no comércio negreiro, vendia milhares de escravos contrabandeados todos os anos para os latifundiários franceses e particularmente para São Domingos. Mais, mesmo enquanto vendia os escravos para São Domingos, a burguesia britânica assistia ao progresso dessa colônia com preocupação e inveja. Depois da independência dos Estados Unidos em 1783, essa espetacular colônia francesa repentinamente deu um salto que quase duplicou a sua produção entre 1783 e 1789 (...). A burguesia britânica era a grande rival da francesa. Durante todo o século XVIII elas lutaram em todas as partes do mundo. A francesa pulou de alegria em ajudar a expulsá-los dos Estados Unidos. São Domingos tornou-se, então, incomparavelmente a melhor colônia do mundo e as suas possibilidades pareciam ilimitadas. A burguesia britânica investigou a nova situação nas Índias Ocidentais e, com base no que viu, preparou uma bomba para os seus rivais. Sem escravos, São Domingos estaria perdida. As colônias britânicas tinham escravos suficientes para todo o comércio que elas pudessem fazer. Com as lágrimas rolando em suas faces pelos negros sofrendores, aqueles burgueses britânicos que não tinham interesse nas Índias Ocidentais prepararam um grande alvoroço para a abolição de escravos (JAMES, 2010, pp. 60-61).

De acordo com James (2010), a iniciativa britânica possuía uma sustentação material inequívoca: alçada à posição de principal potência colonial, mantendo inclusive relações de dominação econômicas e políticas com Portugal e Espanha, e possuidora já de uma estrutura industrial promovida a partir da acumulação primitiva colonial, a Inglaterra reunia condições de manter seu domínio comercial no mundo mesmo sem a utilização do trabalho escravo – dado que havia lucrado com ele o suficiente para erigir-se enquanto potência industrial. Ao mesmo tempo, a Inglaterra reduziria as fontes de lucro do sistema colonial francês, que não poderia mais contar com o recurso da força de trabalho escrava e o tráfico de escravos (JAMES, 2010).

O sistema capitalista mundial, que necessitava do comércio colonial (e de seus principais elementos, a escravidão, a monocultura exportadora, o tráfico de escravos, os exclusivismos comerciais e o próprio comércio triangular) para a acumulação primitiva nos países de centro, não poderia continuar coexistindo com todas as características acima já tendo reunido as condições para o desenvolvimento da forma industrial de produção (MARINI, 2000). A coexistência entre os dois sistemas – embora um tenha surgido das entranhas e das contradições do outro – significaria a imposição de limites para a acumulação de capital em escala global (FRANK, 1980). De acordo com James (2010), no centro destes limites estavam a permanência dos exclusivismos comerciais (não britânicos) e a ausência de um mercado de consumo de massas (de mercadorias britânicas). Além da marcha do desenvolvimento industrial, que corria mais forte e rápida na Inglaterra que na França, havia ainda outra dificuldade imposta ao colonialismo francês, e esta vinha de dentro do Haiti (JAMES, 2010).

A dimensão interna da falência da economia colonial haitiana (JAMES, 2010) tinha origem no acúmulo das tensões sociais existentes no Haiti. “O enorme aumento no número de escravos estava enchendo a colônia de nativos africanos, mais ressentidos, mais obstinados, mais prontos para uma rebelião do que o crioulo. Do meio milhão de escravos na colônia em 1789, mais de dois terços haviam nascido na África” (JAMES, 2010, p. 65).

Segundo James (2010), as notícias da Revolução Francesa e de seus preceitos de Igualdade, Liberdade e Fraternidade chegavam ao Haiti e acendiam uma fagulha no radicalismo das massas escravizadas no país. Se havia Igualdade, Liberdade e Fraternidade em solo francês, deveria existir também em solo haitiano. “Eles (os escravos) ouviam falar da Revolução (Francesa) e conceberam-na à sua própria imagem: os escravos brancos da França se levantaram e mataram os seus senhores e, assim, passaram a gozar os frutos da terra. Isso era grosseiramente impreciso, de fato, mas eles haviam apanhado o espírito da coisa. Liberdade, Igualdade e Fraternidade” (JAMES, 2010, p. 87). Estes africanos, provenientes de regiões, culturas, religiões, línguas e etnias diferentes da África, reuniram-se no Haiti e desenvolveram os dois pilares fundamentais de sua identidade étnica e nacional: o crioulo e o vodu (GRONDIN, 1985). O levante negro que se organizava no final do século XVIII (JAMES, 2010) exigia a valorização destes elementos, a partir do fim imediato da escravidão, do reconhecimento de direitos humanos como de Igualdade, Liberdade e Fraternidade para o povo haitiano e a supressão da dominação colonial imposta pelas potências europeias, particularmente a França. Rápido descobriram que Liberdade, Igualdade e Fraternidade são garantias válidas apenas para algumas classes de sujeitos. Como afirmavam os governantes franceses deste período, muitos dos quais envolvidos na luta revolucionária pelos direitos democráticos, “não trouxemos meio milhão de escravos das costas da África para torna-los cidadãos franceses” (JAMES, 2010, p. 123).

As pressões externas e internas possuíam uma origem em comum: o mundo estava em transformação (JAMES, 2010). Uma transformação operada pelo revolucionamento das formas de produção, especialmente na Inglaterra (MARX e ENGELS, 1848/2009). Alterava-se a dinâmica da produção de mercadorias sob a forma capitalista: a sua fração industrial sobrepujava-se à fração comercial, e passava a submeter esta a sua lógica específica, isto é, o ciclo específico do capital industrial.

Estas novas relações de produção, germinadas durante o período colonial, inaugurariam por sua vez uma nova divisão internacional do trabalho (MARINI, 2000). O mundo movia-se sob os pés dos senhores coloniais, e estas transformações incidiriam diretamente sobre as condições de vida no Haiti (JAMES, 2010) e a produção histórica de fatores de expulsão populacional no país.

Na seção seguinte, analisaremos como estas transformações germinaram a grande indústria moderna, modificaram a divisão internacional do trabalho e incidiram nas estruturas econômicas, sociais e políticas da América Latina e, especialmente, do Haiti.

1.3 Nova Divisão Internacional do Trabalho e Dependência no Haiti

Nas seções anteriores deste capítulo, observamos o processo de integração do Haiti ao mercado mundial. Vimos que este processo desenvolve-se de uma forma específica, através do desenvolvimento de um sistema colonial que integrava o capitalismo mercantil. Logramos definir as principais características deste sistema colonial e a forma concreta com o que o Haiti vinculava-se ao mercado mundial capitalista: através do comércio triangular, uma figura geométrica que encerra em si a captura de africanos, sua conversão em escravos, a produção mercantil com força de trabalho escrava e o comércio entre a colônia e sua metrópole.

A forma dominante de produção de mercadorias do capitalismo mundial na América Latina foi, durante o período colonial, a forma escrava (BAGÚ, 1977; FRANK, 1978; JAMES, 2010) Isto não significa, logicamente, dizer que formas diferentes e antagônicas de produção não convivessem no tempo e no espaço. De fato, há registros de instalações industriais que utilizavam trabalho assalariado, de formas de trabalho servis e compulsórias e de organização comunal do processo de trabalho muito antes do sistema colonial e sua forma específica de produção assentada na escravidão mostrassem sinais de dissolução (FRANK, 1978). A transição de uma forma de produção a outra não é um processo linear tampouco isento de contradições. Como vimos, do interior da sociedade feudal nasceram os elementos econômicos, políticos e sociais que produziram o surgimento e desenvolvimento do Modo de Produção

Capitalista e a superação, portanto, das relações que mantinham intacto o sistema feudal. De forma análoga, as origens da grande indústria moderna remontam ao sistema colonial de produção e apropriação de riquezas (FRANK, 1980; MARINI, 2000; WILLIAMS, 2012). Enquanto as colônias produziam quantidades e qualidades incomparáveis de riquezas, estas eram remetidas às metrópoles e utilizadas, de um lado, para viabilizar novos ciclos coloniais e manter atuando o comércio triangular e, de outro lado, para projetar e financiar desenvolvimentos científico-tecnológicos que permitissem a produção de mercadorias com maior produtividade. A América Latina em geral e o Haiti em especial forneceram importante contribuição para esta acumulação primitiva.

Pode-se afirmar sem hesitações que a contribuição dada por este capital roubado foi decisiva para a acumulação do capital monetário e comercial que, entre 1500 e 1750, criou as condições que se mostraram propícias para a revolução industrial. É difícil calcular-se a quantia total envolvida, mas, caso se leve em conta apenas as contribuições mais substanciais, estas atingem um soma estonteante. A quantia total chega a mais de um bilhão de libras, ou seja, mais do que o capital de todas as empresas industriais operadas por vapor que existiam na Europa por volta de 1800. Pode-se concluir sem exagero que, para o período de 1760 a 1780, somente os lucros da Índia e das Índias Ocidentais *mais* do que duplicaram o dinheiro acumulado disponível para a indústria em ascensão (FRANK, 1980, p. 100).

Mais do que a inventividade e o domínio técnico, foram os recursos acumulados desde as mais variadas formas do sistema colonial (algumas mais e outras menos baseadas no uso da força, mas todas produzidas a partir da violência da incorporação e do trabalho escravo) que possibilitaram o revolucionamento das formas de produção (FRANK, 1980). A introdução de máquinas movidas a vapor ao processo produzido, o domínio de novas fontes energéticas e o desenvolvimento científico e tecnológico operado através da submissão da ciência à produção compõem os principais aspectos de uma verdadeira revolução nas formas de produção de mercadorias, a revolução industrial (MARX, 1984; POLANYI, 1980). Esta revolução não é apenas britânica, é mundial (FRANK, 1980). Também não é apenas econômica, é estrutural (DOBB, 1971). Não é apenas britânica ou mesmo centro-européia porque seus elementos condicionantes residiam mais na extração de recursos externos (FRANK, 1978; FRANK, 1980), provenientes do comércio colonial com as diferentes regiões incorporadas nos séculos anteriores ao mercado mundial, do que propriamente nas possibilidades materiais internas da Europa.

Como produtoras das riquezas que seriam acumuladas para o revolucionamento das forças de produção, todas as colônias possuem sua cota de participação na formação da Grande Indústria Moderna (FRANK, 1980; MARINI, 2000). A amplitude da empresa colonial envolvia da América à Ásia, da África à Europa. Operava em todos os continentes, extraía riquezas de todos eles e as concentrava em um conjunto de poucos países europeus, que também comerciavam entre si e produziam outros fluxos de valores, concentrados por sua vez em um número ainda mais reduzido de países (FRANK, 1980). Era a possibilidade de consumo de massas aos produtos britânicos e a intenção de impor limites aos lucros coloniais franceses o que aticava a burguesia industrial a desenvolver rapidamente sua indústria e eliminar o trabalho escravo no mundo (WILLIAMS, 2012). A grande indústria moderna, nestes termos, é uma produção global gestada durante o período colonial e não uma criação individual da Inglaterra.

A criação da grande indústria moderna seria fortemente obstaculizada se não houvesse contado os países dependentes, e tido que se realizar sobre uma base estritamente nacional. De fato, o desenvolvimento industrial supõe uma grande disponibilidade de produtos agrícolas, que permita a especialização de parte da sociedade na atividade especificamente industrial. No caso da industrialização europeia, o recurso à simples produção agrícola interna teria bloqueado a elevada especialização produtiva que a grande indústria tornava possível. O forte incremento da classe operária industrial e, em geral, da população urbana ocupada na indústria e nos serviços, que se verifica nos países industriais no século passado, não poderia ter acontecido se estes não contassem com os meios de subsistência de origem agropecuária, proporcionados de forma considerável pelos países latino-americanos. Isso foi o que permitiu aprofundar a divisão do trabalho e especializar os países industriais como produtores mundiais de manufaturas. Mas não se reduziu a isto a função cumprida pela América Latina no desenvolvimento do capitalismo: à sua capacidade para criar uma oferta mundial de alimentos, que aparece como condição necessária de sua inserção na economia internacional capitalista, prontamente será agregada a contribuição para a formação de um mercado de matérias-primas industriais, cuja importância cresce em função do mesmo desenvolvimento industrial. O crescimento da classe trabalhadora nos países centrais e a elevação ainda mais notável de sua produtividade, que resultam do surgimento da grande indústria, levaram a que a massa de matérias-primas voltada para o processo de produção aumentasse em maior proporção. Essa função, que chegará mais tarde a sua plenitude, é também a que se revelará como a mais duradoura para a América Latina, mantendo toda a sua importância mesmo depois que a divisão internacional do trabalho tenha alcançado um novo estágio (MARINI, 2000, pp. 143-144).

A Grande Indústria Moderna opera transformações sociais e políticas que impedem referirmo-nos a este processo como apenas uma mudança técnica das formas de produção de mercadorias (MARX e ENGELS, 1848/2009). Neste sentido, é válido analisarmos a Revolução Industrial como parte integrante de um conjunto de transformações sociais que expandiam o poder da burguesia industrial ao modificar

radicalmente a natureza das relações sociais e políticas, na Europa especialmente (SCHUMPETER, 1964). Para esta fração da burguesia, a libertação dos escravos, o fim dos exclusivismos comerciais do sistema colonial e a abertura das colônias aos produtos industriais britânicos, em posição de vantagem em relação aos seus concorrentes europeus, particularmente a França, eram necessidades materiais de extrema importância (WILLIAMS, 2012).

Embora não possamos nos aprofundar neste ponto, a própria conjuntura francesa transformava-se radicalmente. A Revolução Francesa dizia ao mundo que a burguesia não pouparia esforços em dissolver todos os resquícios da sociedade aristocrática, do controle despótico dos reis e sacerdotes, de qualquer entrave ao desenvolvimento do capitalismo e de sua constituição enquanto classe para si (JAMES, 2010). O poder econômico somente seria realizado com o controle de todo o sistema político nacional. E o mundo ouvia estas mensagens, especialmente as colônias francesas, como o Haiti (JAMES, 2010). As tensões sociais no país caribenho avolumavam-se com o progressivo esvaziamento da natureza universal dos reclames revolucionários franceses. O comércio com as colônias e a centralização dos seus lucros tornavam-se ainda mais importantes mediante as pretensões econômicas e políticas britânicas. Não se tratava apenas de uma disputa interna na Europa, mas de uma disputa em todo o mundo pelo controle dos lucros comerciais (JAMES, 2010).

Segundo James (2010), o mundo movia-se sob os pés dos senhores coloniais franceses e os lemas de Igualdade, Liberdade e Fraternidade escapavam de suas mãos e eram reclamados com sotaque crioulo no Caribe. Era a condição de dominação – econômica e política – francesa que estava em jogo, bem como a sua capacidade de restringir o discurso e a prática revolucionários (que a permitiam derrubar a Aristocracia) de modo a frear os ímpetos proletários e anticoloniais que a Revolução Francesa alimentava. “A tomada da Bastilha no [dia] 14 de Julho fez mais do que intimidar o Rei e a Corte. Assustou a burguesia, que se apressou em formar a Guarda Nacional, excluindo dela estritamente os pobres” (JAMES, 2010, p. 75). Todavia, impulsionado pela pressão da ideologia (econômica, precisamente) britânica pela libertação dos escravos, surge um grupo abolicionista na França, os “Amigos dos Negros” (JAMES, 2010). Era uma força política real na França, especialmente porque as notícias do Caribe mostravam que também os haitianos não poupariam esforços em libertar-se (JAMES, 2010).

Segundo James (2010), com o esvaziamento do caráter revolucionário da burguesia francesa e da nova república francesa em geral, a luta antiescravocrata perde força no país, e a burguesia colonial, dependente do trabalho escravo e do tráfico de escravos, não hesita em defender ferrenhamente a sua posição na estrutura de classes francesas. Conquistando o apoio do governo francês, lidera a reação militar ao levante escravo e os intentos de obstaculizar qualquer movimento de libertação racial ou nacional no país (JAMES, 2010). A Espanha, que havia sido subalternizada no rol das disputas entre as potências europeias, mantinha ainda a República Dominicana como colônia, e interessava-se, portanto, com tudo o que acontecia no país vizinho, o Haiti (CASTOR, 1978). Não por outra razão mas porque pretendia colaborar com a expulsão dos franceses da ilha e retomar o controle sobre o Haiti, perdido desde o Tratado de Ryswick, assinado em 1697.

Naquele momento, os negros não sabiam onde estavam seus verdadeiros interesses. E se não sabiam não era por culpa deles, pois a Revolução Francesa, ainda nas mãos dos liberais e ‘moderados’, estava claramente inclinada a levar os escravos de volta à velha escravidão. Assim, quando os espanhóis em São Domingos ofereceram aliança aos negros contra o Governo francês, naturalmente aceitaram. Eis aqui homens brancos que lhes ofereciam armas, munições e suprimentos, reconhecendo-os como soldados, tratando-os como iguais e pedindo-lhes que atirassem contra outros brancos (JAMES, 2010, p. 125).

Tratava-se de uma era de transformações não apenas na Europa mas em todo o mundo (MARINI, 2000). A revolução industrial e as revoluções burguesas na França, na Inglaterra e nos Estados Unidos rompiam as relações que estruturavam o mundo colonial e forçavam, na América Latina, pela abolição da escravidão e pela formação dos Estados Nacionais (MARINI, 2000). Estes processos assumem, na América Latina, natureza mais ou menos formal segundo a hegemonia de setores da burguesia nele e a vinculação dos interesses das classes dominantes ao imperialismo britânico (CUEVA, 1977; FRANK, 1978; RIBEIRO, 1985). Se de um lado adequavam a estrutura econômica e social ao capitalismo industrial em desenvolvimento, de outro insuflavam as massas, de modo que a própria posição de classes das elites dirigentes na América Latina poderia ser questionada e comprometida (CUEVA, 1977). Não por outra razão que em alguns países da região, como o Brasil, a Independência e a abolição da escravidão foram mudanças formais do estatuto social que ocorreram com mínima participação popular.

A primazia econômica e política da Grã Bretanha e a independência política da América Latina em raiz das guerras napoleônicas deixaram a três grandes

grupos de interesses a decisão do futuro da América Latina em sua luta tripartite: a) os interesses agrícolas, mineiros e comerciais da América Latina, que aspiravam a manter o subdesenvolvimento conservando a velha estrutura de exportação – e somente desejavam substituir os rivais ibéricos em suas posições privilegiadas –; b) os industriais e outros grupos de interesses das regiões acima mencionadas e outras do interior, que intentavam defender suas nascentes e ainda débeis economias de desenvolvimento contra o livre-comércio e o financiamento externo, que ameaçavam aniquilá-los; e c) a vitoriosa Inglaterra, em expansão industrial, cujo ministro de Relações Exteriores Lord Canning anunciou em 1824: ‘Hispanoamérica é livre, e se não manejamos mal nossos assuntos, ela é inglesa’. As linhas de batalha estavam tensionadas com a tradicional burguesia latino-americana em natural aliança com a burguesia industrial-mercantil da metrópole, contra os débeis industriais nacionalistas da América Latina. O resultado estava praticamente predeterminado pelo anterior processo histórico do desenvolvimento capitalista, que desta maneira havia disposto as cartas (FRANK, 1978, pp. 275-276).

Mas o processo revolucionário haitiano escapava a estas regras e também por isto que se adianta à onda da independência latino-americana (CASTOR, 1978; JAMES, 2010). Neste país como em nenhum outro da América Latina, o processo foi violento e profundo à medida que os ideais de ruptura colonial escaparam das mãos das elites locais e encontraram sustentação no povo oprimido destes países (JAMES, 2010). Os escravos, já dispostos em tropas e pretendendo o controle sobre o território do país, aliaram-se apenas parcial e condicionalmente com os espanhóis, dada as razões coloniais históricas e por não identificarem ali um aliado incondicional (JAMES, 2010). Com o conservadorismo crescente do governo que se formava da Queda da Bastilha, missões e mais missões militares francesas sucederam-se para conter e exterminar a rebelião escrava. Os líderes deste levante negro revolucionário – figuras tão grandiosas e importantes para a história mundial recente como ignoradas pela historiografia tradicional – foram mortos, ou em combate no Haiti, como Jacques Dessalines, ou mesmo torturados, reduzidos à fome e ao frio nos Alpes, como Toussaint L’Ouverture (JAMES, 2010). A morte dos líderes revolucionários não significou em nenhuma medida a morte da revolução:

Depois de uma luta tirânica contra 60 mil veteranos das conquistas napoleônicas, os ex-escravos sacodem a dominação colonial em 1804, no início do século 19, e proclamam a independência. A revolução se baseava em um consenso sobre a abolição da escravidão, a consolidação da independência e a construção de um novo país, no qual não se excluía de nenhuma maneira interesses múltiplos e contradições na nascente sociedade (CASTOR, 2008, p.12).

Se a independência formal fora obtida no Haiti, o mesmo não se pode dizer de sua independência real (SILVA, 2010). Após a expulsão francesa do Haiti, o imperialismo haveria de dar uma lição não apenas aos revolucionários vitoriosos mas

também ao resto do mundo: a lição do preço a se pagar pela Independência. Sob ordens diretas de Napoleão, uma ofensiva militar francesa produziu um massacre gigantesco no país, ateando fogo e destruindo as fazendas e todas as instalações e estruturas produtivas do Haiti (JAMES, 2010). Ao esgotamento do solo produzido pela exploração colonial, soma-se este esgotamento operado pelo fogo, condenando a fertilidade da terra haitiana e devastando suas plantações. De acordo com Grondin (1985), a lição que o imperialismo dava ao país e ao mundo dizia ainda que se o Haiti não pertencesse à França, que não pertencesse a ninguém mais; se não fosse administrado por brancos e pela elite francesa que ali se gestara, que não fosse administrável por ninguém, que não se pudesse florescer ali um povo dono de si e de seu território. É produzida então uma marginalização do país na divisão internacional do trabalho, e neste sentido é preciso entender as novas formas gerais do capitalismo na América Latina (MARINI, 2000).

Produzindo uma nova divisão internacional do trabalho e impulsionando a transformação do mundo à imagem e semelhança dos interesses do capital industrial, a grande indústria moderna passa a definir a natureza das relações de produção na América Latina, não mais meramente coloniais mas já capitalista em todos os seus termos.

É a partir desse momento que as relações da América Latina com os centros capitalistas europeus se inserem em uma estrutura definida: a divisão internacional do trabalho, que determinará o sentido do desenvolvimento posterior da região. Em outros termos, é a partir de então que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a produção ampliada da dependência (MARINI, 2000. P. 141).

As transformações da grande indústria moderna revelam, portanto, que embora haja uma continuidade entre a economia colonial e a economia capitalista industrial, não se tratam de situações homogêneas (MARINI, 2000). O Haiti expressa muito bem as especificidades de ambos os momentos.

Se durante o período colonial o Haiti era útil à divisão internacional do trabalho porque o critério da produção era a extração colonial baseada no comércio triangular (WILLIAMS, 2012), na utilização de trabalho escravo e no tráfico de escravos (JAMES, 2010), durante a divisão internacional operada pela grande indústria moderna, em que o critério da produção é o lucro industrial e para tal há de haver trabalho assalariado e consumo de massas, o Haiti deixa de ser útil neste sentido, dadas as

condições precárias de existência legadas pela lição imposta pelo imperialismo no país (GRONDIN, 1985). Serve, isto é claro, para produzir sob baixo custo e para assegurar lucros financeiros a partir do endividamento do Estado dependente haitiano (SEGUY, 2014). É neste sentido que passam a operar a dependência no país e, com ela, a produção histórica dos fatores de expulsão populacional (CASTOR, 1971; CASTOR, 1978). Outro aspecto importante desta conjuntura pós-Independência refere-se ao embargo econômico sofrido pelo Haiti por parte dos principais países envolvidos no sistema industrial, vendo-se com isto impossibilitado de reunir os elementos necessários à reconstrução do país.

A França impôs um bloqueio econômico ao Haiti depois que a sua população escrava se emancipou. Um bloqueio que só levantou dez anos depois, quando os líderes do primeiro Estado negro independente concordaram em pagar aos seus anteriores patrões coloniais e escravistas 150 milhões de franco-ouro em compensação; uma soma avaliada atualmente em quase 22 bilhões de dólares. Uma vez saldada a dívida pela ‘independência’, ferindo de morte a sua economia e determinando assim a sua integração à economia mundial como um provedor marginal e periférico de recursos e mão-de-obra barata ao centro, a nova dívida foi acumulada majoritariamente durante o reinado dos Duvalier, pai e filho (JUBILEU BRASIL, 2007, p. 35).

Segundo Jubileu Brasil (2007) e Castor (1978), o desenvolvimento do sistema financeiro e bancário mundial, que aliados à expansão da indústria produziam uma nova etapa da acumulação capitalista – a imperialista –, vinculou o Haiti a uma rede de credores e emprestadores internacionais, e acabaram por aproximar a economia dependente haitiana do capitalismo industrial norte-americano (JUBILEU BRASIL, 2007). Esta dívida do Haiti com a França teve seu saldo comprado pelo Export-Import Bank, convertendo-se em dívida com os próprios Estados Unidos. “Durante todo o século XIX para pagar a dívida tinha um fluxo importante de exportação de madeira, inclusive de madeira preciosa, contribuindo em grande medida ao desmatamento do Haiti. Em 1870-1875, em alguns momentos 60% da receita do Estado era destinada ao pagamento da dívida da independência” (JUBILEU BRASIL, 2007, p. 78).

Ademais, o embargo perpetrado pelas economias dominantes possui uma clara finalidade pedagógica: demonstrar, pela imposição de castigos e retaliações coordenadas, aos demais países caribenhos e latino-americanos que cabe às potências centrais a condução não apenas econômica como também política da região, e que rupturas com a divisão internacional do trabalho não seriam toleradas (GRONDIN, 1985; MANN, 2012; COTINGUIBA, 2014).

O Haiti independente, uma nação formada totalmente por quilombolas, tornou-se um símbolo global que aterrorizou os proprietários de escravos em todo o mundo, incluindo os Estados Unidos. Toda a Europa e os Estados Unidos impuseram um embargo econômico ao Haiti durante décadas. Desprovido do comércio do açúcar e do café, que eram seu sustento econômico, a economia da nação desabou, empobrecendo o que um dia fora a sociedade mais rica do Caribe (MANN, 2012, p. 452).

De acordo com Grondin (1985) e Castor (1990), o embargo comercial e o endividamento financeiro foi a forma com que o imperialismo (francês, britânico e norte-americano) castigou o Haiti, tendo sido o país caribenho reduzido à uma condição de economia de miséria, situada abaixo do nível de subsistência (GRONDIN, 1985).

A conquista da independência, em 1804, liquidou com o sistema das plantações colonialistas e com a escravidão. Por isso, os negros resistiam a continuar trabalhando nas plantações para os novos chefes, mulatos ou negros privilegiados. Essa resistência durou até 1845, quando foi definitivamente eliminado o sistema colonial e se consolidou a era do pequeno produtor. Entretanto, os ex-escravos não tiveram um acesso imediato à terra. Depois da independência, a elite mulata e negra substituiu a antiga elite branca, apoderou-se de suas propriedades e quis manter a massa da população em condições de produção similar à da escravidão, como parceiros e como trabalhadores nas plantações e nas oficinas (...). Depois de lutar por sua liberdade contra os brancos, os ex-escravos tiveram que lutar, durante quase um século, contra os mulatos e os negros da elite pela terra que haviam libertado. Conseguiram a posse de pequenas parcelas de terra, mas seus direitos e títulos de propriedade são geralmente inexistentes ou duvidosos, sujeitos à intervenção dos poderosos (...). O processo de acesso à terra fez com que o camponês haitiano não esteja seguro de que a terra que pisa seja sua. É possuidor, não se sente proprietário. Essa situação ajudou a manter nele a impressão de que o Haiti é uma terra alheia, onde ele continua vivendo ‘de passagem’. Nas expressões culturais, particularmente nos contos, nos rituais religiosos e nas canções, não se sente o enraizamento à terra por parte dos camponeses. Esse sentimento se encontra, porém, na elite. Para ela, o Haiti lhe pertence. As terras cultivadas pelos camponeses são insuficientes para manter uma família: 60% têm menos de um terço de hectare, 88% não chegam a três hectares, e estão situadas, em 90% dos casos, nas montanhas, frequentemente abruptas, onde os solos são menos produtivos e sujeitos à ação da erosão. Se na República Dominicana os camponeses desenvolveram uma agricultura de subsistência, pode-se dizer que, no Haiti, desenvolveram uma agricultura de miséria, onde sobrevivem com uma produção abaixo do nível normal de subsistência (GRONDIN, 1985, pp. 54-56).

É a partir da estruturação de um sistema econômico e social abaixo do “nível normal de subsistência” (GRONDIN, 1985) em que se constituem os elementos formadores da tradição migrante no país.

Baptiste e Vieira (2016) oferecem uma rica síntese destes fatores históricos de expulsão populacional que convertem o Haiti em um país migrante, destacando aspectos relativos às suas heranças históricas dos tempos coloniais e as repercussões, do ponto de vista da estrutura de classes e da natureza da classe dominante haitiana, do lugar subalterno que ocupa o Haiti na desigual divisão internacional do trabalho.

Vários fatores se combinaram para produzir o cenário de instabilidade e pobreza que atravessa séculos e gerações: a) a pesada indenização cobrada pela França para reconhecer a independência do país depois de ter visto seus colonos serem mortos ou expulsos da ilha; b) o forte embate entre mulatos e negros no período de constituição nacional; c) a dificuldade de se instaurar e reconhecer uma classe dirigente que se impusesse legitimamente, e que defendesse os interesses nacionais; d) o legado escravocrata, posto que, mesmo após a independência, conquistada graças ao levante dos escravos, as massas recém-libertas não tiveram acesso à posse dos meios de produção, particularmente a terra, ou ao trabalho assalariado; e) a herança monocultora que se tornou cega à necessidade de diversificar a economia para que o mercado interno fosse sustentável. Diante deste quadro, é plausível que o surgimento e intensificação dos fluxos migratórios internacionais de haitianos estejam diretamente relacionados com as sucessivas crises políticas e com as poucas alternativas de saída da pobreza (BAPTISTE e VIEIRA, 2016, pp. 577-578).

Pois é precisamente ao final do século XIX em que a referida tradição migrante assume forma mais concreta e passa a constituir um elemento definidor da própria realidade haitiana, além de ser por ela produzida (CASTOR, 1978).

Capítulo 2 - Crise Capitalista e ampliação do espaço de vida da emigração haitiana

Uma característica imanente do Modo de Produção Capitalista é a dissociação crescente entre o processo de trabalho e o fruto do processo de trabalho (MARX, 1984). Vimos como as transformações operadas na Europa durante o fim do período feudal foram essenciais para a formação de um mercado de trabalho, contingente de trabalhadores que, dissociados dos meios de produção, passaram a ter de vender sua força de trabalho como meio de subsistência – no capitalismo, reduzida à reprodução da força de trabalho (POLANYI, 1980). Os proprietários dos meios de produção são aqueles antigos proprietários, os primeiros capitalistas, os investidores financeiros e também os proprietários urbanos, pois a própria terra urbana, a cidade, passa historicamente de espaço da acumulação de capital para objeto da acumulação de capital, convertendo-se ela mesmo em uma mercadoria (VILLAÇA, 1998).

Segundo Marx (1848/2009) em sua análise do processo de valorização do capital e de submissão a ele da força de trabalho, a divisão da sociedade entre capitalistas (os proprietários dos meios de produção) e trabalhadores (aqueles que não detém os meios de produção e, por isso, vendem a sua força de trabalho) acentua-se gradativamente, pela reprodução ampliada do capital. Ela expressa uma estrutura cada vez mais social ou coletiva do processo de trabalho e uma dinâmica crescentemente particular ou privada da apropriação do fruto deste trabalho, bem como a submissão crescente do valor de uso (sua utilidade de satisfação de necessidades) ao valor de troca (a produção de lucro e a valorização do capital, a despeito da satisfação de necessidades) das mercadorias (MÉSZAROS, 2009):

Com o aprofundamento da disjunção entre a produção voltada genuinamente para o atendimento das necessidades humanas e aquela dominante direcionada para a auto reprodução do capital, intensificam-se as consequências destrutivas, das quais duas anteriormente referidas colocam em risco o presente e o futuro da humanidade: a precarização do trabalho e a destruição da natureza (MÉSZÁROS, 2009, p. 12).

As crises capitalistas são objeto de intensa reflexão e discussão dentro das ciências econômicas e sociais. Sua existência foi apresentada e sistematizada por Karl Marx em O Capital como resultado, sobretudo, de superproduções capitalistas, nascidas do processo de acumulação do capital, mas que impunham restrições ao processo de valorização do capital. Embora nascidas destes elementos intrínsecos ao capitalismo, a

conversão da crise em dissolução não é um processo inteiramente orgânico, senão que condicionado pela atuação dos fatores contratendências que o próprio capitalismo desenvolve e pela própria luta de classes.

Marx definiu as crises como produto da queda tendencial da taxa de lucros, inserindo a questão no centro da disputa entre lucros e salários, capital e trabalho. No centro da luta de classes, portanto. Ao relacionar as crises capitalistas à queda tendencial da taxa de lucros, Marx estabelece, na realidade, que as crises capitalistas são originadas não apenas da generalização da mercadoria força de trabalho como também das estratégias de valorização do capital por parte dos capitalistas. No processo de concorrência capitalista, os proprietários dos meios de produção buscam elevar a exploração da força de trabalho, reduzir o valor dela, de modo a extrair dela mais valor, isto é, uma taxa de lucro maior. Como consequência, o capital constante se eleva em relação ao capital variável, e se reduz a magnitude de trabalho vivo em cada mercadoria produzida, o que aponta para uma queda da taxa de lucro, dado que somente da força de trabalho pode-se se extrair mais-valor, a origem do lucro. A natureza dialética deste processo – no qual a busca individual por extração de taxas superiores de mais-valor acarreta em uma limitação futura do próprio processo de extração de mais-valor e valorização do capital – inclui inclusive o crédito, contra-tendência à queda da taxa de lucros, chamado por Marx como “rendimentos e suas fontes”, e que atua, em síntese, como um elemento que apenas adia a deflagração das crises – e que estimula, por fim, a própria crise de superprodução.

Portanto, as crises são expressões de um movimento no interior das relações de produção: os capitalistas tendem a competir entre si alterando sua Composição Orgânica do Capital (COC), ou seja, investindo mais em máquinas e equipamentos e, com isso, substituindo força de trabalho por trabalho morto (MARX, 1984). Todavia, somente a força de trabalho é uma mercadoria que cria outra mercadoria de valor superior a ela mesma, ou seja, somente da força de trabalho se pode extrair mais-valor e lucro. Este incremento científico e tecnológico diminui, portanto, a taxa média de lucros nos países centrais, e esta é característica central de todas as crises capitalistas: todas elas são crises de realização do capital.

A queda tendencial da taxa de lucros e sua capacidade de produzir, periodicamente, crises capitalistas, foi objeto de interpretações deterministas, de um

lado, e de preocupações capitalistas, de outro¹⁰. Se as primeiras ocuparam-se de precisar a conjuntura e a data correta de uma crise terminal do capital, muitas vezes suprimindo o papel e a importância da luta de classes, as segundas, por sua vez, ocuparam-se de utilizar os chamados fatores contratendências da taxa de lucro, buscando com isso renovar as estruturas de extração de mais-valor e dar sobrevida à valorização do capital (MARX, 1984).

Do ponto de vista teórico, as crises associam-se a conjunturas de concentração e de centralização do capital (MARX, 1984). O primeiro momento é caracterizado por crescimento do montante de valor produzido, elevação da massa de mais-valia extraída e expansão do poder do capital (MARX, 1984). O segundo momento, por sua vez, caracteriza-se por acirramento da concorrência capitalista e centralização do capital entre eles. Encerra, portanto, um processo no qual muitas empresas entram em falência, são compradas ou fundidas (MARX, 1984).

A crise capitalista atual, enquanto manifestação fenomênica de uma crise estrutural do capital, eclode sobretudo a partir de Agosto de 2007 (MÉSZÁROS, 2009). Ela possui características gerais e específicas.

Como características gerais, destaca-se seu caráter processual (MARX, 1984): ela provém de contradições próprias do capitalismo que se gestavam, pelo menos, desde a última crise estrutural do capital, nos anos 1970, e da insuficiência da estratégia financeira de reversão da queda tendencial de lucros. Essas contradições se encerram, sobretudo, no confronto de sua dinâmica expansionista (produto da vocação universal do capital, que impele o sistema capitalista a buscar realização de suas mercadorias até nas mais distantes regiões do planeta e submetê-las à sua lógica de produção de mais-valia) com sua natureza destrutiva – marca da atual etapa do modo de produção capitalista, em que uma das principais estratégias de valorização do capital é a diminuição da vida útil das mercadorias, a chamada obsolescência programada, o que traz repercussões decisivas do ponto de vista ambiental e energético (MÉSZÁROS, 2009). Deste confronto, o capital torna-se incontrolável e a crise, inevitável:

Expansionista na busca crescente e desmedida de mais-valor, destrutivo na sua processualidade pautada pela superficialidade e descartabilidade, o

¹⁰ Um amplo histórico das teorias das crises e da superação ou transição do capitalismo pode ser analisado em GROSSMANN, Henrik. *La Ley de la Acumulación y del Derrumbe del Sistema Capitalista: Una teoría de la crisis*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1979. 406p.

sistema de capital torna-se, no limite, incontrolável. Tudo isso, aqui resumido de modo breve, faz com que, depois de um longo período dominado pelos ciclos, ele venha assumindo (...) a forma de crise endêmica, cumulativa, crônica e permanente (MÉSZÁROS, 2009, ps. 11-12).

Estas características gerais, no entanto, não devem ocultar elementos específicos desta crise, e para entendê-los é preciso retomar sua eclosão, ainda em 2007 (MÉSZÁROS, 2009; PIRES, 2013). Nos Estados Unidos das últimas décadas, milhões de famílias têm-se acostumado a financiar suas dívidas de hipoteca a partir de papéis e títulos que julgavam seguros, confiáveis. Estes títulos apresentavam taxa de rendimento superior àquela taxa de juros da hipoteca, razão da enorme expansão desta modalidade de operação financeira nos Estados Unidos. Todavia, estes títulos e ações demonstraram não ter valor de face real, ou seja, representavam empresas com sérios problemas de solvência financeira, fraudes contábeis e outras falhas de gerência (MÉSZÁROS, 2009; PIRES, 2013). Quando os primeiros destes títulos foram resgatados, tomou corpo e conteúdo a enorme ilusão que representava sua taxa de rendimento, que não possuía lastro produtivo e, portanto, constituía-se mais como uma pirâmide, uma bolha especulativa. Esta bolha estoura inicialmente no setor mais atrelado a esses papéis, qual seja, o setor hipotecário dos Estados Unidos (MÉSZÁROS, 2009; PIRES, 2013). Essa dinâmica de modo algum está dissociada do processo real de produção de mais-valia, pelo contrário, expressa a atual predominância, neste processo, das estratégias financeiras de valorização do capital. Segundo Pires (2013),

O poder de expansão do crédito foi o que manteve a dinamicidade da demanda assegurando níveis elevados de atividade econômica, que durante décadas foi a rede principal que protegeu a economia dos EUA das grandes crises (...). A crise financeira mundial que explodiu em 2007 e 2008 surgiu nos EUA devido principalmente ao aumento na oferta de empréstimos imobiliários no segmento subprime, que é uma operação de risco, concedido a quem não tem muitas garantias de pagamento. Para se ter ideia de como a concessão desses empréstimos influenciaram a eclosão da crise, precisamos observar como o estímulo à expansão do mercado imobiliário dos EUA vai culminar nos empréstimos subprime. Segundo Filgueiras (2007), no início dos anos 2000 o mercado imobiliário dos EUA experimentou elevadas taxas de crescimento devido principalmente à queda da taxa de juros para títulos do governo aliado às altas taxas de crescimento da economia americana, que proporcionou elevação da renda e melhores condições de pagamento para os tomadores de empréstimos. Os empréstimos bancários, com base no crédito hipotecário, que têm como garantia o próprio imóvel fizeram com que o mercado imobiliário se expandisse. Com a expansão das condições de oferta de financiamento, os preços dos imóveis aumentaram substantivamente, que por sua vez possibilitaram aos mutuários a renovação das hipotecas com a obtenção de novos empréstimos, sempre maiores que os anteriores, permitindo além da quitação do saldo anterior adquirir novos bens e serviços. É o que Filgueiras (2007) denomina de ciclo “virtuoso” de consumo-produção-emprego, pois a riqueza obtida nos mercados especulativos expandia o consumo das famílias, que por sua vez incentivava maior

produção, que requeria mais postos de trabalho, que gerava mais renda e, portanto, maior expansão da riqueza. No entanto, essa dinâmica de valorização dos imóveis e concessão de novos empréstimos com melhores perspectivas de pagamento para os mutuários alcançou também o segmento subprime, que não tem tantas garantias para honrar seus compromissos (PIRES, 2013, pp. 3-4).

Todavia, a atual conjuntura do capitalismo mundial caracteriza-se por intensa interdependência entre os setores da economia e entre as próprias economias nacionais (PIRES, 2013), de forma que a crise hipotecária rapidamente se transformou em uma crise “bursátil” (crise na bolsa de valores), em uma crise de pagamentos (crise no setor bancário), em outras palavras, houve a referida generalização da crise no mercado de *subprimes* (PIRES, 2013), que converte a crise financeira, por fim, em uma crise no setor produtivo (a chamada economia real), com forte poder de contágio sobre as demais economias, sobretudo as mais dependentes dos Estados Unidos, como a economia latino-americana, por exemplo (CEPAL, 2009).

2.1 Crise e espaço de vida

A crise capitalista incidiu diretamente nas condições laborais e de vida da classe laboral, tanto no centro da acumulação de capital como em seus espaços de valorização na periferia. Esta incidência trará, como veremos nesta seção, consequências decisivas para a classe trabalhadora migrante. Do ponto de vista da emigração haitiana, o tempo e a profundidade da crise repercutirão, inclusive, na ampliação de seu espaço de vida, expressos na redefinição dos fluxos migratórios e na emergência do Brasil como um novo destino, um novo processo emigratório.

Ademais, a crise capitalista comprometeria a classe trabalhadora imigrante de forma ainda mais pesada que a nativa, em razão, sobretudo, de dois fatores condicionados pela crise: a diminuição do nível de remessas de migrantes e o acirramento das tensões étnicas e raciais, materializadas no discurso e na prática xenófoba. Concentremo-nos, inicialmente, neste primeiro efeito.

Ricardo Antunes, no prefácio a Mészáros (2009), considerou, quando já se notavam os primeiros efeitos da crise de 2008, a massa de valores que fora destruída por conta da contração do capital. Segundo Antunes,

a somatória de recursos, contabilizados em trilhões de dólares, que feneceram nos últimos meses é por si só contundente. A crise do sistema financeiro global, a retração da produção industrial, agrícola e de serviços também são demasiadamente evidentes. Desde 1929 o capitalismo não presenciava um processo crítico tão profundo, aflorando inclusive no próprio discurso dos detentores do capital, seus gestores e principais gendarmes políticos (MÉSZÁROS, 2009, p. 11).

Segundo a CEPAL (2009), foram cinco as formas de contágio da crise capitalista aos países da América Latina. Enunciaremos essas formas para entendermos a relação delas com o processo migratório, particularmente no que tange às remessas de migrantes.

A primeira forma de contágio seria o aumento do endividamento externo das economias latino-americanas (CEPAL, 2009), sobretudo como consequência da diminuição dos financiamentos externos oficiais, da captação de novos empréstimos estrangeiros a taxas de juros maiores e da especulação sobre suas moedas.

A segunda forma de contágio seria a diminuição do Investimento Estrangeiro Direto (IED) na região (CEPAL, 2009). Se a participação dos capitais de curto prazo se eleva sobre os capitais de longo prazo, produto de uma hegemonia do capital financeiro sobre o capital produtivo, o IED tende a diminuir em razão da crise nos países centrais exigir rápida extração de recursos da periferia. A extração pela via das multinacionais tem um prazo de retorno do capital investido de 8 anos (KUCISNKI e BRANFORD, 1987), algo que a especulação consegue em dias ou mesmo horas.

A terceira forma de contágio seria a diminuição da demanda externa pelos produtos exportados pela América Latina (CEPAL, 2009). Países centrais como Estados Unidos, França, Alemanha e Inglaterra aprofundaram suas políticas protecionistas no pós-crise, de forma que também substituíram suas exportações da América Latina pela produção agrícola nacional. O acirramento das disputas comerciais, a ausência de consensos na Organização Mundial do Comércio (OMC) seriam provas disto.

A quarta forma de contágio seria o aumento dos preços relativos, sobretudo o dos alimentos (CEPAL, 2009). A ordem comercial atual tem sujeitado os países da América Latina a exportar sempre mais bens primários, principalmente alimentos. Esta estratégia é resultado da reprimarização de suas economias (o que a CEPAL define como falta de diversificação produtiva) e causa da diminuição da oferta destes bens na própria América Latina, razão pela qual se elevam os preços dos alimentos, os índices

de inflação e, portanto, a transferência de renda daqueles que consomem para aqueles que produzem, isto é, das classes trabalhadoras aos capitalistas.

A quinta e última forma de contágio seria a diminuição das remessas de migrantes (CEPAL, 2009). Este é, seguramente, o efeito mais visível sobre a América Latina e uma forma direta com que a crise capitalista incide sobre a dinâmica migratória ainda nos países de origem do fluxo. Antes, todavia, de nos concentrarmos na análise do efeito da diminuição das remessas de migrantes sobre as condições econômicas e sociais na América Latina e Caribe e, com isso, investigarmos a hipótese de se, em razão da diminuição das remessas, as famílias haitianas redefiniriam seus projetos migratórios e passariam com isso a inserir o Brasil neles, refletiremos sobre como a crise capitalista repercutiu no mundo do trabalho e deteriorou as condições de vida e de trabalho nos destinos preferenciais da emigração haitiana – ampliando, por consequência, seu espaço de vida. Somente após esta reflexão ficará coerente, do ponto de vista teórico, refletirmos sobre a relação entre remessas, migrações e desenvolvimento (CANALES, 2015) no tocante à migração haitiana no Brasil.

Inicialmente, é importante considerar que a crise capitalista deste início de século XXI agrava uma situação que já é desfavorável para os imigrantes internacionais (MÉSZÁROS, 2009; MAGALHÃES e BAENINGER, 2016; SILVA e MEDEIROS, 2009), particularmente nos países centrais do capitalismo (MÉSZÁROS, 2009; SILVA e MEDEIROS, 2009). Não por outra razão foram criados e implantados mecanismos jurídicos de proteção e defesa dos imigrantes e seus familiares. A Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e de seus familiares, adotada pela ONU em 1990, evidencia uma situação de flagrante vulnerabilidade do sujeito migrante no capitalismo contemporâneo.

A Convenção foi elaborada levando em conta a importância e a magnitude do fenômeno das migrações, uma vez que abarca milhões de pessoas e afeta um grande número de Estados da comunidade internacional. A situação especificamente vivida pelos trabalhadores migrantes e seus familiares é de grande vulnerabilidade, pois seus direitos não estão sendo reconhecidos pelas legislações internas dos Estados, gerando a necessidade de promover uma proteção internacional apropriada. Esse importante instrumento internacional de defesa dos direitos humanos dos trabalhadores migrantes é inovador em vários aspectos, pois considera os direitos e as liberdades dos migrantes, independentemente da sua situação jurídica regular ou irregular. Julga inalienável o direito de viver em família e, por isso, defende o reagrupamento familiar, o direito à prevenção e o combate ao tráfico de pessoas, entre outros. O Tratado procura assegurar direitos também as familiares dos trabalhadores migrantes, já que, dentre os graves problemas vividos por esses, está a dificuldade de reagrupamento familiar porque, muitas vezes, já

necessidade de se distanciarem de suas famílias, por força das rígidas leis migratórias. Como os problemas humanos em torno da migração estão mais graves, relacionados à migração irregular, a Convenção pretende reconhecer aos imigrantes considerados como ilegais, os mesmos direitos humanos fundamentais, e igualmente busca adotar medidas adequadas com a finalidade de evitar e eliminar o trânsito clandestino de trabalhadores. Algumas delas são tomadas em virtude da lamentável constatação de os trabalhadores em situação jurídica irregular serem frequentemente explorados, visto estarem empregados em condições menos favoráveis que os outros trabalhadores (SILVA e MEDEIROS, 2009, ps. 25-26).

Essa Convenção expressa um reconhecimento da chamada “comunidade internacional” (SILVA e MEDEIROS, 2009) e seus órgãos regulares da importância não apenas do fenômeno migratório como também dos direitos fundamentais de trabalhadores migrantes. Não obstante este e outros importantes mecanismos internacionais de proteção, as condições de acolhimento, inserção social e laboral são, na prática, regulados nacional e regionalmente. Neste controle e gerência a partir do Estado, não raramente as disposições jurídicas são alteradas, repercutindo na deterioração das condições econômicas, sociais e políticas dos imigrantes. Neste item, analisaremos o recrudescimento dessas condições nos principais países de destino da emigração haitiana, buscando investigar em que medida esse recrudescimento vincula-se à expansão do espaço de vida da emigração haitiana, que passa a incorporar, desde 2010, o Brasil como país de destino para alguns, e de trânsito para outros (FERNANDES, 2014).

Embora, como ainda veremos no Capítulo 2 desta Tese, o fluxo de imigrantes haitianos com visto de residência nos Estados Unidos tenha diminuído consideravelmente após dois eventos (os atentados de 2001 e as restrições à migração que o segue, e a crise de 2008 e também as restrições à migração que a segue), a discriminação e a subalternização da presença haitiana nos Estados Unidos (como também na Europa) é mais que factual, é histórica e estrutural.

Os haitianos chegam com frequência aos Estados Unidos separados por divisões de classes fortes e antagônicas, mas também com uma clara noção do Haiti como nação. À diferença de muitos imigrantes procedentes da Europa rural ou de outras áreas rurais do mundo chegaram aos Estados Unidos entre 1840 e 1915 sem uma identidade nacional, os haitianos chegam hoje com sua própria identidade nacional. Sem embargo, uma vez nos Estados Unidos, os haitianos descobrem que, independentemente da sua identidade subjetiva ou cor de sua pele, eles são negros e nos Estados Unidos ser negro significa ser identificado como afro-americano. Em sua chegada, os imigrantes haitianos aprendem também ou chegam já sabendo, por seus vínculos pessoais e os veículos de comunicação disponíveis no Haiti, que os afro-americanos têm sido colocados no nível social mais baixo dos Estados Unidos, e em comparação com eles, outros membros da sociedade medem sua própria posição social (GLICK-SCHILLER e FOURON, 2003, pp. 208-

Ser haitiano nos Estados Unidos é, portanto, estar situado no nível mais baixo da estratificação social norte-americana, não obstante a existência, objetiva e subjetiva, de uma rica e fértil identidade nacional haitiana. O imigrante haitiano situa-se nesta condição mais por sua cor de pele que por sua origem nacional (GLICK-SCHILLER e FOURON, 2003). De seu cotidiano, faz parte não apenas manter-se em contato com as notícias do Haiti e preservar os laços com os familiares que permaneceram no país, seja se comunicando com eles, seja enviando as importantes remessas, como também “inteirar-se dos ataques contra a comunidade haitiana, como a falsa crença de que os haitianos são portadores do vírus da AIDS, e da violência policial, e participa em mobilizações comunitárias contra este tipo de violência” (GLICK-SCHILLER e FOURON, 2003, p. 209)¹¹.

A crise capitalista, no entanto, piora ainda mais a condição social e laboral dos imigrantes internacionais, de uma forma geral, e dos imigrantes haitianos, em especial. Uma crise capitalista, como vimos, repercute de forma mais forte nos elos mais frágeis do sistema capitalista: em escala internacional, nos países dependentes e periféricos; dentro das economias nacionais, na classe trabalhadora e, dentro dela, nos trabalhadores imigrantes.

Mas o quadro de crise estrutural e sistêmica tem outro componente vital, dado pela corrosão do trabalho. Depois da intensificação do quadro crítico nos Estados Unidos e demais países capitalistas centrais, estamos presenciando profundas repercussões no mundo do trabalho em escala global. No meio do furacão da crise que agora atinge o coração do sistema capitalista, vemos a erosão do trabalho relativamente contratado e regulamentado, herdeiro da era taylorista e fordista, modelo dominante no século XX – resultado de uma secular luta operária por direitos sociais – que está sendo substituído pelas diversas formas de ‘empreendedorismo’, ‘cooperativismo’, ‘trabalho voluntário’, ‘trabalho atípico’, formas que oscilam entre a superexploração e a própria auto-exploração do trabalho, sempre caminhando em direção a uma precarização estrutural da força de trabalho em escala global. Isso sem falar na explosão do desemprego que atinge enormes contingentes de trabalhadores, sejam homens ou mulheres, estáveis ou precarizados, formais ou informais, nativos ou imigrantes,

¹¹ É precisamente da análise da migração haitiana no Estados Unidos que deriva um conceito importante para o estudo das migrações internacionais no atual conjuntura de internacionalização dos processos produtivos nacionais, maior velocidade dos transportes e facilidades de comunicação, qual seja, o conceito de transnacionalismo. Para aprofundamentos neste conceito a partir, sobretudo, de textos seminais, recomenda-se a leitura de GLICK SCHILLER, Nina. Transmigrants and Nation-States. Something Old and Something New in the U.S. Immigrant experience. In: HIRSCHMAN, C, KASINITZ, P. and DEWIND, J. (Editors) .The Handbook of international migration: the American experience. New York, Russell Sage Foundation. 1999, p 94-119; e de GLICK SCHILLER, Nina; BASCH, Linda; BLANC-SZANTON, Cristina. Transnationalism: A new analytic framework for understanding migration. In: Annual New York Academy of Sciences, August, 1992.

considerando que estes últimos são os primeiros a serem mais fortemente penalizados (MÉSZÁROS, 2009, p. 13)

Após 2008, Europa e Estados Unidos implementaram medidas de reação à crise caracterizadas por ajustes restritivos e reformulações no mercado do trabalho e previdência (MÉSZÁROS, 2009; SILVA e MEDEIROS, 2009; SANTOS, 2016). Na prática, o Estado capitalista (como França e Estados Unidos) diminuiu a participação dos programas sociais em seus gastos públicos, reduziu ou mesmo suprimiu direitos e garantias trabalhistas, aumentando, por exemplo, o tempo de trabalho necessário à aposentadoria.

Nos Estados Unidos, Inglaterra e Japão os índices de desemprego neste início de 2009 são os maiores das últimas décadas. É por isso que empresários pressionam, em todas as partes do mundo, para aumentar a flexibilidade da legislação trabalhista, com a falácia de que assim preservariam empregos. Nos EUA, Inglaterra, Espanha e Argentina, apenas para citar alguns exemplos, essa flexibilização foi intensa e o desemprego só vem aumentando (MÉSZÁROS, 2009, p. 14).

Esses recursos, anteriormente destinados à política social, não desapareceram, senão que foram orientados aos bancos e instituições financeiras (MÉSZÁROS, 2009), sob o argumento de controle pelo Estado dos efeitos da crise e de minimização de seu impacto sobre as economias nacionais.

A diminuição dos gastos sociais, de um lado, e a propagação da ideia de acirramento da concorrência pelos postos no mercado de trabalho, de outro, faz refletir à classe trabalhadora nativa destes países a imagem do imigrante como uma ameaça – a seu trabalho e a seu direito social.

A crise econômica, também provoca um aumento pontual das ocorrências de aversão a estrangeiros, uma vez que os próprios governos começam a adotar medidas protecionistas para conter os efeitos da turbulência. O exemplo mais recente é a greve ‘anti-estrangeiros’ dos trabalhadores de uma refinaria inglesa (...). Em Dezembro [de 2008], a Espanha, fortemente afetada pela crise, também registrou incidentes de xenofobia. É claro que um momento econômico delicado como o atual causa imediatamente repúdio a tudo aquilo que possa parecer uma ameaça (SILVA e MEDEIROS, 2009, ps. 87-88).

Da mesma forma, cartazes com dizeres de “empreguem primeiro os trabalhadores britânicos” eram vistos em marchas de trabalhadores em fevereiro de 2009 na Inglaterra (MÉSZÁROS, 2009). Em síntese, a crise, especialmente pelo seu abatimento de forma mais forte e direta na classe trabalhadora e seu manejo, ideológico, por setores sociais conservadores, acaba por cindir a própria classe trabalhadora, enfraquecendo sua consciência de classe e deteriorando, portanto, sua própria

capacidade de resistência à crise. “Essa manifestação era contrária à contratação de trabalhadores imigrantes italianos e portugueses com salários inferiores àqueles pagos aos britânicos. Se a luta pela igualdade salarial é justa e antiga, a exclusão de trabalhadores imigrantes tem um evidente sentido xenófobo. Na Europa, no Japão, nos EUA e em tantas outras partes do mundo, manifestações semelhantes se espalham” (MÉSZÁROS, 2009, p. 13).

Apesar do avanço do debate sobre os direitos humanos fundamentais, capitaneado por órgãos supranacionais como a Organização das Nações Unidas, as recentes crises econômicas mundiais e o recrudescimento das ideologias de extrema direita na Europa têm repercutido em certo retrocesso das políticas sociais e, mais especificamente, das políticas de saúde, para os imigrantes em vários lugares do mundo. O alvo principal são justamente os que mais precisam de assistência: os imigrantes não documentados, ou seja, os que ainda não conseguiram cumprir todas as etapas requeridas para a legalização de sua condição de cidadão fora de seu país natal, critérios estes que variam de lugar para lugar (SANTOS, 2016, p. 258).

Como consequência, ocorre uma extensão da precariedade que caracterizava o segmento “secundário” do mercado de trabalho (aquele destinado aos trabalhadores imigrantes) a segmentos mais qualificados da economia. De igual modo, o crescimento do emprego conferia um incentivo à informalidade, e impulsionava os antigos trabalhadores nativos, sindicalizados, formais e qualificados, a buscar vagas do mercado secundário de trabalho, vagas que, historicamente, eram recusadas por estes trabalhadores e ocupadas, com isso, por trabalhadores imigrantes. Ao apertar o cinto da classe trabalhadora, a crise capitalista e o discurso de concorrência, inerente ao capitalismo, colocaram trabalhador nativo contra trabalhador imigrante, agravando com isso a xenofobia.

Como resultado dessa tendência, o problema não mais se restringe à difícil situação dos trabalhadores não qualificados, mas atinge também um grande número de trabalhadores altamente qualificados, que agora disputam, somando-se ao estoque anterior de desempregados, os escassos – e cada vez mais raros – empregos disponíveis. Da mesma forma, a tendência da amputação ‘racionalizadora’ não está mais limitada aos ‘ramos periféricos de uma indústria obsoleta’, mas abarca alguns dos mais desenvolvidos e modernos setores da produção – da indústria naval e aeronáutica à eletrônica, e da indústria mecânica à tecnologia espacial (MÉSZÁROS, 2009, p. 69).

As condições, subjetivas e objetivas, da cisão na classe trabalhadora são, então, criadas e reproduzidas pelo mo(vi)mento de crise do capitalismo (MÉSZÁROS, 2009). Essa cisão é não apenas setorial (entre segmentos mais e menos qualificados, mais e menos formais, do mercado de trabalho). Ela adquire uma substância crescentemente étnica e racial (CANALES, 2015).

Neste contexto, a polarização das ocupações que surge com o processo de globalização econômica apenas contribui à configuração de diversos nichos laborais nos quais inserem-se preferencialmente os trabalhadores migrantes. Sem embargo, não se trata de uma externalização pura e simplesmente, como também de uma desvalorização deste tipo de atividades. São trabalhos não apenas de baixa qualificação laboral, como também de tarefas de muito baixa valorização social, o que resulta em baixos salários, contextos de precariedade, ausência de marcos regulatórios formais, que encerram um importante grau de desprestígio social. Neste contexto, não é de estranhar então que surja um processo de etnoestratificação ou de racialização dos serviços reprodutivos, ou seja, de uma diferenciação sócio-laboral baseada mais em fatores étnico-migratórios que nas credenciais laborais de cada pessoa (CANALES, 2015, p. 153)¹².

Com a segmentação técnica, étnica e racial do mercado de trabalho, a consciência de classe da classe trabalhadora cinde-se uma vez mais, reforçando-se, com isso, a xenofobia e outras restrições à migração internacional. Vejamos algumas manifestações de como essas condições são apropriadas no campo ideológico e jurídico e, por fim, quais são os mitos nos quais se amparam.

A apropriação destas condições se dá, em termos gerais, por grupos protecionistas, caracterizados por um discurso e uma prática nacionalista que, senão de ultradireita, no mínimo conservadora. A xenofobia enquanto ideologia organizada (BARRICARTE, 2010; SILVA e MEDEIROS, 2009; SANTOS, 2016) é utilizada como instrumento de pressão por esses setores – como também muitos sindicatos de trabalhadores –, logrando tensionar os governos dos países receptores de imigrantes internacionais a reformas migratórias, supressão de direitos aos imigrantes e mesmo restrição de serviços públicos antes tidos como universais.

Os protecionistas alertam sobre a substituição de trabalhadores nacionais por mão de obra barata vinda de países menos desenvolvidos. São numerosos os grupos que pedem a exclusão dos imigrantes e a discriminação em favor dos nativos. Nos Estados Unidos, a Coalizão para o Futuro do Trabalhador Americano agrupa distintas organizações que se opõem à importação de trabalhadores. No ano de 2009, o presidente democrata Barack Obama expulsou 46% a mais de imigrantes indocumentados que seu antecessor, o republicano George W. Bush, em 2008. No Reino Unido, o movimento “Empregos Britânicos para os Trabalhadores Britânicos” também tem bastantes simpatizantes. O [ex-]presidente francês Nicolás Sarkozy defendeu em 2009 que, em um contexto de crise econômica, ‘a prioridade absoluta deve ser que o emprego volte às pessoas que estão privadas dele na França’ e pediu a seu Ministro de Imigração que reforçasse a política de expulsões. Na Espanha, o sindicato União Geral dos Trabalhadores (UGT) recomendou aos empresários da Andaluzia em agosto de 2009 que não contratassem imigrantes para a colheita da azeitona. Isto foi denunciado pela Associação Pró-Direitos Humanos da Andaluzia, que considerou que, dessa forma, o

¹² Sem embargo, poderemos verificar as mesmas transformações no mercado de trabalho e seus efeitos em termos de segmentação étnico-racial da prática laboral em nossa própria região de análise, especialmente no município de Chapecó, como se tornará mais claro no capítulo 4 desta Tese.

sindicato estava se equiparando com ‘posição de extrema-direita européia’. Assim mesmo, a organização patronal Asaja-Sevilla acucou ao prefeito comunista de Marinaleda e ao Sindicato Obreiro do Campo que dirige, de instigar a expulsão de imigrantes que trabalham no cultivo de cítricos. Os protecionistas argumentam que não há bastante trabalho para todos e que os imigrantes substituem os trabalhadores autóctones, pelo que não se deveria consentir que se contrate mão de obra estrangeira barata enquanto haja trabalhadores nacionais paralisados (BARRICARTE, 2010, p. 87).

Mais que falas, é preciso entender a xenofobia enquanto movimento, numa conjuntura específica de correlação de forças (BARRICARTE, 2010). A discriminação aos trabalhadores estrangeiros não nasce com a crise capitalista de 2008 nos Estados Unidos e Europa. De fato, há inúmeras manifestações de discriminação étnico-raciais que precedem a esta crise e que caracterizam, de um modo geral, as sociedades de destino dessa migração (BARRICARTE, 2010). A discriminação ao estrangeiro – a própria ideia de um estrangeiro, melhor dizendo – está no cerne da constituição de um Estado Nacional e as fronteiras por ele estabelecidas, não apenas geográficas como também étnicas. Nesse sentido, o processo histórico de formação de uma identidade nacional é, ele também, um processo de produção de alteridade, de diferença, de produção de um Outro, frequentemente visto, quando visto, como ameaça. De diverso, converte-se, historicamente, em adverso¹³.

No entanto, é com a crise capitalista, especialmente a partir de seus efeitos no mercado de trabalho, que essa discriminação se expande, generaliza, e passa inclusive a atuar como força social real, dado que nesse momento, mais que antes, setores significativos da classe trabalhadora assumem essa ideologia (BARRICARTE, 2010).

No entanto, mais que produto de transformações econômicas, a xenofobia é uma construção ideológica, pois os argumentos de que partem não correspondem a realidade. Vejamos.

O senso comum sobre os imigrantes argumenta que não há, nestes países, empregos suficientes se somar-se à classe trabalhadora nacional contingentes de trabalhadores estrangeiros (BARRICARTE, 2010); argumenta-se que, dado que os

¹³ Este processo, interpretado em suas múltiplas dimensões e desde a lógica do migrante por SAYAD, Abdelmalek. *Imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: EDUSP, 1998, 299p, é também uma característica do Estado Nacional e das políticas migratórias brasileiras, marcadas, historicamente, pelo racismo institucionalizado em políticas e estratégias de branqueamento de sua população (VAINER, 1995; SEYFERTH, 1996; PÓVOA NETO e SPRANDEL, 2010; ASSIS, 2011; BAENINGER, 2012). Embora preenchidas de conteúdo específico, as atuais demonstrações, práticas e simbólicas, de discriminação e xenofobia, tanto em países de centro (França, Estados Unidos) como de periferia (Brasil e República Dominicana), possuem origens históricas que precisam ser entendidas.

imigrantes estarão dispostos a ocupar postos de trabalho a um salário inferior, haverá menos vagas disponíveis para os trabalhadores nacionais (BARRICARTE, 2010); argumenta-se, ainda, que a chegada de trabalhadores imigrantes necessariamente baixará os salários dos trabalhadores nativos, dado que, mais que complementares, eles sejam trabalhadores substitutos (BARRICARTE, 2010). Crê-se, por fim, que “os imigrantes não vem para trabalhar, mas sim para viver como parasitas do país que os acolhe” (BARRICARTE, 2010, p. 86). Empregados ou não, os imigrantes, nestes termos, não teriam como escapar de ser um problema.

Uma análise atenta das condições do mercado de trabalho, no entanto, desmentem esses postulados, mesmo em tempos de crise do capitalismo. Barricarte (2010) reúne resultados de importantes pesquisas sobre as consequências econômicas da imigração no mercado de trabalho dos principais países receptores de imigrantes. No cerne destas pesquisas, está a conclusão de que a imigração, mais que reduzir, eleva a divisão social do trabalho e, por consequência, a produtividade do trabalho. Como o migrante em si já é, frequentemente, invisibilizado, invisibilizado é também seu efeito sobre a expansão da atividade econômica na sociedade de destino.

O problema de analisar o impacto da imigração é que, enquanto são visíveis os trabalhos que realizam os imigrantes (como camareiros, trabalhadores agrícolas, trabalhadores da construção civil etc) não são tão evidentes os postos que se criam graças a eles (muitos dos quais ocupados por trabalhadores nativos). É possível imaginar que um empresário que não pensava em contratar ninguém se anime a empregar um imigrante porque vê nele uma série de qualidades especiais. Ou talvez o faça porque não encontra na população nativa alguém com essas características. Também é possível que a contratação se faça porque o imigrante ofereceu seu trabalho a um salário o suficiente baixo para tornar atrativa sua contratação (se o empresário tivesse que pagar um salário maior, seguramente não contrataria ninguém). Em qualquer destas circunstâncias, a força de trabalho aumentaria em uma pessoa a mais. Essa nova contratação tem uma série de efeitos posteriores que é preciso analisar. Uma vez que o imigrante ocupou esse trabalho adicional, os nativos que buscam emprego não estão em uma situação pior que antes de o imigrante encontrar esse emprego. Assim que o imigrante comece a trabalhar, gastará seu salário no consumo de bens e serviços (comida, roupas, habitação, viagens etc). Esse consumo, cedo ou tarde, terminará por gerar novos postos de trabalho em algum lugar do país que acolheu ao imigrante (BARRICARTE, 2010, p 88).

No caso de um trabalhador imigrante ocupar um posto de trabalho que antes era ocupado por um trabalhador nativo, não há garantia alguma de consequências para a economia nacional: a força de trabalho manteve-se da mesma magnitude, sem alterar com isso a divisão social do trabalho, a produtividade e os níveis de renda, consumo e investimento (BARRICARTE, 2010).

Na maior parte dos casos, no entanto, o que se observa é que o trabalhador imigrante ocupa um posto de trabalho que já estava disponível mas que era rechaçado pelos trabalhadores nativos do país (BARRICARTE, 2010). Nestes casos, as mudanças indicam uma diversificação (produtiva e de serviços) da economia, gerando novas expectativas de crescimento econômico, elevação do consumo e, por consequência, o aumento da produção. “Portanto, em algum lugar, algum trabalhador (talvez nativo) seja contratado em razão do consumo desse imigrante (ou de muitos deles). Mas ainda há mais. Esse segundo trabalhador que é contratado também gastará seu salário, o que permitirá que uma terceira pessoa seja contratada em algum outro lugar do país” (BARRICARTE, 2010, p. 89).

Ademais, a disposição geral dos trabalhadores imigrantes a realizar trabalhos sob um nível de remuneração inferior (BARRICARTE, 2010; MÉSZÁROS, 2009) atua, muitas vezes, como um elemento de atração de empresas – ou mesmo como um impeditivo às empresas deslocarem-se a outras regiões e países. De igual modo, “a redistribuição dos trabalhadores a tarefas mais produtivas, tanto dentro do país como entre países, gera crescimento econômico e aumenta o nível de vida” (BARRICARTE, 2010, p. 90).

Em definitivo, os efeitos econômicos da imigração sobre os países de acolhida são muito mais positivos do que sugere a teoria neoclássica. O caráter estático do modelo neoclássico impede que se avalie corretamente o efeito da imigração sobre a renda dos fatores de produção nativos. Ao não contabilizar a renda recebida pelos imigrantes nem contemplar a possibilidade de que esses se convertam em pequenos empresários ou melhorem sua qualificação, elimina o efeito positivo que a imigração pode ter no médio e longo prazo sobre o investimento e o emprego. Ademais, esse modelo assume supostos que são claramente irreais. Considera que os trabalhadores imigrantes não qualificados competem com os nativos não qualificados pelos mesmos empregos. Sem embargo, na maioria dos casos os imigrantes desempenham os trabalhos que os nativos não querem realizar porque não pode se dizer que competem pelos mesmos empregos e, portanto, o salário dos nativos não se vê afetado pelo trabalho dos imigrantes (BARRICARTE, 2010, p. 91).

Em síntese: a produção ideológica da xenofobia não encontra justificativa econômica plausível no mercado de trabalho. Ao ser elaborada, pelas classes dominantes e seus instrumentos de comunicação, e ao se converter em ideologia dominante não apenas em governos mas até mesmo em sindicatos, o que ela promove é a fragmentação da consciência de classe trabalhadora, a partir da qual, aí sim, trabalhadores nacionais buscarão competir de forma fratricida com trabalhadores estrangeiros, diminuindo a capacidade de resistência da classe trabalhadora e, por

consequência, fazendo-a aceitar mais passivamente os piores efeitos da crise capitalista. É preciso entender, portanto, de onde nascem esses discursos, como forma de compreendermos a que (e a quem) serve a ideologia xenófoba.

A fácil manipulação do fenômeno migratório leva a determinados grupos extremistas apresentá-lo como algo danoso e grave para a população autônoma. O partido ultradireitista espanhol Frente Nacional fixou em numerosas cidades cartazes onde um senhor de idade espanhol é relegado ao último lugar na fila do atendimento de serviços sociais. O objetivo do cartaz é fazer a população espanhola acreditar que os imigrantes chineses, romanos, subsaarianos e árabes têm preferência na hora de pedir essas ajudas e que os espanhóis são pior atendidos por culpa deles. Nada mais longe da realidade (BARRICARTE, 2010, p. 138).

Essa ideologia é reforçada em momentos de crise, em que, como vimos, há corte nos gastos públicos relacionados à saúde, trabalho, educação, previdência e habitação. De todas as violações de direitos, nenhuma é tão grave, no entanto, quanto à própria violação do direito à vida, apresentada a muitos imigrantes ainda no mar e nas fronteiras.

Uma das consequências mais visíveis da estratégia de endurecimento do controle fronteiriço nos Estados Unidos tem sido, também, o incremento do número de mortes. Segundo um informe de 2008 da Federação Internacional de Direitos Humanos, cerca de 4.000 imigrantes haviam morrido nos últimos 12 anos tentando cruzar a fronteira entre o México e os Estados Unidos. Ademais do elevado custo em vidas humanas, a Federação Internacional de Direitos Humanos denunciou numerosas violações aos direitos humanos dos imigrantes: extorsões e prisões arbitrárias, violência desproporcional e impunidade dos representantes da força pública, criminalização dos imigrantes indocumentados, utilização desmedida da violência durante as operações, abuso e impunidade das patrulhas de fronteira, etc (BARRICARTE, 2010, p. 179).

Mas não apenas nos países centrais que a crise viria a reforçar as tensões migratórias, deteriorando as condições de vida e de trabalho de migrantes. Como vimos no Capítulo 1, a República Dominicana, país vizinho ao Haiti, alterou sua legislação migratória, de modo a dificultar ainda mais a entrada de imigrantes haitianos no período pós-Terremoto e de precarizar a situação de vida e de inserção social dos dominicanos descendentes de imigrantes haitianos. O país vizinho atualiza, com isso, uma discriminação já histórica em relação aos imigrantes haitianos, que seguem tendo na República Dominicana a sua “doce escravidão” (SEGUY, 2014).

A crise capitalista e o caos econômico e social no país vizinho somaram-se para impulsionar uma verdadeira reforma na política migratória dominicana, aberta por jurisprudência. Nesse caso, as restrições à migração haitiana, reforçada pela crise, se manifestou concretamente em alteração dos mecanismos jurídicos de acolhimento e de

julgamento da situação legal no país de filhos de imigrantes haitianos. Embora nascidos na República Dominicana e dominicanos, por consequência, as alterações legais o converteram em pessoas “em trânsito”.

Em 2010, Dominicana se converteu no primeiro país americano a mudar sua legislação de nacionalidade e aceitar como único critério o *jus sanguis*, o direito de sangue. Ou seja, a partir do que se promulga esta legislação, todos os nascidos em Dominicana de pais estrangeiros não terão acesso à nacionalidade. Sem embargo, o Tribunal Constitucional retomou o caso de uma mulher nascida em 1984 de pais haitianos, no que a burocracia a negou o documento de nacionalidade e em vez de legislar sobre o assunto, foi muito mais além e determinou que todos os filhos de estrangeiros na situação irregular que tiveram filhos na República Dominicana seriam considerados ‘em trânsito’ e perderiam o direito à nacionalidade (...). Dos 13 juristas do Tribunal, 11 aprovaram a sentença e só 2 magistrados se opuseram, com o argumento de que não se pode aplicar retroativamente o critério de nacionalidade de 2010 a datas anteriores. Igualmente, assinalaram que as decisões da CIDH são vinculantes e determinaram a respeito. A situação migratória entre Haiti e Dominicana se agravou com o terremoto de janeiro de 2010 e se temeu um incremento notável da migração. O que de fato ocorreu mas não só para Dominicana mas também para muitos outros países. Muito provavelmente a reforma ao critério de nacionalidade se deu neste contexto. Mas aplicar o critério de maneira retroativa não apenas vai contra os princípios fundamentais do direito como também do sentido comum. Só se pode explicar uma medida desta natureza por prejuízos raciais (DURAND, 2013).

A decisão situa a documentação, a nacionalidade e a cidadania não no âmbito do direito internacional de Direitos Humanos mas sim na esfera, administrativa, de gestão e regulação do Estado, assentada no princípio da segurança e da defesa nacional (BONÓ, 2016). Em outras palavras, há uma judicialização e securitização da migração internacional. Esta questão expressa, em realidade, que no centro das tensões migratórias em curso está o princípio da securitização do Estado e da conversão da migração em tema de segurança nacional. Seja por meio das deportações em massa na Europa, da militarização da questão nos Estados Unidos e das alterações jurídicas contrárias aos princípios de Direitos Humanos na República Dominicana (BONÓ, 2016), frequentemente são ignoradas as Convenções e Protocolos Internacionais vigentes sobre o tema dos povos migrantes (BONÓ, 2016). Especificamente sobre a República Dominicana, uma análise acurada da Sentença 168-13 do Tribunal Constitucional revela ser essa decisão uma expressão de um sentimento e uma prática derivados do anti-haitianismo (BONÓ, 2016; SEGUY, 2014) vigente no país desde o período revolucionário. Pelo menos três considerações jurídicas da sentença reforçam essa conclusão: a forma com que o conceito “estrangeiro em trânsito” foi interpretado, a violação da irretroatividade da lei e a violação do princípio pró-persona (BONÓ, 2016).

A respeito do primeiro ponto, a interpretação dada pelo Tribunal Constitucional ao termo “estrangeiro em trânsito”, o órgão dominicano é levado a julgar a situação dos pais da requerente da ação (Juliana Deguis), que eram *braceros* e nesta situação foram à República Dominicana trabalhar na indústria açucareira – corte de cana. “Segundo o critério do Tribunal Constitucional, os pais da acionante, embora os documentos apresentados os creditssem como trabalhadores temporais, constituíam estrangeiros em trânsito e, portanto, não podia sua filha adquirir a nacionalidade dominicana” (BONÓ, 2016, p. 35). Isso feria o art. 11 da Constituição Dominicana de 1966, o qual considera que são dominicanas “todas as pessoas que nasceram no território da República, com exceção dos filhos legítimos dos estrangeiros residentes no país em representação diplomática ou os que estejam em trânsito nele” (BONÓ, 2016, p. 35). O conceito de “cidadão em trânsito” é, então, ampliado de modo a englobar mesmo migrantes haitianos residentes há décadas na República Dominicana – com repercussão sobre seus filhos dominicanos (BONÓ, 2016). No cerne desta ampliação, está a compreensão mesmo de que migrar é um delito, razão pela qual não se poderia, segundo o Tribunal Constitucional do país, transformar essa situação de ilicitude em um direito.

A extensão do conceito de estrangeiro em trânsito aos imigrantes irregulares o Tribunal o faz fundamentando-se em um precedente da Suprema Corte de Justiça, plasmado na sentença do dia 14 de dezembro do ano de 2005 (...). Em síntese, a Suprema Corte de Justiça, ante uma ação de inconstitucionalidade respeito à Lei Geral de Migração de 2004, a qual assimilou como estrangeiros em trânsito a todos os estrangeiros não residentes, determinou que se estes últimos que ingressam com uma permissão temporal são declarados como tais, com muito maior razão deviam sê-los os estrangeiros que ingressavam de forma irregular. Isto sob o suposto de que não se pode gerar um direito a partir de uma situação ilícita de fato (BONÓ, 2016, p. 36).

Justamente desta extensão do conceito de “estrangeiro em trânsito” resulta o segundo ponto débil da decisão tomada pelo Tribunal Constitucional em 2013, qual seja, a irretroatividade da lei. Nenhum dos dispositivos, ainda que legais, em que se ampara a decisão existia no momento do nascimento de Juliana Deguis, de modo que sua condição de nacionalidade não poderia ser definida ou alterada por lei posterior. A decisão, por esse turno, não apenas não podia reconsiderar a situação dos imigrantes haitianos residentes na República Dominicana durante décadas como tampouco reavaliar a natureza da permanência de uma pessoa considerada regular no país desde seu nascimento.

No que tange ao princípio “*pró persona*”, a decisão do Tribunal Constitucional

ao interpretar e dar sentido ao conceito de estrangeiro em trânsito, escolheu e estendeu a interpretação de uma lei que significa uma maior restrição dos direitos fundamentais da pessoa, neste caso da senhora Juliana Deguis e todos os demais a que se estendeu os efeitos da sentença. Das diversas interpretações que puderam confrontar-se a respeito do conceito de estrangeiro em trânsito, o Tribunal Constitucional resolveu por aquela que implicava localizar aos filhos de trabalhadores temporais e aos filhos de pessoas em situação irregular, mesmo que isso fosse de maneira forçada. Obviamente isto resulta que os filhos destas pessoas que nasceram no país não tivessem o direito a adquirir a nacionalidade dominicana. Pelo contrário, se o Tribunal Constitucional houvesse pretendido minimamente dar concretude a esse princípio interpretativo positivado na Constituição dominicana, houvesse interpretado o conceito de estrangeiro em trânsito no sentido *prima facie* do mesmo (...). As consequências e resultados da sentença seriam totalmente diferentes. Com a interpretação do Tribunal Constitucional ao conceito de estrangeiro em trânsito se assimilou uma situação jurídica que não foi constatada constitucionalmente senão até o ano de 2010. Violando o princípio de interpretação *pro persona* ou de favorabilidade constituiu uma situação jurídica de claros efeitos retroativos, contrários ao conhecido princípio de irretroatividade das normas (BONÓ, 2016, ps. 40-41).

Essas contradições da Sentença 168-13 do Tribunal Constitucional da República Dominicana são confirmadas por Edgar García, advogado dominicano, integrante da Fundação Juan Bosch, que atua na área de Direitos Humanos no país, entrevistado no âmbito do referido trabalho de campo em Porto Príncipe. Para García, o principal elemento da Sentença 168-13 é que ela atenta contra dominicanos – pois assim que os descendentes dos haitianos migrantes devem ser considerados.

Bom, antes de tudo, a nível técnico poderíamos desnudar bem facilmente a sentença, mas teríamos que demorar demasiado, para se fazer entender: primeiro, não aplicou o princípio da irretroatividade da lei, não sei se no Brasil é assim... A sentença foi retroativa! E à 1929! Supostamente a juízo dos juízes do Tribunal Constitucional, desde 1929 é que se vai entendendo que por aí estavam os descendentes... os ascendentes, destes dominicanos. Então possivelmente mesmo os presidentes da República, alguns juízes do Tribunal Constitucional e outras pessoas tenham ascendente haitiano, então 1929 até agora, é muito tempo, então se aplicou a lei com retroatividade. Violou-se o princípio de irretroatividade da lei, que está em nossa Constituição. Além disso, o termo “estrangeiro em trânsito” a meu juízo e a juízo da Fundação Juan Bosch, nós entendemos que, bom, que o termo em trânsito, o Tribunal Constitucional justificou que se chama estrangeiros em trânsito a todos aquele que, não somente os diplomatas, cónsules, nisto estamos de acordo, estão em trânsito, mas uma pessoa que está trabalhando na cana, por assim dizer, trabalhando na terra, que estava ilegal, ilegal em termos é um conceito que entendemos como ilegal mas que não deveria existir na humanidade, mas tá bem, existe, denominou estrangeiro em trânsito a esta pessoa que estava com uma vida permanente, que tinha 10, 15, 20 anos, isso era em trânsito. Então essa foi a justificativa de se era estrangeiro em trânsito então seus descendentes não são dominicanos como tal, quando a constituição diz que todo aquele que tem pais dominicanos ou é nascido em território dominicano é dominicano. Então se os filhos destas pessoas, supostamente, em trânsito, um trânsito de 10, 20 anos, foram considerados também afetados pela sentença. Bom, também a violação do princípio *pro homine*, que é o princípio *pro persona*. Quando o Tribunal Constitucional aplica a sentença, quando a sentença afeta direitos fundamentais, então o que deveria ser o direito é que não pode fazer com que essa sentença ou esta

decisão judicial afete de maneira abstrata a todos os que tenham a mesma situação que quem levantou o recurso por assim dizer, mas aplicou de forma abstrata quando somente poderia aplicar de forma abstrata o princípio pro persona, precisamente quando é favorável à pessoa, e não foi favorável à pessoa. Então, quando foi desfavorável a pessoa, lhe aplicou de maneira abstrata. São erros que tem uma resposta política, porque tomar que uma resposta técnica jurídica que podemos sentar a discutir entre juristas mas não é uma resposta política. Das elites que têm um sentido, uma aplicação da política meramente neste momento xenófoba e racista porque principalmente se lhe aplicou aos descendentes de haitianos, não se tomou em conta que se vamos a ter descendentes de outros estrangeiros, se tomaram supostamente em conta, mas o júízo foi a nacionalidade haitiana (Edgar García, 2016).

Nesse sentido, García destaca precisamente o quanto essas decisões são expressão de restrições migratórias levadas à cabo pelas autoridades dominicanas, condicionadas estas pelo sentimento de anti-haitianismo presente nas elites dirigentes do país.

De maneira mais ampla, elas expressam também a judicialização da questão migratória na República Dominicana – precisamente no que se refere à imigração haitiana no país. Ao deslocar-se do âmbito do Direito Internacional de Direitos Humanos e situar-se na esfera de proteção não do migrante mas do próprio Estado, de nenhuma maneira as migrações, fenômenos sociais e históricos que são, arrefecem. O migrante não deixa de existir, mas deixa sim, muitas vezes, de ser visível, e passa a ter não mais o Direito Internacional mas sim o Estado e o próprio mercado como as entidades reguladores de seus direitos.

Ainda sobre o caso da República Dominicana, um dos principais e mais próximo destino tradicional da emigração internacional haitiana, Zeferino (2014) sintetiza:

Frente a esta realidade, são impedidos de adquirir a nacionalidade dominicana os filhos de haitianos ilegais nascidos no país, bem como de quaisquer estrangeiros diante destas condições, possibilitando segundo aludida decisão do Tribunal Constitucional, um alargamento do nível de discricionariedade estatal, possibilitado logicamente pelas disposições constitucionais acima expostas. Portanto, resta claro e patente que esta corte contraria os princípios de direitos humanos ao decidir como estatal a competência para regulação dos regimes de nacionalidade, focando o plano interno e a soberania como justificativas para em consequência, converter cerca de 200.000 haitianos em apátridas, ainda sim, com efeito retroativo até junho de 1929, consoante descrito na sentença oriunda dos autos do Recurso de Revisão Constitucional TC/0168/13. Enfim, absurdamente os tribunais dominicanos retroagem em matéria de direitos humanos, deixando em um limbo jurídico, constitucional e legal, pessoas que nasceram em seu território e jamais conheceram o país de origem de seus pais (ZEFERINO, 2014, p. 80).

Tanto na Europa, como nos Estados Unidos e na República Dominicana, vimos que a crise capitalista repercutiu de forma decisiva na deterioração das condições de

vida e de trabalho dos migrantes (BARRICARTE, 2010; MÉSZÁROS, 2009; SILVA e MEDEIROS, 2009). Essa deterioração manifesta-se, no cotidiano, das formas mais diversas possíveis: contenção e militarização das fronteiras; discriminação dos imigrantes, suas famílias e símbolos culturais e religiosos, inclusive com a proibição de suas práticas religiosas; subalternização de sua situação jurídica, através de reformas na política imigratória e crescimento no número de prisões e deportações de imigrantes, não necessariamente apenas os indocumentados (SILVA e MEDEIROS, 2009). Referindo à emigração haitiana, à deterioração das condições de vida e de trabalho em seus destinos tradicionais e a um novo ciclo emigratório aberto (que chamamos aqui de ampliação do espaço de vida da migração haitiana) em razão do terremoto, Costa (2016) considera que

o terremoto gerou mais uma onda de emigrantes. Mas para onde ir se os EUA tinham fechado as fronteiras devido à crise econômica, sobretudo nos anos de 2008 e 2009, e que até extraditara os haitianos indocumentados? Para onde ir, se a Europa, sobretudo a França, também fechara as fronteiras e chegara a extraditar os haitianos indocumentados? Ficar no Haiti não era possível. Foi aí então que os primeiros haitianos começaram a chegar aos países da América do Sul (COSTA, 2016, p. 9).

Oriundas das instâncias jurídicas, sociais, políticas e culturais, essas transformações que deterioraram as condições de vida e de trabalho reforçam, na prática, a desvalorização da força de trabalho imigrante (GAUDEMAR, 1977). É, portanto, no mercado de trabalho que essa discriminação se faz mais forte, e é nisso que nos aproximamos de uma hipótese decisiva de nossa tese – a de que estas mesmas transformações influíram na expansão do espaço de vida da emigração haitiana, orientando-as ao Brasil.

As transformações recentes no mundo do trabalho, em escala global mas especialmente nos países tradicionais da emigração haitiana, repercutiram na própria dinâmica das migrações internacionais e expandiram ou alargaram o espaço de vida da emigração haitiana. Antes, propriamente, de caracterizarmos a formação e ampliação do espaço de vida da emigração haitiana, refletiremos agora sobre este conceito e sua importância teórica no âmbito do estudo da emigração haitiana.

O conceito de espaço de vida (COURGEAU, 1989; DOMENACH, 1996; DOMENACH e PICOUE, 1987) é formulado a partir da observação de um conjunto de transformações na dinâmica migratória, a partir das quais a mobilidade passou a se apresentar sob novas e múltiplas formas, que envolvem então não apenas a mudança,

tipicamente irreversível, de residência, mas também movimentos de retorno, diversas residências, circularidade, novos espaços e tempos da migração em suas distintas escalas, da regional à internacional. O antigo tipo migratório, caracterizado por residência única e deslocamento predominantemente definitivo, gradativamente alterava-se, dando lugar a um tipo migratório mais diverso e complexo, caracterizado por novos tempos e espaços da migração.

Até uma época recente, o modelo sócio-econômico dominante se fundava na permanência da residência única. A tipologia dos deslocamentos se resumia assim: seu número era limitado e, salvo certas exceções, toda nova instalação estava considerada como definitiva. Ainda hoje vários estudos se baseiam neste postulado, que assimila a migração a ‘movimento de pessoas que cruzam certo limite para estabelecer uma nova residência permanente em outro lugar’. Esta definição se acomodava na observação de uma mobilidade pouco variada mas às vezes importante, que havia se desenvolvido de maneira proporcional ao crescimento dos meios de transporte e a circulação de bens e mercadorias (DOMENACH e PICOUE, 1987, p. 51, tradução livre)¹⁴.

A citada complexificação da mobilidade, embora não acompanhada imediatamente por novos instrumentos teóricos e metodológicos de análise e mensuração da migração (COURGEAU, 1989), seja interna ou internacional, se reflete em relativa superação de paradigmas analíticos até então vigentes e em emergência de novas formulações conceituais. O conceito de espaço de vida deriva de uma perspectiva analítica que “propõe superar estas limitações mediante um enfoque mais amplo da mobilidade especial, entendendo-a como um componente das complexas interrelações que formam parte da vida das pessoas” (COURGEAU, 1989, p. 55, tradução livre)¹⁵.

Estas formulações buscam continuar vinculando o processo migratório às suas estruturas condicionantes (econômicas, políticas e sociais) mas permitindo, no entanto, vinculá-las a esferas crescentemente importantes na definição dos novos fluxos, como as familiares, culturais e inclusive ambientais, bem como em suas diversas inter-relações. A noção de “espaço de vida” tem origem precisamente nestas novas

¹⁴ “Hasta una época reciente, el modelo sócio-económico dominante se fundaba en la permanencia de la residencia única. La tipologia de los desplazamientos se resumía así: su número era limitado y, salvo ciertas excepciones, toda nueva instalación estaba considerada como definitiva. Aún hoy varios estudios se basan en este postulado, que assimila la migración a ‘un movimiento de personas que cruzan cierto limite para establecer una nueva residencia permanente en otro lugar. Esta definición se acomodaba a la observación de una movilidad poco variada pero a veces importante, que se había desarrollado de manera proporcional al crecimiento de los medios de transporte y a la circulación de bienes y mercancías”.

¹⁵ “Se propone superar estas limitaciones mediante un enfoque más amplio de la movilidad espacial, entendiéndola como un componente de las complejas inter-relaciones que forman parte de la vida de las personas”.

mobilidades: “assim apareceram determinantes sintéticos de análise migratória no ocidente, tais como a noção de ‘espaço de vida’ e logo a de ‘ciclo de vida’, ambas fundadas nas inter-relações entre a mobilidade espacial e os outros acontecimentos da vida familiar, econômica e política” (DOMENACH e PICOUE, 1987, p. 52, tradução livre)¹⁶.

Os deslocamentos populacionais que não implicam necessariamente uma mudança irreversível de residência-base, e que ademais caracterizam-se por mais intensa circularidade, retorno e re-migração, podem manifestar-se não apenas em níveis micro e meso espaciais, como também internacionais: “com efeito, as residências múltiplas constituem um fato social, pelo menos nas estruturas econômicas ocidentais, que dificilmente se pode ignorar; o mesmo vale para o que se refere aos lugares de atividade múltiplos – profissionais, sociofamiliares – que introduzem uma nova dimensão da mobilidade humana, ainda que suas escalas possam variar consideravelmente: de intraregionais a intercontinentais, por exemplo” (DOMENACH e PICOUE, 1987, p. 53, tradução livre)¹⁷. A introdução da ideia de lugares de atividade múltiplos condiciona a existência de múltiplas formas de estadia e, por consequência, de residências de também múltiplos usos. É esta multiplicidade, que adquire materialidade em redes familiares, laborais e sociais que não se identificam necessariamente no espaço, que condiciona o conceito de “espaço de vida”, parcela do espaço onde o sujeito migrante realiza as atividades de reprodução social de sua existência.

A existência de um espaço de vida e sua ampliação – que analisaremos para o caso específico da emigração haitiana – não elimina necessariamente a ideia de uma (ou mais de uma) residência base, pelo contrário, a reforça, vinculando a cada uma das residências uma esfera constitutiva da vida social do migrante. A forma, no entanto, com que estas residências serão usadas e sequenciadas entre si, e a manutenção ou não dos vínculos afetivos e econômicos (como as remessas de migrantes, por exemplo) com a residência tida como base, a residência de origem, condicionarão, por seu turno, a reversibilidade ou irreversibilidade do fluxo.

¹⁶ “Así aparecieron determinantes sintéticos del análisis migratorio en occidente, tales como la noción de ‘espacios de vida’ y luego la de ‘ciclo de vida’, ambas fundadas en las inter-relaciones entre la movilidad espacial y los otros sucesos de la vida familiar, económica y política”.

¹⁷ “Em efecto, las residencias múltiples constituyen un hecho social, por lo menos en las estructuras económicas occidentales, que dificilmente se puede ignorar; igualmente en lo que concierne a los lugares de actividad múltiples – profesionales, sócio-familiares – que introducen una nueva dimensión de la movilidad humana, aunque las escalas pueden variar considerablemente: de intrarregionales a intercontinentales, por ejemplo”.

As crescentes dificuldades nos destinos tradicionais da emigração haitiana ampliaram o seu espaço de vida, como veremos melhor na seção seguinte. Essa “ampliação do espaço migratório tradicional” (DOMENACH e PICOUE, 1987, p. 63, tradução livre)¹⁸, operada por transformações econômicas, expressa um processo reativo e adaptativo das famílias haitianas às condições que não residem em seu país, no país de sua residência base, mas sim em outro ou outros. Isso expressa de forma muito clara a ideia de que o espaço de vida é, antes de tudo, um espaço acessível (DOMENACH, 1996): “paralelamente, os espaços migratórios se dispõem de agora em diante segundo uma geometria variável: a distância se transforma em um parâmetro secundário; as fronteiras do ‘espaço de vida’ estão se modificando, e o processo migratório começa de fato muito antes do deslocamento físico, com a tomada de consciência por parte do indivíduo de um espaço ampliado que lhe é acessível” (DOMENACH, 1996, pp. 108-109, tradução livre)¹⁹.

A percepção de um espaço acessível, capaz de ampliar o espaço de vida da emigração haitiana já constituído, é produto não apenas das transformações econômicas no Brasil como também da facilitação deste acesso por parte, primeiro, das autoridades brasileiras no Haiti e, em seguida, da própria política migratória brasileira, especificamente através do visto de ajuda humanitária para a migração haitiana. Na seção seguinte, apresentamos o espaço de vida da emigração haitiana, historicamente constituído desde pelo menos o século XIX, e a sua ampliação, a partir da qual a emigração haitiana encontra o Brasil.

2.2 A Emigração do Haiti

O primeiro grande fluxo componente da tradição migrante haitiana é que forma o seu espaço de vida parte rumo ao país vizinho, a República Dominicana (CASTOR, 1978), em busca essencialmente de trabalho (COTINGUIBA, 2014). Este fluxo inaugura a formação de um espaço de vida inicialmente circunscrito ao Caribe

¹⁸ “Ampliación del espacio migratório tradicional”.

¹⁹ “Paralelamente, los espacios migratórios se disponen de ahora en adelante según una geometría variable: la distancia se transforma en un parámetro secundario; las fronteras del ‘espacio de vida’ se han modificado, y el proceso migratório comienza de hecho mucho antes que el desplazamiento físico, con la toma de conciencia por parte del individuo de un espacio ensanchado que le es accesible”.

(DOMENACH e PICOUET, 1987) mas que, como veremos, amplia-se gradativamente a Estados Unidos, Canadá, França e, atualmente, Brasil. Contribuíram para a constituição deste movimento migratório o crescimento demográfico rural haitiano, que transbordava os limites do sistema agrário e comprometia ainda mais a subsistência das famílias, e as necessidades de mão-de-obra para a indústria açucareira na República Dominicana, em processo de expansão. Estes primeiros “migrantes” deslocavam-se inicialmente para estadias muito curtas no país vizinho (CASTOR, 1978), inicialmente definindo-se, portanto, como um fluxo de reversibilidade renovada estacional (DOMENACH e PICOUET, 1987), isto é, um fluxo fronteiriço que, embora se renove no tempo, é caracterizado pelo retorno, pela reversibilidade.

É a partir, no entanto, do desenvolvimento da indústria açucareira dominicana, que desta mobilidade caracterizada pela reversibilidade renovada estacional (DOMENACH e PICOUET, 1987) passa-se à ocupação mesma das regiões fronteiriças, constituindo um processo de consolidação da presença haitiana no território dominicano (CASTOR, 1978).

Para Castor (1978), a constituição deste fluxo se dá como expressão de uma inversão nas relações entre Haiti e República Dominicana, inversão esta operada pela Grande Indústria Moderna. Enquanto o Haiti havia sido condenado a uma posição de marginalidade na divisão internacional do trabalho e sofria com as graves consequências agrárias deixadas no país e os limites econômicos e sociais impetrados pelo embargo econômico, a República Dominicana, por outro lado, associava-se aos Estados Unidos, experimentava os efeitos de uma euforia causada pela expansão norte-americana no Caribe (que ainda não acontecia com o Haiti) e desenvolvia com isto a produção de açúcar para exportação, com trabalho remunerado. Ambos desenvolviam-se de forma dependente, é verdade, mas havia maiores possibilidades de emprego na República Dominicana. E isto motivou milhares de haitianos a cruzar a fronteira. O desenvolvimento desigual operava entre os dois países, e ademais havia entre eles uma fronteira cujos contornos nunca haviam sido objeto de consenso²⁰. Para o desenvolvimento, no entanto, da indústria açucareira dominicana, era necessário superar

²⁰ Para maiores informações sobre a constituição da fronteira entre Haiti e República Dominicana e os conflitos dela decorrentes, consultar CASTOR, Suzy. **Migración y Relaciones Internacionales (el caso haitiano-dominicano)**. México, D.F: Editora de la UNAM, 1978.

a baixa densidade demográfica nas regiões produtoras, algumas das quais situadas à fronteira com o Haiti. Segundo Castor (1978), “as autoridades consideravam tal vazio como um obstáculo ao progresso” (CASTOR, 1978, p. 56) e por isto faziam vistas grossas e mesmo estimulavam a migração indocumentada de haitianos. De modo que, segundo fontes oficiais, em 1935 havia mais de 200.000 haitianos residentes na República Dominicana (CASTOR, 1978). Sua concentração espacial nas regiões fronteiriças era tida, pelas autoridades dominicanas, como uma ameaça; de mesmo modo, não se enquadravam nas exigências imigratórias dominicanas, a quem “a condição indispensável para qualquer imigrante é que fosse de raça branca” (CASTOR, 1978, p. 56).

O histórico agravamento das condições de vida e de trabalho à imigração haitiana na República Dominicana (CASTOR, 1978) enraíza-se nas relações de trabalho e no reconhecimento civil condenavam os imigrantes haitianos a uma condição subalterna no país. Um dos resultados deste agravamento foi a criação de uma grande tensão social nas regiões fronteiriças, onde a “haitianização” enquanto perigo era mais concentrada (CASTOR, 1978).

O grau de exploração da força de trabalho que se abatia sobre o trabalhador imigrante haitiano na República Dominicana era ainda maior, justificando inclusive a realização de uma campanha, no Haiti, de denúncia e de defesa dos trabalhadores haitianos residentes no país vizinho.

Em 1926, os setores nacionalistas haitianos empreenderam uma grande campanha de denúncias contra o que chamaram ‘tráfico moderno de escravos’. Certas medidas administrativas tiveram que ser adotadas para limitar e regularizar essa emigração, medidas que não foram efetivas. Apesar de não produzir-se nenhuma melhoria nas condições de trabalho, o fluxo de imigrantes haitianos não cessou de aumentar (CASTOR, 1978, p. 59).

A elevação crescente do fluxo, que reforçava o sentimento e a prática xenófobas na República Dominicana²¹, beneficiava, pela superexploração da força de trabalho haitiana, a indústria açucareira dominicana. Segundo Castor (1978), “a voracidade das companhias açucareiras alentava a chegada desta mão de obra ilegal praticamente

²¹ Enquanto prática, esta xenofobia atinge seu ápice no dramático episódio do genocídio de 1937, em que forças militares dominicanas assassinam um número entre 18.000 e 25.000 imigrantes haitianos (CASTOR, 1978).

submetida a um regime de trabalho forçado” (CASTOR, 1978, p. 60). No mesmo ano de 1935, o equivalente a 83% da força de trabalho empregado na indústria açucareira era de imigrantes haitianos. Este regime de trabalho, definido como forçado, expressa com clareza a apropriação que o sistema capitalista faz da mobilidade da força de trabalho. Esta apropriação tem múltiplos níveis: no mais amplo e abstrato, reside na política migratória que, ao privilegiar determinado perfil social, econômico e étnico de migrante, condena os demais perfis a uma condição de subalternidade (COVARRUBIAS, 2010); no mais local e concreto, reside no empregador que incentiva a imigração como forma de contratar trabalhadores imigrantes e remunerá-los abaixo do valor médio da força de trabalho no país – ou abaixo mesmo do valor necessário à reprodução desta força de trabalho (GAUDEMAR, 1977; MAGALHÃES, 2013).

O agravamento das condições de vida e de trabalho e mesmo a ampliação da repressão aos haitianos na República Dominicana forçou os Estados Unidos (CASTOR, 1978), presente econômica, política e militarmente em ambos os países no início do século XX, e tutor, por fim, do sistema econômico e político caribenho, a direcionar o excedente migratório haitiano à produção açucareira em Cuba. Deste modo, primeiro de maneira forçada mas logo enquanto processo social, formava-se um segundo processo histórico de emigração haitiana. “Em Cuba, durante este período – 1917 a 1920 – se estimava a média anual de imigrantes adultos entre 30.000 e 40.000. De 1915 a 1928, mais de 200.000 haitianos ingressaram a Cuba (...), sobretudo da Província do Oriente” do Haiti (CASTOR, 1978, p. 59).

A migração de haitianos a Cuba, para o trabalho na indústria açucareira da ilha, sob o controle rígido das empresas norte-americanas tem sido tema de leituras teóricas (CASTOR, 1978; SEGUY, 2014) e cinematográficas. Como parte de nosso trabalho de campo realizado em Porto Príncipe, no Haiti, entre 31 de Maio e 16 de Junho de 2016, pudemos entrevistar Glória Rolando, cineasta cubana e documentarista, autoria do filme “Reembarque”, sobre a migração haitiana no Caribe. Sobre este processo histórico de emigração haitiana ainda circunscrito a um espaço de vida caribenho, Glória Rolando destaca a gestão da mobilidade operada pelos interesses da indústria açucareira, expressa no ir e vir forçado de haitianos de uma ilha à outra, condicionado mais pelo valor do açúcar que por suas próprias vontades.

Mas bem, me chamava a atenção a migração esta do braceiro antillano, as pessoas que foram cortar cana e o interessante é que este personagem estava

na literatura, e de pronto comecei a encontrá-los na realidade. Foi o processo mais fascinante, foi assim como surgiu a ideia de fazer o documentário “Haiti na Memória”, nos anos 80. Este que se chama “Reembarque” é o mais recente. O vídeo “Haiti na Memória” se fez em celulóide, “Reembarque” se fez em vídeo. É mais largo, um pouco mais complexo, mas “Haiti na Memória” foi um antecedente muito importante para mim, pois aí, bom, entrevistamos a muitos haitianos que hoje em dia não vivem mais e que em geral os dois documentários têm em comum a voz dessa gente pobre, humilde, que teria grandes sonhos quando foram a Cuba e que muitos morreram com a desesperança e de novo não regressaram nunca a seu país de origem. Mas no caso de “Reembarque”, que é uma produção do Instituto do Cine, eu pude filmar aqui no Haiti e em Cuba. No caso de “Haiti na Memória”, somente se fez lá em Cuba. E “Reembarque”, bom, tive a oportunidade de encontrar pessoas do Haiti que vivem no Haiti. Pessoas muito mais velhas, que nasceram ou se criaram em Cuba e depois durante o processo de “Reembarque” do ano 1937, por exemplo, foram obrigados eles, que eram pequenos, e sua família a regressar aqui ao Haiti. Então o interessante: o filme fiz primeiro em Cuba e depois vim e filmei aqui em Haiti e, claro, já tinha a ideia do processo de reembarque. Então por isso que busquei a imprensa e, sobretudo, me dei conta da injustiça tão grande desses obreiros que haviam dado tanto no mundo da indústria açucareira e que de pronto, quando os preços do açúcar baixavam ou não era necessário lhes expulsava. Inclusive na imprensa do ano 1933, 1937... porque houve vários reembarques, aparece uma foto onde se via eles com o buque de trás, com seu pequeno pacote, porque bom, isso não era uma coisa organizada, às vezes a guarda rural tocava e gritava “Haiti!”, e ao Haiti se os levava. Não importava se tinham filhos e aí se romperam muitas famílias, outra vez se corria ao pai, à mãe dos filhos, ao pai... para se esconder.. se deu toda a tragédia que houve nestes anos, quem os protegia? Ninguém! (Glória Rolando, 2016).

O registro cinematográfico, enunciado na fala de Glória Rolando, reforça o exposto por Castor (1978), a quem o fluxo migratório a Cuba se desacelera com a crise de 1930, que produzia efeitos restritivos à produção do açúcar na medida em que o preço internacional desta mercadoria se reduzia (CASTOR, 1978). Esta redução denota que Cuba – assim como a República Dominicana – embora situada em um nível superior de desenvolvimento, naquelas décadas, que o Haiti, era também um país dependente. A crise açucareira em Cuba reforçou a seletividade imigratória e reorientou os destinos da imigração haitiana, que passaram a concentrar-se, pela proximidade geográfica e fluxos já constituídos, na própria República Dominicana (CASTOR, 1978).

Décadas seguintes, no entanto, com o agravamento da situação política haitiana e o governo ditatorial de François Duvalier no país, ocorre um “reembarque” da emigração haitiana à Cuba. Segundo destacam Baptiste e Vieira,

Uma nova onda migratória internacional com características distintas surgiu depois da chegada de François Duvalier ao poder em 1957. Este movimento foi composto de refugiados políticos da classe alta, de intelectuais e estudantes que eram contrários à ditadura. Nesta fase, o fluxo migratório para Cuba se intensificou. Cuba recebeu o maior número de migrantes perseguidos pela elite haitiana e pressionados pelo regime ditatorial. É neste

momento de instabilidade política e econômica que se inicia também a migração para os Estados Unidos (BAPTISTE e VIEIRA, 2016, p. 588).

Nas décadas seguintes, o fluxo migratório haitiano à República Dominicana se expande, e as razões desta expansão residem, segundo Castor (1978), no agravamento das desigualdades econômicas e sociais existentes entre os dois países e a facilidade de se transpor a fronteira.

Aqui temos que assinalar que desde o ponto de vista econômico, se bem que Haiti e República Dominicana padeçam da mesma situação de países subdesenvolvidos e dependentes, há sem embargo uma diferença bastante notória entre ambos quanto ao grau de subdesenvolvimento. Em qualquer tipologia de desenvolvimento dos países da América Latina, se coloca a República Dominicana em uma categoria mais avançada que o Haiti. Ademais, enquanto a economia dominicana durante estes últimos anos se caracterizou por um grande dinamismo, a situação econômica haitiana manifestava, pelo contrário, uma deterioração que durante os anos 1960-1968, se refletiu em uma regressão em todos os índices (CASTOR, 1978, p. 95).

Segundo o último Censo Demográfico da República Dominicana (ONE, 2016), realizado em 2012, são atualmente 534.632 imigrantes no país, dos quais 87,3%, ou seja, 458.233 são haitianos. Destes, 299.619 (65,4% do total) são homens e 158.614 (34,6% do total) são mulheres. Por outro lado, 209.912 dominicanos são descendentes de dominicanos. Não obstante esta intensa participação da imigração haitiana na população dominicana, a xenofobia enquanto discurso e prática no país ainda persiste, como pudemos concluir na análise da Sentença 168-13 do Tribunal Constitucional da República Dominicana.

Mas já na década de 1960, República Dominicana e Cuba não eram os únicos destinos da imigração haitiana (MPI, 2013). A emergência dos Estados Unidos como um importante destino para milhares destes migrantes é um processo derivado, no entanto, de causas específicas, gestadas no interior da sociedade haitiana e das relações entre Haiti e Estados Unidos pelo menos desde 1915 (CASTOR, 1971). O desenvolvimento industrial dos Estados Unidos levou o país a uma condição de centralidade no sistema capitalista mundial. Se a miséria histórica do Haiti originou-se de sua riqueza em matérias-primas e recursos naturais e a sua exploração colonial, nos Estados Unidos, por outro lado, o desenvolvimento autônomo erigiu-se da escassez destes recursos, que constitui o país inicialmente como colônia de povoamento e não de exploração, e que impulsiona nele a criação de um sistema de produção e de circulação pautados na satisfação de suas próprias necessidades. Referindo-se à esta variação do sistema colonial – as colônias de povoamento –, Ribeiro (1985) afirma que

Uma destas colônias de povoamento, que crescera como economia ancilar dos ricos empreendimentos escravistas coloniais das Antilhas, amadureceria, pouco mais tarde, para o Capitalismo Mercantil. Era a América do Norte, onde uma ordenação capitalista incipiente, fundada nos próprios princípios que regeram a colonização, se fortificaria no curso da guerra de emancipação. Estas características se acentuariam ali de forma mais radical que em qualquer outra área colonial, em virtude do caráter singular de sua implantação como uma extensão ultramarina da sociedade inglesa. Assim é que, na América do Norte, se erige o modelo básico de República federativa moderna, estruturada como uma formação capitalista mercantil, tendente à industrialização. Contando com enorme áreas desertas para a autocolonização, a América do norte só tardiamente se lança à expansão colonialista, mas o faz, também pela apropriação de antigas áreas de domínio ibérico, como as Antilhas e as Filipinas, além de algumas ilhas do Pacífico (RIBEIRO, 1985, pp. 141-142).

Esta área de expansão e de influência do capitalismo industrial norte-americano incluía o Haiti (CECADE e CIDE, 1982; RIBEIRO, 1985). Com a presença norte-americana no Caribe, os Estados Unidos tinham acesso a fontes de matérias-primas e de recursos naturais e físicos que não contavam em seu território, além de trazer para si, seja pela imigração de haitianos, seja pela instalação das empresas norte-americanas nestes países, um amplo e superexplorado proletariado externo (CASTOR, 1978; SEGUY, 2014).

O Haiti entra, com isto, em um novo ciclo de sua dependência. Se durante o período colonial fora objeto de dominação espanhola e francesa, na primeira etapa do capitalismo industrial, viu o sistema colonial ruir e expandir-se na região a influência inglesa, nesta passagem do século XIX ao XX serão os Estados Unidos a nova potência imperialista atuante no país e sua região. Este processo, iniciado já ao longo do século XIX, passa a desenvolver-se com mais ímpeto a partir do início do século XX, e no caso haitiano a presença norte-americana não seria apenas econômica mas também militar.

O imperialismo nascente leva os Estados Unidos a considerarem toda a América Latina como sua zona de expansão natural e o Caribe como seu quintal. Assim, em 1915, o desembarque dos *marines* estadunidenses inicia a ocupação mais longa (1915 – 1934) na zona do Caribe e América Central. A crise de hegemonia se resolve de fato e a modernidade procurada se traduz na ordem estabelecida pelo ocupante a partir de uma reacomodação do poder político com o exército, recém-criado como coluna vertebral (CASTOR, 2008, p. 12).

A ocupação norte-americana no Haiti entre 1915 e 1934 encerra um período de 111 anos de uma independência que, ainda que formal (PIERRE-CHARLES, 1990) e abalada economicamente pelo embargo (CASTOR, 1971), representava o resultado de um processo histórico de luta e conquistas populares no país (JAMES, 2010). Neste período de ocupação, as estruturas e instituições econômicas, políticas e administrativas

haitianas ficam então sob domínio norte-americano²². Com isto, os Estados Unidos passam a, das mais distintas formas e com os mais variados meios, definir a política nacional no Haiti à imagem e semelhança dos interesses das empresas imperialistas instaladas no país (CASTOR, 1971). Segundo Pierre-Charles (1990), “a dependência do Haiti em relação aos Estados Unidos tinha aumentado em todas as áreas” (PIERRE-CHARLES, 1990, p. 199). A ocupação acarreta, portanto, uma “distorção sem precedente do desenvolvimento social do país. [Ela] reformou os grupos sociais dominantes, renovando seus meios de controle e dominação e introduzindo novos instrumentos no aparato político que coadjuvaram a estabelecer a hegemonia desta elite e a neutralizar a resistência popular” (PIERRE-CHARLES, 1990, p. 183).

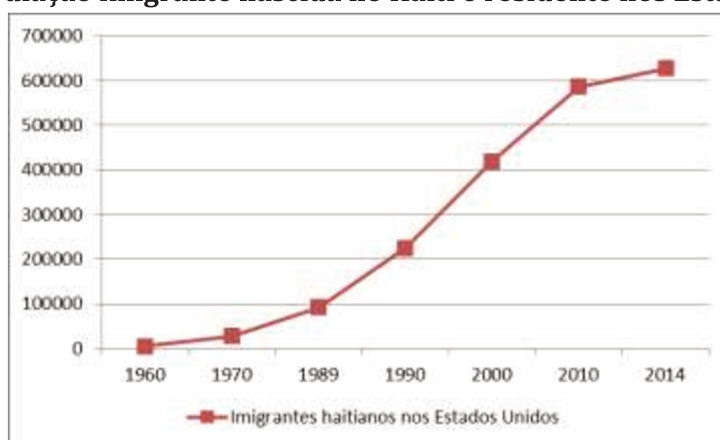
As múltiplas dimensões desta presença condicionaram a formação, particularmente após o fim da ocupação militar no país, de um intenso fluxo emigratório de haitianos para os Estados Unidos (COTINGUIBA, 2014; GLICK-SCHILLER e FOURON, 1999; LAGUERRE, 1984). A força deste condicionamento, que ademais é produto e produtora do desenvolvimento desigual existente entre os dois países e do agravamento constante das condições sociais em que vive a população haitiana, operou a constituição dos Estados Unidos como destino preferencial das emigrações haitianas até o momento atual. Contribuíram para tal, além dos fatores expostos acima, a proximidade entre os dois países, a atuação das redes sociais construídas pelos imigrantes haitianos e a influência mesma da presença militar norte-americana no Haiti em definir no imaginário migratório deste país a ideia de um país próspero, repleto de oportunidades, “logo ali ao norte” (DURAND, 2014).

Enquanto fluxo migratório massivo, a presença haitiana nos Estados Unidos existe desde a primeira metade do século XX (CASTOR, 1978; DURAND, 2014), não obstante haver relatos de emigração de haitianos para o país do norte durante a luta de independência negra no Haiti, entre o século XVIII e XIX (JAMES, 2010). Entre os anos de 1960 e 2014, a população imigrante nascida no Haiti e residente nos Estados Unidos passa de 5.000 para 628.000 pessoas, constituindo com isto 1,5% de toda a

²² Segundo Cotinguiba (2014), há ainda uma influência da ocupação militar norte-americana no Haiti no campo da religiosidade: “a partir do século XX, outra vertente cristã passou a concorrer pela conversão dos haitianos, o protestantismo, especialmente com a invasão estadunidense a partir de 1919” (p. 32). Desde então, o protestantismo tem disputado o campo do sagrado no Haiti com o Vodun e o Catolicismo. Embora o tema da religião possua uma complexidade que escapa aos objetivos desta tese, veremos no capítulo 3 que muitos dos imigrantes haitianos na região de análise declaram-se protestantes.

população imigrante norte-americana (MPI, 2016). A evolução desta presença pode ser vista no Gráfico 2.

Gráfico 2 – População imigrante nascida no Haiti e residente nos Estados Unidos



Fonte: MPI, 2016.

O crescimento da presença haitiana nos Estados Unidos, descrito no Gráfico 2, constitui objeto de extensa e fértil literatura, centrada especialmente na análise do “*boat people*”²³. Segundo Cotinguiba (2014), “este fluxo migratório para os Estados Unidos teve expressividade a partir da década de 1970, quando se lançaram ao mar os *boat people*. Essa expressão remete a um conjunto de significados, podendo referir-se ao processo da viagem, às pessoas, à embarcação e ao seu destino” (COTINGUIBA, 2014, p. 84). O crescimento do fluxo entre 1960 e 1970 se explica fundamentalmente pela crise econômica e instabilidade política promovidas pela ditadura de François Duvalier.

A década de 60 é de decadência absoluta e relativa em todos os setores da atividade econômica (...). Tal situação, reforçada pelo fenômeno do terror, provocava o êxodo em massa rumo ao exterior (...). O Haiti começou a oferecer o espetáculo de ser um dos maiores exportadores de cérebros do Terceiro Mundo, em relação a seu tamanho, sua população e nível de desenvolvimento. Na década de 1960, profissionais de todas as categorias, médicos, engenheiros, enfermeiros, professores, operários especializados, expulsos pelo terror político e econômico, emigraram para os Estados Unidos, Canadá e Congo (PIERRE-CHARLES, 1990, p. 216).

Nos anos seguintes (precisamente, até 1986) o Haiti veria o poder passar de François Duvalier, que, controlando o legislativo e o judiciário por meio de um regime de terror (PIERRE-CHARLES, 1990) havia logrado aprovar não apenas a presidência vitalícia como também a hereditária, para seu filho, Jean Claude Duvalier. O resultado

²³ Nossa aproximação a esta literatura se deu através dos trabalhos de Durand (2013) e Durand (2014). Desta literatura, destacamos os estudos de Glick-Schiller e Fournon (1999), Stepick (1986, 1992), Laguerre (1994), Mitchell (1994) e Buchanam (1979).

de um processo de industrialização concentrado espacialmente e voltado à exportação para os Estados Unidos (tendo em vista a possibilidade de lucro extraordinário que a superexploração da força de trabalho haitiano oferecia) significou aprofundamento da dependência (CASTOR, 2008) e empobrecimento da maior parte da população do país (PIERRE-CHARLES, 1990). Aprofunda-se, com isso, o processo de emigração de haitianos aos Estados Unidos.

Não obstante, as condições de vida das maiorias se deterioram mais e mais. Tal situação está na base do fenômeno da emigração em massa que, nos últimos anos, tem levado milhares de *boat people* às costas da Flórida... Esta fuga não alivia as pressões que sobre o sistema vão produzindo grande massas de homens e mulheres. A situação do povo se torna cada dia mais explosiva, enquanto a crise vai-se acentuando (PIERRE-CHARLES, 1990, p. 234).

Esse processo histórico de emigração haitiana, que vigora de forma massiva pelo menos desde a década de 1960, não é, no entanto, uniforme no que se refere às características de seus fluxos. Segundo a OIM (2014), é possível identificar pelo menos quatro fases da presença haitiana nos Estados Unidos.

Durante o primeiro período, a classe média praticamente havia se esvaziado, já que contavam com os requisitos para uma estadia nos Estados Unidos, 9,2% eram definidos como profissionais por parte dos serviços migratórios deste país. Na segunda fase, a migração é de caráter irregular e se estende até outros países. É a época dos chamados ‘balseiros’ e da diminuição da porcentagem de profissionais (4,3%); este decréscimo se deveria não tanto à diminuição do número deles, mas sobretudo ao incremento de camponeses e membros das classes mais baixas na migração. O terceiro período se caracterizaria pela resposta americana a este problema, uma anistia declarada em 1986; a queda na renda dos profissionais, contínua nesse período, posto que são aproximadamente 2,2% do total. A última fase que o autor indica que seguiria até nossos dias representaria a consolidação dos processos precedentes: comunidades em diáspora que se reforçam e se estabilizam, mesmo que as características daqueles que migram hajam mudado (de profissionais a camponeses, de jovens a pessoas com mais idade) (OIM, 2014, ps. 38 – 39).

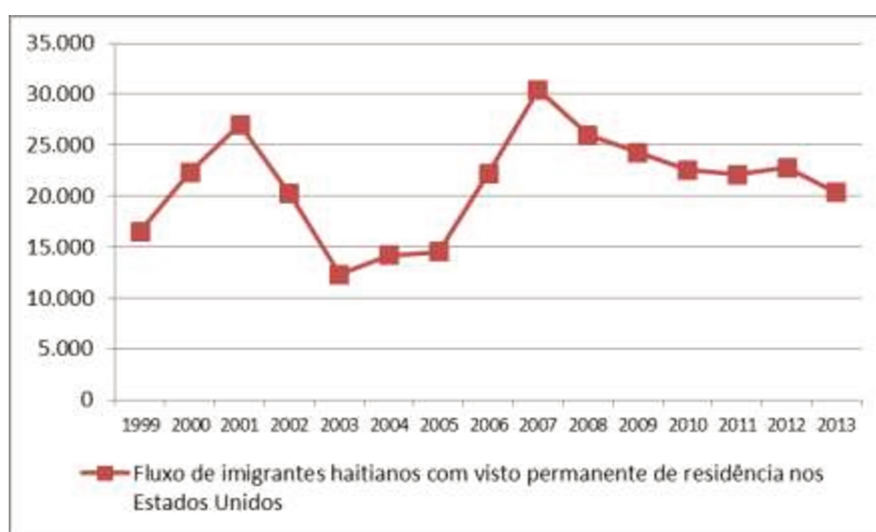
No que se refere especificamente ao fluxo de imigrantes haitianos aos Estados Unidos com visto permanente de residência, observa-se claramente o efeito dos atentados terroristas de 11 de Setembro de 2001 e da crise capitalista pós-2008 em termos de deterioração das condições de vida e de trabalho de migrantes haitianos nos Estados Unidos, como indicado no Gráfico 3.

O fluxo de imigrantes haitianos nos Estados Unidos com visto permanente de residência expandia-se entre 1999 e 2001 (Gráfico 3). Após 2001 (ano dos atentados terroristas de 11 de Setembro), no entanto, esse fluxo passa por sua primeira retração,

perceptível no Gráfico 3. Esse fluxo volta a expandir-se significativamente somente após 2005; após 2008 (ano de eclosão da crise capitalista no país), no entanto, há nova diminuição no fluxo, menos acentuada que a diminuição anterior, mas que até 2013 não havia ainda sido superada.

Essa segunda diminuição é particularmente útil aos objetivos e hipóteses desta Tese: a crise capitalista pós-2008 indicou de forma mais decisiva no mundo do trabalho, deteriorando as condições de trabalho e de remuneração. Estes efeitos – e sua apropriação política e econômica – repercutiram de forma especialmente direta na inserção laboral dos imigrantes e no nível de remessas de migrantes a seus países de origem (CEPAL, 2009). É por esta razão que a crise capitalista significou não apenas diminuição neste fluxo rumo aos Estados Unidos, como indica o Gráfico 3, como também, conforme discutiremos no Capítulo 2 desta Tese, a sua orientação a um novo destino, o Brasil.

Gráfico 3 – Fluxo de imigrantes haitianos com visto permanente de residência nos Estados Unidos (1999 a 2013)



Fonte: MPI, 2016.

Atualmente, a população do Haiti é, segundo estimativas, de 10.255.644 habitantes (FIBGE, 2015). Destes, 44,5% estão em situação de subnutrição e 34,7% não são alfabetizados; 17% apenas possuem acesso à rede sanitária, contribuindo para surtos de cólera e outras doenças infecto-parasitárias no país (FIBGE, 2015). São doenças facilmente evitáveis, mas o Haiti investe apenas 1,5% de seu Produto Interno Bruto

(PIB) em saúde. Um haitiano residente em seu país consome, em média, 2.080 kcal/dia, mesmo nível consumido em países como Iêmen e Tanzânia (FIBGE, 2015). É o que se pode ser consumido em um país inserido em um contexto de crise alimentar permanente, em que 61,7% de sua população vive com menos de um dólar por dia. A renda anual per capita é o equivalente a 15% da média da América Latina. As condições de vida são precárias, e as de nascimento também: apenas 26,1% dos partos são assistidos por algum profissional da área de saúde; em 350 a cada 100.000 partos com nascidos-vivos a mão falece; 7% das crianças morre antes dos cinco anos de idade e 5,3% antes de um ano de idade (FIBGE, 2015). Enquanto isto, o sistema universitário do país parece produzir profissionais para o trabalho em outros países: 84% dos egressos deste sistema passa a residir fora do Haiti com o fim de seus cursos, expressando a seletividade do ensino superior e o seu afastamento da resolução dos problemas nacionais.

Sob estas condições, torna-se precário não apenas o sistema econômico do país mas também seu sistema político. Trata-se de um Estado historicamente dependente (GRONDIN, 1985), governado em um primeiro momento por uma elite branca e depois por uma elite mulata que se define como proprietária do país e que mantém sua posição privilegiada de classe com a reprodução ampliada da dependência e das condições sociais anteriormente descritas (GRONDIN, 1985). Esta situação se viu agravada nas últimas décadas do século XX, em que acirrou-se a polarização de classe no Haiti e em que o consenso nacional se torna nitidamente secundário diante da necessidade, para a manutenção das relações sociais e econômicas no país e de seu *status quo*, de uma solução armada destes conflitos de classe (CASTOR, 2008). Os golpes e as deposições se tornaram a face mais evidente de um país estruturalmente desigual, e quando a tensão social²⁴ torna-se entrave para a atuação das empresas multinacionais e passa a comprometer a própria acumulação de capital no país, faz-se necessário uma, mais uma, intervenção externa no país (JUBILEU BRASIL, 2007; SEGUY, 2014).

Em seu segundo mandato, que inicia-se em 2001, após uma série de pressões internas, que quase resultou em uma guerra civil, Aristide foi novamente deposto em 2004. Em uma história envolta de mistério e especulação, Aristide deixa o Haiti em uma aeronave norte-americana, e dias depois,

²⁴ Em que pese a instabilidade política no país, a tese, usada como justificativa das forças internacionais para a intervenção no país, de existência de uma guerra civil no Haiti não é consensual. Para aprofundamento na divergência em torno às disputas políticas no Haiti e sua natureza sobretudo eleitoral e de poder, recomenda-se a leitura de SEITENFUS, Ricardo. Haiti: Dilemas e Fracassos Internacionais. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2014. 464p.

aparece exilado na África do Sul dando sua versão, de que não teria sido deposto e que, em momento algum havia renunciado, considerando-se presidente legítimo do Haiti. Com a saída de Aristide, quem assume interinamente a presidência é o chefe da suprema corte, Boniface Alexandre. Em março de 2004, Alexandre solicita do Conselho de Segurança da ONU, uma força internacional para manutenção da paz. Um dia depois, em 9 de março, acontece o desembarque de tropas norte-americana, canadenses, francesas e chilenas (COUTO, 2016, p. 167).

É neste contexto que a ONU intervém, através da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (Minustah), coalizão internacional iniciada em 2004 sob a coordenação das Forças Armadas brasileiras. Esta seria a sétima missão estrangeira implementada no país no período curto de apenas 11 anos.

O Haiti vive desde 1986 um conflito doméstico de baixa intensidade. Trata-se da inevitável luta pelo poder entre atores políticos. Ausentes uma situação de guerra civil, ou o risco de crimes coletivos ou ainda a perspectiva de genocídio. Ao contrário. Os índices de violência estão entre os menores da região. A única particularidade desta disputa política consiste no fato de que não são respeitadas as regras do jogo democrático. O Haiti tampouco constitui uma ameaça a seus vizinhos. Em 1995 aboliu as forças armadas e dispõe unicamente de uma Polícia Nacional, pobremente equiparada e treinada, além de reduzidos efetivos. Apesar destas condições, foram enviadas ao Haiti, entre 1993 e 2013, nada menos que sete missões de intervenção militar, policial e civil patrocinadas pelas Nações Unidas (ONU) com o apoio da Organização dos Estados Americanos (OEA). Devido à falta de alternativa e uma percepção caolha dos desafios haitianos, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) chamou para si a responsabilidade de supostamente ‘estabilizar’ o país. Inclusive tal intervenção, que pretende ser a derradeira, intitula-se Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (Minustah) (SEITENFUS, 2014, p. 20).

Não obstante a amplamente difundida tese de guerra civil e de necessidade de intervenção no país, segundo alguns analistas internacionais (SEITENFUS, 2014; SEGUY, 2014), não é forçoso admitir que a migração internacional de haitianos aos países centrais do capitalismo mundial esteja no cerne das operações militares e civis empreendidas no país caribenho. Segundo Seitenfus (2014),

todos estes supostos parceiros buscam alcançar um único objetivo: congelar o poder e transformar os haitianos em prisioneiros da própria ilha. O receio que os balseiros (ou boat people) fujam da ilha explica as decisões internacionais em relação ao Haiti. O que se quer é que os haitianos permaneçam no país a qualquer custo (SEITENFUS, 2014, p. 21).

Tal preocupação com o movimento migratório haitiano e seu entendimento como um problema aos países de destino altera normatização importante do Conselho de Segurança da Nações Unidas (CSNU), como a Resolução 940. Criada para a mediação do conflito na Rodésia na década de 1960, ela estabelece que violações de direitos humanos dentro de um território nacional constituem ameaças à segurança e à paz internacionais (SEITENFUS, 2014). Em razão do caso haitiano, no entanto, esta

resolução é adicionada com o trecho “os deslocamentos maciços de população constituem ameaças à paz e à segurança internacionais ou agravem as ameaças existentes” (SEITENFUS, 2014, p. 77).

A partir de então, a crise haitiana passa a estar indissociada com os movimentos migratórios e é, por tal razão, entendida como questão internacional. Torna-se, então objeto de missões internacionais supostamente justificadas.

Na seção seguinte, abordaremos mais a fundo dois elementos fundamentais da história recente haitiana, relacionadas com a migração haitiana no Brasil: o terremoto de 2010 e a consequência degradação das já precárias condições de infra-estrutura do país e a missão de Estabilização da ONU, que levou brasileiros aos Haiti antes de haitianos ao Brasil.

2.3 A Missão de Estabilização da ONU e o Terremoto de 2010

Nesta seção, analisaremos dois momentos constitutivos da história recente haitiana, a instalação, em 2004, da Missão de Estabilização da ONU no Haiti, a Minustah, que é coordenada pelo Brasil desde seu princípio até Março de 2016, e o terremoto que devastou o país, em Janeiro de 2010, ocasionando a deterioração da já precária situação econômica e social no país.

Estes momentos ocasionaram transformações no país que, no âmbito das hipóteses em que se baseiam este trabalho, relacionam-se com o processo emigratório haitiano de uma forma geral e com a constituição de um fluxo ao Brasil, de uma forma específica.

Segundo Seguy (2014), a Minustah, iniciada em 2004, marca um período novo na história recente do Haiti, mas no contexto de um país caracterizado por constantes presenças militares estrangeiras. Deve-se destacar, portanto, que a presença militar estrangeira no Haiti não constitui nenhuma novidade histórica. Ela já foi levada a cabo por Espanha, França, República Dominicana e Estados Unidos, ocasionando em cada um destes momentos uma conjuntura social, econômica e política específica e definindo, também com particularidades, movimentos migratórios específicos, especialmente desde o final do século XIX. A presença estrangeira é uma verdadeira

instituição da sociedade haitiana, e isto não se resume ao âmbito militar senão que incide também nas esferas econômicas, políticas e culturais do país. Historicamente, a maioria destas intervenções externas afirmou tratar-se de uma ajuda ao povo haitiano. Segundo Baptiste e Vieira (2016), “desde a sua independência em 1804, a história haitiana é marcada pela instabilidade política, ditaduras, pobreza e, de tempos em tempos, por ocupações estrangeiras, sob a justificativa de zelar pela atenção a objetivos humanitários e pela estabilização política” (BAPTISTE e VIEIRA, 2016, p. 577).

Estranha ajuda, dado que “85% do pessoal e do orçamento da Minustah corresponde aos componentes militares e da polícia civil” (JUBILEU BRASIL, 2007) sendo realizado pouco em termos de saneamento, atendimento médico, educacional e assistência social (JUBILEU BRASIL, 2007).

A manutenção da subalternidade do país denota que estes planos de ajuda internacional, mais que fracassar, possuíam na verdade outro objetivo (THOMAZ, 2010; LAHENS, 2012; SEGUY, 2014). Domínio colonial, em um passado distante; acesso a fontes minerais e controle do Estado para o seu endividamento, especialmente a partir do lucrativo negócio das reconstruções (LUCE, 2007), atualmente.

Qual é a ‘ameaça à paz e a segurança internacional da região’ levantada pelo Conselho de Segurança da ONU para justificar o estabelecimento da Minustah? É o temor dos EUA de receber mais uma onda de refugiados haitianos, fugindo da pobreza e da exclusão em embarcações precárias? É a possibilidade de perder o controle sobre uma zona geopolítica estratégica? A simultaneidade da revolta no Haiti e o aumento das pressões de Washington sobre a Venezuela e a multiplicação das ameaças dos EUA a Cuba é simplesmente uma coincidência? O objetivo mais imediato da Minustah parece ser o controle da população, a busca de uma estabilidade que possa garantir um clima propício para o comércio e os investimentos, um futuro auspicioso para as corporações transnacionais (JUBILEU BRASIL, 2007).

Não podemos, por isto, perder de vista o conteúdo econômico e comercial da Minustah (LUCE, 2007; LUCE, 2011). Este conteúdo, como será visto no capítulo seguinte, motivará a teorização particular da participação brasileira no fenômeno migratório haitiano. A Minustah possui diversas dimensões (JUBILEU BRASIL). Novamente aqui é importante uma visão totalizante sobre o fenômeno a fim de não o restringirmos a apenas uma de suas faces e momentos (SEGUY, 2014).

Como visto, a situação política no Haiti já estava atuando como entrave aos negócios norte-americanos no Caribe, em razão dos conflitos armados e da ausência de condições de segurança às empresas e seus gerentes instalados na região. Ademais, o

sistema financeiro internacional interessava-se ainda em subtrair do Estado haitiano participação em algumas empresas estatais e controlar por conta própria a política econômica do país (SILVA, 2010; SEGUY, 2014) e aproveitar, por fim, a possibilidade de obtenção de lucro extraordinário com a utilização da força de trabalho haitiana, “já identificada antes do terremoto como sendo a mais barata existente na atualidade” (SEGUY, 2014, p. 297). Logo após o término do segundo mandato de Jean-Baptiste Aristide,

O Banco Mundial convocou nos EUA uma reunião informal dos governos e agências, chamadas de doadoras, com o fim de pôr em andamento uma nova estratégia econômica para o Haiti. Sobre a base das missões de estabilização econômica e ajuste estrutural que junto com o FMI tem-se aplicado no país há vários anos – com os resultados desastrosos já conhecidos, não só no Haiti, mas na escala mundial – avançou-se decididamente com a ocupação e o controle da política econômica do país ao estabelecer uma Comissão de Especialistas, com o propósito de desenhar um plano para a reconstrução do Haiti. Trezentos técnicos, 200 deles estrangeiros, foram convocados para a tarefa, sob a coordenação das instituições financeiras multilaterais. O Quadro de Cooperação Interina (QCI) resultante foi elaborado durante seis semanas por estes expertos, a maioria dos quais procedem de instituições como a Agência para o Desenvolvimento Internacional dos EUA (Usaid), o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Não é surpreendente que o plano idealizado tenha uma orientação econômica neoliberal e que de maneira central se proponha acelerar a privatização da economia, instalar novas zonas francas e desenvolver o turismo e o setor agroexportador (JUBILEU BRASIL, 2007).

A estratégia de conversão do Haiti em uma plataforma de exportação corresponde a verdadeiro projeto de recolonização do país (JUBILEU BRASIL, 2007; SEGUY, 2014). Este projeto²⁵ tem logrado ocupar o espaço haitiano com instalações fabris maquiladoras, ou seja, que realizam as tarefas mais pesadas do ciclo internacionalizado de produção de mercadorias, seus estágios que mais requerem força de trabalho. Concentradas em zonas francas, estas instalações – matrizes de multinacionais – não pagariam os impostos nacionais devidos, constituindo-se, tal como assinado em 2002 pelo presidente Aristide, em verdadeiros enclaves estrangeiros dentro do Haiti. A utilização da força de trabalho ao nível salarial local garante o custo de produção reduzido e a competitividade deste produto no mercado mundial, como indica Seguy (2014): “outro incentivo da escolha do território do Haiti como terra prometida para a instalação de zonas francas industriais relaciona-se com o curso baratíssimo da

²⁵ A interpretação da Minustah enquanto um projeto de recolonização do país pode ser melhor entendida em SEGUY, Franck. **A catástrofe de janeiro de 2010, a “Internacional Comunitária” e a recolonização do Haiti**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 2014.

sua mão de obra, a qual, além de mais, apresenta duas vantagens essenciais: é experiente e de boa qualidade” (SEGUY, 2014, p. 83).

As condições oferecidas pelo capitalismo dependente haitiano são vantajosas não apenas para empresas de países centrais, em que o valor da força de trabalho é historicamente maior, como também as empresas de países periféricos, já permeados pelo mecanismo da superexploração da força de trabalho. Trata-se de uma expressão do fenômeno do subimperialismo, que será melhor definido no item 2.4 deste Capítulo 2. Importa-nos, por ora, analisar que esta presença guarda relação com a instalação da Minustah no país.

O trabalhador haitiano hoje é explorado por capitalistas de outras formações sociais que já se encontram na periferia do capitalismo central. Enquanto na primeira experiência de zonas francas no Haiti desde a década de 1960, as empresas norte-americanas mesmas haviam tomado conta do mercado, hoje os EUA têm reduzido seu papel a estabelecerem o quadro jurídico-legal (HOPE I e II, HELP...) para outras empresas de países como Vietnã, Coreia do Sul, República Dominicana etc. atuarem em benefício dos produtores – até mesmo dos trabalhadores da América do Norte. Enquanto os EUA ocuparam militarmente o Haiti no início do século XX, hoje, quando surge a necessidade de nova ocupação militar, ela é terceirizada a outros exércitos oriundos de formações sociais capitalistas já periféricos (SEGUY, 2014, p. 74).

A presença da Minustah no Haiti é um fator, fundamental, segundo Seguy (2014), para o controle das lutas sociais no país e a domesticação de sua força de trabalho, utilizando para tal a força de coerção de diversos países, muitos dos quais possuem, inclusive, empresas atuando no país e utilizando de sua força de trabalho. Esta presença tem sido questionada não apenas pelo seu caráter de intervenção externa e de controle sobre a classe trabalhadora, como também pela sua atuação limitada quando do terremoto de 2010, episódio em que a Minustah defendeu e protegeu apenas a si mesma (THOMAZ, 2010). Em Janeiro de 2010, as condições sociais, econômicas e políticas no país agravam-se com o abalo sísmico de 7,2º na escala Richter. A tragédia que se segue possui uma dimensão humana e outra material. Na dimensão humana, mais de 200.000 pessoas perderam suas vidas, ao passo em que 300.000 se feriram e outras 5.000 ficaram amputadas. Estes registros concentraram-se espacialmente na região sul da capital haitiana. Na dimensão material, 105.000 casas ficaram completamente destruídas, 208.000 casas tiveram danos irreversíveis, 1.300 edifícios educacionais e 50 hospitais e centros de saúde caíram ao chão ou ficaram impossibilitados de uso (SEGUY, 2014).

Seguy (2014) propõe uma perspectiva de análise do terremoto e de seus efeitos particularmente fértil, dado que situa estes eventos no que poderíamos definir como um contexto de vulnerabilidade socioambiental. O terremoto seria, desta forma, uma construção sociohistórica, condicionada diretamente pela formação colonial do país e os principais acontecimentos sociais e políticos de sua história. “O Haiti conheceu duas colonizações no início da vigência da modernidade: a espanhola (1492 – 1697) e a francesa (1697 – 1803). Uma das consequências de tudo isto é a destruição sistemática de 45% do meio ambiente do país” (SEGUY, 2014, p. 35). Também o pagamento das dívidas impostas ao país após a independência teriam tido, segundo Seguy (2014), efeitos na degradação das condições ambientais no Haiti. Embora não possamos nos aprofundar nesta perspectiva, é inegável que a condição de dependência estrutural em que já se encontrava o Haiti antes do terremoto contribuíra para a letalidade do terremoto (FARIA, 2016), não apenas no que se refere à fragilidade da infra-estrutura material existente anteriormente ao terremoto, mas também em razão de fatores agravadores dos efeitos do terremoto, como o histórico uso intensivo do solo, o desmatamento ambiental, a perda de biodiversidade, a erosão e o assoreamento de seus rios (FARIA, 2016).

O impacto nas condições de vida da população não depende apenas do potencial destrutivo dos fenômenos naturais em si, mas especialmente de sua relação com outros fatores igualmente relevantes, como os socioeconômicos. A amplitude dos danos é significativamente maior em um país com as frágeis estruturas governamentais, administrativas e econômicas do Haiti, estas corroídas pelos anos de colonialismo, de instabilidade política pós-independência e de contínua ingerência externa das grandes potências e das organizações internacionais. O fato do epicentro do terremoto ter sido a 25km de Porto Príncipe, uma cidade densamente povoada e com infraestrutura deficiente, que já apresentava problemas de moradia e de escassez de alimentos, intensificou os danos (...). Os danos institucionais e materiais gerados pelo terremoto – especialmente a ausência de saneamento, coleta de lixo, rede de água e esgoto nos acampamentos dos desabrigados – ainda tornam as condições propícias à proliferação da cólera, que matou mais de 4 mil pessoas (SILVA, 2016, p. 330).

Articulados, estes fatores, que potencializam os efeitos do terremoto, “podem ser considerados fatores de repulsão da população” (FARIA, 2016, p. 624). Esta potencialização, resultado de uma dependência estrutural e histórica do Haiti, mais que o próprio Terremoto em si pode ser entendida como um fator migratório, como indica Faria (2016): “a degradação ambiental, conectada aos fatores naturais, socioeconômicos, culturais e políticos, sem dúvida, causa os movimentos forçados da

população haitiana, cuja sobrevivência depende diretamente dos recursos naturais” (FARIA, 2016, p. 635).

Outro elemento que potencializou os efeitos devastadores do Terremoto refere-se particularmente à Minustah: mesmo já estando há 6 anos no país, e não obstante estar concentrada em Porto Príncipe, cidade que mais sofreu com o abalo sísmico, são muitos os relatos e registros de que a verdadeira função levada a cabo pela missão (controle das lutas sociais haitianas, treinamento das forças militares brasileiras para atuação posterior nas favelas brasileiras e liberação das forças militares norte-americanas para sua atuação no oriente médio, no que buscou angariar ao Brasil um assento no Conselho de Segurança da ONU) não lhe permitiu sequer desenvolver uma logística de solidariedade ao longo destes anos para saber, efetivamente, reparar a destruição causada pelo terremoto. Referindo às reais intenções do Brasil no Haiti, Seitenfus (2014) sentencia que

para o Brasil a atual crise haitiana era simplesmente mais um episódio no longo rosário a que o país nos havia acostumado. Ademais, era o Haiti e seus dilemas que compunham parte de nossa pauta de política externa. Jamais, contudo, a ponto de reorientá-la ou de colocar em questão nossas escolhas estratégicas e nossos pontos cardiais. O Haiti era o que sempre foi: um meio para alcançar uma maior projeção internacional. Nunca um fim em si mesmo. Não interessava ao Brasil resolver a crise haitiana se o preço a pagar fosse se indispor, mesmo que minimamente, com os Estados Unidos (SEITENFUS, 2014, ps. 399-400).

A presença brasileira no Haiti como meio para outras finalidades manifestou-se de forma mais evidente tão logo a ocorrência do Terremoto no país – quando mostrou-se flagrante a ausência de uma infra-estrutura da solidariedade e relativa omissão das forças brasileiras em relação aos desafios abertos pelo abalo, especialmente em termos de resgate e reconstrução imediata. Jorge (2010) questiona:

O que o Brasil e a ONU fizeram em seis anos de ocupação no Haiti? As casas feitas de areia, a falta de hospitais, a falta de escolas, o lixo. Alguns desses problemas foram resolvidos com a presença de milhares de militares de todo mundo? A ONU gasta meio bilhão de dólares por ano para fazer do Haiti um teste de guerra. Ontem pela manhã estivemos no BRABATT, o principal Batalhão Brasileiro da Minustah. Quando questionado sobre o interesse militar brasileiro na ocupação haitiana, Coronel Bernardes não titubeou: o Haiti, sem dúvida, serve de laboratório (exatamente, laboratório) para os militares brasileiros conterem as rebeliões nas favelas cariocas. Infelizmente isto é o melhor que podemos fazer a este país. Hoje, dia 13 de janeiro, o povo haitiano está se perguntando mais do que nunca: onde está a Minustah quando precisamos dela? Posso responder a esta pergunta: a Minustah está removendo os escombros dos hotéis de luxo onde se hospedavam ricos hóspedes estrangeiros. Longe de mim ser contra qualquer medida nesse sentido, mesmo porque, por sermos estrangeiros e brancos, também poderíamos necessitar de qualquer apoio que pudesse vir da Minustah. A

realidade, no entanto, já nos mostra o desfecho dessa tragédia – o povo haitiano será o último a ser atendido, e se possível. O que vimos pela cidade hoje e o que ouvimos dos haitianos é: estamos abandonados. A polícia haitiana, frágil e pequena, já está cumprindo muito bem seu papel – resguardar supermercados destruídos de uma população pobre e faminta. Como de praxe, colocando a propriedade na frente da humanidade (JORGE, 2010).

Não obstante seu declarado intento humanitário, a reação passiva e de auto-defesa da Minustah nos dias que se seguiram ao terremoto (JORGE, 2010) demonstram que a operação estrangeira não sabia a forma concreta de ajudar a população haitiana, como não havia ainda construído uma estrutura no país capaz de promover essa ajuda (JORGE, 2010; THOMAZ, 2010).

Como em Porto Príncipe, lojas, bancos, supermercados e restaurantes estavam fechados, e muitas vezes guardados por homens bem armados. Vimos indivíduos pertencentes aos grupos mais abastados chamando nas portas dos restaurantes, e conversando com os donos: estavam garantindo um almoço ou um jantar. Os ricos ajudam os ricos, os pobres ajudam os pobres. Novamente, quando perguntamos sobre a Minustah, disseram que seguiam no Hotel Cristophe e no Hotel Montana. A ONU ajudava a ONU (THOMAZ, 2010, p. 29).

Tal posição é compartilhada também por equipes de defesa civil de outros países, como a colombiana. Segundo Seitenfus (2014), o chefe da Defesa Civil da Colômbia, Oscar Guerava, em operação pós-Terremoto no Haiti, destacou a existência de um resgate seletivo e discriminador das vítimas.

As operações de resgate coordenadas pela ONU são uma farsa. Já estive em vários desastres. Normalmente, somos designados para uma área e, com o grupo de resgate, buscamos sobreviventes em toda essa área. Visitamos os edifícios danificados, conversamos com as pessoas, usamos os cães, organizamos as escavações e salvamos gente. Aqui, tudo é ao contrário. A prioridade não são as pessoas, e sim o pessoal internacional ou os moradores dos bairros ricos. Quando cruzamos a cidade da base logística até aqui, vemos centenas de casas em ruínas, pessoas desesperadas que nos pedem ajuda, mas não podemos fazer nada, não podemos ajuda-los, não nos permitem. Veja: estamos aqui no hotel esperando, enquanto tudo acontece lá fora (SEITENFUS, 2014, p. 207).

Os furacões que se seguiram também agravaram as condições sociais e econômicas no país, atuando, não é forçoso reconhecer, como adicionais fatores de expulsão populacional. Na reflexão sobre as múltiplas dimensões e origens destes fatores, há de se registrar ainda a conjuntura epidemiológica dramática porque passa o país após o terremoto.

No dia 19 de Outubro de 2010 foi anunciada oficialmente a descoberta da bactéria da cólera, que em pouco tempo se espalhou através do território haitiano. Três anos mais tarde, são mais de 800.000 pessoas infectadas, das quais 9.000 perderam a vida. Ressaltamos que, entre 7 e 25 de novembro de 2010, o epidemiologista francês Renaud Piarroux dirigiu um inquérito no

Haiti um mês depois da descoberta na cidade de Mirebalais (centro) do primeiro caso de cólera pela Brigada médica cubana, em 14 de Outubro. O professor Piarroux, especialista do cólera, concluiu sem nenhuma dúvida que a epidemia provém de uma estirpe importada que se espalhou a partir da base nepalesa da Minustah cujo um grupo de soldados havia chegado ao Haiti quatro dias antes. Esse batalhão deixou Katmandu (capital do Nepal) duas semanas após a eclosão de uma epidemia de cólera neste país asiático. As conclusões do estudo de Renaud Piarroux foram conferidas por vários outros estudos posteriores que, até hoje, não foram postos em dúvida” (SEGUY, 2014, ps. 28-29).

Conclui-se do inquérito, portanto, que as origens da epidemia de cólera não estão no terremoto ou em outras questões ambientais, mas sim na atuação mesma da ONU e da Minustah no país (SEITENFUS, 2014). Segundo Seitenfus (2014), “impressionava a rapidez com a qual se alastrava a epidemia. Utilizando-se dos córregos, rios, lagos e canais a cólera se esparramava inexoravelmente para o conjunto da região central do Haiti. Logo, os viajantes levaram o bacilo para as demais regiões do país. Assim, antes de fins de outubro a cólera alcança Cité Soleil, provocando mortes e dezenas de internações” (SEITENFUS, 2014, p. 288-289). A responsabilidade das forças militares da ONU sobre a epidemia de cólera no Haiti foi comprovada por uma série de estudos infecto-parasitários de base científica (SEITENFUS, 2014).

Todavia, o terremoto a degradação econômica, social, ambiental e epidemiológica no Haiti, expondo ao mundo a incapacidade de a Minustah administrar e reverter esta conjuntura. É importante destacarmos que estes múltiplos fatores são condicionado pela história de colonialismo e dependência no Haiti, de modo a não reduzirmos o fenômeno da migração haitiana apenas ao aspecto econômico. Seguy (2014) adverte que “analisar a imigração no seu conjunto apenas como economicamente motivada não está muito longe do superficial e da generalização apressada. E expressaria uma escancarada preguiça intelectual que sacrifica a diferença essencial à uniformidade”, ou seja, que nos impede de ver as especificidade existentes no interior do processo emigratório haitiano. Se a economia não pode, segundo Seguy (2014) ser interpretada como a fonte única do processo emigratório haitiano, também o terremoto, segundo Cotinguiba (2014), não deve ser tomado como a razão única da orientação atual deste fluxo ao Brasil. Afirma Cotinguiba (2014), que “enquanto acontecimento, o sismo de 2010 causou danos de diversas categorias no Haiti e isso não se pode negar. Discordamos, porém, do discurso midiático que tenta justificar a imigração haitiana para o Brasil partindo da explicação única desse fenômeno. Não podemos recorrer apenas ao terremoto, essa via seria uma falácia ou um reducionismo frente a diversos fatores de ordem política, histórica, econômica e sociológica” (COTINGUIBA, 2014, p.

87). Essa posição teórica é reforçada por Baptiste e Vieira (2016), cuja pesquisa, que envolveu trabalho de campo com um grupo de imigrantes haitianos em espaços sociais da comunidade haitiana na cidade de São Paulo, conclui que

A maioria dos entrevistados já vislumbrava recorrer à migração internacional em seu projeto de vida, o que descarta a hipótese de que o terremoto de 2010 seja a principal razão deste deslocamento populacional. Os entrevistados relatam que já acalentavam o desejo de deixar o país de origem, sendo que a catástrofe ambiental apenas acelerou este processo, devido à intensificação da degradação das condições de vida pós-terremoto. De acordo com os jovens, o projeto migratório foi delineado muito mais em função de motivações econômicas do que ambientais. As principais motivações mencionadas para deixar o Haiti são: necessidade de obter emprego e renda, a busca por uma vida melhor e por oportunidades educacionais e laborais, a reprovação no exame de '*Baccalauréat*' que inviabiliza a realização de estudos universitários no país de origem e o conselho de algum membro da família (BAPTISTE e VIEIRA, 2016, p. 605).

Na seção seguinte, analisaremos a expansão econômica e política brasileira no contexto geopolítico internacional, elemento explicativo da própria presença brasileira no Haiti, para iniciarmos a reflexão sobre as razões específicas do atual direcionamento da emigração haitiana ao Brasil, isto é, da ampliação do espaço de vida da emigração haitiana ao Brasil.

2.4. A geopolítica da expansão brasileira e a categoria do sub-imperialismo

Neste ítem, buscaremos investigar a outra dimensão das transformações na dinâmica das migrações internacionais, qual seja, a redefinição do fluxo de haitianos ao Brasil, particularmente após 2010. Em termos gerais, investigaremos se a categoria do “subimperialismo” (MARINI, 2000; LUCE, 2007; LUCE, 2011; MARINI, 2012) é capaz de atuar como um elemento condicionante da formação do fluxo migratório do Haiti ao Brasil, particularmente após o terremoto de Janeiro de 2010, o fortalecimento da presença militar brasileira no país e a conjuntura de crise no sistema capitalista internacional.

Uma advertência inicial, de natureza metodológica, se faz, no entanto, necessária. Ao elaborar a aproximação crítica entre a Teoria Marxista da Dependência (TMD) e a perspectiva histórico-estrutural, buscamos inserir algumas categorias no

estudo das migrações internacionais, como “dependência de remessas” (BINFORD, 2002; COVARRUBIAS, 2010; GROSGOUEL, 2007; MAGALHÃES, 2013) “síndrome emigratória” (BINFORD, 2002; COVARRUBIAS, 2010) e, agora, a própria categoria de “subimperialismo” (LUCE, 2007; LUCE, 2011; MARINI, 2012). Fazemos isso ao entender que estas categorias possam contribuir à explicação de processos sociais específicos, como o efeito das remessas, a relação das remessas com a formação de novos fluxos migratórios e, ainda, a presença econômica e militar brasileira. Mais que relações de causa e efeito entre esses fenômenos, entendemos haver entre eles uma indissociabilidade, na qual os fenômenos relacionam-se e condicionam-se mutuamente.

Isso não significa, no entanto, que não hajam relações de hierarquização ou distintos graus de importância entre esses também distintos fenômenos. Um exemplo é a já referida explicação apenas parcial que a crise nos países centrais nos oferece: se é verdade que sua interpretação lança luzes importantes sobre as condições de vida e de trabalho nos destinos tradicionais da emigração haitiana e esclarecem a respeito das transformações na dinâmica das migrações internacionais, também é verdade que necessitamos de outros conceitos e categorias para entender as razões da orientação deste fluxo ao Brasil. Desta forma, apresentamos a categoria do “subimperialismo” (LUCE, 2007; LUCE, 2011; MARINI, 2012) mas não o apresentamos de qualquer forma, senão já entendendo que as transformações econômicas e políticas no capitalismo mundial e a crise capitalista pós-2008 são fenômenos que, no que se referem especificamente à vinda de haitianos ao Brasil, se antecedem ao subimperialismo brasileiro no país.

Em outras palavras: embora a presença econômica e militar brasileira no Haiti inicie-se em 2004, com o estabelecimento no país da Minustah, é apenas com a crise capitalista de 2008, a deterioração das condições de vida e de trabalho nos destinos tradicionais da emigração haitiana e as ameaças que a redução no nível das remessas representou às famílias haitianas que essa mesma presença passa a construir, objetiva e subjetivamente, a ideia de um destino mais vantajoso aos migrantes do país (METZNER, 2014; PERAZZA, 2014). Em igual medida, é justamente em um contexto de crise que a expansão subimperialista do capitalismo brasileiro ao exterior aprofunda sua importância, seja do ponto de vista econômico, seja do ponto de vista militar.

Feita essa advertência inicial, explicitemos os contornos teóricos dentro dos quais o subimperialismo brasileiro motivou a imigração haitiana ao Brasil. Destaquemos, a princípio, a conjuntura de expansão econômica no capitalismo brasileiro, especialmente após 2006-2007, e os efeitos de suas políticas anti-cíclicas (MATTEI e MAGALHÃES, 2011), capazes de, pelo menos até 2010, manter a economia brasileira em relativo processo de crescimento econômico e social – ainda que sem ruptura com os eixos do capitalismo financeiro mundial, do qual mantém-se dependente (MATTEI e MAGALHÃES, 2011).

É importante destacar que a política econômica do primeiro governo Lula (2003 – 2006) guarda mais semelhanças que distanciamentos em relação à política econômica do Governo FHC (MATTEI e MAGALHÃES, 2011). Essas semelhanças eram, em grande medida, explicadas e afiançadas pela chamada “Carta aos Brasileiros”, documento do primeiro mandato do Governo Lula que garante a permanência dos princípios básicos da política econômica em curso (MATTEI e MAGALHÃES, 2011): respeito aos contratos internacionais, combate à inflação, controle dos gastos do governo para manutenção do superávit primário e realização de reformas (previdenciária, tributária e monetária) como forma de “desonerar” o Estado e manter a estabilidade monetária.

Parte desta estratégia de política econômica começou a mudar a partir de 2005-2006, quando o ministro Palocci e alguns de seus principais auxiliares de convicções mais ortodoxas deixaram a equipe econômica do governo Lula, ganhando maior consistência em 2007 com a implantação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Agora sob o comando de uma equipe econômica mais identificada com o crescimento da demanda interna e aproveitando as condições internas e externas favoráveis, adotaram-se alguns instrumentos de política econômica mais flexíveis no sentido de impulsionar o consumo, ainda que as principais linhas básicas da política do período anterior permanecessem em voga. Com isso, nota-se que se inicia uma lenta recuperação da capacidade estatal de interferir na dinâmica econômica, particularmente no que diz respeito aos investimentos. Trata-se, portanto, de uma tentativa de política econômica de retomar o ideário do desenvolvimento, porém sem quebrar o processo de acumulação de capital a partir da lógica das ‘finanças’. A manutenção também neste período de taxas de juros em patamares elevados comparativamente ao mercado global é apenas mais um indicativo que a política de crescimento econômico que poderia levar à conformação de um modelo de desenvolvimento sustentado ainda não está no centro da estratégia global do país, uma vez que continua refém dos interesses do sistema financeiro (MATTEI e MAGALHÃES, 2011, p. 140).

De acordo com Mattei e Magalhães (2011), essa fase de maior desenvolvimento da participação do Estado, ainda que vinculado ao sistema de finanças internacionais,

aproveita-se de uma conjuntura internacional amplamente favorável, em razão sobretudo da expansão do consumo das exportações brasileiras na China e nos Estados Unidos. Mas é com a crise pós 2007 que a condução da política econômica brasileira se distancia mais da ortodoxia. Embora a crise tivesse diminuído de imediato o consumo das exportações brasileiras e pressionasse, com isso, a balança comercial brasileira, a opção pela manutenção da diminuição da taxa de juros representou uma acomodação de autonomia e de incentivo à indústria com efeitos muito claros sobre a expansão da capacidade produtiva e do consumo internos. Ademais, a expansão do crédito também contribuía para manter elevado o nível de consumo. O resultado foi a criação de 14,7 milhões de empregos ao longo dos oito anos do Governo Lula, acompanhado de valorização real do salário mínimo (a participação dos salários na renda nacional passa de 0,4000 em 2002 para 0,425 em 2007) e diminuição da desigualdade de renda via desconcentração do salário – o índice de Gini entre 2002 e 2009 cai de 0,59 para 0,54 (MATTEI e MAGALHÃES, 2011).

É essa conjuntura econômica de desenvolvimento dependente (LUCE, 2012), mas com relativa inclusão social e expansão do emprego (MATTEI e MAGALHÃES, 2011), que condiciona a expansão brasileira ao exterior, em busca de novos mercados, e que pressiona a diplomacia externa brasileira, objetivando, sobretudo, um assento no Conselho de Segurança da ONU (SEITENFUS, 2014).

Embora não verbalize publicamente, o Brasil espera que sua ativa e preponderante participação na vertente militar da Minustah tenha como resultado aumentar as credenciais para integrar de maneira permanente o Conselho de Segurança das Nações Unidas. Muitos dirigentes brasileiros creem, ingenuamente, que o caminho para Nova Iorque passa necessariamente por Porto Príncipe (SEITENFUS, 2014, p. 120).

É precisamente a partir destas pressões e pretensões que o Brasil encontra o Haiti antes de os imigrantes haitianos encontrarem o Brasil (MAGALHÃES e BAENINGER, 2016).

Assim como a literatura sobre migrações internacionais produziu o conceito de “migrantes coloniais” (BINFORD, 2007; COVARRUBIAS, 2010), para designar o fluxo migratório que parte de uma ex-colônia e se dirige a uma ex-metrópole (como os caribenhos nos Estados Unidos, os equatorianos e peruanos na Espanha, os africanos na França, Bélgica, Holanda e Portugal, apenas para citar alguns exemplos), vislumbramos nesta seção definir fluxos migratórios condicionados pela presença (econômica, política

e militar) do Brasil no Haiti. A esse fluxo ousamos chamar de “migração de dependência”.

A “migração de dependência” expressa um fluxo migratório internacional formado através da presença, econômica, política e militar, de um país dependente (Brasil) em outro (Haiti). Aporta-se esse adjetivo ao fluxo pois são justamente as contradições do desenvolvimento do capitalismo dependente brasileiro que levaram o Brasil ao Haiti: a expansão econômica ao exterior; a busca por um assento no Conselho de Segurança da ONU, que confirmasse politicamente essa expansão econômica; a procura de negócios rentáveis para suas construtoras e empreiteiras, através da construção de obras de infra-estrutura, como a da estrada entre Les Cayes, cidade portuária, e Jérémie, ambas no sul do Haiti; a presença nos lucrativos negócios de reconstrução do país, pós-Terremoto de 2010; e a presença e coordenação da Minustah, como garantia ao mundo de que o Brasil era um ator não apenas econômico mas também político e militar relevante nas relações internacionais.

Igualmente, a adjetivação “dependência” denota outro aspecto característico deste fluxo, precisamente a sua dependência de remessas. A dependência de remessas, como veremos no capítulo 4 desta Tese, expressa uma condição, historicamente constituída, a partir da qual as famílias de migrantes, por sua posição econômica e social já de vulnerabilidade, utilizam esses recursos exclusivamente ou quase exclusivamente para o consumo corrente, isto é, para a sua subsistência, sobrevivência material. Em um contexto de crise capitalista e de diminuição do volume das remessas, como o ocorrido imediatamente após 2007/2008, a migração ao Brasil se dá também como estratégia familiar de obtenção de, em um mercado em expansão, reverter esta diminuição das remessas e manter, com isso, seu nível de consumo.

A “migração de dependência”, com isso, relaciona-se ao conceito de “migrantes coloniais”, mas difere dele na medida em que a relação entre Brasil e Haiti não é de colonialismo, mas sim de sub-imperialismo. Entendemos, portanto, a “migração de dependência” como um tipo migratório específico deste fenômeno da presença brasileira no Haiti. Concentramo-nos neste ponto.

Primeiramente, deve-se destacar mais uma vez que o Haiti é historicamente objeto de presença econômica e militar estrangeira (CASTOR, 2008). Esta presença

estrangeira já foi de natureza colonial, no século XVIII, e de natureza imperialista, durante o controle político e militar dos Estados Unidos no século XX. Atualmente, neste início de século XXI, com a presença brasileira na coordenação da Minustah, ela é de natureza subimperialista (LUCE, 2011; ZIBECHI, 2012).

A presença estrangeira no Haiti opera como uma instituição militar, econômica e política fundamental da sociedade nacional (SEGUY, 2014; SEITENFUS, 2014). Apenas o que é catalogado no Balanço de Pagamentos do país como “ajudas” internacionais representam em torno de 60% do orçamento do Haiti (CASTOR, 2008). Pela presença externa, calcula-se que vivam no Haiti 7.200 soldados, 1.500 policiais e incontáveis especialistas e trabalhadores civis (CASTOR, 2008). É neste contexto de primazia do externo e subordinação a este em que se insere a Minustah.

A resolução 1.592 de fevereiro de 2004 adotada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas acordou, para estabilizar o Haiti, o desenvolvimento imediato de uma força rápida interina seguida de uma força multinacional para assegurar uma intervenção em longo prazo. Esta missão internacional de manutenção da paz, a Minustah, era a sexta implementada no país no lapso de um decênio (CASTOR, 2008, p. 18).

O Brasil atua neste contexto, deve-se explicar, não por opções particulares de sua burguesia ou de seu governo (LUCE, 2011). A expansão brasileira ao exterior é fato inerente do desenvolvimento do capitalismo dependente no Brasil, e este processo se dá, não sem contradições, pelo menos desde a etapa de maior industrialização da economia dependente (LUCE, 2011; MARINI, 2012). Entendamos melhor este ponto para, definido corretamente o fenômeno do subimperialismo, investigarmos se é lícito interpretá-lo como fenômeno capaz de condicionar fluxos migratórios ao Brasil.

A relação “metrópole-satélite”, com a expansão do capitalismo industrial e a monopolização crescente do capital, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, se tornou mais complexa (MARINI, 2012). Ao esquema clássico de uma metrópole e suas colônias e satélites, foi adicionado um conjunto de países que ocupam posição intermediária na acumulação de capital em escala global. São países dependentes, pois inseridos na divisão internacional do trabalho de forma periférica, subordinada (MARINI, 2012). Todavia, o desenvolvimento do capitalismo nestes países gerou em sua economia uma expansão industrial descomunal, cuja mais-valia criada o seu mercado interno não tem condições de realizar internamente, pela restrição histórica do consumo nestes países (LUCE, 2011; MARINI, 2012). Tendem, seja para realizar esta

mais-valia, seja para buscar matérias-primas e fontes energéticas e naturais, a expandirem-se em países que ocupam posições ainda mais subalternas na divisão internacional do trabalho (LUCE, 2011; MARINI, 2012). Em outras palavras, a produção capitalista, mundializada, condicionou níveis intermediários de acumulação, de composição orgânica do capital. São os chamados países de semi-periferia (WALLERSTEIN, 2001).

Não basta, todavia, estar situado nestes níveis intermediários de composição orgânica do capital (MARINI, 2012). É preciso que sua economia esteja ainda orientada à realização de mais-valia no exterior, e que tenha condições inclusive políticas de realizar esta expansão, além do acesso a uma força de trabalho mais barata, da exportação de manufaturas e do controle de recursos energéticos e naturais de outros países (LUCE, 2011; MARINI, 2012). Sobre o sub imperialismo, Marini (2012, p. 156-157) afirma que

na prática, isso se traduz, em primeiro lugar, no impulso da economia brasileira em direção ao exterior, no afã de compensar sua incapacidade de ampliar o mercado interno através da conquista de mercados já formados, principalmente na América Latina. Esta forma de imperialismo conduz, no entanto, a um sub imperialismo. Efetivamente, não é possível para a burguesia brasileira competir em mercados já repartidos pelos monopólios estadunidenses (...). Não lhe resta, portanto, outra alternativa a não ser oferecer a estes uma sociedade no próprio processo de produção no Brasil, usando como argumento as extraordinárias possibilidades de lucros que a contenção coercitiva do nível salarial da classe operária contribui para criar. O capitalismo brasileiro se orientou, assim, rumo a um desenvolvimento monstruoso, posto que chega à etapa imperialista antes de ter conquistado a transformação global da economia nacional e em uma situação de dependência crescente frente ao imperialismo internacional. A consequência mais importante desse fato é que, ao contrário do que ocorre com as economias capitalistas centrais, o sub imperialismo brasileiro não pode converter a espoliação que pretende realizar no exterior em um fator de elevação do nível de vida interno, capaz de amortecer o ímpeto da luta de classes. Em vez disso, devido a sua necessidade de proporcionar um sobrelucro a seu sócio maior estadunidense, tem que agravar violentamente a exploração do trabalho nos marcos da economia nacional, no esforço para reduzir seus custos de produção (MARINI, 2012, ps. 156-157).

Como resultado da expansão de sua atividade econômica, com criação de 14,7 milhões de empregos entre 2003 e 2010 e relativa inclusão social ao consumo, sem, no entanto, nenhuma superação de sua condição de dependente, o Brasil redimensionou-se no rol dos principais países da geopolítica mundial. Uma das principais características do subimperialismo é o avanço da política externa, em uma relação de cooperação antagônica, em relação à maior potência capitalista internacional, os Estados Unidos.

Desde 2003, com o início do Governo Lula, ocorrem alterações importantes na política externa, que em grande medida explicam a presença do país no Haiti. Referindo-se a estas mudanças, Souza Neto (2011) considera que

podemos citar a atuação crescente de outros órgãos e agências na condução e na elaboração da política externa. Dentre esses atores destacamos o envolvimento cada vez maior do Congresso Nacional, como ilustrado nos debates sobre: a participação na Minustah (sigla em francês para Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti, criada em 2004), em que foi criticada a participação do Brasil, inclusive questionada a continuidade da presença brasileira no Haiti; o caso da aprovação da adesão da Venezuela ao Mercosul, em que membros da oposição postergaram a votação para pressionar o governo; e a postura crítica de alguns parlamentares em relação ao posicionamento frente à Cuba, Irã, Honduras e Bolívia, sendo este último quando da nacionalização da exploração dos hidrocarbonetos em 2005 promovida pelo governo Evo Morales (SOUZA NETO, 2011, p. 102).

Como suporte da expansão econômica, necessita cada vez mais ocupar os postos da gerência capitalista internacional, como o Conselho de Segurança da ONU (SEITENFUS, 2014), por exemplo, e de criar estruturas sub-regionais de representação e defesa estratégica, visando resguardar seu projeto de expansão econômica na região. Inserem-se nessa estratégia o Conselho Sul-Americano de Defesa (CSD) e a União Sul-Americana de Nações – UNASUL (LUCE, 2011). É justamente nesses espaços em que ocorre uma importante transformação da política externa brasileira, qual seja, a sua militarização – elevada em quantidade e qualidade na ocupação do Haiti. A integração das Forças Armadas à política externa teve como principal formulação a Estratégia Nacional de Defesa (END), de 2008. Para Souza Neto (2011), “os impactos poderão ser sentidos no aumento da cooperação militar e de defesa na América do Sul e nos países de língua portuguesa e no interesse em um maior envolvimento do país em missões de assistência humanitária e operações de manutenção da paz” (SOUZA NETO, 2011, p. 110).

Comercialmente, há de se destacar como alteração importante deste período a criação, ainda em 2003, do Fórum Índia, Brasil e África do Sul (IBAS), origem da criação da iniciativa dos BRICS (que envolve Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). A busca pela ampliação de sua “área de influência” não contempla mais apenas a América do Sul, mas cada vez mais também a África, a América Central e o Caribe.

No caso da África, a região se constituiu como uma prioridade do governo Lula, tendo o presidente realizado 11 visitas ao continente (até junho de 2010) e aberto novas embaixadas nos países africanos. Historicamente a região tem sido alvo do interesse da diplomacia brasileira, seja pela

proximidade cultural, pela contribuição da matriz africana à formação do povo brasileiro e pela proximidade linguística, pelo interesse comercial em buscar no continente mercados e oportunidades para as empresas e produtos brasileiros, ou até mesmo, o interesse em garantir a segurança de um ambiente geográfico comum, o Atlântico Sul (SOUZA NETO, 2011, p. 107).

A expansão econômica, ainda marcadamente nos marcos da economia dependente, passa a pressionar a política externa brasileira a uma maior participação diplomática (SEITENFUS, 2014). Essa pressão, inclusive, acaba por derrubar princípios adotados anteriormente, como a da não intervenção em missões que demandem o uso da força. É neste sentido que ocorre a presença nas missões militares de estabilização promovidas pela ONU, e particularmente a participação como coordenador no caso do Haiti – em uma conjuntura em que as forças militares de outras potências concentravam-se na chamada guerra ao terror no Oriente.

Sob o véu da liderança das forças de paz no Haiti, a presença brasileira no país é condicionada pelos fatores acima descritos, o que explica a forte presença de empresas brasileiras no mercado local e a ação estratégica especialmente daquelas empresas que se ocupam da reconstrução do país, as empreiteiras e grandes construtoras brasileiras (SEITENFUS, 2014). Ademais, havia e há ainda o interesse brasileiro em criar, a seu modo, uma estrutura latino-americana integrada apta a suportar a expansão de suas empresas ao exterior e ainda de mostrar ao mundo, particularmente ao Conselho de Segurança da ONU, a capacidade brasileira de intervir e arbitrar conflitos sociais armados, de modo a candidatar-se a um assento neste Conselho (SEITENFUS, 2014).

Com tais objetivos, o governo brasileiro assumiu postura resignada quando da deposição do presidente democraticamente eleito no Haiti, Jean-Baptiste Aristide, em 2004 (LUCE, 2007; SEITENFUS, 2004), e não tardou em reconhecer Gerard Latortue como presidente interino do país (LUCE, 2007). Este, por sua vez, solicita à ONU o envio de uma missão da organização no país. Para Werner Pereira (diretor do Centro Cultural Brasil – Haiti, órgão vinculado ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil) essa solicitação deve ser entendida em um contexto mais amplo, de pressões externas sobre o país e de subalternidade de suas classes dirigentes (SEITENFUS, 2014).

Eu digo isso como pessoalmente, eu digo isso como Werner, não como alguém que representa o Brasil aqui, digo como quem pesquisou o Haiti um tempo, acho que essa é uma ocupação mesmo, tem alguns sinais disso, tem vários... a gente tem sim um Haiti que autorizou, formalmente, essa missão, é

verdade, com alguns argumentos. Mas é um Haiti que, a gente não vai ser inocente, que no cenário internacional não tem a mesma força política dos Estados Unidos, então eu não vou.. né, acho um pouco raso né dizer isso. Como alguns dizem, sim a ONU autorizou, o Brasil autorizou pelo menos quanto à nossa parte, como brasileiro prá vir prá cá, o Haiti teoricamente solicitou. Formalmente os rituais foram seguidos (...) Sinceramente, eu sei que tem um círculo e temos que fazer essa crítica: tem a corrupção haitiana, tem uma série de pessoas aqui também que são a favor de vender o seu país e de dar enfim, de manter um pensamento quase que neocolonial, manter uma relação de dependência e que ganha muito com isso sim, como todos os países tem os seus traidores (Werner Pereira, 2016).

Após a solicitação, efetivada pela ONU, o Brasil assume, ato seguinte, a coordenação da missão de estabilização do país.

Ao assumir o comando da Minustah (Missão Internacional das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti) e o envio de maior contingente de tropas ao Haiti, o Brasil poupou maior esforço dos Estados Unidos no momento em que estes sofrem desgaste com a resistência à ocupação do Iraque. Por esta razão, a Minustah veio a se constituir no principal elemento de cooperação do governo brasileiro com o Departamento de Estado na estabilização da conflitividade social da América Latina (LUCE, 2007, p. 48)

O subimperialismo brasileiro, portanto, utiliza-se de uma aparência benévola, no sentido que lidera forças de estabilização e de paz no país, não obstante ter uma essência econômica que reside na busca por fontes energéticas e naturais e no lucro oferecido pelo vantajoso negócio das (re)construções (SEITENFUS, 2014). Na correlação de forças do subimperialismo brasileiro, a presença no Haiti constitui uma especificidade, é o único país “ocupado” pelo Brasil em que a dimensão militar desta presença sobrepõe-se à dimensão econômica, embora esta seja a determinante. O conceito de “cooperação antagonica” (LUCE, 2011; MARINI, 2012) é essencial para elucidar esta questão: embora a atuação brasileira no país se dê no sentido das forças de estabilização e de contenção dos movimentos sociais e populares, no resguardo da estrutura de classes interna e na manutenção dos interesses capitalistas na região (cooperação com o capitalismo mundial, especialmente com o imperialismo norte-americano), existe um alto grau de especificidade dos próprios interesses nacionais brasileiros no país (antagonismo com outras forças imperialistas, como Estados Unidos e França). Essas especificidades apontam sobretudo para o acesso a fontes de matérias-primas, a construção de estradas, portos e refinarias e desenvolvimento de projetos nas áreas de comércio, saúde e educação²⁶. Sobre estes últimos, Cláudio Teixeira, Vice-Cônsul do

²⁶ Segundo Seitenfus (2014), entre 2004 e 2014 o Brasil alocou nestes projetos soma superior a US\$1 bilhão. Assim como os projetos desenvolvidos por outros países, a relação da sociedade haitiana com os programas e ações implementados por países estrangeiros é caracterizada pela ausência de apropriação

Brasil no Haiti, entrevistado na Embaixada Brasileira no Haiti em Junho de 2016, afirma que

a cooperação técnica a gente tem alguns programas, né, eu, enfim, antes de descer aqui pro setor consular, eu trabalhei um pouquinho em cooperação técnica, e nós temos agora, né, o que tem são três programas bem grandes aqui. Um na verdade é a continuação na área da saúde. O Brasil foi o primeiro país a contribuir com o Fundo de Reconstrução do Haiti e naquela altura fez um aporte de 40 milhões de dólares, que somente agora, no início deste ano, então, foi tomada uma decisão, foi dado um destino a este montante: então 20 milhões vão para a área de saúde, na verdade vai ser uma continuação de um programa que a gente já mantinha aqui no Haiti com eles aqui; 17 milhões serão aplicados no centro que deverá ser construído pelo SENAI aqui, Centro de Capacitação Profissional; 2 milhões na área da agricultura para terminar o programa que a gente vem fazendo aqui, já há uns três anos, que é pra melhoria do gado e também melhoria das sementes aqui no plantio, e 1 milhão a gente contribuiu para as eleições, para o primeiro turno das eleições ocorridas no ano passado. Além destes três grandes programas, a gente já mantinha aqui um programa da ordem de 2 milhões de dólares chamado “Let a Go Go” que a gente contribuía com o leite para a merenda escolar, de muitas escolas aqui no Haiti. Esse programa terminou no ano passado e aí começou um outro programa. Isso aí tudo também com a FAO, com a FAO não, desculpa, com o Programa Mundial de Alimentos (PMA). Agora nós estamos com outro programa em que nós estamos contribuindo. Basicamente a ideia é a mesma, chama-se Programa de Merenda Escolar e a gente contribui com os pequenos agricultores para poder enfim fazer o plantio (Cláudio Teixeira, 2016).

Também na área da segurança pública e tráfego urbano existem projetos definidos por Cláudio Teixeira e Tarcísio Dias, ambos Vice-Cônsuls do Brasil no Haiti, como de “cooperação técnica”: “Nós temos outros programas que estão tentando sair do papel como a contribuição com a Policia Nacional do Haiti, com a nossa Polícia Rodoviária Federal, para poder, tentar, diminuir os acidentes no trânsito e também de primeiros socorros, né”. Tanto Teixeira como Dias destacam que a cooperação existente entre os dois países, além de técnica, é também, sobretudo após o terremoto, humanitária, no que reiteram a diferença dos projetos brasileiros com os de outros países:

Na verdade, a linha de cooperação brasileira ela foge um pouco da cooperação tradicional que fazem outros países, e aí a gente pode até dizer que ela é mais ou menos voltada para a área humanitária, né, porque já há muitos anos... Esta não é a primeira vez que eu trabalho com cooperação, mas a nossa cooperação realmente está voltada para a transferência de conhecimento, tecnologia, para o país receptor desta cooperação. Diferente de outros países que, enfim, prestam cooperação mas acabam no final, o resultado, sempre visam uma oportunidade comercial. Eu te ensino como é que você planta mas depois eu te vendo equipamento, te vendo os venenos,

destes projetos por parte da sociedade haitiana (SEITENFUS, 2014). A profusão destes projetos e seu escasso impacto na realidade haitiana promove a existência de duas expressões muito significativas sobre a natureza da ajuda internacional ao Haiti: “cemitério de projetos” e “Haitong”.

sabe? Então eu acho que intensificou sim depois de 2010 com o terremoto a nossa cooperação, inclusive nós fizemos a construção de 3 hospitais aqui e o que nós sabemos é que foi o projeto de maior aporte financeiro brasileiro, foi esse com a construção desses 3 hospitais. Que hoje um deles está funcionando com a capacidade de 90% e os outros dois serão talvez 50% e esses recursos financeiros do Fundo de Reconstrução do Haiti vão ser aplicados exatamente em treinamento de pessoal e capacitação e na verdade até um pouco de manutenção, né, destes hospitais, porque se não houver essa ajuda, os hospitais acabam ficando, enfim, sem utilização por falta de recursos para colocar em manutenção mesmo. Então eu acho que foi bastante intensificada essa cooperação depois do terremoto (Cláudio Teixeira, 2016).

Não podemos perder de vista, todavia, que o antagonismo, adjetivação da relação, mesmo em seus momentos mais tensionados (como quando após o Terremoto) e mesmo que sejam fundamentais as diferenças existentes entre os projetos específicos do Brasil no Haiti em relação ao de outros países, não chega a alterar a situação, substantiva, de cooperação no marco geral da intervenção externa na região (LUCE, 2011), que mais que aliviar, tem agravado os problemas estruturais vigentes. E não altera também as próprias condições materiais de vida no Haiti – condições estas cuja precariedade opera, historicamente, a formação de fatores estruturais de expulsão populacional do país. Em outras palavras, a presença externa, mesmo com um sem número de ONGs e projetos internacionais, tem sido incapaz de promover o desenvolvimento econômico e social no país. Atuando no Haiti e observando a atuação destes organismos externos, Werner Pereira argumenta que

Eu acho que, neste caso, ‘ajuda externa’ realmente... As palavras, eu sigo um pouco do que eu vejo no livro do Ricardo Seitenfus... Eu acho, não só do Haiti hoje, outras ocupações que a gente vê, eu acho que a ONU ela tem infelizmente essa... ele [Seitenfus] classificou como talvez o maior fracasso da ONU em termos de ocupação de paz, né. Então eu acho que a polêmica ela aí ela é muito difícil de contra argumentar, isso que ele falou. Ele tem uma experiência enorme, acabou virando uma base de referência bibliográfica, porque ele falou muitas coisas de dentro né da ocupação. Ao mesmo tempo, você tem então esse cenário de... Eu acho que historicamente o Haiti já sofreu muito com isso, é muito frágil a esse tipo de ação e você pode ter, por um outro lado, várias pessoas, eu diria iniciativas até pessoais, iniciativas de missionários, ONGs, pessoas dentro da própria Minustah. Eu conheço essas iniciativas, são louváveis, de, por exemplo, militares que vieram prá cá e sentiram que não estavam em um país tão perigoso assim, quando na época a ONU classificava como zona vermelha, e conseguiram, por exemplo, um curso de pedreiro, (...) e abriram cursos, por exemplo, de encanador, de uma série de áreas em que eu diria que estavam querendo construir ali uma possibilidade de... A gente sabe que o que mais falta no Haiti, e eu digo isso como quem mora no Haiti, que é a estrutura, a educação, saúde, é tudo isso que a gente diz, saneamento básico, eu acho que isso sim é uma forma de apoio que falta ainda e que foi pouquíssimo trabalhada. Essa ação que eu disse agora ela foi muito pontual, de um pequeno grupo, então eu acho que tem várias cabeças dentro dessa missão, e tem muitas que tem bons interesses, mas muitas vezes elas não têm o poder suficiente de fazer o que deve ser feito, o que é prioritário. Os custos desta missão são muito grandes,

em termos financeiros mesmo. É um dinheiro que poderia ser revertido para outras coisas. Eu digo isso como pessoalmente, eu digo isso como Werner, não como alguém que representa o Brasil aqui, digo como quem pesquisou o Haiti um tempo, acho que essa é uma ocupação mesmo, tem alguns sinais disso (...). Então, eu não acho que se ofertasse aqui, com todo o dinheiro que já chegou no Haiti, não só da Minustah, mas de toda a ajuda internacional, isso está dentro de um quadro maior, que tem muita grana de outras áreas que vem através de ONGs, missões evangélicas e tal e de outras religiões, se todo esse dinheiro fosse revertido para educação, para saúde e para estrutura, eu acho que a gente teria um Haiti que estaria muito melhor que muitas regiões de muitos outros países, porque é muito dinheiro para um país pequeniníssimo (Werner Pereira, 2016).

Ademais, a presença brasileira no país, seja militar ou econômica, apresenta também a ideia de um “Brasil potência” (ZIBECHI, 2012) à milhões de haitianos sem perspectivas de reprodução social de sua existência no país – essas ideias são fundamentais para a constituição da “migração de dependência”. Como indicado por Saskia Sassen (SASSEN, 1988), esta presença estrangeira incide objetiva e subjetivamente na vida dos habitantes locais, inserindo no imaginário e no próprio projeto migratório deles a possibilidade de migrar ao país estrangeiro. Historicamente, o sistema capitalista mundial cria e recria estes laços, levando muitos autores a conceituar estes migrantes de “migrantes coloniais” (BINFORD, 2007; COVARRUBIAS, 2010). O caso do Brasil e sua presença subimperialista no Haiti, no entanto, é um fenômeno diverso: o Haiti não é e nunca foi colônia brasileira. A própria presença brasileira no país é relativamente recente, como são recentes os fluxos de haitianos para o Brasil. Há uma relação íntima entre a presença do Brasil no país e a vinda dos primeiros haitianos ao Brasil. Esta relação nos leva a refletir, ainda que de forma breve e inicial, na capacidade de o subimperialismo condicionar a dinâmica migratória internacional, e criar e impulsionar um fluxo específico entre o país objeto da expansão subimperialista e o país que a promove efetivamente. Leva-nos, por consequência, a ousar definir tal fluxo como “migração de dependência”.

Embora não utilizando explicitamente a categoria do subimperialismo, esta relação acima indicada já fora percebida por autoras que são referência no estudo das migrações (SALES, 1996; PATARRA, 2012). Sales (1996) não hesita em relacionar a migração de paraguaios ao Brasil com o fenômeno da expansão da posse de propriedades agrárias paraguaias por fazendeiros e empresas brasileiras. E vai inclusive além: insere esta presença brasileira no país vizinho no âmbito da dinâmica expansiva da agricultura brasileira, que se alastra aos países do Cone Sul mantendo o padrão agrário concentrador, latifundiário, e da oposição a este modelo, analisando

concretamente as lutas travadas no campo e o surgimento do MST. Trata-se de uma pista importante de como o desenvolvimento do capitalismo dependente no Brasil, que engendra o fenômeno do subimperialismo, impulsiona o capitalismo brasileiro ao exterior e motiva a criação de fluxos migratórios particulares. Tais fluxos, como apontam o caso específico dos paraguaios, movem milhares de migrantes para as cidades brasileiras. Dentro desta lógica, evidencia-se uma relação entre a presença paraguaia no Brasil e a própria presença brasileira no Paraguai.

Para as hipóteses deste trabalho, convém destacar que esta presença brasileira no Paraguai não se dá ao acaso, senão que é produto das leis próprias do desenvolvimento do capitalismo dependente: o crescimento industrial desproporcional às capacidades de consumo em nosso país (MARINI, 2012) gerou uma pressão pelo controle das fontes energéticas no Paraguai (CODAS, 2008), particularmente a energia das hidrelétricas, através do controle sobre Itaipú, e, por outro lado, as exigências da economia importadora brasileira ultrapassaram os limites territoriais do país (SALES, 1996), e buscaram também o acesso e o monopólio da terra no Paraguai, através do que uma extensa parcela do território fronteiriço passou a ser controlado por produtores de soja brasileiros. Estes dois movimentos de pressão condenam parcelas imensas do território paraguaio à inundação por barragens e também concentram a propriedade da terra no país. O resultado é a intensificação de um fluxo migratório que se dirige também ao Brasil, como tem ocorrido nas últimas décadas. O último Censo apurou que 24.610 pessoas migraram do Paraguai para o Brasil entre 2005 e 2010, constituindo este como o terceiro maior fluxo recebido pelo Brasil neste período, atrás apenas de Japão, em segundo, e Estados Unidos, em primeiro²⁷.

Percebe-se, com isto, que o subimperialismo brasileiro pode sim condicionar fluxos migratórios específicos. Esta percepção é reforçada por Patarra (2012). Ao referir-se à deterioração das condições econômicas e sociais no Haiti, Patarra (2012), afirma que “neste quadro, a presença do Brasil no Haiti, no comando da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti – Minustah, iniciada em 2004, foi fator de fundamental importância na inserção do país no quadro dos destinos procurados pelos

²⁷ Em que pese a importância do dado, deve-se considerar que muitos destes migrantes são, na realidade, retornados. Mesmo assim, estão sujeitos, logicamente, à atuação dos fatores que condicionam o processo migratório rumo ao Brasil.

haitianos que buscavam fugir da miséria e da desordem social” (PATARRA, 2012, p. 13).

Concorrem para isto as ideias colhidas junto aos militares brasileiros no país, as atividades organizadas no Haiti pelo governo brasileiro, incluindo de visitas de Estado do Presidente Lula até amistosos da seleção brasileira e um conjunto de informações bastante imprecisas sobre a vida no Brasil.

Destaca-se que há pouca informação objetiva ao alcance dos migrantes haitianos. A maior parte da mesma, no que se refere às condições de vida no Brasil, provém dos retratos que fazem os meios de comunicação de massa, não são numerosos e usualmente estão baseados nos esportes, rumores propagados por traficantes, e o boca a boca anedótico através da Construtora OAS, companhia brasileira que construiu várias estradas na metade sul do país, e o Batalhão Brasileiro Minustah. Há uma compreensão generalizada de que existem oportunidades laborais no Brasil para trabalhadores não qualificados, os vistos são relativamente fáceis de obter e a suposição de que o Brasil não deporta aos migrantes irregulares. Os migrantes que esperavam radicar-se de modo permanente no Brasil eram uma minoria. Aqueles que buscavam apenas residir de modo temporário, em termos gerais esperavam poupar de 10.000 a 20.000 dólares por ano (a estimativa resulta das discussões com os grupos focais). Entre os migrantes que buscam residir de maneira permanente, suas expectativas incluíam a compra de um veículo e uma casa, e dispor de fundos suficientes para trazer toda a sua família ao Brasil e cobrir suas necessidades materiais com um único salário. Quanto aos migrantes mais jovens, suas expectativas principalmente estavam associadas ao acesso a uma educação superior (METZNER, 2014, ps. 15-16).

Estas informações imprecisas sobre as condições de vida e de trabalho no Brasil, vinculadas no Haiti, tornam-se atraentes em um contexto de crise econômica e política permanente vivido por um povo que já possui reconhecida tradição migrante. Segundo Fernandes e Faria (2016), estas informações têm origem, também, em redes de tráfico de pessoas existentes no país. Referindo-se a trabalho de Louidor et al (2011), Fernandes e Faria (2016) indicam haver

pelo menos duas redes de tráfico que recrutam cidadãos no Haiti, principalmente no oeste e norte do país. Estas redes prometem trabalho e estudos em países da América Latina e até mesmo nos Estados Unidos e Europa; utilizam Cuba e a República Dominicana como países de trânsito e dirigem os imigrantes ao Equador, onde abandonam suas vítimas. É possível que o início da imigração para o Brasil também esteja atrelada a esta rede, uma vez que a maioria dos haitianos não permanece no Equador (FERNANDES e FARIA, 2016, p. 95).

Os chamados coiotes propagam, então, a ideia de que o Brasil tem permanecido imune à crise econômica, de que há abundância de trabalho disponível e facilidades de entrada, documentação e permanência no Brasil (FERNANDES e FARIAS, 2016). O preço cobrado pelo agenciamento, prometem, seria obtido logo nos primeiros meses no

Brasil. Na prática, o alto valor cobrado e a necessidade de angariá-los com parentes e amigos faz com que o projeto migratório haitiano ao Brasil frequentemente se converta em projeto familiar.

A capacidade de a presença do Brasil no Haiti condicionar fluxos migratórios de haitianos ao Brasil é apresentada também por relação bibliográfica levantada por Fernandes (2014), segundo o qual “alguns autores indicam que a presença das tropas brasileiras no Haiti poderia ter contribuído para disseminar a ideia do Brasil como país de oportunidades, principalmente no momento em que grandes obras estavam em execução e a taxa de desemprego em descenso” (FERNANDES, 2014, p. 12).

Essa proposição encontra respaldo teórico (PATARRA, 2012; PERAZZA, 2014) e reverbera nas próprias palavras do Vice-Cônsul brasileiro no Haiti, Cláudio Teixeira. Ao referir-se à presença de soldados brasileiros no país e o convívio destes com cidadãos haitianos, Teixeira argumenta de modo a sinalizar concordância com essa hipótese.

Nós temos aí agora cerca de 850 militares. Já ouvi dizer que esse número já foi de 1.600 pessoas, que ultrapassou 2.000, mas com certeza essa nossa liderança, essa missão de paz aí ela é muito efetiva, é eficiente, né? E há uma simpatia, uma proximidade muito grande do haitiano com o brasileiro. Então de vez em quando eu vou aqui na janela e as vezes vêm alguns militares, às vezes a pessoa precisa fazer uma procuração para resolver algum problema lá então eles vêm aqui no Consulado e normalmente eles vem aqui com um carro de campanha deles, né? Então vem o interessado, sobe aqui e fica um ou dois lá no veículo militar e a gente vê daqui: os haitianos já chegam, querem conversar com eles, sabe? (...) Então eles são muito bem vistos aqui, pelo menos para a população haitiana, e pela própria Minustah aqui, que é a representante, a ONU né, sempre que tem cerimônia lá no Brabat ela sempre tá presente, ela sempre enaltece muito o trabalho do Exército brasileiro, então com certeza eu acho que contribuiu muito o trabalho do Brasil aqui (Cláudio Teixeira, 2016).

Questionado diretamente sobre se essa contribuição seria também à constituição do fluxo, em nossos termos à formação da “migração de dependência”, Teixeira responde “sim”, no que o também Vice-Cônsul brasileiro no Haiti, Tarcísio Dias, concorda:

Eu acho que eles deram o ponta pé inicial nessa vontade que eles têm de irem pro Brasil né? Eu acho que a Minustah ela tem um trabalho fundamental, né, porque eu acho que se eles tivessem feito um trabalho... mal trabalho, né, com certeza poderia até existir o visto humanitário, né, mas acho que a procura e a busca não seriam tão grande. Com certeza o trabalho inicial foi sim da Minustah, o trabalho pioneiro foi da missão brasileira (Tarcísio Dias, 2016).

Além desta presença, há de se destacar também, segundo Fernandes (2014), que as obras para a Copa do Mundo de 2014 e para os Jogos Olímpicos de 2016 na cidade do Rio de Janeiro empregaram muitos trabalhadores estrangeiros. Ainda segundo Fernandes (2014), é possível citar também como causa “a realização do Jogo da Paz como fator que contribuiu para disseminar a imagem do Brasil naquele país” (FERNANDES, 2014, p. 12), bem como a ida do ex-Presidente Lula ao Haiti, em fevereiro de 2010, quando ele discursou ao povo haitiano e diz que eles seriam muito bem recebidos no Brasil (COSTA, 2012). Esse discurso teria operado na prática como um convite à imigração haitiana (FERNANDES, 2014).

A presença brasileira no Haiti se desenvolve, também, em aproximadamente 40 projetos implementados no âmbito do Acordo Básico de Cooperação Técnica Bilateral de 2004. Estes projetos, muitos dos quais se dão em parceria com outros países também presentes no Haiti, se dão nas áreas de agricultura, segurança alimentar, formação técnica e profissional, saúde, segurança, educação, justiça, esportes e meio ambiente, entre outros (ZAMBERLAM et al, 2014). Vejamos brevemente alguns exemplos ilustrativos dessa presença brasileira no Haiti: há projetos de dois Ministérios, o da Justiça, no qual a Polícia Federal brasileira capacita membros da Polícia Nacional do Haiti, e da Saúde, com investimentos em construção de hospitais, institutos de reabilitação, centros de assistência, laboratórios de vigilância epidemiológica e distribuição de vacinas. Ademais, há iniciativas de empresas como EMBRAPA, SENAI, SENAC e a FIOCRUZ.

Na ausência de informações ou na divulgação de informações imprecisas, o Brasil se consolida como um destino emigratório importante, em especial com a crise capitalista nos países de centro, como Estados Unidos e França, que incidiu diretamente sobre as condições laborais da classe trabalhadora nestes países (BARRICARTE, 2010; SILVA e MEDEIROS, 2009). Um aspecto particularmente importante desta imprecisão de informações é produzido pelo próprio exército brasileiro no Haiti. Conforme destacado por Perazza (2014), a miscigenação das forças militares brasileiras não raras vezes produz situações em que um militar negro encontra-se em posição hierárquica superior a um militar branco. Aos olhos dos haitianos, isto é visto como a expressão de um país em que um negro pode emitir ordens a um branco, ou seja, um país racialmente democrático. Poucas ilusões se desfazem tão rapidamente quanto esta.

As expectativas construídas em relação ao Brasil não são correspondidas pela realidade que encontram quando chegam ao país (FERNANDES, 2014; PERAZZA, 2014; MAGALHÃES e BAENINGER, 2016). As duras condições da viagem, as ameaças constantes dos coiotes, a espera pelos documentos já no Brasil, as dificuldades de emprego e de salário e a discriminação racial e social no Brasil são algumas das principais dificuldades que formam o mosaico de um país que não acolhe dignamente os imigrantes haitianos (SILVA, 2016). De outro lado, a mudança na condução da política econômica na passagem do segundo governo Lula ao governo Dilma – e intensificada agora com o aprofundamento desta política econômica liberal pelo Governo Temer – significou o retorno da ortodoxia, com o arrefecimento do crescimento econômico e o aumento da fragilidade e vulnerabilidade em relação às crises externas. Por tal razão, também no mercado de trabalho a realidade que os imigrantes haitianos encontram no Brasil não corresponde àquela que os atraiu no Haiti (FERNANDES, 2014; PERAZZA, 2014; MAGALHÃES e BAENINGER, 2016).

A relação entre subimperialismo e fluxos migratórios não é, certamente, direta ou causal. Trata-se, melhor dizendo, de fenômenos vinculados, associados. O subimperialismo, como vimos anteriormente, se insere em uma conjuntura nacional que reúne fatores de expulsão populacional que vêm sendo produzidos desde a retomada imperialista no país. Ademais, esta conjuntura viu-se agravada pela destruição material, abatimento moral e caos sanitário causado pelo terremoto de 2010. Todavia, é inegável também que a presença brasileira e a vinculação da ideia de um Brasil pujante, potência, no imaginário e no horizonte migratório haitiano consolidam o Brasil como país de destino de milhares de haitianos. A “migração de dependência” daí derivada traz em si a busca de melhores condições de vida e de trabalho. Essas ideias costumam ser tão imprecisas quanto equivocadas:

Destaca-se que há pouca informação objetiva ao alcance dos migrantes haitianos. A maior parte da mesma, no que se refere às condições de vida no Brasil, provém dos retratos que fazem os meios de comunicação de massa, não são numerosos e usualmente estão baseados nos esportes, rumores propagados por traficantes e o boca a boca anedótico da Construtora OAS, companhia brasileira que construiu várias estradas na metade sul do país, e o Batalhão Brasileiro da Minustah (OIM, 2014, p. 16).

Segunda a OIM (2014), portanto, a atuação brasileira no Haiti, seja econômica, através da Construtora OAS, seja militar, por meio da Minustah, contribui para a

propagação de uma imagem equivocada sobre o Brasil, que não corresponde à realidade, mas que é suficiente para impulsionar um fluxo migratório do Haiti ao Brasil.

Há uma compreensão generalizada de que existem oportunidades laborais no Brasil para trabalhadores não qualificados, que os vistos são relativamente fáceis de obter e há a suposição de que o Brasil não deporta os imigrantes irregulares. Os migrantes que esperavam radicar-se de modo permanente no Brasil eram uma minoria. Os que buscavam meramente residir de forma temporal no país geralmente esperavam poupar de 10.000 a 20.000 dólares por ano (a estimativa resulta das discussões com os grupos focais). Entre os migrantes que buscam residir de maneira permanente, suas expectativas incluíam a compra de um veículo e uma casa, e dispor de fundos suficientes para trazer a toda a sua família ao Brasil e cobrir suas necessidades materiais com um único salário. Quanto aos migrantes mais jovens, suas expectativas principalmente estavam associadas com o acesso a uma educação superior. Não se detectaram ou informaram casos de tráfico de pessoas. No entanto, houve sinais sobre a existência de uma rede profundamente arraigada de traficantes de seres humanos que buscavam lucrar com falsas promessas através de sua associação com fontes informais de crédito e de indivíduos que tratavam de comprar áreas de terrenos a preços preferenciais (OIM, 2014, p. 16).

Mesmo no âmbito daqueles espaços que buscam oferecer uma alternativa à presença econômica e militar brasileira no Haiti se percebe a proximidade deles com a formação de fluxos migratórios do país caribenho ao Brasil. Um desses espaços, o Centro Cultural Brasil – Haiti, é uma iniciativa do Ministério das Relações Exteriores do Brasil para apresentar a cultura brasileira aos interessados haitianos e gerar diálogo inter-cultural. O Centro Cultural Brasil – Haiti oferece, dentre cursos permanentes e esporádicos, o de língua portuguesa, que se desenvolve em até 5 níveis, cada um deles com duração regular de um semestre. Estes cursos são procurados por jovens estudantes haitianos residentes em Porto Príncipe que almejam, do conhecimento da língua portuguesa, construir uma trajetória migratória (seja de trabalho, de estudos ou de ambos) não tão precária quanto aquelas que se dão sem o domínio do idioma do país de destino. Daniel²⁸ é um destes estudantes: entrevistado durante o 41º encontro da Caribbean Studies Association, confirma que sim, faz o curso como parte da estratégia de migrar ao Brasil: “Sim. Eu tenho este plano que é não só um plano, que é também um sonho, porque gostaria de fazer um mestrado sobre migração para o Brasil e para a República Dominicana, em comparação. Acho que no futuro esse sonho pode se transformar em uma realidade”.

²⁸ Nome fictício. Todas as identidades dos haitianos entrevistados, sejam eles residentes no Brasil ou Haiti, serão preservadas utilizando nomes fictícios. Todas as demais informações são fidedignas.

O plano de Daniel é também o de muitos outros jovens estudantes haitianos, para os quais o curso de português é feito como estratégia de uma migração menos precária ao Brasil. A existência coletiva dessa estratégia é confirmada por Werner Pereira:

Tem uma faixa dos nossos alunos que é, eu diria, que tem essa intenção, geralmente aquela que não está 100% estável no Haiti. (...) São jovens, muitas vezes. A sua vida ainda não está ganha aqui, está mais aberta, e mesmo que não seja para fazer uma migração a curto prazo, mas eles cogitam, sim, fazer uma migração seja para depois fazer um mestrado no Brasil, tem alunos que estão seguindo cursos nas universidades aqui, às vezes, nas universidades públicas, e querem fazer um mestrado, então estão se preparando da melhor forma possível com um português prá chegar lá com um nível alto, tanto nos estudos quanto no português, quanto até de estabilidade da vida prá chegar lá e estudar mesmo (...). Então eles... eu acho que sim. Não todos, mas acho que uma parcela grande assim, talvez uns 20 a 25% assim tem intenções claras de ir pro Brasil (Werner Pereira, 2016).

Questionado sobre o perfil destes estudantes, que matriculam-se no curso de português para viajar ao Brasil, Werner indica que

são de níveis mais básicos, nível básico 1 e básico 2. A pessoa, quer dizer, ela pega um kit sobrevivência do curso de português e já vai pro Brasil. Os que estão, por exemplo, a partir dos níveis intermediário 1 que já começam ali a aprofundar na cultura brasileira e na língua portuguesa e tal essas pessoas elas querem ficar aqui e estão se programando prá ficar aqui. Em algum momento, podem ir prá lá, mas vai ser uma viagem diferente dessas pessoas que estão indo prá fazer uma migração, eu diria, por causa da pobreza. Aqui, elas estão indo prá trabalhar em uma coisinha um pouquinho maior, na área que ela acha que é mais a área dela, não vai estar satisfeita se ela chegar lá e trabalhar em uma área que ela não acha que é a área dela. Então tem alunos aqui que têm esse perfil. Esse eu diria que são uns 20, 25%. Aqueles que vão, assim é... eu diria, é muito pela sobrevivência, aquela coisa da situação econômica e vai topar qualquer emprego e às vezes trabalhos muito desumanos, essas pessoas, eu diria que a gente tem uns 25% dos nossos alunos pensando na migração e a gente tem é uns 10% não dentro destes 25%, uns 10% dos nossos alunos que são esses que ficam nos níveis básicos, pegam o kit sobrevivência e talvez vão (Werner Pereira, 2016).

Conclui-se, portanto, que também a partir desta dimensão da presença brasileira no Haiti, mais especificamente o curso de cinco semestres de português oferecido pelo Centro Cultural Brasil – Haiti, deriva-se a formação de um fluxo migratório ao Brasil, aqui proposto como “migração de dependência”, formado por jovens estudantes que buscam obter um nível básico de domínio do idioma para a construção de uma mobilidade não tão vulnerável e precária.

Capítulo 3 - Da Emigração do Haiti à Imigração Haitiana no Brasil

O Haiti adentra no século XXI, mantendo estruturas de produção dependentes e desenvolvendo formas coloniais de vinculação ao sistema capitalista mundial, todavia assentadas em relações de produção assalariadas (CASTOR, 1971; CASTOR, 1978). Desenvolve, na realidade, o seu subdesenvolvimento. Desde o período colonial, as formas de produção da riqueza no país criam-se completamente divorciadas das formas de circulação destas mesmas riquezas. Em outras palavras, a esfera de produção de mercadorias não coincide com a esfera de circulação destas mercadorias (MARINI, 2000). Isto define a constituição histórica do Haiti enquanto uma economia exportadora (MARINI, 2000; SEGUY, 2014). Suas riquezas não são consumidas por sua população, mas pela população de sua metrópole. Isto produz três movimentos que são indispensáveis para o entendimento de como o capitalismo dependente haitiano produz e reproduz historicamente os seus fatores de expulsão populacional.

O primeiro movimento é que, dado que a produção não exige consumo local, o salário não entra ou entra de forma mínima na definição do custo da mercadoria (MARINI, 2000). Em razão de o trabalhador não ser consumidor, seu salário pode ser pressionado e constrangido até o limite do suportável, que mesmo assim a mercadoria continuará sendo consumida nos mercados consumidores europeus e norte-americanos, a mais-valia nela contida não deixará de ser realizada. Esta é a principal “herança” que o sistema colonial deixa ao sistema operado pela grande indústria moderna e sua nova divisão internacional do trabalho (MARINI, 2012).

No centro dessa reflexão está a superexploração da força de trabalho, categoria importante para entender que a dinâmica descrita acima não se deriva, diferentemente do que apregoam as teses desenvolvimentistas, da natureza dos produtos que o país produz e exporta, mas sim da natureza das relações de produção com que estes produtos são elaborados. Isso explica, por exemplo, o fato de o processo de industrialização pelo qual passou o Haiti durante a ditadura de Jean Claude Duvalier (filho e sucessor do também ditador François Duvalier), entre 1971 e 1986, ter sido incapaz de significar melhora material das condições de vida do povo haitiano. O caráter dependente da expansão da indústria manufatureira no país se explica pela razão com que esse, mais que sanar as necessidades de subsistência da população haitiana, orientou-se a

aproveitar a mão-de-obra barata e abundante no Haiti, assim como sua proximidade em relação aos Estados Unidos, para prover o mercado americano de bens semi-elaborados ou elaborados, que vão desde simples

vestimentos até partes de complexos processos tecnológicos. A instalação destas fábricas (...) está dentro de um projeto de desenvolvimento (...) que oferece toda a sorte de facilidade ao capital estrangeiro: concessões ilimitadas, isenções fiscais, baixos salários, ausência de sindicatos e de greves (PIERRE-CHARLES, 1990, p. 225).

Logo, a industrialização logrou alterar a natureza dos produtos produtivos, mas não a natureza das relações de produção no país, ainda assentadas na superexploração (CASTOR, 2008) e na ausência de mercado interno de consumo (PIERRE-CHARLES, 1990), significando incremento das desigualdades regionais, de renda e do endividamento do Estado haitiano (PIERRE-CHARLES, 1990). O conceito de “industrialização dependente” (FRANK, 1978) ou “industrializante recolonizadora” (RIBEIRO 1983), neste sentido, se adequam a esta realidade, pois vincula às exigências do processo de valorização do capital em escala global as transformações na estrutura produtiva em escala nacional – que permanecem voltadas, com isso, às necessidades externas, constringendo as possibilidades de um desenvolvimento autônomo do país por um conjunto de razões:

Primeiro, porque impossibilita qualquer movimento de aceleração evolutiva que ensejaria sua integração autônoma na civilização emergente. Ao contrário disso, propicia apenas um desenvolvimento reflexo e dependente que aumentará, cada vez mais, a distância entre o núcleo cêntrico e os periféricos. Segundo, porque desnatura o próprio processo de industrialização que, em lugar de atuar como um movimento liberativo tal como o experimentado pelas nações autonomamente industrializadas, funciona como uma forma de recolonização que desgasta as potencialidades econômicas representadas por recursos poupados internamente e pela existência de um mercado interno em expansão. Terceiro, porque implanta grandes indústrias de bens de consumo, as quais, além de não serem automultiplicáveis, introduzem precocemente hábitos de consumo supérfluo ou ostentatório, impõem procedimentos industriais poupadores de mão-de-obra que agravam o desemprego e a marginalização. Quarto, porque, além de não produzir divisas, remete para fora lucros vultuosos, o que torna imperativa a consolidação do setor exportador tradicional de produtos primários que mantém enormes massas da população em condições miseráveis de existência. Em consequência, onera o balanço de pagamentos e produz um endividamento externo que aumenta com novos empréstimos destinados a pagar o custo desses enclaves. Quinto, porque internacionaliza as grandes empresas de todos os países, convertendo o empresariado nacional em um estamento cosmopolita, cujas lealdades se desnacionalizam para consagrarse, exclusivamente, à salvaguarda e à expansão do capitalismo superimperialista. Sexto, porque ao estruturar-se em cada país como núcleos financeiros podem atuar simultaneamente em diversos setores da produção, do comércio e dos serviços, adquirindo enorme flexibilidade que lhes permite explorar, em cada ocasião, os ramos mais rentáveis da economia” (RIBEIRO, 1983, pp. 31-32).

O segundo movimento é que, seja como economia colonial ou como economia formalmente independente, circunscrita na divisão internacional do trabalho (MARINI, 2000), o Haiti transfere valor. Na primeira modalidade, trata-se de transferência direta de valores, obtidos pela pilhagem, pelo saque, pelo monopólio comercial e outras

formas assentadas, em maior ou menor medida, no uso da força (FRANK, 1978). Na modalidade tipicamente capitalista, no entanto, esta transferência de valor se dá porque as exportações haitianas fazem recurso da superexploração da força de trabalho e com isto diminuem o custo unitário da mercadoria (MARINI, 2000). Esta mercadoria de menor custo será vendida aos preços correntes internacionais e permitirão assim, às classes dominantes haitianas, o acesso a uma mais-valia extraordinária, um lucro extraordinário (MARINI, 2000; MARINI, 2012).

Este benefício explica em grande medida a violência na contenção dos movimentos sociais e populares: trata-se de sua posição de classe que está em jogo (LUCE, 2007; SEGUY, 2014; SEITENFUS, 2014). Segundo Seguy (2014), “nenhuma empresa em 2013 cumpriu seu dever legal de pagar o mínimo salarial de 300 gurdes ao operário. Enquanto a lei vigente de 2009 sobre o salário mínimo pago nas empresas industriais e comerciais exige o piso de 300 gurdes a partir de outubro de 2012, todas as empresas adentraram no ano de 2014 pagando ainda o mesmo salário de 200 gurdes anterior a outubro 2012, na total impunidade” (SEGUY, 2014, p. 90). Os valores de salário mínimo são diários: pela legislação, 300 gourdes ao dia, na prática, 200 gourdes ao dia (SEGUY, 2014). A lei estabelece, portanto, que o valor do salário mínimo diário seja equivalente a US\$5 dólares (conversão cambial de 300 gourdes). Em trabalho de campo realizado em Porto Príncipe entre Maio e Junho de 2016, constatou-se que a alimentação em um bairro comercial e de serviços da capital, como Pacot e Taurgeaut, uma refeição costuma não ser encontrada por menos de 200 gourdes.

O terceiro movimento é que esta produção assentada na superexploração da força de trabalho e que chega a um custo inferior ao mercado internacional, permite a redução do valor da própria força de trabalho nos países centrais (MARINI, 2000), dado que se trata de uma produção que entra diretamente na cesta básica de reprodução da classe trabalhadora industrial (os chamados bens-salário). Logo, o valor real da força de trabalho nestas economias industriais poderá, também, ser pressionado. Isto permite deslocar, na economia industrial, o eixo da acumulação da mais-valia absoluta (que expressa o período inicial da indústria na Europa) à mais-valia relativa. A troca internacional entre o Haiti e as potências capitalistas, neste sentido, será a troca de bens que possuem valores diferentes (MARINI, 2000). E dado que a produção haitiana utilizou maior exploração do trabalho, ela produz mais valor, e transfere, portanto este valor. Isto explica as estratégias mais atuais de instalação de fábricas e plataformas no Haiti apenas para a exportação de mercadorias – as zonas francas livres de impostos e

os parques industriais (SEGUY, 2014). Esta é a forma específica atual com que a divisão internacional do trabalho tem se apropriado da localização e da superexploração do trabalhador haitiano para a produção de exportação “servir de zonas de concentração de empresas do vestuário, as quais, além de reduzirem assim seus custos de produção, gozarão também da maior liberdade para explorar a força de trabalho baratíssima que será disponibilizada no Haiti; aproveitarão de sua proximidade geográfica com os grandes mercados mundiais, tendo em vista o caráter pouco regulamentado deste país em relação às leis trabalhistas” (SEGUY, 2014, p. 298).

Segundo o que Marini (2005) postula e Seguy (2014) avaliza com os dados sobre salário no Haiti, para que estas mercadorias sejam consumidas no mercado internacional é fundamental para o capitalismo dependente haitiano, como vimos, que seu custo de produção seja reduzido, através da violação do valor da força de trabalho no país, que é remunerada aquém de suas necessidades (SEGUY, 2014), constituindo em um regime de superexploração desta força de trabalho (MARINI, 2000; MAGALHÃES, 2013). Este regime atinge a ampla parte da classe trabalhadora haitiana. Buscando identificar a existência de setores mais e menos remunerados na classe trabalhadora haitiana que permita uma diferenciação entre precariado e setores mais privilegiados, Seguy (2014) conclui que

o caso haitiano, até onde conseguimos acompanhar, não permite estabelecer tais diferenças pelo fato de que no Haiti não há como identificar, seja dentro do proletariado urbano seja nos trabalhadores agrícolas, nenhuma fração bem paga. O papel do Haiti na divisão internacional do trabalho simplesmente não oferece esse luxo ao proletariado haitiano. Sem esquecer também que se o assalariamento fosse o critério, a sociedade haitiana poderia se definir tanto pelo trabalho (vínculo empregatício) quanto pela ausência dele. Quase metade dos jovens haitianos não tem emprego no mercado formal. E falar em jovens é falar na maioria da população do país (SEGUY, 2014, p. 77).

A riqueza produzida, então, não é apropriada pela economia dependente haitiana. Deste modo, cada etapa de modernização no país passa a significar, na realidade, a atualização de sua dependência, ou, em outros termos, o desenvolvimento de seu subdesenvolvimento. A violação do valor da força de trabalho, portanto, intensifica o divórcio entre a esfera de produção e a esfera de circulação ou consumo de capital, “com o trabalhador recebendo um salário que o coloca muito aquém da capacidade de ser consumidor do produto por ele próprio produzido” (SEGUY, 2014, p. 87).

O desenvolvimento do subdesenvolvimento (FRANK, 1978) opera, historicamente, vinculando o Haiti de forma cada vez mais subordinada à divisão

internacional do trabalho, mesmo em relação a outros países igualmente dependentes, como a República Dominicana (CASTOR, 1978). Esta dependência não é uniforme e assume modalidades históricas específicas, condicionando movimentos migratórios também específicos. É neste contexto histórico em que situamos a migração haitiana ao Brasil.

Diante deste quadro, Seguy (2014) indica haver apenas três saídas individuais para a população haitiana. “Para os profissionais diplomados, o emprego mais cobiçado passa pelas ONGs; para a massa dos outros trabalhadores mais precários, a Internacional Comunitária se propõe a impor empregos nas ZFI (zonas francas industriais). Para todos, a terceira opção, alternativa às duas primeiras, é a emigração, mas em direção diferente: o Canadá para os primeiros; as Antilhas (hoje o Brasil) para os segundos” (SEGUY, 2014, p. 81).

Neste capítulo, trataremos da formação do fluxo migratório de haitianos e haitianas ao Brasil. Nossa preocupação fundamental será, inicialmente, a de inserir esse fluxo no cenário histórico dos processos emigratórios do Haiti e, também, a de refletir sobre as condições da emergência do Brasil como novo destino migratório, pós 2010.

A primeira preocupação expressa, em realidade, o entendimento, já apresentado, de que as migrações são um processo histórico, além de social. As contradições do desenvolvimento do capitalismo dependente no Haiti constroem, pelo menos desde o final do século XIX, fatores de expulsão populacional do país. Esses fatores, no entanto, não são sempre os mesmos, como também não encontram as mesmas conjunturas tampouco a população expulsa é atraída pelas mesmas forças e dos mesmos países. No Capítulo 2 desta Tese, nos debruçamos em alguns processos históricos dessa emigração (República Dominicana, Cuba e Estados Unidos) e vimos as particularidades de cada um desses fluxos. Inserir a migração haitiana nesse contexto histórico é, pois, importante, para indicar que essa migração, embora recente, é também produto de uma tradição migrante do Haiti, e vincula-se diretamente, portanto, às condições e contradições econômicas, sociais e políticas do capitalismo dependente haitiano.

A segunda preocupação, por sua vez, expressa a necessidade de se teorizar mais a fundo sobre as razões da emigração haitiana ter encontrado o Brasil nos últimos anos. A ideia de que se trata de um processo que, como vimos, remonta ao século XIX mas que somente após 2010 passa a se direcionar ao Brasil pode, no entanto, nos levar a alguns equívocos.

O primeiro equívoco é a redução das causas e condições da migração haitiana ao Brasil a apenas um de seus fatores: o Terremoto no Haiti de 12 de Janeiro de 2010. Frequentemente, o Terremoto é apontado como um fator migratório, quando não o principal fator desta migração, não apenas por reportagens jornalísticas como também por analistas do tema. Esquecem e omitem, com isso, que há emigração no Haiti desde o final do século XIX, sob as mais diversas condições e destinos; que o Terremoto se dá em um contexto de presença econômica e militar brasileira no país; que as próprias condições da economia brasileira vinham se alterando e “convocando” trabalhadores estrangeiros para seu mercado de trabalho. Trataremos com mais profundidade deste equívoco na seção a seguir (item 3.1: A migração haitiana ao Brasil) deste Capítulo.

O segundo equívoco é a redução dos próprios destinos da migração haitiana. Embora após 2010 o Brasil tenha se inserido no rol destes destinos, países como Estados Unidos e França continuam a atrair migrantes haitianos. A migração rumo aos destinos tradicionais não foi interrompida completamente, não obstante transformações importantes no mercado de trabalho e na inserção social que agravaram a seletividade migratória nesses países. Com o recente movimento de contração da atividade econômica brasileira, a própria imigração haitiana no Brasil está reorientando-se a estes destinos clássicos, como Estados Unidos, construindo novas mobilidades, para países como Argentina, Chile e Colômbia, e mesmo retornando ao Haiti. No Capítulo 4 desta Tese, trataremos com mais profundidade destas novas mobilidades e do retorno.

Precisamente, não apenas o Terremoto em si e seus efeitos como também as epidemias que se seguiram vieram a agravar a precária situação econômica e social do país. Agravam-se, em outras palavras, as forças de expulsão população do país. Mas o fato desta população orientar-se ao Brasil e não mais apenas aos destinos tradicionais da emigração haitiana é uma questão de fundamental importância, que nos remete, no entanto, às transformações recentes na economia mundial e sua divisão internacional do trabalho. Este é o objeto da seção a seguir.

3.1 A migração haitiana ao Brasil

Até o momento, elaboramos uma análise que partiu de níveis mais elevados de

abstração (crise capitalista, transformações na economia mundial, acirramento das tensões xenófobas nos países tradicionais da emigração haitiana) e reduziu-se a um nível intermediário (fenômeno do subimperialismo brasileiro e presença econômica e militar brasileira no Haiti). Agora, no entanto, reduziremos ainda mais o nível de abstração de nossa análise para refletirmos sobre o produto destas transformações que mais nos interessa: a imigração haitiana no Brasil.

Nesta seção, abordaremos as principais características da imigração haitiana no Brasil, de modo a contextualizarmos a própria presença haitiana em Santa Catarina. Será, também, o momento em que iniciaremos a construção de um perfil sociodemográfico desta presença, apresentando as principais variáveis para o entendimento deste fluxo e sua inserção social e laboral no Brasil.

Também será nessa seção em que passaremos a utilizar nova metodologia de pesquisa: além da revisão teórica, a pesquisa de campo de natureza qualitativa e a pesquisa em fontes de dados sociodemográficas e administrativas. Confirmamos, com isso, duas questões fundamentais da imigração haitiana no Brasil.

A primeira é a insuficiência para a análise deste fluxo dos dados censitários. Referimo-nos a um fenômeno que, embora possua, como vimos, raízes e condições históricas, ainda é recente, e toma corpo apenas após a realização do último Censo Demográfico brasileiro. Daí não termos a imigração haitiana contemplada pelas variáveis censitárias de imigração internacional, especialmente “Pessoas de 5 anos ou mais de idade que não residiam no Brasil em 31/07/2005, por sexo, segundo o país de residência em 31/07/2005”. Por isso, o estudo do fluxo requer necessariamente o acesso a outras fontes de dados, como as administrativas, como as da Polícia Federal e do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

A segunda é que, diante de um fenômeno social e histórico tão complexo, mesmo essas fontes de dados ainda são insuficientes: aspectos também importantes da inserção social e laboral não são contemplados por essas fontes, como a associação e participação política, a discriminação, as preferências sobre a cultura brasileira e as dificuldades no mercado de trabalho, no acesso à saúde pública e à educação nas cidades brasileiras.

Na seção seguinte, discutiremos um aspecto de fundamental importância para a

imigração haitiana no Brasil, qual seja, a criação de um visto humanitário específico aos solicitantes haitianos de refúgio.

Será nesta seção em que abordaremos, com base em distintas metodologias de pesquisa e fontes de dados, as características que compõem o perfil sociodemográfico da imigração haitiana no Brasil e sua vinculação no mercado formal de trabalho.

Além do trabalho de campo de natureza qualitativa, iremos, para levantar essas informações, utilizar outras fontes de dados, especialmente as administrativas, pois o último Censo Demográfico brasileiro, de 2010, não captou esse fenômeno. Essas fontes de dados são originadas de três órgãos administrativos: Conselho Nacional de Imigração (CNIg), Polícia Federal (PF) e Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

As estatísticas do CNIg apresentam as características das autorizações de trabalho (sejam temporárias ou permanentes) segundo sexo, grupo etário, escolaridade, grupo ocupacional, principais nacionalidades, Unidade da Federação (UF) de residência, Resolução Normativa utilizada e a situação da autorização (se autorizada, indeferida ou cancelada).

As estatísticas da Polícia Federal são originadas do já referido Sistema Nacional de Cadastramento de Registro de Estrangeiros – SINCRE, e apresentam informações sobre registro de estrangeiro, seja permanente, temporário, provisório, fronteiriço ou de asilado, segundo variáveis como a UF de residência, o ano de registro, o país de nascimento, o sexo do registrado, o seu grupo de idade e seu estado civil. Esta fonte de dados é particularmente importante pois não se referem apenas aos imigrantes haitianos vinculados ao trabalho, e tampouco ao trabalho formal, o que nos permite acesso a informações sobre dimensões outras da vida social dos imigrantes e a um volume também maior de imigrantes haitianos registrados.

Por sua vez, as estatísticas do Ministério do Trabalho e Emprego (TEM) são provenientes de três levantamentos. O primeiro levantamento é a Relação Anual e Informações Sociais (RAIS), que contempla tanto “estoque” como “fluxos” de migrantes, segundo grupo etário, UFs e cidades de admissão no mercado formal de trabalho, tipo de vínculo empregatício, grau de instrução, horas semanais de trabalho, faixa de renda média mensal, cor ou raça e grupo ocupacional (os dados de fluxo incluem ainda a variável sexo). O segundo levantamento é o da pesquisa sobre Carteira

de Trabalho e Previdência Social (CTPS). Esse levantamento apresenta informações sobre emissão de carteira de trabalho, sexo, nacionalidade do receptor da carteira de trabalho, UF de emissão da carteira de trabalho e escolaridade. O terceiro levantamento é a pesquisa da CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), que apresenta informações sobre admissão, demissão e saldo de trabalhadores no mercado formal de trabalho, segundo nacionalidade dos trabalhadores, mês, escolaridade, sexo, UF da admissão, renda média mensal, setor de atividade econômica e ocupação exercida.

3.2 A solicitação de refúgio e o visto humanitário

A imigração haitiana inicia-se no Brasil ainda no ano de 2010, com a concentração de, naquela época, pequenos grupos de imigrantes haitianos na fronteira do Brasil com o Peru, particularmente nos estados do Acre e do Amazonas (FERNANDES, 2011; MAGALHÃES e BAENINGER, 2016). Em pesquisa recente Magalhães, Silva e Assis (2016) identificaram, através da análise de 108 reportagens jornalísticas sobre a imigração haitiana no Brasil, que em Maio de 2010 já havia reportagens sobre i) crianças haitianas caminhando sozinhas no centro da cidade de São Paulo e ii) um grupo de 12 imigrantes haitianos, sendo oito adultos e 4 menores de idade, residentes no estado do Mato Grosso do Sul.

Referindo-se à fronteira, Fernandes (2014) argumenta que

ao final de 2011 havia indicações da presença de mais de 4.000 haitianos no Brasil, número esse que não cessou de aumentar, sendo que ao final de 2013 estimava-se que o montante já teria ultrapassado a casa dos 20.000 imigrantes, com indicações de que o total poderia chegar a 50.000 ao final de 2014 (FERNANDES, 2014, p. 13).

A viagem ao Brasil dá-se de duas formas diferentes, segundo a condição de documentação dos imigrantes (FERNANDES, 2014; MAGALHÃES e BAENINGER, 2016). Se documentada, a rota envolve uma viagem direta de Porto Príncipe, no Haiti, ou Santo Domingo, na República Dominicana, ao Aeroporto Internacional de Guarulhos, em São Paulo. Como veremos, essa condição de documentação não é predominante em termos do total de imigrantes haitianos que chegaram ao Brasil,

especialmente até o ano de 2015 (FERNANDES, 2016).

Se, por outro lado, a condição do imigrante for de ausência da documentação, o caminho predominante (mas não o único, como veremos) inclui uma viagem até o Equador ou ao Peru. Segundo Patarra (2012),

o processo de entrada desses imigrantes em território brasileiro é semelhante na quase totalidade dos casos. A viagem começa em Porto Príncipe ou na República Dominicana, e por via aérea chegam a Lima, Peru, ou em Quito, no Equador, países que não exigiam visto de entrada para os haitianos. Destas duas cidades partem por via terrestre em uma viagem que pode se estender por mais de um mês, ao longo do percurso eles vão alternando trechos percorridos em ônibus e barcos (PATARRA, 2012, ps. 13-14).

Após pressão diplomática do governo brasileiro (PERAZZA, 2014; FERNANDES e FARIA, 2016), o Peru passa a exigir visto de entrada, o que não diminuiu, no entanto, o volume do fluxo, senão que lhe impõe mais uma dificuldade: no trajeto entre o Equador, que segue não exigindo visto em razão de seu princípio constitucional de cidadania universal e a fronteira brasileira, muitas são as violências (OIM, 2014) pelas quais passam os imigrantes haitianos na travessia do Peru. Dentre outros efeitos, essas violências acarretaram no encarecimento do custo da migração (OIM, 2014):

O total calculado do custo da viagem desde Haiti e República Dominicana até lograr cruzar a fronteira Peru – Brasil resulta para os imigrantes haitianos em um montante que vai de 3.000 a 6.000 dólares. Neste cálculo se consideram os custos por transporte aéreo e terrestre, de alimentação, de hospedagem (supervalorizado ou normal), incluindo o ‘ocultamento’ em uma casa de coiotes na localidade de Máncora, na qual um grupo de três ou quatro cidadãos peruanos (talvez de outras nacionalidades) os alojam e não os deixam sair com o pretexto de ‘escondê-los’ da polícia e atuam também como os encarregados de comprar-lhes os boletos ou passagens de ônibus da Máncora a Lima. A tônica geral desta ‘compra’ é a sobrevalorização do custo da passagem em 200%, sob pretexto de cobrar pelos serviços de alojamento e alimentação. Também se considera nos cálculos os pagamentos aos coiotes (espaços transfronteiriços Equador – Peru e Peru – Brasil), o pagamento de subornos solicitados por alguns policiais e agentes de migração (Aeroportos de Cidade do Panamá e Quito), os roubos de dinheiro na estrada de Tumbes a Piura e em Máncora por parte dos efetivos corruptos da Policía Nacional do Peru e o pagamento de subornos a alguns policiais em Puerto Maldonado e na estrada de Porto Maldonado a Assis (OIM, 2014, p. 88).

Os imigrantes haitianos, com isso, cruzam, em viagens longas de ônibus, o território peruano, alternando com a locomoção períodos de estadia clandestina em casas de coiotes desta travessia (OIM, 2014). Sua situação, com isso, vai se precarizando gradativamente até a chegada à fronteira do Peru com o Brasil. Todavia, nem todos que chegam ao Equador dirigem-se ao Brasil: embora este seja o movimento

predominante, muitos ficam no Equador ou mesmo no Peru, e outros dirigem-se à Argentina e ao Chile. Alguns destes últimos dirigem-se, por fim, igualmente ao Brasil (OIM, 2014).

Após o trajeto até a fronteira brasileira, os haitianos ainda têm de enfrentar um longo processo para a regularização da sua situação migratória. O ponto de partida é a solicitação de refúgio apresentada à autoridade migratória nas cidades fronteiriças. A abertura desse processo leva à emissão de um protocolo que permite ao imigrante a obtenção de carteira de trabalho e CPF provisórios, enquanto a solicitação de refúgio é analisada pelo CONARE. Tais documentos são essenciais para o ingresso do imigrante no mercado formal de trabalho e o envio de remessas. Por tal solicitação de refúgio não se enquadrar nos requisitos definidos em lei e convenções internacionais, ela é recusada. Ante essa situação, que levaria à permanência irregular dos haitianos no Brasil, o governo federal tomou medidas para que tal fato não acontecesse e, em janeiro de 2012, por meio de Resolução Normativa – RN (nº 97) do Conselho Nacional de Imigração – CNIg, concedeu visto humanitário permanente pelo prazo de cinco anos aos imigrantes haitianos. Este visto seria retirado junto ao consulado brasileiro na cidade de Porto Príncipe, no Haiti, sendo, no entanto, o número de vistos restrito a 1.200 por ano, não incluídos nesse total os vistos para reunificação familiar. Essa Resolução tinha prazo de vigência de dois anos (FERNANDES, 2014, p. 14).

Ao contrário do planejado, a definição de restrições à emissão de vistos não diminuiu o volume dos fluxos que continuavam a chegar ao Brasil, senão que permaneceu mantendo em situação irregular a milhares de imigrantes haitianos (FERNANDES e FARIA, 2016).

Tais medidas, ao contrário do desejado, tiveram o efeito de estímulo à migração. A atuação dos ‘coiotes’ se ampliou com o estabelecimento de rede de tráfico de imigrantes por todo o trajeto, que inclui a passagem pelo Equador e Peru. Esta fato contribui para que o número de imigrantes chegados às cidades fronteiriças venha se ampliando não só em volume, mas também pela incorporação de novas rotas via Venezuela, Bolívia e Argentina (FERNANDES e FARIA, 2016, p. 103).

Embora não diga expressamente, o Vice-Cônsul Cláudio Teixeira sugere que possa haver venda ilegal de vistos e que estas redes não estejam, propriamente, tão distantes dos espaços oficiais de emissão de vistos. De acordo com o relato de Teixeira,

recentemente a gente tá recebendo aqui, no nosso caso aqui, já vieram duas pessoas e aparentemente semana passada teve uma haitiana que tentou embarcar em Santo Domingo e as autoridades lá acharam que o visto não era verdadeiro, que era visto falso, consultaram nossa Embaixada lá e aparentemente o visto é falso. Uma das pessoas que esteve aqui disse que ela e um amigo teriam pago cerca de 1.200 dólares para a obtenção do visto. Segundo ela, teria pago de boa fé a uma pessoa que seria, digamos, um despachante. Então teria pago esse valor para a pessoa, enfim, fazer os trâmites necessários para a obtenção do visto dela. Mas, obviamente, a gente não pode acreditar 100% nisto, porque ela poderia ter conhecimento de que se trataria de visto falso. E foi a mesma coisa: até certo momento, a etiqueta

estava muito bem feita mas em determinado... tinha assim umas coisas grosseiras assim, dava prá saber que não é um visto verdadeiro, né, genuíno nosso. Ai nós fomos atrás no Itamaraty, quer dizer, eles fizeram a etiqueta bem feitinha, cada etiqueta tem um nº e tal, então a gente entrou em contato com o Itamaraty e a gente descobriu que aquela etiqueta tinha sido mandada pelo Itamaraty para o nosso Consulado em Lisboa, em 2014. E aquela etiqueta tinha sido aplicada na concessão de um passaporte brasileiro naquele mesmo ano, né. Então a gente consegue, como é que diz, fazer, rastrear, exatamente, essas coisas assim. Então é, a gente sabe que tem havido essas falsificações, a gente também ouviu no passado quando o pessoal vinha diretamente aqui, tinha sim um pessoal que tentava né “por que você vai aí? Paga aqui prá gente e a gente te da e tal” então eu acho que eles tinham aqui, como deve existir aqui uma organização que faz esse tipo de coisa (Cláudio Teixeira, 2016).

Retornando à análise propriamente da política migratória, é importante considerar que, ademais, a RN nº 97 deve ser compreendida não apenas em seus efeitos como também em sua substância, em seus paradoxos (SILVA, 2016), no que é preciso relacioná-la com a política migratória ainda vigente no Brasil, o Estatuto do Estrangeiro (SILVA, 2016).

Inicialmente, há de se considerar que o Estatuto do Estrangeiro (Lei nº 6.815/1980) é uma reminiscência da Ditadura Civil-Militar brasileira, e como tal ela submete o imigrante internacional, não acidentalmente chamado de “estrangeiro”, à lógica própria da Doutrina de Segurança Nacional, estabelecendo, já em seu Art. 2º, que *“na aplicação desta Lei atender-se-á precipuamente à segurança nacional, à organização institucional, aos interesses políticos, socioeconômicos e culturais do Brasil, bem assim à defesa do trabalhador nacional”* (BRASIL, 1980).

A vinculação da política migratória à Segurança Nacional expressa uma interpretação sobre a imigração que se insere mais no campo dos direitos do Estado (inclusive no livre direito do Estado à extradição) e que nos direitos do sujeito migrante (SILVA, 2016), mais na lógica da defesa nacional que na lógica dos direitos humanos.

Nesse sentido, o Estado reafirma que essa imigração não é reconhecida como um direito e sim como uma concessão. Sendo, pois uma concessão e não um direito, o Estado brasileiro resguarda para si a possibilidade de, a qualquer tempo, revogá-la ou estabelecer limitação para que os imigrantes haitianos entrem ou permaneçam no Brasil. Por conseguinte, a experiência de hospitalidade documental brasileira para os haitianos que entram por via terrestre pode ser considerada limitada, sobretudo por sua insegurança jurídica, agravada pelo decurso do tempo (SEIXAS, 2016, p. 379).

Reservando a si direitos de reconhecimento da documentação e da cidadania dela decorrente, o Estado brasileiro cria um campo fértil à militarização da questão, na qual a Polícia Federal se converte em ator ativo no processo de chegada de imigrantes e,

precisamente, na primeira expressão do Estado brasileiro que o imigrante encontra quando chega ao país (SEIXAS, 2016; ARAÚJO, 2016).

No modelo de governabilidade das migrações internacionais baseado na segurança nacional, o migrante é visto como uma ameaça, como o ‘outro’; o direito dos migrantes ‘se restringem, nesta perspectiva, a sua condição de regularidade ou nacionalidade’ (Mármora, 2010, p. 76). Controla a entrada e saída de pessoas e tem a perspectiva do equilíbrio dos mercados de trabalho (BAENINGER, 2016, pp. 33-34)²⁹.

Ademais, o Estatuto do Estrangeiro submete ainda o imigrante internacional a uma lógica de nacional-desenvolvimentismo setorial (MAGALHÃES e BAENINGER, 2016), característico da Ditadura Civil-Militar brasileira, e presente até hoje no entendimento geral do imigrante e suas “qualificações”. No parágrafo único do Art. 16º, estabelece que “*a imigração objetivará, primordialmente, propiciar mão-de-obra especializada aos vários setores da economia nacional, visando à Política Nacional de Desenvolvimento em todos os aspectos e, em especial, ao aumento da produtividade, à assimilação de tecnologia e à captação de recursos para setores específicos*” (BRASIL, 1980).

Neste sentido, ao “objetivar primordialmente” fornecer força de trabalho a determinados setores da economia, o Estatuto do Estrangeiro acaba por reduzir o imigrante à condição de mero possuidor de mão-de-obra, desprezando as outras dimensões de sua vida social, além de sentenciar, por consequência, que imigrantes de outro perfil profissional não são desejados pela política migratória brasileira.

Além de estar em descompasso com a lógica dos direitos humanos (SEIXAS, 2016; SILVA, 2016) e de submeter o imigrante a uma razão de Estado nacional-desenvolvimentista, o Estatuto do Estrangeiro é, ainda, anacrônico em relação à principal construção jurídica do Estado brasileiro, a Constituição Federal de 1988. De acordo com Reis (2011),

a principal crítica das organizações que defendem os interesses dos imigrantes no Brasil diz respeito ao fato de que muitas das disposições

²⁹ A esse modelo de governabilidade das migrações internacionais, contrapõe-se um modelo de desenvolvimento humano para as migrações internacionais (BAENINGER, 2016). Esta oposição perpassa não apenas as instâncias reguladoras nacionais de entrada e permanência de estrangeiros, como também as instâncias estaduais e municipais, pulverizadas em razão de uma política migratória anacrônica em relação não apenas à conjuntura econômica e política atual como também em relação à própria Constituição Federal. A chamada politização da agenda das migrações internacionais (BRITO, 2013) adquire importância crescente no momento atual de crise, agravamento de conflitos étnico-raciais e luta pelo direito a ter direitos (BAENINGER, 2016; BRITO, 2013) por parte de imigrantes e sociedade civil organizada.

presentes na lei de 1980 estão em flagrante descompasso com as disposições relativas ao respeito dos direitos humanos presentes na Constituição de 1988. A inconsistência da legislação de 1980 é apontada como um ponto fraco das demandas do Estado brasileiro para tratar a questão dos emigrantes brasileiros em negociações e fóruns bilaterais e multilaterais (REIS, 2011, p. 59).

Todo o drama da presença haitiana na fronteira brasileira não foi suficiente para sensibilizar o Estado brasileiro a alterar finalmente a sua legislação migratória (SILVA, 2016). Embora não deva ser subtraída de sua importância, a Resolução Normativa nº 97 se deu como ato administrativo *ad-hoc*, isto é, sem a garantia jurídica de que não possa ser anulado em uma mudança de governo, por exemplo. Caracteriza-se mais, portanto, como um direito do Estado que propriamente um direito do imigrante haitiano (SEIXAS, 2016; SILVA, 2016).

A Resolução Normativa nº 97 apresentava evidentes ambiguidades. Ao menos tempo que permitia a entrada e permanência regular de haitianos em território brasileiro, impunha um limite ao número de vistos: 1.200 por ano, emitidos somente na embaixada brasileira em Porto Príncipe. Mas não foi o único obstáculo para a legitimidade plena do direito dos imigrantes haitianos ao ingresso no Brasil. No mesmo mês da publicidade dessa resolução, não por acaso, o Peru passou a exigir vistos para que os haitianos passassem por seu território. Essa mudança na política migratória do Peru foi consequência da pressão do governo brasileiro, que intencionava conter os fluxos migratórios antes que alcançassem a fronteira do Brasil. Com efeito, tal resolução normativa acabou por se inscrever como uma política de controle do fluxo migratório de haitianos, uma vez que estabelecia arbitrariamente um limite de 1.200 vistos por ano, sem considerar a quantidade efetiva de vistos demandada pelos haitianos (SILVA, 2016, p. 344).

A RN nº 97 expressa, portanto, um “improviso” na política migratória brasileira. A presença haitiana no Brasil evidencia não apenas esse “improviso” como também a necessidade de articulação institucional dos grupos de apoio da sociedade civil.

O processo migratório haitiano no Brasil completa cinco anos, e tanto o governo federal como os governos estaduais e municipais ainda não conseguiram ultrapassar a fase de realização de ações esparsas voltadas, sobretudo, aos procedimentos de ingresso, regularização documental, acolhimento temporário e encaminhamento de alguns dos migrantes para os setores produtivos já mencionados. A formulação de uma política pública só começou a ser proposta em alguns estados da federação, no ano de 2014, e em âmbito nacional, de maneira incipiente a partir da Conferência Nacional da Migração e Refúgio (COMIGRAR), em julho desse mesmo ano (GEDIEL e CASAGRANDE, 2015, p. 108).

Os limites impostos à concessão de vistos foram suprimidos pela Resolução Normativa nº 102, de Abril de 2013, que também passa a permitir a concessão de visto de ajuda humanitária em consulados brasileiros situados no Peru, Equador, Bolívia e República Dominicana (FERNANDES e FARIA, 2016). Estas resoluções não lograram, até 2016, deslocar o tema das migrações de haitianos do domínio de coites e da rede de

facilitação da migração indocumentada. De forma que a RN nº 97 operou, na prática, como um estímulo à migração de haitianos ao Brasil, constituindo-se como importante fator migratório desta presença no Brasil. Não obstante sua natureza provisória e os percalços de uma desastrosa definição de limites à concessão de vistos, a RN nº 97 significou, especialmente em uma conjuntura internacional de agravamento das tensões migratórias, um diferencial da política migratória brasileira e um claro estímulo à imigração haitiana. Neste sentido, a advertência de Fernandes (2014) explicita a importância dos mecanismos de concessão de visto e garantia de documentação, mesmo que precários, para a (re)definição dos fluxos na dinâmica das migrações internacionais, especialmente a haitiana: “Para a escolha dos destinos há de se considerar a legislação migratória dos países desenvolvidos que, após setembro de 2001, impõem severas restrições à imigração de uma maneira geral e, em especial, à migração irregular” (FERNANDES, 2014, p. 12).

Esta conclusão é partilhada por agentes do Estado brasileiro que atuam na origem do fluxo, em Porto Príncipe. Na opinião de Cláudio Teixeira, Vice-Cônsul do Brasil no Haiti,

o Brasil, de fato, esse programa aqui para haitianos, de fato, é humanitário, e a facilitação, para poder se obter o visto, não tem nem como mesurar, porque se a gente fosse de fato aplicar as normas para a concessão de um visto permanente para qualquer outro cidadão, com certeza eu acho que talvez 95% deles não tivessem condição de ter. É realmente um programa humanitário, para, realmente, ajudar o haitiano. Então é muito facilitada a obtenção do visto permanente para o haitiano ir ao Brasil. Muito. Assim: muito facilitado mesmo! E realmente eles não conseguiriam, como às vezes eles não conseguem atender às exigências para um visto de turista. Muitos deles não conseguem. Então a maioria dos vistos que a gente tem, o visto de turista, realmente, tá ligado às ações que estão sendo feitas no Brasil, empresas, instituições, convites do Governo brasileiro para participar de algum seminário, ainda dentro aí do âmbito de cooperação técnica, com o intuito de realmente assistir, não só aqui mas enfim... aqui em todo o Caribe né? Quando vem aqui e “ah eu queria ir no Brasil, visitar e tal”, é difícil a gente poder atender as exigências né, que não são tantas, mas a gente sabe das dificuldades deles especialmente no que se refere a poder comprovar que tem recursos financeiros suficientes para a permanência deles no Brasil (Cláudio Teixeira, 2016).

Dentro de um contexto mais amplo, o Brasil tem formulado, pelo menos desde o final de década de 1980, políticas e mecanismos que, embora não signifiquem, como a RN nº 97 (ZAMBERLAM et al, 2014), uma redefinição da substância da política migratória brasileira, oferecem, no entanto, estímulos à vinda de novos imigrantes, em um primeiro momento mercosulinos, mas atualmente também haitianos e africanos.

O Brasil, desde o final da década de 1980, apesar da vigência do Estatuto Autoritário do Estrangeiro (Lei 6.815/80), começou a ter uma postura clara de acolhimento aos migrantes, refugiados, deslocados, especialmente após a Constituição Federal de 1988 que tem sua filosofia baseada nos princípios dos direitos humanos tanto dos cidadãos brasileiros como de estrangeiros (art. 5º). Em 1994 o Brasil aderiu à Declaração de Cartagena, comprometendo-se a realizar alterações constitucionais para incorporar princípios das Convenções, Protocolos e Estatuto dos Refugiados. De fato, essa adesão ocorre com a Lei 9.474/97 que reforça o direito de qualquer cidadão estrangeiro solicitante de refúgio, independente do mérito, receber um Protocolo que lhe possibilite fazer sua Carteira de Trabalho, CPF, abertura de conta bancária, ingressar no mercado de trabalho e circular livremente no país até sua validação pelo CONARE – Comitê Nacional para os Refugiados (ZAMBERLAM et al, 2014, p. 13).

Essas disposições, inequivocamente, contribuíram à formação de um ambiente legal favorável à imigração, particularmente a de haitianos, desde o ano de 2010. Se num primeiro momento a RN nº 97 impunha limites à emissão de vistos (teto derrubado pela RN nº 102), atualmente, por determinação da RN nº 117, há, por parte da Embaixada e corpos consulares brasileiros, a meta de emissão de 500 vistos de ajuda humanitária apenas no Haiti – meta esta que, diante da redução do quadro de funcionários brasileiros no Consulado, tem promovido a transferência de funcionários brasileiros ao Haiti:

o fato é que nós temos um quadro de funcionários muito pequeno para poder dar conta desta demanda, então o Itamaraty, desde junho do ano passado, depois que nós enfim, finalizamos as negociações com a OIM, depois de ela começar a funcionar, o Itamaraty passou a mandar para cá o que a gente chama de reforço de pessoal, com equipes de 3 a 4 funcionários por um período de 3 meses cada equipe para poder reforçar a nossa capacidade de processar os pedidos de visto né. Então a meta que nós temos desde então é perseguir aí 500 vistos semanais, o que a gente tem podido alcançar, com exceção destes últimos meses que por diversas razões a gente não conseguiu alcançar os 500 vistos semanais, mas chegamos aí próximo a isso, né. E enfim, pelo menos até Outubro, essa resolução normativa do CNIg está válida e até lá a gente vai continuar a perseguir essa meta de 500 vistos semanais (Cláudio Teixeira, 2016).

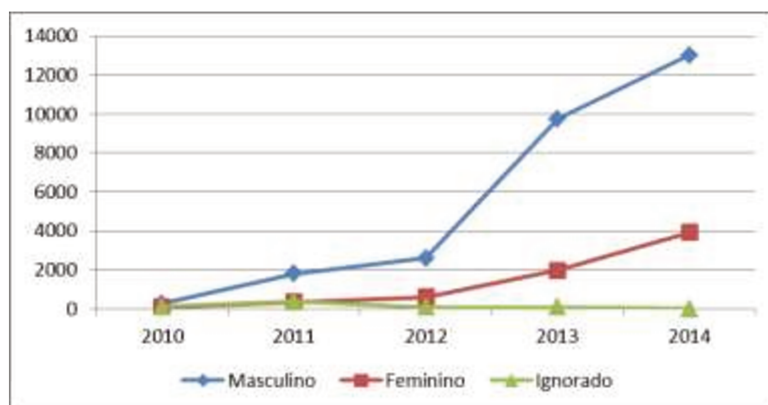
Por todas essas razões apontadas até aqui, a imigração haitiana no Brasil se expande consideravelmente nos últimos anos. Teixeira afirma que as resoluções normativas promulgadas pelo CNIg atuaram, na prática, como uma grande facilitação do processo migratório ao Brasil.

a facilitação, para poder se obter o visto, não tem nem como medir, porque se a gente fosse de fato aplicar as normas para a concessão de um visto permanente para qualquer outro cidadão, com certeza eu acho que talvez 95% deles não tivessem condição de ter. É realmente um programa humanitário, para, realmente, ajudar o haitiano. Então é muito facilitada a obtenção do visto permanente para o haitiano ir ao Brasil. Muito. Assim: muito facilitado mesmo! E realmente eles não conseguiriam, como às vezes eles não conseguem atender às exigências para um visto de turista. Muitos deles não

conseguem (Cláudio Teixeira, 2016).

Essa facilitação, em um contexto de restrições migratórias importantes nos destinos tradicionais da emigração haitiana, impulsiona também o fluxo migratório para o Brasil, como demonstra o Gráfico 4.

Gráfico 4 – Solicitações de refúgio de haitianos no Brasil segundo sexo, por ano de solicitação (2010 – 2014)



Fonte: CNIg, 2016.

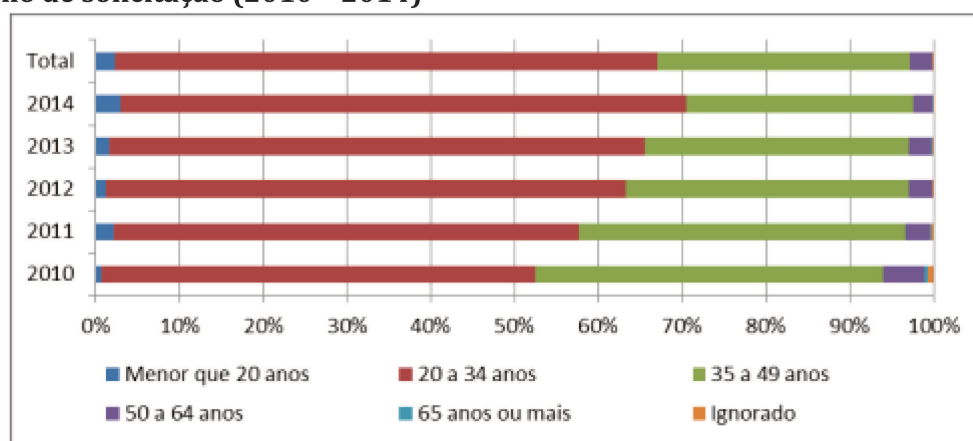
As solicitações de refúgio, que abrem o processo de concessão de CPF e abertura de Protocolo para o Registro de Estrangeiro, essenciais para a obtenção de Visto Humanitário, passam de 453 (2010), para 2.472 (2011), 3.275 (2012), 11.763 (2013) e 16.924 (2014), totalizando, no período, 34.887 solicitações de refúgio somente de haitianos. Desses, 27.383 (78,49% do total) são de solicitantes do sexo masculino; 6.888 (19,74%), solicitantes do sexo feminino e, por fim, 614 (1,75%), solicitantes de sexo ignorado.

Chama a atenção, desde já, a predominância de solicitantes do sexo masculino, correspondentes a quase 4 em cada 5 solicitantes de refúgio de procedência haitiana. Avaliaremos mais profundamente essa característica da presença haitiana no Brasil ao longo dessa seção, buscando avaliá-la também segundo as condições econômicas e sociais vigentes no Haiti, conforme se verá no anexo 1 desta Tese (o caderno de campo realizado a partir de viagem a Porto Príncipe).

Conforme o Gráfico 5, os solicitantes haitianos de refúgio no Brasil são, sobretudo, de idade situada entre 20 a 34 anos, seguido de 35 a 49 anos. É útil observar que, entre 2010 e 2014, cresce a participação relativa do grupo etário de 20 a 34 anos,

que passa de 51,87% do total em 2010 para 67,42% em 2014. Por sua vez, o grupo etário de 35 a 49 anos passa de 41,5% em 2010 para 27,15%, seguindo tendência contrária ao do grupo etário anterior. Nada desprezível, no entanto, é o crescimento do grupo de idade inferior a 20 anos, que passa de 0,66% em 2010 para 3,03% do total em 2014. Esse crescimento expressa não apenas a elevação da participação de jovens de idade como 18 e 19 anos, como também de crianças, tendência cada vez maior em razão da utilização do visto de reunificação familiar pelos migrantes já residentes no Brasil.

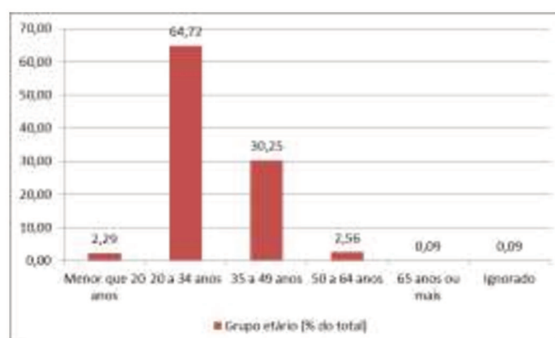
Gráfico 5 – Solicitações de refúgio de haitianos no Brasil segundo grupos de idade, por ano de solicitação (2010 – 2014)



Fonte: CNIg, 2016.

No que se refere aos números totais de solicitações de refúgio entre 2010 e 2014, o Gráfico 6 nos permite concluir que se trata de um contingente populacional de idade situada, sobretudo, entre 20 a 34 anos (64,72% do total) e, em menor medida, 35 a 49 anos (30,25% do total). O grupo etário 50 a 64 anos corresponde, por sua vez, a 2,56% do total, e as idades inferiores a 20 anos, a 2,29% do total.

Gráfico 6 – Solicitações de refúgio de haitianos no Brasil segundo grupo etário (2010 a 2014)



Fonte: CNIg, 2016.

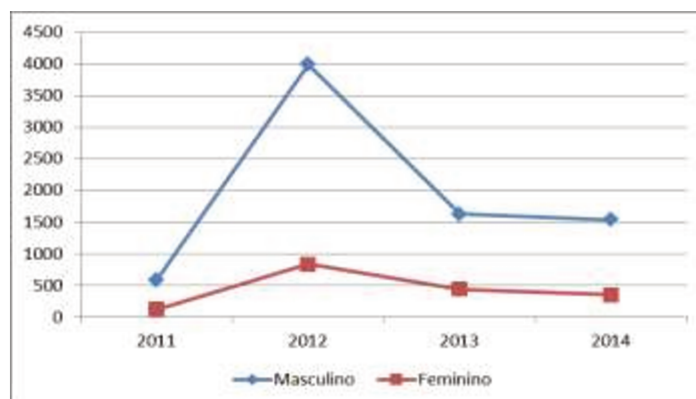
Esses dados indicam outra característica da presença haitiana no Brasil, que é a sua composição etária estar concentrada nos grupos etários em idade produtiva e reprodutiva. Há escassa participação dos grupos etários mais avançados (50 a 64 anos e 65 anos ou mais), indicando que se trata de um fluxo migratório orientado fundamentalmente para o trabalho. Mesmo em expansão entre 2010 e 2014, o grupo etário de idade inferior a 20 anos ainda é pouco significativo em relação ao total, compreendendo apenas 2,29%.

Em Despacho Conjunto do Ministério do Trabalho e Emprego e do Ministério da Justiça de 12 de Novembro de 2015, o governo brasileiro, considerando a RN nº 97, que concede o Visto Humanitário, e as condições de acolhida e acompanhamento dos imigrantes haitianos no Brasil, concedeu a permanência a 43.871 imigrantes haitianos que haviam solicitado refúgio no Brasil.

A concessão, assinada pelo Presidente do Conselho Nacional de Imigração (Paulo Sérgio de Almeida), pelo Presidente do Comitê Nacional para os Refugiados – CONARE (Beto Ferreira Martins Vasconcelos) e pelo Diretor do Departamento de Estrangeiros, órgão vinculado ao Ministério da Justiça (João Guilherme Lima Granja Xavier da Silva), significou, logicamente, a regularização para dezenas de milhares haitianos no Brasil e a disposição do Brasil, particularmente destes órgãos, em garantir, ainda que com atrasos e contradições, os elementos básicos para a cidadania dos imigrantes haitianos no Brasil.

O estrangeiro que deseja permanecer no Brasil e obter o seu visto, seja ele temporário ou permanente, precisa solicitar também a autorização de trabalho. As autorizações de trabalho são concedidas pela Coordenação Geral de Imigração (CCIg), órgão do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), e são outorgadas nesses casos em que há manifestação do desejo de desempenhar atividade de trabalho. Um mesmo estrangeiro pode realizar mais de um pedido e obter, assim, mais de uma autorização de trabalho. Essa concessão é feita em observância não apenas do Estatuto do Estrangeiro como também das duas Resoluções Normativas, a nº 27 e a nº 97, e se pode observar que, ano a ano entre 2010 e 2014, o total das autorizações é inferior ao total da solicitação de refúgio. De uma forma geral, no entanto, as características principais das solicitações quanto a sexo e composição etária mantêm-se inalterados no que se refere especificamente às autorizações, como mostram os Gráficos 7 e 8:

Gráfico 7 - Autorizações concedidas a haitianos segundo sexo no Brasil (2011 - 2014)



Fonte: CNIg, 2016.

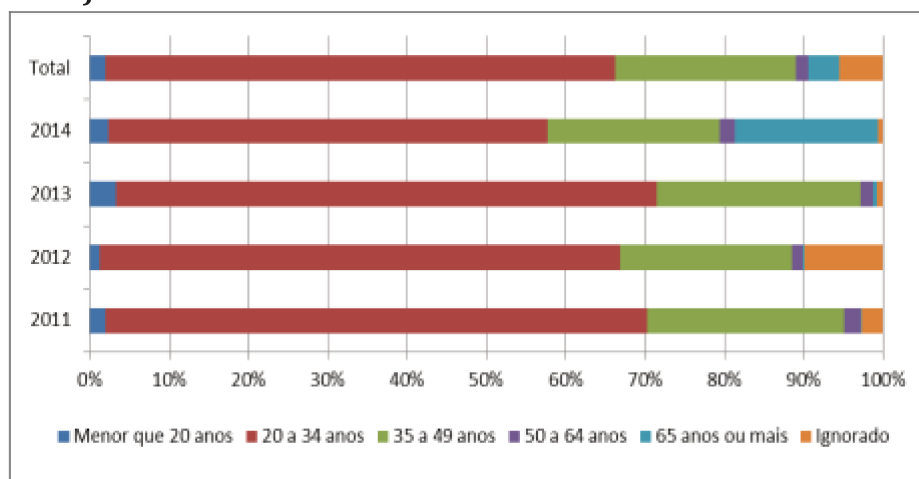
A estas características principais do que nos revelam os dados de solicitação de refúgio e autorização de solicitação de trabalho a haitianos e haitianas no Brasil, adicionais, na seção seguintes, outras características, de modo a compormos um perfil sociodemográfico mais amplo da presença haitiana no Brasil.

3.2. Características sociodemográficas e inserção laboral da imigração haitiana

Entre 2011 e 2014, foram concedidas 9.492 autorizações de trabalho, das quais 7.745 foram concedidas a pessoas do sexo masculino (81,6% do total) e 1.747 foram concedidas a pessoas do sexo feminino (18,4% do total). Não há, portanto, entre 2011 e 2014 uma significativa diferença na estrutura de sexo das autorizações concedidas em relação à estrutura de sexo das solicitações de refúgio no Brasil.

O Gráfico 8 apresenta as concessões de autorizações totais no período entre 2011 a 2014 e também para cada um dos anos deste intervalo:

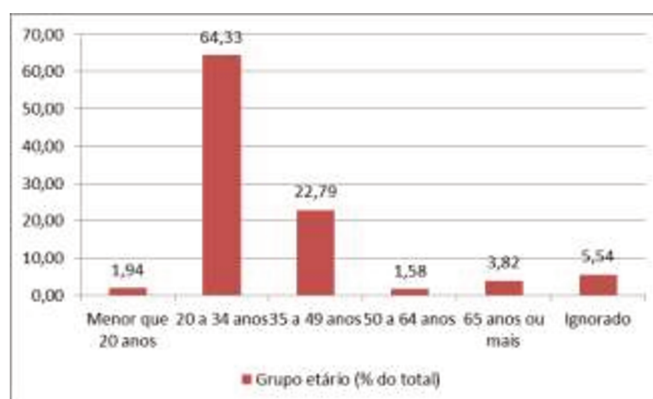
Gráfico 8 – Autorizações concedidas a haitianos segundo grupo etário no Brasil (2011 – 2014)



Fonte: CNIg, 2016.

Concentremo-nos nos valores referentes ao total de concessões de autorizações no período indicado. O Gráfico 9 nos apresenta esses valores totais. Em relação à composição etária, as autorizações concedidas no período de 2011 a 2014 atenderam solicitações feitas principalmente por imigrantes haitianos de idade situada entre 20 a 34 anos (64,32% do total), e, em menor medida, de idade entre 35 a 49 anos (22,78%). Permanecem pequenas as participações dos grupos etários 50 a 64 anos (1,58%), 65 anos ou mais (3,82%) e daqueles com idade inferior a 20 anos de idade (1,93% do total).

Gráfico 9 – Autorizações concedidas a haitianos segundo grupo etário no Brasil, em % do total (2011 a 2014)

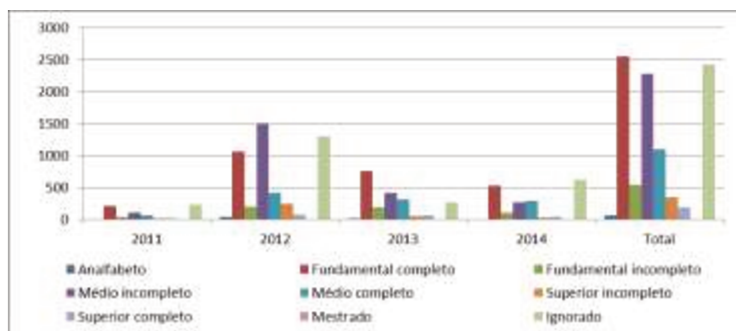


Fonte: CNIg, 2016.

As concessões de autorizações podem ser agrupadas, também, segundo a escolaridade dos solicitantes atendidos. O Gráfico 10 nos apresenta informações sobre

a composição dessas autorizações concedidas em termos de escolaridade.

Gráfico 10 – Autorizações concedidas a haitianos segundo escolaridade no Brasil (2011 – 2014)

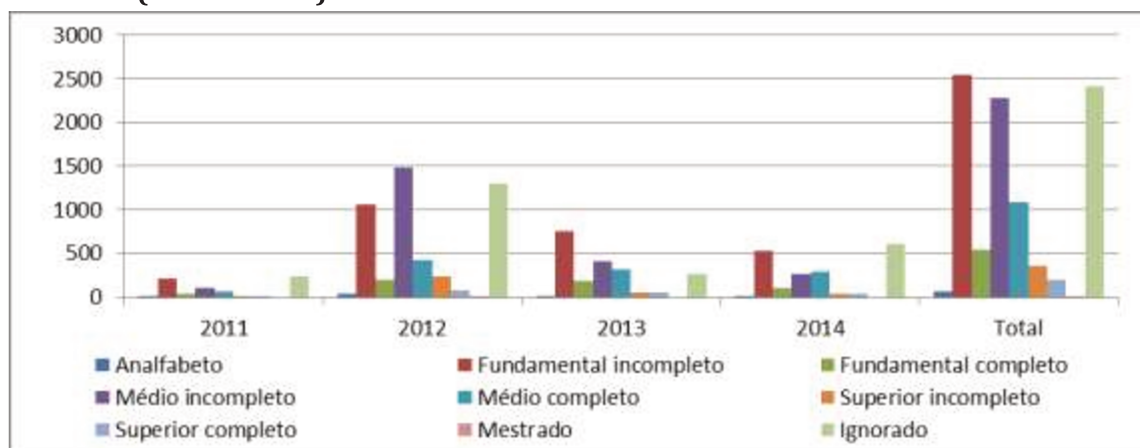


Fonte: CNIg, 2016.

Percebe-se, do exposto no Gráfico 10, que há importantes particularidades da escolaridade dos imigrantes haitianos segundo o ano de concessão da autorização. Se em 2012 era predominante o nível de escolaridade “Médio incompleto”, seguido do nível “Ignorado” e “Fundamental completo”, em 2013 o nível predominante passa a ser “Fundamental completo”, seguido de “Médio incompleto” e “Médio completo”.

Em relação aos valores agrupados, ou seja, o total do período, percebe-se predominância do nível de escolaridade “Fundamental incompleto” (26,83%), seguido de “Ignorado” (25,5%) e “Médio incompleto” (23,99% do total). Nota-se, ainda, que 3,71% de todas as autorizações foram concedidas a solicitantes com ensino superior incompleto, e 2,03%, a solicitantes com ensino superior completo. Com idade situada no período produtivo e relativa escolaridade (concentração nos níveis médios de escolaridade), os imigrantes haitianos no Brasil inserem-se rapidamente no mercado formal de trabalho brasileiro, com características e contradições sobre as quais refletiremos não apenas no âmbito nacional mas também catarinense (sobre esta última, trataremos no Capítulo 4 desta Tese).

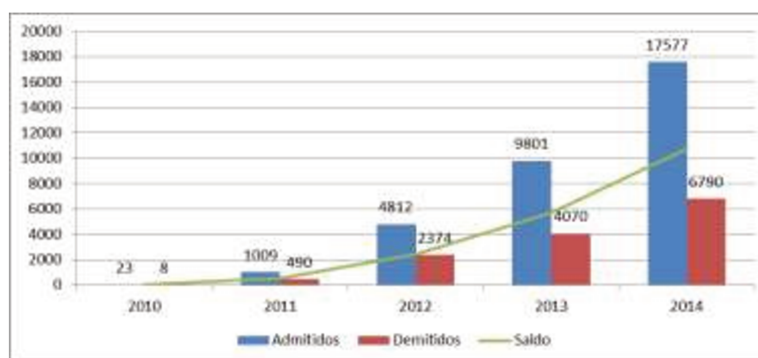
Gráfico 11 – Autorizações concedidas a haitianos e haitianas segundo escolaridade no Brasil (2011 a 2014)



Fonte: CNIg, 2016.

Inicialmente, há de se considerar o crescimento exponencial da admissão – e também da demissão – de imigrantes haitianos no mercado formal de trabalho entre 2010 e 2014.

Gráfico 12 – Admissão, demissão e saldo de haitianos no mercado de trabalho formal brasileiro (2010 – 2014)



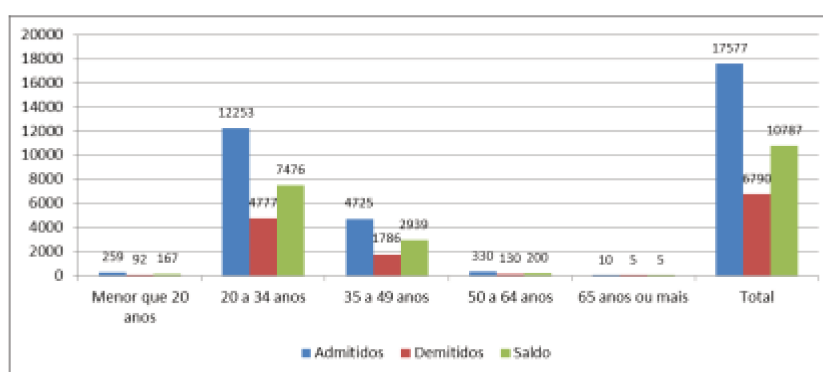
Fonte: CNIg, 2016.

Se em 2010 haviam sido registradas 23 admissões e 8 demissões de trabalhadores haitianos no mercado formal de trabalho brasileiro, em 2014 foram admitidos 17.577 e demitidos 6.790 trabalhadores haitianos. O período registra um total de 33.222 trabalhadores haitianos admitidos e 13.732 trabalhadores haitianos demitidos no mercado formal de trabalho brasileiro.

No ano de 2014, a estrutura etária dessas admissões e demissões foi um reflexo,

logicamente, da própria estrutura etária da presença haitiana no Brasil, com destaque, por consequência, para a presença no mercado formal de trabalho de imigrantes haitianos de idade entre 20 a 34 anos e 35 a 49 anos, conforme indica o Gráfico 13.

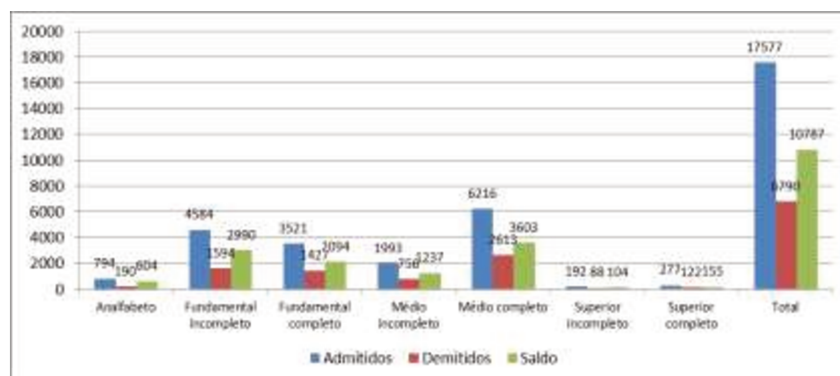
Gráfico 13 – Admissão e demissão de haitianos segundo grupo etário no Brasil (2014)



Fonte: CNIg, 2016.

No que se refere à escolaridade desses imigrantes admitidos no mercado formal de trabalho brasileiro, percebe-se maior participação dos trabalhadores com ensino médio completo e ensino fundamental incompleto. Significativo que mesmo os imigrantes haitianos analfabetos tiveram registrada inserção no mercado formal de trabalho, bem como aqueles imigrantes com ensino superior incompleto e ensino superior completo – o que não significa, como sugere a análise dos principais setores de atividade econômica que admitiram trabalhadores e trabalhadoras haitianos, que esses imigrantes se insiram no mercado de trabalho qualificado, em uma alocação compatível com a sua escolaridade.

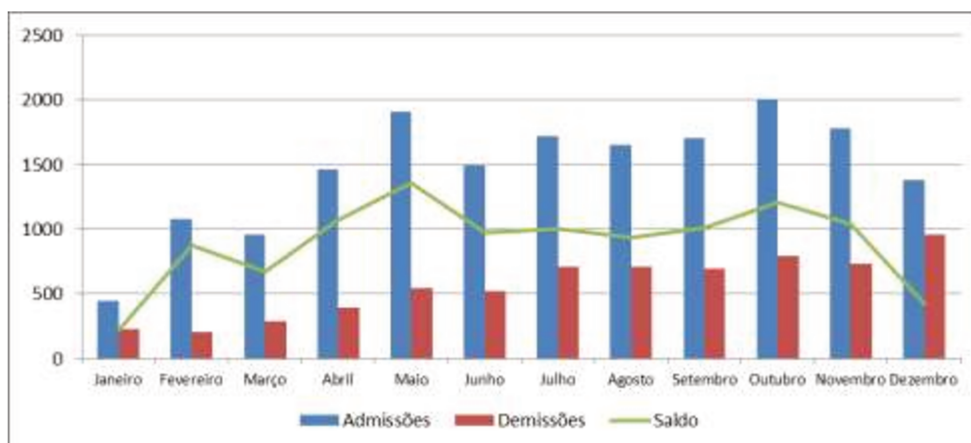
Gráfico 14 – Admissão e demissão de haitianos segundo escolaridade no Brasil (2014)



Fonte: CNIg, 2016.

A análise do movimento de admissão e demissão em 2014 indica saldos positivos ao longo de todo o ano, maiores entre os meses de abril e novembro (quando situam-se próximo ou superiores a 1.000 postos de trabalho) e menores de janeiro a março e em dezembro (quando situam-se abaixo de 1.000 postos de trabalho).

Gráfico 15 – Admissão e demissão de trabalhadores haitianos no Brasil por mês em 2014



Fonte: CNIg, 2016.

Dos 17.577 imigrantes haitianos admitidos no mercado formal de trabalho brasileiro, 3.591 inseriram-se no trabalho em frigoríficos (20,43% do total de admitidos), dos quais 2.415 (13,73%) no setor de abate de aves, 898 (5,10%) no setor de abate de suínos e 278 (1,58%) no setor de abate de bovinos. Há, também, destaque para a inserção no setor da construção de edifícios (7,92%) e em restaurantes e similares (4,25%).

Tabela 1 – Atividades econômicas que mais admitiram haitianos no Brasil (2014)

Admissões	17577
Frigorífico - Abate de aves	2415
Construção de edifícios	1393
Frigorífico - abate de suínos	898
Restauranetes e similares	748
Limpeza em prédios e em domicílios	423
Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - Supermercados	334
Locação de mão-de-obra temporária	321
Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional	294
Frigorífico - abate de bovinos	278
Lanchonetes, casas de chá, sucos e similares	251
Outros	10122

Fonte: MTE/CAGED, 2016.

No que se refere às demissões deste mercado formal de trabalho no ano de 2014, os dados indicam que houve maior liberação da força de trabalho haitiana nos setores da construção de edifícios (10,75% do total das demissões), do abate de aves em frigoríficos (8,01%) e restaurantes e similares (4,16%).

Tabela 2 – Atividades econômicas que mais demitiram haitianos no Brasil (2014).

Demissões	6790
Construção de edifícios	730
Frigoríficos - Abate de aves	544
Restaurantes e similares	283
Limpeza em prédios e em domicílios	227
Locação de mão-de-obra temporária	217
Frigorífico - abate de suínos	188
Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - Supermercados	127
Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional	111
Obras de alvenaria	96
Outras obras de engenharia civil não especificadas anteriormente	90
Outros	4177

Fonte: MTE/CAGED, 2016.

No que se refere especificamente às ocupações exercidas pelos imigrantes haitianos que foram admitidos no mercado formal de trabalho brasileiro em 2014, destaca-se a função de “alimentador de linha de produção” (14,97% do total), servente de obras (13,81%), magarefe (8,72%) e abatedor (7,02%).

Tabela 3 – Ocupações que mais admitiram haitianos no Brasil (2014).

Admissões	17577
Alimentador de linha de produção	2632
Servente de obras	2429
Magarefe	1533
Abatedor	1234
Faxineiro	967
Pedreiro	481
Cozinheiro geral	421
Repositor de mercadorias	325
Retalhador de carne	302
Ajudante de motorista	292
Outros	6961

Fonte: MTE/CAGED, 2016.

No que tange às demissões segundo as ocupações exercidas, percebe-se, novamente, o setor da construção como principal área de liberação de trabalhadores haitianos, com a demissão de 1.186 serventes de obras (17,46%). Foram demitidos ainda 964 alimentadores de linha de produção (14,19%) e 423 faxineiros (6,22%).

Tabela 4 – Ocupações que mais demitiram haitianos no Brasil (2014).

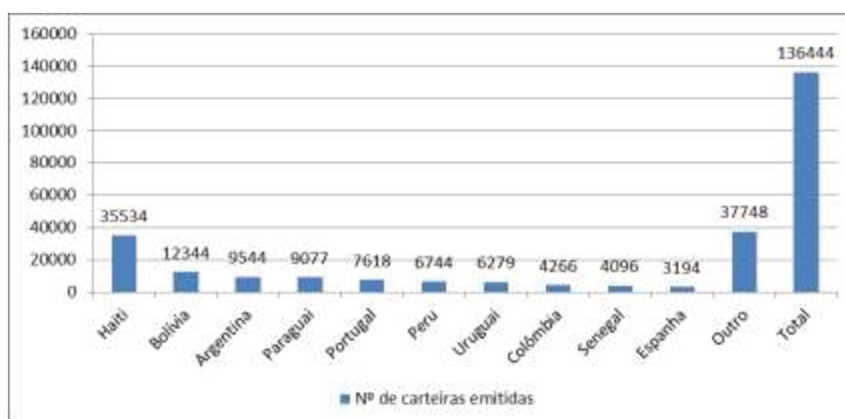
Demissões	6790
Servente de obras	1186
Alimentador de linha de produção	964
Faxineiro	423
Abatedor	347
Pedreiro	303
Magarefe	258
Cozinheiro geral	152
Trabalhador de serviços de limpeza e conservação de áreas públicas	142
Repositor de mercadorias	131
Carregador (veículos de transportes terrestres)	103
Outros	2781

Fonte: MTE/CAGED, 2016.

Entre 2010 e 2014, foram emitidas 35.534 carteiras de trabalho para haitianos no Brasil, volume que constituiu o país como a principal nacionalidade estrangeira no mercado formal de trabalho brasileira, ultrapassando inclusive a nacionalidade portuguesa, no ano de 2013. No período analisado, 26,04% de todas as carteiras de trabalho emitidas para trabalhadores estrangeiros foram direcionadas a haitianos no Brasil. Há de se considerar que esse novo fenômeno da dinâmica migratória brasileira

não significou necessariamente, a extinção de outros fluxos mais antigos, como o de sul-americanos. Conforme indica o Gráfico 16, entre 2010 e 2014 foram emitidas 12.344 novas carteiras de trabalho para bolivianos, 9.544 para argentinos, 9.077 para paraguaios, 6.744 para peruanos, 6.279 para uruguaios e 4266 para colombianos. Ao todo, foram emitidas 136.444 carteiras de trabalho para estrangeiros no Brasil entre 2010 e 2014.

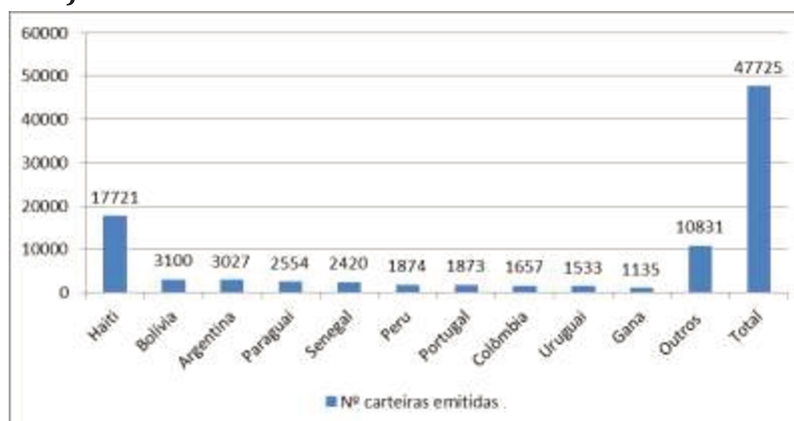
Gráfico 16 – Emissão de carteiras de trabalho para haitianos no Brasil segundo país de origem (2010 – 2014)



Fonte: MTE/CAGED, 2016.

Quando observamos a emissão apenas de carteiras de trabalho para trabalhadores de nacionalidades estrangeiras especificamente em 2014, notamos ainda um novo fenômeno na dinâmica migratória brasileira: o fluxo de imigrantes africanos no país, especialmente senegaleses e ganeses. Como veremos no Capítulo 3 desta Tese, esses dois grupos imigrantes concentram-se, também, no estado de Santa Catarina, e compõem, por isso, o mosaico cultural, étnico e político dos novos povos imigrantes no Brasil.

Gráfico 17 – Emissão de carteiras de trabalho para haitianos no Brasil segundo país de origem (2014)



Fonte: MTE/CAGED, 2016.

Segundo o Gráfico 17, em 2014, o Haiti foi, novamente, a principal nacionalidade na emissão de carteira de trabalho a estrangeiros, com 17.721 carteiras emitidas, o equivalente a 37,13% do total emitido a estrangeiros. Nota-se, novamente, a participação de imigrantes de países da América do Sul (Bolívia, Argentina, Paraguai, Peru, Colômbia e Uruguai), além de Portugal.

Os dados administrativos utilizados até o momento são uteis para uma primeira aproximação à inserção laboral dos imigrantes haitianos no Brasil, particularmente no que se refere à solicitação de refúgio, concessão de autorização, emissão de carteiras de trabalho e admissão e demissão no mercado formal de trabalho. Por meio destas fontes, pudemos compreender que

- i) os solicitantes haitianos de refúgio no Brasil são, em sua maioria, homens de idade entre 20 a 34 anos;
- ii) que das autorizações concedidas, há predominância, consequentemente, deste grupo etário, bem como dos níveis de escolaridade “fundamental incompleto” e “médio incompleto”, mas que há um grupo, superior a 5% do total, possuem superior incompleto ou superior completo, alguns inclusive com mestrado;
- iii) que a nacionalidade haitiana é, no acumulado entre 2010 e 2014, o principal grupo estrangeiro no mercado formal de trabalho brasileiro;

- iv) que essa força de trabalho ocupa sobretudo postos de trabalho relacionados aos serviços de cortes de carnes suínas, bovinas e de aves nos frigoríficos (agro indústria) e construção e edifícios (construção civil); e
- v) que a emergência da imigração haitiana no Brasil não significou, no entanto, a extinção de outros fluxos, mantendo-se a posição de destaque para os países da América do Sul e surgindo, particularmente em 2014, um fenômeno novo, qual seja, a imigração africana no Brasil, particularmente de imigrantes senegaleses e ganeses.

Todavia, há ainda muitos outros aspectos, qualitativos e quantitativos, dessa imigração que, não obstante sua importância, os registros administrativos não nos permitem avaliar. De igual modo, as informações sobre o mercado de trabalho são necessárias mas ainda não suficientes para uma compreensão acurada e ampla da imigração haitiana no Brasil, dado que há outros âmbitos da sociabilidade haitiana no país que vão além do trabalho.

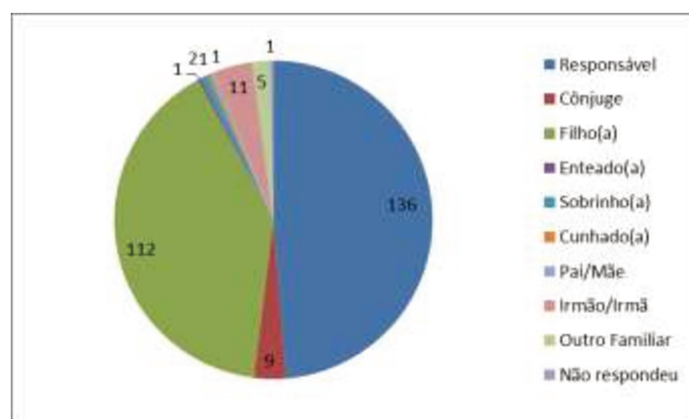
3.3 As informações advindas da pesquisa qualitativa

Utilizando como instrumento o questionário da pesquisa conjunta entre a UFAM-NEPO-UDESC aplicado a um grupo de 279 imigrantes haitianos residentes no Brasil, e entrevistados em 16 cidades brasileiras, em 5 Unidades da Federação no Brasil, entre Maio e Julho de 2015 podemos avançar na compreensão e especificidades da imigração haitiana no Brasil. A pesquisa foi realizada nos estados do Amazonas (Manaus), São Paulo (Campinas, Jundiaí, Santa Fé do Sul, São Bernardo do Campo, São Paulo e Vinhedo), Paraná (Curitiba, Pinhais), Santa Catarina (Balneário Camboriú) e no Rio Grande do Sul (Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Encantado, Gravataí, Porto Alegre e Rio Grande) a partir da qual é possível apreender as especificidades de cada um destes grupos de imigrantes entrevistados nas diferentes cidades.

O primeiro aspecto sociodemográfico relevante do grupo de imigrantes haitianos analisado refere-se à sua relação com o responsável pela família. Como temos visto até

o momento, a migração haitiana ao Brasil se caracteriza por ser uma estratégia mais familiar que individual, em razão da condição de dependência de remessas por parte da própria família. No caso de nosso grupo, percebe-se a maior parte dos indivíduos entrevistados declarou serem eles próprios os responsáveis de sua família, o que acarreta na distância dos pais, cônjuge e filhos, e, também, no envio de remessas, como veremos adiante. O segundo grupo significativo é daqueles que se declararam filhos(as) dos responsáveis pela família. Também nesses casos existe o compromisso de envio de remessas.

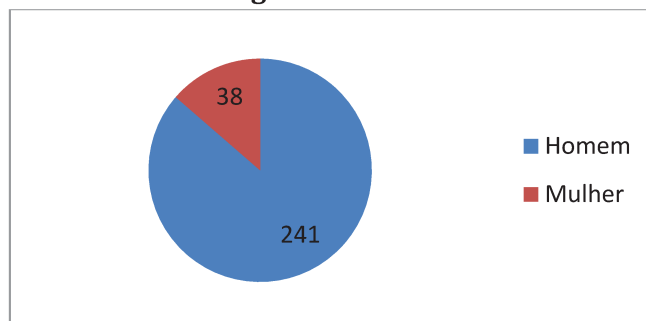
Gráfico 18 – Imigrantes haitianos segundo relação com o responsável pela família.



Fonte: Pesquisa de campo, 2014-2015. Grupo de Estudos Migratórios Amazônicos/UFAM-Observatório das Migrações em São Paulo-UNICAMP/Observatório das Migrações em Santa Catarina/UDESC.

Também em correlação com os dados administrativos, o grupo analisado é predominantemente masculino, conforme se pode visualizar no Gráfico 19.

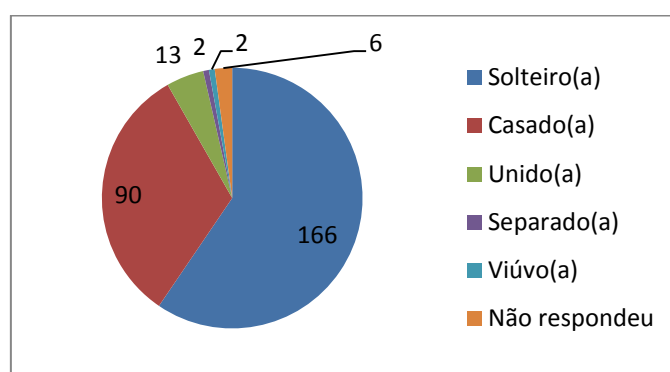
Gráfico 19 – Imigrantes haitianos segundo sexo



Fonte: Pesquisa de campo, 2014-2015. Grupo de Estudos Migratórios Amazônicos/UFAM-Observatório das Migrações em São Paulo-UNICAMP/Observatório das Migrações em Santa Catarina/UDESC.

No que se refere ao estado conjugal dos imigrantes que compõem o grupo da pesquisa, observa-se predominância da condição de “solteiro(a)” e, em menor medida, de “casado(a)”, conforme se pode visualizar no Gráfico 20. Um imigrante que se declara solteiro não significa necessariamente que seja sozinho, sem família, especialmente diante das condições predominantes neste grupo de relação com o chefe da família. A existência e a manutenção dos laços familiares e também conjugais tendem a condicionar o próprio envio de remessas de migrantes – e o desejo quanto ao retorno ao país de origem. Em ambos os casos, se perceberá que, mesmo distante, esse grupo entrevistado ainda guarda profunda relação com seus entes, lotando, nas cidades analisadas, *lan houses*, casas de chamadas telefônicas ao exterior, agências de remessas de dinheiro e agências de viagem.

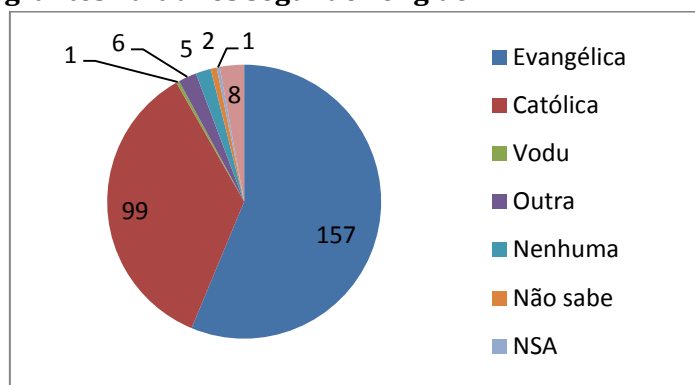
Gráfico 20 – Imigrantes haitianos segundo estado conjugal



Fonte: Pesquisa de campo, 2014-2015. Grupo de Estudos Migratórios Amazônicos/UFAM-Observatório das Migrações em São Paulo-UNICAMP/Observatório das Migrações em Santa Catarina/UDESC.

Embora o vodu seja mais que uma religião, uma instituição social e cultural haitiana, de forte conteúdo pedagógico, místico e de pacificação social (SEITENFUS, 2016), no grupo analisado a religião predominante é a evangélica, superior também em relação à Católica. Apenas um imigrante haitiano declarou-se praticante do vodu.

Gráfico 21 – Imigrantes haitianos segundo religião



Fonte: Pesquisa de campo, 2014-2015. Grupo de Estudos Migratórios Amazônicos/UFAM-Observatório das Migrações em São Paulo-UNICAMP/Observatório das Migrações em Santa Catarina/UDESC.

Há de se ponderar esse resultado sob dois aspectos: o primeiro, a intensa campanha de “evangelização” do Haiti, iniciada após a intervenção norte-americana no país entre 1915-1934 (CASTOR, 1978) e aprofundada após o Terremoto de 2010 (SEITENFUS, 2014). Estima-se que, através das campanhas de evangelização das igrejas de missão, 200.000 norte-americanos vão, anualmente, ao Haiti para atuar, durante algumas semanas, em ações religiosas (SEITENFUS, 2014). O segundo aspecto é a própria orientação específica das igrejas evangélicas brasileiras em buscar evangelizar esses imigrantes assim que eles chegam ao Brasil. Em Balneário Camboriú, por exemplo, ainda em 2013, quando a imigração haitiana na cidade ainda não tinha a visibilidade que passou a assumir após 2014, com a criação da Associação dos Haitianos da cidade, já havia folheto da igreja Testemunha de Jeová escrito em crioulo haitiano e entregue pessoalmente pelos pastores e missionários aos imigrantes haitianos no bairro de maior concentração do fluxo – o bairro dos Municípios. Não obstante o imprescindível trabalho que a Igreja Católica, especialmente através das Pastorais do Migrante e da Missão Paz, da Ordem Scalabriana, em São Paulo, é a igreja evangélica que, por estar mais presente nas periferias das grandes cidades brasileiras, está mais próxima dos imigrantes haitianos.

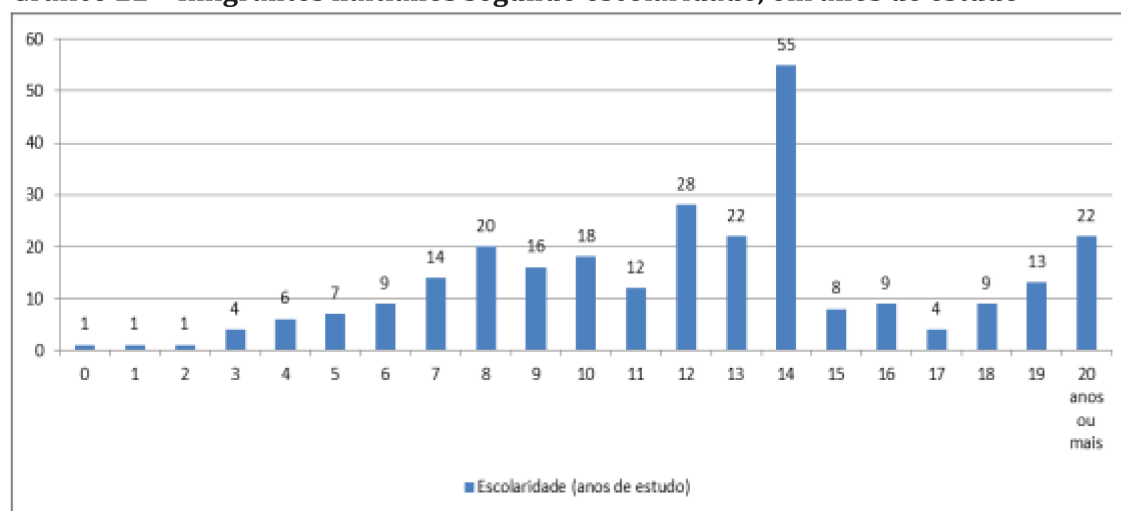
Igualmente, segundo Pimentel e Cotinguiba (2016), o fato de as auto declarações como praticantes do vodou não serem significativas não denotam, necessariamente, que a prática do vodou já não seja mais realizada no Haiti. Para os autores (2016), a repressão histórica ao vodou no Haiti “fez com que esse povo desenvolvesse estratégias de

camuflagem, como uma forma de autoproteção, para não ser perseguido ou discriminado pela escolha religiosa” (PIMENTEL e COTINGUIBA, 2016, p. 332). Essas estratégias não se restringem apenas ao Haiti, mas são também, como indicam Borba e Moreira (2016) em sua pesquisa junto à imigração haitiana no município de Santo André - SP, implementadas no contexto da inserção social, cultural e religiosa no Brasil.

As redes que se formam estão fortemente ligadas às identidades religiosas, posto que aqueles que professam a fé protestante possuem redes formais de apoio, ao passo que aqueles que não professam não as possuem. A omissão do voduísmo e o temor pela exclusão da comunidade limita os haitianos vodus de alcançar uma situação mais favorável em termos de integração, considerando que esta requer a garantia de expressão comunitária e o respeito à identidade religiosa. Dessa forma, os conflitos intragrupo podem constituir nova temática para o estudo dos processos de integração à medida que contemplam o seu desdobramento nas localidades e nas microesferas de poder (BORBA e MOREIRA, 2016, p. 462).

Em nossa pesquisa de campo, a escolaridade, enquanto anos de estudo, foi inquerida junto ao grupo de imigrantes, e o resultado sugere uma especificidade deste grupo: a cúspide, como pode ser visto no Gráfico 22, situa-se na nível “14 anos de estudos”, o equivalente, no Brasil, ao Ensino Médio completo. Novamente, não são desprezíveis os resultados que indicam haver, no grupo analisado, 65 imigrantes com 15 ou mais anos de estudo, o que equivale a dizer que possuem, pelo menos, o ensino superior incompleto. Desses 65, 22 declararam 20 anos ou mais de estudo, ou seja, possuem ensino superior completo.

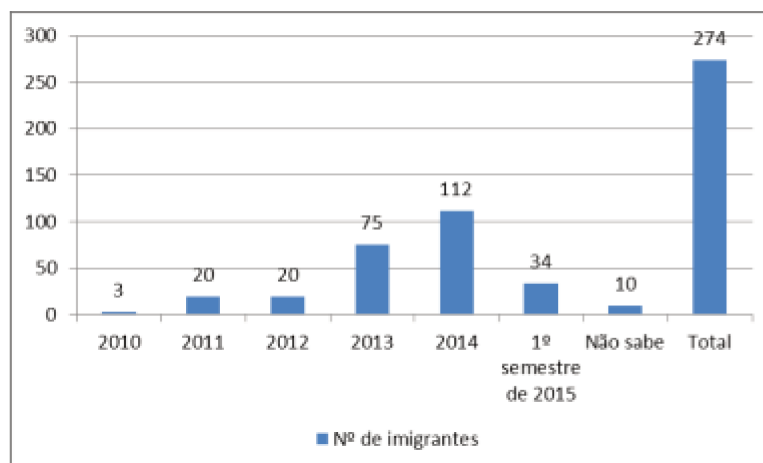
Gráfico 22 – Imigrantes haitianos segundo escolaridade, em anos de estudo



Fonte: Pesquisa de campo, 2014-2015. Grupo de Estudos Migratórios Amazônicos/UFAM-Observatório das Migrações em São Paulo-UNICAMP/Observatório das Migrações em Santa Catarina/UDESC.

No que se refere ao ano de chegada ao município de residência dos imigrantes que compõem o grupo analisado, percebe-se a predominância da chegada no ano de 2014.

Gráfico 23 – Imigrantes haitianos segundo ano de chegada no município de residência



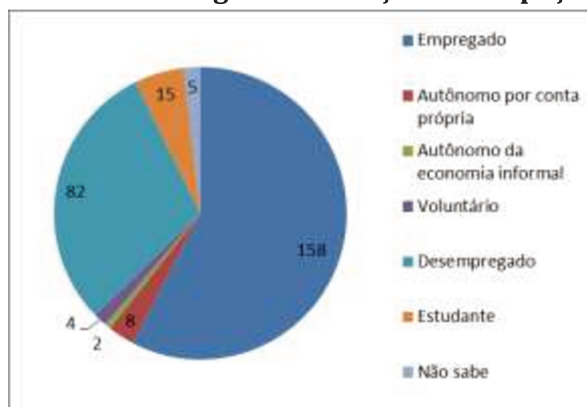
Fonte: Pesquisa de campo, 2014-2015. Grupo de Estudos Migratórios Amazônicos/UFAM-Observatório das Migrações em São Paulo-UNICAMP/Observatório das Migrações em Santa Catarina/UDESC.

Salienta-se, inicialmente, que a participação da categoria “1º semestre de 2015” não é nada desprezível. Igualmente, não há necessariamente oposição entre a predominância de 2014 e os dados administrativos, nos quais a predominância é do ano de 2012, pois enquanto os primeiros referem-se à chegada ao município de residência, os registros do MTE captam, por sua vez, a chegada ao Brasil, momento em que se dá a solicitação de refúgio. A diferença indica mais uma mobilidade interna entre a chegada e a aplicação da entrevista do que propriamente resultados distintos.

Retornemos a algumas variáveis relativas à inserção laboral, mas agora referindo-nos especificamente ao grupo de imigrantes haitianos da pesquisa.

Sobre a condição de ocupação, ressalta-se que a maior parte dos imigrantes entrevistados declarou estar empregado no momento da entrevista. Destaca-se, no entanto, um número elevado de imigrantes desempregados (82 de 274), conforme se pode ver no Gráfico 24.

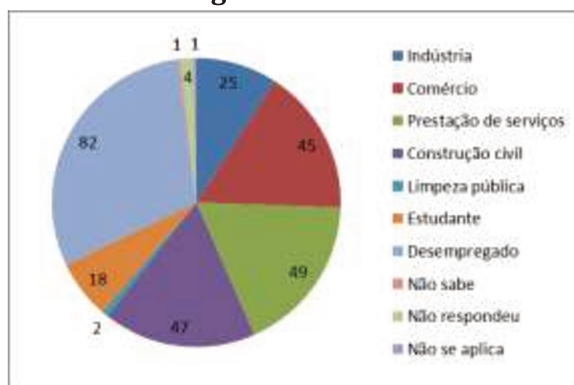
Gráfico 24 - Imigrantes haitianos segundo condição na ocupação laboral



Fonte: Pesquisa de campo, 2014-2015. Grupo de Estudos Migratórios Amazônicos/UFAM-Observatório das Migrações em São Paulo-UNICAMP/Observatório das Migrações em Santa Catarina/UDESC.

No tocante ao ramo de atividade em que trabalham os imigrantes entrevistados, destaca-se o setor de prestação de serviços, de construção civil e de comércio. Dentro do setor de serviços, as ocupações mais comuns foram de trabalhadores de supermercados, estoquistas, cozinheiros e ajudantes de cozinheiros e camareiras. Na construção civil, os principais ofícios foram os de pedreiro e servente de pedreiro. Aqui, especificamente, reside um resultado específico do grupo analisado: a pequena participação da indústria, setor em que se situa o trabalho nos frigoríficos, no total dos resultados. Diferente dos registros administrativos do MTE, em que a indústria figura como principal setor dos haitianos admitidos no mercado formal de trabalho no Brasil em 2014, justamente em razão do trabalho nos frigoríficos, nesta pesquisa o setor da indústria é apenas o quarto resultado, como se vê no Gráfico 25.

Gráfico 25 - Imigrantes haitianos segundo ramo de atividade laboral

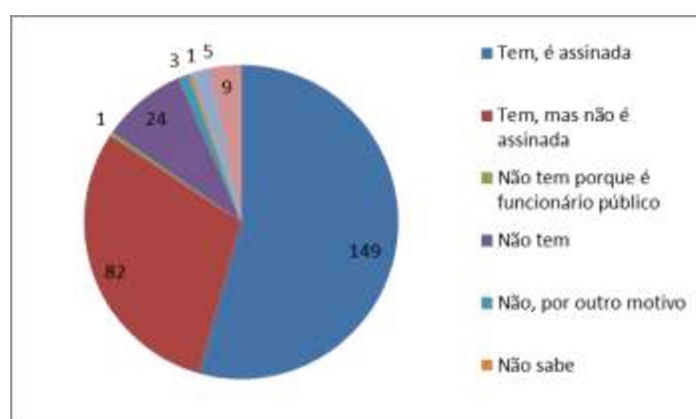


Fonte: Pesquisa de campo, 2014-2015. Grupo de Estudos Migratórios Amazônicos/UFAM-Observatório das Migrações em São Paulo-UNICAMP/Observatório das Migrações em Santa Catarina/UDESC.

A razão desta diferença está, certamente, na matriz econômica dos municípios da pesquisa: em apenas quatro destes municípios (Santa Fé do Sul, Bento Gonçalves, Encantado e Caxias do Sul) a agro indústria, principal empregador de trabalhadores haitianos dentro do setor industrial, é um ramo de atividade relevante à economia do município.

Em relação à carteira de trabalho, há predominância, no grupo analisado, daqueles que têm carteira de trabalho e ela estava assinada no momento da entrevista. Os 82 imigrantes haitianos desempregos possuíam carteira de trabalho, mas ela não estava assinada no momento da entrevista. Por fim, destaca-se um grupo de 24 haitianos que não possuíam carteira de trabalho no momento da entrevista. Esses resultados podem ser visualizados no Gráfico 26.

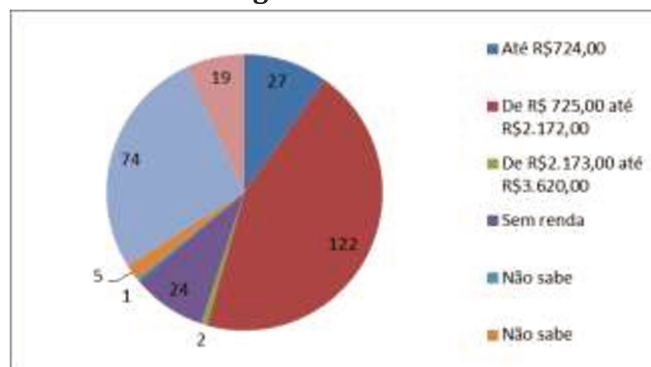
Gráfico 26 – Imigrantes haitianos segundo condição da carteira de trabalho



Fonte: Pesquisa de campo, 2014-2015. Grupo de Estudos Migratórios Amazônicos/UFAM-Observatório das Migrações em São Paulo-UNICAMP/Observatório das Migrações em Santa Catarina/UDESC.

Sobre a renda mensal destes trabalhadores, há predominância de rendimento entre R\$725,00 e R\$2.172,00. Um grupo de 27 imigrantes haitianos, no entanto, declararam receber, no momento da entrevista, menos de um salário mínimo (que era de R\$724,00), conforme se pode ver no Gráfico 27.

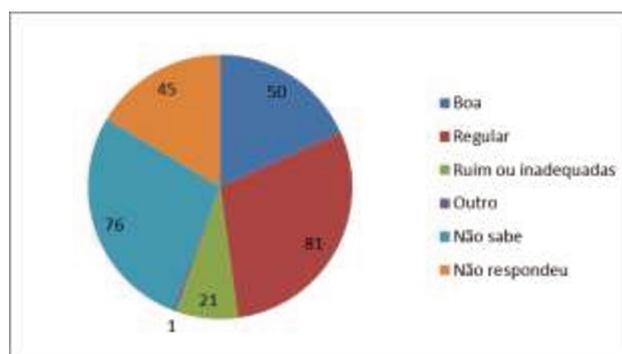
Gráfico 27 – Imigrantes haitianos segundo renda mensal



Fonte: Pesquisa de campo, 2014-2015. Grupo de Estudos Migratórios Amazônicos/UFAM-Observatório das Migrações em São Paulo-UNICAMP/Observatório das Migrações em Santa Catarina/UDESC.

Tão importante quanto as informações acima, a pesquisa consultou o grupo de imigrantes haitianos sobre como eles avaliam as suas condições de trabalho. Os resultados indicam predominância da avaliação destas condições como “regulares” (declaração dada por 81 imigrantes), bem como uma grande incidência de “não sabe” e “não respondeu”, que indicam, também, um desconforto em relação à pergunta, por maiores que tenham sido os cuidados durante a realização das entrevistas. O que se expressa como “regular” é, em realidade, um misto de contentamento com a obtenção do trabalho si e de decepção com o fato deste trabalho não corresponder tanto à formação e qualificação profissional como às pretensões construídas antes do projeto migratório. O Gráfico 28 apresenta esses resultados:

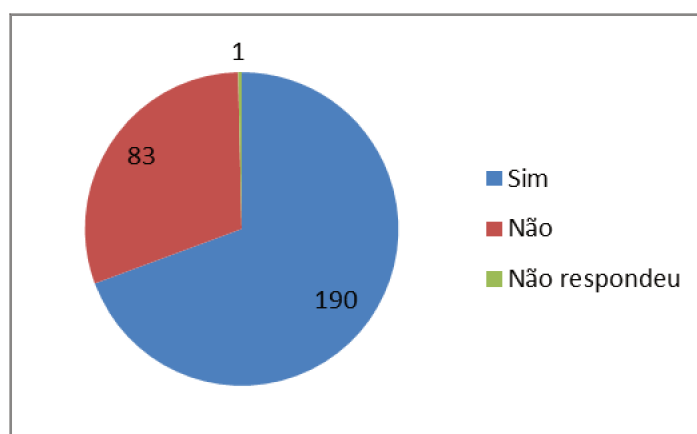
Gráfico 28 – Imigrantes haitianos segundo condição de trabalho



Fonte: Pesquisa de campo, 2014-2015. Grupo de Estudos Migratórios Amazônicos/UFAM-Observatório das Migrações em São Paulo-UNICAMP/Observatório das Migrações em Santa Catarina/UDESC.

As condições de trabalho no Brasil são suportadas em razão da centralidade que o trabalho tem no projeto migratório haitiano. Nesta centralidade, o tema das remessas é não apenas um elemento de manutenção dos laços familiares e afetivos com os que ficaram no Haiti, como também um termômetro do sucesso deste projeto e um indicador, objetivo, de sua viabilidade. Não por outra razão que, como veremos no Capítulo 3, as mais duras condições de trabalho tendem a ser suportadas. Não por uma suposta maior resistência dos trabalhadores à estas condições, que levaria facilmente ao equívoco da naturalização das violações trabalhistas a que estão submetidos, mas sim pela necessidade – dependência – destas remessas em seu país de origem. De modo que, conforme mostra o Gráfico 29, a grande maioria dos imigrantes entrevistados envia remessas a seus familiares:

Gráfico 29 – Imigrantes haitianos segundo envio de remessas

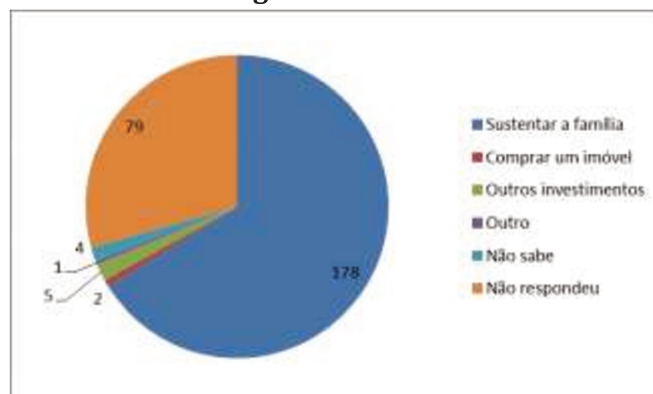


Fonte: Pesquisa de campo, 2014-2015. Grupo de Estudos Migratórios Amazônicos/UFAM-Observatório das Migrações em São Paulo-UNICAMP/Observatório das Migrações em Santa Catarina/UDESC.

Inserem-se no grupo dos que não enviam remessas, fundamentalmente, aqueles que, no momento da entrevista, estavam desempregados.

Outro indicador da dependência de remessas é a finalidade destes recursos. Do grupo de imigrantes pesquisado, aqueles que enviam remessas o fazem com a finalidade quase exclusiva de sustentar a família. Apenas cinco declararam que os recursos deveriam ser utilizados para outros investimentos, e dois, para a compra de imóveis. O Gráfico 30 ilustra a destinação das remessas para fins de consumo corrente das famílias.

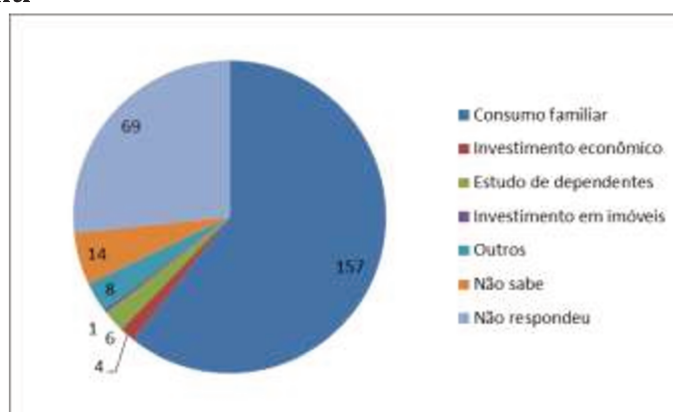
Gráfico 30 – Imigrantes haitianos segundo finalidade do envio de remessas



Fonte: Pesquisa de campo, 2014-2015. Grupo de Estudos Migratórios Amazônicos/UFAM-Observatório das Migrações em São Paulo-UNICAMP/Observatório das Migrações em Santa Catarina/UDESC.

Quando questionados sobre qual uso efetivamente é feito das remessas, embora apareçam outras modalidades de gastos dos recursos, o resultado geral permanece por indicar uma situação de dependência das remessas, na qual a maior parte do dinheiro é utilizado para consumo corrente. Uma pequena parcela (6 imigrantes) respondeu que os recursos servem ao financiamento de estudo de dependentes.

Gráfico 31 – Imigrantes haitianos segundo usa das remessas por parte dos familiares no Haiti



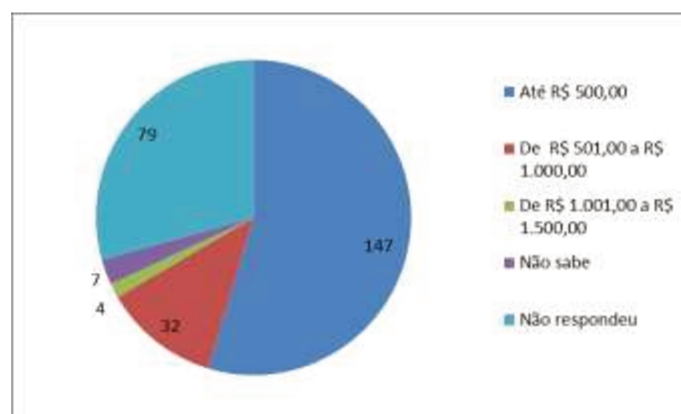
Fonte: Pesquisa de campo, 2014-2015. Grupo de Estudos Migratórios Amazônicos/UFAM-Observatório das Migrações em São Paulo-UNICAMP/Observatório das Migrações em Santa Catarina/UDESC.

Esses dados confirmam, portanto, a hipótese da existência de dependência de remessas por parte dos familiares dos imigrantes haitianos entrevistados. Dado que são recursos utilizados quase exclusivamente para o consumo corrente das famílias, não seriam nada desprezíveis os efeitos de uma instabilidade no mercado de trabalho

brasileiro. Àqueles que buscam conciliar o envio de recursos a seus familiares com certo nível de consumo e de lazer, resta a alternativa de trabalhar em dois ou mesmo três empregos. Essa opção não raramente está associada a DORT's (Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho), como se verá no Capítulo 4 desta Tese.

Essas remessas não são, no entanto, regulares. O seu envio está mais associado à obtenção mesma deste recurso, em uma difícil economia de parte dos já vistos baixos salários, do que propriamente ao calendário. Assim, vigora certo acordo entre imigrante e seus familiares sobre o valor a ser enviado, que a maioria das respostas indicou ser de R\$200,00. Por essa razão teve predominância o grupo de respostas “até R\$500,00”, conforme se pode visualizar no Gráfico 32.

Gráfico 32 – Imigrantes haitianos segundo valor médio das remessas enviadas



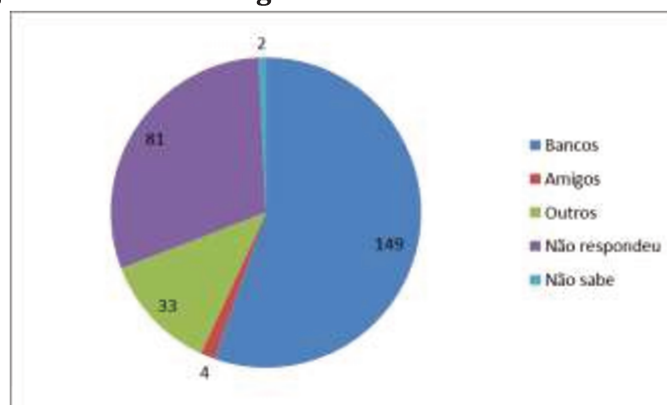
Fonte: Pesquisa de campo, 2014-2015. Grupo de Estudos Migratórios Amazônicos/UFAM-Observatório das Migrações em São Paulo-UNICAMP/Observatório das Migrações em Santa Catarina/UDESC.

O valor destas remessas, na maioria dos casos, não ultrapassa os R\$500,00: 147 entrevistados responderam enviar remessas de até este valor, ao passo que outros 32 afirmaram que enviam remessas entre R\$501,00 e R\$1.000,00 e outros 4 imigrantes, remessas entre R\$1.001,00 e R\$1.500,00. Trata-se, portanto, de envios de recursos não muito altos, mas que, na conversão cambial com a moeda nacional do Haiti, indica uma alta capacidade de poder de compra (MAGALHÃES e BAENINGER, 2014), especialmente para aquelas famílias que sobrevivem com base no salário mínimo diário do país.

Estes valores devem ser, naturalmente relativizados: o que eles significam para trabalhadores estrangeiros, falantes de outras línguas, que atuam no mercado de trabalho das cidades analisadas na pesquisa, em serviços dentro de supermercados, frigoríficos, na construção civil? O que significam estes valores para os familiares que residem ainda em um país devastado pelo terremoto de 2010, ao qual seguiram-se dois furacões, e onde a presença militar estrangeira é uma constante? Responder a estas questões exigiria exercícios econômicos que não correspondem exatamente aos objetivos desta seção. Deve-se, considerar, no entanto, que US\$1,00 equivale, aproximadamente, a 60,00 Gourdes (a moeda nacional do Haiti). O salário mínimo para uma jornada de 8 horas de trabalho por dia é de 300 gourdes, o equivalente a US\$5 dólares. Por consequência, uma remessa de US\$100,00 (atualmente, aproximadamente R\$346,00) equivale no Haiti a 6.000 gourdes, equivale a 20 dias de trabalho daqueles que recebem o salário mínimo diário no país.

A maior parte das remessas enviadas são enviadas através de transferências bancárias, ao passo que apenas 4 imigrantes declararam enviar suas remessas através de amigos. Outras formas de envio, que não exigem necessariamente que o imigrante tenha conta bancária, totalizaram 33 respostas, conforme se pode verificar no Gráfico 33.

Gráfico 33 - Imigrantes haitianos segundo modo de envio das remessas

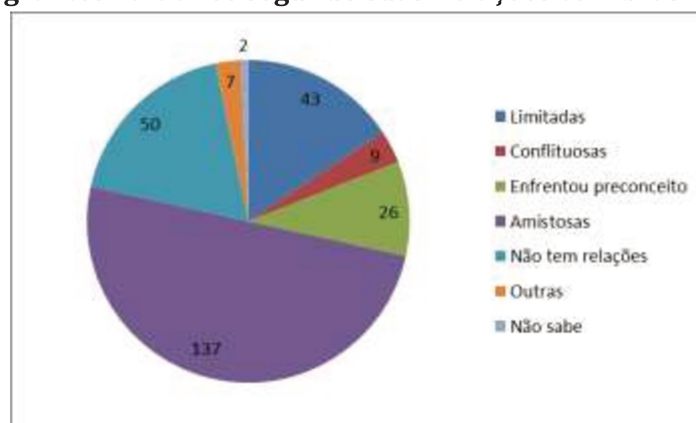


Fonte: Pesquisa de campo, 2014-2015. Grupo de Estudos Migratórios Amazônicos/UFAM-Observatório das Migrações em São Paulo-UNICAMP/Observatório das Migrações em Santa Catarina/UDESC.

Dos imigrantes que compõem o grupo analisado, as relações com os brasileiros são predominantemente amistosas, embora seja bastante significativo o contingente de imigrantes que respondeu não ter relações com brasileiros e o de imigrantes que afirmaram ter relações apenas limitadas com brasileiros. Também chama a atenção as

manifestações de que estas relações envolvem preconceito e sejam conflituosas. O Gráfico 31 apresenta essas informações e nos impele a refletir o efeito da própria política migratória brasileira, dos meios de comunicação de massa e da situação de vulnerabilidade social e também no mercado de trabalho, sobre as condições de acolhimento por parte de brasileiros e brasileiras que, desde 2010, passaram a conviver com imigrantes haitianos.

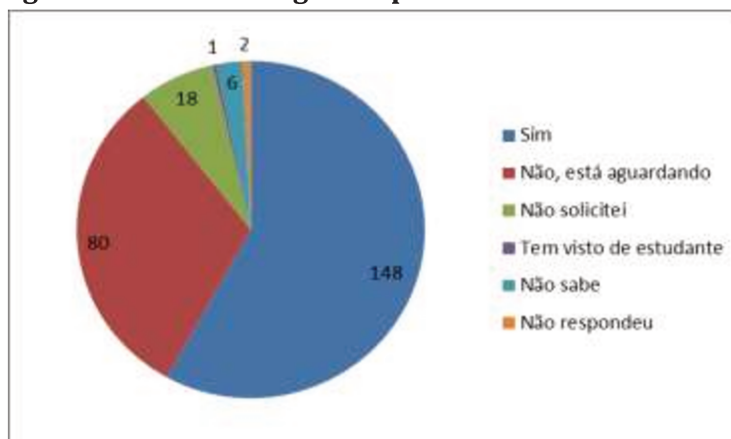
Gráfico 34 – Imigrantes haitianos segundo suas relações com brasileiros



Fonte: Pesquisa de campo, 2014-2015. Grupo de Estudos Migratórios Amazônicos/UFAM-Observatório das Migrações em São Paulo-UNICAMP/Observatório das Migrações em Santa Catarina/UDESC.

Sobre a posse de visto humanitário, a maior parte dos imigrantes entrevistados declarou possuí-lo (148 imigrantes) ao passo que outros 80 imigrantes responderam não tê-lo ainda, mas estar aguardando-o. Um grupo muito pequeno de 18 imigrantes declarou sequer ter solicitado o visto, isto é, não o possuem e não têm previsão de obtê-lo. Seis imigrantes não souberam responder e dois preferiram não responder a esta questão.

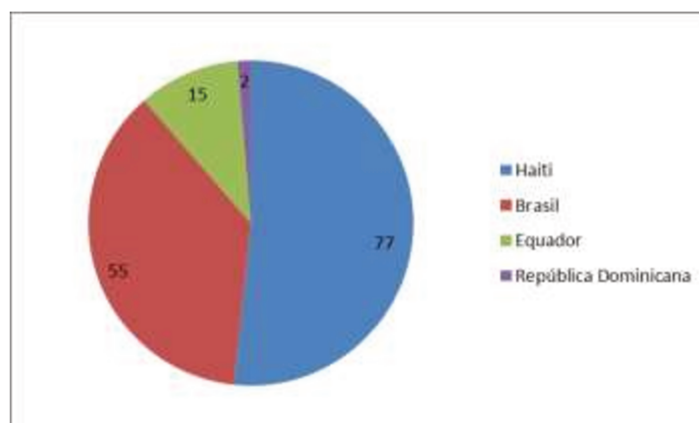
Gráfico 35 – Imigrantes haitianos segundo posse do Visto Humanitário



Fonte: Pesquisa de campo, 2014-2015. Grupo de Estudos Migratórios Amazônicos/UFAM-Observatório das Migrações em São Paulo-UNICAMP/Observatório das Migrações em Santa Catarina/UDESC.

Aos imigrantes haitianos que possuem visto (os 148 que possuem o visto humanitário e aquele único que declarou possuir o visto de estudante), foi perguntado em que país este visto foi obtido. De suas respostas, percebe-se que muitos imigrantes que compõem o grupo da pesquisa se beneficiaram da RN nº 102, que permite concessão de visto humanitário também em outros países (Peru, Equador, Bolívia e República Dominicana). Foram 15 os imigrantes que obtiveram visto humanitário no Equador e 2 na República Dominicana.

Gráfico 36 – Imigrantes haitianos segundo país de obtenção do Visto Humanitário



Fonte: Pesquisa de campo, 2014-2015. Grupo de Estudos Migratórios Amazônicos/UFAM-Observatório das Migrações em São Paulo-UNICAMP/Observatório das Migrações em Santa Catarina/UDESC.

As características até aqui vistas da imigração haitiana no Brasil, bem como aquelas ainda não analisadas, como a associação e participação políticas, a capilaridade de suas redes sociais no Brasil e suas estratégias de inserção social e cultural, indicam que a migração haitiana no Brasil não é um fenômeno que tende a se esgotar.

O fluxo migratório de haitianos para o Brasil não é um fenômeno passageiro e tende a se perpetuar, como tantos outros processos migratórios que ocorreram no país. As características únicas desse fluxo, como, por exemplo, a chegada em volume crescente de naturais de um país que não tem fronteira com o Brasil, situação que não se conhecia desde a primeira metade do século XX, ou o processo de regularização do status migratório, favorecido por resoluções aplicáveis exclusivamente aos haitianos, colocam desafios à sociedade brasileira (FERNANDES, 2014, p. 124)

Antes de analisarmos quais são, propriamente, estes desafios sugeridos por Fernandes (2014), é importante que continuemos a tratar da complexidade do fenômeno haitiano no Brasil. Como veremos no Capítulo 4 desta Tese, entre 2010 e os dias atuais a imigração haitiana no Brasil, e especificamente em Santa Catarina, não é um fenômeno estático, senão que passa por alterações de suas características, alterações essas que condicionam, atualmente, um perfil bastante mais amplo e complexo que aquele observado nos primeiros anos do fluxo, além de um volume significativo: repita-se que, apenas entre 2010 e 2013, a imigração haitiana no Brasil foi de um volume superior a outros fluxos historicamente constituídos, como o de portugueses, argentinos e paraguaios, configurando a nacionalidade haitiana como o maior grupo estrangeiro no mercado formal de trabalho brasileiro já em 2013.

O fluxo migratório do Haiti ao Brasil tem assumido proporções muito maiores das que haviam sido previstas inicialmente, quando o país iniciou a abrir canais regulares para a entrada e permanência de haitianos e a regularizar a condição migratória de quantos entravam de forma irregular. A intensidade do fluxo traz consigo também uma diversidade de população, por exemplo, crianças desacompanhadas ou mulheres grávidas, que amplia a complexidade do fenômeno. Além de esconder formas de contrabando de migrantes e riscos de tráfico de pessoas, o fluxo tão intenso por vias irregulares tem criado tensões sociais e políticas na fronteira norte. Com o passar do tempo, a imigração haitiana esta exigindo também para os que entram pelos aeroportos, especialmente por Guarulhos, a implementação dos serviços oferecidos aos que chegam no Brasil de forma irregular; o que deve facilitar e agilizar a inserção dos haitianos no mercado do trabalho (OIM, 2014, ps. 112 – 113).

No mercado de trabalho, no entanto, o que se observa é a existência de contradições e um grau adicional de exploração da força de trabalho haitiana, como se verá no Capítulo 4 desta Tese. Uma das principais contradições é a incompatibilidade entre a formação técnica e a escolaridade em relação aos trabalhos realizados – outras

são a ausência de explicações sobre como funciona a legislação trabalhista brasileira e as dificuldades quanto à língua, sentidas inclusive durante as assinaturas de contratos de admissão e demissão laborais. “Entre as principais dificuldades no que se refere ao trabalho dos haitianos, além da falta de conhecimento do idioma e da cultura, foi informado que há reclamações por parte dos trabalhadores e dos empregadores que se referem ao pouco conhecimento que os migrantes têm de como funcionam as relações de trabalho no Brasil, assim como questões gerais referentes à diferença cultural” (OIM, 2014, p. 112).

Ademais dos problemas do ainda vigente Estatuto do Estrangeiro e da natureza provisória dos mecanismos criados pelo Estado brasileiro para assegurar a permanência da imigração haitiana no Brasil, dois outros problemáticos corolários da política migratória brasileira continuam por subalternizar os imigrantes haitianos e condená-los à vulnerabilidade.

O primeiro é a centralização dos mecanismos de proteção e garantia de direitos humanos. Essa centralização acarreta uma ausência de comprometimento institucional de esferas governamentais estaduais e municipais. “A centralização decisória das questões migratórias na esfera federal faz com que os estados e municípios se sintam descomprometidos com a acolhida e a inclusão dos imigrantes. Assim a responsabilidade fica com as organizações humanitárias, serviços que deveriam ser encargo dos governos” (OIM, 2014, p. 74).

O segundo é o não reconhecimento da documentação (diplomas, certificados, atestados etc) destes imigrantes pelo Estado brasileiro, o que condiciona fortemente a dissociabilidade entre a formação técnica e a escolaridade em relação aos trabalhos realizados – e dificulta o acesso ao ensino e a entrada na Universidade, por exemplo.

Muitos migrantes, porém, têm objetivo claro de migrar ao Brasil para estudar e o acesso aos estudos, sobretudo em nível universitário, requer uma série de procedimentos e documentos que quase sempre são desconhecidos dos potenciais migrantes. O mesmo refere-se às crianças que aumentam de número e estão desafiando o Brasil como um tema novo na educação: a presença, nas escolas públicas, de crianças e adolescentes que não conhecem o português. Altos custos e dificuldade para obtenção de documentos haitianos também foram assinalados como dificuldades enfrentadas pelos migrantes do Haiti que escolheram o Brasil para viver ou para permanecer por um tempo até conseguir emigrar para outro destino, no exterior (OIM, 2014, p. 113).

Por tal razão que Fernandes (2014) considera ser necessário “o estabelecimento de um diálogo bilateral entre as autoridades governamentais do Brasil e do Haiti, no

sentido de propor ações conjuntas para coibir o tráfico de imigrantes e criar facilidades para a obtenção da documentação necessária para o visto junto às repartições consulares brasileiras” (FERNANDES, 2014, p. 127). Essas contradições, vistas aqui em perspectiva nacional, serão novamente abordadas no Capítulo 4 desta Tese, todavia relacionadas à população imigrante haitiana em Santa Catarina.

Capítulo 4 – Imigrantes haitianos no estado de Santa Catarina – SC

4.1 Primeira fase da presença e o processo de recrutamento

Neste capítulo, analisaremos o perfil sociodemográfico da presença haitiana no estado de Santa Catarina, a partir de uma análise quantitativa e qualitativa que parte da cidade de Balneário Camboriú mas que se amplia para todo o estado. Esta análise provém de dados levantados por trabalho de campo de natureza qualitativa realizado nas principais cidades receptoras da migração haitiana no estado. A partir desta investigação, aprofundaremos na reflexão sobre as remessas que estes migrantes enviam a seus familiares no Haiti, buscando associá-las a categorias discutidas nos capítulos anteriores, como dependência e desenvolvimento. Desta aproximação, apresentaremos dois conceitos operacionais importantes para a reflexão da migração haitiana no Brasil: dependência de remessas e síndrome emigratória. Por fim, utilizaremos estes conceitos para refletir teoricamente sobre a relação entre migração haitiana, remessas e desenvolvimento no Haiti – dando contornos finais a uma análise iniciada ainda no Capítulo 1.

As informações que se seguem são referentes à pesquisa de campo de natureza qualitativa realizada em Balneário Camboriú, cidade litorânea do estado de Santa Catarina, localizada a 81 km da capital estadual (Florianópolis) e com população residente estimada em 124.557 pessoas (FIBGE, 2015). No auge da imigração haitiana na cidade, estima-se que nela residiram mais de 1000 imigrantes haitianos (ASHAN, 2014). Esse número tem se reduzido consideravelmente, especialmente a partir de 2016. Segundo Marcel, que leva todos os dias de 5 a 10 imigrantes ao aeroporto de Navegantes (o mais próximo de Balneário Camboriú com voos a São Paulo), atualmente residem na cidade o equivalente a 25% do número máximo de imigrantes haitianos que já residiram no município.

A pesquisa de campo iniciou-se com entrevistas realizadas no ambiente de trabalho e seguiu com a realização delas na Associação dos Haitianos de Balneário Camboriú (ASHABC) e em uma sala de serviços (barbearia, empresa de remessas, locutório e venda de créditos para celular) da comunidade haitiana na cidade.

Estas entrevistas foram realizadas em duas etapas: uma etapa experimental, mais longa, entre os meses de Junho de 2013 e Junho de 2014, em que realizou-se também

trabalho de observação participante no “Grupo Cultural A Esperança que nos Une”, formado por brasileiros e imigrantes haitianos, e uma etapa mais concentrada, realizada entre maio e julho de 2015, caracterizada por uma aplicação mais intensa dos questionários da pesquisa qualitativa.

Pelas características desse questionário utilizado³⁰, as entrevistas realizadas permitiram obter informações referentes a um grupo de 99 imigrantes haitianos residentes na cidade de Balneário Camboriú. A maior parte deles foi entrevistada em *lan houses*, igrejas, barbearias e casas de chamadas telefônicas internacionais. Dos entrevistados em ambiente de trabalho, todos eles eram trabalhadores do setor de supermercados e da construção civil, exceto Jennie, que trabalha como diarista.

Do grupo de 99 imigrantes, 53 chegaram ao Brasil através da fronteira do país com o Peru no estado do Acre, 14 declararam ter vindo de avião, entrando no Brasil pelo Aeroporto de Guarulhos, em São Paulo, de forma documentada. Há ainda aqueles que chegaram de ônibus em outros estados (3 imigrantes); 7 não souberam responder e 21 preferiram não responder por onde entraram ao Brasil. Por fim, um declarou ter entrado ao Brasil através da fronteira amazônica com a Venezuela.

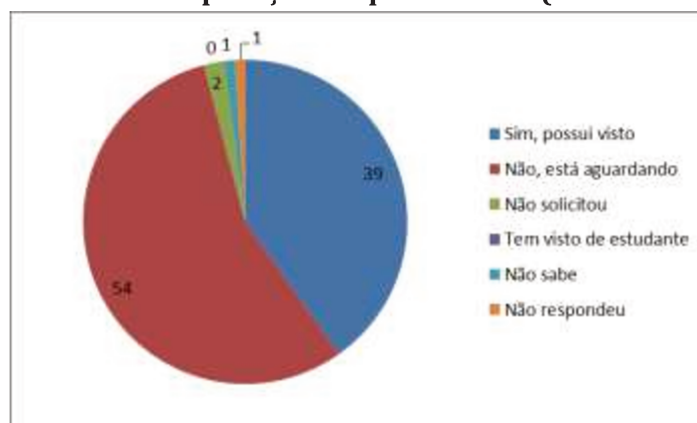
A predominância da entrada indocumentada pela fronteira é uma característica não apenas da presença haitiana em Balneário Camboriú mas também da presença haitiana em todo o Brasil (PATARRA, 2012).

A maioria dos imigrantes haitianos entrevistados chegou ao Brasil em situação de indocumentados, isto é, sem os documentos necessários à fixação de um estrangeiro no país, como sugere a via de entrada ao país. No momento da entrevista, a maior parte dos imigrantes entrevistados declarou não ter ainda o visto, mas estar aguardando-o.

O Gráfico 37 apresenta as informações sobre a condição em relação ao visto humanitário, no momento da aplicação do questionário.

³⁰ Em nosso estudo de campo, tivemos a oportunidade ainda de aplicarmos questionário que vem sendo utilizado nacionalmente na pesquisa *Haitianos no Brasil: Perfil e trajetórias em algumas cidades brasileiras*, sob a coordenação do professor Dr. Sidney Antônio da Silva (INCT Brasil Plural) em conjunto com o Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO-UNICAMP/FAPESP-CNPq) e com o Observatório das Migrações em Santa Catarina (UDESC-CNPq). Sobre o questionário, consultar Anexos desta Tese.

Gráfico 37 – Imigrantes haitianos segundo condição em relação ao visto humanitário no momento da aplicação do questionário (Balneário Camboriú – SC)

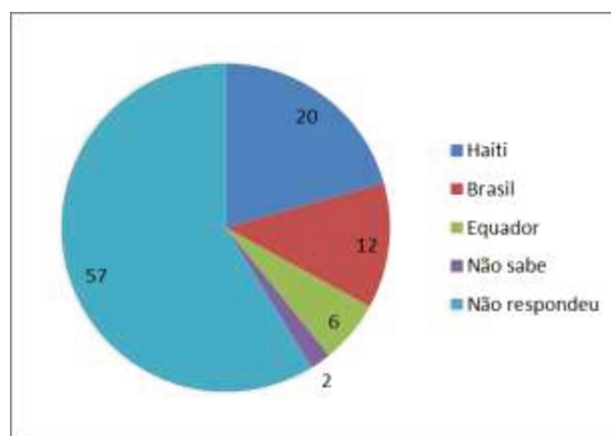


Fonte: Pesquisa de campo, 2014-2015. Grupo de Estudos Migratórios Amazônicos/UFAM-Observatório das Migrações em São Paulo-UNICAMP/Observatório das Migrações em Santa Catarina/UDESC.

Como se pode observar no Gráfico 37 e nas informações anteriores, alguns imigrantes já chegaram ao Brasil com o visto humanitário em mãos. São imigrantes que obtiveram o visto no Haiti, na República Dominicana ou mesmo no Equador, estes últimos beneficiados pela RN nº 102, que autoriza a emissão de vistos em outros países. Clarkson, de 33 anos de idade, é um destes imigrantes beneficiados pela RN nº 102: chegou ao Brasil em 12 de Novembro de 2012, com visto de permanência por 5 anos, obtido na Embaixada Brasileira em Santo Domingo, na República Dominicana. A posse do visto o fez não ter de se submeter à longa viagem entre Equador ou Lima e o estado do Acre. Pelo contrário, viajou diretamente de Santo Domingo a Navegantes, com escalas na Cidade do Panamá e em São Paulo. De Navegantes, dirigiu-se imediatamente à cidade de Balneário Camboriú, onde sua mulher, Ayllen, que viera antes à cidade, o esperava³¹. Um dia após chegar a Balneário Camboriú, Clarkson foi a Itajaí, onde há um escritório da Polícia Federal. Lá obteve a sua Cédula de Identidade Estrangeira, com validade até 2017.

³¹ Este caso, em que a imigrante haitiana veio antes que seu cônjuge ao Brasil, embora seja menos comum que o caso contrário é igualmente ilustrativo das características específicas que a imigração de mulheres haitianas no Brasil assume. Para uma leitura teórica e metodológica sobre imigração e gênero no âmbito das mulheres haitianas no Brasil e a importância que assume para o seu estudo o conceito de ciclo de vida, ler o esclarecedor artigo de PERES, Roberta. Imigração e gênero: as mulheres haitianas no Brasil. In: BAENINGER, Rosana (Org). Imigração Haitiana no Brasil. Jundiaí: Paco Editorial: 2016. 684p.

Gráfico 38 – Imigrantes haitianos segundo país de obtenção do Visto Humanitário (Balneário Camboriú)

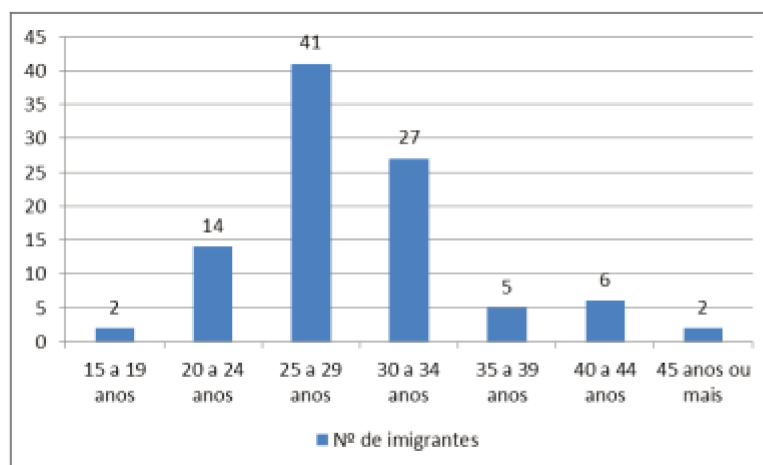


Fonte: Pesquisa de campo, 2014-2015. Grupo de Estudos Migratórios Amazônicos/UFAM-Observatório das Migrações em São Paulo-UNICAMP/Observatório das Migrações em Santa Catarina/UDESC.

No Gráfico 38, os 57 imigrantes que não responderam são, precisamente, aqueles que não possuem visto mas o estão aguardando (54), que não solicitaram (2) ou que são estudantes (1). Jeremie, de 32 anos de idade, é um desses imigrantes que chegaram indocumentados ao país. Sua viagem foi, por consequência, mais longa e perigosa. Do Haiti, viajou de ônibus à República Dominicana, país vizinho na ilha caribenha, de onde partiu de avião até a Cidade do Panamá. Do Panamá, embarcou de avião até Quito, onde iniciou uma viagem de 6 dias de ônibus até o Acre, passando por Lima. Ficou dois meses sob péssimas condições no Acre. Quando regularizou sua situação, obtendo CPF e Cédula de Identidade de Estrangeiro, viajou a Balneário Camboriú, recrutado pela empresa Imbrasul Construtora e Incorporadora. No dia 17 de Novembro de 2011 chegou à cidade. Dois anos e dez dias depois, vieram sua esposa e seu filho. Jeremie recordou na entrevista que trabalhou intensamente em dois empregos para juntar, durante este período, R\$5.470 para a compra das passagens da esposa e do filho.

No que se refere à estrutura etária, a variável “idade”, dois não souberam ou preferiram não responder à pergunta. Dos 97 imigrantes restantes, a maior parte declarou ter idade situada no grupo etário “25 a 29 anos”, seguido pelo grupo etário “30 a 34 anos”. A idade mais comum (moda) é a de 28 anos, a idade média é 29 anos.

Gráfico 39 – Imigrantes haitianos segundo estrutura etária (Balneário Camboriú - SC).



Fonte: Pesquisa de campo, 2014-2015. Grupo de Estudos Migratórios Amazônicos/UFAM-Observatório das Migrações em São Paulo-UNICAMP/Observatório das Migrações em Santa Catarina/UDESC.

A concentração da idade dos entrevistados nos grupos etários mais produtivos revela tratar-se de um grupo que chegou a Balneário Camboriú principalmente para trabalhar. Esse resultado é confirmado, nacionalmente, tanto pelos registros administrativos do MTE como pelos dados nacionais da pesquisa “Haitianos no Brasil: perfil e trajetórias em algumas cidades brasileiras”.

Vimos, até o momento, que a presença haitiana em Balneário Camboriú chegou ao Brasil principalmente de forma indocumentada, e possui estrutura etária caracterizada pela concentração de imigrantes em idade produtiva jovem. Estes dois elementos são de fundamental importância para entendermos a inserção laboral destes imigrantes.

Mas como chegaram a Balneário Camboriú os imigrantes haitianos? Que caminhos os levaram da fronteira do Acre ou Amazonas com o Peru, ou da cidade de São Paulo (para aqueles que chegaram ao Brasil de forma documentada)?

A resposta a esta questão nos aproxima um pouco mais dos objetivos deste Capítulo: identificação das fases da presença haitiana em Santa Catarina e entendimento da inserção laboral dos imigrantes haitianos na cidade e suas contradições.

A primeira fase da presença haitiana em Santa Catarina é marcada pelos processos de recrutamento (no Acre, Amazonas e São Paulo) como motores da concentração inicial dos imigrantes haitianos, particularmente nas cidades da

Mesorregião do Vale do Itajaí. Essa vinda estava, no entanto, situada em um contexto maior de mobilidade haitiana do Norte ao Sul do Brasil.

Referindo-se ao ano de 2012 e à dispersão pelo território brasileiro da população imigrante haitiana que se havia concentrado em Manaus – AM, Costa (2016) afirma que este ano

foi marcado pela presença de empregadores de outros estados, principalmente do Paraná, do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. O primeiro grupo de 26 haitianos partiu para Itajaí, no dia 01 de Fevereiro. Em seguida, chegaram os empregadores de Palotina, Marechal Cândido Rondon, Campo Largo, Londrina, Maringá, Araçongas e Pato Branco no estado do Paraná. E eram grupos grandes que saíam, quase sempre mais de vinte haitianos em cada grupo. Um frigorífico de aves de Pato Branco levou mais de cem imigrantes de uma vez só. Também de Pato Branco – PR, uma indústria de fogões levou, de uma só vez, quarenta e nove imigrantes. Quase ao mesmo tempo chegaram os empregadores do Rio Grande do Sul, sobretudo da região de Caxias do Sul (COSTA, 2016, p. 40).

Nesta etapa germinal do fluxo migratório, as redes sociais são, por enquanto, mais produto que causa dos fluxos, de modo que outro fator incidiu inicialmente na orientação da trajetória migratória dos haitianos rumo a Balneário Camboriú. Segundo Costa (2016), no entanto, são esses primeiros imigrantes que contam aos haitianos que permaneciam em Manaus vantagens a respeito da vida no Sul, particularmente em Santa Catarina, transformando-se em “pontos de referência para os novos chegados” (COSTA, 2016, p. 42). Destes novos imigrantes,

muitos eram da mesma família: primos, sobrinhos, irmãos, tios, amigos e conhecidos. Então os novos imigrantes de Manaus ou arrecadavam um pouco de dinheiro ou o recebiam dos amigos do Sul, compravam a passagem e embarcavam. Esta é a história de muita. Destas pessoas que viajaram não se possui os dados. Mas uma coisa é certa, o estado de Santa Catarina era o que mais estava na boca dos viajantes (COSTA, 2016, p. 42).

As respostas aos questionários aplicados indicam haver uma forte atuação de três empresas catarinenses no recrutamento e contratação de força de trabalho, ainda no Acre. Estas empresas foram até as cidades fronteiriças do Acre buscar a força de trabalho haitiana. Estas empresas são a Multilog, a Ambiental e a Imbrasul Construtora e Incorporadora.

A Multilog é uma empresa de logística em comércio exterior, sediada no município de Itajaí, vizinho de Balneário Camboriú. Seu principal produto é a armazenagem de bens, seu transporte para exportação, especialmente na região do Mercosul, e outros serviços conexos. Os imigrantes haitianos recrutados no Acre pela

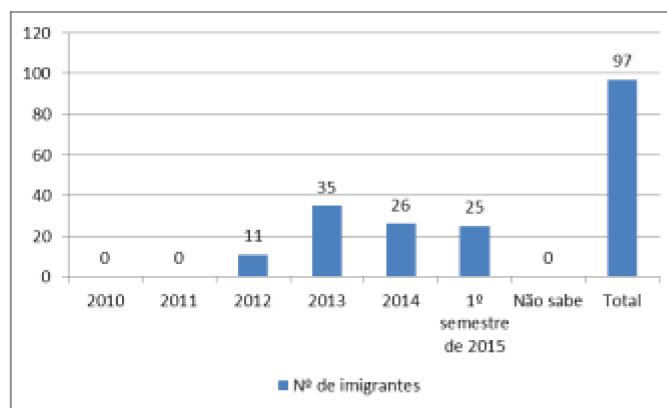
Multilog desempenharam, essencialmente, a função de estivadores, estoquistas e de serviços gerais.

A Ambiental é uma empresa de execução de obras e de realização de serviços de limpeza urbana em nove cidades do estado de Santa Catarina: Balneário Camboriú, Camboriú, Itajaí, Itapema, Indaial, Jaraguá do Sul, Joinville, São Francisco do Sul e São José. Além da coleta e transporte de lixo, a Ambiental faz ainda tratamento de resíduos sólidos e operações de saneamento básico, e emprega diretamente mais de 1.800 trabalhadores. Os imigrantes haitianos recrutados no Acre pela Ambiental desempenharam, essencialmente, as funções de garis e de serviços gerais.

A Imbrasul Construtora e Incorporadora é uma empresa sediada no município de Navegantes, distante 34 km de Balneário Camboriú. Constrói edifícios de alto padrão na região, especialmente na praia de Gravatá. Os imigrantes haitianos recrutados no Acre pela Imbrasul desempenharam, essencialmente, as funções de pedreiro, auxiliar de pedreiro, servente e serviços gerais.

Deste modo, os primeiros haitianos em Balneário Camboriú trabalhavam como garis no município e no porto de Itajaí. Alguns haviam sido recrutados no Acre para trabalhar na construção civil em Navegantes, mas os atrativos em Balneário Camboriú (especialmente a maior oferta de emprego e acesso a serviços e a proximidade com os haitianos residentes em Balneário Camboriú) rapidamente os atraíram. Realizavam, portanto, tarefas mais intensas no uso da força física, menos qualificadas. Foi apenas posteriormente que os trabalhadores haitianos dirigiram-se ao trabalho nos outros setores, principalmente o de supermercados. Nos supermercados, desempenham funções relacionadas ao trabalho no setor de cozinha (como cozinheiros dos próprios colegas de trabalho, que fazem suas refeições nos supermercados), estoque e reposição de produtos, horti-fruti e açougue. Não há registro de trabalhadores haitianos em funções de gerência ou mesmo de caixa de supermercados na cidade de Balneário Camboriú.

Gráfico 40 – Imigrantes haitianos segundo ano de chegada à Balneário Camboriú (2010 – 2015)



Fonte: Pesquisa de campo, 2014-2015. Grupo de Estudos Migratórios Amazônicos/UFAM-Observatório das Migrações em São Paulo-UNICAMP/Observatório das Migrações em Santa Catarina/UDESC.

Em 2013, os trabalhadores haitianos passam a ser recrutados pelas empresas da Região Sul não mais no Acre e no Amazonas mas em São Paulo, para onde havia ido o maior contingente, naquele então, de haitianos em mobilidade interna no Brasil. “Dessa maneira os empresários do Sul não necessitavam mais buscar os imigrantes em Manaus, arcando com os custos de viagem. Agora, os empresários iam para São Paulo e os contratavam lá mesmo, tendo como mediação a Missão Paz, na Baixada do Glicério” (COSTA, 2016, p. 43).

A julgar pela data de chegada à Balneário Camboriú, não é forçoso concluir que o fluxo permanece em expansão até o ano de 2015, ano em que também se dá a elevação de seu grau de associação política e o fortalecimento de seu acesso a políticas públicas específicas, de saúde, educação e documentação (ASSIS et al, 2016).

A projeção de manutenção e mesmo expansão do fluxo e de reunificação familiar, no momento da realização desta etapa do trabalho de campo, é confirmada pelas respostas dos imigrantes à pergunta sobre suas pretensões futuras. Quando perguntados sobre o desejo de voltar ao Haiti, os entrevistados tiveram de fazer um balanço principalmente entre a saudade dos familiares que ficaram, as condições de vida e de trabalho em Balneário Camboriú, além de suas perspectivas, e as duras condições de vida reinantes no Haiti. Embora o resultado desta mediação seja bastante uniforme, conforme se pode observar na Tabela 5, ele aponta para predominância do desejo de trazer os familiares para a cidade.

Tabela 5 – Imigrantes haitianos segundo pretensões futuras

Pretensões futuras dos imigrantes	Nº de Imigrantes
Permanecer no Brasil	10
Permanecer em Balneário Camboriú e trazer os familiares	25
Voltar para o país de origem	22
Mudar para outro país	20
Não sabe	20
Não respondeu	0
Total	97

Fonte: Pesquisa de campo, 2014-2015. Grupo de Estudos Migratórios Amazônicos/UFAM-Observatório das Migrações em São Paulo-UNICAMP/Observatório das Migrações em Santa Catarina/UDESC.

Dos 20 imigrantes haitianos que declararam desejar seguir sua trajetória migratória rumo a outros países, 15 responderam que esse novo país seriam os Estados Unidos, 2 disseram que seria o Canadá. Chile e Inglaterra foram apontados cada país por um imigrante, e um último disse não saber qual seria seu novo país.

Para muitos imigrantes haitianos, Balneário Camboriú não é, de fato, o fim da linha do projeto migratório. Mais que a procura por outros países, tem-se manifestado, no entanto, desde 2014, a mobilidade interna no estado de Santa Catarina. As razões e modalidades desta mobilidade interna serão o objeto da próxima seção.

Como Balneário Camboriú não é o destino final para muitos imigrantes haitianos residentes no estado de Santa Catarina, também o Brasil não é, necessariamente, o destino final do processo atual de emigração haitiana. Detenhamo-nos, ainda que brevemente, neste ponto.

Não obstante a resposta principal emitida pelos imigrantes haitianos entrevistados seja, conforme mostra a Tabela 5, permanecer na cidade e trazer seus parentes, agrupando as respostas em termos de permanência ou saída se percebe que 42 imigrantes pretendem deixar a cidade e o país, seja para retornar ao Haiti (22 respostas), seja para ir a outro país (20 respostas, em que se destacam Estados Unidos e Chile como principais respostas). Estas respostas anteciparam, já em 2015, movimento de retorno ao Haiti e de ida a outros países que se tornou predominante no ano de 2016. Esta importante transformação no processo de imigração haitiana no Brasil revela um aspecto central em termos de mobilidade: a de que o Brasil não seja, necessariamente, país de destino mas sim país de trânsito da imigração haitiana, em especial como

consequência do agravamento da crise política e econômica no Brasil (FERNANDES, 2016).

O Vice-Cônsul brasileiro no Haiti, Tarcísio Dias, argumenta que

nos primeiros dois anos, haitianos que foram para o Brasil eles conseguiram uma colocação, uma colocação no emprego, em fábrica, muito fácil, né, onde os empresários iam esperá-los no aeroporto e já empregavam, já alojavam, então eu acho que foi uma época assim.. o Brasil deve ter sido visto como o último eldorado para eles, né. E isto já, essa fase, vamos dizer assim, essa fase dourada já acabou praticamente, né, porque o que a gente tem notícia é que as entradas de haitianos, que inicialmente eram feitas pelo Acre, né, que eram recebidos lá na Chácara Aliança, fazenda Aliança, a chácara tá praticamente vazia e está tendo o reverso disso, ou seja, os haitianos que foram, né, a partir do ano passado já estão voltando, né. Eu acho que isso aí é realmente um reflexo da crise econômica e até política que a gente está enfrentando, né. Os haitianos já estão voltando... (Tarcísio Dias, 2016).

Quando questionado se esse movimento de retorno ao Haiti já estava sendo notado pelo Consulado brasileiro no país, Dias responde “Sim, sim, isso aí já foi veiculado pela mídia e nós temos, recebemos notícias aqui também, né, que já tá tendo o reverso disso, né, ou seja, eles voltam pro Acre, mas para pegar outros destinos. E o destino para a grande maioria é entrar para os Estados Unidos. Isso aí já é um reflexo da crise” (Tarcísio Dias, 2016).

Essas estratégias de mobilidade da emigração haitiana não possuem como fatores condicionantes apenas a crise econômica, embora essa seja bastante importante. A própria documentação oferecida pelas resoluções normativas brasileiras atuaram no sentido de facilitar uma migração a outros destinos, hipótese com a qual o Vice-Cônsul concorda.

E esse regresso deles não necessariamente (...) é voltando pro Haiti. Quer dizer, eles vão prá lá, e eu acredito até que alguns já partam daqui até com essa intenção de chegar lá e de lá já ver uma maneira de sair para outros países (...). Eu acho que talvez eles tenham uma maior facilidade para poder fazer essa viagem do que partindo daqui. E aí o caminho, o caminho é longo, né, quer dizer, passar por toda a América Central, depois entrada pelo México, né. Praticamente cruzar o México inteiro, né, e muito provavelmente pegar lá aquele trem da morte, que eles chamam, né, que é bastante perigoso. Eu antes de vir para cá estava servindo lá no nosso consulado no México e era bastante violento, né, esse percurso. Os coiotes, realmente, eles não dão qualquer atenção e se chegar à conclusão de que é um empecilho, eles deixam prá trás ou matam. Então é uma rota bastante perigosa (Cláudio Teixeira, 2016)

Essa visão do Vice-Cônsul, que reside no Haiti e está próximo, portanto, das condições materiais que expulsam, como produto histórico, parte significativa da população haitiana ao exterior, engloba a compreensão de que a mobilidade haitiana constrói alternativas que fazem com que o Brasil possa ser uma etapa migratória a um

destino que, embora tradicional, viu-se inviabilizado nos últimos anos – por conta da mesma crise econômica.

4.2 Segunda fase da presença: a mobilidade interna dos imigrantes haitianos em Santa Catarina

Como vimos, para muitos imigrantes haitianos residentes na região, as cidades do Vale do Itajaí não são a última etapa da sua trajetória migratória. Especialmente a partir de 2014, tem-se verificado uma mobilidade interna destes imigrantes pelo estado, especialmente rumo à Mesorregião Oeste de Santa Catarina (para cidades como Chapecó, Concórdia, Xanxerê, Xaxim e Nova Erechim). Esta dispersão pelo estado, que inclui ainda mobilidades rumo a Florianópolis, Criciúma e Joinville, inaugura a segunda fase da presença haitiana em Santa Catarina e nos aproxima das principais contradições da inserção laboral destes imigrantes.

Regularmente, são realizados recrutamentos de empresas frigoríferas do Oeste de Santa Catarina nas cidades do Vale do Itajaí, especialmente Balneário Camboriú. Pudemos participar de algumas dessas reuniões de recrutamento, no que percebemos a utilização da promessa do alojamento gratuito (na realidade, há desconto da folha salarial). Esta promessa torna-se tanto mais tentadora quanto mais caros são os aluguéis pagos por estes imigrantes em Balneário Camboriú. Até nosso último levantamento, foram mais 150 imigrantes haitianos residentes em Balneário Camboriú que deixaram a cidade com destino a Chapecó. A cidade de Chapecó é a segunda cidade no Brasil que mais realizou admissões de haitianos no mercado formal de trabalho (CAGED/MTE, 2015), atrás apenas de Curitiba – PR e à frente de cidades como São Paulo, Porto Alegre, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Das dez cidades com maior volume de admissão de trabalhadores haitianos em 2014 no Brasil, 4 delas são catarinenses (Chapecó, Itajaí, Joinville e Blumenau), como se pode ver na Tabela 6:

Tabela 6 – Cidades brasileiras que mais admitiram trabalhadores haitianos no mercado de trabalho formal (2014)

Município	Admissão	Demissão	Saldo
Curitiba - PR	1432	710	722
Chapecó - SC	680	130	550
São Paulo - SP	629	294	335
Cuiabá - MT	588	304	284
Itajaí - SC	579	220	359
Cascavel - PR	574	141	433
Joinville - SC	558	220	338
Porto Alegre - RS	466	175	291
Blumenau - SC	401	171	230
Contagem - MG	396	126	270
Outros	11274	4299	6975

Fonte: CAGED/MTE, 2015.

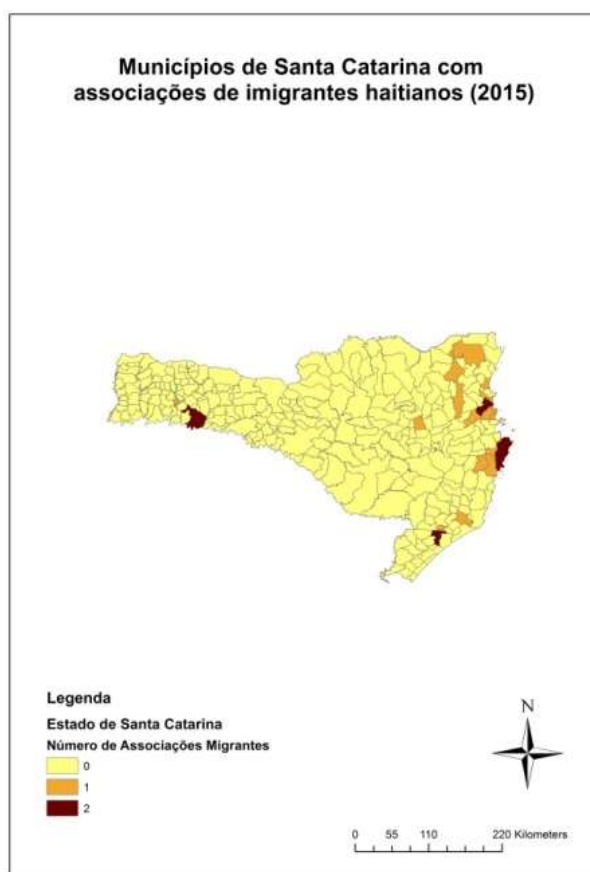
Com a dispersão pelo território catarinense, a resposta à pergunta inicial (como estes migrantes, que chegaram ao Brasil pelo Acre, Amazonas ou São Paulo, dirigem-se a seguir a Santa Catarina) passa a ter então uma nova resposta, que não exclui a primeira, mas que marca uma especificidade da fase seguinte da presença haitiana no estado: a atuação das redes sociais. Os amigos e parentes que já migraram dão referências positivas do lugar àqueles que ficaram no Haiti ou estão em outro país, os incentivando a migrar a Santa Catarina e construindo, com isto, uma rede de relações pessoais, sociais e laborais na qual o migrante se inserirá. Previamente, já se tem garantias de emprego, hospedagem e ajuda inicial. Todos estes elementos são facilmente observados entre os haitianos em Balneário Camboriú: a rede social, fortalecida pela criação da Associação dos Haitianos em Balneário Camboriú em Março de 2013, é o que verdadeiramente dá sequência hoje ao fluxo, especialmente através do desejo e iniciativa de trazer à Balneário Camboriú os parentes que ficaram no Haiti.

Outro aspecto desta segunda etapa do fluxo de imigrantes haitianos é a proporção maior de crianças e mulheres, especialmente nos ônibus que têm chegado do Acre nos últimos meses. Esta proporção maior indica utilização da possibilidade do visto de reunificação familiar, que permite a vinda dos familiares residentes no Haiti ao Brasil.

As redes sociais, materializadas hoje no espaço de ajuda mútua representado pela Associação dos Haitianos da cidade, são um elemento fundamental da atual conjuntura migratória internacional e de como Balneário Camboriú se insere nela. E

pela dispersão no território, não apenas Balneário Camboriú mas várias outras cidades, conforme se pode ver no Mapa 2.

Mapa 2 – Municípios catarinenses segundo presença de associações e grupos de apoio a imigrantes haitianos (2015)



Fonte: Pesquisa de campo, 2015. Observatório das Migrações em Santa Catarina- UDESC/Observatório das Migrações em São Paulo-UNICAMP.

A presença de associações e de grupos de apoio a imigrantes haitianos, embora ainda se concentre nos municípios do Vale do Itajaí, já pode ser observada em cidades como Florianópolis, Criciúma, Chapecó e Joinville. Estas associações são, sobretudo, de natureza cultural, e expressam a capacidade mobilizadora e associativa destes imigrantes, mesmo em condições adversas, não apenas no que se refere ao escasso tempo que sobra para as práticas associativas, mas também das restrições impostas pelo Estatuto do Estrangeiro à associação e participação política dos imigrantes em nosso país.

Analisando a imigração haitiana em Santa Catarina a partir de dados administrativos do mercado formal de trabalho, Cavalcanti, Oliveira e Tonhati (2014) indicam concordância com a ideia de expansão do fluxo de haitianos em Santa Catarina.

Tomando rapidamente os números de Santa Catarina como caso ilustrativo, é possível notar a principal tendência que caracteriza o cenário mais geral (nacional). O impacto da presença dos haitianos salta aos olhos. Os haitianos contavam 0 (zero) indivíduos empregados em Santa Catarina no ano de 2011, passando para 75 em 2012 e saltando para 1.281 em 2013. Em apenas dois anos, deixaram de ser desconhecidos para virar o grupo mais numeroso. Os haitianos representam, no estado de Santa Catarina, 29,3% dos estrangeiros com vínculo formal de trabalho em 2013 (CAVALCANTI, OLIVEIRA e TONHATI, 2014, p. 71).

Característica marcante desta segunda fase da presença haitiana no estado de Santa Catarina, a mobilidade laboral interna da migração internacional haitiana leva centenas de migrantes ao Oeste do estado, mostrando uma face ainda mais dura e precária do processo de acumulação de capital em Santa Catarina – o trabalho na agroindústria.

4.3 A inserção laboral em Santa Catarina e suas contradições

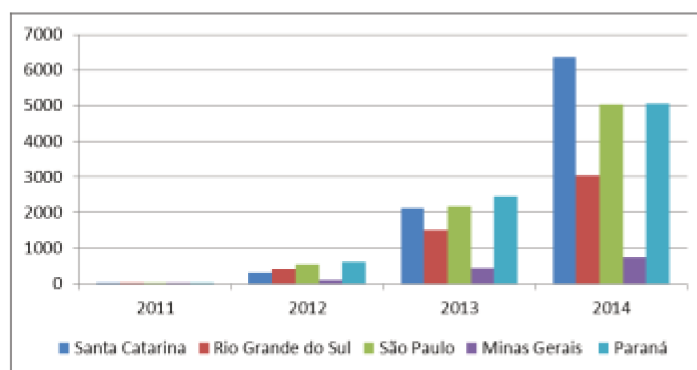
Nesta seção, analisaremos as principais características e contradições da inserção laboral dos imigrantes haitianos em Santa Catarina. Assim como na seção anterior utilizamos a cidade de Balneário Camboriú – situada na região catarinense que primeiro recebeu imigrantes haitianos – para definirmos a existência de duas fases fundamentais da presença haitiana no estado de Santa Catarina, nesta seção utilizaremos os registros de campo (além de fontes administrativas) na cidade de Chapecó para refletirmos teoricamente sobre a inserção laboral.

Realizamos atividade de pesquisa de campo no município de Chapecó nos dias 30 e 31 de Janeiro de 2015 e diversas reuniões com a advogada do Centro de Referência em Direitos Humanos Marcelino Chiarello, da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), situado em Chapecó. Acompanhados de membros da diretoria da Associação dos Haitianos de Chapecó, buscamos visitar os alojamentos de trabalhadores de frigoríficos da cidade e investigar as atividades culturais no âmbito das associações – participando delas.

A ida a Chapecó foi motivada por conta de participação em atividades de recrutamento³² em Balneário Camboriú, nas quais promessas (de salário, de condições de trabalho e de alojamento) foram feitas para incentivar centenas de imigrantes haitianos a deixar Balneário Camboriú e se mudarem para Chapecó, para o trabalho nos frigoríficos. Não obstante não ter sido autorizado à equipe de pesquisa a visita dos ambientes de trabalho, nossa reunião com a Associação e a visita a um alojamento de trabalhadores de frigorífico nos apresentou um conjunto de contradições da inserção laboral que necessita ser melhor compreendido. Antes, no entanto, é necessário avaliar a importância relativa da região e o do próprio estado no âmbito da inserção dos imigrantes haitianos no mercado de trabalho formal.

No ano de 2014, Santa Catarina tornou-se o estado brasileiro com o maior volume de trabalhadores estrangeiros de nacionalidade haitiana vinculado ao mercado formal de trabalho (CAGED/MTE, 2015), superando inclusive o estado de São Paulo, conforme se pode ver no Gráfico 41.

Gráfico 41 – Imigrantes haitianos com vínculo no mercado formal de trabalho (2011 a 2014, estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais e Paraná)

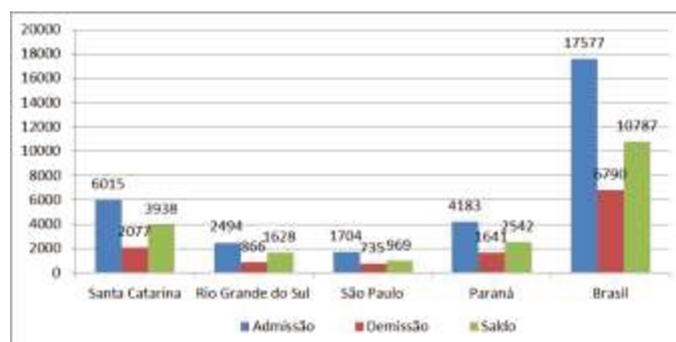


Fonte: CAGED/MTE, 2015.

³² A análise das atividades de recrutamento de trabalhadores imigrantes por parte de empresas significa, em termos teóricos, um elemento de médio alcance entre as teorias situadas em níveis macro e micro sociais (SINGER, 1973). Em realidade, os recrutamentos atuam como mediadores entre os condicionamentos gerais (fatores estruturais de expulsão e de atração) e as opções individuais de migração, no caso da migração haitiana, frequentemente migração interna da migração internacional.

Especificamente em 2014, Santa Catarina foi não apenas o estado que possuía o maior volume de imigrantes haitianos como também o estado que mais admitiu trabalhadores desta nacionalidade. E, por consequência, também o estado que mais demitiu trabalhadores haitianos.

Gráfico 42 – Admissão, demissão e saldo de trabalhadores haitianos em 2014 (estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo e Paraná e Brasil)

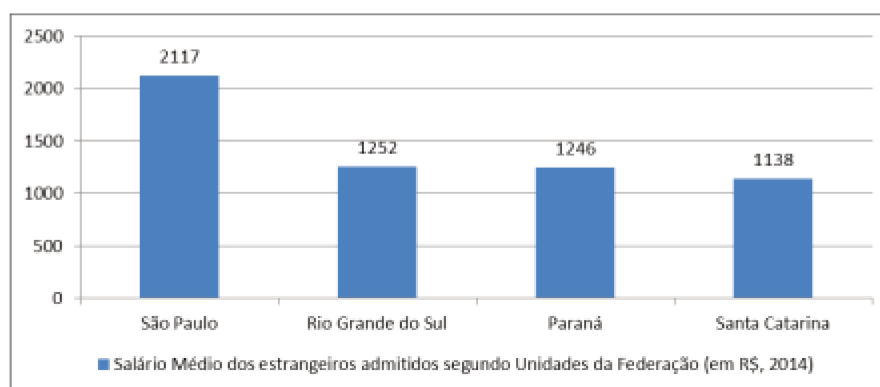


Fonte: CAGED/MTE, 2015.

Os dois últimos gráficos revelam que Santa Catarina – e também Paraná, ainda que em menor medida – é um polo de atração da força de trabalho haitiana no Brasil. Das dez cidades brasileiras que mais admitiram trabalhadores de nacionalidade haitiana em 2014, quatro delas são catarinenses, conforme já expusemos.

Embora seja polo de atração de força de trabalho haitiana, Santa Catarina é, na comparação com outros estado que se destacam no emprego de estrangeiros no mercado formal de trabalho, o estado que pior remunera esta trabalhador estrangeiro.

Gráfico 43 – Salário médio dos estrangeiros no mercado formal de trabalho em 2014 (estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina)



Fonte: CAGED/MTE, 2015.

Esta primeira contradição (onde há mais trabalhadores haitianos é também onde a remuneração do trabalhador estrangeiro é menor) indica haver um sistema que prioriza trabalhadores não brasileiros justamente pela possibilidade de sub-remuneração. Concorre para isto o estatuto político subalterno dos imigrantes, resultado da apropriação que o capital faz da mobilidade do trabalho. Observamos isto concretamente em Santa Catarina, ainda que dentro do estado haja suas particularidades.

Internamente, percebe-se que, em 2014, Chapecó foi o município que mais admitiu trabalhadores haitianos, mas apenas o 6º em termos de demissão, o que indica uma absorção desta força de trabalho maior que nas demais cidades.

Tabela 7 – Admissão, demissão e saldo de trabalhadores haitianos em Santa Catarina (2014)

Município	Admitidos	Demitidos	Saldo
Chapecó	842	195	647
Florianópolis	791	446	345
Joinville	653	273	380
Itajaí	631	248	383
Balneário Camboriú	563	259	304
Blumenau	473	204	269
Criciúma	378	149	229
Xaxim	306	85	221
São José	248	83	165
Palhoça	221	91	130

Fonte: CAGED/MTE, 2015.

Isto não significa, certamente, que as relações de trabalho sejam melhores em Chapecó. Pelo contrário: os frigoríficos apresentam, atualmente, as piores relações de trabalho no estado, com sucessivas intervenções do Ministério Público do Trabalho (MPT – SC) no sentido de regularizar jornada de trabalho, banco de horas e processo de trabalho.

Para Gerardo Iglesias da UITA – União Internacional de Trabalhadores na Indústria de Alimentos e Agricultura – a absorção de mão-de-obra de novos rostos de imigrante que chegam ao Brasil tem sido absorvida pelos frigoríficos devido a elevada desistência de trabalhadores e trabalhadoras nacionais, que consideram essa atividade ‘massacrante’ e ‘penosa’. É bem normal, afirma o líder sindical, que a Normativa Reguladora 36/2013 do Ministério do Trabalho está amenizando a problemática, pois a NR/36 vem

preservar a saúde dos trabalhadores expostos habitualmente às baixas temperaturas e ao ritmo de trabalho repetitivo (ZAMBERLAM et al, 2014, p. 15).

A concentração de trabalhadores estrangeiros em geral, e haitianos em particular, em setores mais precários do mercado de trabalho formal no Brasil atesta, em realidade, não apenas as estratégias clássicas de utilização do trabalho imigrante para um emprego sub-remunerado como também pelo menos três modalidades de superexploração desta força de trabalho.

As estratégias de superexploração da força de trabalho haitiana nos frigoríficos são pensadas mesmo antes do momento de admissão do trabalho, e estão orientadas tanto para a apropriação de parte do valor do salário do trabalhador pela empresa como para o incremento da intensidade do trabalho.

A primeira estratégia de superexploração se origina na forma com que os alojamentos são “oferecidos” como diferencial no trabalho do frigorífico. A mesma equipe que apresentou à Associação dos Haitianos de Balneário Camboriú o questionário da pesquisa que seria aplicado na cidade presenciou uma reunião de recrutamento em que o alojamento foi oferecido como a principal vantagem diante dos alugueis caros de Balneário Camboriú. O alojamento seria, por consequência, descontado da folha salarial. Diante da mobilidade gerada entre Balneário Camboriú e Chapecó, fomos até a cidade do Oeste Catarinense averiguar as condições do alojamento. O que encontramos (e que já suscitou denúncias formais de outros órgãos e entidades ao Centro de Referência em Direitos Humanos da Universidade Federal da Fronteira Sul, presente no município e que encaminhou essas denúncias ao Ministério Público do Trabalho em Santa Catarina) foram condições precárias de alojamento: em um galpão improvisado viviam 44 trabalhadores haitianos de um frigorífico, em 4 módulos. Cada módulo reunia dois quartos e um banheiro para 11 pessoas. O pé-direito era consideravelmente baixo: para os trabalhadores mais altos, apenas um palmo acima de suas cabeças. Inúmeras eram as infiltrações, inclusive sanitárias, e as rachaduras. Também era constante a falta de água no alojamento cedido pela empresa. Cedido a um preço caro: além do desconto em folha de R\$32,00, o alojamento havia sido evocado para justificar, durante o recrutamento, uma contratação a um salário inferior ao pago aos trabalhadores brasileiros da mesma empresa. Inferior, em média, em R\$200,00.

Ainda durante este trabalho de campo, a reunião com os imigrantes revelou-nos uma segunda estratégia de superexploração de sua força de trabalho, a qual definimos como “alocação discriminadora no processo de trabalho” (MAGALHÃES e BAENINGER, 2016). Sob esta estratégia, os trabalhadores haitianos (como também os senegaleses) são alocados de forma preferencial nas etapas de produção mais penosas e perigosas. Estas etapas da produção são, por consequência, aquelas que apresentam maior incidência de acidentes de trabalho e de DORTs (Distúrbio Osteomusculares Relacionados ao Trabalho). Segundo Ikedo e Ruiz (2014),

a indústria de alimentos e em particular as atividades de abate de bovinos, suínos, aves e o processamento de alimentos com carne tem posição de destaque na economia regional. As informações previdenciárias associadas à concessão de benefícios de auxílio-doença acidentários (que reconheçam o trabalho como causa de afastamento) mostram uma grande concentração dos acidentes e das doenças ocupacionais nestas atividades econômicas quando comparados com outros setores da indústria de alimentos ou com todo o setor de transformação. As doenças mentais, as doenças neurológicas e as doenças osteomusculares foram as mais importantes causas de concessão de benefícios entre estes trabalhadores, confirmando a magnitude dos riscos ergonômicos, biomecânicos e psicossociais que ameaçam a saúde dos trabalhadores nos frigoríficos (IKEDO e RUIZ, 2014, p. 39).

Nesta segunda estratégia, a extração de mais-valor se ampara na utilização de um trabalhador sub-remunerado em relação aos seus colegas brasileiros de trabalho (por conta de acordos de admissão feitos em recrutamentos nos quais não ocorre a divulgação de informações como valor médio dos salários tampouco do valor do salário após os descontos da legislação trabalhista vigente) em setores que demandam mais esforços, mais intensidade de trabalho. Setores que desgastam mais, portanto, a força de trabalho. Para compensar este desgaste, o seu valor perdido durante o processo de trabalho e reproduzir esta força de trabalho e a de sua família, o salário deveria ser justamente o contrário: maior.

A terceira estratégia de superexploração da força de trabalho haitiana, também percebida durante o trabalho de campo na cidade de Chapecó, chama a atenção para uma clara e deliberada violação de direitos trabalhistas: a presença de cláusulas, em contratos de admissão e de demissão, em que o trabalhador abre mão de direitos trabalhistas sem saber, em razão de estarem estes contratos redigidos em língua portuguesa e serem eles entregues àqueles imigrantes com pouco ou nenhum domínio do idioma. Estas denúncias, assim como feitas a nós, foram feitas também ao CRDH de Chapecó e encaminhadas ao MPT – SC.

Outras pesquisas realizadas na cidade também levantaram essa informação. Fernandes e Castro (2016), em trabalho de campo realizado na região, afirmam que

há, ainda, relatos de situações de discriminação contra o trabalhador imigrante, que acontecem, segundo eles, de forma sistemática, que também são relatadas pelas entidades que acompanham ou mesmo intermediam os contatos entre os imigrantes e seus empregadores (...). Algumas dessas denúncias estão em processo de apuração pelo Ministério Público do Trabalho de Chapecó. As reclamações mais frequentes incluem: o relacionamento com as empresas, e que dizem respeito a práticas como a demissão de trabalhadores feita informalmente e registrada pelo empregador como demissão voluntária, a não apresentação do contrato de trabalho em um idioma de entendimento do trabalhador, o que contribui para gerar desentendimentos, no momento do acerto de contas do trabalhador (FERNANDES e CASTRO, 2016, p. 2016).

Fernandes e Castro (2016) apresentam relatos de casos que confirmam i) alocação preferencial de trabalhadores imigrantes haitianos nos setores mais pesados do trabalho nos frigoríficos (particularmente o setor da “pendura”) e ii) a utilização dos contratos demissionais em línguas desconhecidas pelos trabalhadores como forma de extração de seus direitos (FERNANDES e CASTRO, 2016). Igualmente, Fernandes e Castro (2016) identificaram para a sua região de análise algo também captado no trabalho de campo em Chapecó: o principal fator das demissões é a diferença entre o salário bruto e o salário líquido, o que se manifesta de duas formas. Na primeira, os trabalhadores que não foram advertidos sobre essa diferença pressionam a direção da empresa e são, por isso, demitidos; na segunda, os trabalhadores, após alguns meses, cansam de exigir descontos menores e pedem demissão para serem absorvidos por outras empresas, muitas vezes do mesmo setor econômico.

Estas questões foram amplamente debatidas no Iº Seminário Migrações Contemporâneas e Direitos Fundamentais de Trabalhadores e Trabalhadoras em Santa Catarina, nos dias 06 e 07 de Outubro de 2015, em Florianópolis – SC. Neste Seminário, foi realizado o Iº Fórum das Associações Migrantes de Santa Catarina, ocasião em que as lideranças e referências migrantes do estado reuniram-se pela primeira vez. A respeito da estratégia de superexploração da força de trabalho haitiana pela via dos contratos redigidos em língua estranha ao imigrante, o Fórum reivindicou “que os contratos de contratação e de desligamento sejam claros e nas línguas necessárias ao entendimento do trabalhador, não apenas em português” (CARTA DE FLORIANÓPOLIS, 2015).

Juntos, os citados três mecanismos de violação do valor da força de trabalho haitiana combinam-se para a extração de mais-valor, sendo utilizados ora um, ora outro,

e ora os três simultaneamente. Embora esta estratégia seja implantada no chão de fábrica nos frigoríficos, seus efeitos não se restringem à unidade de trabalho, mas sim replicam-se socialmente sob a forma de discriminação, segregação e vulnerabilidade, conforme outras inúmeras denúncias apresentadas pelo CRDH no mesmo Seminário.

Em relação à dispersão pelo território, é importante considerar também que as redes sociais, materializadas em associações de imigrantes e um sem número de espaços de convivência como *lan houses*, barbearias e casas de envio de remessas, têm cumprido papel importante nas decisões de retorno, de mobilidade interna e de vinda de familiares, decisões que envolvem mediações sociais e familiares que denotam de forma muito clara o “sucesso” do projeto migratório.

Com base nos dados administrativos (CAGED/MTE, 2015), é possível concluir ainda a posição de destaque que Santa Catarina ocupa nacionalmente em termos de inserção de imigrantes haitianos no mercado formal de trabalho. Santa Catarina figurou em 2014 como o estado com o maior número de imigrantes haitianos no mercado formal de trabalho, o terceiro estado que mais emitiu carteiras de trabalho para imigrantes haitianos (atrás apenas de Acre e Amazonas, principais portas de entrada da imigração haitiana em seus primeiros anos), o estado que mais admitiu trabalhadores no mercado formal de trabalho, e ainda o Estado com quatro cidades na lista dos dez municípios que mais admitiram trabalhadores haitianos em 2014. Por outro lado, na comparação com os outros estados que se destacam na admissão de trabalhadores estrangeiros (São Paulo, Rio Grande do Sul e Paraná), Santa Catarina foi, em 2014, justamente o estado com a menor renda média mensal.

4.4 O processo de organização e participação política

A partir de sua concentração nas cidades da Mesorregião do Vale do Itajaí, os imigrantes haitianos rapidamente começam a manifestar-se política e culturalmente, como estratégia, sobretudo, de resistência às violações dos direitos trabalhistas e sociais descritos anteriormente. A organização e participação política se dá, historicamente, como produto de sua fixação em um espaço definido (em Balneário Camboriú, o Bairro

dos Municípios, em Chapecó, o bairro agropecuário da EFAPI, em Navegantes, o bairro Machados, onde se localizam os estaleiros e outros serviços portuários).

A presença haitiana em Santa Catarina revela que a criação de associações não é, geralmente, o primeiro produto dessa fixação do grupo migrante em um determinado território: as manifestações religiosas, especialmente em Balneário Camboriú, com cultos específicos aos imigrantes, inclusive realizados em sua língua materna, antecederam à criação da Associação dos Haitianos da cidade. Desde 2011, as práticas religiosas têm reunido centenas de imigrantes haitianos na cidade, atuando como elemento real de associabilidade entre eles. Embora representem, como veremos adiante, a forma principal com a qual os imigrantes enfrentam suas dificuldades, e inclusive a atividade mais realizada nos dias de final de semana, as práticas religiosas não esgotam, no entanto, a totalidade dos anseios e necessidades associativas dos imigrantes. Temas relacionados à cultura, ao acesso às políticas públicas e equipamentos sociais do município e mesmo à organização de atividades que deem visibilidade à presença haitiana em Balneário Camboriú gradativamente extrapolaram os contornos da prática religiosa, e exigiram, com isso, outro espaço para essa outra forma de associabilidade.

Os limites entre as duas práticas associativas não são, necessariamente, rígidos e definidos. A sala em que funcionou a sede do “Clube Cultural A Esperança que nos Une” entre 2014 e 2015 localizava-se a pouquíssimos metros da principal Igreja Evangélica em que se reúnem os haitianos, a Igreja “Comunidade Cristã Cristo é a Palavra”. Igualmente, desde sua criação, a Associação dos Haitianos da cidade ocupa o mesmo espaço desta Igreja. Nos agradecimentos feitos aos pastores pela autorização da utilização do espaço, preces e louvores intercalam-se com discussões culturais, políticas e associativas. Mais que a coincidência espacial, condicionam-se mutuamente as esferas da religiosidade e da associação política: são frequentes, nos cultos, as referências aos problemas enfrentados pelos imigrantes haitianos na cidade: desemprego, discriminação, doenças e violações trabalhistas. Como são frequentes, nas reuniões da associação, as referências à Deus, à fé, à religiosidade. Mais que contradições sociais e consequências da legislação migratória brasileira, esses problemas são interpretados como provações divinas, cuja superação se dá no âmbito da religiosidade, da união da comunidade com Deus e da fé. Essa solução proposta não contempla, todavia, a todos.

É no hiato entre a discussão sobre esses problemas e a busca, coletiva, de superação pela reivindicação de direitos que nascem as associações de imigrantes³³.

Essa interpretação é reforçada por um advogado trabalhista entrevistado, o qual, à época da criação da Associação dos Imigrantes Haitianos de Balneário Camboriú, prestava assessoria aos imigrantes em seus litígios trabalhistas e na reivindicação direta de direitos junto à Prefeitura e às Secretarias do município. Entrevistado em razão de sua atuação profissional e militante no tema da imigração haitiana em Balneário Camboriú, o advogado considerou que a Associação dos Haitianos da cidade teve origem direta na reivindicação de direitos trabalhistas – uma instância para a qual a religião e a Igreja mostravam-se insuficientes.

Então, a associação, como tu falou... A associação, eles... Existia uma situação que eu esqueci de falar, que eu até acho que foi o momento em que se iniciou a associação. Quando veio uma leva de haitianos que foram aí trazidos mesmo, agenciados, através desta empresa Ambiental, e a Ambiental agenciou eles, trouxe esses trabalhadores, alugou uma pousada fechada para eles, um horário nessa pousada e, nessa época começou a dar muito, a ter muito problema porque varia muito a demanda de serviços deles, então uma hora ganha uma licitação, uma hora termina o contrato, manda embora, e eles trouxeram e de repente passou 6 meses, perderam o contrato e eles mandaram alguns haitianos embora e só quem morava na pousada era quem trabalhava na empresa. E agora? Sem emprego, sem lugar para morar, o que vai se fazer, né? Então, na época, eu lembro que eles montaram a associação justamente para tentar dar assistência para aqueles irmãos de nacionalidade que ficaram desamparados nesse momento, porque no início não tinha muito, e começou a dar essa assistência mútua. Aconteceu que chegou ao ponto daí, nesse momento, de que nessa pousada, tinha um alvará para hospedar 300 pessoas, e tinha 400, porque eles começaram a levar para a pousada haitianos que não trabalhavam na empresa, e deu todo esse problema. Eu lembro que na associação, eu fui a uma reunião de fundação da associação nessa pousada, que é a Pousada do Rio Ríver, ali na Rua 3.700, né, e daí na época eu vi que o [citou nome excluído aqui] já estava lá, ele já estava há mais tempo, e nesse primeiro momento, eu verifiquei, a associação surgiu justamente para dar apoio na relação mútua de assistência entre eles. E logo no início já foi se buscar uma representatividade para buscar no poder público as demandas sociais, as demandas pessoais deles que estavam sendo geradas, que não tinha forma de resolver. E é muito engraçado porque se criou a associação e daí vai, ah, vamos dizer internamente, politicamente se explorava! Vai um vereador, vai um outro, vai aquele, aquele outro, mas no dia a dia ninguém consegue buscar a resolução, porque tu precisa estar disponível para isso. Então quando eles me procuraram eu falei ó: “se vocês não procurarem o poder público competente, aquele que tem condição de oferecer, não tem possibilidade nenhuma”. Daí foi feito uma primeira reunião da associação com a Secretaria de Desenvolvimento e de Inclusão Social, e na época o [citou nome excluído aqui], que é esse jornalista, fez até uma matéria e colocou no vídeo blog dele, tem o vídeo ali que aparece... E eu vejo que a

³³ A esfera da associação política e cultural segue intimamente relacionada à esfera da religiosidade, como comprova o fato de o atual presidente da Associação dos Haitianos da cidade ser ele também um pastor, uma das principais referências religiosas da comunidade haitiana de Balneário Camboriú. O mesmo ocorre na cidade de Florianópolis.

partir dali o negócio se organizou melhor, se desenvolveu melhor, e daí mais pessoas sabiam da existência e dali para a frente eu vi que eles já tem uma condição mais direta de associação com o poder público (advogado trabalhista, entrevista realizada em 2014, Balneário Camboriú, SC).

Percebe-se, da fala do advogado, que a Associação dos Haitianos nasce de contradições trabalhistas e políticas que, na presença de um grande número de imigrantes reunidos em um mesmo espaço (a pousada) encontram as condições adequadas para a elevação do grau de associabilidade dos imigrantes haitianos. Era uma situação, precisamente, para a qual a religiosidade pouco confluía: uma contradição que requeria o contato direto com o poder público para ser solucionada – e o caminho, nestas condições, foi a Associação.

Com maior clareza da importância da organização na forma de Associação para o acesso a políticas públicas, os imigrantes haitianos na cidade passam, então, a desenvolver atividades que dessem visibilidade à sua presença na cidade, particularmente no âmbito da valorização de sua cultura e direitos. Uma dessas primeiras atividades foi a organização, justamente junto da Igreja Evangélica frequentada pelos imigrantes, de uma cerimônia ecumênica em memória dos dois anos do Terremoto de 2010, em Janeiro de 2012, portanto, na principal praça da cidade – a Praça Almirante Tamandaré. A cerimônia (que se repetiu nos anos seguintes e incorporou-se hoje à agenda haitiana na cidade) cumpriu efetivamente o objetivo de chamar a atenção da cidade à presença haitiana nela, ao mesmo tempo em que relembrava um episódio recente profundamente triste e presente no imaginário social destes imigrantes.

Da mesma forma que a associabilidade religiosa criou as condições da associabilidade política, esta, por sua vez, através da manifestação de seus limites, criou as condições para uma associabilidade cultural entre os imigrantes haitianos na cidade. Entre meados de 2014 e 2015, vigorou na cidade o grupo cultural “A Esperança que nos Une”, formado por lideranças políticas da comunidade haitiana que não se sentiam representadas pela Associação dos Imigrantes Haitianos de Balneário Camboriú, pois traziam consigo um amplo histórico de trabalho na área da arte e da cultura que não encontrava espaço no âmbito da Associação. Produto especialmente do entusiasmo criativo de Christopher³⁴ e Gerard, o grupo reuniu-se quinzenalmente no período,

³⁴ Reforça-se que todos os nomes referentes a imigrantes haitianos nesta Tese são fictícios. Ver nota de rodapé 22, página 166.

chegando a contar com mais de dez participantes assíduos, entre haitianos e brasileiros. Suas atividades se articulavam em três eixos: histórico, artístico e de integração.

No eixo histórico, o Grupo Cultural “A Esperança que nos Une” organizou aulas de história do Haiti para os brasileiros que compunham o grupo, e aulas de história do Brasil, para os haitianos que participavam do grupo. Foram debatidos o passado colonial em comum, a originalidade da Revolução de Independência do Haiti e a atual conjuntura social e política de ambos os países. As reuniões desse eixo evidenciaram um profundo domínio dos imigrantes haitianos sobre a história de seu país, especialmente os monumentos históricos e datas pátrias comemorativas.

No eixo artístico, desenvolveram-se dois projetos: a exposição fotográfica “A Esperança que nos Une”, coordenado pela fotógrafa Any Costa, e a banda de rap LTN Crew. O projeto fotográfico venceu um edital de incentivo à cultura da Secretaria de Cultura da cidade, e resultou em uma exposição no principal espaço cultural da cidade, o Teatro Municipal Bruno Nitz, de setembro a outubro de 2014. As fotos registraram o dia a dia da sociabilidade haitiana na cidade, com destaque para os momentos religiosos, as reuniões da Associação e do próprio grupo cultural e a apropriação urbana, tanto no bairro como no restante da cidade. A exposição foi levada, também, às cidades de Florianópolis, Itajaí e Joinville, após Novembro de 2014.

A banda de rap, por sua vez, logrou apresentar-se em importantes momentos culturais da cidade de Balneário Camboriú, como o aniversário de 50 anos da cidade, no dia 20 de Julho de 2014, em show na praça Almirante Tamandaré para mais de 200 pessoas, e na Festa das Nações, no dia 09 de Agosto de 2014.

As atividades de integração entre a comunidade haitiana e o restante da população da cidade (dos quais, muitos também migrantes, internos e internacionais) tiveram por objetivo apresentar a cultura haitiana, especialmente sua música (onde também o grupo de rap se apresentou), culinária e história. Destacam-se, destas atividades, o passeio coletivo ao Zoológico da cidade, no dia 18 de Maio de 2014 (data comemorativa da Bandeira Nacional do Haiti) e o jantar haitiano à comunidade, também no dia 18 de Maio. No dia 21 de julho, houve outro passeio coletivo de haitianos em brasileiros, ao Parque Unipraias, em Balneário Camboriú.

É justamente nesse momento, meados de 2014, em que o fenômeno das migrações na cidade e na região vai adquirindo maior visibilidade, e é levado a manifestar-se não apenas em razões da necessidade de acesso a direitos e de manifestação cultural, mas também em razão das discussões existentes na sociedade civil sobre a defesa e proteção dos imigrantes. É nesse sentido que o trabalho de campo pôde acompanhar também a organização dos imigrantes face à construção de demandas e eleição de representantes para a Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio, a COMIGRAR, cuja etapa nacional foi realizada em São Paulo, entre os dias 30 de Maio e 1º de Junho de 2014, mas que contou, também, com Conferências Livres, uma delas realizada justamente em Balneário Camboriú, em parceria com a Associação dos Haitianos da cidade.

É elemento teoricamente significativo que a condução dessas Conferências Livres tenha sido realizada pelo Observatório das Migrações de Santa Catarina e a Associação dos Haitianos da cidade de Balneário Camboriú. Ademais de os imigrantes serem os principais interessados na discussão sobre a reformulação da política migratória brasileira, e os pesquisadores terem uma importante contribuição a dar a partir de reflexões acumuladas sobre o tema, a omissão do próprio estado de Santa Catarina e sua distância em relação aos direitos dos imigrantes conduziram à necessidade de uma condução independente da Conferência. Essa omissão do estado está associada, segundo o advogado entrevistado, à própria estrutura administrativa de Santa Catarina e seu distanciamento das políticas de assistência social, inclusive daquelas relacionadas à população imigrante:

Eu vejo que a política ,em relação a isso, do estado é nula, na minha opinião. O estado está muito distante, existem muitas estruturas próximas, e muitas políticas distantes, a gente não vê efetividade no município na participação, na execução dessa política. A gente tem um modelo hoje em Santa Catarina, em tese descentralizado, que não é, é desconcentrado, é uma desconcentração de órgãos públicos, porque a descentralização administrativa é a criação de órgãos de administração indireta, e não direta. E as secretarias de desenvolvimento regionais são órgãos de administração direta, então é um modelo equivocado, na instituição jurídica e política, então ao invés de eu criar 36 secretarias regionais de administração direta, deveria criar 36 autarquias regionais, que tenham autonomia política, administrativa e financeira. Sem depender do governo central, só que isso é ruim pro governo, porque ele perde poder. Então a gente tem sempre no governo um montão de secretarias e poucas empresas públicas, poucos institutos de pesquisa, poucos órgãos de administração indireta (...). Então agora porque o governo já viu que o mesmo estruturando a defensoria pública não vai ter como atender a demanda no curto ou médio prazo, então o compromisso da OAB é que após o pagamento da dívida a OAB vai fazer o convênio e vai ter o sistema misto como é em São Paulo: existem os defensores públicos, que em regra vão

atuar na esfera criminal, que é uma demanda que precisa da maior ampla defesa, e os defensores dativos, eu acredito que irão trabalhar mais na questão privada, em modelo de família, divórcio, etc e tal. Então eu acredito que com a defensoria pública para esse tipo de projeto de lei, da política de defender o direito do imigrante, eu acho muito difícil, tem uma fila enorme de prioridades na frente para o defensor, e o defensor tem a prerrogativa de dizer se tu tem o direito a receber a assistência judiciária do estado ou não (Advogado trabalhista, entrevista realizada em 2014, Balneário Camboriú, SC).

Segundo o advogado, portanto, o atendimento das demandas dos imigrantes não é prioridade no estado de Santa Catarina – e dado a sua estrutura desconcentrada, há um grande distanciamento das políticas existentes e os municípios, que não conseguem acessá-las. Essa realidade é produto, também, da própria regulamentação nacional do tema das migrações: concentrada em três órgãos federais (Polícia Federal, Ministério do Trabalho e Emprego e Ministério das Relações Exteriores), a política migratória restringe-se à responsabilização do Estado, ficando os municípios e Unidades da Federação isentas de responsabilidades institucionais – e limitadas a legislar sobre imigração no âmbito quase exclusivo da assistência social. A realidade da assistência social nessas esferas, por sua vez, revela estruturas de atendimento esgotadas diante das demandas sociais: a uma rede de assistência social que não suporta, frequentemente, as necessidades de sua população, tem-se acrescido ainda às necessidades, não apenas gerais mas também específicas, próprias da população imigrante. Diante desse quadro, muitas são as instâncias administrativas que, de um lado, se omitem negando a atender a população imigrante pois há uma suposta prioridade, diante dos poucos recursos disponíveis, à população nativa; outras instâncias, por sua vez, adotam a questão migratória como um problema, e tratam de transferi-lo a outros municípios ou estados.

Este último foi o caso presenciado, nos dias 18 de Maio e 29 de Junho de 2014, respectivamente na comemoração da comunidade haitiana ao Dia da Bandeira do Haiti e na assembleia ordinária da Associação dos Imigrantes Haitianos de Balneário Camboriú. Nessas ocasiões, presenciamos o então secretário de Desenvolvimento e Inclusão Social do município realizar verdadeira propaganda (que, como vimos na análise das contradições da inserção laboral, não correspondeu ao prometido) do trabalho nos frigoríficos. Para tal, iniciou suas falas destacando os aspectos negativos da vida em Balneário Camboriú, como o alto valor dos aluguéis, a dificuldade de se obter emprego no período entre temporadas e elevado custo de vida da cidade. Passo seguinte, destacou supostos aspectos positivos da vida em Chapecó, como uma maior receptividade da população local, a oferta abundante de trabalho, o custo de vida

inferior e a tranquilidade da vida no Oeste do estado de Santa Catarina. Mais que isso, no entanto, apresentou supostas vantagens do trabalho no frigorífico na cidade: garantia de emprego, almoço e janta na empresa, carteira assinada e, principalmente, hospedagem gratuita. Por fim, anunciou que em dois dias um representante da empresa viria à cidade de Balneário Camboriú recrutá-los, e um ônibus com capacidade de até 50 pessoas sairia rumo à Chapecó no início da tarde desse dia.

Todo o anúncio ocorreu sem qualquer participação direta de um funcionário da empresa. Pelo contrário, o que se presenciou foi a responsabilização do próprio secretário em incentivar a mobilidade rumo ao estado, elencando vantagens que, veremos, constituíram promessas não cumpridas. O que o episódio revela, em essência, é a gestão migratória compartilhada, entre município e empresa, na qual o imigrante é alienado de sua mobilidade e incentivado, através de mentiras e por meio de uma verdadeira campanha de desinformação, a sair da cidade em que se encontra. Presenciou-se, em outras palavras, a apropriação da mobilidade humana pelo capital (GAUDEMAR, 1977), com a anuência e a intermediação direta do poder público municipal, espaço não mais da assistência social enquanto modalidade de preservação e garantia de direitos fundamentais, mas da resolução dos “problemas” da Prefeitura.

A prática não é, de todo, nova, por parte do município de Balneário Camboriú e seu secretário de Desenvolvimento e Inclusão Social. Um ano antes de nossa observação deste fato, moradores do bairro de Canasvieiras, na capital do estado, denunciavam a “exportação” de moradores de rua de Balneário Camboriú para o norte da ilha de Florianópolis. Em reportagem de 19 de Novembro de 2013, moradores do bairro de Canasvieiras confirmaram à equipe do Jornal Hora de Santa Catarina uma prática “recorrente”: o desembarque, no bairro, de grupos de 15 mendigos em vans com identificação da Prefeitura de Balneário Camboriú (HORA de SANTA CATARINA, 19/11/2013). Procurado pelo mesmo jornal, o então secretário de Inclusão e Assistência Social do município de Balneário Camboriú (o mesmo presente na reunião de recrutamento de trabalhadores haitianos para o serviço nos frigoríficos da região Oeste do estado) afirmou tratar-se de “denúncias irresponsáveis”. Em protestos realizados no mês de Dezembro de 2013, a associação dos moradores do Bairro de Canasvieiras, protestando contra a presença de mendigos no bairro, voltou a denunciar publicamente a prática de “exportação de mendigos”. Visto como “problemas”, os mendigos são deslocados de um canto a outro do estado e não têm, a princípio, observada a sua

condição de vulnerabilidade e seus direitos – se há “direito”, nesse caso, é o apregoado por prefeitura e associação de moradores, o direito de não conviver com o sujeito marginalizado.

A Conferência Livre para a COMIGRAR revelou não só o grau de organização e esclarecimento dos imigrantes haitianos em Balneário Camboriú a respeito de seus direitos e da importância de sua participação nos processos de discussão nacional sobre legislação migratória, como também o entendimento desses próprios imigrantes sobre quais são suas demandas mais urgentes e como a documentação repercute diretamente nas instâncias de trabalho, educação, cidadania etc. A etapa de Balneário Camboriú da Conferência Livre reuniu dezenas de participantes e ocorreu durante a Assembleia Ordinária do mês de Março da Associação dos Haitianos da cidade, especificamente no dia 30 de Março de 2014.

Ao refletir sobre sua condição no Brasil e em Balneário Camboriú, a partir sobretudo de cinco eixos temáticos³⁵, os imigrantes presentes elencaram, em um primeiro momento, suas dez principais demandas e, depois, as priorizaram segundo sua urgência para a melhoria das condições sociais dessa população migrantes. São essas as dez principais demandas, na ordem de prioridade definida pelos imigrantes:

1º: Garantir a concessão de CPF a todos os imigrantes estrangeiros no Brasil, e criar mecanismos facilitadores de contratação de sua força de trabalho. Assegurar que tenham condições de criar empreendimentos, abrir contas bancárias, participar das instâncias econômicas e produtivas. Criar mecanismos de segurança para que os CPFs dos imigrantes não sejam clonados ou utilizados por terceiros de forma indevida;

2º: Buscar a extensão irrestrita de todos os direitos sociais e garantias individuais e coletivas aos imigrantes estrangeiros residentes no Brasil, independente de sua origem;

3º: Assegurar validação dos documentos oficiais dos imigrantes estrangeiros, emitidos em seus países de origem;

4º: Buscar desenvolver mecanismos mais simples, acessíveis e baratos de regularização

³⁵ Esses eixos temáticos foram propostos pela própria organização do COMIGRAR e estavam presentes no formulário para relatoria das conferências preparatórias. São eles: Igualdade de tratamento e acesso a serviços e direitos; inserção econômica, social e produtiva; cidadania cultural e reconhecimento da diversidade; abordagem da violação de direitos e meios de prevenção e proteção; participação social e cidadã, transparência de dados.

da situação documental dos imigrantes estrangeiros no Brasil, se possível desde as cidades de origem destes imigrantes, nas embaixadas brasileiras no exterior;

5º: Expandir pelo país materiais de conscientização sobre a importância de defesa dos direitos imigrantes e de valorização de sua cultura. Afirmar a questão migratória positivamente, e sua gestão como desafio e jamais como problema;

6º: Buscar garantir, na sua integralidade, o cumprimento dos artigos dispostos na Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e Membros de Suas Famílias;

7: Criação de editais e linhas de financiamento específicas para iniciativas de registro e de manutenção da cultura dos povos estrangeiros no Brasil;

8º: Vinculação temática da Lei de Incentivo à Cultura para iniciativas de registro e de manutenção da cultura dos povos estrangeiros no Brasil;

9º: Garantir que estrangeiros possam participar normalmente das entidades representativas de trabalhadores no Brasil;

10º: Garantir a realização e registro de todos os atos civis existentes no Brasil também aos imigrantes estrangeiros residentes no país.

A priorização das demandas, com as quais os delegados eleitos posicionaram-se na etapa nacional da COMIGRAR, em São Paulo, revela, inicialmente, a importância fundamental do tema do trabalho para inserção social digna dos imigrantes na cidade: a posse de um CPF, condição indispensável para a emissão de carteira de trabalho, a bancarização e, por consequência, o envio de remessas, é apontada como a reivindicação mais urgente pelos e para os imigrantes. A inserção social digna, nesse sentido, é vista como produto da inserção anterior nas estruturas produtivas e econômicas, revelando a centralidade do trabalho na sociabilidade e no sucesso do projeto migratório. É somente após a demanda de CPF e facilitação da contratação de força de trabalho haitiana que aparece a reivindicação de extensão aos haitianos dos direitos sociais e garantias individuais e coletivas asseguradas aos brasileiros pela Constituição Federal de 1988. Essa priorização denota que o trabalho é, para o grupo que participou da Conferência Livre de Balneário Camboriú, mais importante que direitos constitucionais; que o trabalho se antecipa à, e permite a, cidadania.

O terceiro e quarto pontos prioritários referem-se à validação dos documentos trazidos pelos haitianos ao Brasil e que comprovam a sua formação, escolaridade, trabalho e cidadania. Mais que o reconhecimento desses documentos, exige-se a facilitação da estrutura de sua emissão, de preferência sem custos com envio e tradução juramentada para os imigrantes.

É em quinto lugar na ordem de prioridade que aparece o ponto relativo à valorização da cultura haitiana, o seu reconhecimento desde uma perspectiva positiva e contributiva ao desenvolvimento brasileiro e, por consequência, sua gestão como desafio político e social e não como problema legal ou jurídico. O tema da cultura retorna como o sétimo ponto prioritário, sob a forma, no entanto, de demanda ao acesso às linhas de financiamento e editais de incentivo e de desenvolvimento à cultura. Vinculado a essa demanda, o oitavo ponto reivindica vinculação à Lei de Incentivo à Cultura, para que os haitianos no Brasil tenham asseguradas linhas específicas para a promoção de suas atividades de integração cultural na área da música, teatro, dança, cinema e etc.

Chama a atenção o fato de três dos dez pontos prioritários levados à COMIGRAR referir-se à cultura. Além da importância que este tema tem à população haitiana na cidade, é importante destacar que alguns dos imigrantes presentes à Conferência Livre compunham também o grupo, eminentemente cultural, “A Esperança que nos Une”. A representação cultural, por exemplo, foi apontada como prioritária em relação à representação trabalhista e sindical: é apenas como o nono ponto que aparece a reivindicação da participação, normal e não como ato extraordinário, nas entidades que representam os trabalhadores no país. Há de se ressaltar que, em grande medida, essa sobreposição do cultural ao sindical não é apenas uma opção da comunidade imigrante como também um corolário dos impeditivos legais à participação política de estrangeiros no Brasil – advindos da vigência do Estatuto do Estrangeiro.

A COMIGRAR representa, portanto, um importante momento de reflexão no âmbito da associação e participação política dos imigrantes haitianos na cidade de Balneário Camboriú. A Conferência Livre e os preparativos à participação na etapa nacional revelaram dois aspectos importantes dessa participação. O primeiro deles refere-se a seu caráter pedagógico. Em diversos momentos da Conferência Livre, houve discordâncias e a necessidade de debate para a obtenção de consenso: demandas foram

subalternizadas por alguns imigrantes por acreditarem esses que elas seriam incapazes de levar à melhorias nas condições sociais dos haitianos no Brasil e na cidade; outras, por seu lado, foram tidas como fundamentais por possibilitar aos imigrantes acesso a recursos econômicos não apenas através do trabalho como também de suas práticas culturais. Nessas discussões, foram frequentes as denúncias dos golpes efetuados por brasileiros contra haitianos, como a clonagem de CPF e trabalhos efetuados sem registro que não foram pagos, e inclusive pressões à própria diretoria da Associação, que, segundo alguns, deveria discutir mais essas questões e encaminhar reivindicações também ao poder político municipal.

O segundo aspecto remete ao lugar de sua participação no âmbito das discussões: organizando-se, os imigrantes perceberam que o faziam às expensas da prefeitura e do governo do estado, que não os havia procurado para discutir suas demandas e encaminhá-las à Conferência Nacional. Isso denotou a importância da vinculação a órgãos da sociedade civil, uma constante, atualmente, não apenas na Associação dos Haitianos de Balneário Camboriú mas também de outras cidades. Essa vinculação tem sido fator de promoção da criação de grupos de apoio na cidade e no estado, com destaque, por exemplo, ao Grupo de Apoio ao Imigrante e Refugiado de Florianópolis e região (GAIRF).

A aproximação das esferas culturais e políticas no interior do processo associativo da imigração haitiana na cidade permitiu que alguns imigrantes do grupo cultural “A Esperança que nos Une” participassem, em Janeiro de 2015, de atividade de trabalho do campo promovida pelo Observatório das Migrações de Santa Catarina, na cidade de Chapecó, descrita e teorizada nas seções anteriores deste Capítulo.

Essa viagem constitui um momento importante da associação e participação política de alguns imigrantes haitianos de Balneário Camboriú pois permitiu conhecer uma outra e dura realidade social e trabalhista no estado, sobre a qual temos tratado com profundidade neste Capítulo 4.

A circulação pelas ruas do bairro EFAPI, em Chapecó, permitiu avaliar o sentido e a dimensão da segregação socioespacial em uma cidade consideravelmente maior que Balneário Camboriú: ausência de aparelhos sociais, de linhas de ônibus, de pontos de lazer e de entretenimento públicos. Igualmente, a visita ao alojamento dos trabalhadores permitiu a compreensão de que, ademais das articulações com a sociedade civil, a

interpelação ao estado e seus órgãos fiscalizadores do trabalho é um mecanismo real de proteção do trabalhador imigrante. Essa compreensão, não apenas dos integrantes do grupo cultural “A Esperança que nos Une” como também dos membros do Observatório das Migrações em Santa Catarina, foi fundamental para a organização e realização, em Outubro de 2015, do Seminário “Migrações Contemporâneas e Direitos Fundamentais de Trabalhadores e Trabalhadoras em Santa Catarina”.

Foram, precisamente, as contradições da inserção laboral verificadas na reunião com a diretoria da Associação dos Haitianos de Chapecó e a verificação das condições do alojamento dos trabalhadores que motivaram a organização do Seminário. De Janeiro a Outubro de 2015, não apenas manteve-se a articulação entre os membros do Observatório e os imigrantes que participaram da viagem a Chapecó, como formou-se uma comissão de organização que continha ainda a Pastoral do Migrante de Florianópolis, o GAIRF, a Comissão dos Direitos Humanos da ALESC e o GTI (Grupo de Trabalho sobre Imigrantes, formado após Audiência Pública realizada no dia 24 de Junho de 2015 na Assembleia Legislativa do estado de Santa Catarina).

O primeiro momento desse Seminário foi a realização do primeiro Fórum das Associações Migrantes do estado de Santa Catarina. Nesse espaço, os imigrantes haitianos de Balneário Camboriú e de todo o estado puderam dar um passo fundamental em sua associação e participação política: pela primeira vez, representantes de associações migrantes e grupos de apoio de Santa Catarina encontraram-se em um mesmo local (a Assembleia Legislativa do estado) e puderam discutir um caderno de demandas construído a partir de reivindicações feitas nos últimos dois anos em espaços de discussão com imigrantes, como a própria Conferência Livre para a COMIGRAR de Balneário Camboriú.

Neste fórum, os representantes de associações migrantes (não apenas de haitianos, como também de senegaleses, ganeses e um grupo de refugiados sírios também presentes) ocupou três grupos de trabalho, cada um com uma lista de demandas específica a ser discutida por eles: acolhimento, documentação e cidadania, e trabalho. Das discussões, foram, novamente, elencadas e priorizadas as demandas; estas, por sua vez, foram encaminhadas às mesas do Seminário sobre os mesmos temas, e lidas por imigrantes e refugiados escolhidos no próprio grupo de trabalho. O resultado desse encaminhamento, sua repercussão dentre os participantes, as contribuições dos

pesquisadores e as responsabilidades assumidas pelos representantes de diversas instâncias de governo compuseram a Carta de Florianópolis, documento político do Seminário diretamente formulado pelos representantes imigrantes e cujas linhas foram aprovadas em Plenária Final.

A Carta de Florianópolis dialoga diretamente com as instâncias governamentais e da sociedade civil e dirige a elas as reivindicações feitas pelos imigrantes. Ao Poder Executivo e suas instâncias federal, estadual e municipal, foi demandado:

- 1) Criação de **Centros de Acolhimento** nas principais regiões receptoras do estado de Santa Catarina, que possibilitem a acomodação temporária dos imigrantes em situação de vulnerabilidade social. O trabalho já tem sido desenvolvido pelas entidades sociais, porém lidam com a escassez de recursos e falta de estrutura física. A responsabilidade primária deve ser do Poder Executivo, mas construída em parceria com estas entidades.
- 2) Criação de **Centros de Atendimento** a imigrantes financiado pelo poder público em parceria com a sociedade civil. Centros devem fornecer orientação para trabalho, acolhida, documentação. É necessária a disposição de funcionários qualificados para atender a variedade de demandas por documentação exigidas das diferentes nacionalidades. A responsabilidade primária deve ser do Poder Executivo.
- 3) Melhor articulação entre as diferentes esferas do poder público (municipal, estadual e federal) e melhor definição de suas funções em matéria migratória, bem como a relação do poder público com as entidades sociais. A criação de um **Comitê Interinstitucional Estadual** seria um passo importante para essa articulação, a exemplo do que já ocorre nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul.
- 4) **Cursos de capacitação de funcionários públicos** envolvidos com o atendimento da população imigrante.
- 5) Criação de uma **Política Estadual para a População Imigrante e Refugiada**, que contemple: criação de programas nas Secretarias Regionais voltados ao oferecimento de cursos profissionalizantes no Senac e no Senai para que os imigrantes e refugiados se profissionalizem e entrem no mercado de trabalho.
- 6) Criar um **cadastro para inclusão de refugiados nos programas psico-sociais do governo federal, estadual e municipal** e imediatas condições jurídicas para que os refugiados possam procurar emprego.
- 7) **Capacitação de professores** no ensino de língua portuguesa como língua adicional.
- 8) Compromisso com **cursos de português pra estrangeiro** para 2016.1.
- 9) **Flexibilização** da exigência de **tradução juramentada** para comprovação de escolaridade.
- 10) Criação de **políticas culturais** para população migrante (CARTA DE FLORIANÓPOLIS, 2015, negritos de autoria da Carta).

Há, no conjunto destas reivindicações, diferenças importantes em relação às reivindicações feitas na Conferência Livre de Balneário Camboriú para a COMIGRAR.

Inicialmente, destaca-se a exigência de implantação de Centro de Acolhimento e Centro de Atendimento aos imigrantes no estado. Essa reivindicação parte do entendimento de que é responsabilidade do poder público oferecer as condições para que, mais que um Visto Humanitário, haja também uma inserção humanitária na sociedade acolhedora. Com referências de outras experiências estaduais, demanda-se também a criação de Comitê Interinstitucional Estadual, de modo a aprimorar as estruturas e políticas sociais de distintas áreas sob um regime de participação da sociedade civil. Exige-se, ainda, a formulação de uma Política Estadual para População Imigrante e Refugiada, orientada à participação dessa população nos programas de qualificação profissional e formação técnica. Diferentemente das demandas à COMIGRAR, demandou-se também cadastramento para o atendimento psico social, capacitação de professores e aulas de português. Facilitação da regularização documental via tradução juramentada gratuita e políticas na área de cultura são pontos em comum entre a Carta de Florianópolis e as demandas da COMIGRAR.

Há de se considerar que entre um evento e outro passou-se mais de um ano, e um ano em que transformações importantes aconteceram, as quais repercutiram no nível de organização da população haitiana no estado.

Inicialmente, intensificou-se a presença haitiana não apenas no Vale do Itajaí mas em todo o território catarinense, com o crescimento do número de associações migrantes e grupos de apoio de 6, em Janeiro de 2015, para 16, em Outubro do mesmo ano. Em outras regiões e sob outras condições regionais, os haitianos (e outros grupos imigrantes) encontram outros tipos de dificuldades e desafios, que demandam, por sua vez, outras formas e mecanismos de associabilidade, organização e reivindicação.

Com a chegada, em meados de 2014, de grupos imigrantes de Senegal e Gana, e, ao fim do mesmo ano, de refugiados sírios, há ainda uma transformação quantitativa e qualitativa da população imigrante e refugiada no estado. Essa recomposição altera o entendimento da realidade social, complexifica as necessidades de acolhimento e acompanhamento, e eleva o nível da participação política com o acréscimo de novas bagagens culturais e étnicas no estado.

Ademais, as experiências implementadas em outros estados, como São Paulo, Rio Grande do Sul e Paraná, elevaram em Santa Catarina as exigências em relação ao Governo Estadual e inseriram novas demandas por parte dos imigrantes, como os

centros de referência em acolhimento e acompanhamento de imigrantes. Também, as condições de trabalho e de inserção social em outras regiões, como o Oeste e o Sul catarinenses, revelaram violações persistentes de direitos trabalhistas e humanos, exigindo, com isso, novos instrumentos de denúncia, encaminhamento e garantia jurídicas.

Esta evolução no quadro reivindicativo apontou para a concentração das demandas em dois pontos: um maior entendimento da importância da documentação, dado que ela condiciona as condições de trabalho e educação, por exemplo, e uma maior responsabilização da Polícia Federal, enquanto principal órgão público de vinculação direta entre o imigrante e o Estado brasileiro. A respeito das demandas nessa área, a Carta de Florianópolis apresenta as seguintes reivindicações:

- 1) **Acelerar o processo de regulamentação** dos imigrantes e refugiados. O excesso de burocracia, de taxas e, às vezes, o desconhecimento de alguns funcionários da Polícia Federal das diferentes normativas expõem o imigrante a situações de vulnerabilidade devido ao prolongamento do processo de regularização de sua situação no país, ao pagamento de **taxas** e viagens ao exterior desnecessárias.
- 2) Especificamente no caso da Polícia Federal é urgente a disposição de **funcionários/estagiários com fluência em francês e creole**. Preferencialmente um profissional com domínio também de dialetos, por isso a relevância em analisar a contratação de estudantes de línguas das universidades da região como estagiários.
- 3) Buscar a possibilidade de **solicitação de isenção de taxas**, especialmente para imigrantes em caso de vulnerabilidade social e/ou quando existe um comprometimento do processo de reunificação familiar.
- 4) Assegurar a **validação dos documentos oficiais** emitidos em seus países de origem.
- 5) No caso de **pedidos de refúgio** com alta probabilidade de negativa que seja solicitado o repasse dos pedidos do CONARE para o CNIg (CARTA DE FLORIANÓPOLIS, 2015, negritos de autoria da Carta).

Em síntese, as reivindicações feitas especificamente à Polícia Federal clamam por maiores facilidades no atendimento referente à documentação, com abolição de processos excessivamente burocráticos e de taxas, para os casos de imigrantes em situação de vulnerabilidade. Exige-se, ainda, uma política mais humana de atendimento, com a devida consideração da língua, dos documentos do país de origem e das solicitações de refúgio processadas.

As transformações em curso no perfil da população migrante (não apenas haitiana, como também não apenas em Balneário Camboriú), apontam para uma maior presença de mulheres e crianças na comunidade migrante. Essa reconfiguração, por seu turno, apresentará desafios importantes à participação e associação políticas dos imigrantes, como as reivindicações no direito das mulheres (como igualdade de gênero e saúde reprodutiva) e das crianças e adolescentes (como ensino de línguas nas creches e escolas).

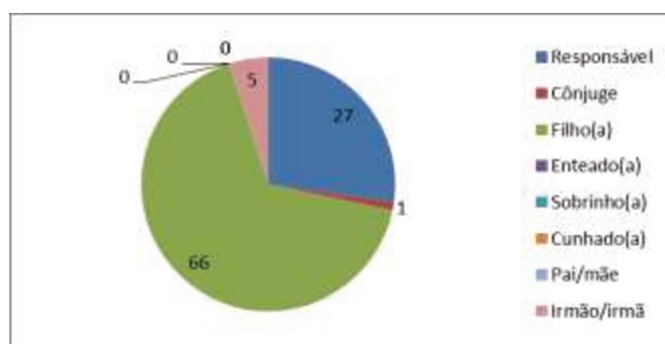
Analizado o processo de participação e associação religiosa, cultural e política, retornemos ao perfil da imigração haitiana no município de Balneário Camboriú para desvelar outras características desta presença migrante na cidade.

4.5 A presença haitiana em Balneário Camboriú - SC

Nesta seção, comporemos um perfil social e demográfico da presença haitiana no município de Balneário Camboriú, dando continuidade à análise que abre este Capítulo, mas que ampliou-se à outras regiões do estado para captar, precisamente, a mobilidade interna deste fluxo internacional no estado.

Das entrevistas realizadas, 99 imigrantes haitianos eram residentes no município de Balneário Camboriú sendo, principalmente, filhos(as) dos responsáveis por suas famílias, indicando portanto a existência e manutenção de laços familiares – e o projeto migratório como um produto deles.

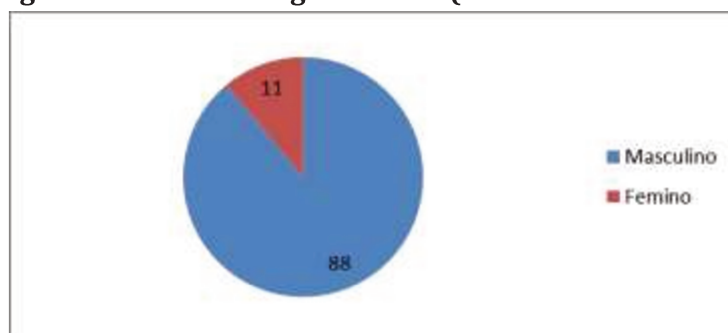
Gráfico 44 – Imigrantes haitianos segundo relação com o responsável pela família (Balneário Camboriú)



Fonte: Pesquisa de campo, 2014-2015. Grupo de Estudos Migratórios Amazônicos/UFAM-Observatório das Migrações em São Paulo-UNICAMP/Observatório das Migrações em Santa Catarina/UDESC.

O grupo de imigrantes analisado na cidade de Balneário Camboriú é, conforme indica o Gráfico 45, ainda mais masculino que o grupo nacional – e que os próprios registros administrativos. Percebeu-se que, não obstante a aplicação dos questionários ter acontecido em espaços (*lan houses*, casas de câmbio e envio de remessas, casas de chamadas telefônicas internacionais) que reúnem mais mulheres que o masculino ambiente da associação dos imigrantes, a maior parte das mulheres inquiridas negou-se, por desconfiança mas sobretudo pressa no retorno às suas atividades, a responder ao questionário da pesquisa.

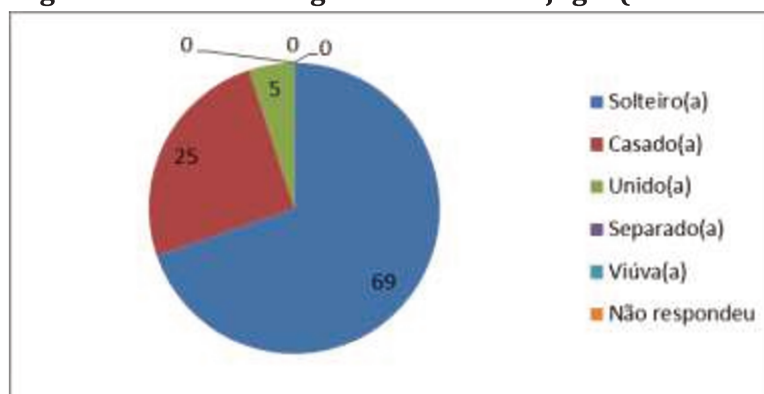
Gráfico 45 – Imigrantes haitianos segundo sexo (Balneário Camboriú)



Fonte: Pesquisa de campo, 2014-2015. Grupo de Estudos Migratórios Amazônicos/UFAM-Observatório das Migrações em São Paulo-UNICAMP/Observatório das Migrações em Santa Catarina/UDESC.

No que se refere ao estado conjugal dos imigrantes entrevistados, percebe-se a predominância do grupo de “solteiros”, bastante superior ao de “casados”, segundo se observa no Gráfico 46. Em uma primeira aproximação ao perfil sociodemográfico do imigrante que compõe o grupo analisado, considera-se, preliminarmente, ser ele majoritariamente homem, solteiro e filho do responsável pela família.

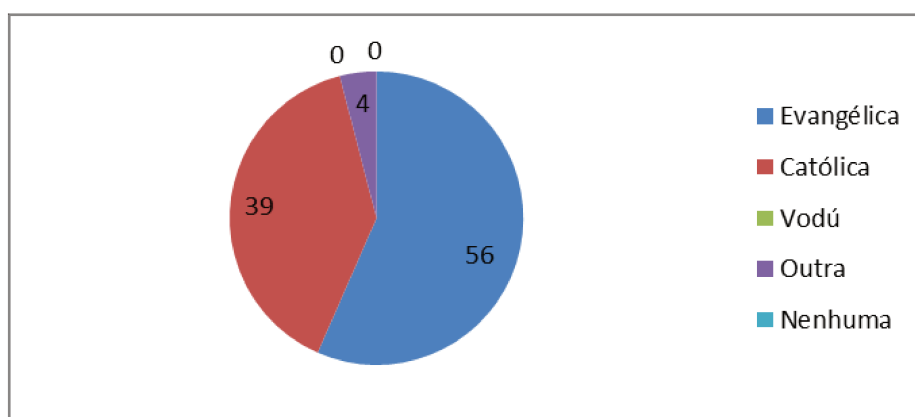
Gráfico 46 – Imigrantes haitianos segundo estado conjugal (Balneário Camboriú)



Fonte: Pesquisa de campo, 2014-2015. Grupo de Estudos Migratórios Amazônicos/UFAM-Observatório das Migrações em São Paulo-UNICAMP/Observatório das Migrações em Santa Catarina/UDESC.

Ampliando esse perfil, percebe-se, ainda, predominância do grupo de evangélicos dentre os 99 imigrantes questionados. A proporção entre os grupos “evangélicos” e “católicos” em Balneário Camboriú é, no entanto, menos desigual que aquela observada no grupo nacional, o que indica maior participação relativa de “católicos”, ainda que eles sejam, em Balneário Camboriú, minoria em relação ao grupo de “evangélicos”.

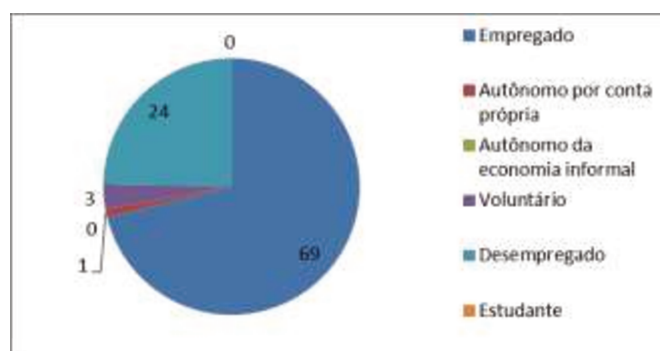
Gráfico 47 – Imigrantes haitianos segundo religião (Balneário Camboriú)



Fonte: Pesquisa de campo, 2014-2015. Grupo de Estudos Migratórios Amazônicos/UFAM-Observatório das Migrações em São Paulo-UNICAMP/Observatório das Migrações em Santa Catarina/UDESC.

A respeito da inserção deste grupo no mercado de trabalho, infere-se predominância daqueles que, no momento da entrevista, estavam empregados. Um pequeno grupo de 3 imigrantes se declararam voluntários e apenas um, autônomo por conta própria; 24 imigrantes, no entanto, estavam desempregados, o que trará, conforme se verá, repercussões sobre a renda e, por consequência, envio de remessas aos familiares no Haiti. De igual maneira, os desempregados tendem a seguir mais facilmente o caminho rumo ao Oeste Catarinense, para o trabalho nos Frigoríficos, atraídos por reuniões de recrutamento realizadas especialmente para esses imigrantes desempregados. O Gráfico 48 apresenta a composição do grupo analisado segundo a sua condição de ocupação.

Gráfico 48 – Imigrantes haitianos segundo condição de ocupação (Balneário Camboriú)



Fonte: Pesquisa de campo, 2014-2015. Grupo de Estudos Migratórios Amazônicos/UFAM-Observatório das Migrações em São Paulo-UNICAMP/Observatório das Migrações em Santa Catarina/UDESC.

Dos empregados, o grupo profissional mais comum nas respostas foi o de “cozinheiros”, seguido de “pedreiros”, “ajudantes de pedreiros”, “ajudantes sem especificação” e “atendentes em posto de gasolina”. Esses resultados expressam, em grande medida, a própria matriz econômica da cidade de Balneário Camboriú, em que há predominância, em termos de valor adicionado à economia, dos setores da construção civil e de serviços. Outros trabalhos respondidos, fundamentalmente relacionados a esses dois setores, podem ser visualizados na Tabela 8.

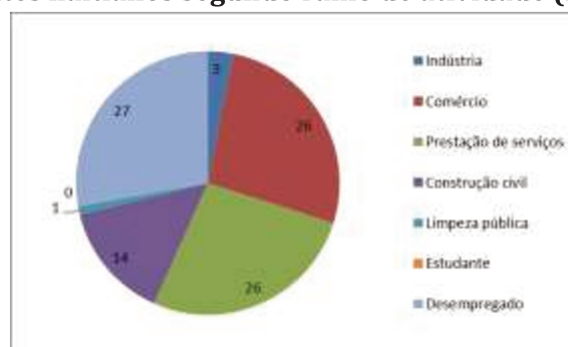
Tabela 8 – Imigrantes haitianos segundo trabalho principal (Balneário Camboriú)

Trabalho principal	Nº de Imigrantes
Desempregado	27
Cozinheiro	14
Pedreiro	8
Ajudante de pedreiro	6
Ajudante sem especificação	6
Atendente em posto de gasolina	5
Vendedor	4
Açougueiro	2
Repositor de mercadorias	2
Camareira	2
Garçom/copeira	2
Ajudante de cozinha	2
Trabalhador em mercados e quitandas sem especificação	2
Frigorífico	1
Marceneiro	1
Outras ocupações da indústria de alimentos	1
Operador de caixa	1
Balconista em lanchonete/bar	1
Não sabe	1
Serviços gerais na indústria	1
Operário	1
Prestadores de serviços sem especificação	1
Auxiliar de limpeza	1
Total	97

Fonte: Pesquisa de campo, 2014-2015. Grupo de Estudos Migratórios Amazônicos/UFAM-Observatório das Migrações em São Paulo-UNICAMP/Observatório das Migrações em Santa Catarina/UDESC

No tocante ao ramo de atividade deste trabalho principal, há predomínio do comércio e da prestação de serviços, ambas com 26 trabalhadores, e da construção civil, com 14 trabalhadores. Apenas três imigrantes possuem um trabalho principal vinculado à indústria (excluído aí o setor da construção civil) e um imigrante respondeu trabalhar no ramo de atividade da limpeza pública, um dos primeiros recrutadores de mão de obra haitiana para a cidade, mas incapaz, como se vê, de retê-la frente às possibilidades abertas pelos outros setores.

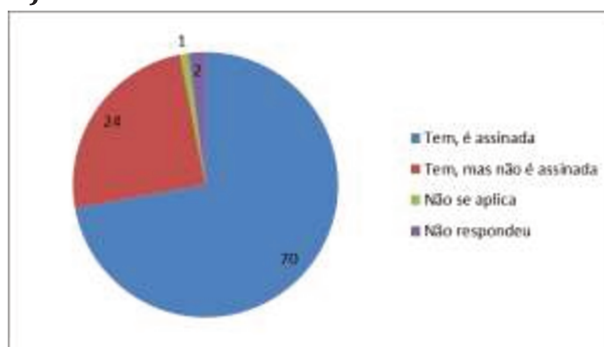
Gráfico 49 – Imigrantes haitianos segundo ramo de atividade (Balneário Camboriú)



Fonte: Pesquisa de campo, 2014-2015. Grupo de Estudos Migratórios Amazônicos/UFAM-Observatório das Migrações em São Paulo-UNICAMP/Observatório das Migrações em Santa Catarina/UDESC.

Estes imigrantes empregados em sua maioria possuíam carteira de trabalho e ela estava assinada no momento da entrevista. A soma dos grupos que possuem carteira de trabalho, mas ela não estava assinada, que não se aplica e que não respondeu equivale, exatamente, aos 27 imigrantes haitianos que declararam estar desempregados no momento da entrevista. O Gráfico 50 apresenta esses dados sobre a situação da carteira de trabalho entre os imigrantes entrevistados em Balneário Camboriú.

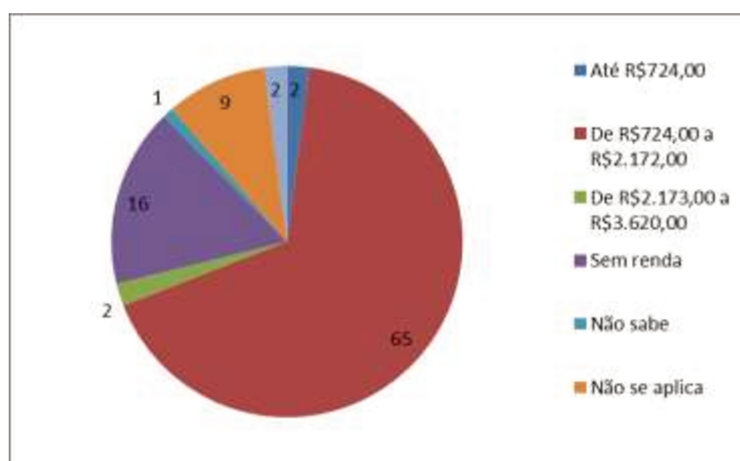
Gráfico 50 – Imigrantes haitianos segundo situação da carteira de trabalho (Balneário Camboriú)



Fonte: Pesquisa de campo, 2014-2015. Grupo de Estudos Migratórios Amazônicos/UFAM-Observatório das Migrações em São Paulo-UNICAMP/Observatório das Migrações em Santa Catarina/UDESC.

No tocante à renda mensal desses imigrantes, se observa a predominância daqueles que recebiam o valor equivalente, à época, de um a três salários mínimos (de R\$724,00 a R\$2.172,00 mensais). Outro grupo, composto de 16 imigrantes, respondeu não possuir renda no momento da entrevista e apenas 2 declararam receber mais de três salários mínimos correntes no momento da entrevista. O Gráfico 51, se comparado aos Gráficos 48 e 49, revela que mesmo alguns dos imigrantes entrevistados que se declararam desempregados possuem renda, o que motiva a reflexão sobre o que é considerado, por esse grupo, como trabalho formalmente desempenhado e os trabalhos informais, temporários, “bicos”, importantes também para a obtenção de renda e o envio de remessas.

Gráfico 51 – Imigrantes haitianos segundo renda média mensal (Balneário Camboriú)



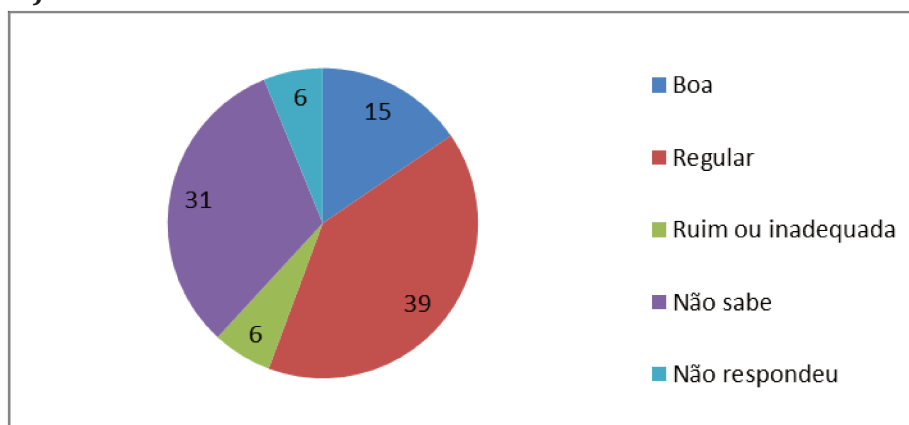
Fonte: Pesquisa de campo, 2014-2015. Grupo de Estudos Migratórios Amazônicos/UFAM-Observatório das Migrações em São Paulo-UNICAMP/Observatório das Migrações em Santa Catarina/UDESC.

Uma característica importante da inserção laboral haitiana na cidade é a avaliação que os próprios imigrantes entrevistados fazem das suas condições de trabalho (Gráfico 52). Dos resultados, pelo menos dois pontos merecem reflexão especial. O primeiro é a predominância do grupo que avaliou suas condições de trabalho como “regulares” (39 dos 97 entrevistados). Assim como os dados referentes ao conjunto da pesquisa nacional, o que se entende por regular é, em realidade, um balanço entre a satisfação de ter um trabalho e a frustração deste trabalho, segundo os próprios imigrantes entrevistados, não corresponder à sua formação técnica e profissional e tampouco às suas pretensões formadas ainda no Haiti sobre como seria o processo de

trabalho no Brasil. Quinze dos 97 imigrantes entrevistados declararam que avaliam suas condições de trabalho como “boas”; de igual modo, apenas 6 declararam ser essas relações “ruins ou inadequadas”.

Outro ponto importante do modo como os imigrantes entrevistados avaliam suas condições de trabalho remete a um número elevado de imigrantes que declararam “não saber” ou que “não responderam” a essa pergunta, bastante superior ao número de imigrantes entrevistados que encontravam-se desempregados no momento da entrevista. Não apenas esses dados como também o observado ao longo do trabalho de campo na cidade revelam certa resignação com as condições de trabalho, em especial, acreditamos, pelo trabalho mesmo ser entendido, por esses imigrantes, como temporário, de passagem, não apenas no contexto de um planejado retorno ao Haiti ou ida a um outro país, como também no contexto da volatilidade no mercado de trabalho e a possibilidade de assumir outros empregos na mesma cidade.

Gráfico 52 – Imigrantes haitianos segundo condições de trabalho (Balneário Camboriú)

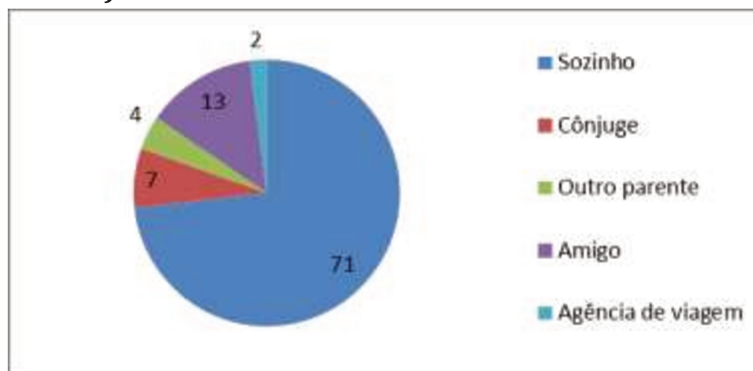


Fonte: Pesquisa de campo, 2014-2015. Grupo de Estudos Migratórios Amazônicos/UFAM-Observatório das Migrações em São Paulo-UNICAMP/Observatório das Migrações em Santa Catarina/UDESC.

Os imigrantes haitianos entrevistados em Balneário Camboriú chegaram, em sua maioria, ao Brasil sozinhos, como atesta o Gráfico 53. Dos 97 imigrantes entrevistados, 71 chegaram nessa condição, ao passo que 13 viajaram acompanhados de amigos, 7 de seus cônjuges, 4 com outros parentes e apenas 2 declararam ter vindo ao Brasil através dos serviços de agências de viagens. Esse dado é importante para complementarmos o perfil social e demográfico deste grupo de imigrantes analisado até aqui: em sua maioria

são homens, filhos dos responsáveis pela família, solteiros, situados em grupos etários de idade produtiva, evangélicos, trabalhadores empregados sobretudo nos setores do comércio e prestação de serviços, com renda média mensal entre 1 e 3 salários mínimos e que migraram sozinhos ao Brasil.

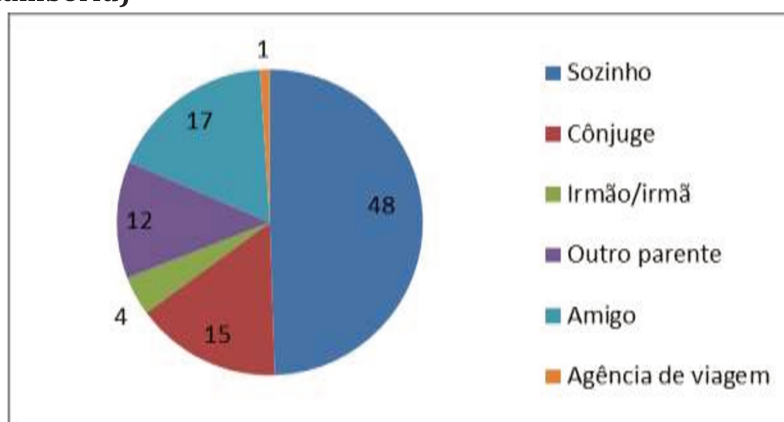
Gráfico 53 – Imigrantes haitianos segundo financiador da viagem ao Brasil (Balneário Camboriú)



Fonte: Pesquisa de campo, 2014-2015. Grupo de Estudos Migratórios Amazônicos/UFAM-Observatório das Migrações em São Paulo-UNICAMP/Observatório das Migrações em Santa Catarina/UDESC.

Além de viajarem sozinhos, a maior parte dos imigrantes entrevistados respondeu que migraram também para viver sozinhos: 48 dos 97 imigrantes entrevistados migraram para viver sozinhos no Brasil, ao passo que 17 vieram para morar com amigos que já residiam no país, 15 para viver com seus cônjuges que haviam migrado antes e 12 com outros parentes. O gráfico 54 apresenta a composição do grupo analisado segundo a sua companhia na vida no Brasil.

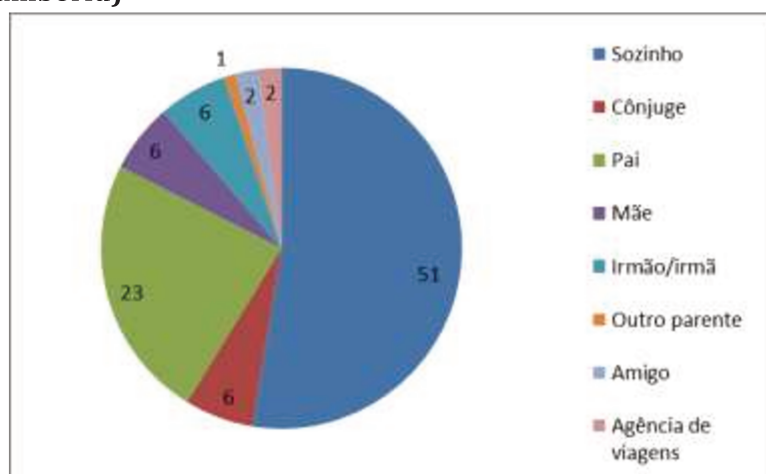
Gráfico 54 – Imigrantes haitianos segundo companheiro de moradia no Brasil (Balneário Camboriú)



Fonte: Pesquisa de campo, 2014-2015. Grupo de Estudos Migratórios Amazônicos/UFAM-Observatório das Migrações em São Paulo-UNICAMP/Observatório das Migrações em Santa Catarina/UDESC.

Ademais de, em sua maioria, migrarem sozinhos e virem ao Brasil para também viver sozinhos, a maior parte dos imigrantes haitianos entrevistados declarou que foi também sozinhos que obtiveram os recursos para a viagem ao Brasil: 51 dos 97 imigrantes haitianos entrevistados declararam que seus recursos para a viagem foram obtidos por eles próprios, ao passo que 23 declararam que foi o pai quem forneceu o recurso, 6 que foi o cônjuge, 6 que foi a mãe e outros 6 que foi o irmão ou irmã. Dois declararam que foram amigos, outros dois que o dinheiro foi emprestado por agência de viagem e um que os recursos foram fornecidos por outro parente. Embora tenha havido, como visto no Gráfico 55, fornecimento de recursos por pessoas que não são da família do imigrante, não houve referência na aplicação dos questionários à ação de coíotes e ao endividamento do imigrante e de sua família por conta da viagem ao Brasil.

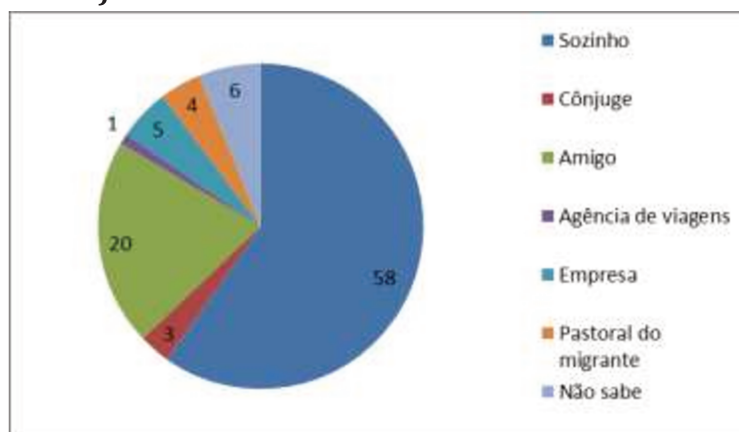
Gráfico 55 – Imigrantes haitianos segundo financiador da viagem ao Brasil (Balneário Camboriú)



Fonte: Pesquisa de campo, 2014-2015. Grupo de Estudos Migratórios Amazônicos/UFAM-Observatório das Migrações em São Paulo-UNICAMP/Observatório das Migrações em Santa Catarina/UDESC.

A manifestada “individualidade” no processo migratório vigora, ainda, em relação à ajuda com o primeiro emprego: dos 97 imigrantes que compõem o grupo entrevistado, 58 responderam que não tiveram ajuda com o primeiro emprego, ou seja, conseguiram sozinhos o emprego. Vinte responderam que contaram com a ajuda de amigos, 6 não souberam responder, 5 tiveram ajuda da própria empresa que o empregaram, 4 foram ajudados pela Pastoral do Migrante e apenas 1 recebeu ajuda da agência de viagens para o primeiro emprego. O Gráfico 56 apresenta esses números sobre o primeiro emprego do imigrante haitiano entrevistado.

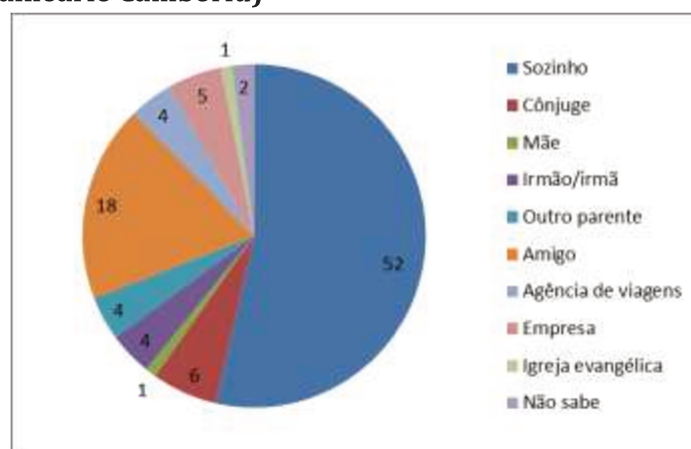
Gráfico 56 – Imigrantes haitianos segundo forma de indicação do primeiro emprego (Balneário Camboriú)



Fonte: Pesquisa de campo, 2014-2015. Grupo de Estudos Migratórios Amazônicos/UFAM-Observatório das Migrações em São Paulo-UNICAMP/Observatório das Migrações em Santa Catarina/UDESC.

Também a primeira hospedagem foi obtida de modo predominantemente individual, conforme mostra o Gráfico 57: dos 97 imigrantes haitianos entrevistados, 52 responderam que foi sozinhos que conseguiram a primeira hospedagem, 18 disseram que contaram com a ajuda de amigos e 6 que foram seus cônjuges que o ajudaram. Grupo menores responderam que a ajuda foi dada: por empresas (5 imigrantes); outro parente, irmão ou irmã e agência de viagem (4 imigrantes cada grupo); igreja evangélica (1 imigrante). Por fim, 2 responderam não saber por quem foi dada a ajuda com a primeira hospedagem.

Gráfico 57 – Imigrantes haitianos segundo forma de indicação da primeira hospedagem (Balneário Camboriú)



Fonte: Pesquisa de campo, 2014-2015. Grupo de Estudos Migratórios Amazônicos/UFAM-Observatório das Migrações em São Paulo-UNICAMP/Observatório das Migrações em Santa Catarina/UDESC.

Como pudemos analisar largamente nos Capítulos 1 e 2 desta Tese, as condições de vida, sociabilidade e inserção laboral dos imigrantes haitianos é, historicamente, definida pela discriminação, tensões migratórias e subalternidade nas sociedades de destino. Ainda que com características específicas, a situação dos imigrantes haitianos na cidade de Balneário Camboriú é perpassada, como veremos, por relações muito limitadas com brasileiros, manifestações de preconceito e conflitos de convivência e violações de direitos trabalhistas e sociais. Por isso, muito frequentemente os imigrantes haitianos passam por momentos de (extremas) dificuldades em seu cotidiano de sociabilidade e trabalho na cidade.

Um elemento importante para a caracterização do perfil social e demográfico deste grupo analisado é a análise de como esse grupo reage nos momentos de dificuldade. Quando perguntados a quem recorrem em conjunturas difíceis, o perfil “individual” se desfaz, e evidencia-se a importância da Igreja Evangélica e da família para a resistência frente a essas dificuldades e a própria manutenção do projeto migratório.

Segundo o Gráfico 58, os imigrantes haitianos entrevistados em Balneário Camboriú recorrem, principalmente, à Igreja Evangélica (36 dos 97 imigrantes entrevistados) e à família (33 dos entrevistados, dos quais 14 recorrem aos pais, 10 às mães, 7 aos cônjuges e 2 a outros parentes). Vinte e um imigrantes responderam que enfrentam sozinhos as suas dificuldades; 4 não sabem/não responderam e 3 recorrem a amigos.

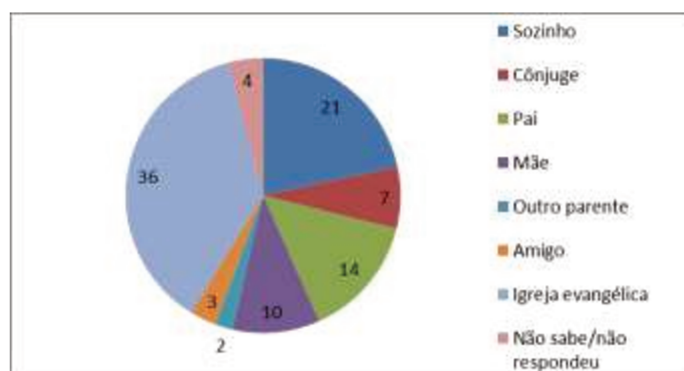
O dado confirma, agora especificamente em Balneário Camboriú, a importância das Igrejas Evangélicas no contexto da sociabilidade dos imigrantes haitianos na cidade. O trabalho de campo na cidade revelou aspectos importantes desta relação: como já descrito anteriormente, a poucos metros da sala em que funcionava a Associação dos Imigrantes Haitianos de Balneário Camboriú entre o início de 2013 e final de 2014 há a Igreja Evangélica “Igreja Comunidade Cristã Cristo é a Resposta”, que já desde então realiza cultos com pastores haitianos aos sábados e domingos. Nos sábados, das 16h às 18h, há o encontro de jovens, coordenado por um jovem líder evangélico que propõe atividades e práticas recreativas relacionadas à questão da adolescência e juventude, como namoro, sexo, drogas etc. Essas atividades são intercaladas por sermões de um pastor mais velho. Os grupos que participam desses encontros não são muito grandes: reúnem por volta de 10 imigrantes haitianos, e a participação das mulheres é

significativa. O encontro é integralmente realizado em crioulo haitiano, assim como os cultos.

Aos domingos, os cultos ocorrem nos períodos da manhã, geralmente às 10h, e da tarde, às 18h (depois das reuniões da Associação, que ocorrem às 16h). Os cultos da tarde de domingo são os mais frequentados. Eles costumam terminar depois das 20h. Os momentos do culto são realizados por pastores diferentes: há os encarregados da adoração, da leitura, dos anúncios, acolhimento de novos membros e bênção final. Apenas ocasionalmente alguns desses momentos são realizados por um mesmo pastor. Embora terminem pouco depois das 20h, os pastores costumam ficar até mais tarde orientando imigrantes que desejam uma palavra de conforto ou orientação. Ao longo da semana, os pastores costumam prestar orientações na Igreja, de modo que estão continuamente presentes no espaço e próximos dos imigrantes, já que a Igreja se localiza próximo da associação e dos principais outros espaços de sociabilidade dos imigrantes haitianos na cidade (*lan houses*, barbearias, casa de remessa de dinheiro ao exterior, locutório e oficina de conserto de bicicletas). Bem mais que nesses espaços, é na Igreja e nos cultos em que mais se nota a presença de mulheres migrantes e dos filhos, alguns já nascidos no Brasil – brasileiros, portanto. As entrevistas realizadas com mulheres foram feitas, justamente, após os cultos.

Essa proximidade da Igreja Evangélica, particularmente a “Cristo é a Palavra”, com os imigrantes haitianos na cidade é maior que a de qualquer outra Igreja, razão pela qual a maior parte dos imigrantes, como visto no Gráfico 58, buscam na Igreja Evangélica um conforme nos momentos de dificuldade.

Gráfico 58 – Imigrantes haitianos segundo pessoas a quem recorrem nos momentos de dificuldade (Balneário Camboriú)



Fonte: Pesquisa de campo, 2014-2015. Grupo de Estudos Migratórios Amazônicos/UFAM-Observatório das Migrações em São Paulo-UNICAMP/Observatório das Migrações em Santa Catarina/UDESC.

Os cultos de sábado e de domingo fazem com que a religião seja, no rol das atividades de sociabilidade, a principal atuação realizada nos finais de semana – considerando que ficar em casa não corresponda necessariamente a uma atividade de socialização entre a comunidade haitiana, mas sim a um isolamento. O Gráfico 59 apresenta esses dados sobre as atividades desempenhadas no final de semana, e revela que, dos 97 imigrantes entrevistados, 28 vão à Igreja nesses dias, ao passo que 7 realizam outras atividades, 4 visitam outros imigrantes haitianos e apenas três passeiam no shopping – embora o maior shopping da cidade fica a poucos minutos a pé do bairro que concentra os haitianos residentes em Balneário Camboriú. O que ficam em casa (52 imigrantes) responderam fazê-lo em razão do cansaço da semana de trabalho e da necessidade de se realizar as tarefas domésticas. Para os que possuem internet em casa, é também o momento de entrar em contato com os familiares no Haiti.

Gráfico 59 – Imigrantes haitianos segundo atividades no final de semana (Balneário Camboriú)

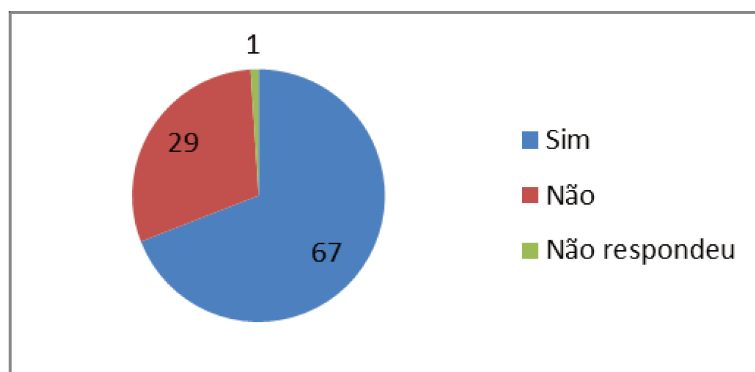


Fonte: Pesquisa de campo, 2014-2015. Grupo de Estudos Migratórios Amazônicos/UFAM-Observatório das Migrações em São Paulo-UNICAMP/Observatório das Migrações em Santa Catarina/UDESC.

A forte concentração dos imigrantes haitianos em Balneário Camboriú em apenas um bairro (o bairro dos municípios) e a importância da Igreja Evangélica na sociabilidade haitiana não eliminam, no entanto, a convivência entre haitianos e brasileiros na cidade – nem os conflitos decorrentes dessa convivência. A maior parte dos haitianos respondeu possuir amigos brasileiros: dos 97 imigrantes haitianos entrevistados, 67 deles responderam possuir amigos brasileiros, ao passo que 29,

declararam não possuir amigos brasileiros. Um imigrante não respondeu à questão. Essas informações são apresentadas no Gráfico 60.

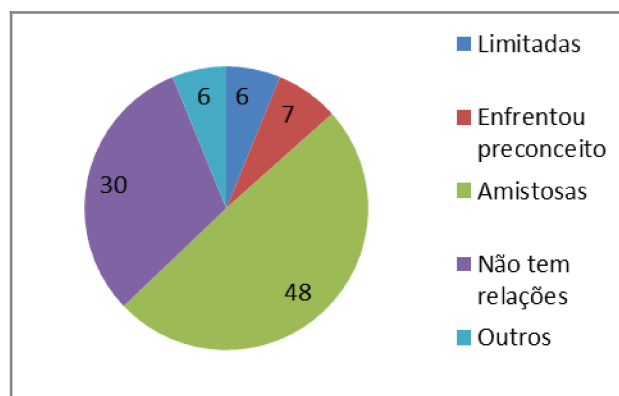
Gráfico 60 – Imigrantes haitianos segundo amizade com brasileiros (Balneário Camboriú)



Fonte: Pesquisa de campo, 2014-2015. Grupo de Estudos Migratórios Amazônicos/UFAM-Observatório das Migrações em São Paulo-UNICAMP/Observatório das Migrações em Santa Catarina/UDESC.

De uma forma mais geral, os imigrantes haitianos entrevistados na cidade possuem relações amistosas com os brasileiros, ou seja, os moradores de Balneário Camboriú, conforme se pode visualizar no Gráfico 61. Essa resposta (“possuir relações amistosas com brasileiros”) foi dada por 48 dos 97 imigrantes entrevistados. Trinta imigrantes, no entanto, responderam não possuir relações com brasileiros. Em outras palavras, quase um terço do grupo analisado mantém-se segregado, ou seja, vinculados apenas entre os demais membros da comunidade migrante – e sem relacionamento com brasileiros. Um terceiro grupo, composto de 7 pessoas, respondeu enfrentar preconceito nas suas relações com brasileiros, ao passo que 6 imigrantes responderam ter relações limitadas com os brasileiros.

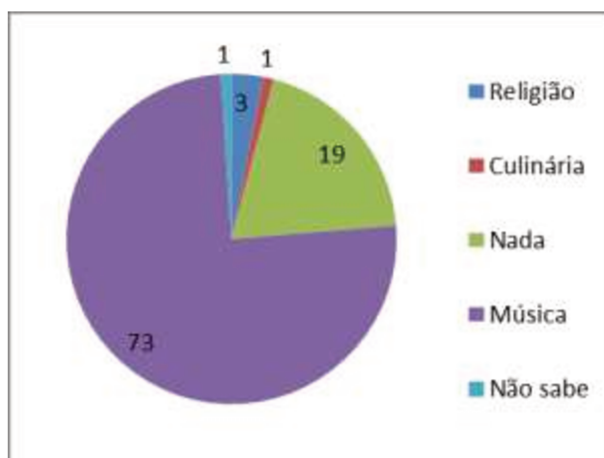
Gráfico 61 – Imigrantes haitianos segundo relações com brasileiros (Balneário Camboriú)



Fonte: Pesquisa de campo, 2014-2015. Grupo de Estudos Migratórios Amazônicos/UFAM-Observatório das Migrações em São Paulo-UNICAMP/Observatório das Migrações em Santa Catarina/UDESC.

No que se refere à cultura, particularmente aquilo que os imigrantes mantêm da cultura haitiana, percebe-se outro elemento característico do grupo analisado: a sua musicalidade. A grande maioria dos imigrantes entrevistados (73 do grupo de 97) respondeu que o principal elemento constitutivo da cultura haitiana que eles buscam manter em Balneário Camboriú é a música haitiana. Igualmente significativo é o fato de 19 imigrantes responderem não buscar manter nada da cultura haitiana, o que revela relativa assimilação à cultura brasileira. Três responderam buscar manter a religião haitiana e apenas um, a culinária haitiana. O Gráfico 62 apresenta esses dados.

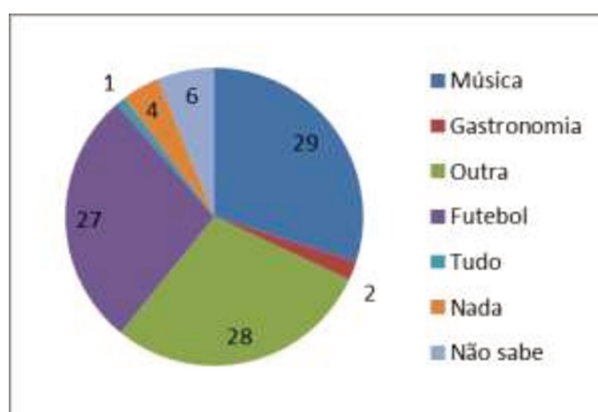
Gráfico 62 – Imigrantes haitianos segundo o que mantém da cultura haitiana (Balneário Camboriú)



Fonte: Pesquisa de campo, 2014-2015. Grupo de Estudos Migratórios Amazônicos/UFAM-Observatório das Migrações em São Paulo-UNICAMP/Observatório das Migrações em Santa Catarina/UDESC.

Justamente o gosto pela música faz com que seja ela o elemento da cultura brasileira mais apreciado pelos imigrantes haitianos entrevistados. Dos 97 imigrantes que compõem o grupo, 29 responderam ser a música o que mais apreciam da cultura brasileira; 28 disseram ser outro elemento, e 27 afirmaram ser o futebol. Seis imigrantes responderam não saber, ao passo que 4 afirmaram que não apreciam nada da cultura brasileira. Dois manifestaram predileção pela gastronomia brasileira e apenas um disse que aprecia tudo da cultura brasileira. Essas informações estão contidas no Gráfico 63.

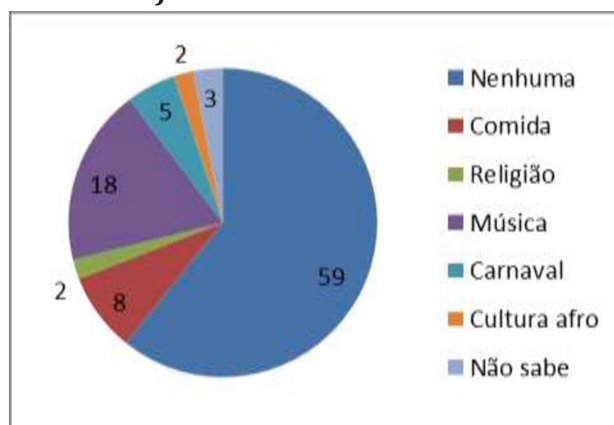
Gráfico 63 – Imigrantes haitianos segundo o que apreciam da cultura brasileira (Balneário Camboriú)



Fonte: Pesquisa de campo, 2014-2015. Grupo de Estudos Migratórios Amazônicos/UFAM-Observatório das Migrações em São Paulo-UNICAMP/Observatório das Migrações em Santa Catarina/UDESC.

A música compõe, também, a principal resposta quando há, para os imigrantes entrevistados, semelhanças entre a cultura haitiana e a brasileira. Embora 59 imigrantes tenham dito não identificar semelhanças, 18 responderam que há e ela é a música. Oito disseram reconhecer a comida como um ponto em comum entre as duas culturas ao passo que 5, o carnaval. Três não souberam, dois disseram ser a cultura africana e outros dois, a religião. O Gráfico 64 apresenta esses resultados relativos ao ponto de encontro entre as duas culturas segundo os próprios imigrantes haitianos entrevistados.

Gráfico 64 – Semelhanças entre a cultura brasileira e haitiana segundo o imigrante haitiano (Balneário Camboriú)



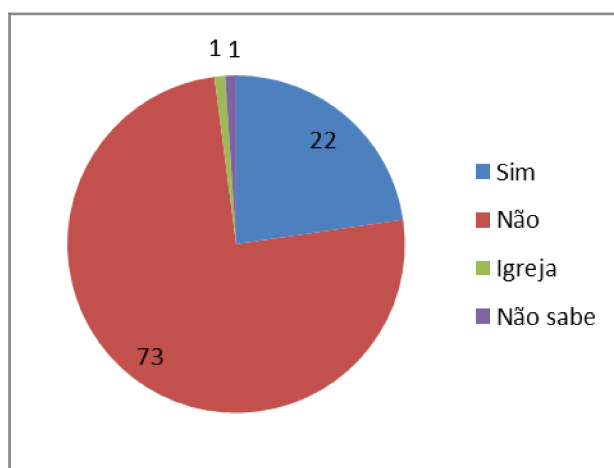
Fonte: Pesquisa de campo, 2014-2015. Grupo de Estudos Migratórios Amazônicos/UFAM-Observatório das Migrações em São Paulo-UNICAMP/Observatório das Migrações em Santa Catarina/UDESC

Anteriormente, afirmamos que há mais presença feminina nos cultos da Igreja Evangélica que propriamente nos demais espaços de sociabilidade da comunidade migrante haitiana na cidade. Em realidade, a presença geral, tanto de homens como de mulheres, revela-se ser maior na Igreja que na própria associação dos imigrantes. Dos 97 imigrantes haitianos entrevistados, 73 responderam não fazer parte de nenhuma associação, ao passo que 22 afirmaram que fazem parte de associação. Um não soube e também um respondeu que faz parte da associação da Igreja. O Gráfico 65 apresenta esses dados e é particularmente útil para refletirmos o espaço social em que se dá a busca pela melhoria da vida desses imigrantes. O fato de o grupo que respondeu participar de associação ser menor que o que respondeu não participar não significa, no entanto, que não haja participação política por parte dos imigrantes haitianos, conforme vimos na seção anterior.

Das múltiplas formas de participação, destacam-se aquelas de caráter cultural, que nos remetem, novamente, ao tema da música, particularmente do rap. Nesse sentido, é importante destacar que não existe dicotomia entre as manifestações culturais e a participação política: em um estado que reivindica e valoriza especialmente as heranças históricas da cultura italiana e alemã, e marginaliza no contexto da formação étnica e cultural do estado as presenças negra e indígena, as manifestações culturais haitianas e sua visibilidade pública têm, por si só, um significado político radical. Nesse sentido, os novos imigrantes, especialmente os haitianos, ao passo em que rompem uma historiografia oficial do estado, ampliam o leque da diversidade étnica e cultural em

diversas cidades e, pela vulnerabilidade em que esses grupos migrantes encontram-se, chamam a atenção da sociedade civil e de pesquisadores para o tema da necessidade de políticas públicas específicas a estes migrantes (ASSIS et al, 2016). A visibilidade, neste caso, da presença haitiana na cidade de Balneário Camboriú possui dois elementos principais. O primeiro deles, observado pelo pesquisador Eduardo Zanatta em dissertação de mestrado ainda inconclusa, refere-se à como as condições da moradia incidem sobre a ocupação do espaço urbano – e por consequência a visibilidade destes imigrantes. Segundo Zanatta, o adensamento excessivo de moradores por domicílio faz com que as camas, “sempre quentes”, sejam usadas apenas para dormir, e que a casa, por fim, não seja um espaço de socialização ou descanso, mas sim as calçadas mais próximas da casa dos migrantes. Com isso, há sempre imigrantes nas ruas, sentados nas calçadas, chamando atenção para si e suas condições, àqueles que passam nos bairros por eles habitados. Outro elemento é que o espaço público, pelo menos no entorno imediato a suas casas e no bairro habitado (o bairro dos Municípios) é também apropriado por discussões e encontros relacionados à associação dos migrantes. Reunidos, ocupam ruas e calçadas a espera do horário do encontro, e discutem, já na rua, os principais problemas e desafios da presença haitiana na cidade de Balneário Camboriú.

Gráfico 65 – Imigrantes haitianos segundo participação em alguma associação (Balneário Camboriú)



Fonte: Pesquisa de campo, 2014-2015. Grupo de Estudos Migratórios Amazônicos/UFAM-Observatório das Migrações em São Paulo-UNICAMP/Observatório das Migrações em Santa Catarina/UDESC

No tocante à avaliação feita pelos imigrantes a respeito do governo brasileiro e o apoio que este presta à situação do imigrante haitiano no país, predomina (44 de 97 respostas) uma avaliação positiva, pouco maior, no entanto, à soma dos grupos que responderam ser esse apoio “regular” e “péssimo” (juntos, 37 respostas). Doze imigrantes não souberam avaliar o apoio dado pelo governo brasileiro e 4 preferiram não responder à questão.

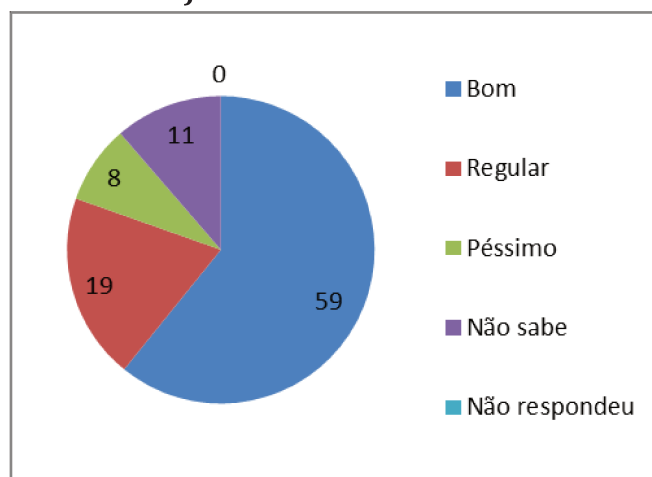
Gráfico 66 – Imigrantes haitianos segundo avaliação do apoio do governo brasileiro em relação ao sua situação no Brasil (Balneário Camboriú)



Fonte: Pesquisa de campo, 2014-2015. Grupo de Estudos Migratórios Amazônicos/UFAM-Observatório das Migrações em São Paulo-UNICAMP/Observatório das Migrações em Santa Catarina/UDESC.

O Ministério do Trabalho foi melhor avaliado pelos imigrantes haitianos entrevistados, com maior predominância do grupo de resposta “bom” (59 de 97). As avaliações do apoio prestado pelo Ministério do Trabalho como “regular” foi praticamente a mesma (19 respostas), mas a avaliação do apoio como “péssimo” foi reduzida à metade, conforme se pode visualizar no Gráfico 67. O critério desta avaliação é mais concreto e objetivo: é o Ministério do Trabalho que omite as Carteiras de Trabalho. Como vimos, a maior parte dos haitianos entrevistados possui a carteira de trabalho, seja assinada ou não. Tê-las em mãos significa, para esses migrantes, que o Ministério do Trabalho cumpriu sua função, não obstante a ausência de fiscalização e audição das condições de trabalho.

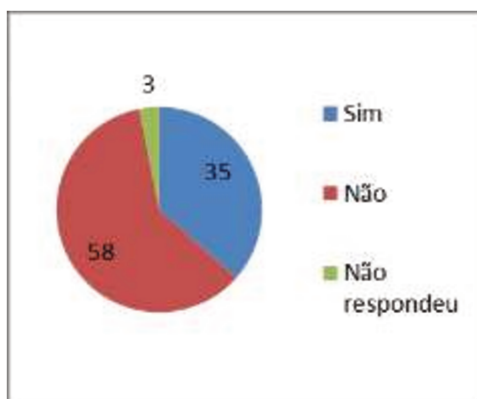
Gráfico 67 – Imigrantes haitianos segundo avaliação do apoio do Ministério do Trabalho (Balneário Camboriú)



Fonte: Pesquisa de campo, 2014-2015. Grupo de Estudos Migratórios Amazônicos/UFAM-Observatório das Migrações em São Paulo-UNICAMP/Observatório das Migrações em Santa Catarina/UDESC.

O perfil social e demográfico do grupo imigrante analisado busca contemplar, ainda, a dimensão da saúde, essencial no entendimento das contradições no acesso aos serviços públicos oferecidos pela prefeitura da cidade. Dos 96 imigrantes que foram inqueridos sobre a ocorrência de problemas de saúde desde que passou a residir na cidade, 58 deles responderam que não tiveram problemas de saúde e 35 responderam que tiveram. Três preferiram não responder a essa questão. O Gráfico 68 apresenta a composição do grupo imigrante analisado segundo ocorrência de problema de saúde.

Gráfico 68 – Imigrantes haitianos segundo ocorrência de problema de saúde (Balneário Camboriú)



Fonte: Pesquisa de campo, 2014-2015. Grupo de Estudos Migratórios Amazônicos/UFAM-Observatório das Migrações em São Paulo-UNICAMP/Observatório das Migrações em Santa Catarina/UDESC.

Um imigrante entrevistado respondeu ter sido acometido por mais dois problemas de saúde, razão pela qual o total de respostas referentes aos problemas é 36, e não 35, como no Gráfico 68. Além disso, há grande variedade dos problemas de saúde relatados pelos imigrantes.

Os problemas mais frequentes foram: enfermidades nos olhos e necessidade de consulta ao oftalmologista (7 respostas) depressão (4 respostas), e dores de ouvido (também 4 respostas). Há de se ressaltar também a variedade de problemas de saúde relacionados a dores (ao todo, 14 respostas). As dores, muito frequentemente, estão associadas à carga de trabalho.

Tabela 9 – Problemas de saúde relatados pelos imigrantes haitianos (Balneário Camboriú)

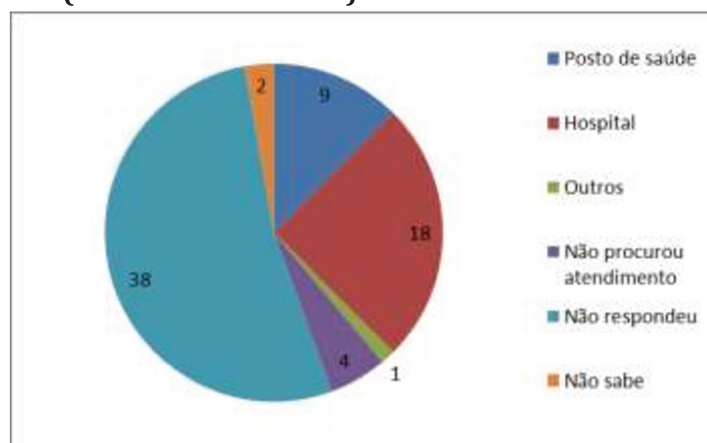
Qual o problema de saúde?	Nº de Imigrantes
Olhos e Consulta ao oftalmologista	7
Depressão	4
Dor de ouvido	4
Dor de estômago	3
Asma	3
Hérnia	3
Alergia	3
Dor de cabeça	2
Dor de dente	2
Dor no corpo	2
Dor na coluna	1
Acidente de trabalho	1
Fratura	1
Não sabe	1
Não respondeu	32
Total	68

Fonte: Pesquisa de campo, 2014-2015. Grupo de Estudos Migratórios Amazônicos/UFAM-Observatório das Migrações em São Paulo-UNICAMP/Observatório das Migrações em Santa Catarina/UDESC.

O hospital foi a forma predominante de atendimento médico ao problema de saúde relatada (resposta dada por 18 imigrantes). Menos frequentes foram os atendimentos realizados em postos de saúde (9 imigrantes). Quatro imigrantes, mesmo doentes, não procuraram atendimento. Percebe-se que a população haitiana residente na cidade não conhece o sistema de saúde vigente no município, o que suscitou, em 2014, a realização de uma oficina realizada pela Secretaria Municipal de Juventude do município de Balneário Camboriú sobre como funciona o sistema municipal de saúde e quais as diferenças entre o atendimento em hospitais e postos de saúde. Um imigrante entrevistado, no entanto, relatou que, mais que esse desconhecimento, é a discriminação

no atendimento médico o que dificulta o acesso ao sistema de saúde: quando precisou ser atendido, percebeu que os médicos e enfermeiros não executaram com ele o mesmo procedimento, e alguns, inclusive, riram de sua situação.

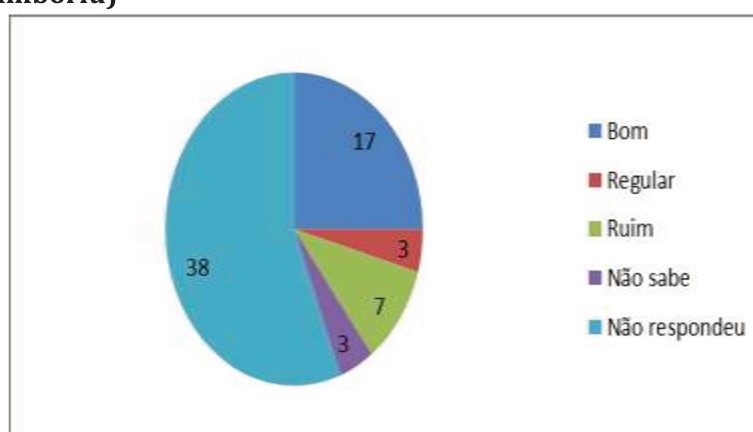
Gráfico 69 – Imigrantes haitianos segundo forma de atendimento médico deste problema de saúde (Balneário Camboriú)



Fonte: Pesquisa de campo, 2014-2015. Grupo de Estudos Migratórios Amazônicos/UFAM-Observatório das Migrações em São Paulo-UNICAMP/Observatório das Migrações em Santa Catarina/UDESC.

Daqueles que usaram o sistema de saúde, no entanto, predomina uma avaliação positiva do atendimento médico (17 respostas). Sete imigrantes responderam que o atendimento foi “ruim” e 3, “regular”.

Gráfico 70 – Imigrantes haitianos segundo avaliação deste atendimento médico (Balneário Camboriú)



Fonte: Pesquisa de campo, 2014-2015. Grupo de Estudos Migratórios Amazônicos/UFAM-Observatório das Migrações em São Paulo-UNICAMP/Observatório das Migrações em Santa Catarina/UDESC.

4.6 Remessas de migrantes para o Haiti: síndrome emigratória e dependência de remessas

Neste último item do capítulo 4, buscaremos apresentar os contornos de uma interpretação crítica das remessas de migrantes, que nos permita vincular as condições da origem (necessidade que as famílias haitianas têm desses recursos) com as do destino (a remessa como produto de um processo de trabalho caracterizado, em grande medida, pela superexploração da força de trabalho) e apontar como as remessas de migrantes podem condicionar a expansão do espaço de vida da emigração haitiana. Com essa interpretação crítica sobre as remessas, buscamos definir de modo mais preciso a relação entre migração e desenvolvimento no caso específico da imigração haitiana em Santa Catarina, averiguando, a partir sobretudo da forma de utilização das remessas, se esses recursos têm logrado alterar significativamente as condições que, do ponto de vista histórico, têm condicionado o processo emigratório do Haiti.

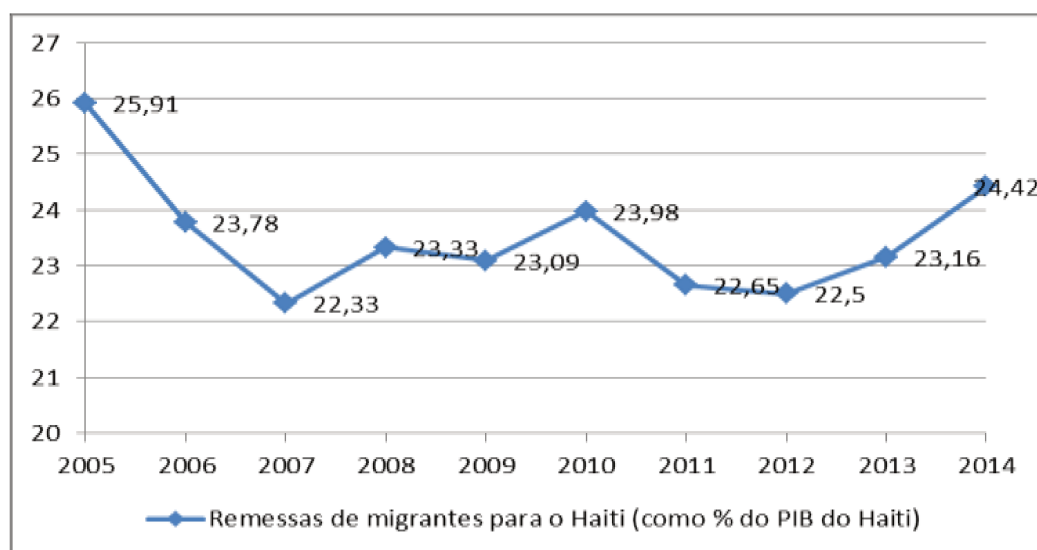
Como vimos a partir da análise dos destinos tradicionais da emigração haitiana, em um contexto de elevação do desemprego, diminuição dos salários e supressão de direitos trabalhistas (MÉSZÁROS, 2009; SILVA e MEDEIROS, 2009), provocados pela crise capitalista e não pelas migrações, o nível de remessas de migrantes é rapidamente afetado (CEPAL, 2009).

As remessas de migrantes constituem, desde 2003, a principal forma de entrada de recursos externos na América Latina, rivalizando ainda com os investimentos das multinacionais (Investimento Estrangeiro Direto, IED). São inúmeros os indicadores de sua importância para os países do continente: no Haiti, representam 150% das exportações do país e oscilou entre 22 e 26% do PIB nacional nos últimos dez anos. Em Honduras, representam 25% do PIB do país. Representam entre 15 e 20% do PIB na Jamaica, El Salvador, Nicarágua e Guatemala. Representam entre 5 e 10% do PIB em países como Belize, Equador, Granada e a própria República Dominicana.

Segundo a CEPAL (2009), as remessas de migrantes permitem a ascensão da linha de pobreza de 2,5 milhões de pessoas na América Latina. A diminuição do volume das remessas de migrantes, como consequência da crise, em um contexto de dependência de remessas, funciona como um estímulo às famílias migrantes procurarem novos destinos migratórios. Parece-nos significativo que, no caso haitiano, entre 2005 e

2014, o valor das remessas (como porcentagem do PIB do país) tenha atingido seu menor nível em 2007, ano do início da crise capitalista, e apenas tenha recuperado o patamar anterior à crise em 2010, ano em que a imigração haitiana encontra o Brasil. Especialmente desde 2012, as remessas como porcentagem do PIB do Haiti voltaram a apresentar tendência de crescimento, conforme se pode visualizar no Gráfico 71.

Gráfico 71 – Remessas como porcentagem do PIB do Haiti (2005 – 2014)



Fonte: UNCTAD, 2016.

Inicialmente, é importante compreender que as remessas de migrantes são responsáveis por financiar parte significativa do consumo corrente das famílias receptoras, e que são fundamentais também para que as economias latino-americanas e caribenhas, dependentes que são, possam aliviar ou mesmo equilibrar o déficit em seus balanços de pagamentos, através de superávits na conta Transferências Unilaterais, promovidos pela entrada destes recursos.

Do exposto, entende-se que uma diminuição das remessas, conforme diagnosticado pela CEPAL (2009), traz efeitos perversos para milhões de famílias receptoras das remessas de migrantes, constituindo-se em uma forma de contágio da crise capitalista aos países receptores. Essa conjuntura guarda, certamente, relação com a redefinição dos fluxos migratórios, mas para investigar mais a fundo como a dinâmica das migrações internacionais pode ser condicionada pela diminuição das remessas e o

agravamento das tensões migratórias, é importante definirmos precisamente a situação de “dependência de remessas” por parte das famílias (e economias) receptoras de remessas, particularmente no Haiti.

O conceito de “dependência de remessas” (COVARRUBIAS, 2010; MAGALHÃES e BAENINGER, 2016) não se refere, propriamente, a uma análise otimista e funcionalista destes recursos, tal como apresentado pelos organismos internacionais, particularmente ONU e CEPAL, mas sim de uma interpretação mais ampla do tema, pois relacionada às condições de trabalho (em que as remessas têm sua origem) e às condições sociais e econômicas nas regiões das famílias receptoras (em que as remessas são consumidas, realizadas). Segundo esta interpretação, as remessas representam a forma concreta de articulação entre dois regimes demográficos, sociais e econômicos distintos (CANALES, 2015). Esta articulação integra, ainda, o trabalhador migrante no país de destino e sua família, no país de origem, no qual o valor de reprodução da força de trabalho é significativamente inferior – o que explica, em essência, a própria existência da remessa.

A migração como processo social dá lugar a um complexo sistema de redes sociais e familiares que, sustentadas em princípios de solidariedade e reciprocidade, permitem a reprodução dos migrantes, assim como de suas famílias e comunidades, o que se está denominando de causação acumulativa. Neste contexto, diversos autores propuseram que a migração internacional constituiria uma estratégia transnacional de reprodução social dos migrantes e suas famílias. A isso agregamos a tese de que as redes sociais familiares e o capital social dos migrantes, além de ser uma estratégia de reprodução da migração como processo social, são, também, e através deste mesmo processo, uma forma de reprodução social da força de trabalho dos migrantes, isto é, uma forma de reprodução dos migrantes como trabalhadores transnacionais (CANALES, 2015, p. 129).

A partir da consideração acima, Canales (2015) estabelece que tanto o conceito de transnacionalismo como o de reprodução do capital e da força de trabalho são essencial para o entendimento das características atuais da dinâmica migratória internacional, no que agregamos, tendo em vista a imigração haitiana no Brasil, a expansão do espaço de vida do migrante, que está na origem mesmo desta presença migrante no Brasil. Estas considerações nos aproximam, gradativamente, de uma perspectiva de análise sobre as remessas em que origem e destino não são dois pontos isolados, senão partes integrantes, duas faces de um mesmo processo, o de reprodução (demográfica, econômica e das desigualdades) de uma sociedade a partir do contato com outra (CANALES, 2015).

Desta forma, a reprodução da migração, e em particular da força de trabalho migrante, adquire uma forma transnacional na medida em que articula e vincula os assentamentos dos migrantes nos lugares de destino com as comunidades de origem. De fato, junto ao deslocamento das pessoas, a migração desencadeia uma série de outros intercâmbios de bens materiais e simbólicos, que fluem em ambos os sentidos, entre as comunidades de origem e de destino, conformando assim o mecanismo através do qual se transfere partes dos custos de reprodução da força de trabalho, desde as sociedades de assentamento dos migrantes a suas famílias e comunidades de origem (CANALES, 2015, ps. 129-130).

Ao afirmar que a migração vincula diferentes magnitudes de valor de reprodução da força de trabalho e transfere do destino à origem parte destes custos, Canales (2015) estabelece, em outras palavras, que em razão do estatuto político subalterno do migrante, o capitalista e empresário apropria-se de parte do valor do salário, ao passo que outra parte o próprio migrante transfere à sua família ou comunidade, sob a força de remessas de migrantes. “As remessas são então a forma na qual uma fração do salário do migrante se transfere a suas famílias e comunidades de origem para a reprodução social da família e comunidade, como o faz qualquer outro ingresso salarial nas mesmas comunidades. As remessas são, portanto, um fundo salarial: esse é seu significado e função como variável macroeconômica” (CANALES, 2015, p. 130).

A conceituação acima pode parecer simplista, mas em realidade confere conteúdo mais concreto ao que é tratado apenas em sua aparência, como recursos sem uma origem definida, que circulam entre economias nacionais. Ao reduzir estes recursos a indicadores, esclarecem pouco a respeito dos processos de trabalho e acumulação – e menos ainda sobre a relação entre migração e desenvolvimento.

As remessas de migrantes têm sua origem condicionada pelos fatores materiais do processo de trabalho, como também a sua finalidade (COVARRUBIAS, 2010; BINFORD, 2002). Em outras palavras, montante, forma de envio e sobretudo forma de utilização das remessas são questões diretamente relacionadas com a estrutura de classes da sociedade de origem – o lugar que sua família ocupa nela.

As remessas não apenas formam parte do processo de reprodução transnacional da força de trabalho migrante, como também das condições estruturais da exclusão social e precarização laboral que enfrenta essa força de trabalho. Em outras palavras, ao analisar o significado econômico e social das remessas não podemos abstrair o contexto global de exclusão e segregação social que caracteriza a inserção laboral dos migrantes, pois elas (as remessas) são um produto direto deste contexto global. Portanto, é este marco estrutural de exclusão e segregação social dos migrantes o que permite, em definitivo, diferenciar entre caráter e significado social das remessas que recebem em vários países em via de desenvolvimento e aqueles que recebem as economias industrializadas do Primeiro Mundo (CANALES, 2015, p. 130).

Dentro desta perspectiva estrutural, um elemento importante que opera a diferenciação do significado de remessas em um país de periferia em relação a um país de centro é que somente no primeiro caso se produz um fenômeno social no qual as famílias receptoras tornam-se dependentes destes recursos (COVARRUBIAS, 2010). Aprofundemo-nos neste ponto.

A dependência de remessas é um conceito que expressa a necessidade crescente que algumas famílias envolvidas no processo migratório têm dos recursos enviados pelos familiares ao país de origem (BINFORD, 2002; COVARRUBIAS, 2010). Esta dependência faz menção direta não tanto ao nível dos recursos enviados, mas mais à forma com que estes recursos são utilizados. Neste sentido, as famílias serão dependentes à medida que tais recursos sejam predominantemente utilizados para o consumo, a subsistência da família, o pagamento dos gastos correntes com alimentação e educação, por exemplo.

A dualidade entre consumo e investimento é particularmente importante no estudo das remessas porque ela não se refere apenas às opções e escolhas tomadas pela família, mas também, e principalmente, às suas necessidades mais urgentes, as quais são condicionadas por sua posição na estrutura econômica e social do país de origem (BINFORD, 2002; COVARRUBIAS, 2010). Em outras palavras, a forma de utilização das remessas é uma expressão da estratificação socioeconômica no Haiti. É justamente nos domicílios mais pobres onde as remessas serão utilizadas prioritariamente para consumo. Segundo Binford (2002),

os investimentos das remessas – ou os efeitos indiretos de seu desembolso – provém a base para condições de trabalho humanas e um nível de remuneração suficiente para sustentar um modo de vida digno. Numerosos domicílios individuais, e a maioria dos domicílios em inúmeras comunidades rurais ricas em recursos, têm usado o dinheiro das remessas para ascender economicamente, ao menos por certo tempo. Sem embargo, um número abrumador de domicílios e de comunidades não o tem logrado, e um número cada vez maior tem ficado preso à ‘síndrome da emigração’, na qual a emigração internacional provoca maior emigração, fornecendo a base para que um nível de vida mais alto somente possa manter-se graças a um fluxo constante de remessas (BINFORD, 2002, p. 146).

As remessas funcionariam, então, como um mecanismo de expansão do consumo das famílias receptoras, desencadeando uma relação de dependência, por parte destas famílias, em relação a estes recursos, ou seja, constituindo a chamada “dependência de remessas”. O acréscimo no nível do consumo, por seu turno, amplia as necessidades materiais destas famílias. A ausência de estruturas produtivas inclusivas no país faz com que esta expansão no nível de consumo ou mesmo a sua manutenção

seja possível apenas com o afluxo de novas remessas, o que concretamente tende a significar a emergência de novos fluxos migratórios, isto é, a emigração de outros familiares que permaneciam no país de origem. A literatura crítica sobre remessas conceitua esta situação de “síndrome emigratória” (BINFORD, 2002; COVARRUBIAS, 2010; GROSGOUEL, 2007). Derivada de uma condição de dependência de remessas, ela expressa a situação limite de centralidade das migrações internacionais para a manutenção material de inúmeras famílias, e a elevação das remessas a um status de elemento da dinâmica migratória – dado que condiciona novos fluxos ao exterior (BINFORD, 2002; COVARRUBIAS, 2010; GROSGOUEL, 2007).

Jenevieve tem 24 anos. Seus pais vivem em Miami, nos Estados Unidos. Migraram quando Jenevieve ainda era uma criança. Jenevieve tem um filho pequeno, que permanece com o restante de sua família no Haiti. Trata-se de uma família cujos membros vivem em três países diferentes (Estados Unidos, Brasil e Haiti). A tradição de migração aos Estados Unidos foi rompida por Jenevieve, que migrou ao Brasil em um momento marcado, como vimos, por dificuldades na entrada e no emprego de imigrantes nos Estados Unidos, o que repercute sobre o nível das remessas enviadas. A migração ao Brasil, dentro deste contexto, é mais que um projeto individual: trata-se de uma estratégia familiar de manutenção do nível de consumo, dificultado com a intensificação da crise social e econômica pós-terremoto. Uma estratégia que expressa a ausência de garantias e perspectivas de reprodução social no Haiti e a síndrome emigratória provocada pela busca destas garantias e perspectivas em outros países.

O conceito de síndrome emigratória (BINFORD, 2002; COVARRUBIAS, 2010; GROSGOUEL, 2007) é particularmente útil para a análise histórica do caso haitiano, pois confere conteúdo teórico à expressão “povo migrante”, além de nos indicar que é essencial para o estudo das remessas de migrantes o entendimento da estrutura social e econômica do país de origem, de modo a avaliarmos a forma de utilização das remessas e suas consequências. Em outras palavras, tão importante quanto o volume destes recursos é sob que condições e para que finalidade eles são utilizados. Sob esta perspectiva, saímos dos Balanços de Pagamentos e chegamos, assim, à família, que se torna então dimensão importante para o estudo de remessas. Mas também as condições e a finalidade se alteram entre as famílias, de modo que é essencial as situarmos na estrutura de classe do país. A posição das famílias nestas estruturas condiciona a forma de utilização dos recursos. Isto, por seu turno, valida a introdução e o resgate histórico que elaboramos neste estudo (pois estas estruturas formaram-se em condições concretas

que vigoram ainda no país) ao passo que também concede importante contribuição analítica à perspectiva histórico-estrutural.

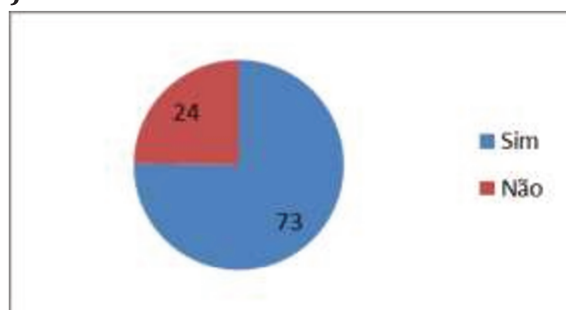
É particularmente a “síndrome emigratória” que nos motiva a definir que, em razão da diminuição das remessas e para manter um determinado nível de consumo e bem-estar das famílias receptoras, essas mesmas famílias redefinem seus projetos migratórios e elencam como novos destinos países que estejam em condições de manter o nível de remessas e assegurar emprego à força de trabalho imigrante.

A “dependência de remessas” e a “síndrome emigratória” são, portanto, conceitos fundamentais para o entendimento das transformações na dinâmica das migrações internacionais. Estes movimentos se explicam apenas parcialmente pela crise e seus efeitos nos países centrais, particularmente nos países centrais.

As remessas ocupam um lugar de fundamental importância no projeto migratório haitiano. A crise capitalista de 2008, associada ao acirramento das tensões migratórias nos países tradicionais de destino da emigração haitiana, incidiu diretamente sobre o nível de remessas, pressionando as famílias haitianas, dependentes destes recursos, a redefinirem seus projetos migratórios, no que o Brasil passa a inserir-se nesta dinâmica, particularmente após 2010.

Assim como mostrado nacionalmente pelos dados de nossa pesquisa “Haitianos no Brasil: perfil e trajetórias em algumas cidades brasileiras”, os imigrantes haitianos entrevistados em Balneário Camboriú também enviam, em sua maioria, remessas aos familiares que permaneceram no Haiti. Dos 97 imigrantes entrevistados, 73 declararam enviar remessas ao Haiti, ao passo que 24, responderam não enviá-las. O Gráfico 72 apresenta esses dados.

Gráfico 72 – Imigrantes haitianos segundo envio de remessas aos familiares no Haiti (Balneário Camboriú)



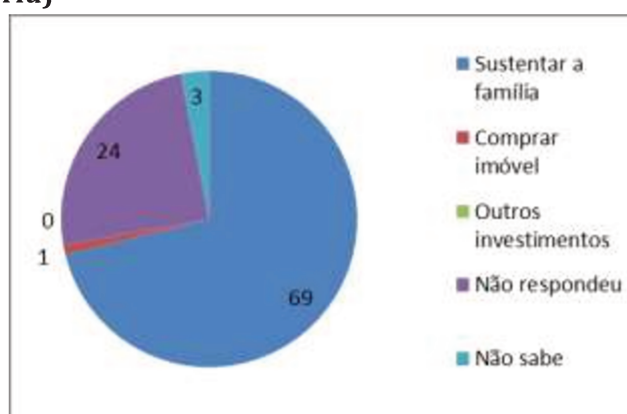
Fonte: Observatório das Migrações em São Paulo (Fapesp/CNPq/NEPO/Unicamp); Grupo de Estudos Migratórios da Amazônia (GEMA/UFAM); Observatório das Migrações em Santa Catarina (CNPq/UDESC); Migração, Memória e Cultura na Amazônia Brasileira (MIMCAB/UNIR). Pesquisa de campo, 2014-2015.

Inicialmente, chama a atenção a identificação entre o número de imigrantes desempregados (24, segundo o Gráfico 48) e o de imigrantes que não enviam remessas (também 24). Embora não sejam necessariamente os mesmos imigrantes, deduz-se que estão intimamente relacionados, pois as remessas são recursos originados do processo de trabalho – em outras palavras, da economia de parte do valor recebido para a reprodução da força de trabalho.

Essas remessas são produzidas a partir da economia do salário, mesmo em condições precárias de assalariamento e os gastos elevados com aluguel. São recursos poupados às expensas, muitas vezes, de gastos adicionais com consumo e lazer, e possibilitados por jornadas duplas de trabalho. Fundamental para definir se o imigrante provém de família que desenvolveu relação de dependência com essas remessas é a análise da finalidade do envio, por parte do imigrante, e da forma de uso, por parte das famílias, das remessas.

O gráfico 66 apresenta dados sobre as razões do envio das remessas por parte do imigrante haitiano entrevistado em Balneário Camboriú. A maior parte do grupo entrevistado (69 de 97 imigrantes) declarou que envia remessas com a finalidade de sustentar a sua família. Apenas um imigrante declarou que envia remessas para outra finalidade, no caso a aquisição de imóvel para a família residente no Haiti.

Gráfico 73 – Imigrantes haitianos segundo finalidade do envio das remessas (Balneário Camboriú)

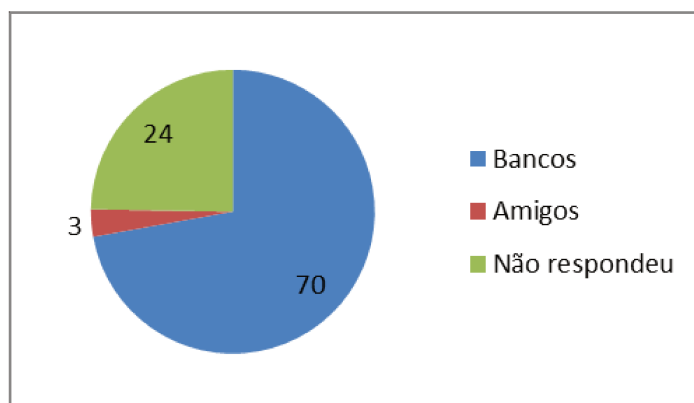


Fonte: Observatório das Migrações em São Paulo (Fapesp/CNPq/NEPO/Unicamp); Grupo de Estudos Migratórios da Amazônia (GEMA/UFAM); Observatório das Migrações em Santa Catarina (CNPq/UDESC); Migração, Memória e Cultura na Amazônia Brasileira (MIMCAB/UNIR). Pesquisa de campo, 2014-2015.

Na resposta dos imigrantes já está contida a compreensão de que os recursos enviados serão utilizados quase exclusivamente para o sustento familiar, ou seja, a subsistência da família. Embora o imigrante esteja distante de sua família, ele mantém o contato (afetivo, comunicacional e econômico) com ela, a ponto de compreender a sua situação de necessidade e expressá-la em sua resposta.

A forma de envio dessas remessas é, fundamentalmente, a bancária: 70 de 97 imigrantes declararam enviar os recursos através de transferência bancária, ao passo que 3, através de amigos, quando esses viajam ao Haiti. Novamente, 24 imigrantes não responderam, justamente por não enviarem, conforme disposto no Gráfico 74, remessas aos familiares no Haiti. O Gráfico 74 apresenta esses dados sobre a forma de envio das remessas.

Gráfico 74 – Imigrantes haitianos segundo modo de envio das remessas (Balneário Camboriú)

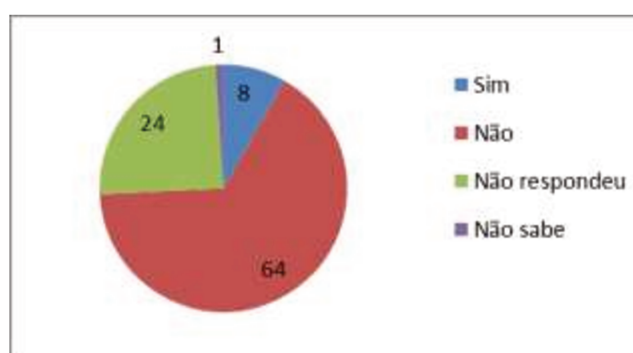


Fonte: Observatório das Migrações em São Paulo (Fapesp/CNPq/NEPO/Unicamp); Grupo de Estudos Migratórios da Amazônia (GEMA/UFAM); Observatório das Migrações em Santa Catarina (CNPq/UDESC); Migração, Memória e Cultura na Amazônia Brasileira (MIMCAB/UNIR). Pesquisa de campo, 2014-2015.

Desde 2014, as remessas são enviadas através de filial da empresa “Remessa Express”, que permite o envio sem a necessidade de conta bancária – os recursos são entregues pessoalmente em idas regulares ao Haiti. Essa possibilidade permite prever um volume maior de remessas que o oficialmente declarado, aproximando-se de estimativa global segundo a qual o volume declarado de remessas corresponde a 50% do volume total das remessas. Ademais, a empresa, administrada por imigrantes haitianos residentes em Balneário Camboriú, é um importante espaço da sociabilidade migrante na cidade, reunindo dezenas de migrantes nos intervalos do trabalho e dias de folga semanal.

As remessas, no entanto, não são regulares quanto ao valor que é enviado aos familiares no Haiti. Novamente em razão das duras condições de trabalho e de moradia na cidade de Balneário Camboriú, as remessas oscilam de valor – e de regularidade do envio. No tocante à manutenção do valor das remessas, 64 imigrantes haitianos entrevistados responderam que suas remessas oscilam em termos de valor, ao passo que o valor é mantido por apenas 8 dos 97 imigrantes entrevistados. Um imigrante não soube responder e 24 imigrantes, novamente, declararam não enviar remessas aos familiares. O Gráfico 76 apresenta esses dados relacionados à manutenção do valor das remessas por parte do imigrante entrevistado.

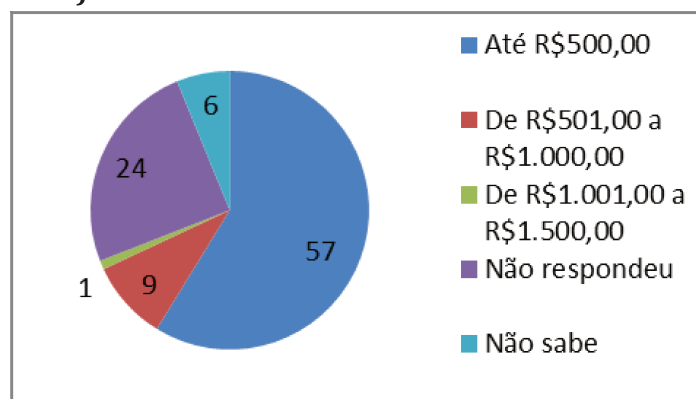
Gráfico 75 – Imigrantes haitianos segundo manutenção do valor das remessas (Balneário Camboriú)



Fonte: Observatório das Migrações em São Paulo (Fapesp/CNPq/NEPO/Unicamp); Grupo de Estudos Migratórios da Amazônia (GEMA/UFAM); Observatório das Migrações em Santa Catarina (CNPq/UDESC); Migração, Memória e Cultura na Amazônia Brasileira (MIMCAB/UNIR). Pesquisa de campo, 2014-2015.

Como nos resultados nacionais da pesquisa, o valor médio de remessas enviadas predominante é de até R\$500,00 (resposta dada por 57 dos 73 imigrantes que enviaram remessas). Outros 9 imigrantes responderam enviar entre R\$501,00 e R\$1.000,00, e apenas um declarou enviar entre R\$1.001,00 e R\$1.500,00. Seis imigrantes responderam não saber o valor médio que enviam aos seus familiares no Haiti. Esses dados podem ser visualizados no Gráfico 77:

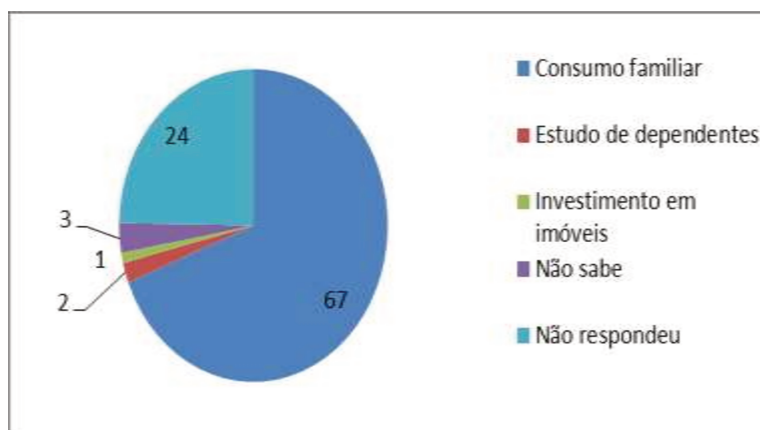
Gráfico 76 – Imigrantes haitianos segundo valor médio das remessas enviadas (Balneário Camboriú)



Fonte: Observatório das Migrações em São Paulo (Fapesp/CNPq/NEPO/Unicamp); Grupo de Estudos Migratórios da Amazônia (GEMA/UFAM); Observatório das Migrações em Santa Catarina (CNPq/UDESC); Migração, Memória e Cultura na Amazônia Brasileira (MIMCAB/UNIR). Pesquisa de campo, 2014-2015.

A finalidade com que as remessas são enviadas pelos imigrantes coincide, em grande medida, com o uso que seus familiares fazem desses recursos. Quando perguntados como seus familiares utilizam as remessas, a maior parte dos imigrantes respondeu que elas são usadas para consumo familiar (67 de 97 respostas), ao passo que apenas dois declararam que as remessas são usadas para o financiamento do estudo de dependentes e um, para o investimento em imóveis para a família. O Gráfico 68 apresenta esses dados e confirma que, no grupo analisado, os recursos são utilizados quase exclusivamente para o financiamento do consumo corrente das famílias dos imigrantes, evidenciando o grau de dependência de remessas por parte dessas famílias. Em um contexto em que as remessas são utilizadas sobretudo para consumo e não para investimentos (em imóveis e educação), as oscilações no nível de remessas são rapidamente sentidas pelas famílias e, como visto no Capítulo 2, articulam-se, com isso, à emergência de novos fluxos migratórios, ampliando o espaço de vida da emigração haitiana e condicionando a situação de síndrome emigratória.

Gráfico 77 – Imigrantes haitianos segundo uso familiar das remessas (Balneário Camboriú)



Fonte: Observatório das Migrações em São Paulo (Fapesp/CNPq/NEPO/Unicamp); Grupo de Estudos Migratórios da Amazônia (GEMA/UFAM); Observatório das Migrações em Santa Catarina (CNPq/UDESC); Migração, Memória e Cultura na Amazônia Brasileira (MIMCAB/UNIR). Pesquisa de campo, 2014-2015.

Conclui-se, do exposto, que as remessas enviadas pelos imigrantes que compõem o grupo analisado, na cidade de Balneário Camboriú, expressam a condição de dependência de remessas, ou seja, são utilizadas quase exclusivamente para a compra de alimentos, para o consumo, a subsistência familiar. Com isso, tais recursos, originados no processo de trabalho na cidade de destino e que justificam, em grande medida, a aceitação de níveis adicionais de exploração da força de trabalho e de renúncia a consumo e lazer na sociedade de acolhida, não são utilizados para alterar significativamente as situações econômicas e sociais das famílias receptoras. Embora permita um nível de consumo adicional, essencial muitas vezes para a própria subsistência material e sobrevivência destas famílias, elas apenas aliviam mas não alteram a situação de vulnerabilidade em que se encontram essas famílias. No sentido em que esta situação não é um subproduto das remessas, mas sim de uma situação econômica e social que a condiciona e engendra relação de dependência destes recursos, podemos avaliar de forma mais concreta a relação entre migração, remessas e desenvolvimento no caso haitiano.

Em outras palavras, as remessas refletem também um marcado caráter de classe. Não apenas constituem um fundo salarial pura e simplesmente, como também correspondem a recursos salariais de trabalhadores que combinam uma inserção laboral de alta vulnerabilidade e precariedade nos países de destino, com uma condição de pobreza, marginalidade e vulnerabilidade social nos países de origem. Desta forma, as remessas constituem um sistema de transferências salariais que fluem de trabalhadores precários e vulneráveis a seus familiares que vivem em condições de pobreza e contextos de

marginalização social. Neste contexto, não é raro que, por um lado, as remessas de orientem fundamentalmente a financiar o consumo familiar, contribuindo a manter um mínimo nível de vida e, por outro lado, não fluam nos montantes e volumes necessários para promover um verdadeiro processo de mobilidade social. Trata-se em definitivo de uma transferência de recursos entre famílias e trabalhadores de baixos recursos imersos em situações de vulnerabilidade social e precariedade econômica, e onde podem contribuir a aliviar a situação de pobreza, mas em nenhum caso a resolvê-la (CANALES, 2015, p. 130).

Assim, as remessas de migrantes, em termos gerais, e do nosso grupo analisado, de forma específica, a despeito de possuir uma importância emergencial, de curto prazo, a medida em que se concentra quase exclusivamente na aquisição de alimentos, pouco impacta na superação das condições econômicas e sociais vigentes, isto é, pouco contribui ao desenvolvimento socioeconômico no país.

Não obstante, as remessas seguem sendo, segundo os dados apresentados e sua leitura teórica desde uma proposição crítica das remessas, um importante elemento condicionador da dinâmica econômica, social e também migratória haitiana. Sobre esta última, especificamente, as remessas, na medida em que a situação econômica e social vigente constrói uma relação de dependência em relação a elas, ampliam de forma sistemática o espaço de vida da imigração haitiana, por duas razões principais. A primeira, por ser um elemento central da percepção dos espaços acessíveis – ou o critério mesmo de uma acessibilidade econômica –; e a segunda, por ser um laço ou vínculo material entre migrantes e seus familiares, relação esta cuja manutenção supõe a existência do espaço de vida e da própria reversibilidade do fluxo, como o momento atual tem demonstrado. Por isso, concluímos que a dependência de remessas no Haiti é um elemento que define a constante ampliação do espaço de vida da emigração haitiana, através de uma relação entre migração-remessas-consumo que produz verdadeira síndrome emigratória.

Considerações Finais

Nesta tese, pudemos teorizar sobre as origens históricas do processo emigratório haitiano: identificamos a formação histórica dos fatores de expulsão populacional do país e refletimos sobre alguns dos principais fluxos históricos da emigração haitiana, como para Cuba, República Dominicana e Estados Unidos. Países tão distintos, econômica e socialmente, nos motivaram a analisar cada fluxo em perspectiva histórica e de forma particular. Esta foi também a motivação para a análise do fluxo migratório haitiano no Brasil.

Por tal razão, nos distanciamos de explicações parciais, como aquela que credita a formação do fluxo exclusivamente ao terremoto de 2010 no Haiti, e nos debruçamos na análise dos processos históricos de emigração anteriores, no estudo da crise econômica e permanente do Haiti, agravadas desde 2004 e do efeito das presenças estrangeiras no país, inclusive a brasileira. Analisamos, sobretudo, as relações entre a dependência estrutural haitiana, a crise capitalista internacional e suas repercussões na dinâmica migratória internacional e a expansão do capitalismo dependente brasileiro, entre 2006 e 2010. Montamos, com isso, um marco interpretativo da migração haitiana no Brasil.

Deste marco advém, a nosso critério, as principais contribuições desta tese. Ao analisarmos a imigração haitiana no Brasil em perspectiva histórica, logramos diferenciá-la dos demais processos históricos de emigração do país e definir de forma mais precisa as transformações que concorreram entre si para a formação do fluxo. Isso situou nossa investigação em diferentes níveis de abstração, o que contribuiu para, a partir da análise da relação entre migração haitiana e desenvolvimento, propormos a noção de “migração de dependência”. A chamada “migração de dependência” sintetiza os elementos estruturais da formação econômica e social haitiana (dependência) e os vincula aos processos atuais de redistribuição espacial da população haitiana (migração ao Brasil). A “migração de dependência” circunscreve-se também no âmbito da motivação de migrar originada pela presença brasileira no Haiti – e neste sentido o termo “dependência” substancia, também, a natureza qualitativa da expansão brasileira ao exterior – produto ela do desenvolvimento do capitalismo dependente brasileiro, como pudemos analisar especialmente no Capítulo 2 desta tese. “Migração de dependência” encerra, portanto, um tipo específico de fluxo migratório engendrado pela presença, econômica, militar e política, de um país dependente em outro.

A terceira dimensão do termo “migração de dependência” refere-se a um dos aspectos mais significativos da presença haitiana no Brasil – a dependência de remessas. Esta é, também, uma importante contribuição deste trabalho, tornada possível apenas com a aproximação crítica entre a Teoria Marxista da Dependência e os estudos do Histórico-Estruturalismo. Esta aproximação permitiu-se refletir sobre as remessas também desde uma perspectiva crítica, alicerçada na análise dos processos de valorização do capital e de reprodução da força de trabalho – que envolvem, nestes casos, dois países muito distintos.

Outras importantes contribuições foram originadas do trabalho de campo de natureza qualitativa. Em Balneário Camboriú, este trabalho permitiu-nos, a partir da construção de uma relação de confiança com muitos imigrantes haitianos, desvelar de forma mais precisa as etapas de seu processo associativo, as contradições da inserção social na cidade e a conjuntura de expansão de participação política. A metodologia da observação participante logrou captar essas etapas e vinculá-las ao marco teórico, reforçando aspectos essenciais da presença haitiana na cidade como sua vulnerabilidade e capacidade associativa, seja religiosa, seja cultural. Também nos permitiu participar, ocasionalmente, de duas atividades de recrutamento, e perceber de forma mais concreta como se dá, na prática, a apropriação que o capital e o poder público fazem da mobilidade humana.

Em Chapecó, o trabalho de campo logrou levantar informações, junto a imigrantes, suas associações e a assessoria jurídica do Centro de Referências em Direitos Humanos da cidade, sobre as condições de trabalho e de alojamento de um grupo de imigrantes que haviam sido recrutados na cidade de Balneário Camboriú. Nesta ocasião e a par de outros estudos sobre inserção laboral de imigrantes haitianos no Brasil, pudemos confirmar a existência de pelo menos três modalidades de superexploração da força de trabalho haitiana na cidade. A partir desta reflexão, ficaram mais claras as condições de trabalho e de sociabilidade das quais derivam os recursos remetidos aos familiares ainda residentes no Haiti.

Por fim, o trabalho de campo em Porto Príncipe, no Haiti, permitiu realizar entrevistas e observações das condições de vida que revelaram aspectos fundamentais da imigração haitiana no Brasil, como a seletividade migratória existente na origem sobre as mulheres (que por isso são minoria numericamente no fluxo que se dirige ao Brasil), a

importância do setor externo para a economia, a sociedade e a política haitianas (uma das hipóteses da formação do fluxo ao Brasil) e a dependência de remessas – conceito aprofundado no Capítulo 4 desta Tese. O trabalho de campo na cidade revelou, ainda, a amplitude dos fatores de expulsão populacional ainda vigentes no país, expressos em uma infraestrutura precária, elevada concentração de renda, enorme desigualdade social e dramática vulnerabilidade socioespacial – que faz de migrar uma necessidade urgente ao mesmo tempo em que histórica.

O marco interpretativo que formamos para a análise da imigração haitiana no Brasil, não obstante seja amplo e complexo, englobando conceitos e categorias próprios da relação entre migração, desenvolvimento e dependência, pelos limites mesmos dos objetivos desta tese, apresentou aspectos teóricos que não puderam ser suficientemente abordados nesta tese, e que compõem desde já uma agenda de pesquisas futuras.

Especialmente após meados de 2016, o crescimento do desemprego em cidades do sul e do sudeste do Brasil tem condicionado pelo menos três movimentos na dinâmica migratória haitiana no Brasil: um movimento de ida ou mesmo de retorno de imigrantes haitianos desempregados para a cidade de São Paulo, identificado como um espaço com melhores estruturas públicas de acolhimento e de acompanhamento; um movimento de retorno de imigrantes haitianos para o Haiti e um movimento, por fim, de ida a outros países, como Chile, Colômbia e Estados Unidos. Os questionários aplicados na cidade de Balneário Camboriú, em meados de 2015, já revelarem que, no grupo de imigrantes haitianos questionados, a pretensão de sair do Brasil era superior ao desejo de permanecer na cidade. Não é forçoso considerar que estes movimentos inaugurem uma terceira fase da imigração haitiana em Santa Catarina, que não pôde, pelos limites da tese, ser abordado e aprofundado nesta presente investigação. Essa pesquisa a ser feita deve buscar considerar também se as condições de trabalho, especialmente no que se refere às modalidades de superexploração da força de trabalho haitiana em Santa Catarina, são fatores não apenas dessa terceira fase da presença haitiana no estado como também da mobilidade intra e inter estadual que caracteriza a presença haitiana no Brasil.

Outro elemento cujo aprofundamento exige pesquisas futuras é o papel da religião, especialmente as evangélicas, na imigração haitiana no Brasil e em Santa Catarina. Ao longo da pesquisa de campo nas cidades catarinenses, a religião demonstrou ser a

primeira forma de sociabilidade da imigração haitiana, que permitiu a estes imigrantes acessarem uma coletividade e cooperação indispensáveis para formas outras de organização, como a cultural e a política. Não obstante a atuação das Pastorais do Migrante, especialmente nos centros urbanos, é um conjunto de diversas e pequenas Igrejas evangélicas pulverizadas que dão suporte moral, ético e afetivo a milhares de imigrantes haitianos. A pesquisa revelou que muitos desses imigrantes haitianos já chegaram ao Brasil pertencentes à Igrejas evangélicas. Vimos que muitas destas Igrejas aportaram ao Haiti recentemente, em esforço de conversão e de diminuição da prática vodu – frequentemente identificada, de forma muito equivocada, como a origem dos males históricos do Haiti. Muitas Igrejas evangélicas brasileiras estão presentes no Haiti, sobretudo em missões temporárias. Tal é o caso, por exemplo, da Igreja Gideões Missionários da Última Hora, da cidade de Camboriú (vizinha à Balneário Camboriú). Também não nos parece forçoso construir a seguinte hipótese para pesquisas futuras: a de que estas Igrejas sejam também capazes de condicionar a formação de fluxos migratórios ao Brasil, apontando horizontes e destinos possíveis aos haitianos de alguma forma atendidos por essas missões. Também deverá compor essa agenda de pesquisa futura o tema do sincretismo: seja a partir do exercício de sua religiosidade seja em razão da atuação das pastorais do migrante da Igreja Católica, os imigrantes haitianos em Balneário Camboriú frequentemente exercem práticas de duas ou mais matrizes religiosas. Esse fenômeno, tanto maior quanto mais próximas e atuantes forem as Igrejas, manifestam-se na prática enquanto uma estratégia de sociabilidade que requer ser melhor compreendida.

Também a migração haitiana feminina deve, necessariamente, compor uma agenda de pesquisas futuras. O trabalho de campo em Porto Príncipe ofereceu importantes respostas à evidente predominância de homens no conjunto da imigração haitiana no Brasil: a sociedade haitiana é profundamente desigual em termos de gênero, atuando sobre as mulheres históricas e pesadas construções sociais que as afastam do grupo apto, economicamente, a migrar. Elas são minoria nos níveis de escolaridade superiores e nos segmentos melhor remunerados do mercado de trabalho. Em outras palavras, seletividades migratórias na origem condicionam a sua pequena participação numérica no fluxo ao Brasil – o que não significa de modo algum que não participem do fluxo. Seja por constituírem a família e participarem, portanto, da decisão sobre quem vai migrar, seja por elas mesmas migrarem, as mulheres compõem uma dimensão do

processo migratório que só pode ser entendida quando analisamos além da proporção que representam do fluxo.

Dado os objetivos desta Tese, não pudemos nos aprofundar na análise das interações sociais, culturais e políticas da imigração haitiana em Santa Catarina com outros grupos imigrantes e refugiados, como o de senegaleses, ganeses e sírios. Com os senegaleses e ganeses, os haitianos encontram-se sobretudo no mundo do trabalho, em cidades como Chapecó, Criciúma e Florianópolis. Com os sírios, encontram-se nos espaços associativos e nas práticas culturais. A diversidade étnica, religiosa e cultural tem suscitado aproximações e conflitos, e revelado que fluxos muito particulares e diferentes têm encontrado o mesmo território de destino – ou de trânsito. Estas diversidades e particularidades devem compor uma agenda de pesquisa, capaz de explicar por quais razões que Santa Catarina têm se consolidado como polo de atração (senão de absorção) destes fluxos.

Das contribuições e temas para pesquisas futuras, destacamos como principal característica do marco interpretativo que aqui formulamos sobre a imigração haitiana no Brasil e em Santa Catarina a visão totalizante sobre o fluxo: o trabalho de campo em Porto Príncipe e a revisão criteriosa dos processos históricos de emigração haitiana foram realizados não por extravagância teórica e metodológica, mas como exercícios indispensáveis para o entendimento das características do fluxo, que os dados evidenciam, que o campo nas cidades catarinenses nos fez perceber. Buscamos, portanto, colocar a história a serviço da explicação do presente, e as condições da origem como a chave da explicação de muitas questões do trânsito e do destino. A perspectiva da totalidade está, concluímos, à altura de um fenômeno tão complexo e único como o da migração haitiana no Brasil e em Santa Catarina.

Anexo Metodológico

A presente tese combinou revisão teórica e metodológica, trabalho de campo de natureza qualitativa e pesquisa quantitativa em fontes de dados administrativos.

A revisão teórica e metodológica, presente sobretudo no capítulo 1, deu-se com a leitura e fichamento de diversas obras sobre migrações internacionais, desenvolvimento, história e conjuntura atual do Haiti. Foram privilegiadas obras com proximidade interpretativa aos estudos histórico-estruturais e à teoria marxista da dependência, de modo a investigar mais a fundo a importância das migrações na constituição econômica e social haitiana. Estas leituras permitiram uma divisão cronológica da história do Haiti em três momentos. No primeiro, enfocou-se a produção histórica dos fatores de expulsão populacional no Haiti, ou seja, as origens históricas da atual condição econômica, social e de infra-estrutura no país. No segundo momento, reflete-se sobre a economia colonial, privilegiando o período situado entre o final do século XVII e a emergência da grande indústria moderna. É nesse período em que o Haiti permanece sobre domínio colonial francês; também é nele que ocorre a Revolução Haitiana. No terceiro momento, abordamos a formação de uma nova divisão internacional do trabalho e o fenômeno da dependência no Haiti. É o capítulo em que aproximamos de forma efetiva os estudos histórico-estruturais e a teoria marxista da dependência, identificando as categorias fundamentais para o estudo da história e da migração haitianas.

A revisão teórica e metodológica é utilizada também para a elaboração do capítulo 2, no qual reduzimos o nível de abstração e abordamos de forma mais concreta os processos históricos de emigração haitiana. Nesta reflexão, nos debruçamos sobre uma literatura também estrangeira referente às migrações haitianas. Ademais, refletimos sobre o efeito da crise capitalista pós 2007/2008 sobre a dinâmica das migrações internacionais. Nesta reflexão, utilizamos o conceito de espaço de vida como forma de definir mais concretamente a tradição migrante haitiana e sua presença nos destinos tradicionais desta migração. Avaliamos se a presença brasileira no Haiti, iniciada em 2004 no âmbito da coordenação da Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti, possui relação com a ampliação do espaço de vida da emigração haitiana também para o Brasil, após 2010 – e com isso propusemos à reflexão a ideia de “migração de dependência”.

Ainda no capítulo 2, apresentamos os primeiros resultados de nosso trabalho de campo de natureza qualitativa, com trechos de algumas entrevistas, realizadas especialmente na cidade de Porto Príncipe, no Haiti.

A pesquisa de campo de natureza qualitativa e a investigação das informações das fontes de dados administrativas constituem o principal fundamento da elaboração do capítulo 3. A pesquisa qualitativa inseriu-se no âmbito da pesquisa nacional “Haitianos no Brasil: perfil e trajetórias em algumas cidades brasileiras”, sob a coordenação do Prof.º Drº Sidney Antônio da Silva (UFAM). Através dela, aplicou-se o mesmo questionário em 15 cidades brasileiras, entre Junho e Agosto de 2015. É também deste trabalho de campo que provém os dados referentes à cidade de Balneário Camboriú, presentes no capítulo 4.

Os questionários foram aplicados em português, espanhol e inglês. Alguns questionários foram aplicados mediante a colaboração de haitianos que gentilmente atuaram como intérpretes. Estes questionários foram aplicados em ambientes de trabalho, lan houses, locutórios, salões de beleza, na casa de envio de remessas para o exterior, oficinas de reparação mecânica, na Igreja Evangélica frequentada pelos imigrantes e nas próprias casas dos migrantes.

Para os dois níveis espaciais (Brasil e Balneário Camboriú), as informações coletadas originaram um banco de dados, cuja organização se deu com o recurso ao programa SPSS (Statistical Package for the Social Sciences). Os gráficos e tabelas, no entanto, foram gerados a partir da exportação destes dados para o Excel.

As fontes de dados administrativos, por sua vez, provém de três órgãos administrativos: o Conselho Nacional de Imigração (CNIg), a Polícia Federal (PF) e o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

As estatísticas do CNIg referem-se às autorização de trabalho segundo algumas variáveis como sexo, grupo etário, escolaridade, grupo ocupacional, nacionalidade, Unidade da Federação de residência e Resolução Normativa que ampara o pedido, entre outras.

As estatísticas da Polícia Federal referem-se ao registro de estrangeiro, segundo suas categorias (permanente, temporário, provisório, fronteiriço ou asilado) e variáveis, como sexo, ano, grupo etário, estado civil, nacionalidade e Unidade da Federação de

residência, por exemplo. Estas informações provém do Sistema Nacional de Cadastramento de Registro de Estrangeiros – SINCRE. Os dados do SINCRE não se referem apenas aos imigrantes vinculados ao mercado formal de trabalho.

As estatísticas do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) originam-se de três levantamentos: a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), que apresenta dados de “estoque” e “fluxos” dos imigrantes vinculados ao mercado de trabalho formal segundo grupo etário, cidade de admissão no mercado formal de trabalho, tipo de vínculo empregatício, escolaridade, horas de trabalho semanais, rendimento médio mensal, cor ou raça e grupo ocupacional (os dados de fluxo são apresentados ainda segundo a variável sexo). O segundo levantamento é o da pesquisa sobre Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), que apresenta informações sobre emissão de carteira de trabalho segundo sexo, nacionalidade, Unidade da Federação de emissão da carteira de trabalho e escolaridade. O terceiro levantamento é a pesquisa da CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), que apresenta informações sobre admissão, demissão e saldo de trabalhadores no mercado formal de trabalho, segundo variáveis como nacionalidade dos trabalhadores, mês, escolaridade, sexo, Unidade da Federação da admissão, rendimento médio mensal, setor de atividade econômica e ocupação exercida.

No capítulo 4, retornamos o trabalho de campo de natureza qualitativa, agora mais amplo pois não restrito à aplicação do questionário da pesquisa nacional. Desde 2012, desenvolve-se trabalho de observação participante nos espaços associativos (religiosos, culturais e políticos), de trabalho e domiciliares da imigração haitiana em Balneário Camboriú e outras cidades do estado de Santa Catarina. Deste trabalho resultou amplo material qualitativo, igualmente importante em termos teóricos, incorporado em grande medida à esta tese, bem como entrevistas, dados e documentos sobre momentos importantes da presença haitiana na cidade de Balneário Camboriú e no estado de Santa Catarina. Por fim, vincula-se essas informações a uma revisão teórica sobre remessas de migrantes, associando-se às condições de trabalho, remuneração e consumo destes trabalhadores imigrantes e suas famílias. Utiliza-se, ainda, a fonte de dados da UNCTAD (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento) sobre remessas de migrantes à seu país de origem, segundo país de origem e de destino das remessas.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Gisele Maria Ribeiro de; BAENINGER, Rosana. Modalidades migratórias internacionais: da diversidade dos fluxos às novas exigências conceituais. In: BAENINGER, Rosana (Org.). **Por Dentro do Estado de São Paulo**. V. 9, Migração Internacional. Campinas: Núcleo de Estudos de População – Nepo/Unicamp, 2013. Pp. 23-34.

AMIN, Samir. **La Acumulacion a escala mundial. Crítica de la teoría del subdesarrollo**. México D.F: Siglo XXI Editores, 1974. 662p.

APPADURAI, Arjan. **A Vida Social das Coisas: As mercadorias sob uma perspectiva cultural**. Niterói: EdUFF, 2008.

ARAÚJO, José Renato de Campos. Políticas Públicas, Estruturas Estatais e Migrações no Brasil. In: BAENINGER, Rosana et al (org). **Imigração Haitiana no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016. 684p.

ASHAN, Associação dos Haitianos de Navegantes. **Primeiro Seminário da ASHAN sobre Haitianos em Navegantes**. Navegantes, 03 de Agosto de 2014.

ASSIS, Gláucia de Oliveira. **De Criciúma para o mundo: rearranjos familiares dos novos migrantes brasileiros**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2011. 344p.

ASSIS, Gláucia de Oliveira, SASAKI, Elisa Massae. Novos migrantes do e para o Brasil: um balanço da produção bibliográfica. In: CASTRO, Mary Garcia (coord.). **Migrações internacionais – contribuições para políticas**. Brasília: CNPD, 2001, p. 615 – 639.

BAGÚ, Sérgio. **Economía de la sociedad colonial**. Madrid: Akal, 1977.

BAENINGER, Rosana. **Fases e faces da migração em São Paulo**. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp, 2012. 146p.

BAENINGER, Rosana. Migração Transnacional: elementos teóricos para o debate. In: BAENINGER, Rosana et al (org). **Imigração Haitiana no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016. 684p.

BAENINGER, Rosana. Migrações contemporâneas no Brasil: desafios para as políticas sociais. In: **Migrações e trabalho**. Erlan José Peixoto do Prado, Renata Coelho, organizadores. – Brasília : Ministério Público do Trabalho, 2015. P. 79-86.

BAENINGER, Rosana. Notas acerca das migrações internacionais no século 21. In: BAENINGER, Rosana (Org.). **Por Dentro do Estado de São Paulo**. V. 9, Migração Internacional. Campinas: Núcleo de Estudos de População – Nepo/Unicamp, 2013. Pp. 9-22.

BAPTISTE, Chandelaine Jean; VIEIRA, Joice Melo. Catástrofe Ambiental e Migração Internacional: A perspectiva dos imigrantes haitianos na cidade de São Paulo. In: BAENINGER, Rosana et al (org). **Imigração Haitiana no Brasil**. Jundiaí: Paco

Editorial, 2016. 684p.

BARRICARTE, J. J. S. **Socioeconomía de las migraciones en un mundo globalizado**. Madrid: Biblioteca Nueva, 2010. 352.

BINFORD, Leigh. **Remesas y Subdesarrollo en México**. Revista Relaciones, Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, nº 90, v. XXIII, Primavera 2002. Pg. 116-158.

BONÓ. Centro BONÓ. **Desnacionalización y Apatridia en República Dominicana Hoy**. Santo Domingo/República Dominicana: Centro Bonó, 2016. 108p.

BORBA, Janine Hadassa Oliveira Marques de; MOREIRA, Julia Bertino. Integração Local de Haitianos em Santo André: Interação entre poder público municipal e entidades religiosas. In: BAENINGER, Rosana et al (org). **Imigração Haitiana no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016. 684p.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Estatuto do Estrangeiro (Lei nº 6.815/1980)**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6815.htm.

BRITO, Fausto. A politização das migrações internacionais: Direitos humanos e soberania nacional. In: **Revista Brasileira de Estudos Populacionais (REBEP)**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, p. 77 – 97, jan./jun 2013.

BRITO, Fausto. Os Povos em Movimento: As migrações internacionais no desenvolvimento do capitalismo. In: PATARRA, Neide Lopes (Org.). **Emigração e Imigração Internacionais no Brasil Contemporâneo**. v. 1. Campinas: Programa Interinstitucional de Avaliação e Acompanhamento das Migrações Internacionais no Brasil, 1995. p. 53-66.

BUCHANAN, Susan. **Haitian Women in New York City**. In: International Migration Review, 13, nº 2, 1979, p. 298 – 313.

CANALES, Alejandro. E Pur Si Muove. **Elementos para una teoría de las migraciones en el capitalismo global**. Guadalajara: M.A Porrúa Y Universidad de Guadalajara, 2015. 196p.

CARTA de FLORIANÓPOLIS. **Iº Seminário Migrações Contemporâneas e Direitos Fundamentais de Trabalhadores e Trabalhadoras em Santa Catarina**. Florianópolis, 06 e 07 de Outubro de 2015. Auditório da ALESC.

CASTOR, Suzy. A Transição Haitiana: Entre os perigos e a esperança. In: SADER, Emir (Org.). **Cadernos de Pensamento Crítico Latino-Americano**, v.2. São Paulo: Expressão Popular/CLACSO, 2008.

CASTOR, Suzy. **La ocupación norteamericana de Haití y sus consecuencias (1915-1934)**. México D.F: Siglo XXI Editores, 1971.

CASTOR, Suzy. **Migración y Relaciones Internacionales (el caso haitiano-**

dominicano). México, D.F: Editora de la UNAM, 1978.

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antonio Tadeu; TONHATI, Tânia (Orgs.) **A Inserção dos Imigrantes no Mercado de Trabalho Brasileiro**. Cadernos OBMigra, Ed. Especial, Brasília, 2016.

CECADE e CIDE. **Centroamérica: Crisis y política internacional**. México D.F: Siglo XXI Editores, 1982.

CEPAL (2009a) **La Actual Crisis Financiera Internacional Y Sus Efectos En América Latina Y El Caribe**. Disponível em: http://www.cepal.org/publicaciones/xml/0/35390/2009-25-Thecurrentinternationalfinancialcrisis_ESPANOL-WEB.PDF. Acesso em Fevereiro de 2015.

CODAS, Gustavo. **O Direito do Paraguai à Soberania: A questão da energia hidrelétrica**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

COSTA, Pe. Gelmino. Memória da chegada de imigrantes haitianos a Manaus, 2010-2014: presença da Pastoral do Migrante. In: **Cadernos de Migração**, São Paulo: Centro de Estudos Migratórios, n. 8, 2016.

COTINGUIBA, Geraldo Castro. **Imigração haitiana para o Brasil: a relação entre trabalho e processos migratórios**. Dissertação (Mestrado em História e Estudo Culturais) – Fundação Universidade Federal de Rondônia/UNIR/RO, 2014.

COURGEAU, Daniel. Nuevos Enfoques para Medir la Movilidad Espacial Interna de la Población. In: **Revista Notas de Población**, n. 50, 1980. P. 55-74.

COVARRUBIAS, Humberto Márquez. Desarrollo y Migración: Una lectura desde la Economía Política. In: **Revista Migración y Desarrollo**, nº 14, primeiro semestre de 2010. Pp. 59-87.

CUEVA, Agustín, **El desarrollo del capitalismo en América Latina: ensayo de interpretación histórica**. México, D.F: Siglo XXI Editores, 1990. 275p

DOBB, Maurice. **Estudios sobre el Desarrollo del Capitalismo**. Mexico, D.F: Siglo XXI Editores, 1971. 462p.

DOMENACH, Hervé. Sobre la “Migratología”. In: **REMI (Revista Europea de Migrações Internacionais**, 1996, v. XII, 1996. P. 101-118.

DOMENACH, Hervé; PICOUE, M. El Caracter de Reversibilidad en el Estuio de la Migración. In: **Population**, n. 3, 1987. P. 49 – 70.

DURAND, Jorge.. **Haity y la Salida Migratória**. In: Periódico LaJornada. Disponível em <http://www.jornada.unam.mx/2010/01/31/opinion/010a1pol>. Acesso em Fevereiro de 2014.

DURAND, Jorge. "Nueva fase migratoria." **Papeles de Población**, vol. 19, núm 77, julio-septiembre, 2013, pp. 83-113. Universidad Autónoma del Estado de México: Toluca, México

FARIA, Andressa Virgínia de. Os Haitianos e o Refúgio Ambiental. In: BAENINGER, Rosana et al (org). **Imigração Haitiana no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016. 684p.

FERNANDES, Duval; CASTRO, Maria da Consolação Gomes de. A Integração na Perspectiva do Enriquecimento Mútuo: Experiências dos que emigram e os desafios dos que acolhem. In: BAENINGER, Rosana et al (org). **Imigração Haitiana no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016. 684p.

FERNANDES, Duval; FARIA, Andressa Virgínia de. A Diáspora Haitiana no Brasil: Processo de entrada, características e perfil. In: BAENINGER, Rosana et al (org). **Imigração Haitiana no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016. 684p.

FERNANDES, Duval; MILESI, Rosita; FARIAS, Andressa. Do Haiti para o Brasil: o novo fluxo migratório. In: **Cadernos de Debates Refúgio, Migrações e Cidadania**, v. 6, nº 6 (2011). Brasília: Instituto Migrações e Direitos Humanos. P. 73 – 98.

Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Banco de Dados Países**, 2014. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/paisesat/>.

FRANK, André Gunder. **Acumulação Dependente e Subdesenvolvimento: repensando a teoria da dependência**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.

FRANK, André Gunder. **Capitalismo y Subdesarrollo em América Latina**. 5ª ed. México, D.F: Siglo XXI Editores, 1978.

GALLEGO, Marisa. EGGERS-BRASS, Teresa & LOZANO, Fernanda Gil. Historia **Latinoamericana 1700 – 2005: Sociedades, Culturas Procesos Políticos y Económicos**. Ituzaingó, Argentina: Editorial Maipue, 2006. 520p.

GAUDEMAR, Jean-Paul. **Mobilidade do Trabalho e Acumulação de Capital**. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.

GEDIEL José Antônio Peres; CASAGRANDE, Melissa Martins. **A Imigração haitiana recente para o Brasil: Bases teóricas e instrumentos político-jurídicos**. In: Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD, Dourados, v. 4, n. 8, jul./dez. 2015.

GLICK-SCHILLER, Nina e FOURON, Georges E. Terrains of blood and nation: Haitian transnational social fields. In: **Ethnic and Racial Studies**, 22:2, p. 340 – 366.

GRONDIN, Marcelo. **Haiti: cultura, poder e desenvolvimento**. Coleção tudo é história, n. 104. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

GROSGOUEL, Ramón. Migrantes Coloniales Caribeños em los Centros Metropolitanos del Sistema-Mundo. Los casos de Estados Unidos, Francia, los Países Bajos y el Reino Unido. In: **Documentos CIDOB**, v. 13 – série migraciones, Junho de

2007. Pp. 01-51.

HANDERSON, Joseph. Diaspora. **As dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana Francesa**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)/Museu Nacional, 2015.

HOGAN, Daniel. (Org.). **Dinâmica populacional e mudança ambiental: cenários para o desenvolvimento brasileiro**. Campinas: Núcleo de Estudos de População- Nepo/Unicamp, 2007. 240p

HORA de Santa Catarina. **Moradores e comerciantes de Canasvieiras protestam contra moradores de rua**, 19/11/2013. Disponível em: <http://horadesantacatarina.clicrbs.com.br/sc/noticia/2013/11/moradores-e-comerciantes-de-canasvieiras-protestam-contra-moradores-de-rua-4339194.html>

IKEDO, Fernanda; RUIZ, Roberto Carlos (Orgs.). **Trabalhar e Adoecer na Agroindústria. Da reabilitação profissional à construção da Norma Regulamentadora dos Frigoríficos (NR 36)**. Florianópolis: Editora Insular, 2014.

JAMES, Ceryl. **Os Jacobinos Negros: Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

JORGE, Otávio Calegari. **Haiti: Que Ajuda?** Disponível em: <https://lacidelle.wordpress.com/>

JUBILEU BRASIL. Haiti. **Soberania e Dignidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

KUCINSKY, Bernardo; BRANFORD, Sue. **A Ditadura da Dívida: Causas e consequências da dívida latino americana**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. 232p.

LAGUERRE, M. **Haitians in the United States**. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1984.

LAHENS, Yanick. **Falhas**. Brasília: FUNAG, 2012.

LOUIDOR, W. E. et al. **Os fluxos haitianos para América Latina: Situação atual e propostas**. In: MACHADO e GONZÁLEZ (Org). **Análise de Conjuntura América Latina e Caribe**. São Leopoldo – RS: Humanitas Unisinos, 2011.

LUCE, Mathias S. A Superexploração da Força de Trabalho no Brasil. In: **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, São Paulo, nº 32, p. 119 – 141, junho – 2012.

LUCE, Mathias S. **A Teoria do Sub Imperialismo em Ruy Mauro Marini: Contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital. A história de uma categoria**. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre, 2011.

LUCE, Mathias S. **O Subimperialismo brasileiro revisitado: a política de integração regional do governo Lula (2003 – 2007)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007.

MAGALHÃES, Luís Felipe Aires. **Migração Internacional e Dependência na Divisão Internacional do Trabalho: um estudo da região sul de Santa Catarina**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas, Unicamp. Campinas, 2013.

MAGALHÃES, Luís Felipe Aires (2014a). O Haiti é aqui: primeiros apontamentos sobre os imigrantes haitianos em Balneário Camboriú – SC. **Revista PerCursos**. Florianópolis, v.15, n. 28, p. 223-256. Jan./jun. 2014.

MAGALHÃES, Luís Felipe Aires, BAENINGER, Rosana. Imigração Haitiana no Brasil e Remessas para o Haiti. In: BAENINGER, Rosana et al (org). **Imigração Haitiana no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016. 684p.

MAGALHÃES, Luís Felipe Aires, BAENINGER, Rosana. **O Haiti é Aqui: Haitianos em Santa Catarina e o conceito de síndrome emigratória**. Trabalho apresentado no XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em São Pedro/SP – Brasil, de 24 a 28 de novembro de 2014

MAMED, Letícia; LIMA, Eurenice Oliveira de. Movimento de Trabalhadores Haitianos para o Brasil nos Últimos Cinco Anos: A rota de acesso pela Amazônia Sul Ocidental e o acampamento público de imigrantes do Acre. In: BAENINGER, Rosana et al (org). **Imigração Haitiana no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016. 684p.

MANN, Charles C. **1493: Como o intercâmbio entre o novo e o velho mundo moldou os dias de hoje**. Versus Editora: Rio de Janeiro/Campinas, 2012.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e Revolução**. 2ª ed. Florianópolis: Insular, 2012. 272p.

MARTES, Ana Cristina Braga. **Brasileiros nos Estados Unidos: Um estudo sobre imigrantes em Massachussetts**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

MARX, Karl O capital: **Crítica da economia política**. Livro I e II. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Porto Alegre: L&PM Pocket, 1848/2009.

MARTINE, George. Evolução e perspectivas da Migração no Brasil. **Revista Doenças e Migração Humana**. Ministério da Saúde, Brasília, p. 07-17, 1982.

MATTEI, Lauro; MAGALHÃES, Luís Felipe Aires. A política Econômica Durante o Governo Lula (2003 – 2010): Cenários, Resultados e Perspectivas. In: De Paula,

Marilene (Org.). **“Nunca Antes na História desse País”...? Um balanço das políticas do Governo Lula**. Rio de Janeiro – RJ: Fundação Heinrich Böll, 2011.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009. 133 p.

METZNER, Tobias. La migración haitiana hacia Brasil: estudio en el país de origen. In: OIM. **La Migración Haitiana Hacia Brasil: Características, oportunidades y desafíos**. Cuadernos Migratorios N° 6. Buenos Aires: OIM, 2014. Ps. 15-33.

MITCHELL, Christopher. **U.S. Policy Toward Haitian Boat People**. In: *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 534, n° 1, 1994, p. 69 – 80.

MPI. **Migration Policy Institute**.

MTE, Ministério do Trabalho e Emprego. **CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados)**, 2016.

MTE, Ministério do Trabalho e Emprego. **RAIS (Relação Anual de Indicadores Sociais)**, 2016.

OIM. **La Migración Haitiana Hacia Brasil: Características, oportunidades y desafíos**. Cuadernos Migratorios N° 6. Buenos Aires: OIM, 2014.

OJIMA, Ricardo; MARANDOLA JR., Eduardo. **Mobilidade populacional e um novo significado para as cidades: dispersão urbana e reflexiva na dinâmica regional não metropolitana**. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, ANPUR, v. 14, p. 103-116, 2012.

ONE, **Oficina Nacional de Estadística**. Disponível em: <http://www.one.gob.do/>. Acesso em: Jan. de 2015.

PARISE, Paolo. A Missão Paz e a Acolhida a Imigrantes Haitianos e Haitianas em São Paulo. In: BAENINGER, Rosana et al (org). **Imigração Haitiana no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016. 684p.

PATARRA, Neide Lopes, BAENINGER, Rosana. Migrações internacionais recentes – o caso do Brasil. In: PATARRA, Neide Lopes (coord.). **Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo**. São Paulo: FNUAP; 1995, p. 79 – 87.

Pellegrino, Adelia. **Migration from Latin America to Europe: Trends and Policy Challenges**. IOM, 2004.

PIERRE-CHARLES, Gérard. Haiti (1930-1975): A Crise Ininterrupta. In: CASANOVA, Pablo González (Org.). **América Latina: História de meio século**, v. 3. Brasília: Editora UnB, 1990. 296p.

PINTO, Álvaro Vieira. **El Pensamiento Crítico en Demografía**. Santiago de Chile: CELADE, 1973. 457p.

PIRES, Selma Sousa. A crise financeira internacional de 2008 e seus desdobramentos sobre a economia brasileira. In **VI Jornada Internacional de Políticas Públicas**. São Luís – MA, de 20 a 23 Agosto, 2013.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação: As origens de nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

PATARRA, Neide Lopes. O Brasil: País de imigração? In: **Revista E-Metropolis**, nº 09, ano 3, junho de 2012. Pg. 01 – 18.

PATARRA, Neide Lopes, BAENINGER, Rosana. Migrações internacionais recentes – o caso do Brasil. In: PATARRA, Neide Lopes (coord.). **Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo**. São Paulo: FNUAP; 1995, p. 79 – 87.

PERAZZA, Jorge. Introducción. In: OIM. **La Migración Haitiana Hacia Brasil: Características, oportunidades y desafíos**. Cuadernos Migratorios Nº 6. Buenos Aires: OIM, 2014. Ps. 11-14.

PERES, Roberta. Imigração e Gênero: As mulheres haitianas no Brasil. In: BAENINGER, Rosana et al (org). **Imigração Haitiana no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016. 684p.

PIMENTEL, Marília Lima; COTINGUIBA, Geraldo Castro. Fronteiras e Aspectos do Rito de Mudança de Categoria Jurídico-política dos Sujeitos Haitianos em Mobilidade Transnacional no Brasil. In: BAENINGER, Rosana et al (org). **Imigração Haitiana no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016. 684p.

PÓVOA NETO, Helion; SPRANDEL, Marcia Anita. Brasil, estado actual de las políticas migratorias. In: FLACSO. (Org.). **Estado actual y perspectivas de las políticas migratorias en el MERCOSUR**. 1ª ed. Montevideo: Flacso, Unesco, v.1, 2010.

REIS, Rossana Rocha. **Políticas de Imigração na França e nos Estados Unidos (1980 – 1998)**. São Paulo: Editora Hucitec, 2007.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2014.

RIBEIRO, Darcy. **O Processo Civilizatório: estudos de antropologia da civilização: etapas da evolução sócio-cultural**. 8ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.

RICARDO, David. **Princípios de Economia Política e Tributação**. São Paulo: Abril. Cultural, 1982.

SALES, Teresa. **Migrações de Fronteira entre o Brasil e os Países do Mercosul**. In: Revista Brasileira de Estudos Populacionais (REBEP), Campinas, v. 13(1), 1996. Pg. 87 – 98.

SASSEN, Saskia. **The Mobility of Labor And Capital: A study in international investment and labor flow**. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

SANTOS, Fabiane Vinente dos. **A inclusão dos migrantes internacionais nas**

políticas do sistema de saúde brasileiro: o caso dos haitianos no Amazonas.

História, Ciências, Saúde-Manguinhos (Online), v. 23, 2016.

SAYAD, Abdelmalek. **Imigração ou os paradoxos da alteridade.** São Paulo, Edusp, 1998, 299p.

SCHUMPETER, Joseph A. **História da Análise Econômica.** São Paulo: Fundo de Cultura, 1964.

SEGUY, Franck. **A catástrofe de janeiro de 2010, a “Internacional Comunitária” e a recolonização do Haiti.** Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 2014.

SEITENFUS, Ricardo. Haiti. **Dilemas e Fracassos Internacionais.** Ijuí/RS: Editora UNIJUÍ, 2014, 464p.

SEIXAS, Raimundo Jorge Santos. Políticas Migratórias Recentes da República Dominicana e do Brasil para Haitianos: Onde está a hospitalidade política? In: BAENINGER, Rosana et al (org). **Imigração Haitiana no Brasil.** Jundiaí: Paco Editorial, 2016. 684p.

SEYFERTH, Giralda. Etnicidade, pluralismo e a imigração no Brasil. In: Reichel, Heloisa e Ieda Gutfreind (orgs.). (Org.). **América Platina e Historiografia.** São Leopoldo (RS): Editora Unisinos, 1996, v. , p. 99-127.

SILVA, Camila Rodrigues; MAGALHÃES, Luís Felipe Aires; ASSIS, Gláucia de Oliveira. A Imigração Haitiana nas Páginas dos Jornais: Análise das reportagens da Folha de São Paulo entre 2010 e 2015. In: BAENINGER, Rosana et al (org). **Imigração Haitiana no Brasil.** Jundiaí: Paco Editorial, 2016. 684p.

SILVA, V. R.; MEDEIROS, Mara Rosange Acosta de (Org.). **Migrações Internacionais, políticas públicas e cidadania.** 1ª. ed. Pelotas: EDUCAT, 2009. 144p .

SILVA, Sidney Antônio da. A Imigração Haitiana e os Paradoxos do Visto Humanitário. In: BAENINGER, Rosana et al (org). **Imigração Haitiana no Brasil.** Jundiaí: Paco Editorial, 2016. 684p.

SILVA, Sidney Antônio da. “Aqui começa o Brasil”: Haitianos na Tríplice Fronteira e Manaus. In: SILVA, Sidney Antônio da (Org). **Migrações na Pan-Amazônia: Fluxos, fronteiras e processos socioculturais.** São Paulo: Hucitec Editora, 2010. Pp. 300 – 321.

SILVA, Sidney Antônio da. Bolivianos. **A presença da cultura andina.** São Paulo: Lazuli, 2005.

SILVA, Felipe Evangelista Andrade. **Construções do “fracasso” haitiano.** Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/Museu Nacional – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

SINGER, Paul. **Economia Política da Urbanização**. 15ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. 154p.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo, Nova Cultural, 2ª edição.1985

SOLIMANO, Andrés. **Globalización Y Migración Internacional: la experiencia latino-americana**. In: Revista de la CEPAL, n. 80, 2003. P. 55-72.

SOUZA NETO, Danilo Marcondes de. A Política Externa brasileira nos oito anos do Governo Lula: legados e lições para a inserção do Brasil no mundo. In: De Paula, Marilene (Org.). **“Nunca Antes na História desse País”...? Um balanço das políticas do Governo Lula**. Rio de Janeiro – RJ: Fundação Heinrich Böll, 2011.

STEPICK, Alex. **Haitian Refugees in the U.S. Minority Rights Group**. London: Minority Rights Group, 1986.

STEPICK, Alex. “Unintended Consequences: Rejecting Haitian Boat People and Destabilizing Duvalier. In: **Western Hemisphere Immigration and United States Foreign Policy**, University Park: Pennsylvania State University Press, 1992.

THOMAZ, Omar Ribeiro. **O terremoto no Haiti, o mundo dos brancos e o lougawou**. In: Revista Novos Estudos CEBRAP, n. 86, mar. 2010, pp. 23-39.

VAINER, Carlos. Estado e Migração no Brasil: da imigração à emigração. In: Neide Lopes Patarra. (Org.). **Emigração e imigração internacionais na Brasil contemporâneo**. São Paulo: Fundo de Populações das Nações Unidas, 1995, p. 41-52.

VILLAÇA, Flávio. **O Espaço Intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1998.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo Histórico e Civilização Capitalista**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e Escravidão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ZAMBERLAN, Jurandir et al. **Os novos rostos da imigração no Brasil – haitianos no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre. Solidus, 2014. 81p.

ZEFERINO, Marco Aurélio Pieri. **Os haitianos à luz do direito internacional dos direitos humanos e da soberania estatal: deslocados ou refugiados ambientais?** Dissertação (mestrado) – Universidade de Ribeirão Preto. UNAERP, Direito, Ribeirão Preto, 2014.

ZIBECHI, Raúl. **Brasil Potencia: Entre la integración regional y un nuevo imperialismo**. Santiago de Chile: Editorial Quimantú, 2012. 392p.

Anexo 1 – Caderno do trabalho de campo em Porto Príncipe – Haiti

O antes.

O destino nunca é o destino antes de se chegar nele. Da mesma forma, toda a busca e todo desejo podem nos deixar receosos quando se tornam realidade.

Eu sempre pretendi estar o mais próximo possível de meu objeto de estudo – e fazer deste estudo um instrumento de transformação. O estudo da imigração haitiana, nestes termos, me levou para próximo dos imigrantes, suas associações, suas feiras culturais, espaços de discussão política, algumas vezes até suas casas e ambientes de trabalho. E me leva, agora, até o Haiti, para conhecer essa realidade da qual tantos e tantas emigram, desde séculos.

Comecei a planejar essa viagem quando soube que o encontro de 2016 da Caribbean Studies Association (CSA) seria em Porto Príncipe. Passei, então, a trabalhar em um artigo que fosse o mais original possível, mas que carregasse o marco teórico-metodológico e as hipóteses com as quais tenho trabalhado o tema desde 2013. Formulei, então, uma investigação especificamente sobre a imigração haitiana no Brasil e a dependência de remessas no Haiti, a partir de levantamentos estatísticos, trabalho de campo e revisão teórica. Todo esse trabalho de formulação teórica foi realizado com uma importante e fértil co-autoria de minha orientadora de doutorado, a prof. Rosana Baeninger, do Programa de Pós-Graduação em Demografia da Unicamp. Ao fim, tive esse artigo selecionado para apresentação oral no encontro da CSA. Início os trâmites para a viagem, só possível mediante ajuda financeira da Unicamp e da FAPESP.

Na atual conjuntura da Universidade brasileira, em que os recursos disponíveis para pesquisa estão cada vez mais escassos e os congressos se configuraram mais como estratégia de pontuação no Lattes que propriamente espaços de discussão, não raramente se gasta mais tempo com a burocracia das fontes de financiamento que com a própria pesquisa. Todo esse trabalho se torna menos desgastante com a institucionalidade da pesquisa, que desde o início se desenvolve no âmbito do Observatório das Migrações, seja do estado de Santa Catarina (sob a coordenação da prof. Gláucia de Oliveira Assis), seja do estado de São Paulo, coordenado por Rosana Baeninger. O financiamento cobre, então, a compra das passagens e garante não integralmente mas uma boa parte dos gastos diários em Porto Príncipe, especialmente de hospedagem e alimentação. Com essas garantias, optamos por uma viagem de 16 diárias no Haiti: chegada no dia 31 de Maio e retorno no dia 16 de Junho.

Com a confirmação da compra das passagens e o recebimento da verba das diárias, surge, então, com mais clareza, o tamanho do desafio: que fazer no Haiti? A essa pergunta, soma-se outras, relacionadas, quase sempre, ao medo do desconhecido. Um desconhecido, nesse caso, há tempos envernizado por relatos, nem sempre muito fiéis, mas sempre chocantes e amedrontadores, da realidade haitiana. Já em São Paulo, de onde parte o meu vôo com escala no Panamá, busco mais elementos para preencher o vazio de informações atuais sobre o país. Na maior livraria da maior cidade do Brasil, não há nenhum livro sobre o Haiti, seja ele guia de viagem, seja produção literária desta terra fértil em escritores que é o Haiti. Quanta desinformação e medo não têm origem nessa ausência?



Foto da ausência do Haiti em um roteiro de viagem sobre o Caribe, São Paulo/Brasil, 2016. Autoria: Luís Felipe A. Magalhães. Banco de Imagens do Observatório das Migrações em São Paulo e Observatório das Migrações em Santa Catarina.

O durante.

Primeiro dia – 31 de Maio.

No Haiti, nem a impessoalidade dos aeroportos resistiu à força que tem a enorme massa de pessoas que oferecem serviços de guia, deslocamento, tradução ou o que apenas pedem dinheiro. Minha pele parda, produto típico da miscigenação brasileira mas tida, no sul do Brasil, onde resido, como uma coloração até exótica ou estranha, aqui rapidamente me colocam no mundo dos “blancs” – embora uma tradução direta sugira “branco”, uma categoria social mais próxima seria a de “estrangeiros”. Neste mundo dos “blancs”, supõe-se haver muito dinheiro – ou pelo menos mais do que no mundo local. E um dinheiro diferente, o dólar. A palavra que ouço, desde o aeroporto, precedida sempre de “give me, please”. One dólar! Em nenhum outro país que conheci até hoje, a fronteira entre o dólar e a moeda local, o gourde, é tão tênue como aqui.

Cheguei a Porto Príncipe por volta das 15h, horário local. Um transfer, do hotel em que ficarei hospedado, me leva até a hospedagem. O trajeto é, por assim dizer, meu primeiro campo. O motorista, Wendy, não portava a identificação do hotel, como a confirmação da minha reserva garantia. Penso, agora, que isso é normal dentro de uma cultura em que a desconfiança com o estrangeiro está sempre presente. Os aproximadamente 30 minutos entre o aeroporto e o hotel mostraram-me uma Porto Príncipe em lenta reconstrução.

A narrativa – e a realidade – social brasileira associam rápida e diretamente o negro à pobreza, e a pobreza à violência. Há de se desfazer desta perigosa associação, especialmente aqui – sob o risco de fechar-se em uma bolha discriminatória.

Mais que qualquer palavra, caos define o movimento na cidade. É como se as linhas de trânsito nas ruas e rodovias dançassem Kompa – e os carros as acompanhassem. Carros, motos, ônibus, pedestres e vendedores ambulantes somam-se aos várias Tap Tap's, camionetes e pequenos ônibus adaptados para o transporte de passageiros – e que fazem do trânsito e da cidade uma caótica aquarela de cores e sons. Dividem o trânsito com enormes camionetes 4x4, luxuosas, com logotipos de agências e de empresas internacionais. São os blindados.



Foto do Tap Tap, tradicional meio de transporte público do Haiti, Porto Príncipe/Haiti, 2016. Autoria: Luís Felipe A. Magalhães. Banco de Imagens do Observatório das Migrações em São Paulo e Observatório das Migrações em Santa Catarina.

Há uma certa tensão presente o tempo todo no ar – mais forte que qualquer outra que conheci, inclusive no Brasil. O hotel fica situado dentro de um circuito hoteleiro, facilmente identificado, voltado diretamente a estrangeiros: uma enorme fortaleza com acomodações grandes mas nenhum luxo a nossos olhos brasileiros. Há, mais uma vez, de se despir de nossas considerações prévias e entender o luxo que pode ser simplesmente ter água, luz, cama, ar condicionado e acesso à internet neste país. Construído no alto de um morro, o hotel expressa um traço muito característico do relevo social haitiano: é no morro onde moram os ricos. Enormes casas e construções cujo luxo se vê até do asfalto – e que dão um sentido ainda mais claro e dramático ao que é “subir na vida” por aqui.

Foto da vista panorâmica de Porto Príncipe, e do mar do Caribe. Porto Príncipe/Haiti, 2016. Autoria: Luís Felipe A. Magalhães. Banco de Imagens do Observatório das Migrações em São Paulo e Observatório das Migrações em Santa Catarina.



Minha acomodação, além dos itens anteriores, possui TV (que nunca funcionou), um pequeno sofá (banco de concreto coberto por almofadas) e uma pequena pia, para as vezes de preparo de algo, e banheiro. Especialmente à noite, a energia elétrica é instável – e a internet também, por consequência. Há, por enquanto, pouca gente no hotel. Imagino que os silêncios sobre o Haiti gritem muitos medos mundo à fora.

Há um barulho constante no ar: o de geradores funcionando diuturnamente. Mal dizê-lo é quase uma heresia: é ele quem mantém o celular carregado, o notebook funcionando e a luz do quarto ligada. Mas nem ele é capaz de aquecer a água do chuveiro.

Em todos os lugares, há referências ao futebol – e, portanto, ao Brasil. Não são, como veremos, a única referência ao Brasil por aqui – absolutamente natural, visto que o Brasil está presente, militar e economicamente, no Haiti desde 2004. Assim que chego ao hotel e aviso aos familiares e à namorada que cheguei, vejo que dois importantes órgãos para se pensar a presença do Brasil no Haiti responderam, positivamente, à minha solicitação de visita e entrevista: o Centro Cultural Brasil – Haiti (para quem trouxe um presente, um dicionário de português – francês) e o Consulado do Brasil no Haiti (a quem trago muitas perguntas). As duas entrevistas ficaram para o dia 14. Serão, dado que meu retorno é dia 16 de Junho, minhas últimas entrevistas por aqui.

Essas confirmações vão preenchendo a agenda e o tempo; vão dando, progressivamente, a noção de que 16 dias pode ser pouco, enfim, para conhecer adequadamente a realidade do país. Desde o início sei que, para tal, são precisos mais dias, mais viagens.

Com a chegada da noite, peço um lanche do próprio hotel. Ovos, pão com manteiga e café preto, farto e saboroso. US\$6!! O calor intenso fizeram seguir a este lanche duas garrafas de água.

Com a noite, vêm alguns bichos e insetos ao quarto; e se vão, não por muito tempo mas de forma persistente, a luz e a internet. O corpo cede ao cansaço da viagem, especialmente porque não consigo dormir em vôos, mesmo nos mais longos. A tensão da viagem vai se dissipando, aos poucos, e pondo o corpo, enfim, para dormir.

Segundo dia – Primeiro de Junho.

Minha primeira manhã trouxe uma lição importante: não é uma boa ideia deixar a luz do banheiro acesa para que se tenha um pouco de luz na hora de dormir. Esta mesma luz convida a voar em torno a si e amanhecer na parede ou mesmo na cama insetos maiores, como Louva-a-Deus e borboletas, que de tão escuras e grandes, parecem morcegos. O medo pode transformar uma linda borboleta, tão diferente daquelas que conheço, em outro animal.

Na manhã deste segundo dia, saio para fazer o reconhecimento da região – e as pessoas reconhecerem-me. A camisa preta atuou como uma estufa a me acompanhar a qualquer lugar. Desço a “rue Malval” e chego à “Jean Paul II”, na qual viro à esquerda. Do alto do mirante de meu hotel, a imagem do mar do Caribe parece convidativamente próxima. Mas não é a mesma coisa quando se está aqui embaixo. Dentre os pedestres, e não mais de dentro de um carro, as coisas parecem diferentes também: o movimento das calçadas forma um caos organizado, com multidões de estudantes uniformizados entrando e saindo de dezenas de escoas que existem no bairro. As mesmas calçadas são ocupadas por vendedores ambulantes, que oferecem, às vezes insistentemente, de comida à telefone celular. Não atraio tantos olhares como pensei que fosse atrair, como também não sou tão interpelado por “dólar” como o fui ontem, na região do aeroporto. Este primeiro reconhecimento do bairro levou-me até um entroncamento caótico de ruas, a partir do qual julguei melhor retornar. A paisagem urbana mudara rapidamente, e achei prudente conhecer aquele lado de Porto Príncipe ou em outro momento, já acostumado

com a realidade local, ou acompanhado. Retornando, pude mais uma vez ver enormes grupos de estudantes, desta vez universitários, entrando para as aulas do período do tarde. Já não há mais uniformes – e também já não há mais tantas mulheres. A relativa paridade de meninas e meninos nas turmas escolares dá lugar, no ensino superior, a uma enorme predominância masculina. Retornando pela “rue Jean Paul II”, ergo a cabeça e reconheço, no edifício mais alto do entorno, o prédio do Hotel Marriott, em que ocorrerá, de 06 a 11 de Junho, o encontro da CSA.

Sigo em direção ao hotel, passando por trechos de caos mais acentuado no trânsito, que me exigem muito cuidado com os carros que passam rápido – e com pedestres e vendedores parados nas calçadas. Dentro do hotel, percebo o tamanho da contradição e desigualdade entre seu interior e seu exterior. Ainda que a “rue Jean Paul II” não seja, nem de longe, uma das mais pobres e caóticas ruas que vi em Porto Príncipe, é abismal o fosso que a separa do interior do hotel Marriott. Entro sem precisar qualquer identificação, algo que, como pude ver na sequência, foi-me privilegiado exclusivamente por ser um “blanc”.

No interior do hotel, aproveito a sua localização privilegiada – boa vista da costa de Porto Príncipe e também dos elevados morros da capital – para tirar algumas fotografias. Fotografo também o interior do hotel, a piscina convidativa, a aconchegante área de lazer aberta e os halls, também luxuosos, de convivência. Com exceção de alguns poucos quadros, não encontro muito de arte haitiana, pelo contrário, o estilo do interior do hotel é caracterizado pela impessoalidade, como um aeroporto. Sinto que, a julgar por esses ambientes internos, poderia estar em qualquer lugar.



Foto da Av. Martin Luther King Jr, Porto Príncipe/Haiti, 2016. Autoria: Luís Felipe A. Magalhães. Banco de Imagens do Observatório das Migrações em São Paulo e Observatório das Migrações em Santa Catarina.

Aqui, o crioulo dá lugar ao inglês como idioma corrente, e há poucos haitianos circulando pelo hotel, exceto aqueles que são funcionários. Busco conversa com um deles, Jerome Marvens. Funcionário da limpeza, Marvens, quando soube que eu sou brasileiro, pergunta-me, inicialmente, se eu conheço Giovana Antonelli, Débora Falabella e Murilo Benício. Eu respondo que apenas pela televisão. Ele me diz então que as novelas “O Clone” e “Avenida Brasil” foram transmitidas no Haiti, com grande sucesso de audiência. Após falar repetidas vezes “Tufón” (referindo-se ao personagem Tufão), ele me pergunta então se eu sou jogador de futebol profissional... e se sou milionário!



Foto de Jerome Marvens, funcionário do Hotel Marriott, conhecedor de novelas brasileiras, Porto Príncipe/Haiti, 2016. Autoria: Luís Felipe A. Magalhães. Banco de Imagens do Observatório das Migrações em São Paulo e Observatório das Migrações em Santa Catarina.

Desço para o hall principal do hotel e descubro então outra diferença gritante do hotel em relação ao que conheci desde então fora do hotel: a enorme velocidade e eficiência de sua internet. Foi possível rapidamente acessá-la, algo mais difícil e demorado no hotel onde estou hospedado e, acredito, ainda mais difícil e demorado em outras regiões da cidade.

Ainda no hall do hotel, sento-me em um dos lounges e minha câmera, semi-profissional, logo chama a atenção de um homem, haitiano, à minha frente. Seu nome é Yvon. Yvon trabalha para o canal de televisão Al Jazeera, cobrindo, como cinegrafista, as manifestações populares no Haiti. Com muito orgulho, Yvon mostra-me alguns de seus vídeos, a maioria bastante recentes.



Foto de Yvon Vilius, correspondente do Haiti para o canal Al Jazeera, Porto Príncipe/Haiti, 2016. Autoria: Luís Felipe A. Magalhães. Banco de Imagens do Observatório das Migrações em São Paulo e Observatório das Migrações em Santa Catarina.

Nos vídeos, o retrato de um país em ebulição, enfermo não apenas de malária e cólera, mas também de pobreza e exploração internacional. Yvon demonstra, com seu inglês devagar e facilmente compreensível, uma vontade muito grande de ajudar, especialmente depois que lhe conto de minha pesquisa. Ele me fala então de Moise Jean Charles, segundo ele um grande conhecedor da emigração haitiana e que, verifiquei depois, é também candidato à presidência do Haiti, desde o ano passado, nas eleições que foram canceladas, pelo partido, criado por ele mesmo, Pitit Desalin, situado no campo da esquerda e da oposição à presença estrangeira no país. Moise é ex-senador, e ao perguntar onde posso encontrá-lo, Yvon responde-me que isso ninguém sabe, pois seria arriscado para Moise. Percebo então que trata-se de uma figura política com proeminência e que sofre, por suas posições, certa perseguição. Yvon compromete-se, então, a me colocar em contato com ele, reforçando, por diversas vezes, seu caráter socialista. Oferece-me, por fim, uma carona até meu hotel, de moto.

Se andar a pé pelo caótico trânsito de Porto Príncipe já me pareceu arriscado, de moto a experiência se mostra ainda mais perigosa. Na garupa e sem capacete, como qualquer outro haitiano que anda na garupa por essas ruas, saio do estacionamento do hotel e viramos à direita na “Jean Paul II”. Pesado fluxo no sentido inverso, em direção ao bairro de Pettionville, desafia a capacidade de Yvon de desviar de motos e carros, alguns muito próximos, e seguir em frente, com o desafio permanente de manter a moto de pé nos momentos de baixíssima velocidade. Paramos para abastecer no posto National, e retornamos à “Jean Paul II”, subindo a Malval, esta sem fluxo, com maior velocidade e vento quente no rosto. Com pouca certeza (menos de um dia por aqui ainda), vou indicando o caminho do hotel a Yvon, que sobe o morro em direção ao que eu imagino que seja o endereço do hotel. No mapa mental, me guio pelas pichações políticas nos muros das casas e chegamos, por fim, ao hotel.

Já sabia que Angello estaria me esperando. Angello é irmão de Fedo, presidente da União Social dos Imigrantes Haitianos (USIH – uma associação de imigrantes haitianos da cidade de São Paulo) e uma das maiores referências políticas da comunidade haitiana no Brasil. Conheci Fedo há poucos dias, ainda em São Paulo, em uma festa organizada pela União Social para arrecadar fundos para a reforma de sua sede. A festa ocorreu no Espaço Rosa Latino-Americana (ERLA). Quem nos apresentou foi Ferre, amigo de Bruno, amigo de minha companheira – que o carinho fez amigo meu também. Fedo contou-me dos desafios da integração haitiana e me passou o contato de seu irmão, destacando que ele me ajudaria no que fosse preciso. E ali estava Angello, sentado pacientemente há alguns minutos, a minha espera.

Angello é do tipo e pessoa que olha nos olhos e presta atenção ao que ouve. Suas palavras são simples, mas formam uma mensagem pouco comum de se ver hoje em dia: companheirismo e união. Leva muito a sério o lema “a união faz a força”, presente na bandeira nacional do Haiti, e faz, a seu modo, um trabalho semelhante, na essência solidária, ao de seu irmão no Brasil.

Conversamos por cerca de uma hora na área externa do hotel, em local aberto e mais fresco. Mesmo assim, o calor me parece pesado e sufocante. Eu conto a Angello de minha pesquisa, de minha participação no encontro da CSA e da necessidade de realizar algumas entrevistas. Convidamo-nos a ser um amigo do outro, e eu me coloco a disposição de Angello para qualquer coisa que precisar, especialmente algo que ele queira entregar a seu irmão no Brasil. Angello conta-me dos três anos que viveu na República Dominicana, destacando a discriminação racial permanente que sofrem os haitianos no país (ele inclusive) e as estratégias de exploração laboral, baseadas na utilização da apropriação da indocumentação, da informalidade e de tempo de

experiência para que, passados alguns meses, haja uma demissão sem qualquer direito trabalhista. Em nossa conversa, Angello também relativizou minhas ideias sobre dependência de remessas no Haiti e concordou em ser entrevistado, no que notei certo receio e desconfiança.

Convido Angello a sair: queria que ele me mostrasse uma parte da cidade que ele julgasse importante que um estrangeiro conheça em seus primeiros dias no país. Prontamente, saímos, tomamos um taxi e vamos ao centro da cidade. O fato de nenhum dos dois haver, ainda, almoçado, mostrou-se apenas um detalhe. O taxi em questão é um carro antigo, que corta o tecido urbano da região levando, a um baixo custo, várias pessoas ao mesmo tempo – com caminhos e destinos diferentes. No trajeto, crianças saem das inúmeras escolas, visivelmente mais felizes que na entrada, hoje de manhã. Vendedores de rua avolumam-se em uma fusão, ainda imperceptível para mim, de cheiros, coisas e valores. Um pequeno lixão na calçada toma conta de nossas narizes: quis o engarrafamento que o carro parasse justo em frente a ele. Além de mim e de Angello, outros dois haitianos entraram, alternadamente, ao longo de nosso trajeto. Descemos na “Place Jean-Jacques Dessalines”, espécie de quarteirão central, ladeado por uma imensa rótula, e cercado pelo Monumento ao Bicentenário (ironicamente próximo à Embaixada da França), o Monumento Jean-Jacques Dessalines, o Palácio Nacional (ainda parcialmente destruído pelo terremoto) e o MUPANAH (Panteão do Museu Nacional do Haiti). Por US\$9, entramos os dois no Museu Nacional.

Foto da Avenue de la Liberté, feita do MUPANAH, o Museu Nacional do Haiti, Porto Príncipe/Haiti, 2016. Autoria: Luís Felipe A. Magalhães. Banco de Imagens do Observatório das Migrações em São Paulo e Observatório das Migrações em Santa Catarina.



Livros, documentários, entrevistas e seminários não haviam me materializado tanto os aspectos centrais da exploração colonial na América Latina e no Caribe. Embora reduzido, o acervo do Museu Nacional é riquíssimo. Estão lá, por exemplo, a âncora da nau Santa Maria (“la Gallega”), com a qual Cristóvão Colombo chegou à América, através da Ilha de Hispaniola (atuais Haiti e República Dominicana) em Outubro de 1492; instrumentos de tortura e de punição utilizados pelos colonizadores franceses contra os haitianos no período colonial; pertences pessoais do ditador Papa Doc Duvalier, auto proclamado “imperador vitalício” do Haiti e, no panteão central, os restos mortais de Jacques Dessalines, Alexandre Petión e Henri Christophe, além dos restos mortais simbólicos de Toussaint L’Ouverture (morto de pneumonia na prisão que lhe foi imposta nos Alpes Franceses).

Em um dos paredões de mármore da panteão central, exibe-se imensa cronologia da Revolução de 1804; em outro, todas as bandeiras nacionais já existentes na história do Haiti (com todo o simbolismo das primeiras bandeiras pós-revolução, nas quais as faixas da bandeira francesa foram postas horizontalmente e o branco, excluído da representação). Os dois paredões restantes são dedicados aos nomes, grafados em

dourado, de todos os últimos revolucionários que levaram a cabo a revolução de libertação nacional do país em 1804. Infelizmente, nada disso pôde ser fotografado. Regras do Museu.

Saímos do Museu e Angello, muito gentilmente, ofereceu-se a tirar algumas fotos minhas na parte externa e na cobertura do prédio do MUPANAH, algumas com os morros do relevo de Porto Príncipe ao fundo, outras com a imensa e linda bandeira do Haiti, hasteada no centro da rótula que margeia o quarteirão da MUPANAH. Retornamos à rua, e ao mundo caótico do trânsito de Porto Príncipe. Uma vendedora de chapéus, muito insistentemente, oferece chapéus de palha típicos do país, com uma estampa sobreposta, escrito simbolicamente “eu amo o Haiti”. Seu preço inicial é US\$5. Sai por US\$3 (há que se pechinchar tudo por aqui, me diz Angello). A vendedora sorri gentilmente; um sorriso lindo! Andamos por uns 30 ou 40 minutos pelas ruas desta parte central de Porto Príncipe, e notei uma preocupação gentil e muito amável de Angello comigo. Ao entrarmos em uma área um pouco mais pobre e, segundo Angello, mais pobre do centro, subimos os dois em um moto-taxi, morro acima, até o hotel.



Foto de Angello Bacourt, jovem professor haitiano, meu guia nesse segundo dia no Haiti, Porto Príncipe/Haiti, 2016. Autoria: Luís Felipe A. Magalhães. Banco de Imagens do Observatório das Migrações em São Paulo e Observatório das Migrações em Santa Catarina.

Nosso almoço vem no hotel, por volta das 19h. Neste almoço-janta, o gosto fresco do tomate (nota-se um gosto diferente e melhor no tomate produzido a partir de uma agricultura mais orgânica, menos industrial e química) acompanha cenoura, batatas-fritas e sanduíche de frango. Conversamos por mais uma hora, na qual tento deixar Angello mais tranquilo e à vontade sobre nossa entrevista; por fim, nos despedimos, com o acordo de que continuaríamos conversando por facebook. Veio a noite, e com ela vem também um pouco de tempo para começar a escrever essas páginas. Com as páginas e a noite, vêm também os insetos, e o louva-a-deus, a minha companhia de dormir nesta segunda noite na quente capital do Haiti.

Terceiro dia – 2 de Junho

O terceiro dia começa, para mim, com o voar atrapalhado do louva-a-Deus, preso na cortina do quarto. As duas horas de diferença entre Porto Príncipe e o Brasil ainda me confundem um pouco, especialmente porque sigo acompanhando as notícias do Brasil, nessa conturbada conjuntura atual. De modo que, mesmo sem precisar de despertador, acordo por volta das 06h, horário local. Hoje, pelas asas do louva-a-Deus, um pouquinho mais tarde – 06h30m. Tomo um banho – água fria –, visto uma roupa (mais leve que a de ontem) e escrevo para Angello, agradecendo sua companhia e hospitalidade no dia de ontem.

Por volta das 09h, saio à rua, na busca, mais uma vez, de reconhecimento da realidade deste país, através de alguns bairros de sua capital. Desta vez, ao chegar à “Jean Paul

II”, viro à direita, no sentido do Hotel Marriott. Praticamente em frente ao hotel, há o Sucre Coffee, uma simpática, nova e arrejada cafeteria. Entro, e peço um café puro, sem açúcar – ao que a atendente reage com espanto – e um sanduíche de frango. Após cerca de 20 minutos (os pratos, mesmo aqueles mais simples, demoram até que sejam servidos por aqui), chega-me o pedido, com o café mais forte do que esperava – delicioso e fresco, diga-se – e o sanduiche no limite de minha resistência à pimenta. O troco me é dado todo em gourdes, na cotação de US\$1 igual a 61 gourdes. Esse câmbio fez com que eu pudesse reduzir praticamente à metade meus gastos com alimentação. Faltava ainda, no entanto, encontrar um restaurante adequado para almoçar; até o momento, meus lanches ou foram no Marriott ou em meu hotel – ambos a preços de turista e cotados inicialmente em dólares. Saio do Sucre Coffee ao Marriott, sentindo, neste curto percurso de atravessar a rua, o calor sem brisa da manhã de Porto Príncipe. Utilizo a manhã para trabalhar, ler textos sobre migração e responder alguns e-mails mais urgentes. A internet, no computador desktop do hotel que fica a disposição, parece ainda mais rápida e eficiente. Trabalho durante a manhã e, com a vinda do meio-dia, e da fome, saio do hotel em busca de algum lugar tranquilo para almoçar. Ao invés de seguir na Jean Paul II, dobro na primeira à direita, na “Rue Martin Luther King Jr”, e no primeiro posto de conveniência, entro para comprar uma garrafa de água mineral – 30 gourdes, metade do que seria no hotel. Sigo na rua, abaixo de uma chuva nem tão grande para incomodar, nem tão leve para não refrescar. Uma chuva quente. Uma chuva caribenha. Encontro, então, em um cruzamento improvável, cercado de comércio informal de rua e alguns bueiros abertos, uma bonita e atraente livraria – a La Pleiade. Entro. E me surpreendo.

É verdade que não é uma livraria imensa. Também é verdade que os preços, na conversão muito parecidos com os preços praticados nas livrarias brasileiras (relativamente ainda mais caros, se pensarmos as condições econômicas do Haiti) não atraem muito público. Mas é inegável também que essa pequena livraria reúne mais do Brasil que a maior livraria brasileira reúne sobre o Haiti. Há diversos títulos de autores brasileiros, em francês e em espanhol. Autores como Paulo Freire, Érico Veríssimo e Jorge Amado foram fáceis de ser achados na prateleira dedicada à “outras línguas”. Apesar dos poucos frequentadores – havias muitas pessoas, isso, sim, se abrigando da chuva na marquise externa da livraria – chamou-me a atenção uma criança haitiana absolutamente concentrada em sua leitura, imersa por horas sem desviar os olhos do colorido livro de ficção. Dedico-me então a levantar algumas referências bibliográficas, e reúno obras sobre 5 eixos teóricos de meu interesse:

- Revolução de 1804 e a história do Haiti;
- Conjuntura histórica recente do Haiti;
- Panorama social atual do Haiti;
- Relações internacionais do Haiti;
- Processos históricos de emigração haitiana.

Sobre estes 5 eixos, reúno um total de 38 referências bibliográficas (37 livros e 1 filme), certamente muito importantes para o aprofundamento e contextualização do objeto da tese. Nenhum destes 37 autores e nem o filme eram conhecidos por mim. Saio da livraria sob chuva forte, já praticamente no meio da tarde – e sem ter almoçado ainda. Em viagens como essa (quanta pretensão, eu nunca fiz nenhuma viagem como essa!), a fome sempre fica a segundo plano, de modo que vou, então, almoçar, por volta das 16h30m.

E foi, finalmente, meu primeiro almoço: macarrão espaguete com frango e molho de tomate. Havia comprado um suco, industrializado (a sede em determinado nível não faz distinção), que fui bebendo enquanto o prato não era servido. Uma delícia: verdadeira

refeição por pouco mais de US\$2 – 175 gourdes. Retornarei, certamente, a esse lugar nos próximos dias. Chama-se Lily's Fresco and Snack.

O Lily's é um restaurante requintado para os padrões locais, e bastante quente, embora muito aconchegante, para mim. O pedido é feito em uma ante-sala, e a espera, aqui não tão longa quanto em outros lugares, na sala principal. Suas paredes são pintadas de uma paisagem bucólica rural, com montanhas altas verde-desbotadas, e um lago exoticamente amarelo. Tanto as mesas como as cadeiras são de plástico, e antigas. Minha presença aqui reforça algo que já havia notado, especialmente ontem à tarde: desperto mais a atenção de crianças que de adultos: duas jovens adolescentes me olham, atentamente, em seus uniformes escolares enquanto comem seus imensos hambúrgueres. Sou, percebo, o único a almoçar – os demais, natural para o horário, lancham.

A TV do restaurante está ligada em um canal gospel, rapidamente trocado, por uma funcionária, por um canal de música. Do “kompa” inicial, passa-se ao pop norte-americano: jovens “bonitos” comem, bebem e namoram, com a típica estética dos Estados Unidos. Já não chamo mais a atenção das jovens estudantes. Uma das funcionárias me sorri.

Saio do Lily's para retornar ao Marriott. Na entrada do hotel, reencontro Yvon, que me acena, de saída. E ao ir ao banheiro, reencontro também Marvens, dedicado ao trabalho. Sento-me em uma das mesas do hall do hotel, desta vez mais cheio, especialmente de turistas estrangeiros. Distinguo executivos franceses, mergulhados silenciosamente em planilhas financeiras, e uma divertida equipe de televisão italiana.

Uma das TVs do bar “La Sirene”, dentro do hall do hotel, mostra noticiário esportivo dos Estados Unidos. Outra, as notícias do alagamento na França e na Alemanha. Permaneço por mais algumas horas no hotel, trocando e-mails, e retorno ao meu hotel, pela primeira vez a pé – a subida, pensei, até parecia mais íngreme e cansativa.

No meu quarto de hotel, tomo um merecido banho e concentro-me no levantamento bibliográfico feito na La Pleiade. Converso com amigos, antigos e novos (como Angello e Yvon) e espero o sono chegar, misturado a uma sensação boa de cansaço no corpo.

Quarto dia – 3 de Junho.

Acordo naturalmente, às 06h, horário local. Recordo que, nesta noite, às 01h, meu despertador de celular tocou – resquício ainda da operação para estar às 02h30m no aeroporto de Guarulhos, no dia da viagem. Tomo um banho, e desta vez não me esqueço do repelente para sair. A descarga do vaso fora trocada ontem, bem como limpo o quarto e trocada a roupa de cama e banho. Minhas roupas sujas se acumulam – e o valor do serviço de limpeza do hotel equivale a praticamente um dia de alimentação na cidade. Olho, então, com outros olhos para a pia até então sem serventia ao lado do sofá. Neste primeiros dias em Porto Príncipe, não tenho ainda definido, nas primeiras horas da manhã, o que farei ao longo do dia: Há sim um plano geral, que é sair às ruas, enfrentar o caos e o desconhecido, misturar-se ao movimento urbano da cidade. Se na quarta-feira a minha direção foi à esquerda na Jean Paul II, e na quinta-feira a rua Martin Luther King Jr, hoje planejo seguir um pouco mais à direita, subindo o morro que leva, alguns quilômetros adiante, até Pettionville. O caminho é uma avenida maior, chamada John Brown, paralela à Jean Paul II, a uma distância de 750 metros entre uma e outra. Confiro a possibilidade deste plano, que me ampliará o que entendo até aqui como Porto Príncipe, na internet do Marriott, e qual não é a minha supressa ao ver que justo nesta direção – aproximadamente 1,2km à direita na John Brown, há uma biblioteca pública. Elaboro um roteiro mental, baseado no trecho da Martin Luther King Jr, que percorri ontem, e tomando os prédios mais altos, especialmente o da Natcon,

como referência espacial de localização. O mapa me indica que a biblioteca estaria á esquerda, no sentido norte da John Brown, alguns quarteirões acima da esquina com a Martin Luther King Jr.

Sigo o roteiro pré-estabelecido, tomando antes um café do Sucre Coffee, pois já prevejo um deslocamento demorado e extenuante – e novamente um almoço somente à tarde. No café, encontro Marvens, desta vez de folga, e sem o uniforme de trabalho, portanto. Marvens está no Sucre Coffee tomando um café rápido enquanto espera uma carona para aproveitar a folga em Pettionville, fazer algumas compras, aproveitar o seu único dia de folga na semana o máximo possível. É a oportunidade, nestes minutos, para aprofundarmos nossas esparsas conversas que tivemos até então. Como muitos moradores daqui, Marvens tem o sonho de morar nos Estados Unidos. Não Miami, o destino preferencial e também o mais próximo de Porto Príncipe, mas Nova York. Comenta que este sonho já é um plano, e que pretende ir para lá num futuro não muito distante. Para ele, é lá que estão as oportunidades, e a chance de ter uma vida não tão difícil como é no Haiti. Avalia que para tal é preciso melhorar o seu inglês.

Ao se recordar ter-lhe dito que tenho namorada, Marvens pergunta onde estava minha aliança. Respondo-lhe que, embora morando juntos e namorando há quase 6 anos, não sou casado religiosamente. Ele recorda, então, que eu havia lhe dito ser cristão, e que isso era errado para um cristão. Disse respeitar seu ponto de vista e que no Brasil esse era um comportamento comum. Ao que ele diz, novamente, ser um comportamento errado. Meu café chega: terá um gosto mais amargo desta vez.

Como o sanduíche de frango, levemente apimentado, e tomo o café. A carona de Marvens chega, e nos despedimos depressa, com promessa de nos vermos novamente amanhã. Pouco depois de Marvens, sigo eu meu rumo, com duas garrafas de água para a caminhada que virá. Sigo o trajeto planejado e marcado mentalmente a partir de algumas referências de prédios mais altos. Primeira à direita, entrada na Martin Luther King, adiante três quadras até o prédio vermelho alto de uma das duas únicas companhias de telefonia móvel do Haiti. A partir deste prédio, mais três quadras até o cruzamento com a John Brown. A John Brown, embora mais larga e por isso tida como avenida (uma das maiores e mais longas avenidas, aliás, de Porto Príncipe, e que liga a região litorânea e próxima do aeroporto até Pettionville), é tão caótica quanto qualquer outra rua do entorno. Os serviços de reparos automobilísticos, seja em casas antigas, seja nas próprias calçadas mesmo, aglomeram-se aos dezenas de vendedores, de comida à eletrônicos. Conforme traçado no mapa, sigo à direita na John Brown, por aproximadamente 1,2 km, morro acima – justo no dia mais quente de minha estadia ate aqui.

A ausência da biblioteca na faixa da esquerda me faz caminhar com certeza mais que o previsto no mapa, talvez uns 2,5 km. A beleza verde do morro e a linda paisagem aberta pela sua altitude fez a caminhada mais interessante, até o momento, que o destino planejado. Passa pela minha cabeça que este pode ter sido apenas mais um erro dos mapas eletrônicos (como a localização do Museu Nacional, por exemplo, que no mapa aparece tanto no centro, como vi ontem, como a 500 metros a norte de meu hotel). Ao chegar ao local mais alto, a partir do qual me parece melhor retornar, paro por alguns instantes para apreciar, refletir e fotografar aquela paisagem, a síntese social e urbana mais perfeita até agora: dois ou três prédios altos, luxuosos, uma costa recortada por containers, plataformas em construção, guindastes e atracadouros, e inúmeras casas pequenas e muito simples. Retiro com cuidado a máquina da mochila (um escorregão neste relevo acidentado pode ser fatal) e faço, então, algumas primeiras fotografias antes de conferir o foco e sacar outras fotos melhores. Nesse meio tempo, um senhor vem em minha direção, falando alto em crioulo e gesticulando. Há entonações e gestos que não se

precisa conhecer o idioma para entendê-los. Por alguma razão, eu não deveria estar ali. Guardo rapidamente a câmera, a ponho na mochila e saio descendo o morro e desviando dele, dizendo “excuse me”. Olho para trás, alguns metros a frente, e vejo que ele permanece parado onde estava.



Foto de Porto Príncipe, de cima do morro da John Brown, Porto Príncipe/Haiti, 2016. Autoria: Luís Felipe A. Magalhães. Banco de Imagens do Observatório das Migrações em São Paulo e Observatório das Migrações em Santa Catarina.

Fotografar, aqui, envolve muitas questões, relacionadas a território e identidade. Penso na quantidade de estrangeiros que deve vir para cá apenas para fotografar os problemas do país, e expô-los ao mundo como se o Haiti fosse apenas isso, um enorme e irresolvível problema. Penso que o espaço social, sob estas condições, logicamente não significa o mesmo que no Brasil, e o próprio ato de fotografá-lo pode ser, especialmente por um estrangeiro, uma transgressão. Entrar em um território, já demarcado, e fotografar, é, percebo, uma invasão, uma apreensão indevida, não facilmente permitida, mas também não exatamente perigosa a quem o faz.

Desço o morro, no sentido de volta, contemplando a vista, guardando seus detalhes, para o caso, parcialmente confirmado, de as fotos não terem ficado boas. É quando vejo, em uma plaquinha pequena e colorida, a inscrição “Bibliothèque”.

O erro do mapa, neste caso, estava no lado da rua em que a biblioteca fora marcada. Há que se prestar atenção aos detalhes em Porto Príncipe. Entro na biblioteca, situada na parte de baixo de uma casa grande, embora simples, de dois andares no terreno em declive. Esta biblioteca é menor, com certeza, que a livraria, mas tem a vantagem de ser pública, razão pela qual há crianças estudando, e, pelo mural que vejo ao lado de sua porta de entrada, está mais inserida no circuito de discussões sociais e culturais da cidade, sendo inclusive palco de atividades e palestras. Também possui acervo de livros de esquerda e interpretações críticas da história do Haiti maior que o da livraria vista ontem. Não há, no entanto, quase nada que seja mais atual, e muitos poucos livros sobre migração haitiana. Permaneço por algumas horas na biblioteca e realizo outro levantamento bibliográfico, desta vez com 13 livros. Anoto todas as referências no caderno bibliográfico e confiro, pela janela da biblioteca, a paisagem urbana de Porto Príncipe, recortada agora por árvores e restos de materiais de construção. Faz muito calor, mesmo aqui em cima, cercado de árvores.

Foto do mural de entrada da Biblioteca Pública, no morro da John Brown, Porto Príncipe/Haiti, 2016. Autoria: Luís Felipe A. Magalhães. Banco de Imagens do Observatório das Migrações em São Paulo e Observatório das Migrações em Santa Catarina.



Tiro algumas fotos da biblioteca, especialmente dos murais anunciando as próximas atividades culturais e sociais. O relógio marca pouco mais das 15h, e meu corpo já sente a falta de comida. Retorno à John Brown, sentido sul, buscando a Jean Paul II, para almoçar novamente no Lily's. Faço esse trajeto de retorno em aproximadamente 40 minutos. No caminho, os múltiplos cheiros de Porto Príncipe e as fumaças escuras do conserto à base de fogo de pneus furados de motocicletas, na calçada, me dão o sentido real do que é caminhar e embrenhar-se no tecido urbano de Porto Príncipe – jamais conseguiria, como outros hóspedes do hotel, negar-me a conhecer isso.

No Lily's, peço o mesmo prato de ontem e o devoro até mais rápido. A atendente, que me sorria ontem, me pergunta hoje de ontem sou. Ao ouvir “Brasil”, ela comenta sobre o quanto o português lhe é difícil, e pergunta a mim se o espanhol e o português são mesmo tão parecidos. Respondo que em termos: no Brasil há uma noção equivocada de que são muito similares, noção esta desfeita na primeira viagem a um país “hispanohablante”.

A TV desta vez está em um canal de cultura, passando um programa chamado “Echo des Arts”. Já são 16h30m, horário local, quando retorno ao Marriott.

Sento em uma das confortáveis poltronas para verificar as fotos tiradas hoje e fazer alguns registros, além de sistematizar algumas anotações do caderno de campo. Meus ouvidos percebem que o som ambiente toca agora uma música brasileira. Distingo, entre vozes no hall do hotel, barulho da rua e notificações insistentes de celulares, um musical “saudade de te beijar”, com sotaque brasileiro.

Realizo algumas ligações, verifico meu e-mail e tomo mais duas garrafas de água. Saio à parte externa do hotel, e a alegria de crianças haitianas brincando na piscina compõem o cenário deste meu quarto pôr-do-sol haitiano. O anúncio da noite me recorda dos 15 minutos morro acima que tenho até meu hotel.

Esta noite a internet do hotel não oscilou tanto, e a única vez que a luz caiu foi justo quando eu estava no banho. Sinto uma estranha saudade de momentos que mal se passaram: a ida à livraria, à biblioteca, a descoberta do Lily's, o Museu Nacional, a vista da cidade no morro de um encontro inesperado com o que é fotografar em alguns lugares da cidade... esta saudade me traz uma calma, tão contrastante com o clima caótico que experimento nas ruas! O dia mais quente até aqui é também o primeiro sem nenhuma gota de chuva. Por essa paz e saudade que senti, deveria tomar banho no escuro mais vezes...

Há um hóspede novo no hotel, francês. Aparência e mochila de aventureiro, mas barba e cabelo impecavelmente arrumados. Nenhuma palavra. Permaneço no hall do hotel, acompanhando a abertura da Copa América Centenário de Futebol, realizada nos

Estados Unidos. Vejo o jogo sozinho – o interesse por aqui é pelo jogo de amanhã, entre Haiti e Peru. Retorno ao meu quarto, o lugar de minha estadia em Porto Príncipe em que há menos espaço e mais lembranças. Adormeço.

Quinto dia – 4 de Junho

Louva-a-Deus me acorda. São 06h30m, hora local. Há de se pensar na real efetividade dos galos como despertador. Há vários por aqui. Mas é o louva-a-Deus quem tem me despertado nestes primeiros dias em Porto Príncipe.

Hoje é sábado. O final de semana começa com uma preocupação sobre as roupas sujas. Lavá-las no serviço de limpeza do hotel seria o equivalente a um dia e meio de alimentação em Porto Príncipe. Resolvo que as peças menores eu lavarei hoje pela manhã, naquela pia de utilidade ainda vaga. Reúno sabão e sabonete disponível no quarto e começo a lavar cuecas, meias e uma camisa de dormir. A expectativa é a de que sequem rápido no calor de Porto Príncipe. Saio à rua por volta das 09:00. Levo uma quantidade um pouco maior de dólar e faço o câmbio no Sucre Ciffee, a uma cotação pouco mais vantajosa que a de quinta-feira. Converso novamente com Rafael.

Rafael é o que se enquadra aqui como “mulato”, haitiano um pouco mais claro. Sua tonalidade de pele é a cor do poder neste país. Ele sabe falar bem espanhol, por ter vivido na República Dominicana. Visivelmente, ele me lembra alguns amigos e conhecidos brasileiros. Seu trato amigável e atencioso ao extremo não são, no entanto, tão comuns assim. Peço um sanduíche de queijo (fromage) e presunto (jambom), solicitando mais uma vez que ele não tenha pimenta. Peço ainda um café longo, o “coffee longé”. Quando o pedido está pronto, pego-o no balcão, dispensando, na bandeja do café, o “canudinho”: aqui há o hábito de se tomar de canudinho até mesmo o café. Dispenso, também, o açúcar. Pelas reações das garçonetes, desconfio que por aqui se pense que café sem açúcar é quase um sacrilégio. Sacrilégio, para mim, seria adoçar um café tão fresco e forte como esse. Rafael me conta que domingo, amanhã, o café não abrirá. Respondo que fico contente pelo dia de folga deles mas triste por mim, por não poder tomar café aqui.

O Sucre Coffee hoje está enfeitado com três bandeiras: além da do Haiti, as de Brasil e Argentina. A Copa América Centenário começara ontem, e a TV mostra a reprise de Estados Unidos x Colômbia. O jogo, que já não me parecia bom ao vivo, na reprise então...

Ao me preparar para sair, Rafael me pergunta qual é mesmo o meu nome. Respondo “Luís Felipe”. Já saindo, escuto as garçonetes repetindo “Louis Philipi”.

Hoje preciso definir minha apresentação na CSA, que será na próxima segunda-feira. Pelas exigências da diretoria da CSA, devo preparar um texto de até 6 folhas, em um de quatro idiomas (inglês, francês, crioulo ou espanhol, no que escolho o espanhol), enviá-lo até hoje à noite e facilitar, com isso, a tarefa de tradução multilinguística que a organização do evento tem se esforçado em garantir. Atravesso a rua até o Marriott, organizando mentalmente este texto e verificando ser possível começá-lo por volta das 16h, o que me permitiria circular, ainda que brevemente, pelas vazias ruas de Porto Príncipe neste sábado.

A manhã no Marriott passa agradável e rapidamente. No salão do convenções do hotel, a formatura de uma turma da Universidade Providence do Haiti chame, pelas cores e comemorações, a minha atenção. Como eu, Marvens também observa a colação de grau por alguns instantes. Pergunto-lhe qual o perfil social desta universidade. Ele responde que a mensalidade custa por volta de 100 dólares ao mês, um valor elevado aos padrões haitianos.



Foto da formatura de turma da Universidade Providence do Haiti, Porto Príncipe/Haiti, 2016. Autoria: Luís Felipe A. Magalhães. Banco de Imagens do Observatório das Migrações em São Paulo e Observatório das Migrações em Santa Catarina.

A cerimônia é bonita, colorida, agradável aos olhos. Alguns ternos mais chamativos recebem cliques de minha (e de outras) máquina. Há desenvoltura dos formandos e seus familiares no ambiente do hotel. Percebo então mais claramente que são representantes da elite haitiana, também pelos carros que se avolumaram no estacionamento do Marriott. Destes formandos, dois são brancos, e visivelmente mais velhos, e vão no pelotão de frente da fila de formandos. Dentre tantos cliques profissionais da colação, o meu, diferente em traje e aparência, chama, novamente, mais a atenção das crianças. Mas é Montas Wilson e seu traje inteiramente vermelho, que chama minha atenção. Peço-lhe para fotografá-lo, comprometendo-me a enviar a foto a ele por e-mail. Ele concorda, gentilmente, e faz uma pose ensaiada para a foto, com direito a corpo levemente inclinado. Ele agradece, pergunto-lhe se é formando também, ao que ele responde ser parente de um formando. Fotografo mais por alguns minutos, dando preferência às crianças, em seus pequenos ternos, alguns também muito coloridos.



Foto de jovem haitiano em cerimônia de formatura, Porto Príncipe/Haiti, 2016. Autoria: Luís Felipe A. Magalhães. Banco de Imagens do Observatório das Migrações em São Paulo e Observatório das Migrações em Santa Catarina.

Quanta desigualdade em relação a essa alegria e esse promissor futuro no Haiti reserva a tão poucos passos dali, onde crianças muito pequenas descascam legumes que seus pais e irmãos vendem nas calçadas da Jean Paul II e de todo o Haiti?

Minha presença causa especial estranheza nos fotógrafos profissionais que registram a cerimônia, a pedido da Universidade ou das famílias dos formandos. Perguntam-se se sou jornalista, ao que penso que jornalista cobrir formatura universitária indica, certamente, certo “prestígio social” dos formandos. Digo que não. Apenas um visitante do país.

Percebo, neste rica formatura, o que já via nas entradas e saídas das universidades e escolas técnicas das ruas percorridas de Porto Príncipe. A escassez de mulheres nestes graus superiores de educação. Para onde vão essas mulheres que ficam pelo caminho entre a escola e a universidade? Lembro então das funcionárias de meu hotel, na cozinha e na limpeza, das garçonetes do Sucre Coffee, gerenciadas por um trabalhador homem, das garçonetes do Lily's e da loja de conveniências do Posto National. Lembro, sobretudo, da massa de mulheres que preparam e vendem comidas nas calçadas das ruas, aqui chamadas Madame Sara.

Desço ao térreo, e o som de kompa me transporta, rapidamente, a outro universo. Os trajes de gala da elite haitiana dão lugar às roupas simples dos músicos da banda e dos primeiros e animados espectadores que se põem a dançar. O ritmo é rápido, dançante, e a meus ouvidos parece ser uma síntese de jazz, cúmbia e salsa em um mesmo e bonito som. A máquina, ainda à mão, dispara cliques, buscando, sem muita eficiência, registrar artisticamente detalhes deste ritmo que, de tão veloz e complexo, escapa à apreensão de minha máquina – porque escapam, ainda, à minha própria capacidade de me apropriar de tudo o que vejo e ouço. Os músicos sorriem, cativam, gostam de ser fotografados. Aos poucos, mais pessoas somam-se ao baile, em um animado, festivo e colorido fim de manhã de sábado.



Foto de apresentação musical de kompa e ritmos caribenhos, Porto Príncipe/Haiti, 2016. Autoria: Luis Felipe A. Magalhães. Banco de Imagens do Observatório das Migrações em São Paulo e Observatório das Migrações em Santa Catarina.

Entusiasmado com os gourdes a mais no bolso, saio para buscar outro café no Sucre Coffee, impressionando Rafael e as meninas. Questionam-me se todo brasileiro gosta tanto assim de café como eu. Respondo que tomamos, sim, muito café, mesmo quando o café é ruim. Sendo bom, então!

Retorno ao Marriott, vejo o fim da cerimônia de colação de grau e, junto com as dezenas de formandos e seus familiares, como um enxame saímos às ruas, cada um a seu modo, e a seu lado. Desço a Jean Paul II, sentido sul. Há menos carros e menos gente nas ruas. O caos parece menor, mas o calor não. Consigo, então, ver melhor alguns detalhes, escondidos pela gente no caos do cotidiano.

Em muitas ruas, há esgoto a céu aberto por aqui. O cheiro é muito forte, especialmente agora que há menos fumaça de carros e de pneus queimados, bem como de comida sendo preparada nas calçadas. Em alguns destes esgotos, as pessoas pisam, passam muito perto: está naturalizada a sua presença ali, há normalidade nisso. Um carro passa com um cabrito recém-abatido na caçamba: olhos ainda abertos, sangue escorrendo pela boca. Meu estômago embrulha. Estou a caminho do centro, um lugar, segundo Angello, não muito seguro para estar, especialmente no sábado desértico.

Avisto o centro ao longe, com aspecto abandonado, e por isso arriscado. Penso que esta é uma diferença fundamental nas cidades de países dependentes em relação àquelas cidades de países centrais: a apropriação pública do espaço urbano, nos finais de semana. No Brasil, muitos dos centros das capitais que conheço ficam, também, vazios e perigosos nos finais de semana. Porto Alegre, Florianópolis, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife... quando não, a apropriação ou é muito localizada, ou é feita a partir de uma elitização/gentrificação do espaço, quando não de ambas as formas. Retorno à Jean Paul II, passo em um mercado (mais para uso do banheiro) e acabo comprando algumas bolachas, três garrafas de água e um cortador de unha, que se mostrou extremamente importante. Almoço no Lily's. Macarrão espaguete com queijo ralado e presunto. Achei melhor que o de frango. O molho do tomate é o mesmo. Há de se elogiar o tomate que tenho comido nessa cidade. Sempre fresco e muito saboroso. A TV do Lily's passa agora análises da Copa América Centenário, com projeções dos jogos de hoje, dentre os quais Haiti x Peru e Brasil x Equador. Como meu almoço. Já são mais de 15h, está muito quente hoje e sigo direto para meu hotel, sentindo que, de barriga cheia e sol forte da tarde, a subida da Malval é mais íngreme e penosa ainda.

Chego encharcado de suor a meu hotel. Cumprimento Charles rapidamente, só pensando em meu banho. Chego no quarto, tiro a roupa, entro no box, abro a torneira do chuveiro e... nada de água. Conformado com a falta de água, inicio minha apresentação para segunda-feira.

Já é noite quando escuto, então, o barulho de água descendo pelos canos ao redor de meu quarto de hotel. Aproveito o momento e tomo banho.

Mais tranquilo com a apresentação e, afinal, limpo e de banho tomado, deixo o sono conduzir-me, ao som do ensaio de uma banda de kompa, em algum lugar próximo ao hotel: talvez na casa ao lado, talvez na minha mente, como eco da manhã de hoje.

Sexto-dia – 05 de Junho

O domingo nascera com um misto de paz e euforia. Paz unicamente por ser domingo, o som da rua ainda menor que no sábado, e o silêncio absoluto do hotel, às 07h. Euforia por ser a ante-sala do encontro da CSA, na verdade, a sua abertura oficial e o credenciamento dos participantes. A euforia é também pela ansiedade de saber se o encontro me ensinará tanto sobre o Haiti como as ruas de Porto Príncipe.

Levanto, tomo banho, procuro pelo louva-a-Deus (não o encontro), coloco alguns equipamentos para carregar e reviso a programação do seminário, certificando-me que hoje apenas haverá a etapa de inscrição dos participantes, das 15h às 17h, e um happy hour no hall do hotel, das 17h às 20h. Aproveito também para reler minha apresentação, substituindo alguns elementos muito específicos (descrição da inserção laboral dos imigrantes haitianos em algumas cidades do interior de Santa Catarina) por informações

mais gerais, e por isso mais atraentes e importantes a um número maior de pessoas. Saio para a rua.

Percorro algumas ruas mais próximas à Jean Paul II, apreciando o contraste do movimento de hoje com o de qualquer outro dia de semana. As ruas estão vazias, acho que não há qualquer perigo. Em realidade, acho que não há perigo mesmo nos dias de semana, especialmente se o caminho não aproximar-se muito do centro da cidade (região que percorri com Angello na quarta-feira e que, segundo ele, não seria seguro caminhar sozinho, especialmente no final de semana). Percorro alguns lugares já percorridos e, outros, ainda desconhecidos, no perímetro entre a Jean Paul II e a John Brown. Por alguma razão (seja o menor volume de pessoas e carros, que me permitem olhar mais atentamente para as casas e prédios e não tanto para a rua, caótica e alucinante; seja uma maior sensação de segurança, que me permite perceber outras dimensões das ruas, caminhar mais devagar e abrir mais meus canais de apreensão da realidade) percebo coisas na paisagem urbana que me surpreendem, de tão evidentes. Talvez meus olhos até o momento tenham se atado mais aos detalhes. Um destes elementos é particularmente importante à minha pesquisa: a enorme quantidade das empresas “express” de recebimento de envios de dinheiro do exterior. Empresas como Wester Union, Seg Bank, Cred Bank e tantas outras ocupam o espaço desigual destas ruas, atestando que o Haiti estende-se para além de suas fronteiras, para além do mar do Caribe. Num país em que, como se comenta aqui, 20% de sua população vive fora, o dinheiro que vem deles desde o exterior financia a vida por aqui. Segundo dados da UNCTAD, entre 2005 e 2014, as remessas destes migrantes oscilaram entre 22 e 26% do PIB do país. A CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) estipula que este valor corresponda a 150% do valor total das exportações do país. Às famílias receptoras, as remessas financiam entre 60 e 65% do consumo corrente, segundo a mesma CEPAL. Recordo-me, então, que havia filas nestes locais nos dias de semana. Filas para sacar o dinheiro enviado do exterior. Filas para fechar aqui um ciclo aberto em países como Estados Unidos, França, Bahamas, Brasil, Canadá, República Dominicana e tantos outros. A necessidade destas remessas aqui no Haiti, como indicam os dados, justifica a submissão, resistência e resignação às formas e condições de assalariamento e de trabalho mais precárias no Brasil, bem com jornadas duplas de trabalho e trabalhos temporários nos finais de semana.

Minha andança no domingo de manhã vê todas as casas, lojas, restaurantes e vendas de calçada fechadas. Há pouquíssima gente na rua. Desço novamente ao sul da cidade, aproximo-me do centro e retorno pela mesma Jean Paul II. Ao entrar no Marriott, penso que há mais gente aqui que nas ruas do bairro. Os participantes do seminário começam a chegar, trazendo novos idiomas, cores e ideias ao local do evento. Encontro Marvens, passando apressado pelo hall do hotel, e com o olhar no horizonte vejo um grupo de 30 crianças haitianas na piscina do hotel. Creio ser costume por aqui que as piscinas sejam abertas às crianças moradoras do bairro. Vi isso acontecer na quarta-feira no meu hotel, no momento em que retornava a meu hotel para encontrar-me com Angello. Há, ao fim da tarde na piscina, entrega de certificados para as crianças participantes do dia festivo no hotel.

O chamado “happy hour” é um encontro no bar La Sirene, dentro do Marriott, entre os participantes que já chegaram à Porto Príncipe. Aqueles que se conhecem, enturmam-se e pedem as caras bebidas e drinks do bar. O gourde é uma palavra, aliás, pouco dita aqui. Tudo é em dólar. Tiro algumas fotos das crianças na piscina e da feira de artesanato (que vende as mesmas peças de artesanato vendidas na calçada do hotel, mas em dólares ao triplo do seu preço) e retorno ao meu hotel. Ao subir as escadas ao meu quarto, uma moça, de aparência brasileira, olha-me e pergunta-me em inglês se estou

aqui para a conferência. Respondo que sim, e também para fazer trabalho e registro de campo. Seu nome é Elena, ela não é brasileira, mas norte-americana, de Nova York. Pesquisa relações culturais no contexto da dinâmica migratória entre Haiti e República Dominicana. Conversamos sobre nossos temas, enquanto a tarde se transforma em noite, no terraço do hotel. Despedimo-nos, por fim, já à noite.

No quarto, meus pensamentos se condensam e buscam dar algum sentido à tudo o que meus olhos, ouvidos e nariz absorveram da rua. É possível entender o Haiti? Com perguntas ainda sem respostas (tampouco sei se trarei mais respostas que perguntas na bagagem de volta), adormeço.

Sétimo dia – 06 de junho

Não há mais bater de assas como despertador. Meu sono, aliás, está estranhamente desregulado. Durmo no horário do Brasil, acordo no horário do Haiti, e vou com isso dormindo, em média, duas horas a menos que o de costume. Essas duas horas a menos pesam-me e dispersam-se, não sei ainda em que horas exatamente, mas creio que no horário das refeições, em que levo mais tempo que o comum

Saio cedo do hotel, de modo a acompanhar desde o início a abertura da Conferência, suas primeiras mesas e verificar como são as apresentações para preparar-me à minha, às 15h55m de hoje.

A sessão de abertura do encontro da CSA chama-se “Caribbean Global Movements”, algo como “Movimentos Caribenhos Globais”. Na mesa, pesquisadores referência sobre as mobilidade caribenhas e alguns membros da diretoria da CSA. Nomes como o de Carolle Charles (Baruch College, da The City University of New York), Clinton Hutton (University of the West Indies, em Kingston, Jamaica), Lizabeth Paravisini-Gebert (da Vassar College, Nova York), Jhon Picard Byron (da Universidade do Estado do Haiti) e Godfrey St. Bernard (também da University of the West Indies, campos St. Augustine, em Trinidad y Tobago).

Carolle Charles aborda o tema da formação, específica, das classes sociais no Caribe. Este processo, segundo ela, possui particularidades segundo os países da região, assim como o de “raça”, que é uma categoria que se reproduz em cada momento histórico, e em cada momento histórico tem o seu significado concreto. Carolle propõe a discussão sobre “como se define ser uma mulher no Haiti?”. Segundo ela, a dimensão mercadológica tem dominado a definição do que é ser mulher no Haiti: ela é vendedora e produto, ao mesmo tempo, definida na intersecção entre objetividade e subjetividade. Um mulher que se insere em uma sociedade vibrante que busca ganhar a vida de forma extremamente desigual. Para ela, 1791, ou seja, o período colonial pré-revolucionário, ainda está presente para mais de 70% da população. Uma simples ida à Petitionville basta para se perceber essa diferença. Carolle termina sua apresentação inicial dizendo que o Haiti deve passar por uma segunda e nova transformação radical, e que cada um deve perguntar-se, nesse contexto, “como posso participar para mudar a situação do país?”.

O professor Clinton Hutton também tratou o tema da classes sociais no Caribe, em sua relação específica com a dimensão cultural da formação social na região. Estes temas são abordados em sua apresentação “Epistemologia, Espírito e Revolução Haitiana: a criação do mundo moderno”. Para Hutton, o mundo moderno tal como concebemos hoje é um produto direto da Revolução Haitiana e sua repercussão na Europa e na América, até hoje sufocada. Hutton evoca Bob Marley para definir que “o que sabemos é o que nos contam”. E resgata Eric Williams: os ingleses teriam apenas implementado a escravidão na América Latina para ter o prazer de aboli-la depois, segundo os próprios historiadores ingleses. Para Hutton, faltam noções e capitais cognitivos para se explicar

o papel dos negros frente à aristocracia branca no contexto da revolução haitiana. Os principais temas de epistemologia sobre a história haitiana são “o que podemos saber”, “como podemos saber” e “quem pode saber” (Kant). Hutton recorda que sobre isso, o Haiti não tem ainda uma historiografia geral, não fragmentada, escrita por um autor haitiano – apenas por europeus, sob suposta parcialidade. Para Hutton, é preciso entender o processo da libertação, que passa de uma rebelião dos escravos para uma revolução nacional, que buscava, sobretudo, erradicar a escravidão como sistema. Muitas ideias do século XVIII e XIX seguem ativas, portanto. Por outro lado, as revoluções Francesa, Inglesa e Americana não foram planejadas para acabar com a escravidão, mas para estendê-la, estender os ganhos materiais advindos dela a outras classes sociais. A Haitiana sim, e também buscou acabar com o colonialismo. Hutton argumenta que a raiz da revolução haitiana vem da cosmologia e filosofia vodú. Mas o que é o vodú?

A morte é o ponto central da liberdade, no vodú: morrer na revolução para que o espírito regresse à África. Os negros conheciam a liberdade antes de perdê-la, nos navios negreiros e no Haiti. Na Jamaica, se fala comumente: “O irmão morreu e está muito melhor que nós; seu espírito voltou à África, à terra e à gente que ama, e nunca mais precisará trabalhar como escravo”.

Lizabeth Gebert concentra-se no câmbio climático. Sua apresentação gira em torno da denúncia do histórico mau manejo do meio ambiente no Caribe e no Haiti. O Haiti, pós-2010, reforça ser um exemplo de resiliência frente às mudanças ambientais. A relação entre Haiti e seu meio ambiente é historicamente baseada no desmatamento ocorrido ao longo do século XVII e a devastação econômica promovida pelos embargos e multas pelo reconhecimento da independência do país. Atualmente, os hotéis na costa litorânea e a transposição de rios para fins também turísticos mostram a atuação devastadora do capital turístico no ataque às primeiras linhas de defesa às ameaças ambientais.

Jhon Picard Byron, da Universidade do Estado do Haiti, aborda em sua apresentação as contribuições do Haiti aos movimentos e ideias no Caribe. Segundo ele, o Caribe está desde sempre inserido em uma dinâmica global, que revela a sua forma específica de vinculação com o mundo. O Haiti, por seu turno, está na raiz de um discurso negro e na raiz do pensamento e da ação dos marginalizados, em todo o mundo. Segundo o professor, o mais jovem na sessão de abertura, um processo de negação da importância da história do Haiti e de sua ocultação na arena ideológica internacional se inicia nos anos 1960 e atinge seu grau máximo na virada do século. Há então um esquecimento do Haiti nos estudos culturais e políticos no mundo inteiro. O pensamento contra-hegemônico e radical do século XX passa pelo Haiti: Aimé Césaire (1939), um dos criadores da “contra cultura” e Jean Price-Mars (1928), pensador do pós-colonialismo, são alguns exemplos disso. O pensamento descolonial que vai além do pós-colonialismo, tem no Haiti, portanto, um lugar especial.

Saio da conferência de abertura impressionado com a capacidade de síntese dos expositores. Em um tempo aproximado de 15 a 20 minutos, lograram expor suas ideias principais, bem como as origens e repercussões destas ideias. De certa forma, os conceitos e categorias fundamentais são comuns aos expositores: raça, classe, diáspora e identidade. Saio do salão da conferência procurando um lugar mais calmo e afastado para revisar a programação que eu havia definido. Sento-me em uma cadeira mais ao largo do hall superior, após o espaço do artesanato, próximo dos elevadores.

Alguns minutos depois, uma jovem mulher, de andar discreto, aproxima-se, procurando uma tomada para recarregar seu telefone celular. Percebo que exatamente atrás de minha poltrona há uma tomada, ali ela poderia carregar seu celular e permanecer sentada próxima a ele. Ofereço minha poltrona, ao que ela aceita, agradecendo em

inglês. Sento-me em uma poltrona à sua frente e alguns poucos segundos depois ouço-a dizer: “Luís Magalhães?” Olho para ela, leio em seu crachá e me surpreendo, feliz: “Pâmela Marques”.

Pâmela é a coordenadora de minha mesa, hoje à tarde. Mas não é só por isso que ela é tão importante a essas páginas – e à minha própria estadia aqui em Porto Príncipe, ou melhor, ao próprio entendimento, especialmente cultural, do Haiti.

Pâmela tem a história de seus últimos 9 anos diretamente relacionada ao Haiti. Em 2007, participou como pesquisadora do Projeto Brasil – Haiti, iniciativa de um conjunto de universidades brasileiras para promover integração acadêmica, social e cultural entre os dois países. Na sua primeira viagem a Haiti, Pâmela ficou por 6 meses no país, pesquisando sobretudo temas relacionados a educação (fundamental e superior), movimentos sociais e estudos pós-coloniais. Por isso, seu conhecimento sobre o país é amplo e profundo, sendo um enorme prazer ouvi-la sobre a necessidade de se entender o Haiti a partir de suas próprias categorias e noções; de ler o Haiti a partir de sua própria literatura; de despir-se dos medos e estereótipos construídos em torno ao país; de andar nas ruas em uma intensa e permanente observação crítica e participante da realidade.

Pâmela tem um olhar muito próprio sobre a realidade haitiana. Cita-me diversos autores, de forma natural e não pedante, como o academicismo brasileiro especializou-se em fazer e impôs como linguagem dominante. Aliás, Pâmela é em grande medida anti-academicista, característica revelada por seu enorme apreço ao convívio cotidiano com os moradores da cidade e indisfarçável ojeriza à prática, já identificada por mim dentre boa parte dos participantes da conferência, de conhecer o Haiti apenas dentro do Marriott, o que é um erro enorme.

Para Pâmela, há de se vestir de povo haitiano, mesmo sabendo que a pele é indisfarçável e que, por mais que se integre, sempre se será um “blanc”. E tudo o que isso significa.

A conversa com Pâmela inicia-se neste então e creio que ainda não terminou. Cerca de 30 minutos após nos conhecermos ela me apresenta Normélia Parise, professora de Letras na FURG (Universidade Federal do Rio Grande, no Rio Grande do Sul) e também profunda conhecedora da cultura haitiana, não apenas na área de literatura como também música, cinema e pintura. Normélia é linguista, mas sua formação é tão vasta e profunda que penso ser, também, antropóloga – ao que ela responde que muitas outras pessoas pensam assim também. É uma intelectual à moda antiga, daquelas que saem à campo, arregaçam as mangas e diminuem ao máximo a distância entre sujeito e objeto de pesquisa, sem perder cientificidade. Também gaúcha, com Normélia e Pâmela formamos um trio farroupilha herdeiro do Pampa que resiste, mas a última coisa que se fala é sobre nosso estado: os sons, cores, cheiros, gostos e letras do Haiti nos parecem muito mais interessantes. Entre uma mesa e outra, e antes ainda da nossa mesa, marcada para as 15h55m, saímos para almoçar, no Sucre Rouge.

É, então, a hora de aprender com ambas sobre a culinária haitiana, especialmente o akra, espécie de acarajé mas menor e mais sequinho, servido em porções. Peço o prato do dia, e belisco o akra e a banana frita do prato de Pâmela e Normélia. Discutimos sobre a história do Haiti, o sabor dos pratos, a amabilidade dos funcionários do Sucre Coffee e a ausência total dos participantes do CSA neste espaço, muito mais haitiano, por assim dizer, saboroso e barato, e a não mais que 20 metros do hotel, bastando apenas atravessar a rua Jean Paul II. Na realidade, o Marriott, percebo agora, não é um espaço impessoal. Ele tem sim personalidade, ela apenas não é haitiana! No café, no bar e no restaurante, o cardápio é tipicamente norte-americano, bem como a programação da TV, na maior parte do tempo. Os norte-americanos são, também, a maior parte dos participantes no evento, e devem, seguramente, estar se sentindo em casa, pelo menos enquanto não saem do Marriott.



Foto de outro Tap Tap, este destinado ao transporte dos participantes do encontro da CSA, Porto Príncipe/Haiti, 2016. Autoria: Luís Felipe A. Magalhães. Banco de Imagens do Observatório das Migrações em São Paulo e Observatório das Migrações em Santa Catarina.

Retornamos ao hotel, e enquanto circulo por alguns stands de livros sobre o Caribe, encontro Darien Davis.

Davis é professor no Middlebury College, universidade no estado de Vermont, Estados Unidos, e participará da mesma sessão que eu, apresentando sua pesquisa sobre imigração haitiana no Brasil no contexto da evolução da política migratória brasileira. Por ter morado alguns anos no Rio de Janeiro, fala muito bem o português. Conversamos só nos dois por alguns minutos, chamando-me a atenção a calma, paciência e leveza com que Davis fala, mesmo sobre temas cruciais e pesados, sem parecer, no entanto, cinismo ou alheamento. Após os minutos dessa conversa, levo Davis para conhecer Pâmela e Normélia, que estavam sentadas próximas à feira de artesanato do hall superior do hotel.

Conversamos os quatro por alguns minutos e vamos então à nossa sessão, na sala Ayizan 3, alguns minutos antes do horário. Já em nossa sala, a poucos minutos do início da sessão, chega Mary Kenny. Mary é a terceira e última expositora de nossa sessão. Ela é professora no Eastern Connecticut State University, e sua pesquisa é também sobre imigração haitiana no Brasil, todavia com enfoque maior na concentração inicial destes imigrantes na fronteira do Brasil com o Peru, nos estados do Amazonas e do Acre. Mary também fala muito bem o português, pois assim como Davis também morou no Brasil, em Manaus.

Nossa mesa transcorre normalmente, dentro do horário. Por conta de algumas dificuldades em relação ao projetor, para a apresentação de Mary, temos alguns problemas iniciais e alteramos a ordem da apresentação. Tudo no entanto transcorre bem. O público se mostra participativo, especialmente em relação ao tema das condições de trabalho dos imigrantes haitianos no Brasil, o seu processo de participação e associação política e a sua relação com outros grupos imigrantes, particularmente os novos imigrantes vindos da África, como os senegaleses e ganeses. Entre nossas apresentações e entre uma resposta e outra à plateia, Pâmela intercala observações teóricas sobre a sociedade haitiana e sobre a presença haitiana no Brasil, citando sempre produções artísticas e expressões típicas da cultura haitiana.

Após nossa sessão, seguimos rapidamente para a sessão de Normélia, no prédio da Digicel, ao lado do Marriott. Percebo que as sessões no prédio do Digicel, talvez por exigirem um deslocamento (que pode ser interno entre um prédio e outro, não se precisa sair à rua) estão bastante esvaziadas. A apresentação de Normélia transcorre num nível

de entendimento sobre a cultura brasileira e haitiana bastante elevado: sua pesquisa objetiva analisar as aproximações etnográficas e literárias entre o Brasil e o Haiti, tendo como metodologia a observação direta participante. Normélia propõe discussões que aproximem autores como James Clifford, Aimé Césaire e Mário de Andrade. À luz do “manifesto pau-Brasil” e do “manifesto antropofágico”, propõe ainda analisar a etnografia cinematográfica de Glauber Rocha e de intelectuais haitianos, como Franketienne, a quem o vodú é um elemento de transgressão e transformação social, algo como a terra em transe, de Glauber.

Já é noite quando termina a mesa de Normélia. Retorno ao Marriott, para carregar o celular e enviar alguns e-mails. A sessão de encerramento do primeiro dia do congresso é, na realidade, uma longa apresentação da CSA e do encontro, seus diretores, as sessões principais do evento e as diversas atividades e apresentações culturais. A mais aguardada das apresentações culturais de hoje é justamente a última: um grupo de vodú apresenta-se por cerca de 50 minutos. Foi meu primeiro contato mais a fundo com este rico e vivo aspecto da cultura, histórica e atual, do Haiti. Enquanto as luzes do auditório do Marriott apagavam-se, a plateia via apenas o palco, no mesmo plano, com algumas armações de metal clareadas pela projeção, em um painel branco, de imagens com o persistente e contínuo ir e vir de ondas do mar. Aos poucos, um grupo de mais ou menos 10 homens e mulheres, vestidos com a túnica dos antepassados escravizados, vinha em direção ao palco, em formação, muito próximos uns dos outros, como que representando, no meio de um espaço aberto pela centenária plateia. A voz de um homem, muito grave, ecoa alta, em palavras ora de ordem, ora de súplica, religiosa e espiritual. Seu nome é Erol Josue, uma das principais referências culturais contemporâneas do Haiti. Meus olhos nunca viram uma dança tão freneticamente ritmada, iniciada quando o grupo cênico chega ao “palco”. As luzes são completamente ofuscadas por um semi-escuro que muito revela: estamos diante de uma cerimônia de celebração, uma ode à diáspora à ancestralidade. As referências ao retorno à África são alegres, vivas. É como a verdadeira revolução, poder voltar ao ventre, à terra ancestral, elevar-se a um mundo onde necessidades materiais e sofrimentos não mais existam. O vodú sintetiza todas essas emoções e lutas, sendo, bem mais que religião, filosofia, festa, culto e cerimônia, uma totalidade, a unidade entre a luta e o sonho, fé e força, corpo e espírito, África, Caribe e o Mundo.

Como em outras práticas de matriz africana e brasileira, um espírito baixa em uma bailarina, e ela é retirada rapidamente por alguns membros da organização do evento. Penso, nesse momento, que esse vodú, para os participantes estrangeiros do congresso, em sua maior parte norte-americano, não é integral.

Com o fim das apresentações, Pâmela e Normélia apresentam-me Werner, jovem brasileiro que reside há mais de quatro anos no Haiti, sendo o atual diretor do Centro Cultural Brasil – Haiti (CCBH) e professor de português nele também. O CCBH é um órgão vinculado ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE). Eu já havia conversado com ele por e-mail, no que marcamos uma entrevista para a tarde do dia 14 de Junho. Retorno ao meu hotel de carona com Werner, Pâmela, Normélia e Rebecca, haitiana, companheira de Werner. O português de Rebecca é impecável.

Com tantos sons, gostos, simbologias e ideias circulando ao som de kompa em minha mente, deito-me para dormir.

Oitavo dia – 7 de Junho

Não há mais louva-a-Deus a me acordar, batendo asas desesperadamente na cortina. O que me acorda nestes últimos dias tem sido o calor e a vontade de conhecer coisas novas sobre o Haiti. A ida a algumas mesas do primeiro dia do encontro da CSA me mostrou a

necessidade de se fazer um balanço a todo o momento: conhecer o Haiti através das narrativas de seus intérpretes, na conferência nas frias salas do CSA, ou conhecer o Haiti através de suas contradições sociais, econômicas e políticas urbanamente visíveis. Este balanço, vejo agora, ora me levaria a assistir 3, 4 mesas em sequência, ora me levaria a ir conhecer algum bairro ou bar mais distante no meio da tarde.

Nesta terça, eu não tenho as companhias de Pâmela e Normélia, que permaneceram no CCBH realizando lá oficinas com os estudantes frequentadores, sobre literatura, etnografia e cinema, brasileiro e haitiano.

As mesas da manhã teriam discussões importantes sobre a conjuntura atual do Haiti, emigração haitiana à República Dominicana e, ainda, uma performance artística às 12:55, chamada “Contacto 4º, Lat N, 53º Long 0, otro sueño americano”. Dirijo-me à sessão chamada “Haiti: Then and Now”.

Os trabalhos giram em torno à importância da história do Haiti e de seu conhecimento hoje em dia em um contexto de crise no país e dominação imperialista crescente. Bertin Louis, da University of Tennessee, apresenta seu trabalho “A Diáspora Haitiana nas Bahamas: uma visão alternativa”. Para o professor, a vigência, por décadas, do embargo econômico dos Estados Unidos organizou o isolamento do Haiti. Uma das primeiras e mais importantes expressões deste isolamento foi o problema em que se transformou a participação do Haiti na Conferência do Panamá, em 1825, 19 anos após a Revolução Haitiana. A construção do embargo condiciona um país dependente, com históricas e estruturais contradições sociais e econômicas, que faz com que muitos emigrantes no exterior resistam a assumir-se como haitianos. Como é, segundo o professor, o caso dos haitianos em Bahamas, em que há uma franconização dos sobrenomes destes imigrantes no país. Os imigrantes haitianos escondem a sua identidade para poder conviver com outros estudantes da Bahamas. Louis destaca, por fim, que a questão da identidade e a sua manipulação dependem muito do país de destino – e das possibilidades nele de inserção e de perspectiva de retorno. Por seu turno, Celucien Joseph, da Indian River State College, aborda as origens da situação atual do Haiti, reforçando a dependência que caracteriza a economia haitiana, enaltecendo a análise econômica de Jean Price-Mars. Para Celucien Joseph, é importante uma identificação e aproximação do Haiti em relação à África, para uma luta verdadeira de libertação, emancipação e igualdade no Haiti, Caribe e África. O Professor Curtis Austin, da Ohio University State, destaca o legado da negritude desde a estratégia militar revolucionária haitiana até o movimento negro atual. Apesar da condução histórica visível de uma a outra, há uma ausência total de conhecimento da história da revolução haitiana nos Estados Unidos.

Havia encontrado Darien Davis neste última mesa, e em razão do adiamento da performance artística citada, optamos por ir almoçar. As intolerâncias alimentares de Davis, sobretudo ao trigo, levaram-nos ao Lily’s, mais adiante abaixo na Jean Paul II. Eram 13h e o calor fritava o asfalto. Como em qualquer outro dia da semana, as Madame Sara preparam comida nas calçadas, muito próximo do fogo dos maçaricos que consertam pneus furados. Percebo Davis um pouco receoso, no que pergunto se ele há havia andado por ali. Davis responde que não, apenas havia andado por Pettionville, bairro reduto das embaixadas e consulados, à parte das realidade caótica e instável de Porto Príncipe. Não sei exatamente se apressado ou receoso, Davis pergunta-me duas vezes se estávamos chegando. Alegrou-se, já no Lily’s, ao ver o quanto o almoço, em gourdes, era muito mais em conta que em Pettionville e que no Marriott.

O prato de Davis (peixe acebolado com bananas cozidas, tomate, batatas assadas, arroz branco e salada de cenoura e vagem bastante apimentada) foi como um mergulho, finalmente, na culinária haitiana, para além da “cozinha internacional” dos restaurantes voltados aos estrangeiros, em Pettionville e no Marriott.

A conversa com Davis sempre é leve e muito pedagógica. Mas a distância em relação ao hotel e à conferência da CSA motivou-nos a conversar mais sobre nossas vidas, famílias e projetos, pessoais e institucionais. Davis revela então o esforço e alegria que é ter um filho em uma universidade nos Estados Unidos. Os gastos podem chegar, segundo ele, a US\$60.000 ao ano, dependendo da universidade. O orgulho de seus filhos, Caetano e Gustavo, misturou-se às lembranças de sua vida no Brasil, no Rio de Janeiro, e os planos de retornar em breve, para o estudo da política migratória brasileira. Próximo das 14h30m, retornamos ao CSA, sob calor ainda mais intenso, mas satisfeitos pelo sabor fresco, forte e gostoso da comida haitiana.

Uma das sessões do período da tarde chama-se “Por que o Haiti precisa de novas narrativas”. Por conta da simultaneidade com outras mesas também importantes para a minha tese, especificamente sobre a diáspora haitiana e as relações econômicas e políticas entre os países do Caribe, não pude assisti-la, mas já estava, no entanto, convencido desta necessidade de novas narrativas. Inicialmente, há de se levar em consideração que sequer há, no Brasil, uma narrativa sobre o Caribe e sobre o Haiti. Apesar da importância, histórica e atual, desta região, de sua literatura, música e cultura tão ricas, da presença de mais de 70.000 haitianos no Brasil, da originalidade da contribuição da Revolução Haitiana de 1804 aos tempos atuais, Haiti e Caribe são completos desconhecidos no Brasil. Se há uma imagem cristalizada do Caribe é a dos hotéis, paraísos turísticos (e fiscais) encravados em ilhas politicamente instáveis e economicamente insignificantes. Se há uma imagem do Haiti, é a da ilha devastada pelo terremoto, que não consegue administrar-se e ter viabilidade sociopolítica, que necessita de ajudas externas para manter-se minimamente afastada de uma condição de guerra civil. Estas duas imagens, pedaços de uma narrativa de mundo que não é sequer genuinamente brasileira mas sim produto ideológico (e comercial) do etnocentrismo das potências imperialistas, não são apenas parciais e limitadas, são incorretas e perigosas. No pouco tempo em que estou no Haiti e no recente mas fértil contato com pesquisadores, professores, artistas e intelectuais caribenhos, já pude perceber que outras e novas narrativas existem, dão conta de re-situar o Haiti e o Caribe no mundo, de romper com falhas e desvios analíticos que estigmatizam a região e a entregam nas mãos de interesses estrangeiros, e permitem ainda construir uma potente visão mais totalizante da realidade atual, que insere o Caribe como região geopolítica estratégica e berço de ideias novas e radicais.

Estas novas narrativas são, na verdade, esforços teóricos e metodológicos pelos quais os caribenhos buscam explicar a si mesmos, e condicionar seu próprio caminho.

Estas novas narrativas, germinadas aqui no Caribe e, em certa medida, também nos Estados Unidos, França, Canadá e Brasil por intelectuais caribenhos também eles em diáspora, sofrem o mesmo embargo que Haiti e Cuba, por exemplo, e não rompem as barreiras ideológicas da América Latina. Dentre tantas outras ideias perigosas, a de uma identificação entre América Latina e Caribe, na qual certamente a experiência haitiana se definiria como uma irresistível sugestão aos negros e indígenas do continente, é particularmente perigosa.

Estes pensamentos intercalam-se às observações teóricas e metodológicas das sessões desta tarde. A situação de vulnerabilidade e de superexploração dos trabalhadores haitianos no Brasil ganha novas dimensões a partir da comparação não apenas com as condições sociais, econômicas e políticas aqui na origem como também de outros destinos, como República Dominicana, Cuba, Bahamas e Estados Unidos. É justamente no entorno à discussões como essas que conheço Edgar García Cabrera, jovem advogado dominicano que atua e milita contra a Sentença 168-2013 do Tribunal Constitucional da República Dominicana. Essa sentença considerou os imigrantes

haitianos chegados à República Dominicana entre 1931 e 2013 não como imigrantes mas como cidadãos “em trânsito”. Os dominicanos descendentes destes imigrantes haitianos perderam, com isso, a sua nacionalidade dominicana. E como não há também na legislação haitiana o reconhecimento de que filhos de imigrantes haitianos nascidos no exterior sejam haitianos, converteram-se esses dominicanos em apátridas. Edgar, que ademais atua em causas relacionadas aos direitos humanos no âmbito da Fundação Juan Bosch, considera que, embora essa sentença seja de dominicanos contra dominicanos, trata-se de uma ameaça aos direitos humanos que ultrapassa as fronteiras do país e exige atenção e articulação internacional. Agendo com Edgar uma entrevista para o dia seguinte, quarta-feira, às 16h, em uma área mais afastada, dentro ainda do hotel. Além de seu grande domínio sobre a Sentença 168-13 e seu significado em termos de discriminação e seletividades migratórias, também a profundidade de seu ponto de vista jurídico e sua disposição em discutir cada elemento desta conjuntura e saber como se passa no Brasil a imigração haitiana fazem da conversa com Edgar um exercício empolgante de troca de referências e experiências, teóricas e militantes.

O fim de tarde se aproxima e com a noite vem a fome e a vontade de degustar, mais atentamente, a Prestige, a principal cerveja haitiana. Diriço-me ao Kizin Kreyòl, animado e simpático bar localizado na esquina da Jean Paul II com a “Rue Debussy”. O bar é frequentado sobretudo pelos funcionários da Digicel e da Natcom e pelos operários da enorme construção que está sendo empreendida no quarteirão em frente. Também alguns participantes do CSA comem e bebem aqui. Peço porção de batata frita e, logicamente, a Prestige. O pedido chega por volta das 18h30m, momento em que passa a tocar kompa e algumas mulheres dançam umas com as outras.

Degusto a Prestige, buscando identificar com qual cerveja brasileira ela pode ser parecida. Não faz nenhum sentido, no entanto, se pensar as coisas do Haiti dentro desta lógica. Tudo é tão único aqui, tão peculiar, que tenho a certeza que a frase “o Haiti é aqui” só tem realmente sentido nesta porção ocidental da ilha de Hispaniola.

Escrevi alguns artigos com a expressão “O Haiti é Aqui”, seja no título do texto, seja no título de algum capítulo dedicado especificamente à análise da inserção social e laboral dos imigrantes haitianos no Brasil. Confesso que a expressão nunca foi suficientemente explicada, e que seu uso foi pensado mais como forma de se chamar atenção à magnitude do fenômeno migratório e com isso poder levar os dados e reflexões da pesquisa a um público maior. Tenho uma certa intuição teórica de que os problemas sociais do Brasil e do Haiti sejam os mesmos, com diferenças, “apenas”, de dimensão, magnitude. Teoricamente, ignorava a relação quantidade-qualidade, ou seja, a propriedade pela qual a dimensão e magnitude de um fenômeno alteram sua natureza qualitativa. Na prática, ignorava o Haiti. Os níveis dramaticamente desiguais de desenvolvimento entre o Brasil e o Haiti fazem com que, mesmo em um contexto de 70.000 imigrantes haitianos no Brasil, o “Haiti é aqui” não seja nada mais que uma referência musical sem aderência à realidade.

Concretamente, o Haiti é, sim, aqui. Aqui no Haiti: seu povo, testemunho de uma revolução cujo exemplo, tão perigoso ao sistema de dominação mundial, não pode ser de forma alguma conhecido ou seguido pelos negros e indígenas da América, África e Ásia. Suas contradições, a terra outrora maior produtora de riquezas do Caribe, atualmente país mais pobre da América, mas capaz ainda de germinar gentes e ideias transformadoras; cientes de seu lugar no mundo – e da responsabilidade deste mundo por sua situação atual.

E, como tenho certeza que verei, tampouco há um só Haiti.

A noite se instala, e eu preciso retornar ao Marriott para alguma última sessão, que não se mostrou tão excitante como as reflexões no Kizin, mas que me permitiu, por outro lado, sair um pouco de mim mesmo.

Eu não havia reparado, voltando de carona com Werner ontem à noite, o quão escuras são as ruas entre o Marriott e meu hotel. Retornar a pé nesta terça-feira foi, portanto, uma novidade. Não me senti inseguro, não temi assaltos ou coisa do gênero. Há uma semana descendo e subindo a Malval, eu já me sentia ambientado e não temia por insegurança. O que me assustou, no entanto, foi a lembrança, essa sim forte, dos inúmeros e imensos buracos nas ruas, alguns com mais de um metro de profundidade, completamente ocultados pela escuridão.

É sob estas condições que percebo a escassa, quase inexistente, iluminação pública nessa região. As luzes existentes são provenientes das casas, e não iluminam suficientemente o caminho público. Essas percepções carregam consigo outras: a questão da energia elétrica é, de uma forma geral, um problema. Mesmo em meu hotel, que tem estrutura elétrica, hidráulica e sanitária superiores às que predominam por aqui (sobretudo a medida em que descemos o morro), luz e água não são constantes. Ao passo em que a luz oscila especialmente no período da noite, fazendo da conexão à internet algo também inconstante, a água não parece seguir uma lógica em seu fornecimento e frequência, tendo já ficado sem desde longas horas até poucos minutos. Se o fornecimento de água é questão praticamente reduzida ao domicílio, em que cada família dá o jeito possível para obtê-la, o fornecimento de energia elétrica é realizado sobretudo por geradores, que, além do já referido som característico, tendem também a elevar a temperatura ao seu redor. Novamente, reclamar disso é quase um sacrilégio. Contorno os obstáculos, caminhando lentamente, como não estou muito acostumado a fazer. É noite de terça-feira, quente mas agradável. No mirante de meu hotel, escrevo, mirando Porto Príncipe, a capital do país que nunca entenderei.

Nono dia – 8 de junho.

Não há louva-a-Deus que desperte mais prontamente que o calor. A quarta-feira inicia com a promessa de um dia importante de discussões no encontro da CSA, além da entrevista com Edgar García, às 16h. Também é particularmente excitante a chance de conhecer o CCBH, que transmitirá o jogo Brasil – Haiti, a partir das 18h30m. Quis o destino que eu estivesse aqui neste dia, presenciando a relação de amor do haitiano com o futebol, capaz de, segundo alguns pesquisadores, propagar a Brasil no país, gerar simpatia e inserção do Brasil nas rotas migratórias haitianas. Eu, particularmente, crédito isso a outros fatores: a admiração aqui pela seleção argentina também é muito grande e não há tantos imigrantes haitianos na Argentina. Um fenômeno social tão amplo como esse jamais será explicado por apenas um fator – ainda mais um fator tão subjetivo quanto esse.

Saio cedo para o encontro da CSA, para acompanhar a mesa de abertura deste dia, dedicada à reflexão sobre o declínio que tem havido na produção agrícola do Haiti, que tem agravado, por consequência, a dependência externa do país e a insegurança alimentar.

A mesa conta com professores e pesquisadores nacionalmente reconhecidos sobre o tema. O economista Fritz Alphonse Jean é o primeiro a falar, apontando inicialmente a enorme contribuição do Haiti ao conhecimento social, político e filosófico universal. Segundo o economista, o desenvolvimento sustentável no Haiti é precário por conta do grau de monopolização do capitalismo no país. É preciso, para Fritz Jean, ajustar a consciência do empresariado haitiano, e entender que as estruturas de mercado são o

maior bloqueio ao desenvolvimento sustentável no Haiti. Essa situação de histórica ausência de soberania alimentar é produto de três eixos:

- a substituição gradual da oferta local por importações;
- a existência de redes monopólicas que controlam as importações;
- a atuação do Estado haitiano a serviço destas redes.

Para o economista, o Haiti precisa refletir, politicamente, sobre como esses eixos se estruturam socialmente e centralizam a atividade econômica haitiana apenas nas importações. Também precisa ser avaliado, segundo ele, a precariedade e obsolescência dos fatores de produção agrícolas, que esgota a fertilidade de terras que ainda são boas. É, portanto, um modelo que superexplora o recurso agrário. Modelo este que foi aprofundado com o Consenso de Washington, que desregulamentou e liberalizou o comércio externo haitiano, derrubando qualquer defesa que havia à produção agrícola haitiana. Isso agravou de modo brutal a dependência econômica do Haiti, e beneficiou especialmente a economia dominicana, que, segundo o economista, não seguiu esta cartilha liberal. De modo que a balança comercial entre os dois países é extremamente desfavorável ao Haiti, que exporta o equivalente a 50 milhões de gourdes, e importa cerca de 1,2 bilhão de gourdes. Para o economista, opera uma economia de exclusão entre os dois países, em que a República Dominicana se beneficia (consciente e declaradamente) da insegurança alimentar no Haiti, na qual 70% de todo o consumo nacional de alimentos no Haiti é importado (também de países como Estados Unidos e da Europa).

Mas como isso opera localmente no Haiti? Para Fritz Jean, as estruturas de importação, exportação, produção e acumulação estão articuladas de forma monopólica pelas chamadas Redes Sociais de Acumulação, que têm o Estado haitiano a seu serviço. É um grupo formado por 6% de todos os operadores comerciais que detêm o equivalente a 95% de toda a acumulação de capital no país, e que não permite haver espaço para novos empresários tampouco para o desenvolvimento sustentável sem que haja um ajuste radical desta estrutura. Por fim, Fritz Jean afirma que esse ajuste deve ser resultado de esforços políticos e sociais, que submetam à produção econômica a um arranjo social nacional.

Outro integrante da mesa, Abner Septembre (fundador da Chanter Eco-Montagne), possui larga experiência na agricultura em áreas montanhosas. Segundo ele, 75% do território nacional haitiano e 48% da população do país estão sob condições montanhosas. A agricultura familiar de montanha é um patrimônio que está em perigo e que tem de ser salvo: ele se caracteriza por um passado fértil, em que não havia fome e o Haiti era auto suficiente do ponto de vista alimentar. Havia, também, práticas de solidariedade, predominando uma economia de troca, com manutenção da fertilidade dos terrenos. Havia, ainda, grandes reservas de água. Desde a segunda metade do século XX, a agricultura haitiana passa por um processo de inflexão, por razões associadas ao crescimento populacional no país e uma mudança de prioridade política, na qual o Estado haitiano renunciou seu papel de planejador agrícola. Durante a Ditadura Duvalier, essa inflexão aprofunda-se, com a implantação de políticas de ajuste estrutural no país, catástrofes naturais e a monetarização dos camponeses. Também a diminuição do preço internacional do café, o massacre dos porcos e o êxodo rural incentivaram ainda mais o desmonte da estrutura agrícola no país.

No âmbito das novas relações formadas com a cidade, a agricultura familiar perde importância, e o camponês se torna cada vez mais dependente dos preços, oscilações e exigências do mercado. Converte-se, então, em mero produtor/extrator de carvão e reforça a exploração e degradação de terras e rios no Haiti. Esse processo é acompanhado por outro: o crescimento, desde meados do século XX, do latifúndio no Haiti. Ambos criam novos problemas e tensões sociais no campo, como o crescimento

dos roubos e o desmatamento. Segundo Septembre, a agricultura familiar representa atualmente 38% do emprego total e 32% do PIB do Haiti. No entanto, 3,6 milhões de pessoas (2 em cada 5 domicílios), sofrem com insegurança alimentar; 36% das mortes no país estão relacionadas à situação de má nutrição. Septembre pergunta então “qual o futuro da agricultura haitiana?”, e aponta que a diversificação é o principal fator para se elevar a produtividade e se aliviar a dependência de alimentos importados. Também indica que a ciência e a tecnologia devem estar à serviço da renovação da agricultura, dentro, todavia, da lógica de criação de um novo empresariado agrícola, mais jovem e arejado.

Outro integrante da mesa, Kesner Pharel, Diretor do Group Croissance AS, dedica sua apresentação à situação socioeconômica do Haiti. Para Pharel, o PIB haitiano nos últimos 40 anos tem sido fortemente impactado pelos desastres ambientais, menos na década de 1970, reconhecida como “período de ouro”. Segundo o diretor, o valor adicionado do setor agrícola à economia haitiana é débil e está em diminuição, e quando se eleva o orçamento da agricultura, diminui a sua produtividade. Por consequência, o setor de serviços, notadamente o comércio, já é o primeiro setor em importância na economia haitiana. Em 2015, a agricultura representou, pela primeira vez, menos de 20% do PIB haitiano. Quase a metade da população haitiana (44%) está em situação de extrema pobreza, e essa conjuntura é ainda pior no norte do país e no interior. O Haiti está também em situação precária quando se é comparado com seus vizinhos mais próximos, como República Dominicana, Jamaica e Trinidad e Tobago. Para Pharel, a melhoria desta situação passa pela modernização da agricultura haitiana e uma melhor organização de toda a cadeia de produção de bens agrícolas, com apoio ao pequeno produtor e exploração racional e organizada das potencialidades de turismo no Haiti.

A quarta palestrante é Rosanie Moise Germain, agrônoma e diretora da Veterimed. Moise Germain estrutura sua apresentação a um nível micro, a partir da pergunta “como o camponês vive dia a dia e abastece o mercado”?

Segundo Moise Germain, o Haiti está passando por um processo de fortalecimento e modernização da agricultura haitiana, especialmente na pecuária. Há 800.000 explorações agrícolas familiares no Haiti, com uma média de 3 a 5 bois, cabras ou porcos; 99% da alimentação destes animais é importada.

Para a diretora, a agricultura familiar possui uma série de vantagens em relação a outros modelos agrícolas: ela é mais justa e sustentável, confere alimentação diversa e nutritiva, e cria até 50% do total dos empregos no Haiti. Algumas restrições foram impostas a esse modelo, como a Lei Sucessoral (na qual a terra tem que ser repartida a cada sucessão, por lei) e o êxodo rural. Ademais, a renda rural é muito baixa e não atrai os mais jovens. Há, também, ausência de políticas claras e de títulos de propriedade, que criam insegurança fundiária, ambiente no qual o latifúndio prospera. Como se não bastassem, tragédias e desastres ambientais e a ausência de eletricidade em muitas regiões tornam a situação ainda mais precária para a agricultura familiar no Haiti.

Essa mesa, ademais de me apresentar dados e informações importantes para a avaliação da situação agrícola – e agrária – do Haiti e a dramaticidade de sua situação de insegurança alimentar, apresenta-me também o importante conceito de “redes sociais de acumulação”, que certamente acompanharei com maior atenção e inserirei em minha tese ou em pesquisas futuras sobre o país, especificamente na reflexão sobre a dependência no Haiti.

Após essa mesa, vou ao Sucre Coffee, tomar café da manhã, um pouco atrasado. Já não me surpreende mais tanta circulação de estrangeiros dentro do Marriott e nenhuma ou muito pouca fora dele. Ao retornar a outra sessão, reencontro Pâmela e Normélia. Estar

com elas é como participar de uma sessão permanente, um curso intensivo, dentro da conferência. Um curso denso e leve ao mesmo tempo.

A última mesa da manhã me revelou importantes descobertas. Intitulada “A presença haitiana em Cuba, sua marca na cultura cubana”, ela trouxe trabalhos muito ricos sobre a imigração haitiana em Cuba e, pelo próprio tema da mesa, registros literários, cinematográficos e musicais de um fluxo reconhecido, desde 1959, como possuidor pleno de direitos e cidadania. Particularmente dois trabalhos me chamam mais a atenção: o primeiro é o de Yoexy Piliner López, investigador de cultura caribenha e curador de exposições. Piliner é pesquisador cubano descendente de haitianos, e estuda as marcas da presença haitiana na cultura em sua cidade, Camagüey, desde o momento da inserção deste fluxo na economia açucareira e o histórico de luta por direitos trabalhistas e humanos. O segundo é o de Glória Rolando, cineasta cubana que produziu um filme-documentário chamado “Reembarque”, bastante comentado e aguardado pelos participantes do encontro da CSA. Ela não está precisamente apresentando seu trabalho nessa sessão, mas são feitas a ela constantes referências ao longo das outras apresentações. A mesa é coordenada pela professora Ileana Sanz Cabrera, da UNEAC (União de Escritores e Artistas de Camagüey, em Cuba), que também apresenta sua intitulada “A migração intra caribenha em Cuba: sua contribuição ao processo cultural cubano”. A sessão conta também com a interessantíssima apresentação de Maydi Estrada, da Universidade de La Habana, sobre “a haitianidade na poética cinematográfica de Rigoberto López”, contemporâneo cineasta cubano. Pelo que percebo, os autores são bastante próximos, pertencendo a um mesmo grupo intelectual em Cuba.

A relação entre o Caribe e Cuba é de desconhecimento mútuo, apesar de um substrato histórico comum a ambos, segundo Sanz Cabrera. Esse substrato em comum envolve processos similares de colonização, de transculturação e formações econômicas e sociais também semelhantes, que resultam na constituição de um povo que tem mais similitudes que diferenças. Para Sanz Cabrera, o período em que se dá propriamente a formação do que se pode chamar uma cultura cubana (início do século XIX) é também o momento em que chegam à ilha cubana os primeiros fluxos de haitianos. Segundo a professora, a classe dominante cubana, branca, já se concentrava espacialmente no Oeste da ilha, região que então era o centro da produção açucareira. Demograficamente, a professora considera que Cuba é fusão de duas culturas coloniais europeias, a francesa e a espanhola, que se reúnem ao sincretismo afro-cubano e que recebe, particularmente a partir da decadência da produção açucareira no Haiti pós-Revolução de 1804, fluxos crescentes de haitianos, que dão um importante impulso à economia açucareira cubana. Esse fluxo era negro, pobre e predominantemente não alfabetizado, e serviu de força de trabalho nas precárias condições dos canaviais. Culturalmente, trouxe à Cuba elementos afro-caribenhos como o vodu, o crioulo e o mama tambú (um tambor típico haitiano). As comunidades haitianas em Cuba e suas expressões culturais possuem já alto nível de institucionalização, sendo historicamente objeto de estudos sociais e antropológicos que buscam explicar porque, em Cuba, essa presença é mais organizada, do ponto de vista associativo, que outras presenças migrantes inclusive caribenhos. Penso na hora em associações com o caso brasileiro, em que, sobretudo em Santa Catarina (onde há segundo último levantamento de nosso Observatório das Migrações de Santa Catarina, 16 associações e grupos de apoio ao migrante), os haitianos demonstram estar sempre mais organizados que outros grupos imigrantes. Ademais do crescimento do número de associações migrantes, há em Cuba também uma forte e rica produção cinematográfica, como os filmes *Cumbite* (filme de 1964, de Tomás Gutierrez Alea, inspirado no livro “Gobernadores del Rócio”, de Jacques Roumain) e “Haiti en la Memoria” (filme de

1987, de Santiago Villafuerte). São dois filmes que retratam as relações de valorização do crioulo em Cuba, inclusive por parte daquela população que não é de origem haitiana. Segundo os pesquisadores, a instauração da cátedra de crioulo na Universidade de Habana foi um marco nesse histórico de valorização cultural.

Piliner, que é também descendente de haitianos e reside em Camagüey, apresenta sua pesquisa sobre as interações culturais entre os descendentes de haitianos e cubanos a partir do mamá tambú. Piliner indica que os primeiros fluxos de haitianos a Cuba se dão nas primeiras décadas do século XX, para o trabalho nas empresas açucareiras, como dito já por Sanz Cabrera. Estas empresas foram instaladas na região por companhias norte-americanas, e buscava acima de tudo, para a exportação do açúcar, mão-de-obra barata. Assim, entre 1912 e 1925, mais de 50.000 haitianos foram a Cuba habitar zonas açucareiras até então carentes de mão-de-obra. Língua e culturas diferentes foram os principais entraves à inserção social, mas Piliner destaca que houve, desde esse momento, uma preocupação com a manutenção e preservação da cultura haitiana em Cuba. Outro entrave foi a repatriação forçada, inclusive de idosos, crianças e de homens e mulheres empregados regularmente, para o Haiti. Para Piliner, na historiografia oficial de Cuba esquece-se o enorme aporte da presença haitiana ao crescimento da indústria da cana no país. Nas décadas seguintes, houve uma tendência à abertura da cultura cubana para as culturas estrangeiras, de um modo geral, e haitiana, em particular. Enraíza-se assim a cultura haitiana em Cuba, com especial destaque à presença e ativismo cultural da mulher haitiana. Com a Revolução Haitiana, houve um crescimento ainda maior das potencialidades da comunidade haitiana em Cuba, não mais apenas cultural e musical mas também esportiva. O governo cubano cria, também projetos voltados às crianças para a valorização de suas “raízes criolas”. Para Piliner, “é raro não encontrar em qualquer esfera social cubana um descendente de haitianos”.

Maydi Estrada, da Universidade de La Habana, apresenta, por sua vez, sua pesquisa sobre a haitianidade na obra cinematográfica de Rigoberto López, cineasta cubano autor de filmes como “Porto Príncipe Mio”, por exemplo. Para Estrada, há uma estética crioula no “real maravilhoso” de Rigoberto López. Um trecho da apresentação de Estrada, extraída dos escritos de Alejo Carpenter, chama-me muito a atenção e sintetiza isso que já tenho observado nesses dias, em especial após as conversas com Pâmela: “Porto Príncipe não é uma cidade para ser lida sob outros códigos, senão desde os dela mesmo”.

A apresentação de Piliner e as referências ao filme de Glória me motivam a busca-los após a sessão. Interpelo-os no corredor do hotel e marco então uma entrevista com ambos: a com Piliner hoje, às 17h, e com Glória na sexta-feira (10/06), às 14h. Saio para almoçar, e o cardápio do Sucre Coffee não me dá outra opção.

É que ao menu a la carte, com pedidos feitos no balcão, foi adicionado uma mesa com buffet livre, a 400 gourdes (8 dólares). Esse buffet livre, segundo Rafael (gerente do Sucre Coffee), foi preparado especialmente para buscar atrair, com comida típica haitiana, os participantes do encontro da CSA que estão a menos de 20 metros dali. No buffet, arroz com feijão seco típico haitiano, salada apimentada (apimentadíssima para o meu gosto) com cenoura, vagem e quiabo, frango frito e carne de porco preto. Os pratos podem ser feitos á vontade, e quantas vezes se quiser repetir. Mesmo assim, poucos estrangeiros além de mim por aqui.



Foto de pesquisadores cubanos de migração haitiana, Porto Príncipe/Haiti, 2016. Autoria: Luís Felipe A. Magalhães. Banco de Imagens do Observatório das Migrações em São Paulo e Observatório das Migrações em Santa Catarina.

A próxima mesa será apenas às 17:20 e às 16h eu tenho a entrevista com Edgar García, e às 17h, com Piliner. A programação já estaria, no entanto, alterada, em razão de minha ida ao fim da tarde ao CCBH, em Pettionville.

Retorno ao Marriott, e por volta das 14h30m, munido de documentos e livros, elaboro o roteiro das entrevistas com Edgar García e Piliner. Retiro-me a uma área mais afastada do Marriott, e planejo as perguntas centrais para a entrevista, buscando deixar sempre espaço para o imprevisto, as entrelinhas, e a questão que emerge entre uma resposta e outra. O sol é forte, o vento é quente. O cheiro e a densidade das ruas adentam no jardim do Marriott. É impossível, mesmo aqui dentro, ignorar o Haiti.

Próximo das 16h, me aproximo do lugar combinado com Edgar para a nossa entrevista. Edgar chega caminhando apressado, pedindo aos que encontra pelo caminho cigarro e isqueiro. Diz que pensa melhor fumando. Eu logo percebo que, além de fazê-lo pensar melhor, o cigarro também é um meio pelo qual ele aborda, conversa e conhece pessoas.



Foto da entrevista com Edgar García, advogado, pesquisador e militante dominicano, Porto Príncipe/Haiti, 2016. Autoria: Luís Felipe A. Magalhães. Banco de Imagens do Observatório das Migrações em São Paulo e Observatório das Migrações em Santa Catarina.

A entrevista com Edgar aborda sobretudo a questão da imigração haitiana na República Dominicana à luz da ótica dos direitos humanos. Seu conhecimento sobre a questão migratória se dá a partir do campo jurídico, e é reforçado por um profundo e sincero compromisso político: em todas as respostas e considerações, Edgar refere-se a como a Fundação Juan Bosch se preocupa com os direitos humanos em seu país, nutrindo um “profundo amor para com os Hermanos haitianos”. Edgar concentra-se na reflexão sobre a Sentença 168-13 do Tribunal Constitucionalista da República Dominicana, referindo-se a ela como um mecanismo de violação dos direitos humanos, que fere o princípio jurídico “pró-persona” e expressa o profundo racismo e xenofobia presentes nas estruturas do Estado dominicano. Para ele, tem havido um trabalho articulado dos meios de comunicação em justificar essa decisão, transmitindo preferencialmente notícias ruins envolvendo imigrantes haitianos no país, transformando, com isso, “a exceção em regra”. Edgar, após a entrevista, faz a mim algumas perguntas sobre a conjuntura dos direitos humanos no Brasil. O relógio se aproxima das 17h, horário da entrevista com Piliner. Despeço-me de Edgar, agradecendo sua enorme contribuição e marcando de almoçarmos juntos amanhã.

Chego ao local combinado por Piliner, às 16h55m. Espero por ele até às 17h30, quando desisto da espera em razão, também, do início do horário de rush, no qual o trajeto até Pettionville poderia, facilmente, demorar mais de uma hora, e me fazer perder o início do jogo do Brasil contra o Haiti, no CCBH. Após mais de uma semana em Porto Príncipe, saco dinheiro pela primeira vez, mergulhando definitivamente no mundo do gourde. Às 17h40m, saio do Marriott, encontrando Mary Kenny e um amigo seu, Daniel August, pesquisador haitiano que faz doutorado nos Estados Unidos, em Nova York. Enquanto aguardamos e negociamos um taxi (August à frente, já que a negociação, se diretamente eu e Mary, certamente seria sobre outros valores), eu vejo uma senhora vendendo “coquiyol”, biscoito doce à base de farinha e coco que eu já havia provado em Balneário Camboriú, na *lan house* do meu amigo Jean Monfiston, imigrante haitiano com quem participei do Clube Cultural a Esperança que nos Une. O olhar da senhora era firme, embora seu rosto expressasse a dureza de sua vida. E esse olhar formava no contraste entre a sombra do prédio e os últimos raios do sol uma imagem linda, de um povo que luta do início ao fim do dia, da vida. Retiro a câmera, buscando não chamar a atenção, e peço autorização a ela para fotografá-la. Ela faz com as mãos o gesto de “dinheiro”, esfregando o indicador e o polegar, indicando que só permitiria fotografá-la se pagasse. A foto já estava em minha cabeça e concluo que valeria a pena pagar por ela. Saco a foto e a entrego 60 gourdes, ou 1 dólar. Ela me dá então 2 “coquiyol”, sorrindo. E rápido percebo que esse sorriso forma uma imagem ainda mais bonita, mas essa guardo somente a mim, na memória.



Foto de uma Madame Sara, senhora haitiana vendedora de comida nas calçadas de Porto Príncipe, Porto Príncipe/Haiti, 2016. Autoria: Luís Felipe A. Magalhães. Banco de Imagens do Observatório das Migrações em São Paulo e Observatório das Migrações em Santa Catarina.

Entramos no taxi, e logo percebemos que não conseguimos escapar do horário de rush. O trajeto é curto: entrada da Jean Paul II à John Brown, através da Debussy, subida e descida do morro, e desvio à direita para a região de Pettionville. Em Pettionville, um par de quarteirões até a Place Boyle, onde uma multidão de centenas de pessoas já aguardada para assistir o jogo em um telão instalado – sim, é como outro país, encrustado em Porto Príncipe. O caminho até aqui alterna trechos de vegetação fechada ao redor da via urbana – a única que liga uma parte a outra da cidade – com trechos residenciais e de comércio. A medida em que nos aproximamos de Pettionville, vê-se prédios mais altos, estabelecimentos comerciais maiores, e casas mais luxuosas. Se o taxi para inúmeras vezes por conta do tráfego, as motos passam velozes, próximas, dando para sentir o vento quente que elas deslocam. Descemos na Place Boyle, lotada mesmo antes do jogo. Entro, pela primeira vez, no CCBH. O espaço é imenso: um terreno bem cuidado e preservado no coração de Pettionville. Na proximidade, a Place Boyle e as Embaixadas de Alemanha, Holanda e Brasil. Um muro, verdadeiro mural cultural, protege o terreno. O centro cultural tem uma parte construída, que é o prédio propriamente dito, e uma área grande de convivência, aberta. A parte construída tem duas áreas: uma frontal, que é um velho casarão com estilo colonial, muito bem preservado. Nesta área fica o hall de entrada, a administração, a Biblioteca Milton Santos e uma sala de aula. É uma construção em madeira, que resistiu bem à ação do tempo e também ao terremoto de 2010. A outra parte, de trás, é de alvenaria. Nela ficam outras salas de aula, o laboratório de informática – com 10 computadores novos com acesso rápido à internet, muito bem guardados em capas protetoras de plástico – e a cozinha. Na área externa, há uma composteira (que reutiliza o lixo orgânico para a adubagem da terra) e um auditório, coberto por uma estrutura e que foi utilizado para a exibição do jogo.



Foto de área coberta no Centro Cultural Brasil – Haiti, destinada às aulas, palestras e comemorações, Porto Príncipe/Haiti, 2016. Autoria: Luís Felipe A. Magalhães. Banco de Imagens do Observatório das Migrações em São Paulo e Observatório das Migrações em Santa Catarina.

Por todos os lados, os muros e paredes são pintados por um artista brasileiro chamado Tatoo.



Foto de um dos murais do Centro Cultural Brasil – Haiti, gravura pintada pelo artista plástico brasileiro Tatoo, Porto Príncipe/Haiti, 2016. Autoria: Luís Felipe A. Magalhães. Banco de Imagens do Observatório das Migrações em São Paulo e Observatório das Migrações em Santa Catarina.

Já é noite, e o espaço externo está lotado. Alguns participantes do encontro da CSA vieram assistir também, como alguns (poucos) brasileiros residentes em Porto Príncipe. Há muitos idiomas por aqui. Com o início do jogo, vem a chuva, uma companhia comum nestes primeiros dias em Porto Príncipe. Há por volta de 120, 130 pessoas assistindo o jogo, a maioria sentada. A iluminação é quase inexistente, a luz toda vem do telão. Há profunda admiração pelo futebol entre os haitianos, e isso se vê aqui: um comportamento incomum no Brasil, em que passes, defesas e roubadas de bola são aplaudidos respeitosamente, como em um teatro. O jogo segue aberto, não muito intenso, até os 13 minutos, quando o primeiro gol do Brasil – que havia apenas empatado com o Equador na estreia – frustra aos poucos a euforia haitiana – que perdera para o Peru por 2 a 0 em sua estreia. É simbólico o grupo: Haiti, Equador, Peru e Brasil. São justamente as seleções dos países que formam a rota predominante do fluxo migratório que estudo. É um presente do destino estar aqui, neste momento. Os gols do Brasil vão se enfileirando: aos 28 e 34 do primeiro tempo; no segundo tempo, aos 13, 22... mas é aos 24, com um gol do Haiti, que ouço por aqui o som furioso da fanática torcida haitiana comemorando. Como explicar tamanha comemoração mesmo com a sua seleção já perdendo de 5? Como, se não invocando uma outra relação do povo com o esporte, menos centrado em resultado, em se ganhar, e mais centrado na oportunidade e felicidade de se estar ali, entre as grandes seleções da América, jogando, celebrando?



Foto da plateia reunida no Centro Cultural Brasil – Brasil, assistindo ao jogo Brasil x Haiti, Porto Príncipe/Haiti, 2016. Autoria: Luís Felipe A. Magalhães. Banco de Imagens do Observatório das Migrações em São Paulo e Observatório das Migrações em Santa Catarina.

O jogo termina 7 a 1 para o Brasil, mas a lembrança que fica para mim não é a deste resultado (até porque, para qualquer brasileiro, este resultado evoca outras e más lembranças...) mas sim o respeito e alegria do povo haitiano com o futebol.

Por volta dos 30 minutos do 2º tempo, um torcedor, jovem estudante haitiano, ao perceber que sou brasileiro, puxa conversa, como que prevendo o resultado, brincando com um outro 7 a 1... Seu nome é David Douyon. Ele estuda português no CCBH, e me fala que está trabalhando em um artigo sobre imigração haitiana na República Dominicana... Pergunto-me que outra ótima oportunidade Porto Príncipe me reservará hoje? Falo para David de meus estudos sobre a imigração haitiana no Brasil. A noite já é alta, e David me diz que mora perto de meu hotel. Voltamos, então, juntos.

Caminhando e conversando com David, percebo que as ruas de Pettionville são mais iluminadas, e por essa razão, há mais pessoas nas ruas.

A conversa com David é calma, leve e agradável. Conversamos sobre os contornos de um artigo conjunto, uma análise comparativa entre a imigração haitiana na República Dominicana e no Brasil. Chegamos ao ponto de ônibus. O ônibus é, na verdade, uma Kombi antiga, lotada de gente rumo a um destino mais ou menos comum, e um cobrador que vai de pé, dentro ou do jeito que der. Lembrei-me, com saudade, do período vivido em Recife, entre os 12 e 16 anos, em que costumava pegar transportes assim, em vans.

O valor da passagem é irrisório: 15 gourdes, um quarto de dólar. Sou o único estrangeiro dentro da Kombi. E, pelo estranhamento disso – transformado em riso para todos, em razão da brincadeira do cobrador, que dizia que iria cobrar 10 dólares – percebo que não é nada comum estrangeiros pegarem esse transporte por aqui. Descemos próximo ao Marriott, e de lá pegamos um moto taxi. Eu desço antes, e David segue. Com a certeza de nos veremos bastante nos próximos dias – e que manteremos o contato mesmo após meu retorno ao Brasil – entro em meu hotel.

Converso brevemente com Charles e Casseus, os gerentes do hotel. Pago o restante da hospedagem, vendo a maior parte de meus gourdes fugirem, depois de tão pouco tempo no abrigo de minha carteira. Subo ao quarto. Este dia 08 de junho trouxe elementos muito importantes para se entender esse povo, seja o que migra, seja o que fica. Da foto ao futebol, do trabalho árduo diário ao deleite do gol, tudo aqui é vivo, forte, eufórico e está em movimento. Se é verdade que nunca entenderei o Haiti, também é verdade que já não o estranho tanto.

Décimo dia – 9 de junho.

Quinta-feira. Lembrança da Prestige. Programação na cabeça. Máquina na mochila.

E como ela me seria importante hoje!

Pâmela havia contado que hoje haveria uma festa no Olafson, um hotel situado no bairro Saint Gerard, próximo ainda de Pacot, e também do centro. Fica, portanto, mais ao sul de Porto Príncipe. O Olafson é um hotel situado relativamente próximo ao Marriot (aproximadamente 2 km), economicamente mais acessível que este último e que os hotéis de Pettionville mas não tanto quanto o hotel em que estou.

Tomo um banho e saio rápido para o Marriott, como de costume assisto a sessão de abertura (intitulada Migrações, Políticas, Reparações e Direitos Humanos), para depois tomar café da manhã no Sucre Coffee. No caminho, olho com atenção para os buracos nas calçadas, profundos, tentando mapear sua localização para o caso de retorno noturno à pé.

Esta primeira sessão de hoje será coordenada por Terry-Ann Jones (Fairfield University, Estados Unidos), e conta com a participação de Jalani Niaah (University of the West Indies, campus Jamaica), Antonio Tillis (College of Charleston, Estados Unidos), Jeremy Levitt (Florida A&M University College of Law, Estados Unidos) e Rose-Marie Antoine (University of the West Indies, campus St. Augustine, Estados Unidos).

Jalani Niaah apresenta sua pesquisa sobre vodu e rastafarismo haitiano, pesquisa que busca identificar o vínculo espiritual e político entre Haiti e Jamaica. Para Niaah, o rastafarismo possui um forte sentido de humanidade, e sua imagem de resistência é, hoje, universalmente (re)conhecida. É uma expressão de liberdade e de justiça contra a opressão, e a base dos processos de libertação na África, tendo grande expansão com “o teórico Bob Marley”. Para Jalani, o Caribe busca os mesmos valores humanos universais que o rastafarismo, razão pela qual é possível vincular a filosofia rastafári até mesmo ao processo revolucionário cubano. Enquanto política de sobrevivência sociocultural, o rastafarismo se expande no Caribe após 1938. De um modo mais geral, no entanto, ele nasce no Haiti, durante a Revolução Haitiana. Por isso, Jalani defende que “há muitas similitudes entre o vodu e o rastafári”, expressas sobretudo na dança, nos tambores e na crença da África como o centro das coisas. O rastafarismo é, também, um princípio de regresso à África.

Antonio Tillis, por sua vez, trata do tema da raça na República Dominicana, a política migratória de branqueamento e o anti-haitianismo no país vizinho. Para Tillis, a crise política e sociológica afetam o mundo e a migração haitiana, inclusive na República Dominicana, que segue, segundo ele, realizando um esforço de branqueamento de sua ideologia nacional. Como o cidadão médio da República Dominicana se coloca perante o mundo e o seu vizinho Haiti? Para Tillis, evocando o nacionalismo e reforçando a ideia de comunidades imaginadas, que se baseia em fronteiras que separam e excluem, para que uma nação se diferencie de outra – o que é mais evidente quando elas dividem a mesma terra, a Hispaniola. Logo, também na República Dominicana a ideia de nação é uma mercadoria. Após 1804, a República Dominicana busca se diferenciar ainda mais do Haiti, iniciando uma política de redução de sua população indígena através de branqueamento e também anti-haitianismo. Isso leva ao contexto pelo qual a República Dominicana chega a definir-se como uma “nação branca infiltrada por negros”. Esse preconceito e anti-haitianismo reforçam-se com a ocupação exercida pelo Haiti na República Dominicana, em 1822, a pedido do próprio governo dominicano da época. Trata-se, segundo Tillis, de um discurso racional nacionalizado, dentro do qual o haitiano é tido como bárbaro. Em 1952, acordos bilaterais geram a imigração de “braceros” haitianos à República Dominicana. Mas contratos individuais de trabalho

seguiram existindo sem a presença do Estado haitiano nas negociações. Em 1989, a associação internacional “Human Rights” disse que os haitianos são como escravos na República Dominicana, em situação análoga a de seus ancestrais que viviam no Haiti antes da Revolução de 1804. E existem no país o que Tillis chama de bairros neo escravistas, os “batey”, em que predomina o trabalho dos haitianos. Há, segundo Tillis, milhares de haitianos nesta situação. Outros milhares estão em situação de apátridas, nasceram na República Dominicana mas não possuem ou foram destituídos de sua documentação dominicana. Estão em uma posição de extrema vulnerabilidade.

Jeremy Levitt, por seu turno, trata do desenvolvimento dos direitos humanos na diáspora haitiana. Para Levitt, o Haiti é um Estado único, uma nação negra nascida da violência. Falar de violência no Haiti requer regressar na história e reconhecer inclusive o genocídio dos índios Taino, a violência que inaugura o que se conhece atualmente por Haiti. A revolução é também um processo violento (e do contrário não seria revolução) cujo preço elevado tem sido pago pelo Haiti até os dias atuais. Ao longo desta história, a raça teve tudo a ver com a forma com que riqueza e miséria foram distribuídas socialmente no Haiti. Tillis aproveita para registrar que não é, logicamente, só a República Dominicana que viola o direito a cidadania de imigrantes haitianos e mesmo de dominicanos descendentes de haitianos, mas também países como Estados Unidos e França. São países que estão contra o sistema internacional de direitos, e que, ao violarem esses direitos, promovem um crime contra a humanidade, e facilitam a escravidão moderna de todo um povo. Promovem ações ilegais segundo a carta magna da ONU: a Declaração dos Crimes contra a Humanidade contempla esses crimes que a República Dominicana está praticando. Tillis pergunta então “como pode haver democracia no Haiti” em um contexto em que não há sistema público de ensino, em que a violência contra a mulher é regra e em que boa parte da população está isolada geograficamente.

Segundo Tillis, o Haiti é a consciência moral do povo negro do mundo, embora a União Africana e o Banco de Desenvolvimento Africano também tenham marginalizado o Haiti no contexto de suas ações.

O professor afirma que o Haiti necessita da diáspora, e hoje mais que nunca. Mas o professor faz uma pergunta que a mim parece chave para se entender a real dimensão da relação entre migração e desenvolvimento no Haiti: O Haiti utiliza os frutos financeiros dessa diáspora (remessas) para o seu desenvolvimento?

Após essa sessão, recordo que uma das tarefas do dia será encontrar Piliner, para fazermos a entrevista que não aconteceu ontem. O dia está quente, muito quente. E o ar condicionado das salas do Marriott, em que ocorrem as sessões, remete imediatamente ao frio, causando desconforto constante: ao entrar, ao sair. À tarde, uma mesa sobre a política no Haiti pós-eleições de 2015, e outra sobre as contradições pós-coloniais não resolvidas no Haiti, preencheriam a minha agenda. Mas, ainda nesta manhã, interesse-me pela sessão “Caribbean Political Discourses – Engaging the State and the Law” (Discursos Políticos Caribenhos – Articulando Estado e Lei), em que será tratada da realidade social de outros países que não tenho acompanhado até o momento, como Martinica, Porto Rico e Dominica.

Nesta sessão, interessa-me especialmente o trabalho de uma pesquisadora martinicana, que está hospedada no mesmo hotel que eu. O nome dela é Margarita Vargas, e seu trabalho intitula-se “Viva Martinica Libre!”, sobre as guerrilhas de libertação nacional em Martinica na segunda metade do século XX. A história desses movimentos é recontada de forma muito clara e didática por Margarita, que credita à criação da Organização Anti-Colonialista de Martinica, em 30 de Setembro de 1962, e às greves e manifestações que se seguiram um papel importante na mobilização prática de uma

consciência anti-colonial que já havia no país. Essa consciência remonta ainda à década de 1920, quando são criadas organizações de direitos dos negros em Martinica, e se radicaliza nas décadas seguintes, com as contribuições de Aimé Césaire, que reivindicava maior autonomia porém ainda dentro do sistema colonial francês, e Frantz Fanon, que pregava, por sua vez, a luta armada pela libertação colonial. Entre 1960 e 1963, criam-se as primeiras organizações de juventude anti-colonial e os primeiros grupos de guerrilha. O momento é caracterizado por efervescência cultural e aproximação também aos países não francófonos, especialmente entre 1965 e 1975. Em Martinica, expande-se a criação cultural e periodista, e abandona-se gradativamente a luta pela independência política e concentram-se as forças na luta pela independência cultural. O momento seguinte é marcado pela guerrilha armada e pela luta de libertação nacional, especialmente a partir da Frente Antilhana de Libertação Nacional, criada essencialmente por poetas militantes, vinculados a partidos socialistas e comunistas. Segundo Margarida, as fontes de informações sobre esses movimentos são praticamente inexistentes e não houve produção teórica por parte dos seus dirigentes, de modo que não há memórias ou mesmo auto biografias. Há, no entanto, uma memória popular, contada de forma contínua, especialmente no meio rural. E é dessa memória que se vale, também, Margarida para recontar a história da luta anti-colonial em Martinica.

Após a sessão, saio ao hall externo do hotel e, no caminho, encontro Edgar. Ao sairmos para almoçar, soma-se a nós Alexandra Demshock, jovem estudante de geografia da Rutgers University New Brunswick. Alexandra pesquisa sobre geopolítica norte-americana no Caribe. O almoço é no Kizin, e gira em torno de peixes e frutos do mar. Meu prato está bastante apimentado, mas já estou quase acostumado à força e à energia, inclusive gastronômicas, do Haiti. A discussão da situação política no Haiti domina as conversas, sendo ela a interseção de nossos temas de pesquisa, trabalho e militância. Também agora há poucos estrangeiros participantes do encontro da CSA no Kizin, mesmo sendo o Marriott tão próximo do bar – e tão mais barato e típica a comida aqui. Penso que, de muitas formas, a “situação política do Haiti pós-eleição de 2015” e as “contradições pós-coloniais não resolvidas no Haiti” não deixam de alimentar e condicionar o comportamento dos estrangeiros no país.

À minha calma e ao entusiasmo de Edgar, soma-se a leveza de Alexandra. De nós, é de longe a estrangeira que mais chama a atenção, pelo estereótipo típico de norte-americana. Suas ideias e atitudes são, no entanto, inteiramente latino-americanas, caribenhas e radicais. Ela nos diz o estranho e incômodo que é ser “norte-americana” nos países historicamente dominados pelo imperialismo norte-americano – como o Haiti. Sua posição é de declarada crítica a essa atuação norte-americana, vinculada a uma simpatia profunda pelos movimentos sociais, na América Latina, Caribe e nos próprios Estados Unidos. Mas tanta demonstração de companheirismo e apreço pelas causas sociais não impede a mim e à Edgar de brincar com o garçom e pedir a ele para deixar a conta com a “funcionária do império”. Rimos, ao que Alexandra concorda em pagar. Logicamente, recuamos e dividimos igualmente a conta.

Na saída, vejo melhor, agora sob a luz do sol, que a construção à frente do Kizin será um prédio que, pela estrutura da fundição, será grande. Na paisagem urbana do bairro, será o quarto prédio alto (com elevador e mais de 4 andares). Embora isso sinalize um encorajamento no processo de reconstrução do Haiti, com edificações maiores e mais resistentes, a julgar pelos outros prédios – Marriott, Digicel e Natcom – é inegável que essa via de reconstrução origina-se desde fora do país e, pelo contraste econômico e urbano visível, são ilhas ou enclaves dentro de um tecido social ainda precário. Penso que não há expressão melhor para definir essa contradição como “desenvolvimento do

subdesenvolvimento”: embora se “modernize”, este processo, ao ser externo e aprofundar as desigualdades internas, reforça toda a estrutura dependente do país.

No curto trajeto de volta ao Marriott, percebo que minha presença é ainda mais notada na companhia de Edgar e Alexandra. Na recepção do hotel, encontro Glória Rolando, e reforço – um pouco precavido em razão do furo ontem de Piliner – nossa entrevista de amanhã.

À tarde, dirijo-me à mesa-redonda “Política no Haiti depois das eleições de 2015”, coordenada por Henry “Chip” Carey (Georgia State University) e com as presenças de Alex Dupuy (Wesleyan University, Middletown, Estados Unidos), Carolle Charles (Baruch College, City University of New York), Robert Fatton (University of Virginia) e David Adams (Agência Reuters).

Primeiro a falar, Alex Dupuy, inicia sua reflexão sobre a situação política no Haiti pós-eleições de 2015 a partir da compreensão de que existe uma incompatibilidade fundamental entre capitalismo e democracia. No Haiti isso se aprofunda, pois ademais há um capitalismo dependente permeado por constantes presenças militares estrangeiras, como atualmente a Minustah, que não apenas não garante a paz (pois são países que não mantêm a paz nem mesmo em seus territórios quanto mais em outros) como ainda devastam o Haiti através de epidemias como o cólera. Para entender a Minustah tem que entender, segundo o professor Dupuy, a ordem internacional de forças e a tomada internacional de decisões e sua hierarquia, levando em consideração a dialética interno-externo. O paradoxo de se ter em Porto Príncipe mais vôos para Miami e Nova York que para qualquer outra cidade haitiana: isso expressa, para Alex Dupuy, um produto da distribuição que a elite haitiana faz dos recursos do país. É preciso, então, um novo projeto de país para redefinir a distribuição dos recursos econômicos do país. E repensar também a presença da Minustah no país, pois ela não acabou com as fontes da violência e essa é justamente a sua prerrogativa fundamental. Retornando especificamente ao tema da democracia, Dupuy considera que a oligarquia local mata historicamente a democracia. O visto que eles têm para entrar e viver nos Estados Unidos os mantém em relação de total descompromisso com o seu país. Esta e tantas razões mostram que o problema do Haiti antes de ser constitucional, é econômico e social.

As demais apresentações giraram em torno ao tema da violência no país mesmo com a permanência das tropas militares estrangeiras no Haiti. O debate, no entanto, foi tão elucidativo quanto as apresentações, não apenas pelos conteúdos das perguntas, comentários e provocações vindas da plateia, mas também, e principalmente, pela quantidade destas falas e sua radicalidade. Foi, sem dúvida, das sessões que assisti, aquela que mais teve participação do público e a que gerou mais debate e polêmica também. Alegrou-me presenciar debate tão intenso justamente em torno a um tema tão atual e importante ao Haiti, e que suscita reflexão sobre questões caras à minha pesquisa, como a presença das forças estrangeiras no país (a brasileira, inclusive) e a permanência da violência – por muitos tida como fator migratório.

Após essa mesa, percebo que há tempo, ainda essa tarde, para outra sessão. Encaminho-me à outra sala do Marriott e assisto as apresentações da mesa intitulada “Symbolic Migrations: Haiti, The Bahamas and the United States” (Migrações Simbólicas: Haiti, Bahamas e Estados Unidos). Sob a coordenação de Keihley Woolward (The College of Bahamas), a mesa contou com a participação de Walteria Tucker-Rolle, Jean-Benito Mercier, Anne Ulentin e Raymond Hounfodji, todos também do The College of the Bahamas.

Anne Ulentin apresentou sua pesquisa intitulada “Expressões religiosas e culturais da diáspora haitiana nas Bahamas”, cujo objetivo é identificar e discutir as formas pelas

quais a diáspora haitiana expressa sentimentos culturais e religiosos nas Bahamas, através de 3 religiões principais: católica, protestante e vodu. Para Anne, a religião tem se convertido em suporte institucional para a adaptação dos imigrantes haitianos nas Bahamas. Anne argumenta então que é preciso avaliar a efetividade das instituições fundadas por líderes das comunidades religiosas haitianas e seus impactos na adaptação dos imigrantes à sociedade local. Do ponto de vista da mobilidade, Anne interessa-se também em refletir se as expressões culturais e religiosas haitianas criadas na diáspora refletem continuidade ou ruptura quando estabelecidas em Bahamas. A pesquisa de Anne Ulentin apresenta já alguns resultados: segundo Anne, as pesquisas sobre a imigração haitiana em Bahamas se concentram especialmente nos aspectos culturais da diáspora. Estas pesquisas geraram informações cruciais sobre cultura, como os valores (trabalho e educação), linguagem, estrutura familiar, funções de gênero, tradições, costumes, saúde, recreação, comida e religião. Estes resultados refletem retenção cultural e continuidade em todos os narradores selecionados para o estudo, especialmente em termos de linguagem, tradições e costumes. Além disso, os resultados apontam para a existência de vários graus de assimilação à sociedade da Bahamas.

Outros resultados igualmente importantes indicam que não há muita produção sobre igreja nas narrativas e, ao contrário do fluxo de haitianos em países como República Dominicana (e ao contrário mesmo de outras pesquisas sobre imigrantes haitianos nas Bahamas), os imigrantes haitianos nas Bahamas não têm medo de valorizar suas raízes haitianas.

Jean-Benito Mercier, por seu turno, apresenta sua pesquisa sobre o sistema nacional pós-colonial, baseado, segundo ele, em uma mescla de racionalidades e nacionalidades. Esse sistema tem universalizado a visão pós-colonial no país. No Caribeno, por seu turno, a visão existente sobre o Haiti é mitificada e mistificada, assentada no ideário de revolução e seu significado. Para Mercier, o Haiti inaugura o sistema pós-colonial moderno no mundo.

Ao fim das mesas da tarde, saio para tomar um pouco de ar, quente mas mais leve ao fim da tarde, de Porto Príncipe. Encontro Pâmela e Joana. Joana é também funcionária do CCBH, em Pettionville. Havia conhecido-a brevemente na carona oferecida por Werner na segunda-feira à noite. Joana tem incomum energia e alegria no que pensa e faz, seja no trabalho como professora de português para haitianos no CCBH, seja em suas leituras e práticas culturais. Conhece profundamente Porto Príncipe, especialmente as sombras e hiatos da presença brasileira por aqui. Revela também bastante interesse e curiosidade sobre minha pesquisa sobre haitianos no Brasil. Tenho a oportunidade de conversar melhor com Joana na fila para a entrada na palestra mais aguardada do encontro da CSA: a de Angela Davis. Militante histórica da luta radical por direitos e igualdade civis nos Estados Unidos, Angela Davis vem trazer sua colaboração ao encontro da CSA. Sua palestra está marcada para às 19h. Mas agora, às 18h30m, em uma fila que se apresenta estática e que só aumenta, não é forçoso pensar que ela começará com bastante atraso.

A conversa na longa espera na fila gira sobre a força e a vivacidade do povo e da cultura haitianas. São recorrentes as referências ao trabalho árduo nas ruas, que na maioria dos meus dias aqui em Porto Príncipe se inicia antes de eu sair à rua e termina após eu voltar ao hotel. Joana e Pâmela muito conhecem sobre a arte haitiana, especialmente pintura e literária. Percebo, mais uma vez, que o conselho de Pâmela de que “nunca entenderemos o Haiti” nem de longe é um pretexto para o alheamento ou a digestão moral de qualquer culpa a respeito do desconhecimento sobre o Haiti. Pelo contrário, é um desafio: não conheceremos ou entenderemos o Haiti com um olhar exclusivamente brasileiro. É preciso mergulhar na história, arte, cultura e música haitianas, inserir-se no

seu povo e em suas contradições. Não ter medo de fazê-lo. A fila segue estática por um longo tempo. Quando, enfim, conseguimos entrar, a lotação do auditório nos obriga a nos separar.

A palestra de Angela Davis chama-se “Trans/formação: Ideias, Políticas, Artes e Representação”. Após breve cerimonial, realizado pela diretoria da CSA, Angela Davis inicia a sua apresentação, tratando da importância do pensamento crítico e radical haitiano para o movimento negro e de luta por direitos civis dos Estados Unidos na década de 1960. Embora ela tenha dito que nunca havia ido ao Haiti, ela afirma que o Haiti sempre foi uma referência em sua militância. Perpassa essa reflexão com memórias de sua juventude, de suas viagens pelo Caribe e pela África e do mundo atual. Ao tratar de atualidade, Angela Davis concentra-se mais no contexto eleitoral dos Estados Unidos, em que denuncia o perigoso radicalismo de Donald Trump, e trata relativamente pouco da própria situação do Haiti – e mesmo dos haitianos que vivem nos Estados Unidos. Por fim, Angela Davis adverte que cada vez mais é indispensável a luta política, a militância, o trabalho de base e a disputa pelo poder. Não há outra forma de mudar a realidade.



Foto de Angela Davis, em palestra principal no encontro da CSA, Porto Príncipe/Haiti, 2016. Autoria: Luís Felipe A. Magalhães. Banco de Imagens do Observatório das Migrações em São Paulo e Observatório das Migrações em Santa Catarina.

Após a palestra de Angela Davis, há um breve coquetel no hall superior do Marriott, no qual combinamos melhor a nossa saída para o Olafson esta noite. David se soma a nós, e a conversa volta, então, a nosso artigo e o tema da emigração haitiana. No coquetel, a Prestige custa 6 vezes mais que na rua. Quais as outras diferenças e distância entre o que se passa e pensa dentro e fora do hotel?

Em poucos minutos, estamos em um grupo grande, e partimos em duplas sob as motos que movimentam Porto Príncipe manhã, tarde noite, rumo ao Olafson, infelizmente sem David.

De tudo o que conheci em Porto Príncipe – e mesmo fora, no Brasil e em outros países – nada até hoje se pareceu com o Olafson. Inegavelmente, o preço para entrar na festa (750 gourdes, aproximadamente 12 dólares, ou R\$40,00) filtra o público presente, por pouco não me deixando também de fora. Dentro, a palavra mais certa para definir o que é a festa é fúria.

A fúria de sons, cores, idiomas, ritmos e bebidas. O mundo inteiro sintetizado em uma pista de dança, dentro de um hotel. Ao redor da pista, um hotel imenso em estilo nobre colonial, com bastantes áreas em madeira. Do portão da entrada, fechado quando chegamos, uns 100 metros em suave decline levam, entre jardins de entrada e saída dos veículos, à entrada do hotel. Mais que em qualquer outro lugar que conheço em Porto

Príncipe, depois do Marriott, é aqui onde há mais estrangeiros. Mas até agora não conheci lugar com mais vibração que aqui.

O hotel é antigo, repleto de quadros, esculturas, fotografias e recortes de jornal com reportagens sobre o hotel, nas paredes. Ao lado da lousa com os preços de bebidas, há, por exemplo, um busto de Dessalines de proporções livres e muito bonito e colorido. As janelas e venezianas são de madeira, fina e cuidadosamente talhadas. A área reservada à festa não é usada para qualquer acomodação de hóspedes. O prédio, de dois andares e com boa parte de sua estrutura em madeira, circunda uma imensa pedra. Entre o prédio e a pedra, o palco reúne os músicos, e as músicas liberam a energia que esses corpos trouxeram. Regularmente, os donos do hotel – um casal formado por um músico francês e uma música haitiana – apresentam-se com a sua banda, a Majeur. No palco, inúmeras e grandes caixas de som amplificam o som de guitarras, cuícas, baixas, tambores (de múltiplas formas e tamanhos), teclados, micro-fones e trompetes em aço, pesados e coloridos.

Chegamos antes que se iniciasse a música ao vivo. O som era de música caribenha, que saía de alto-falantes posicionados em todos os cantos, e especialmente próximo ao balcão do bar, onde também bastante gente se reuniu. Música furiosa, que te pega pelos braços e move teu corpo para dançar, festivamente. Música, enfim, que transforma o corpo em festa. Ao longo da noite, sou movido pela música, entre corpos que se somam ao meu para formar uma massa alegre e heterogênea. Sou movido pelas cores, que fazem da câmera instrumento habitual de registro, além de olhos, ouvidos e pele. Sinto-me em contato e imerso com o Haiti, profundamente. E com o mundo no Haiti, revelando que ao estrangeiro que chega ao país para conviver alegre e humildemente com o haitiano haverá festa, simbiose, interação. Infelizmente, como tenho visto, não é a alegria o que a maioria dos estrangeiros buscam aqui, mas sim o lucro fácil, por meio de taxas de exploração assombrosas.



Foto da banda musical do Hotel Olafson, Porto Príncipe/Haiti, 2016. Autoria: Luís Felipe A. Magalhães. Banco de Imagens do Observatório das Migrações em São Paulo e Observatório das Migrações em Santa Catarina.

Essa noite é uma catarse, um mergulho. Antes de seu fim, eu já tenho plena convicção de que durará por muito tempo, em lembrança e desejo, dança e luz; que seu calor furioso, no entanto, dificilmente se repetirá. O Olafson foi o primeiro momento de inteira despreocupação de minha parte. Desde minha chegada, seja pela completa surpresa com Porto Príncipe, seja pelo curto período de tempo, tudo tem sido um constante caderno de campo, um permanente registro e análise do observado. Do caos urbano evidente dos primeiros dias (que permanecem ainda, certamente, mas já não me parecem mais tão estranhos), da paisagem desigual e a ruptura visual, social e econômica entre o ambiente interno e externo dos hotéis, da fusão de cheiros e cores que compõem a atmosfera de Porto Príncipe. Desses elementos à postura firme e digna do povo haitiano, mesmo em condições muitas vezes precárias; à amabilidade em relação aos estrangeiros, mesmo sendo estes, historicamente, a raiz dos principais problemas do povo haitiano; à preocupação em conhecer e entender o que se passa no mundo, mesmo estando o mundo pouco preocupado, realmente, com o Haiti.



Foto da vocalista da banca e uma das proprietárias do Hotel, Porto Príncipe/Haiti, 2016. Autoria: Luís Felipe A. Magalhães. Banco de Imagens do Observatório das Migrações em São Paulo e Observatório das Migrações em Santa Catarina.

De tudo isso, a isso tudo, tudo tem sido isso: observação e registro. Mas nessa noite eu vou além, observo com outros sentidos e registro com uma tinta que não se apaga, a do amor. O amor por esse país, aqui revelado em efusão e fúria, nascido no estudo de sua história mas só realizado plenamente quando fincados os pés nesta terra. Só efetivado quando coração, mente e pés puseram-se juntos nesta ilha. Nesta dança. Nesta noite. Retorno ao hotel de carona com Werner. O escuro absoluto das ruas envolve a todos, menos o segurança de meu hotel, que segue atento, de pé, rifle em punho, sorriso juvenil e acolhedor no rosto. Na recepção, Charles dorme. Passo silenciosamente, para não despertá-lo. Mesmo assim, escuto um carinhoso “buenas noches, señor Luís”, enquanto já subia a estreita escada de madeira.

Décimo-primeiro dia – 10 de junho

Sexta-feira. Penúltimo dia de CSA. Acordo no mesmo horário que de costume, com o corpo cansado, mas saciado de dança, luz, som e ardor. Sigo a rotina: saio cedo para o CSA, mas agora não mais para a sessão de abertura mas para uma reunião com David para discutirmos nosso artigo. Hoje será o dia, também, da entrevista com Glória Rolando.

Na conversa com David, que se inicia às 09h no hall do Marriott, nosso artigo fica com sua estrutura e conteúdo melhor definidos. Decidimos realizar uma análise comparativa entre a imigração haitiana na República Dominicana e no Brasil, composta de quatro partes.

Na primeira parte, introdutória, planejamos apresentar os processos históricos de emigração do Haiti, suas causas estruturais históricas, abordando especialmente as conjunturas em que as tensões econômicas, sociais e políticas estiveram ainda mais agravadas, como o genocídio de 1991, em que mais de 5000 haitianos foram mortos, e os anos recentes, pós-terremoto. No rol dos processos históricos, pretende-se definir no tempo e no espaço, sucintamente, a emigração haitiana para Cuba, Bahamas, França, Estados Unidos, Canadá e Chile, para aprofundarmo-nos na emigração haitiana à República Dominicana e ao Brasil, objetos da segunda e terceira partes.

A segunda parte, portanto, abordará a emigração haitiana à República Dominicana, enfocando a origem do fluxo (provimento de força de trabalho para o labor na indústria açucareira, empreendimento levado a cabo pelos marines, dos Estados Unidos, até 1945. O trabalho é realizado então em “bateys”, unidades de produção açucareira caracterizadas por intensa exploração da força de trabalho, e que existem ainda, segundo as leituras de David. Por fim, essa segunda parte busca analisar também as motivações e consequências da Sentença 168-13 e 169-14, do Tribunal Constitucionalista da República Dominicana, a partir das quais milhares de dominicanos perderam sua nacionalidade, por descenderem de haitianos que migraram à República Dominicana entre 1929 e 2013. Neste ínterim, discutiremos sim estas questões as relacionando com a xenofobia, o racismo e o anti-haitianismo que, temos visto aqui, caracterizam a política migratória dominicana.

Na terceira parte, abordaremos especificamente a imigração haitiana ao Brasil, suas causas e trajetórias. Buscaremos definir, de forma precisa e com o respaldo das estatísticas disponíveis, qual é o “batey brasileiro”, ou seja, a fronteira da superexploração da força de trabalho haitiana no país: se a construção civil, os frigoríficos ou os serviços, públicos e domésticos, de limpeza. Por fim, analisaremos a legislação migratória brasileira, não apenas seu “Estatuto do Estrangeiro”, resquício do período ditatorial, como também as políticas ad hoc promovidas especialmente a partir de 2012, como o visto de ajuda humanitário, voltado exclusivamente a haitianos.

A quarta e última parte dedica-se às conclusões e apontamentos de temas para futuras pesquisas, relacionados aos processos históricos de emigração do Haiti, mas que não pudemos nos aprofundar ao longo deste artigo.

Alegres com o resultado de nosso roteiro de artigo, percebemos que já se aproxima do meio-dia. Fizemos toda a nossa discussão no próprio hall do hotel, hoje mais vazio que ao longo da semana. Percebe-se, nas sessões de apresentação e discussão, mas sobretudo nos espaços de convivência do Marriott, entre uma sessão e outra, que o encontro já perde público ao aproximar-se do seu final. No café da manhã, uma surpresa: assim como no primeiro dia do evento, a organização do encontro da CSA oferece um coffee break típico haitiano (agora sim, comida típica haitiana no Marriott) aos participantes: abacaxi, melancia, banana, bolinhos de chocolate e de milho, akras, salgados assados, de carne e de frango, ambos com legumes, além de café, leite, chás e sucos naturais. Como ao lado de Edgar e de David, na mesa de venda de livros da Fundação Juan Bosch. Soma-se a nós três outros três participantes do encontro: José, pesquisador e advogado dominicano, amigo de Edgar; Patrícia, pesquisadora norte-americana, também hospedada em meu hotel, e Shannia, pesquisadora indiana, moradora de vários lugares do mundo, dentre os quais o próprio Haiti – e futuramente o

Brasil, diz ela. Converso mais com Edgar e David, buscando também inspirações para a entrevista com Glória Victória, às 14h de hoje.

Após o café, retorno vagamente a uma e outra mesa, percorrendo também a pequena feira de artesanato, com preços muito maiores que os praticados na própria calçada do Marriott. Qual é o preço de se sair à rua?

Concentro-me, no entanto, no roteiro de entrevistas com Glória Rolando, em uma área afastada do Marriott, próxima das crianças, filhos e filhas dos hóspedes, que se divertem na piscina do hotel. Próximo das 12h30m, encontro-me com Edgar e saímos para almoçar no Sucre Coffee.

A conversa com Edgar é sempre motivadora: suas perguntas sobre os direitos humanos no Brasil quase sempre nos levam a comparações históricas com outros países da América Latina. Nesse almoço, no entanto, conversamos mais sobre as relações República Dominicana e Haiti. Edgar vê – e isso, percebo, vai além do discurso e se expressa na prática, em seu trato aberto e amigável – os haitianos como irmãos, que resistem, no entanto, às mais duras formas de opressão, discriminação e exploração no país vizinho. Seu relato reforça ainda mais a minha necessidade de formular uma análise comparativa entre a presença haitiana no país de Edgar e no Brasil. Agradeço, novamente, ter encontrado David dentre tantas pessoas na plateia que assistia o jogo no CCBH, nesta última terça-feira, em Pettionville. Esse estudo será a forma com que entenderei efetivamente as particularidades e complexidades do processo emigratório haitiano. Quais seriam os condicionantes atuais dessa migração, que relaciona dois países tão próximos e desiguais que embora situam-se dentro da ilha de Hispaniola, suas contradições sobrepõem-se à fronteira e ao mar do Caribe – sendo conhecidas no Brasil, especialmente pelos relatos dos imigrantes haitianos no Brasil. Muitos desses imigrantes já residiram na República Dominicana. Uma análise comparativa que busque refletir sobre como dois países de formações étnicas, sociais e econômicas tão desiguais, como Brasil e República Dominicana, podem ser tão iguais e parecidos na discriminação e segregação da imigração haitiana.

Após o almoço com Edgar, volto ao Marriott e procuro um espaço mais afastado para concentrar-me nas perguntas do roteiro de entrevista com a cineasta Glória Rolando. Embora o seu filme “Reembarque” esteja chamando muito a atenção do público participante no encontro da CSA, confesso não conhecer o trabalho de Glória, focando por isso no próprio tema de seu filme: a presença haitiana nos países caribenhos, especialmente Cuba.

No horário combinado, encontro Glória, em uma mesa do restaurante principal do Marriott. Glória é simpática e firme, seu jeito mistura cordialidade com extrema objetividade. Não gasta tempo nas palavras, é direta mas sem perder a ternura.

A entrevista com Glória, embora curta (ela tinha um outro compromisso em menos de uma hora) é reveladora e inspiradora. Para Glória, não há outra origem da discriminação e exploração pelas quais passam os imigrantes haitianos que o racismo, fonte de lucro para o capitalismo. É essencial, segundo ela, entender essa questão, e dar voz – e ouvidos – aos sujeitos migrantes, saber ver o valor do testemunho. O cinema e o documental são o veículo desta mensagem, mas, para ela, a superação das contradições do processo migrante passa pela organização política: o cinema não pode ser um fim em si mesmo. Ao fim, Glória reforça que aos pesquisadores da migração haitiana cabe também o trabalho militante e o conhecimento sobre a história do Haiti, para valorizá-la devidamente.

Após a entrevista com Glória, dirijo-me a outra mesa redonda sobre a situação política atual no Haiti. A conjuntura política no Haiti, em grande medida ignorada pela programação da CSA até o momento, tem sido para mim o maior desafio de se

entender. No Brasil, a ausência de informações sobre o Haiti só é desfeita por uma narrativa estereotipada que combina desinformação, preconceito e exaltação ufanista da presença militar brasileira no país. Sites e jornais haitianos são desconhecidos, muitas vezes pelos próprios pesquisadores de emigração haitiana – como eu. Nas ruas de Porto Príncipe, a enorme quantidade de cartazes de candidatos à presidência do Haiti em Outubro de 2015, desbotando sob o sol caribenho, indica que o país encontra-se paralisado: as suspeitas de fraude no 2º turno das eleições cancelaram o processo eleitoral por um ano. Em Fevereiro, o presidente do Senado haitiano, Jocelerme Privert, foi escolhido pelo Parlamento para conduzir o país por um período de 4 meses, que se encerrará daqui a três dias. Em Outubro, serão realizadas novas eleições, mas a incerteza política – sobre as causas e os fins desse recesso eleitoral – tem provocado protestos populares constantes, muitos dos quais duramente repreendidos pela polícia, a mando de Privert, com a anuência silenciosa das forças estrangeiras presentes no país. Em meus poucos dias em Porto Príncipe, já “presenciei” dois protestos de rua: um no dia seguinte à minha chegada, no taxi ao lado de Angello, e outro há dois dias, desta vez de forma muito mais próxima: uma marcha radicalizada de homens, delimitados e cercados por quase uma dezena de carros policiais. A rebeldia agressiva, encurralada pela ostensividade policial, tornava difusa a pauta reivindicativa do protesto. As placas e cartazes são rudimentares, mas o aparato de repressão não. Antes que a marcha chegue em frente ao Marriott e ao prédio da Digicel, a condução policial desvia a rota do protesto, que vira à esquerda na Martin Luther King Jr, em direção à John Brown. A tensão da manifestação e a confusão ainda maior de carros e motos tentando driblar a marcha – e a realidade – dizem-me que seguir ao hotel seria o melhor a se fazer naquele momento. Na mesa, o episódio é lido conjunturalmente, e não é de se surpreender que esta é, justamente, a sessão com maior participação que assisti até o momento – exceção feita, naturalmente, às palestras de abertura e a com Angela Davis.

Aproxima-se do final da tarde quando se encerra esse segunda mesa sobre a situação política no Haiti pós-eleições de 2015. Saio à área externa do hotel, e encontro Edgar, David e sua namorada. Conversamos, e quando a noite chega, o Kizin se torna o caminho mais rápido à Prestige.

A noite é agradável, e a cerveja conduz a conversa. David está mais solto, expondo mais as suas opiniões. Quase me assusto com um espetáculo de luzes desordenadas no céu: antes que se especulasse paranoicamente o que são, David nos disse que são balões luminosos, algo comum nesta época do ano em Porto Príncipe. Edgar é, como de hábito, o mais falante e emotivo: entre histórias engraçadas de seu envolvimento político, já anuncia a saudade que terá dessas pessoas que o Haiti converteu em amigos.

Na mesa ao lado da nossa, um senhor muito humilde repara em nosso assunto e, em alguns momentos, ri conosco. Puxamos conversa com ele e Edgar pergunta se ele já tinha ido à República Dominicana. Ele responde que sim, e se recorda de momentos difíceis em sua vida durante a passagem de 3 anos no país vizinho. Ao passo em que todos nos emocionamos com o relato do senhor (traduzido ao espanhol por David), Edgar pede desculpas, dizendo que nem todos os dominicanos discriminam os haitianos e reforçando, novamente, que todos os caribenhos e latino-americanos são – somos – irmãos.

Retornamos ao Marriott, próximo das 23 horas. Despedimo-nos, tão logo o tap tap de Edgar parte para o seu hotel em Pétionville. David e sua namorada descem a rua sentido a John Brown, e eu permaneço uns minutos ainda no Marriott vendo as notícias do país – e a ebulição política crescente. Próximo da meia-noite, pego um moto-taxi para subir rumo ao meu hotel. Agora mais cansado também em razão da noite de quinta

no Olafson, subo direto a meu quarto, onde tomo um banho – agora menos eufórico, e por isso mais frio – e adormeço.

Décimo-segundo dia – 11 de junho.

Hoje é o último dia do encontro da CSA. De seu esvaziamento desde ontem, fica em minha mente a importância vista aqui do pensamento sociológico crítico como forma concreta de vincular os estudos e reflexões sobre o Caribe e uma prática social orientada à transformação da realidade. É claro que eu vi trabalhos e apresentações deslocados da realidade – ou do que eu entendo seja a realidade –, sem preocupação transformadora e fechados em si próprios, em modelos interpretativos limitados. No geral, no entanto, é inegável a natureza crítica dos trabalhos, e a incapacidade de a CSA resignar-se frente à dependência caribenha e latino-americana. Essa característica, hegemônica nos membros da diretoria da CSA, a meu juízo contrasta com grande parte das associações de estudo no Brasil, em que as diretorias, se não mantêm-se neutras, pois a neutralidade não existe, mantêm-se exageradamente plurais, e na prática acabam por não ter um posicionamento definido.

Esses pensamentos me vêm enquanto tomo banho e busco preparar mentalmente minha agenda para a semana seguinte, os dias em que não haverá mais o encontro da CSA, e em que eu farei as entrevistas que ainda faltam. Saio apressado pois antes mesmo da sessão de abertura, marquei com David, para conversarmos brevemente antes das sessões. Junta-se a nós também a namorada de David, e vamos juntos à sessão de abertura deste último dia do encontro da CSA. Na sessão, aproveito para sacar algumas fotos, especialmente do casal que me acompanha.



Foto de David e sua namorada, durante palestra no encontro da CSA, Porto Príncipe/Haiti, 2016. Autoria: Luís Felipe A. Magalhães. Banco de Imagens do Observatório das Migrações em São Paulo e Observatório das Migrações em Santa Catarina.

A sessão de abertura de hoje chama-se “Education for Economic Sustainability and Social Change”, e conta com muitos jovens estudantes haitianos. Aliás, a quantidade deles hoje, talvez por ser sábado, é impressionante. A programação para o dia prevê um curso – workshop – para estes estudantes, e por isso eles estão presentes por aqui desde já.

Próximo do meio-dia, vou ao Lily’s almoçar, junto de David. No caminho, David me fala mais de seus planos de seguir estudando português para cursar pós-graduação no Haiti. Toda a nossa conversa passa, então, a girar em torno deste ponto. David surpreende-se com a existência de dezenas de universidades públicas, estaduais e federais, no Brasil, e ainda mais com o fato de haver um sistema de pós-graduação que concede – não a todos, reforcei de forma constante – bolsas de estudos aos mestrandos e

doutorandos. David pergunta então se há muitos haitianos, dentre esses 70.000 imigrantes haitianos que vivem no Brasil, cursando pós-graduação em Universidades brasileiras. Respondo que o acesso à universidade por estes imigrantes é muito restrito no Brasil, envolvendo uma cara tradução juramentada dos documentos, o reconhecimento destes documentos pela universidade – o que nem sempre acontece e, quando acontece, pode demorar bastante – e a comparação destes documentos no próprio Haiti, o que exige, por sua vez, envio dos documentos originais de um país a outro. Respondo, ainda, que todas essas dificuldades são fruto da política migratória brasileira, um estatuto instaurado durante a ditadura militar no Brasil e ainda vigente, que vincula o imigrante (na lei, tratado como “estrangeiro”) à Lei de Segurança Nacional e ao desenvolvimentismo setorial, dentro do qual um determinado perfil é preferível a outro. Respondo que conheço poucos haitianos estudando no Brasil, embora hajam programas que têm buscado facilitar esse acesso, e que de um modo geral, os que estão estudando no Brasil já foram ao país na condição de estudantes, valendo-se de outras resoluções e em um contexto bastante diferente dos migrantes que buscam, através da solicitação de refúgio, o visto de ajuda humanitária permanente.

Esta conversa e todas as perguntas e supressas de David me fazem pensar, novamente, na precariedade da situação do ensino superior no Haiti. A cerimônia de colação de grau da turma da Providence University é um privilégio ao qual poucos têm acesso. No geral, o sistema de ensino público é restrito, tendo a universidade do Estado do Haiti como principal estrutura, mas mesmo ela foi bastante destruída no terremoto de Janeiro de 2010. Seus professores, pesquisadores e estudantes têm sido os participantes mais ativos e críticos do encontro da CSA.

Recomendo a David aprofundar seus estudos de português, buscar dominar a língua como garantia de uma vivência mais plena na universidade brasileira. E advirto também que embora hajam muitas universidades públicas, mesmo com acesso a bolsa de estudos a permanência é difícil, pois a universidade pública segue sendo um privilégio social e isso condiciona o preço dos alugueis, da alimentação e da vida em geral no entorno a essas universidades.

Vir ao Lily's não foi a melhor opção, não por mim ou pela qualidade da comida, mas por David, que é vegetariano, e após bastante dúvida frente ao cardápio acaba por pedir porção de batatas-frita. Almoçamos rapidamente e retornamos ao Marriott, subindo a Jean Paul II no calor caribenho.

A organização do encontro da CSA reservou todo o espaço das salas Ayizan I, II e III para duas atividades paralelas: a continuidade do curso e a formatura de uma turma de centenas de jovens haitianos que fizeram um curso intensivo hoje de Política Educacional e Sustentabilidade Econômica, oferecido pela própria CSA em parceria com agências estrangeiras, mais presentes na parte formativa da manhã e do início da tarde que após, na entrega dos diplomas; e a outra atividade, uma mesa redonda de encerramento intitulada “Arte, Cultura, Comunidade e Transcedência Econômica”, ministrada por artistas haitianos. Infelizmente, a segunda atividade não foi devidamente valorizada, seja pela organização do encontro da CSA, que pouco a divulgou, seja pelo público participante, que esteve presente em pouco número à sessão. Igualmente, os constantes aplausos de comemoração da cerimônia de entrega dos diplomas podiam ser ouvidas na sessão artística. Ficou – para mim e para Joana, que havia chamado amigos artistas que vieram à sessão mesmo em situação de dificuldade e outros compromissos – uma impressão ruim nesse encerramento, de pouco espaço para a arte dentro do evento. Retiramo-nos (eu e Joana) desta sessão, e enquanto Joana toma um café no hall do hotel eu sigo ao Digicel para prestigiar uma mesa que fora transferida, como muitas outras, para esse último dia. Justamente a mesa de Daniel Auguste.

Conheci Daniel Auguste na minha primeira ida a Pettionville, para ir assistir ao jogo Brasil x Haiti. Daniel é um jovem doutorando haitiano que vive nos Estados Unidos. Nesses dias de CSA, está aproveitando para ficar na casa de sua família. Confesso que minha mente, nesta última sessão, estava mais concentrada em entender o curso intensivo em Política Educacional. Durante a manhã, a turma de centenas de jovens estudantes fora dividida em três grupos. Tive a oportunidade de acompanhar uma delas. Eram aproximadamente 60 estudantes na Ayizan III, e o professor, norte-americano, falava com o apoio de uma intérprete de crioulo. Ele orientava como os estudantes deveriam preencher um questionário que lhes fora distribuído, e que, pensei, provavelmente seria mais útil ao professor para alargar o seu banco de dados da pesquisa, do que propriamente aos estudantes. O certificado, entregue à tarde, era enormemente valorizado, embora tudo o que tivesse seja o nome do curso, o logo da CSA, o tema do encontro e a assinatura de Carolle Boyce Davies, presidente da CSA. Conversando, depois da sessão de Daniel Auguste, com Joana, ela me indica que, embora simples e aparentemente sem retorno prático e material imediato aos estudantes, mais que o certificado em si, é entrar no circuito dos cursos oferecidos por estas agências e associações internacionais e a esperança de uma inserção nelas (leia-se saída qualificada do país) o que buscam esses estudantes.



Foto de cerimônia de entrega dos certificados a jovens estudantes haitianos, durante curso realizado no encontro da CSA, Porto Príncipe/Haiti, 2016. Autoria: Luís Felipe A. Magalhães. Banco de Imagens do Observatório das Migrações em São Paulo e Observatório das Migrações em Santa Catarina.

Ao final da tarde, estamos eu, Joana, David e Edgar no café do hall inferior do hotel. É quando conheço Shaina Bonaventure. Shaina é uma jovem e simpática estudante de artes na Escola Nacional de Artes do Haiti. Trabalhou como voluntária no encontro da CSA, responsabilizando-se pela lista de interessados em cada dia para o transporte de van do Marriott ao aeroporto de Porto Príncipe, por US\$20,00. Shaina nutre um profundo interesse por aprender português, e entre uma brincadeira e outra, tira sarro com a sonoridade de meu sobrenome “Magalhães”, exoticamente português frente os nomes e sobrenomes tipicamente haitianos. Pergunto a Shaina se ela conhece o Centro Cultural Brasil – Haiti, que oferece classes de português para haitianos, e se sua curiosidade sobre o português está associada a uma vontade ou ideia de viajar ao Brasil. Ela disse conhecer sim o CCBH e suas aulas de português, mas a incompatibilidade do

horário da aula e seus compromissos na Universidade a impedem de fazer o curso. Ademais, o interesse, segundo ela, seria mais artístico, para conhecer e entender expressões musicais brasileiras, que para um domínio da língua para trabalho ou estudo no Brasil.

Edgar, que retornará amanhã à República Dominicana, cruzando a fronteira entre os dois países de ônibus, pergunta se alguém de nós gostaria de acompanhá-lo a um mercado próximo, algum lugar onde pudesse comprar algum tipo de lembrança a seus familiares. Eu reparo que Edgar, mesmo sendo um tipo que gosta de estar na rua, junto ao povo, como o faz na República Dominicana em sua prática militante na periferia, tem certo receio de andar sozinho – ou mesmo apenas comigo – nas ruas mais próximas. Embora não saiba precisamente o quanto, penso que ser dominicano aqui é completamente distinto de ser brasileiro, pelo histórico muito mais largo – e próximo – de violação de direitos humanos dos haitianos na República Dominicana. Por isso, talvez, que Edgar use sempre a expressão “irmãos haitianos”, como que para buscar diferenciar-se do que é entendido aqui como um dominicano e colocar-se, então, mais próximo e amigável, aos haitianos.

Em Porto Príncipe, o comércio de rua nos sábados e domingos é muito menos intenso que nos dias de semana, e já é fim de tarde. Ao mesmo tempo, as peças de artesanato dentro do Marriott e à sua frente estão a preços impraticáveis, mesmo com muita pechincha. Descemos então (eu, Edgar e David) a Jean Paul II, a caminho de um mercado (o mesmo onde tenho comprado comido e utensílios). Nele, a melhor opção de presente é bebida.

Além da cerveja Prestige, outras bebidas são típicas do Haiti e, aqui, no mercado, tentadora e perigosamente baratas. Uma eu já conhecia no Brasil, a krema. Krema é um “creme”, um licor cremoso, espesso, geralmente de coco, mas também de outros sabores, apresentando na prateleira uma aquarela etílica atraente. As garrafas também variam em tamanho e formato. Além do krema, o rum também se destaca nas prateleiras, e ele parece adequar-se à estratificação social haitiana. A marca mais popular e barata é a Bakara. Ela é envelhecida dois anos, produzida em “reserva especial” na própria cidade de Porto Príncipe. A segunda marca, um pouco mais cara, é a “Vieux Labbé”. Envelhecida três anos, é um rum um pouco mais escuro que o Bakara, e tem uma embalagem um pouco maior também. Também é produzida em Porto Príncipe, na Rota Nacional. A terceira e mais prestigiada marca é a Barbancourt. Envelhecida 4 anos, tem cor de mel, sendo o rum mais escuro dentre estas marcas. Sua fábrica fica também em Porto Príncipe, desde 1862. Em sua garrafa, estampa a marca de ser “le rum des connaisseurs”, algo como o rum dos conhecedores, apreciadores. Todos têm 43° de graduação alcoólica. Forte como tudo no Haiti.

Edgar compra das três marcas, e ao anoitecer voltamos ao Marriott. No caminho, vou calculando mentalmente o valor das garrafas de rum em reais. A mais barata, a da Bakara, custa 65 gourdes, o equivalente a um dólar, ou R\$3,50. O mais caro, 90 gourdes (Barbancourt), custa um dólar e meio, ou R\$5,25. O rum é, depois da cerveja, a bebida mais acessível por aqui e, aos valores brasileiros, chega a ser assustador que uma garrafa de rum custe, neste mercado, praticamente o mesmo que uma garrafa de água mineral de 500ml.

De volta ao hotel, nos reunimos novamente, mas já sem Joana, que voltou um tanto quanto decepcionada para casa, por conta da atividade de discussão artística e culturais ter sido tão menosprezada pela organização e público do evento. Shaina também teve de partir, mas antes de ir preparou-nos um drink de vinho e morango, semelhante a uma caipirinha, mas adoçada com o açúcar haitiano – de um doce diferente. Passamos a noite no hall do Marriott, comprando Prestige a 50 gourdes no posto National, a 5 minutos

pouquíssimos iluminados do hotel, já que a mesma Prestige, no bar do Marriott, é vendida a 3 dólares (ou 180 gourdes). É a última noite de Edgar Em Porto Príncipe, de modo que há certa tristeza em nossa alegria. Entre um tap tap que sai e outro, o hotel vai se esvaziando – levando junto o congresso da CSA, que se encerrou hoje. Jogos nas televisões do hotel animam os que permanecem, como os animados norte-americanos, dividindo sua euforia entre o Golden State Warriors e o Cleveland Cavaliers.

É constante a aproximação de estudantes haitianos ao nosso grupo, sobretudo para perguntar a Edgar e a mim sobre nossos países, como fazer para estudar neles e permanecer, dignamente, na República Dominicana e no Brasil. Shaina reaparece, com um corte de cabelo diferente. Até as 19h, ela mantinha os cabelos, crespos e vastos, soltos, no estilo black power, pintados de castanho claro e adornados com tiara. Agora, ressurge com o cabelo em tranças, rente à cabeça, completamente escuros, e caídos, também em tranças, atrás da nuca. O cuidado com a beleza, de Shaina e as mulheres haitianas em geral, não para os homens mas para seu próprio bem-estar, é uma lição, de empoderamento e de valorização do corpo, para os negros e indígenas no Brasil, diminuídos que somos por um padrão de beleza eurocêntrico imposto desde fora, mas reforçado e reproduzido por uma elite dependente que, afinal, se crê mais europeia que brasileira. Por volta das 23h30, o tap tap de Edgar chega, para levar a ele e outras pessoas a seu hotel em Pettionville. A despedida se dá com a certeza de que manteremos, nós três, o contato, aproximando três países tão diferentes e tão presentes um no outro, como Haiti, República Dominicana e Brasil.

Após esta despedida, é a vez de David retornar à casa. Como ontem, permaneço ainda alguns minutos no Marriott acompanhando as notícias do Haiti e do mundo. Às 00h15m, pego um moto-taxi morro acima. No meu hotel, há mais movimento, música e pessoas, contemplando, próximo a meu quarto, o visual noturno de Porto Príncipe. Durmo rápido, cansado com o dia, e planejando um domingo para descansar e tantar ficar mais em meu hotel.

Décimo-terceiro dia – 12 de Junho.

Não sei se por efeito do pouco descanso até hoje, ou se em razão de algum excesso, em especial desde o Olafson, acordo neste domingo com um leve desconforto no corpo. Não propriamente uma enfermidade, enjoo ou algo do tipo, mas uma fraqueza no corpo que, combinado à ausência de atividades com o fim do encontro da CSA e ao próprio clima mais triste e bucólico do domingo, me deixa mais devagar e com menos ânimo hoje. Todas as minhas principais opções de alimentação fora do caro e dolarizado cardápio do hotel, estão fechadas. Diferentemente do Brasil, o domingo por aqui é dedicado à religião e à família de forma tão intensa que o mercado praticamente não abre, exceção feita às opções de lanche em posto de gasolina. Na manhã, tomo um suco industrializado que havia comprado ontem e algumas bolachas doces de fabricação peruana – mas que “dominam” o mercado por aqui – sem muita fome. Faço anotações sobre a CSA na varanda mirante do hotel, vendo o contraste de Porto Príncipe entre os dias de semana e os sábados e domingos. Encontro Elena, e conversamos nesse mirante, avaliando o evento e essa primeira vinda de ambos a Porto Príncipe. As opiniões e impressões de certa forma semelhantes, até porque, com tanta coisa acontecendo e tantas descobertas importantes, ainda não tivemos tempo de formular uma avaliação mais profunda e mais ampla sobre o vivido na cidade. Próximo das 11h, desço à entrada do hotel, para avaliar a situação da piscina. Infelizmente, há algumas sujeiras, plantas, folhas e insetos mortos, e volto ao hall do hotel para procurar alguma companhia para conversar. Encontro Joshua.

Joshua é um jovem pesquisador mexicano, da cidade de Mérida, que faz o que eu durante muito tempo quis fazer: mestrado em Estudos Latino-Americanos na Universidade Nacional Autônoma do México, a UNAM, universidade referência no campo das ciências humanas e sociais latino-americanas. Joshua está sentado em um dos sofás do hall externo do hotel, esperando o seu táxi para o aeroporto. Seu voo é à tarde, mas só chegará à sua casa amanhã. Do Haiti à Cidade do México, o voo tem uma escala longa em Miami, tão longa que precisará passar uma noite nesta cara e elitizada cidade da costa sul dos Estados Unidos. Joshua apresentou dois trabalhos no encontro da CSA, ambos situados na perspectiva de estudo cultural e literário e sobre temas que tangenciam a homossexualidade. Uma das primeiras perguntas que ele, direta e naturalmente me faz, é se sou gay, e como são as principais cidades brasileiras em relação à tolerância com a comunidade gay. Respondo que, não obstante uma abertura recente, associada a eventos e ao turismo, o Brasil é um país ainda muito preconceituoso e muito violento em relação à diversidade. Joshua pergunta-me sobre a situação política do Brasil e a vida nas grandes cidades. Já passa do meio-dia quando Joshua deixa o hotel rumo ao aeroporto. Desejo-lhe boa viagem, e sigo eu, pelas ruas vazias do bairro, rumo ao Posto Nacional para almoçar, pensando nas respostas que dei a Joshua. O cardápio não é vasto, exatamente porque estou em uma loja de conveniências de um posto de gasolina. Peço frango frito com uma porção de batatas, também fritas. Pareceu-me a melhor opção, embora não tenha conseguido comer todo o frango em razão de um enjoo que me dera ainda pela manhã.

Percebo que a conveniência do posto é muito utilizada para compra de comidas para levar para casa. Os que comem na própria loja são sobretudo senhores mais velhos, vestidos elegantemente, não muito surpresos com a presença de um estrangeiro por aqui.

Após o almoço, compro algumas garrafas de água e sigo ao Marriott, que já passa a receber participantes para uma conferência que iniciará nos próximos dias. Diferente do último domingo, não há formatura ou outra comemoração por aqui hoje. Também não há crianças moradoras do bairro aproveitando a piscina do hotel. Apenas turistas, e sua leve e discreta indiferença com o que se passa do lado de fora dos muros do Marriott. À tarde, caminho um pouco pelo bairro, aproximando-se da região do centro, onde há a Mupanah e o Museu Nacional. Recordo que Angello aconselhou-se a não ir ao centro nos finais de semana, quando ele fica vazio e perigoso. Mantenho-me atento, até retornar, passando no mercado para comprar algo para comer à noite.

No caminho de volta, recordo-me das advertências de Angello, e do quanto elas me parecem, agora, dez dias depois, exageradas e amedrontadoras. Confio plenamente no cuidado e zelo de Angello para comigo, e não consigo chegar a outra conclusão: mais que receio por minha presença aqui, Angello preocupava-se mais com o fato de se sentir responsável por um estrangeiro aqui. Talvez isso explique um pouco o seu distanciamento, não obstante a boa relação que tivemos assim que cheguei a Porto Príncipe.

No hotel, recolho-me ao quarto. Aproveito o domingo e a ausência de compromissos para formular o roteiro das próximas entrevistas: no Consulado do Brasil no Haiti, no Centro Cultural Brasil – Haiti e com David. Ao final da tarde, saio para o mirante, atraído pelo lindo pôr-do-sol de Porto Príncipe. Por aqui, me parece que o sol tem outra cor, que o mar tem outra cor, que o céu tem outra cor. A confluência disso faz do pôr-do-sol um espetáculo ainda mais bonito aqui. Volto ao quarto, um pouco mais enjoado. Tomo um remédio para o fígado.

Há mais pessoas no hotel, em seus quartos. O gerador sofre para dar conta, e a luz, bem como a internet, cai seguidamente entre às 18h00 e 20h. Nestes momentos, é prudente

tirar os equipamentos da tomada, para evitar curto-circuitos. Como minha próxima entrevista é apenas terça-feira, terei a segunda livre, dedicada à exploração urbana: descerei a John Brown em direção ao mar, para conhecer outra área do centro, mais movimentada e popular. Traço um plano de percurso, buscando passar pela Biblioteca Nacional do Haiti, mais próxima à avenida perimetral e ao mar.

À noite do dia que abre minha última semana em Porto Príncipe, demoro a adormecer. Um grupo conversa animadamente e alto no mirante, próximo portanto de meu quarto. Ouço também sirenes policiais, e som de carros e motos passando rápido pelas ruas próximas. Adormeço.

Décimo-quarto dia – 13 de Junho.

Acordo cedo, e melhor que ontem. Disposto, tomo um banho e, antes de sair, como de costume, acesso o site do jornal Le Nouvellist, um dos principais jornais do país, e com um site relativamente atualizado e com matérias mais amplas e completas que aqueles jornais com as quais estamos habitados no Brasil.

O Le Nouvellist apresenta uma matéria com uma fala de Privert dizendo que sua missão é conduzir o país até as próximas eleições. Embora pareça simples, a fala é perigosa. Como interino, Privert foi conduzido ao cargo em Fevereiro deste ano para governar o país até o dia 14 de junho, e não até as próximas eleições, que serão apenas em Outubro. O que sua fala indica, portanto, é que ele está disposto a descumprir o acordo que o levou interinamente à Presidência. Sem saber até que ponto é uma fala real ou um blefe político – só saberemos isso ao final do dia 14 – saio para tomar café da manhã no Sucre Coffee.

No Sucre, peço um sanduíche um pouco maior, para suportar o desgaste da caminhada até o mar do Caribe e sobretudo não ter de interrompê-la para almoçar. Passo rapidamente no Marriott para confirmar no computador do hall do hotel o mapa traçado ontem. Antes das 10 horas, saio, comprando no posto garrafas de água mineral para a longa caminhada.

Na John Brown, eu já havia explorado o trecho à direita, que é em aclive no morro e que chegará a Pettionville alguns quilômetros à frente. À esquerda, o trecho é em declive, também longo, mas muito mais movimentado. Embora não seja, como dito, o trecho mais elevado da John Brown, sua vista é impressionante.

Este trecho é mais urbano que qualquer outra rua que tenha percorrido, e por isso o movimento é constante e o tráfego, perigoso. Descendo a John Brown, vou constatando uma das principais características de Porto Príncipe: a enorme quantidade de negócios familiares informais, de calçada ou em salas alugadas nos primeiros andares das construções. Não sei se pela geografia, pelo material da construção ou se por ambos, vejo aqui também mais resquícios e destroços do terremoto de Janeiro de 2010. Mais que em qualquer outro livro, estes escombros e suas marcas são a dimensão do drama. Dimensão esta que cifra e dado nenhum permitem compreender.



Foto de bandeira brasileira pichada, na avenida John Brown, Porto Príncipe/Haiti, 2016. A autoria: Luís Felipe A. Magalhães. Banco de Imagens do Observatório das Migrações em São Paulo e Observatório das Migrações em Santa Catarina.

Numa região em que grande parte das construções foi atingida (avariada, destruída parcial ou totalmente) pelo terremoto, uma alta e antiga Igreja Católica não sofreu nenhum dano, e por isso sua importância religiosa tornou-se quase mística para a população local.



Foto da Igreja Saint Louis Gonzague, Porto Príncipe/Haiti, 2016. Autoria: Luis Felipe A. Magalhães. Banco de Imagens do Observatório das Migrações em São Paulo e Observatório das Migrações em Santa Catarina.

Essa Igreja, chamada Eglise Saint Louis de Gonzague, é construída em estilo barraco e recocó, situa-se à “Rue du Centre”, à frente da “Bibliothèque Nationale” do Haiti. A Igreja está fechada para visitação, e a biblioteca aparenta estar fechada também, mas uma aproximação e identificação mais atenta permitem ver que apenas a porta está encostada e é possível a entrada.



Foto da Biblioteca Nacional do Haiti, Porto Príncipe/Haiti, 2016. Autoria: Luís Felipe A. Magalhães. Banco de Imagens do Observatório das Migrações em São Paulo e Observatório das Migrações em Santa Catarina.

Na entrada do prédio, baixo mas amplo, em estilo moderno, cartazes anunciam as palestras e atividades que estão por vir. Uma delas chama-se “Le Protestantisme en Haiti et dans la ‘diaspora’” (O protestantismo no Haiti e sua Diáspora), organizado por um grupo de estudos da Universidade do Estado do Haiti. As mesas-redondas e os painéis são dedicados ao estudo da expansão do protestantismo e das religiões

evangélicas no Haiti, e suas expressões na diáspora. Trata-se de um fenômeno que, embora não seja precisamente recente, pois suas origens remontam ao período da ocupação militar norte-americana no país, entre 1915 e 1934, tem impactado no fenômeno recente da imigração haitiana no Brasil. Em nossas pesquisas sobre o tema, especialmente em Santa Catarina, percebemos predominância do grupo evangélico e a importância dessa Igreja para a sociabilidade dos imigrantes e, inclusive, para a criação e a prática das associações migrantes. Infelizmente, o seminário de dois dias começa justamente no dia que eu deixarei Porto Príncipe – 16 de Junho. Em outro cartaz, a direção da Biblioteca adverte que não se pode entrar com aparelho celular e armas.



Foto da fachada da Biblioteca Nacional do Haiti, Porto Príncipe/Haiti, 2016.

Autoria: Luís Felipe A. Magalhães.

Banco de Imagens do Observatório das Migrações em São Paulo e Observatório das Migrações em Santa Catarina.

No salão de exposições e palestras da biblioteca, uma mostra sobre o centenário de Marie Vieux Chauvet ocupa as paredes e pinta o espaço de literatura. Há inúmeras fotos de sua trajetória pessoal, família, seus principais livros e momentos de sua vida. Converso brevemente com a curadora da exposição, que me permite tirar algumas fotos da exposição. Após essa visita à exposição, procuro por alguns livros sobre a emigração haitiana em outros países, sendo muito atenciosamente ajudado por um funcionário da Biblioteca Nacional. Ele me apresenta dois livros, em espanhol, sobre o tema, e eu os levo para ler e tomar nota em uma ampla mesa de leitura, logo no hall principal da biblioteca. Por pouco mais de uma hora, leio os principais trechos dos livros, buscando tomar nota mas também sem comprometer o roteiro rumo ao mar de Porto Príncipe. Ao sair da biblioteca, aproveito para tirar fotos de sua fachada, como a placa de sua inauguração: “Bibliothèque Nationale Stenio Vincent, Presidente da República, Departamento de Trabalhos Públicos, Março de 1940”.

Retorno à John Brown, que nesta “altura” tem o nome de “Rue Pavee”. Ao olhar à direita, percebo um prédio, pequeno, com os dizeres, grandes, de “Immigration et Emigration”. Minha aproximação é instintiva. Há centenas de pessoas, e pelo o que eu pude entender é exatamente aqui o Departamento Nacional de Imigração e Emigração do país, órgão responsável pela regularização da situação dos estrangeiros no país e, principalmente, pela resposta a dúvidas e encaminhamentos de documentos da enorme massa de haitianos que busca informações sobre a melhor forma de migrar a outro país.



Foto do Departamento Nacional de Imigração e Emigração, onde milhares de haitianos buscam autenticar seus documentos para reconhecimento em outros países, Porto Príncipe/Haiti, 2016. Autoria: Luís Felipe A. Magalhães. Banco de Imagens do Observatório das Migrações em São Paulo e Observatório das Migrações em Santa Catarina.

A principal dessa atribuição é certificar, com carimbos oficiais do governo haitiano, diplomas e certificados de escolaridade, qualificação profissional e conhecimentos específicos, não apenas de haitianos ainda residentes no Haiti como também de haitianos residentes fora, que enfrentam dificuldades em retomar seus estudos e comprovar sua formação. E a demanda por esses serviços é, realmente, enorme, muito superior à capacidade de atendimento que eu vi no prédio. Minha presença – e minha máquina – chamam a atenção. Já entendendo do que se trata, fico por alguns minutos observando a enorme fila e a limitação do órgão em atendê-la, um pouco mais afastado, ao outro lado da rua John Brown.

Após essa observação, continuo em minha caminhada rumo à costa de Porto Príncipe. A medida em que desço a John Brown, percebo que não apenas a informalidade na rua vai crescendo, como também o caos urbano, consideravelmente maior do que o da rua Jean Paul II. Uma das razões para esse movimento mais acentuado é que por aqui os ônibus podem circular. Sigo descendo a John Brown, observando uma grande variedade de bens sendo vendidos nas calçadas: de cachaça a peças de carro, de roupas a móveis grandes e pesados de madeira e vime.

A paisagem vai mudando gradativamente. Esse trecho da John Brown, como disse, se chama Rue Pavée. Desço ela até o fim – ou início –, passando pelo imponente prédio do Banque de la République d’Haïti. É um prédio grande e alto, com um visual moderno mas bonito, e aparente boa estrutura, que contrasta especialmente por estar em um espaço de Porto Príncipe visivelmente mais afetado pelo terremoto de janeiro de 2010 – e ainda apenas precariamente reconstruído. Ao fim da “Rue Pavée”, tenho de virar à esquerda, obrigatoriamente, na “Avenue Marie-Jeanne” porque um enorme tapume azul cerca o Parlement Haitien. A Avenida Marie-Jeanne altera radicalmente a paisagem social e urbana. Do movimento das ruas anteriores, há agora muitas lojas fechadas, e inclusive salas fechadas de órgãos do governo haitiano e de representações estrangeiras no país. A impressão que tenho é que o terremoto e a demora na reconstrução transformaram essa área, outrora urbana, comercial e agitada, em um trecho mais pobre da região, usado por pessoas muito pobres para pedir ajuda, já que a Avenida Boulevard La Saline, onde desemboca a Av. Marie-Jeanne, é um dos principais caminhos ao aeroporto. O cruzamento destas duas avenidas me apresenta duas opções de caminho:

seguir reto, na Boulevard Harry Truman, mais rica e arborizada, inclusive com lojas de algumas grifes internacionais, ou virar à direita, na La Saline, margear o mar do Caribe, e ver ao fundo não apenas as torres do aeroporto como também o porto de Porto Príncipe e, ao fundo de ambos, a Cité Soleil.

Cité Soleil é um bairro de Porto Príncipe, habitado por mais de 300.000 pessoas, centro das instabilidades sociais e políticas evocadas para a instauração da Minustah. Aqui, é reconhecido não como bairro mas como favela, a maior favela do Haiti, ainda mais precária e pobre depois do terremoto, e próxima demais dos lixões abertos de Porto Príncipe e do mar do Caribe, nesta região sujo por conta da ausência de saneamento. Avançando na La Saline, recordo todas as orientações de não me aproximar de Cité Soleil, onde os batalhões da Minustah realizam diversas e desnecessárias ações armadas, que intensificam, muito mais que controlam, o clima de tensão na região. Na La Saline, à minha direita outros quarteirões seguem cercados de tapume, e à minha esquerda percebo um trecho mais próximo do mar, e outro em uma trilha um pouco pedregosa e suja. O caminho é curto. Todos me olham, e alguns se aproximam mais incisivamente e pedem não mais um mas três, cinco, dólares. Respondo, em inglês, que não tenho, e tento seguir. Chego à beira do mar. Não sei se de forma prudente, mas retiro a máquina da mochila para tirar algumas fotos do imenso contraste visual. Na beira-mar do Caribe, restos de construção, de comida e porcos à caça de alimento. O mar nessa região, especificamente nesta região (de modo nenhum em toda cidade de Porto Príncipe), é sujo, não lembrando muito o azul-turquesa do sobrevôo do avião sobre Porto Príncipe, na chegada à cidade. Mais pessoas, muito pobres, se aproximam. Percebo – sinto – que se eleva a tensão e recordo dos conselhos a não colocar os pés aqui. Guardo a câmera e retorno a La Salina.



Foto de parte do mar do Caribe em região mais pobre de Porto Príncipe, Porto Príncipe/Haiti, 2016. Autoria: Luís Felipe A. Magalhães. Banco de Imagens do Observatório das Migrações em São Paulo e Observatório das Migrações em Santa Catarina.

Buscando refazer o caminho de volta, subo a Rue Pavee, mas no trecho que ela viraria á John Brown, pego a Oswald Durand à direita para retornar à região da Mupanah e o Palácio Nacional do Haiti, ainda parcialmente destruído pelo terremoto. Passo em frente a um terreno, vazio, com containers e identificações, abandonadas, da Internally Displaced Persons Campo, um abrigo para deslocados internos instalado em razão do terremoto de janeiro de 2010. O terreno não é muito grande, mas sei que como este havia outros, inclusive maiores, em Porto Príncipe. Foram dezenas de casas pequenas em containeres improvisados, que deixaram seus vestígios como testemunho de um período dramático ao povo haitiano. No centro de Porto Príncipe, estas pessoas buscaram sobreviver após terem perdido tudo, inclusive familiares e amigos, em razão

de uma movimentação dentro da terra que durou menos de um minuto, e que matou mais de 200.000 pessoas.

Em frente ao Mupanah, sigo a caminhada exploratória, tomando a última garrafa de água, pela Avenida “de la Liberté”, entrando na Praça Jean Jacques-Dessalines, onde um monumento a Henry Cristopher, um dos heróis nacionais do país, recorda que a revolução por liberdade e soberania pode não ter acabado ainda. Atravesso a movimentada Av. de la Liberté e subo outra praça, a Plaza Constitution de 1801 – Champs de Mars. Esta região tem mais praças e parques que qualquer outra região, até mesmo mais que em Pétionville, e me agrada muito vê-las no centro, próximo do povo haitiano. Ao outro lado da praça, alguns hotéis, um pouco mais luxuosos, recordam-me novamente quanta desigualdade é criada para atender bem os estrangeiros.

Na esquina da Liberté com a “Rue Capois”, uma enorme feira permanente de artesanato me atrai. Os produtos artesanais, variados e todos muito bonitos, são como os vendidos no Marriott, mas a preços muito mais populares. Por menos de US\$15,00 (900 gourdes), compro duas telas pintadas à mão, para enquadrar no Brasil, pois enrolada é mais fácil de transportar na viagem de volta, uma caneca de madeira típica daqui, uma garrafa estilizada, com um cordão para que seja carregada nos ombros, e uma espécie de uma xicarazinha de madeira, muito delicada e com detalhes coloridos, pontados artisticamente, também à mão, já sabendo eu onde iria colocá-la na estante dos livros em minha casa. Após essas compras, coloco todas as obras artesanais na mochila e retorno à John Brown. Já passa das 14h, e cruzo à frente do Departamento de Imigração e Emigração novamente, reparando que, embora a fila tenha diminuído um pouco, ela permanece ainda muito longa, ocupando toda a calçada e mesmo parte da rua, expondo os solicitantes do serviço a certo risco no trânsito. Recordo, no mapa que estudei no computador, que à minha direita, antes ainda da rua Martin Luther King Jr, no bairro chamado Bois Verna, há diversas universidades e centros de estudo, como a International Management University e a Facult de Linguistique Applique, e escolar como o College Le Normalien e o Lycee Marie Jeanne. Nestas ruas, há muitos jovens e adolescentes. Alguas quadras acima, na rua Berne, a Polyclinique de la Ruelle Berne, de fachada simples mas prédio imponente, atende enfermos e acidentados, contanto, como vi de fora, como médicos estrangeiros voluntários. Exausto e com muita sede, retorno à John Brown, agora subindo rua acima até a Martin Luther King Jr. Antes, porém, compro duas garrafas de água no Linda Market, um mercado um pouco maior para o padrão da região – e também mais protegido por jovens seguranças armados. Percebo, então, duas estrangeiras no mercado. Em quase 5 horas de caminhada, foram as únicas pessoas estrangeiras que eu vi, além da médica voluntária na clínica. Sigo em direção ao Marriott, com o prazer de ter conhecido pontos importantes e outros inóspitos de Porto Príncipe. Descanso brevemente no Marriott, percebendo a quantidade de homens engravidados e seguranças oficiais do Estado haitiano, em sua maioria armados. Vou almoçar, no Lily’s, por volt das 16h, com a nítida impressão de que algo está sendo tramado.

Almoço calmamente, vendo na TV do Lily’s declarações de políticos haitianos sobre o exercício da presidência do país pós-14 de Junho. Há um clima mais de incerteza e dúvida que de tensão no quente ar de Porto Príncipe. Recordo-me de uma frase muito certa, a de que “não há vazio de poder na política”. Ao pensar em como e por quem o vazio pode ser ocupado – ou já vem sendo ocupado – assusto-me.

Retorno ao Marriott, por volta das 17h15m. Hidrato-me novamente, comprando água na loja de conveniência do Posto National. No estacionamento do hotel, carros oficiais avolumam-se e a chegada de turistas, sobretudo norte-americanos, chama também a atenção. Pouco depois das 18h, quando a luz natural já está baixando, retorno ao meu

hotel, para descansar o corpo e rever, por fim, o roteiro das entrevistas de amanhã e de quarta-feira.

No hotel, tomo um banho, com o corpo ainda quente – e a água fria do chuveiro não me parece, por breves minutos, tão fria assim. Levo meu caderno de campo com o roteiro das entrevistas para o mirante do hotel. Encontro Sairi.

Sairi é uma pesquisadora mexicana, assim como Joshua, também da UNAM. Ela esteve durante o encontro da CSA hospedada em meu hotel, mas só a encontro agora, terminada a conferência. O trabalho que ela apresentou chama-se “Aproximações à diferença e alteridade no Caribe”, e foi apresentado na terça-feira (dia 7 de Junho). Sairi fuma, preocupada. Para ela, a situação política no país pode ficar dramática se o presidente interino não entregar o poder no dia 14, amanhã, até as 24h. Ela diz acreditar que podem haver protestos maiores que os que já estão acontecendo, com repressão também ainda maior por parte das forças policiais do Estado. No limite, indica que pode haver inclusive impedimento de entrada e saída de vôos no país, restando com isso os estrangeiros (nós) no Haiti. De imediato, acho sua avaliação exagerada, mas não deixo de ficar preocupado com a instabilidade, que pode ser aprofundada em caso de permanência de Privert no poder a partir do dia 15. A conversa com Sairi restringe-se a este tema, e quando eu comento com ela os lugares em que estive hoje recebo sua completa desaprovação. Segundo ela, estive próximo demais de Cité Soleil, e me expus, mesmo sem saber, a um risco enorme. Respondo que não me senti tão vulnerável assim, tentando ser cordial com a sua preocupação e conselho. Recomendamos cuidado um ao outro ao nos despedirmos.

Em meu quarto, preencho o caderno de campo com as observações sobre as andanças de hoje. A conversa com Sairi me deixa preocupado, com minha situação até meu retorno ao Brasil, daqui a poucos dias, mas sobretudo com a situação do povo haitiano, que aqui permanecerá. Como em todo o mundo, os pobres e marginalizados são os que mais sofrem em momentos de instabilidade política. Tento convencer-me de que nossas avaliações foram exageradas. Em uma noite silenciosa contrastante com a noite de ontem, adormeço. Logo pela manhã, já entenderia as razões de tanto silêncio nesta noite em Porto Príncipe.

Décimo-quinto dia – 14 de junho.

Acordo cedo, refeito do cansaço no corpo, fruto da andança de ontem. O dia de hoje, embora em meu caderno roteirizado em duas entrevistas (uma no Consulado do Brasil no Haiti e outra no Centro Cultural Brasil – Haiti, ambas em Pettionville), nasce completamente indefinido. Na minha cabeça, como na de muitos haitianos e estrangeiros no país, o dia nasce e se estenderá sobre o signo da incerteza: deixará Privert a presidência hoje? Ou, tal como em outubro do ano passado (quando as eleições foram suspensas sob suspeita de fraude), o país megulhará ainda mais fundo na instabilidade política, com total anuência das forças estrangeiras no país, e repressão aos movimentos sociais organizados?

Com essas incertezas na cabeça, tomo um banho, que agora parece mais frio. Visto minha roupa e, como de costume, acesso a internet para conferir mapas e notícias. É quando vejo o que não esperava – e que explica, em grande medida, o silêncio de ontem à noite.

Um comunicado oficial da Presidência do Haiti e distribuído à imprensa informa à todos a aplicação de um toque de recolher entre as 20:00h de ontem e as 06:00h de hoje. Segundo o informe, todas as pessoas na rua, exceto por razões médicas, seriam detidas pela polícia. Isso explica o silêncio de ontem à noite. Ainda de acordo com o anúncio, o

toque de recolher se dá em razão da instabilidade crescente na capital, especialmente ataques armados à postos de gasolina, na noite de domingo. Isso explica o barulho da noite antes de ontem.

Desço à entrada do hotel, com minha mochila nas costas, gravador e câmera dentro dela. Não vou ficar no quarto do hotel. Passo pela recepção, cumprimento Charles, que me dá bom dia sorrindo, e saio à rua. Percebo que, como eu, o povo de Porto Príncipe optou por seguir a vida, ocupar a rua, lutar e trabalhar. Como todos os dias.

Desço a Malval, e percebo também que as crianças estão chegando à escola, que o comércio de rua já está funcionando, e que o trânsito segue caótico. Como de costume, tomo um café da manhã no Sucre Coffee, conversando com Rafael, que não sabia que houvera, ontem à noite, um toque de recolher em Porto Príncipe. Pergunto a ele a melhor forma de ir à Pettionville, e ele confirma o que já sabia: de moto-taxi, que, embora não seja muito seguro (o passageiro vai atrás da moto sem capacete, e a moto segue ziguezagueando rápido entre os carros), é mais barato e mais ágil que outras formas de locomoção na cidade. Também se pode negociar o preço da corrida. Para um estrangeiro, isso é importante. Saio à rua, chamo um moto-táxi, fechamos o preço até o local da Embaixada do Brasil em Porto Príncipe em 150 gourdes, dois dólares e meio, preço de uma refeição no Lily's.

Andar de moto por Porto Príncipe, no para e acelera do trânsito entre Pacot e Pettionville, é como lavar o rosto de vida, diversidade (de sons, cores, cheiros e temperaturas) e fúria. O trajeto leva entre 20 e 30 minutos – este horário da manhã é considerado de rush, não tanto caótico como o do fim de tarde, é verdade. A paisagem muda, geográfica e socialmente. Estou bem de horário, e confortável para as entrevistas: revisei algumas vezes o roteiro entre ontem e hoje de manhã, no café do Sucre Coffee. E estar na rua, em movimento, no tecido social de Porto Príncipe, e vendo dentro dele o real impacto da crise política e do toque de recolher desta última noite, me deixam bem mais calmo e consciente do que se eu permanecesse no meu quarto de hotel, acompanhando as notícias pela instável internet. A variedade de paisagens envolve desde uma transição do urbano ao predominantemente rural – ao alto do morro da John Brown – até um retorno, menos abrupto, ao urbano, ao máximo urbano de Porto Príncipe, Pettionville. Este bairro difere, como eu já havia notado e visto nas poucas recomendações existentes aos estrangeiros disponíveis na internet, do restante da cidade em múltiplos sentidos. Economicamente, possui mais oferta de serviços e de serviços mais formalizados: por aqui, a quantidade de restaurantes, bares, lojas e supermercados é maior, sobrepondo-se à informalidade – algo contrastante ao resto da cidade. É o bairro, também, das embaixadas, dos consulados e dos centros culturais, com destaque ao francês e ao brasileiro. Predominam nas ruas camionetes 4x4, algumas muito protegidas, com adesivos e bandeiras de outros países – especialmente Alemanha –, como a indicar precisamente o que o bairro é: uma bolha estrangeira em Porto Príncipe. Ao chegarmos ao prédio do Consulado do Brasil, o motorista da moto para o veículo e eu lhe dou os 150 gourdes combinados previamente. Ele então me diz que a corrida seria, na verdade, 600 gourdes, 10 dólares! Porque teve de perguntar, já em Pettionville, onde era o prédio Hexagone, onde funciona o consulado, e isso encareceu a viagem. Percebo que, mais que qualquer reajuste desproporcional, o que está acontecendo é um pequeno golpe, destes que há contra estrangeiros aqui e em muitas cidades do mundo – como o Rio de Janeiro, por exemplo. Embora irritado com a situação, e percebendo que protestar ou negociar não ajudaria, em especial por haver outros moto-taxistas próximos, não recrimino em absoluto o moto-taxista, sobretudo após já conhecer as condições e contradições da realidade haitiana. Atos como este têm, a meu juízo, significados muito distantes: a corrupção como estratégia de sobrevivência difere em

natureza daquela que visa apenas acúmulo pessoal de poder – e que condiciona tantos outros à necessidade e à própria primeira forma de corrupção. Só me resta resignar-me. Pago os 600 gourdes e entro no prédio Hexagone. O prédio, antigo e em formato de hexagonal, lembra em muito os prédios de repartição público do centro de Porto Alegre, Florianópolis, São Paulo e Recife, capitais que conheço melhor. Iluminação fraca, móveis antigos, elevador de grade igualmente antigo e piso em granito. Peço informações na recepção e indicam-me que o consulado fica no próprio andar térreo do prédio. 40 minutos antes do horário da entrevista, já estou na sala a espera do representante do órgão para a entrevista.

A entrevista se dá com dois representantes do consulado do Brasil no Haiti, Cláudio Teixeira (vice-consul e chefe do setor consular do Brasil no Haiti) e Tarcísio Dias (também funcionário do consulado brasileiro no Haiti). Eles destacam aspectos positivos da presença brasileira no Haiti, especialmente o compromisso de emissão de 500 vistos de ajuda humanitária a haitianos por semana, inserindo esse esforço dentro de uma agenda humanitária do Brasil no Haiti. Sobre as questões políticas, particularmente as que dominam o noticiário nos últimos dias, eles preferem não se pronunciar.



Foto dos dois Vice-Cônsules do Brasil no Haiti, Cláudio Teixeira e Tarcísio Dias, Porto Príncipe/Haiti, 2016. Autoria: Luís Felipe A. Magalhães. Banco de Imagens do Observatório das Migrações em São Paulo e Observatório das Migrações em Santa Catarina.

Próximo do meio-dia, saio do Hexagone rumo ao CCBH, descendo a “Rue Darguin”, sentido à praça “Place Boyer”. Há, nessas quadras, uma calma e lentidão que contrasta com todos os espaços que conheci em Porto Príncipe até o momento. Há, também, placas de publicidade de companhia aéreas, anunciando voos ao Brasil, destacando imagens de Manaus em uma montagem fotográfica.



Foto de cartaz em frente à Embaixada brasileira em Porto Príncipe, com propaganda de voos para o Brasil, Porto Príncipe/Haiti, 2016. Autoria: Luís Felipe A. Magalhães. Banco de Imagens do Observatório das Migrações em São Paulo e Observatório das Migrações em Santa Catarina.

Entro em um mercado, compro uma garrafa de água mineral e sigo o caminho das poucas quadras até o CCBH. Em minha chegada, deixo a identidade sob cuidados do segurança e dirijo-me à recepção do CCBH. É quando conheço Gregory, jovem haitiano estagiário do CCBH, ótimo falante de português. Digo a Gregory a razão de minha vinda, explicando que a entrevista com Werner seria apenas às 15h. Gregory me deixa muito à vontade, permitindo que eu tire algumas fotos do CCBH, inclusive da biblioteca, chamada Biblioteca Milton Santos. Quando se aproxima das 13h, pergunto a Gregory onde posso almoçar e saio pelas ruas, pouco movimentadas, de Pettionville.



Foto da Biblioteca Milton Santos, no Centro Cultural Brasil - Haiti, Porto Príncipe/Haiti, 2016. Autoria: Luis Felipe A. Magalhães. Banco de Imagens do Observatório das Migrações em São Paulo e Observatório das Migrações em Santa Catarina.

O calor está intenso, e esta região é também menos verde, mais cinza, e por consequência, mais abafada que as regiões que conheci de Porto Príncipe até o momento. As opções de restaurante parecem caras, não apenas em relação aos preços fora deste bairro como também em relação aos meus planos depois do transporte caro que paguei hoje de manhã. Resta-me, então, a opção do lanche: sanduíche quente de queijo e presunto, em um combo com acompanhamento de milk shake com canela e uma bolacha de cookies. O preço, equivalente a dois almoços no Lily's ou mesmo no Sucre Coffee, ainda assim é o mais barato dos vistos no entorno à Place Boyer.

Com tempo, retorno tranquilamente ao CCBH. Aproveito o sol para fazer algumas anotações (estas anotações) sob a sombra de lindas árvores ao redor de mesas em que estudantes de português revisam gramática, leem livros de autores brasileiros e esperam as aulas da tarde. Antes das 15h, Werner chega, senta-se junto a mim e conversamos antes de iniciar a entrevista.

Conversamos durante bons minutos antes de começarmos nossa entrevista, feita em uma sala de aula onde ocorrerá, à noite, parte do curso de português. Essa conversa inicial, embora descontraída, suscita temas importantes que eu inseri depois em nossa entrevista.

Após a entrevista, converso com Werner sobre meus dias até aqui. Comento sobre o ocorrido hoje de manhã, e Werner me fala desta e outras práticas em relação a estrangeiros. Conta-me também que em meu hotel teria havido um golpe desta natureza, com um casal norte-americano que se hospedara ali e cuja suíte passara por um incêndio há algumas semanas. Segundo Werner, o caso movimentou Porto Príncipe, e envolveu até a Embaixada dos Estados Unidos, dado que o hotel dissera que o incêndio fora causado pelo casal. Segundo o casal, o incêndio seria um golpe do hotel. Um incêndio fora justamente a justificativa do atendente de meu hotel, quando eu cheguei, para dizer que a minha reserva do quarto de 15 dólares fora cancelada, sobrando apenas os quartos de 35 dólares, negociados estes a 28 dólares a diária. Recordo que apenas uma tomada

do quarto está funcionando, e ainda assim apenas com o pino parcialmente encaixado. As quedas de energia são constantes entre as 20h e 22h, e isso pode, penso, queimar alguns aparelhos ligados na tomada e lá deixados. Não me espantaria que isso tenha acontecido. Também não me espantaria com o contrário, a julgar mais pelo que me aconteceu hoje de manhã e não pelo tratamento dado a mim no hotel (sempre cordial e atencioso).

Também após a entrevista, eu e Werner conversamos sobre as formas de manutenção de nosso contato após meu retorno ao Brasil. Werner me fala de um projeto em andamento no Brasil, chamado “Saudade: Pon.te para o Haiti”, conjunto de relatos em vídeo de haitianos para haitianos, uns no Brasil, outros no Haiti. Comprometo-me a contribuir, sobretudo pelo contato com imigrantes haitianos em Santa Catarina e em São Paulo, e ofereço-me também a buscar algum tipo de articulação que permita envio de bibliografia (livros, filmes e custos gravados) para a montagem de um curso, no CCBH, sobre imigração haitiana no Brasil.

Werner apresenta-me as pinturas dos muros do CCBH, feitas por um artista brasileira chamado Tatoo. Relata-me também sobre a dificuldade em manter o CCBH em tempos de cortes nos repasses aos consulados, embaixadas e centros culturais do Brasil no exterior. Segundo Werner, embora não tenha havido nos últimos meses interrupção do pagamento de salários, ocorreu sim corte no repasse das verbas de custeio, razão pela qual gastos como compras de alimentos, material de limpeza, manutenção e reparo inclusive dos dois caros geradores elétricos, têm sido pagos por ele, Werner. Já é noite quando inicio o retorno ao hotel. Werner chama por telefone um moto-taxista de sua confiança, que me cobra, como o esperado, muito menos do que paguei hoje de manhã. São 19h, aproximadamente, e o fluxo no caminho de volta não está tão intenso como estava na vinda. Desço no Marriott, utilizo a internet brevemente para enviar alguns e-mails e, por volta das 20h, retorno a meu hotel, de moto-taxi novamente. Não quero me dar ao risco de estar caminhando na rua em caso de outro toque de recolher para esta noite.

No meu quarto no hotel, faço cópias de segurança dos áudios das entrevistas gravadas hoje, e acompanho algumas notícias, que dão a conhecimento ataques armados contra alguns estabelecimentos, ataques estes evocados como a razão do toque de recolher de ontem à noite em Porto Príncipe. Após organizar os arquivos e trocar mensagens com o Brasil, saio ao mirante do hotel, para ver do alto do morro de Pacot uma Porto Príncipe que resiste a mais um acordo político desfeito: o presidente interino ainda não entregou o cargo e, a julgar pelo toque de recolher de ontem à noite, dá provas concretas de não estar disposto a fazê-lo. Não sei o que acontecerá, e percebo pelas conversas que tive hoje que ninguém sabe. Há silêncio novamente, mas, pelo horário, se sabe que a cidade não está dormindo ainda. O clima festivo no hotel, e predominante até domingo à noite, é agora uma lembrança. Aqui, predomina também o silêncio, resignado, quase alheio ao que se passa do lado de fora do portão de ferro, guardado pelo jovem segurança armado. A noite se arrasta, o sono não vem. Mais que medo, sinto apreensão, o medo de sentir medo. Entretanto, penso mais nas contradições sociais do país, na conjuntura instável desde as eleições de outubro do ano passado, no povo haitiano, que não obstante a história e a massiva diáspora, tem nesse país sua casa, sua origem e seu destino. Estar aqui, nestes dias tão instáveis é, no entanto, pedagógico, a melhor forma de uma aproximação ao entendimento do que é, realmente, o Haiti. Para tal, acredito, não basta apenas estar aqui, é preciso pensar criticamente a realidade haitiana.

O sono não chega. Embora o corpo esteja cansado, a mente ainda está a mil. Ecoam nela trechos de algumas falas das entrevistas, sobre a história do Haiti ser o objeto principal do embargo ao país – um exemplo que não pode ser transmitido ao resto do mundo.

Falas sobre o fato de termos que estar preparados para o pior, na atual situação política do país, especialmente os estrangeiros. Estas frases são cortadas ente um som externo e outro, um pensamento sobre amanhã e outro. Adormeço, por fim.

Décimo-sexto dia – 15 de junho.

O dia começa cedo. Havia combinado com Werner que ele pegaria comigo em meu hotel um dicionário português-francês que eu trouxe comigo do Brasil, em doação ao CCBH. Às 06h30m, ele chega, cedo, para escapar, na ida e na volta, do congestionamento entre Pettionville e Pacot. Entrego-lhe o dicionário e tomo uma carona ao Marriott, onde tenho essa manhã uma entrevista com David. É minha despedida de Werner, uma pessoa de muita força, seriedade e amor ao Haiti e às suas convicções que conheci aqui em Porto Príncipe. A entrega de Werner a este país, ainda difícil de entender a mim e cada vez mais indispensável a ele, estimula: até onde vamos para aproximar nossas convicções de um trabalho que faz, realmente, a diferença? Para Werner, a resposta está em justamente se “fazer diferente”.

Despeço-me de Werner, buscando manter o contato com ele após o meu retorno ao Brasil. Ele me deseja sorte, e eu o mesmo a ele – e sinto que o queremos ao fundo à paz a ambos.

Entro em um Marriott quase vazio, apenas com funcionários a postos para receber os hóspedes – e já com a térmica de café no balcão principal. Reviso meu roteiro de entrevista com David e busco por informações do país. Sigo um conselho recebido ontem, e passo a acompanhar a situação de meu vôo de retorno ao Brasil. A julgar pelo site e também pelo movimento de chegada de novos hóspedes no Marriott, está tudo normal em termos de entrada e saída do país. Jovens esportistas chegam ao hotel, vindos dos Estados Unidos. Permanece, ainda, o movimento de engravatados, protegidos por seguranças, e volta e meia circula pelo interior do hotel homens da segurança nacional, cujo uniforme indica que, se algo já não está bem, pode ficar em breve muito pior.

Por volta das 10h, o Sucre Coffee abre e eu vou a ele tomar um café rápido pois marquei com David nossa entrevista para as 10h30m. No horário marcado, estou a postos, no local combinado, para a entrevista com David.

A entrevista com David revela aspectos centrais da realidade do Haiti, ainda não observados e aprofundados na conjuntura política do país. David revela, entre outras questões, a dificuldade de se tornar um estudante pós-graduado, pesquisador, na estrutura universitária do Haiti. Manifesta-se, também, absolutamente contrário à presença da Minustah no país, dizendo que a situação do país nunca justificou tal missão – e continua a não justificar. Para ele, o que o Haiti precisa é mais liberdade e soberania nacional, mais espaço para poder decidir por si o seu próprio destino.



Foto de David Douyon, jovem pesquisador haitiano, que planeja viver no Brasil, Porto Príncipe/Haiti, 2016. Autoria: Luís Felipe A. Magalhães. Banco de Imagens do Observatório das Migrações em São Paulo e Observatório das Migrações em Santa Catarina.

Após a entrevista, aproveitamos nosso encontro para discutir, novamente, nossa estrutura do artigo que estamos planejando escrever. Próximo das 13h, David se despede, pois tem aula no início da tarde de hoje. Despedimo-nos, com planos de nos revermos, nessa vida, seja no Haiti, seja no Brasil.

Uma certeza tenho carregado nestes últimos dias: a de que as pessoas especiais que conheci aqui, levarei na memória por muito tempo; particularmente aquelas com quem tive contato mais interno, como David, Edgar, Pâmela, Normélia, Werner e Joana, e jovens estudantes com quem convivi menos mas nutri amizade bonita, como Paul, Sylvio, Shaina, Yvon e Ellie, acredito ainda que voltarei a encontrar. Com Pâmela, tenho pré-marcado para o retorno ao Brasil um encontro em Porto Alegre para discutirmos, com mais tempo, o trabalho de campo no Haiti. Penso em estender essa viagem a Rio Grande, para encontrar também Normélia. Outros, como David e Sylvio, penso que tornarei a encontrar no Brasil, já que eles planejam ir ao país no futuro. Werner, Joana e Edgar, por sua vez, creio que verei somente em um retorno meu ao Haiti.

Sigo para meu último almoço nas ruas de Porto Príncipe – o almoço de amanhã será feito no aeroporto. Opto pelo Lily's, também para caminhar por estas ruas em meu último dia inteiro em Porto Príncipe.

Embora uma outra recomendação recebida ontem tenha sido a de evitar caminhar nas ruas por esses dias – no que não entendi se exatamente por razão da situação política em geral, se por ser estrangeiro, especificamente, ou por ambas – opto por caminhar até o Lily's, também porque hoje, como ontem, não esteja sentindo ser arriscado andar na rua: o povo segue na rua, o povo segue na luta diária por um país melhor, e os protestos, entendendo, são parte importante e necessária desta luta.

Após o almoço, já com tempero de saudade, retorno ao Marriott. Reencontro Yvon, que me diz que tem trabalhado muito nesses últimos dias, transmitindo as notícias do país ao exterior. No hotel, alguns participantes do CSA permanecem utilizando a internet, como Margarida. Como já dito, Margarida apresentou no encontro da CSA uma pesquisa cujo título é “Viva Martinica Libre!”, sobre movimentos de libertação nacional na ilha caribenha de Martinica. Talvez por pesquisar esta pequena e instável ilha, Margarida está preocupada com a situação atual do Haiti, e angustiada com o fato de não conseguir entrar em contato com seus familiares no México – a quem chegam, segundo ela, as notícias da instabilidade política no Haiti. Auxílio-a com a conexão de seu celular à internet do Marriott, para ela poder entrar em contato com sua família. Conversamos por mais alguns minutos, Margarida deseja-me boa viagem amanhã, e eu lhe desejo ótimos últimos três dias em Porto Príncipe – ela retorna ao México no final de semana. A tarde se arrasta, calma e quente. Retorno à livraria La Plêiade, onde me senti tão em paz na sensação de ter tanto a conhecer sobre o Haiti. Esta sensação parece ainda maior hoje que quando estive aqui pela primeira vez, em meu terceiro dia em Porto Príncipe. Passa-me à minha cabeça despedir-me de todos os lugares que conheci, de todas as pessoas que conheci. O melhor, no entanto, seja partir amanhã dando apenas um “até logo, Haiti querido”.

A noite se aproxima. Num claro-escuro entrecortado de vento, lembrança e garoa, subo pela última vez a Malval. A mochila está mais pesada que o comum: como Edgar, opto por comprar para os familiares e amigos rum, das mesmas três marcas, com certa preferência ao Barbancourt. Dentre as coisas que levarei ao Haiti, são as imateriais as mais importantes: o sentimento de profundo amor com um povo, que luta nesse solo e no mundo todo, por dias melhores, um sentimento de ser pequeno demais frente ao tanto que há de se aprender, com a história e o presente desse povo. Estar aqui me faz

me reconhecer ainda mais como latino-americano e caribenho, como sujeito social único no mundo, incompleto ainda no horizonte infinito e rico de suas potencialidades. Já em meu quarto de hotel, utilizo essas horas para arrumar pensamentos e coisas: salvo em uma cópia de segurança a entrevista com David, e aproveito para escutar alguns trechos. A simplicidade e objetividade com que David expõe questões complexas da realidade haitiana, como a desigualdade social, a presença estrangeira no país e as dificuldades no acesso ao ensino superior, impressionam-me. Não tenho dúvidas de que a esperança é uma forma de inteligência; não estou muito seguro da capacidade de outros povos, tidos como mais avançados, compreender isso. E a sensibilidade e inteligência de David ecoarão, certamente, em minha mente por um bom tempo. Para mim, será uma satisfação pessoal reencontrá-lo no Brasil, e aproximarmos uma vez mais nossas trajetórias de pesquisa e de trabalho, então no Brasil.

O meu último anoitecer em Porto Príncipe tem a tristeza das despedidas mas acima disso, tem a felicidade de ter vivido momentos absolutamente únicos e irrepetíveis nestes últimos 16 dias. Ademais, a tarefa de ler teoricamente o que conheci, ainda que apenas de forma aproximada (“nunca estenderemos o Haiti”, repete na minha memória Pâmela, sorrindo), certamente significará uma colaboração crítica e radical em minha tese. Voltar com isso é o que faz desta despedida menos triste, e essa bagagem, pesada, alfândega nenhuma será capaz de reter.

O dia de ontem terminou tarde, e o de hoje começou demasiado cedo. Enquanto o corpo recepciona o sono, lentamente, torço por uma noite mais calma – dentro e fora de mim.

O meu hotel fica em área mais alta de Pacot, sem comércio por perto – e mesmo o comércio em geral na Jean Paul II fecha logo que chega a noite, de moro que é preciso se programar para não não ir dormir com fome, também porque a comida no hotel é cara demais para o meu bolso. Por isso, hoje, ao ir comprar os rhuns de recuerdo do Haiti, comprei também pão e bolachas, para comer esta noite. No mercado, entristeceu-me notar ali, na prateleira, a situação de dependência alimentar, expressa na predominância de bens e alimentos produzidos, industrialmente, é verdade, no exterior. Tanta ONG, tanto soldado, tanta empresa buscando jovens recém-formados contratados a salários inferiores ao de outros países, tanta propaganda enganosa sobre estes outros países, para continuar azeitando a máquina transportadora e moedora de haitianos ao longo do tempo, e tão poucos projetos de soberania alimentar, de desenvolvimento da agricultura e de uma indústria que não seja essa para a exportação barata, mas sim para a satisfação das necessidades, enormes necessidades, deste povo. Do que realmente precisa o Haiti há muitos e valiosos haitianos e haitianas falando ao mundo. Um pensamento que me acompanha nestes dias é que a minha narrativa construída aqui não seja preferida em relação à narrativa particular dos próprios imigrantes haitianos em Santa Catarina. Nem aqui, nem no Brasil e em lugar nenhum do mundo o haitiano precisa de um outro para entender-se e explicar-se. Ele tua sua voz, mais o mundo é que parece não ter ouvidos para o que ele a dizer.

Pego uma garrafa de água, uma das tantas que comprei no mercado, e desço ao hall do hotel. Entre uma conversa rápida e outra, acerto algumas pendências com o hotel e descontraio com Charles, tomando Prestige. Passa da meia-noite quando retorno a meu quarto, guardo na mala algumas últimas coisas, e preparo-me para dormir, já com sono, já com saudade.

Décimo-sétima dia – 17 de junho

A noite anterior fora mais fácil de dormir. Hoje acordo com o sol entrando entre uma fresta na cortina da janela: a minha última manhã em Porto Príncipe me sorri com um sol forte e firme, um sorriso no céu para o “até logo” ao Haiti.

Peço um café da manhã do hotel – a primeira e última refeição da estadia. O melhor deste pedido é, certamente, a jarra, grande e cheia, de café preto, interminável, e poder tomá-lo no mirante do hotel, com a vista doce de Porto Príncipe. O pior – a única coisa ruim, na verdade – deste pedido é o preço, sempre a lembrar que dois circuitos muito distintos – e distantes – cindem Porto Príncipe em duas: o dos hotéis, levados pelos preços cotados em dólares, e o das ruas, no qual transitei todos estes dias, mas que hoje, por conta do retorno ao Brasil e o horário do voo, não posso percorrer.

A orientação é de chegada com bastante antecedência ao aeroporto, não apenas por questão de tráfego e congestionamento, mas também por conta de algum problema na documentação para o voo. Com a mala arrumada e fechada, desço pela última vez as estreitas escadas do hotel. Converso com Charles e Cassius, despedindo-me destes dois funcionários do hotel que me trataram tão bem aqui estes dias. Às 11h, meu transfer para o aeroporto já está no estacionamento do hotel: um Mercedes 240D a diesel, produzido em 1975, mantém-se elegante com seus bancos de couro claro. O enorme bagageiro acolhe a mala com folga. Despeço-me do jovem segurança, e entro no carro rumo ao aeroporto.

Foto do início do caminho de volta ao Brasil: o velho Mercedes 240 D. que me levou ao aeroporto, Porto Príncipe/Haiti, 2016. Autoria: Luís Felipe A. Magalhães. Banco de Imagens do Observatório das Migrações em São Paulo e Observatório das Migrações em Santa Catarina.



O trajeto é outro, completamente diferente ao da chegada – e eu também. Troco poucas palavras com o motorista, ocupando mais a prestar atenção no trajeto, tentar apropriar-me do máximo possível desta paisagem urbana e social, e ainda para um “até logo” mais introspectivo. O som do carro toca kompa, animadamente.

No trajeto vejo, novamente, muitas obras, de construção e de reconstrução. Grandes vias, viadutos, pontes e canteiros alteram e seguirão alterando ainda mais uma paisagem urbana em que predominam construções horizontais, não muito altas, e ruas estreitas e curvilíneas. Passamos em frente à fábrica da Prestige, que deu um gosto especial a muitos dos melhores momentos vividos em Porto Príncipe. Mais próximo do aeroporto, Cité Soleil é uma imensa moldura na paisagem. Penso em quantos estrangeiros, armados ou não, deveriam pegar o aeroporto de volta para sua casa também. Despeço-me do motorista, que me deseja boa viagem, e entro no aeroporto, por uma porta estreita, entre várias Madame Sara.

É quase uma hora da tarde, e meu voo está marcado para às 17h53m – o embarque abre em cerca de uma hora. Percorro as duas lojas de artesanato desta área do aeroporto. As peças são, naturalmente, mais caras que em qualquer outro lugar que vi por aqui na cidade. No horário indicado para o embarque, forma-se uma imensa fila, na qual sou,

provavelmente, o único não haitiano. O perfil da fila me diz que estou no meio da diáspora: jovens, em sua maioria homens, viajando sozinhos (mas com intensa comunicação entre eles), portando grandes malas e papéis e envelopes nas mãos – em alguns, consigo perceber o timbre e a logomarca do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Recordo-me, imediatamente, da entrevista no Consulado Brasileiro, e da meta de emissão de 500 vistos semanais. A estes imigrantes, a viagem será bastante diferente da viagem dos primeiros imigrantes haitianos no Brasil. Não terá a passagem pela República Dominicana e Equador, e nem a longa e perigosa travessia pelo Peru e Amazonas. Para estes imigrantes, a viagem terá apenas uma escala no Panamá, e o destino, o Aeroporto de Guarulhos, será como na verdade um ponto de irradiação pelo Brasil – especialmente a Região Sul do país.

Um homem percorre a fila, conversando com alguns viajantes, e conferindo, sistematicamente, a documentação deles. Ele não tem identificação de agência de turismo e nem de companhia aérea – embora tenha livre acesso a ela. Também não é imigrante, pois não tem bagagem e em nenhum momento embarcou junto com o grupo. Concluo ser um agenciador da rede, facilitador no acesso à documentação, e que vende as passagens aos potenciais migrantes – passagens que, muitas vezes, não estão pagas ainda, cabendo aos que ficam o pagamento restante. Embora estejam na fila individualmente, trata-se de um processo decidido no âmbito da família, e que opera em rede, no limiar da documentação.

A espera na fila é demorada, mas por volta das 15h estou na sala de embarque, onde centenas de haitianos aguardam seus voos, sobretudo para Miami e São Paulo (este último com escala no Panamá). Por volta das 18h, estou no avião, decolando desta realidade, voltando ao Brasil, com rápida, até demais, conexão no Panamá.

Porto Príncipe vai ficando pequena na janela do avião, e grande na memória. A costa sinuosa da baía de Porto Príncipe, como um sorriso do mar do Caribe, vai se confundindo na água azul turquesa. Acompanhado pelo sol quase até o Panamá, descanso, finalmente, da intensa e permanente observação de campo ao meu redor.

No aeroporto do Panamá, uma confusão se forma no embarque a São Paulo, em razão de um possível *over booking*. É natural que, tendo a equipe da companhia aérea oferecido uma estadia paga na cidade a quem não tiver problema em ficar um dia na cidade e viajar ao Brasil amanhã, uma desordem se formasse no embarque, com pessoas de várias nacionalidades. Percebo no semblante e inclusive na fala de alguns brasileiros, mais próximos, que para estes a confusão se dá por causa do grupo grande de haitianos. Termos negativos e preconceituosos são falados, em português, baixinho. Antes mesmo de chegar ao Brasil, estes imigrantes, filhos e filhas de um povo que me acolheu tão bem, já são alvo de discriminação por parte de brasileiros.

O antes.

Não é um erro. Em se tratando de Haiti, o que seria um “adeus” é um “até logo”, e por isso o que seria um “depois” é, na realidade, um outro e radicalmente diferente “antes”.

Antes do próximo mergulho no Haiti.

Se na ida era o desconhecido o que me motivava, sem deixar de me dar, é verdade, certo medo, agora, na volta, é a necessidade de ler teoricamente este desconhecido já não tão desconhecido assim, o que me desafia.

É certo que fui ao Haiti com teorias na bagagem – daquelas que se tem tanto carinho e estima que se leva na mão – e algumas hipóteses gerais, sobre remessas, relações sociais de gênero que explicariam a partir da origem porque o fluxo é, aqui no Brasil, tal como é; que explicariam a presença econômica e militar brasileira no país; a dependência

extrema e o estado de crise, política e econômica, permanente. Algumas dessas questões vejo agora que têm mais peso que outras, e temas como a presença brasileira precisam ser melhor entendidos; assim como há simpatia pelo Brasil e pela política de vistos mais aberta e permissiva, há profundas críticas à Minustah, que tem o Brasil, se não mais como o coordenador da missão (posição que deixou no início de 2016), ainda como o maior contingente militar dela. Não deixa de me surpreender, no entanto, que a oposição e a resistência à Minustah parece não englobar a ojeriza ao Brasil.

Do que trago imaterialmente, o conjunto de referências bibliográficas – teóricas, literárias e cinematográficas – germinadas pela própria disputa intelectual no Haiti sobre o Haiti e do Haiti, avalio que seja o mais especial e raro frente à ausência de informações no Brasil sobre o país. Um conjunto ainda maior de novas perguntas, novas hipóteses, novos desafios explicativos... que exigem, sei, um retorno, se não constante, pelo menos não muito distante, ao Haiti.

Pela quantidade de noites que tenho sonhado com Porto Príncipe, penso que ainda (um dia irei?) não voltei total e definitivamente do Haiti. Recordo que Pâmela dissera, quando nos conhecemos, que ninguém volta igual do país, sempre se carregará algo, física ou emocionalmente, por um longo tempo. Seja lá o que eu tenha trazido além do carinho pelo país e o desafio de entendê-lo, isso está se manifestando, agora sob a forma de sonhos.

Não faz uma semana de meu retorno ao Brasil. As notícias sobre a situação política no Haiti dão conta do aumento de protestos, do agravamento da repressão a eles e da escalada da violência na capital. Privert ainda não deixou o cargo, e tampouco o Parlamento conseguiu ter quórum nas reuniões para decidir a questão. A inoperância do Parlamento combina-se com a fúria nas ruas para sugerir que a resolução imediata deste dilema pode se dar fora da institucionalidade.

Agrava-se, ainda, uma situação que já estava posta enquanto eu estava no Haiti: os ataques a símbolos da presença estrangeira no país. O *Le Nouvellist* reporta que, nestes últimos dias, os alvos foram os prédios da Digicel, da Natcom e... do Marriott. O hotel em que ocorreu o encontro do CSA e no qual talvez eu tenha ficado mais tempo que no meu hotel. O hotel que, ao que me pareceu, abriu-se ao mundo e aos estudantes haitianos, mas que segue sendo um enclave estrangeiro em Taurgeaut, tão chamativo pela sua desigualdade em relação a paisagem social e urbana da região. Segundo o *Le Nouvellist*, ainda se apuram os responsáveis por estes ataques. Um funcionário, haitiano, da Digicel, teria morrido, segundo o jornal.

Alguns dias depois, o mesmo jornal reporta o sequestro de dois pesquisadores estrangeiros na capital: uma norte-americana, libertada com vida e transferida aos Estados Unidos de imediato, e um sueco, morto, não se sabe por quem, não se sabe como. Informações parciais, que alimentam medo, que alimentam desinformação. Por outro lado, a própria prática jornalística é uma atividade perseguida – como em muitos outros lugares do mundo e especialmente no Brasil. Recordo-me de alguns pontos de “SOS Jornalista” que vi, especialmente no caminho entre o aeroporto e Pacot, e no alto Taurgeaut (pouco acima do Kizin na Jean Paul II).

O agravamento dessa situação reforça a necessidade de se entender o Haiti, não ser refém da falta de informação, e usar o conhecimento como instrumento de transformação e melhoria social no país. Desde o Brasil, a pesquisa com os imigrantes haitianos adquire contornos ainda mais militantes (o que não faz dela menos teórica e científica). Tendo visto o quanto o Brasil está envolvido na realidade haitiana, não me resta outra alternativa a não ser colocar minha pesquisa à serviço do aumento do nível e da qualidade de informação sobre o Haiti e sobre os haitianos no Brasil. Não se muda,

não se transforma, o que não se conhece. E conhecer o Haiti, percebi, é uma forma de conhecer o Brasil, o país melhor que ambos podem ser com um tipo radicalmente diferente de relação, não mais militar e econômica, mas cultural, política e economicamente fraterna.

Anexo 2 - Questionário da pesquisa de campo – Balneário Camboriú/SC

PROJETO: Haitianos no Brasil

Grupo de Estudos Migratórios na Amazônia-GEMA- UFAM/UNIR/ Observatório das Migrações em São Paulo-NEPO-UNICAMP/ Observatório das Migrações em Santa Catarina-UDESC

Módulo 1– Identificação

1. Número do questionário _____ 2. Cidade: _____ 3 Nome do entrevistador: _____
 4. Data de realização: I ____ I ____ I 2014 5. Observação: I _____ I _____

6. Lista dos residentes habituais, não habituais e ausentes

a	B	C	d	e	F	g	h	i	J	k	l	M
Nº de ordem	Nº de família	Nome	Relação com o chefe da residência	Relação com chefe da família	Condição de Presença no domicílio	Local de moradia na data de referência (TAMBÉM PARA NÃO HABITUAIS E AUSENTES)	Sexo	Idade	Estado conjugal	Religião	Estudos (em anos)	Cor/Raça
1												
2												
3												
4												
5												

6													
7													
8													
9													
6b) Nº de família 1) Família Principal 2) 2ª família 3) 3ª família 4) 4ª família 5) ALBERGUE 6f) Condição de Presença no domicílio 1) Habitual (RESIDE NO DOMICÍLIO OU ALBERGUE) 2) Não Habitual (PASSA DE VEZ EM QUANDO) 3) Ausente (NÃO MORA NO DOMICÍLIO MAS FAZ PARTE DA FAMÍLIA)		6h) Sexo 1) Homem 2) Mulher 6d e 6e) Relação com chefe da residência e com o chefe da família (mesmo a família estando ausente) 1) Chefe (11) Sogro (a) 2) Cônjuge (12) Irmão/Irmã 3) Filho(a) (13) Outro familiar 5) Enteado(a) (14) Agregado 6) Genro/nora (15) Pensionista 7) Neto(a) (16) Empregado 8) Sobrinho(a) (17) MORA EM ALBERGUE 9) Cunhado(a) (00) Não sabe 10) Pai/Mãe (100) Não respondeu					6j) Estado Conjugal 1) Solteiro(a) 2) Casado(a) 3) Unido(a) 4) Separado(a) 5) Viúvo(a) 00) NS 99) NSA 100) Não respondeu 6m) Cor/Raça Escrever a autodenominação					6k) Religião 1) Evangélica 2) Católica 3) Espírita Kardecista 4) Vodú 5) Judaica 6) Religiões orientais 7) Muçulmana 8) Candomblé 9) Outra _____ 10) Nenhuma 00) NS 99) NSA 100) Não respondeu	

Módulo 2: Características Gerais dos Residentes (Habituais – mora aqui, e Não habituais- passa de vez em quando no domicílio e é da família) – (entrevistado elenca os residentes habituais e não habituais de sua família)

A	B	c	d	e	f	g	H	I	J	k	L
Nº de ordem	Nº de família	Localidade de Nascimento	Urbano/rural	Departamento/ Estado	País	Língua Nativa	Condição de ocupação	Trabalho Principal	Ramo de atividade	Carteira de Trabalho	Renda mensal
1											

2											
3											
4											
5											
6											
7											
8											
9											

b)Nºdefamília 1)FamíliaPrincipal 2)2ªfamília 3)3ªfamília 4)4ªfamília 5) ALBERGUE c)Localidadede nascimento Escrever o nome da cidade, província ou município onde nasceu d)Urbano/Rural 1)Urbano 2)Rural 3)NS e)Departamento ou Estado Escrever o nome	g)Língua Nativa h)Condição de ocupação 1)Empregado(a) 2)Autônomo/ContaPrópria 3)Empregador(a) 4)ProfissionalUniversitário Autônomo 5)DonodeNegócioFamiliar 6)Aprendiz/Estagiário 7)Trabalhador em negócio familiar sem remuneração 8)Autônomodaeconomia informal 9)Presta serviço omilitar obrigatório ou religioso 10)Voluntário 11)Desempregado 12)Estudante 00)NS 99)NSA 100) Não respondeu	i)TrabalhoPrincipal Escrever o que faz j)Ramo de atividade 1)indústria 2)comércio 3)prestaçãodeserviço 4)agropecuária 5)construçãocivil 6)público 7 Limpeza Pública 8)ONG-3ºsetor 9) estudante 10) Desempregado 11)NSA 12) NS k)Carteira de Trabalho 1)Sim e assinada 2) Sim, mas não assinada 3)Não,porque é funcionário público 4)Não,porque não possui 5)Não,por outro motivo 00)NS	L)Renda 1)Até R\$724,00 2)De R\$724,00a R\$2172,00 3)De R\$2172,01 a R\$3620,00 5)Maisde R\$3620,00 6) sem renda 00)NS 99)NSA 100) Não respondeu
--	---	---	--

6)País Escrever o nome		99)NSA 100) Não respondeu	
----------------------------------	--	------------------------------	--

Módulo 3: Ficha Individual – Migração (apenas para o entrevistado)

		LUGAR DA MIGRAÇÃO						TRABALHO PRINCIPAL				TRABALHO ANES DE SAIR			
mi gr a ção	• Localidade ou município de Residência	b) Urbano /rural	• De part/Estado	• País	e) Mês e ano de chegada	f)Por onde entrou?	g) Mês e ano de saída	H)Condição de ocupação	I)Trabalho Principal	J)ramo de atividade	K)Carteira de trabalho	L)Condição de ocupação	M)Trabalho Antes de sair	N)ramo de atividade	O)Carteira de trabalho
1 LUg ar					/	xxxx						xxx	xxxxxxxxxx xxxxxxxxxx	xxxxxxx	xxxxxx xx
2					/	/									
3					/	/									
4					/	/									

5					/		/								
6					/		/								
7					/		/								
8					/		/								
9					/		/								

As trajetórias se iniciam com o lugar de residência atual (campo 1) e terminam no lugar de nascimento (n)

a)Localidade ou município de residência Escrever o nome da cidade, província ou município onde vive hoje em 1, mas onde passou nas demais b)Urbano/Rural 1)Urbano 2)Rural 3)NS c)Departamento ou Estado Escrever o nome d)País Escrever o nome e)Mês e ano de chegada na respectiva localidade f)Por onde entrou: descrever a fronteira por onde entrou em outros países e/ou no Brasil. Não se aplica à migração interna (Tabatinga, Brasília, Aeroporto, outro citar) g)Mês e ano de saída das localidades	H) e L)Condição de ocupação 1)Empregado(a) 2)Autônomo/ContaPrópria 3)Empregador(a) 4)Profissional Universitário Autônomo 5)Dono de Negócio Familiar 6)Aprendiz/Estagiário 7)Trabalhador em negócio familiar sem remuneração 8)Autônomo da economia informal (ambulante) 9)Presta serviço militar obrigatório ou religioso 10)Voluntário 11)Desempregado 12)Estudante 00)NS 99)NSA 100) Não respondeu	i)TrabalhoPrincipal Escrever o que faz j) e N) Ramo de atividade- área 1)indústria 2)comércio 3)prestação de serviço 4)agropecuária 5)construção civil 6)público 7 Limpeza Pública 8)ONG-3ºsetor 9) estudante 10) Desempregado 00)NS 99)NSA 100) Não respondeu K) e O) Carteira de Trabalho 1)Sim e assinada 2) sim, mas não assinada 3)Não, porque é funcionário público 4)Não, porque não possui 5)Não, por outro motivo 00)NS 99)NSA 100) Não respondeu	M)Trabalho antes de sair Escrever o que faz p) Como você avalia as condições de trabalho no Brasil? () boa () regular () ruim ou inadequadas
--	--	--	---

Módulo 4: Ficha Individual – Redes Sociais (apenas para o entrevistado)

Na primeira vez em que saiu de seu lugar de origem...

	Sozinho (a) /Ninguém	Cônjuge	Filho(a)	Pai	Mãe	Irmão/ Irmã	Outro parente	Amigo (a)	Agência de viagem	Empresa	Pastoral Migrante	Igreja Evangélica	facilitador
4.1 Com quem viajou?													
4.2 Migrou para viver com quem?													
4.3 Quem forneceu recursos para a viagem?													
4.4 Quem ajudou como primeiro emprego?													
4.5 Quem ajudou como primeira hospedagem?													
4.6 A quem recorre nos momentos de dificuldade?													

4.7 Viajou para seu país de origem nos últimos três anos?

☐ Sim (passe para a pergunta 4.8)

☐ Não (passe para a pergunta 4.10)

4.8 Quantas vezes ao ano?

4.9 Para qual localidade? Cidade: País:

4.10 Tem amigos brasileiros? (No local da entrevista?)

☐ Sim (passe para a pergunta 4.11) ☐ Não (passe para o módulo 5)

4.11 Onde? ? Cidade: País:

Módulo 5: Ficha Individual – Remessas (apenas para o entrevistado)

5.1 Você envia remessas ao seu país de origem?

☐ Sim (passe para a questão 5.2)
dependentes

☐ Não (passe para o módulo 6)
Imóveis

5.2 Com quem finalidade você envia dinheiro ao seu país de origem? chegou?

Sustentar minha família

Comprar um imóvel

Comprar um carro

Abrir um negócio

Outros investimentos

5.3 Como você faz o envio da remessa?

Bancos

5.4 Para que sua família utiliza sua remessa?

Consumo familiar

Moradia de

Investimento Econômico

Investimento em

Estudo de dependentes

Outros

5.5 Você mantém o mesmo valor de remessa desde que

Sim

Não

5.6 Qual o valor médio mensal que você envia?

Até R\$ 500,00

De R\$ 1001,00 a R\$ 1.500,00

De R\$ 501,00 a R\$ 1.000,00

Mais de R\$ 1.500,00

Amigos

Outros: _____

5.7. Você recebeu algum recurso financeiro (excluindo o salário) desde que chegou no Brasil ? () sim () não

5.8, Se, sim de quem:

() família residente no país de origem () família residente em outro país () família residente no Brasil () amigos () Pastoral () outros

Módulo 6: Ficha Individual – Inserção sociocultural

6.1 Como tem sido as relações com brasileiros ?

I__I. limitadas

I__I conflituosas

I__Ienfrentou preconceito

I__I amistosas

I__I não tem relações

I__IOutros. _____

6.2 O que você faz nos fins de semana?

__I fica em casa

☐ Isai para passear com a família

☐ IPassear no shopping

☐ Ivai ao cinema

☐ Ivisita compatriotas

☐ Ivai à Igreja

Outros _____

II6.3 O que você mais aprecia da cultura dos brasileiros ?

☐ IMúsica

☐ IGastronomia

☐ IHospitalidade

☐ IOutra _____

6.4 O que você mantém da cultura haitiana?

6.5 Quais semelhanças você vê entre a Cultura haitiana e a brasileira_____

6.6 Futuramente pretende:

I___I Permanecer no Brasil I___I Permanecer nesta cidade e trazer os familiaresI___I Voltar para o país de origemI___I Se mudar para outro lugar. Onde?:_____

6.7. Você participa de alguma Associação ?Sim() Não() Qual?

Módulo 7- Questões abertas - Somente para o(a) entrevistado(a)

7.1. Como avalia o apoio do Governo Brasileiro (Consulado) no Haiti
() bom () regular () péssimo () não sabe () não respondeu

7.2. Como avalia o apoio do Governo Brasileiro com relação à sua situação no Brasil
() bom () regular () péssimo () não sabe () não respondeu

7.3. Como avalia o apoio do Ministério do Trabalho?
() bom () regular () péssimo () não sabe () não respondeu

7.4. Como avalia o apoio da Pastoral?
() bom () regular () péssimo () não sabe () não respondeu

7.5 Você teve/tem algum problema de saúde: () não () sim Qual? _____

7.6. Onde você foi atendido?..() Posto de Saúde () Hospital () Clínica Outros_____

7.7 Como foi o atendimento? () bom () regular () ruim

7.8. Você tem visto humanitário? () sim () não, estou aguardando () não, não solicitei (Se não passe para 7.11)

7.9. Se tem o visto : () conseguiu o visto no Haiti () conseguiu o visto no Brasil

7.10. Se tem o visto: Como avalia sua situação com o Visto Humanitário? _____

7.11. Você considera que houve mudanças nas relações entre os membros de sua família depois de sua vinda para o Brasil?

7.12. ANOTAÇÕES GERAIS::
